



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

POBREZA E LUGAR(ES) NAS MARGENS URBANAS:

Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim

LEILA MARIA PASSOS DE SOUZA BEZERRA

Tese de Doutorado

Fortaleza – Ceará

2015

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

POBREZA E LUGAR(ES) NAS MARGENS URBANAS:

Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

Tese de Doutorado

Fortaleza – Ceará

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B574p Bezerra, Leila Maria Passos de Souza.
Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas : lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim / Leila Maria Passos de Souza Bezerra. – 2015.
470 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: Sociologia / Antropologia Cultural.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho.
1. Pobreza. 2. Território. 3. Estigmatização. I. Título.

CDD 361.098131

POBREZA E LUGAR(ES) NAS MARGENS URBANAS:

Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada, em 28/01/2015.

Banca examinadora:

Prof^a Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

PPGS – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dra. Eliana Costa Guerra

PPGSS – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof^a Dra. Irma Martins Moroni

PPGSS/ Mestrado Acadêmico de Serviço Social (MASS) – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino

PPGS – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dra. Isabelle Braz Peixoto da Silva

PPGS – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza – Ceará

2015

*Para minha família
E para as famílias de moradoras (es)
de nossas margens urbanas.
Com esperança, lucidez e coragem na tessitura dos afetos e na reinvenção da vida.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, em suas multiformes e polissêmicas expressões de vida, amor, esperança, coragem, perseverança e (re)encanto cotidiano no viver em toda a sua complexidade e singeleza. Aos guias espirituais que me assistem, protegem, acalentam e orientam no caminho de tornar-me mais humana.

À minha avó Filó [*in memoria*], pela lembrança presente em minha memória em sua fragilidade-fortaleza, coragem e paixão pela vida.

Aos meus pais, Morais Bezerra [*in memória*] e Adazilda Maria Passos de Souza Bezerra, por me ensinarem a ser humana em nossas fragilidades-fortalezas, transcendências espirituais e afetos labirínticos. Meu pai vivenciou comigo esta conquista nossa, vindo a falecer na madrugada de 08 de março de 2015, um domingo chuvoso em mim. Esperando a chuva passar pela força do sol e da esperança ...

Ao meu marido Carlos Henrique, com quem compartilho reinvenções do *si mesmo* nas experiências com *outrem* ... me recriando e reaprendendo a me amar e a amar nos pequenos gestos do cotidiano, no silêncio, na paciência, na paz de um amor com “gosto de fruta mordida”, que a maturidade e a decisão de ariscar viver juntos ensinam o prazer de um amor tranquilo sem perder o sabor, o viço e o desejo de recriar. Aprender a compartilhar a vida em sua multiplicidade de cores, sabores, descobertas, gestos, sentimentos, ardores, lágrimas, sorrisos, (re)invenções é um presente divinamente humano ou humanamente divino!

Ao meu irmão Antônio, agradeço por (re)aprender a compartilhar amores comuns ... Seu encontro com Débora vem trazendo ao mundo sementes de esperança com a pequena Laíssa – minha princesa querida – e o pequeno Miguel – mais um sobrinho por vir – que possibilitam luzes e fortalecimento de afetos em nossa família espiritual e carnal. O aprendizado de ser pai está te ensinando a sabedoria de ser filho. Obrigada por dividir comigo a densa tarefa de sermos filhos de nossos pais nestes idos de 2013-2014.

Aos meus sogros Sr. Vencesleu e D. Wilma, pelo carinho, acolhimento, confiança e solidariedade reiterados em múltiplas dimensões do viver e do amar em família(s).

À minha orientadora Alba Carvalho, pelo cuidado, atenção, confiança e carinho em sua maneira singular de estar no mundo social, *afetando e se deixando afetar* nas dimensões pessoal e intelectual. Muitos ensinamentos do viver extrapolam a racionalidade moderna e explodem em gestos e palavras sutis/leves e/ou densas, singelas ou complexas, enfim, polissêmicas, que o tempo e a maturidade nos auxiliam na (re)tradução e (re)significação. A vida é encontro-desencontro, enlace-desenlace, chegadas-partidas, lágrimas-sorrisos, luz-escuridão ... a vida também é sombra, um entre, fronteiras-pontes, contornos ... em quaisquer manifestações é possibilidade de transformação constante, reinvenção e criação de si na presença de tantos outros materiais e simbólicos. Os liames afetivos fortes se tecem com paciência, perdão, respeito e confiança, no tempo e do tempo de cada um, de outrem, do nós, do eu.

À Vicentina e à Deusa, pelos cuidados com meus pais e comigo nestes idos de 2013 e 2014 densos em híbridos sentimentos. Sem vocês, a vida teria sido ainda mais pesada. Suas presenças tornaram minhas múltiplas responsabilidades de filha, mulher e profissional mais leves e possíveis. Muito obrigada pelas presenças pacientes e cuidadosas em nossas vidas.

Aos (às) meus /minhas interlocutores (as) de pesquisa, que compartilharam comigo seus afetos e redes de relações, ensinando-me com suas palavras e gestos a leveza e a densidade do viver nas margens urbanas. Saberes, esperanças, sonhos/desejos e reinvenção da vida cotidiana são ensinamentos-aprendizados que levo inscritos em minha memória, afetos, práticas. Agradeço, em especial, às minhas interlocutoras-chave no Mela Mela e no Marrocos que, sob os codinomes de Tereza, Ariadne e Luzia, bem sabem que é delas que falo com carinho, admiração e inspiração de dias melhores. Muitos diálogos, aprendizados, trocas de saberes, experiências sobre o viver, sobre vínculos sociais fortes e os riscos de seus esgarçamentos. Em particular, ensinaram-me sobre o continuar a caminhar com esperança, afetos, coragem e fé tecidos nos espaços às margens urbanas, que lutam cotidianamente por metamorfoseá-los em seus lugares praticados.

Ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), à Visão Mundial do Brasil/Bom Jardim e ao Grupo de Referência da Granja Portugal, especialmente à Marileide Luz, Caio Feitosa, Josineide Luz de Freitas (Joyce) e Cristiano Alves, agradeço pela colaboração, pelo apoio, pela confiança e pelo afeto durante o trabalho de campo, contribuições indispensáveis à feitura desta tese. E por compartilharem um sonho comum de que *outros mundos são possíveis* e estamos aqui também para contribuir em suas construções e (re)significações, tecendo afetos, recriando saberes, reinventando nossas existências nos encontros com *outrens*.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, especialmente César Barreira, Irllys Barreira, Cristian Paiva, Domingos Sávio e Leonardo Sá, que contribuíram em meu aprendizado de olhar o mundo social sob outras perspectivas, trazendo pistas teórico-metodológicas preciosas às minhas reflexões sobre meu objeto de estudos.

Aos (às) professores (as) Eliana Guerra, Irma Moroni, George Paulino e Isabelle Braz, que gentilmente aceitaram fazer parte de minha banca de doutoramento, trazendo consigo seus saberes, afetos e experiências que me auxiliaram a aprimorar esta tese, trazendo contribuições singulares à minha trajetória de educadora-pesquisadora.

À Teresa Cristina e ao Exedito Passos pelo afeto, pelas dádivas de saberes e pelos plurais aprendizados experienciados do viver.

À Cláudia Targino, com afeto partilhado em tantos momentos liminares de existências.

À Camila Holanda, com quem partilho afetos, sonhos, esperanças e inquietações diante do mundo social. Desejo que materialize seus melhores desejos para celebrarmos cada um deles.

À Márcia Regina Souza Arão, com quem partilho afetos, sonhos, inquietações e um campo de estudos denso de possibilidades e esperanças.

À Sandra Mara, que tem me auxiliado na(re)descoberta e reinvenção labiríntica de mim, em tempos de tempestades, de calmarias e/ou de outros tempos por virem.

À profa. Liduína Farias, pelo afeto, incentivo à minha trajetória acadêmico-profissional e pela confiança reiterada em palavras e práticas.

À companheira de doutorado, Vitória, com quem compartilho sonhos, esperanças, angústias e realizações neste percurso de cinco anos de múltiplos aprendizados. Grata por nossas conversas de mútuos incentivos para conquistarmos mais esta materialização de vida comum simbolizado no doutoramento em Sociologia que, bem sabemos, representa mais um passo em direção a outras possibilidades de existir neste mundo social.

À Edna Leite, por sua delicadeza, lucidez, respeito, confiança e incentivo à consecução de meus objetivos pessoais e profissionais.

À Elivânia Moraes, pela paciência e pelo compartilhar de sonhos, angústias, esperanças e realizações em comum nestes tempos de convivência redescoberta e reinventada.

Às profas. Eneida Gurgel e Mônica Cavaignac, pelas palavras e práticas de incentivo, compreensão e apoio neste período de retorno à UECE, sobretudo, durante os meses de produção desta tese.

Ao CNPq, pelo incentivo e apoio com a bolsa de estudos, que me oportunizou dedicação ao curso de doutorado, realização do trabalho de campo e aquisição de livros-tesouros imperativos à construção desta tese.

Aos/às meus/minhas educandos (as) da FAMETRO e da UECE, por me ensinarem – em temporalidades distintas e complementares – que fiz e continuo a fazer uma das escolhas mais caras e densas de minha existência: tornar-me uma educadora-pesquisadora. Vocês me auxiliam cotidianamente nesta escolha afetiva e esperançosa de que um *“outro mundo é possível”* e esta é uma tarefa cotidiana de todos nós em nossas diferenças, proximidades, conflitos e diálogos críticos-plurais. O afeto que recebo de vocês – e, obviamente, de alguns de maneira mais sublime – também compõem uma das pilastras sobre as quais estruturei meu viver cotidiano.

Tocando em Frente - Almir Sater

Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei
Conhecer as manhas
E as manhãs
O sabor das massas
E das maçãs
É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir
Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro
Levando a boiada
Eu vou tocando os dias
Pela longa estrada, eu vou
Estrada eu sou
Conhecer as manhas
E as manhãs
O sabor das massas
E das maçãs
É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir
Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora
Um dia a gente chega
E no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
E ser feliz
Conhecer as manhas
E as manhãs
O sabor das massas
E das maçãs
É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir
Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
E ser feliz

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender significações de pobreza e lugar(es) ensejadas pelas margens urbanas de Fortaleza-Ce nestes anos 2000, sob o ponto de vista de moradores de territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim. Optei, assim, pela pesquisa qualitativa, com a adoção da observação participante em complementaridade com as entrevistas. Trata-se de um estudo sócio-antropológico, circunstanciado no *Mela Mela* e no *Marrocos*, sobre os quais recaem estigmatizações sócio territoriais e de desqualificação social de seus residentes em condição de pobreza. Nos esquemas classificatórios locais, as estigmatizações associadas à pobreza, aos “pobres” e aos seus locais de moradia são ora recusadas/dissimuladas, ora transferidas/reproduzidas pelos agentes, travando lutas de classificação em distintos espaços e níveis. Esta tese buscou apreender as lutas simbólicas cotidianas e intra territoriais, urdidas nos âmbitos individual/grupal pelos moradores em torno das re-semantizações de pobreza/“ser pobre” e da construção social de lugar(es) reconhecidos como expressões do “*vixe do vixe*” desta região. Em suas micro táticas de distinção social, os narradores-residentes fabricaram (re)classificações, traduzidas em suas percepções de um “nós ideal”, bem como (des)classificações hierarquizadas dos “pobres” locais, demarcatórias de fronteiras simbólicas entre (des)iguais geograficamente próximos, tornados socialmente distantes. Elaboraram seus conceitos nativos de pobreza, delineando duas principais versões: uma individualizada e privatista, que distingue “*pobreza-precisão*” de “*pobreza de espírito*”; e a outra, que associa pobreza ao local de moradia, configurado em espaço de abandono e insegurança sócio-econômica e civil. Compreender as (re)significações da pobreza urbana em tempos contemporâneos exigiu apreender seus enraizamentos nos lugares praticados pelos narradores, importante parâmetro nas produções relacionais de seus esquemas classificatórios intra territoriais e de classificações estigmatizantes projetadas sobre a região e seus residentes. A outra dimensão destas lutas simbólicas apreendida nesta tese diz respeito aos sentidos de lugar(es) em duas perspectivas: a de valorização do território vivido como lugar de memória, reconhecimento e pertença sócio territorial, embora considerando-o *abandonado* pelo poder público; e a de espacialidade(s) de medo e insegurança(s), sintonizada com práticas topofóbicas de habitá-las e sociofóbicas de evitação social, enunciando tendências de um *viver acuado*” nestas margens da cidade. Esta tese enseja uma interpretação crítica dos conceitos nativos de “*pobreza*”/“*pobre*” e seus lugares vividos, adensando reflexões multivocais e polissêmicas sobre o *viver nas margens das margens urbanas* em tempos contemporâneos.

Palavras-chave: Pobreza. Lugar. Territórios estigmatizados. Margens urbanas. Lutas de classificação.

ABSTRACT

This research aims at understanding the meanings entailed by poverty and places on unprivileged urban areas in the city of Fortaleza, state of Ceara in the 2000 years, according to the evaluation of dwellers of stigmatized territories, in this case, the Grande Bom Jardim region. In view of this configuration, a qualitative research was chosen with adoption of participative observation to complement the interviews. It is a social and anthropological study encompassing the Mela Mela and Marrocos communities that are heavily burdened by social and territorial stigmatization and social disavowal commonly associated with residents in a poverty condition. In local classification patterns, stigmatization associated with poverty, “the poor” and their dwelling places is at one time refused/dissimulated and at another time transferred/reproduced by agents who battle in different spaces and levels. This thesis tries to apprehend the daily symbolic struggles within the territory that are weaved by individual and group environments related to dwellers dealing with new linguistic meanings of poverty/“being poor” and the social buildup of place or places considered “the pits” in the region. According to their micro-tactics of social empowerment, the narrators/dwellers engendered new classifications that were transformed into perceptions that they have of an “ideal us” as well as hierarchy-based refusal of the local “poor” demarcating symbolic frontiers between unequal people who are on the other hand geographically close, but who became socially distant. They elaborated their native concept of poverty delineating two main versions: the first, an individual and private configuration that distinguishes “surviving poverty” from “spiritual poverty”; and the other that associates poverty with dwelling place, meaning neglected space plagued by social-economic and civil insecurity. In order to understand the re-significations of urban poverty in the present required from the researcher to delve into the “roots” of places indicated by narrators, being this instance an important parameter seen in relational production and its territorial classifying patterns as well as in stigmatizing classifications that are projected on the region and its residents. The other dimension of those symbolic struggles as evaluated by this thesis refers to the meaning of locus according to two perspectives: the increased value of dwelling territory, caused by an increased social-cultural sense of memory, appreciation and belonging, in spite of a feeling of being *abandoned* by the city administration; and spreading of fear and insecurity encompassing topophobic practices that inhibit dwelling and sociophobic practices that enhance social avoidance revealing trends of *living under siege* within those areas of the city. Therefore, this thesis offers a critical evaluation of native concepts of “*poverty*”/“*poor*” and the related *loci* associated with them in their characterization as dwelling places that engross multivocal and polissemic reflections on living beyond urban limits at the present time.

Keywords: Poverty. Place. Stigmatized Territories. Urban Limits. Social Advancement Struggles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – UM OBJETO DE ESTUDO INSCRITO NAS MARGENS URBANAS: (des)construções sociais do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce.....	22
1.1 Delineando um problema de pesquisa	22
1.2 <i>AQUI TUDO É BOM JARDIM?</i> Situando-me na região do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce.	44
1.2.1 <i>Sobre as origens de “um Bom Jardim”</i>	44
1.2.2 <i>Entre números e imagens: sobre modelizações negativadas de “um só Bom Jardim”</i>	62
1.3 Lutas de classificação no Grande Bom Jardim: traçado de uma <i>dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução</i> de modelizações negativadas sobre a região.....	95
CAPÍTULO 2 – NARRATIVAS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO NAS MARGENS URBANAS: Trilhas e escolhas metodológicas	113
2.1 Aproximações e envolvimento com o campo: teias relacionais entre a pesquisadora eo “campo” de pesquisa	113
2.2 (Re)entrada no campo empírico: “caminhadas de reconhecimento”, percalços e escolhas no decurso da pesquisa exploratória.....	133
2.3 Deslocamentos em campo: do Mela Mela ao Marrocos e o realinhamento da bússola da pesquisa.....	161
2.4 Perfis dos (as) interlocutores (as) de pesquisa.....	200
CAPÍTULO 3 – CHEGANDO AO “VIXE DO VIXE” DO GRANDE BOM JARDIM: o Marrocos é aqui!.....	212
3.1 Um lugar de muitas nomeações	212
3.2 Múltiplos lugares de <i>um só Marrocos fragmentado e dividido</i>	215
3.3 Atravessando <i>temporalidades</i> e fronteiras nas “ <i>margens das margens</i> ”: fragmentosdo passado-presente e a construção social de um lugar chamado Marrocos.....	228
3.3.1 <i>Narrativas da fundação do lugar: “invasão”, “favela”, “um canto pra viver”?</i>	231
3.3.2 <i>“Invenção” e descrédito da associação de moradores</i>	241
3.3.3 <i>Sobre a “defesa do lugar contra as invasões”</i>	248
3.3.4 <i>A fabricação da “Comunidade do Marrocos”: o protagonismo de moradores</i>	254
3.3.5 <i>Sob o Estado de “desconfiança”: faces da (des)proteção</i>	266
3.3.6 <i>Na falta da “proteção”, chegaram os “vigias” no Marrocos: pagando pela(in)segurança privada</i>	270
3.3.7 <i>Resquícios das “saídas grupais”: as iniciativas do grupo católico na construção da “Comunidade de Nossa Senhora da Imaculada Conceição”</i>	280

CAPÍTULO 4 – CONFIGURAÇÕES DA POBREZA URBANA E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS ENTRE (DES)IGUAIS EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS..... 285

4.1	Sobre <i>pobreza urbana e suas interpretações contemporâneas</i>.....	285
4.2	Problematizando a produção sócio-cultural da pobreza e do “ser pobre”: inexistências sociais e fronteiras entre (des)iguais das margens urbanas	303
4.3	Significações da pobreza e classificações hierárquica dos “pobres” em territórios estigmatizados: versões de moradores	310
4.3.1	<i>Versão da Pobreza individualizada e suas configurações locais</i>.....	313
4.3.2	<i>Classificações hierarquizadas dos (des)iguais em territórios estigmatizados</i>	341
4.3.2.1	<i>Sobre os “pobres” e os “mais pobres”: fragmentos de vidas contadas de Dona Consolação e Dona Nina</i>.....	342
4.3.2.2	<i>“Pobres dos pobres”: a expressão máxima do “fracasso” e da nulidade?</i>	363
4.3.2.3	<i>“Pobres que apelam para o pior”</i>.....	369
4.4	Sobre “nós” e os “outros” nos territórios vividos: as categorias relacionais “trabalhadores-cidadãos” e “vagabundos-bandidos”	381

CAPÍTULO 5 – SENTIDOS DE LUGAR(ES) E O “VIVER ACUADO” NAS MARGENS DAS MARGENS..... 392

5.1	<i>“Mora aonde? Vixe!”: Local de moradia sob o olhar “de fora”</i>	392
5.2	<i>Sentidos de lugar: entre negações, esquivas e (re)produções</i>	400
5.3	<i>Medo e insegurança nas margens urbanas: traços de um “viver acuado” e do “saberviver” no Mela Mela e no Marrocos</i>	418

NOTAS FINAIS: sobre a (re)produção dos (des)iguais nas <i>margens das margens</i> urbanas	446
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	456
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Chegar ao final de uma produção acadêmica transcende o cumprimento formalmente assumido de titular-me Doutora em Sociologia. Traduz um momento singular de minha travessia pessoal e acadêmico-profissional ao defrontar-me com meus limites e possibilidades, encarnados neste “resultado parcial” de pesquisa sobre as significações de pobreza/ “ser pobre” e lugar(es) em territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim, sob os pontos de vista de seus moradores. Busquei trazer, ao centro deste debate público, os esquemas classificatórios (BOURDIEU, 1996; 2009) usados por narradores-residentes destes espaços urbanos, adensando um campo multivocal e polissêmico de reflexões sobre suas experiências e (re)significações, fabricadas/(re)produzidas no *viver nas margens das margens*, em condições espacializadas da pobreza na contemporaneidade.

Esta tese enseja, assim, uma versão crítico-interpretativa circunstanciada em territórios de fronteiras desta região conhecidos e reconhecidos localmente como “áreas de riscos geográficos” e “favelas”, marcadas por elevados indicadores sociais de pobreza sócio-econômica e violência urbanas. Sobre estes recaem estigmatizações sócio territoriais com efeitos de desqualificação e aviltamento sociais de seus residentes nos contextos de Fortaleza e do Grande Bom Jardim. Na linguagem dos próprios narradores, seus lugares praticados (CERTEAU, 1994) constituem, sob o olhar de não residentes (os “*de fora*”), o “*vixe do vixe*” de uma região inscrita nas margens da cidade e posta sob acusações sócio-morais e criminalizações *a priori* (re)projetadas sobre seus moradores. Visibilizados como locais de pobreza e violência urbanas, a região do Grande Bom Jardim e seus territórios constitutivos – na radicalidade das suas reconhecidas “favelas” – são submetidos a modelizações negativas, amplamente disseminadas nestes anos 2000 sobre a figura dos “pobres das periferias”, seja como encarnação do mito de *retorno das classes perigosas*, seja como símbolo do “fracasso social” neste modo de vida capitalista em tempos contemporâneos. Tais processos encontram-se, todavia, travejados por tensões, conflitos, esquivas, recusas e/ou reproduções dos discursos hegemônicos sobre pobreza/ “ser pobre” e lugar(es), fabricados nestas margens, segundo quem as experiencia, (re)significa e (re)cria cotidianamente. Instauram-se lutas de classificações entre e intraterritórios da região do Grande Bom Jardim e no contexto de Fortaleza.

Configuram-se lutas simbólicas entre imagens/discursos de (re)qualificação/(re)significação e de desqualificação/estigmatização da região e, por conseguinte, de determinados territórios constitutivos de seus moradores sobre os quais

recaem, com maior densidade, modelizações negativadas e/ou os estigmas sócio territoriais ora recusados e/ou dissimulados, ora reproduzidos e fortalecidos nos esquemas classificatórios locais. Estas lutas de classificações em curso no Grande Bom Jardim efetivam-se, simultaneamente, em distintos espaços e níveis: por um lado, no espaço público e coletivizado, a partir de mobilizações e debates gestados por segmentos organizados da sociedade civil da região; por outro, menos visibilizada, ocorrem no cotidiano, intra territórios, nos âmbitos individual e/ou grupal, remetidas ao espaço privado. Interessa-me, nesta tese, compreender tais lutas empreendidas pelos moradores nesta segunda dimensão, em que os narradores enunciam suas micro táticas individualizadas e/ou grupais de distinção social em relação aos discursos/imagens negativados projetados sobre si e seus espaços nestas margens urbanas de Fortaleza-Ce. E, simultaneamente, reelaboram suas (auto)imagens – suas percepções do “nós” – e demarcam fronteiras simbólicas entre e intraterritórios construídas a partir de suas (re)classificações de pessoas e lugares ditos “próximos” e “distantes”.

De fato, as margens encarnam espaços de exceção e produção de formas de vida qualificada (*biós*), como possibilidades e potências de existência (AGAMBEN, 2004; TELLES, 2010; CORDEIRO, 2009; SÁ, 2010). São espaços urbanos minados por lutas simbólicas travadas e narradas por múltiplos agentes nestas margens das margens. Dentre as lutas simbólicas ensejadas, esta tese centrou-se naquelas urdidas em torno das resemantizações das categorias pobreza, “ser pobre” e lugar(es), sob os pontos de vista de residentes de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. Em suas micro táticas de desprender-se do “*desvalor dos pobres*” (SOUZA, 2006) e das estigmatizações sócio territoriais que sobre estes recaem na contemporaneidade, residentes em territórios *às margens das margens* do Grande Bom Jardim travam, assim, lutas de classificação entre seus (des)iguais. Além de (re)classificações estabelecidas entre quem nega a figura do “pobre” e a pobreza como auto referências – traduzida na versão local de uma *pobreza individualizada e privatista* ora apreendida – outra micro tática distintiva ganha relevância no universo simbólico de meus narradores: uma (des)classificação hierárquica dos “pobres” em seus territórios vividos, demarcatória de fronteiras simbólicas entre os (des)iguais *geograficamente próximos e socialmente distantes* em seus lugares praticados. Suas micro táticas, tendencialmente individualizadas e privadas, de distinção social das modelizações negativadas projetadas sobre os ditos “*pobres das periferias*” apontam tanto para as recusas, esquivas e/ou reclassificações sociais relativas à “pobreza” e ao “ser pobre” em seus micro contextos de experiência, como para a reprodução e transferência dos estigmas sócio territoriais remetidos aos seus “próximos-distantes”. Táticas que se desdobram na produção

de fronteiras simbólicas, com efeitos reais, entresidentes da região considerados não pertencentes a seus territórios vividos e/ou teias relacionais e, desse modo, estranhas, distantes e evitáveis socialmente. Os (as) narradores (as) implodem imagens/discursos correntes de “pobreza”/“ser pobre” na atualidade e trazem em seus conceitos nativos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) outras dimensões e tendências do viver nas *margens das margens* do Grande Bom Jardim.

A outra dimensão das lutas simbólicas ora apreendida nestes territórios, nos olhares de quem os vivencia, diz respeito aos sentidos de lugar(es). Compreender as experiências da pobreza urbana exigiu apreender seus enraizamentos nos lugares praticados pelos narradores. Nesta direção, apreendi outra versão de pobreza segundo alguns de meus interlocutores: a que associa configurações de pobreza e local de moradia. Adentrar a *simbólica destes lugares* só tornou-se possível a partir da *simbólica das relações sociais* neles localizados. Ou seja, caminhei ao encontro das narrativas e experiências destes cidadãos no apropriar-se dos espaços urbanos e no significá-los a partir “*das*” e “*nas*” *margens da cidade*, marcadas por situações pluridimensionais de pobreza e de estigmatizações sócio territoriais. Em processos homólogos e entrelaçados às relacionais (re)classificações internas e hierarquizações dos (des)iguais em suas versões de pobreza(s)/ “ser pobre”, estes residentes-narradores enunciam distintos e ambíguos sentidos de lugar(es) atribuídos a seus espaços de moradia. Estruturam-se fronteiras simbólicas, com efeitos reais, sobre estes moradores e seus lugar(es) na região do Grande Bom Jardim, que apontam para tendências de adensamento defragmentações, estigmatizações sócio territoriais, individualização e reprivatização das micro táticas do “viver” nestas margens urbanas nos anos 2000. Enunciam traços de um “viver acuado” nestes territórios, atravessados por medos difusos e inseguranças sócio-civis experienciadas e narradas pelos residentes destas margens das margens de nossa metrópole. Eis alguns dos *eixos-tendências centrais* apreendidos nesta pesquisa que se constituem, para mim, em desafiador mosaico polissêmico e multivocal acerca das experiências espacializadas de pobreza(s) urbana(s) contemporânea(s), que venho tentando compreender e interpretar criticamente.

Esta tese expressa um jeito singular de olhar um pequeno filete do mundo social que optei por tentar compreender e interpretar a partir da experiência dialógica da pesquisa qualitativa. Para tanto, adotei aportes teórico-metodológicos da antropologia cultural, dentre os quais a observação participante, o diário de campo e as entrevistas etnográficas. O trabalho de campo ocorreu nos anos de 2010 a 2012, com abreviado retorno em 2013, e teve diferentes sistemáticas e temporalidades de realização nos territórios estigmatizados do Grande Bom

Jardim, escolhidos como *locus* empírico. Os (as) narradores (as) desta tese são residentes desta região, com foco nos territórios do Mela Mela e do Marrocos, embora as caminhadas de reconhecimento, diálogos e interações estabelecidos com moradores (as) de outros espaços urbanos também tenham fortalecido as reflexões sobre o objeto em tela.

As experiências do trabalho de campo foram esforços de aproximações sucessivas com os universos reais e simbólicos de meus interlocutores, na *aventura do afetar e ser afetado*, em meio às teias relacionais destes agentes, em seus micro contextos vivenciais. Traduzem afetos e descobertas possíveis nestas experiências singulares de *encontros-desencontros-reencontros* com os (as) narradores (as), na disposição à abertura aos mundos de *outrê* ao transformar-se em direções desconhecidas. Significa, também, ver-me como em espelhos, em enigmas indecifráveis em sua totalidade, expressando, assim, uma versão para pensar e viver no mundo, sob complexa e caleidoscópica angulação. As tramas do viver são tecidas por mãos e fios plurais, consistindo num trabalho artesanal, comumente identificado com o próprio ato de pesquisar. Talvez porque, para quem se deixa “afetar e ser afetado”, pesquisa e experiências são, absolutamente, indissociáveis e complementares na criação de saberes e do próprio ser no mundo. Afinal, pesquisar a vida social é indagar-se e desnaturalizar sentidos/significados, possivelmente cristalizados em nós mesmos. É uma tentativa de “pôr abaixo” aparentes certezas-verdades e/ou conceitos ensinados/aprendidos e que somos chamados a desaprender para reinventar as possibilidades do viver com tantos outros que habitam também em nós mesmos. É abrir frestas de luzes sob a forma de sonhos, esperanças e outros *horizontes possíveis* de serem fabricados a partir destes *encontros-desencontros-reencontros* com plurais sujeitos de experiências (LARROSA, 1998) e “levar a sério suas verdades” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), no adentrar o debate público e coletivo de reinvenção de saberes e modos de existir no mundo social no presente.

Ao longo deste processo de pesquisa acadêmica, dialoguei com muitos (as) interlocutores (as) interessantes: os (as) autores (as) e os (as) narradores (as) de *“carne, sangue e poesia”*, presentes na tessitura teórico-empírica desta tese. Chegou o momento de dialogar com estes outros desconhecidos – os (as) leitores (as) – que abrem as primeiras páginas desta expressão materializada do meu desejo de decifrar fragmentos do mundo social inscritos nestas margens urbanas de Fortaleza. Eis o derradeiro desafio a que me lanço agora: apresentar o resultado parcial desta experiência de pesquisa organizado em cinco capítulos – que me proponho a explicitar de forma introdutória aos leitores – esta introdução, as considerações finais e as referências bibliográficas.

No primeiro capítulo –UM OBJETO DE ESTUDO INSCRITO NAS MARGENS URBANAS: (des)construções sociais do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce –delineio meu objeto de estudo em suas tessituras teórico-empíricas, situando-o na região do Grande Bom Jardim nesta metrópole. Explicito meus processos de aproximações sucessivas ao Grande Bom Jardim e as vias de acesso que possibilitaram a construção do objeto de estudo. Empreendi uma descrição-problematizada desta região, reconstruindo fragmentos de memória das origens de “um só Bom Jardim” e o tempo presente de um Grande Bom Jardim fragmentado-dividido e projetado nas mídias locais como um espaço de cristalização de pobreza e violência urbanas em Fortaleza. Registro, aqui, modelizações negativadas e/ou figurações públicas, (re)produzidas e disseminadas no senso comum fortalezense e local que desqualificam social e moralmente a região, seus territórios constitutivos e seus moradores no contexto da cidade. Utilizei “estatísticas oficiais” e notícias de jornais de grande circulação em Fortaleza– selecionados nos períodos de 2009 a 2012 – que corroboram com a (re)produção de imagens/discursos estigmatizantes sobre a região. Por último, elucido algumas das lutas simbólicas travadas no Grande Bom Jardim entre discursos/imagens de (re)significação e de (re)produção de estigmas sócio territoriais, apresentando o que designei de *dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução* de modelizações negativadas projetadas sobre a região. Aqui demarco o escopo desta tese: compreender expressões destas lutas de classificação tecidas pelos narradores em seus territórios vividos do Grande Bom Jardim nos âmbitos individual e/ou grupal, remetidas ao espaço privado. Foco meu olhar interpretativo nestas lutas de classificação, urdidas em torno das re-semantizações das categorias pobreza, “ser pobre” e lugar(es), sob os pontos de vista de residentes em seus micro contextos de experiências nas *margens das margens* do Grande Bom Jardim.

No segundo capítulo, intitulado NARRATIVAS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO NAS MARGENS DAS MARGENS: Percursos, limites e escolhas metodológicas em campo, apresento as narrativas do traçado teórico-metodológico e afetivo da pesquisa, desde as primeiras aproximações e (re)entradas no campo, a pesquisa exploratória e o trabalho de campo em espaços e tempos diversos. Privilegio o relato de meu percurso no campo empírico em diferentes temporalidades, elucidando as aproximações sucessivas nas *caminhadas de reconhecimento* da região, em distintos espaços de interlocução, as condições e os percalços do trabalho de campo. E, deste modo, demarco os realinhamentos da pesquisa, necessários à consecução dos objetivos desta tese. Registro, portanto, os deslocamentos do território do Mela Mela nas fronteiras entre os bairros Granja Portugal/Bom Jardim – *locus* inicial de pesquisa exploratória – em direção ao Marrocos,

situado entre os bairros Siqueira/Bom Jardim, que se tornou campo empírico privilegiado do trabalho de campo intensivo realizado no período de 2011 a 2012. Sobre o Mela Mela, restringi-me a fazer uma configuração empírica abreviada, a partir das narrativas das interlocutoras possíveis neste espaço. Importa salientar que visitei outros territórios estigmatizados desta região onde realizei entrevistas com seus residentes, além de instituições organizadas da sociedade civil local, com protagonismo nos dois principais *locus* de investigação. Nas trilhas desta pesquisa, fiz as escolhas das ferramentas teórico-metodológicas e das vias possíveis de acesso às teias relacionais de meus interlocutores em seus territórios vividos, privilegiando o uso da observação participante e/ou da observação direta em complementaridade com as entrevistas. Em última instância, exponho os perfis individualizados dos (as) interlocutores (as) de pesquisa, baseados em suas narrativas. Mantive os nomes originais dos territórios nos quais realizei o trabalho de campo. Os nomes dos (as) narradores (as), no entanto, são fictícios, com vistas a resguardar seus anonimatos e sigilo dos seus enunciados, em consonância com a ética da pesquisa social.

No terceiro capítulo –CHEGANDO AO “VIXE DO VIXE” DO GRANDE BOM JARDIM: o Marrocos é aqui! – narro as minhas *andanças possíveis* no Marrocos – campo empírico privilegiado durante o trabalho de campo, por oportunizar-me apreender com mais profundidade os traços de meu objeto de estudo, inscrito nas margens das margens da região do Grande Bom Jardim. Focalizo meu olhar interpretativo nos processos de fundação e construção social deste lugar chamado Marrocos, sob os pontos de vista de seus residentes. Com base nas narrativas dos interlocutores de pesquisa, resgato os fragmentos do passado-presente deste território estigmatizado na região, seus conflitos e solidariedades intra-territoriais; seus fragmentos e divisões sócio territoriais; as micro táticas individuais, grupais e/ou coletivizadas de seus residentes, na defesa e fabricação deste lugar Marrocos, ao longo de seus doze anos de existência, à época do trabalho de campo. Neste capítulo, arrisquei-me a elaborar uma descrição deste território vivido, a partir dos movimentos da pesquisa, nas aproximações sucessivas com o objeto de estudo, nestas *margens das margens* do Grande Bom Jardim.

No quarto capítulo –CONFIGURAÇÕES DA POBREZA URBANA E FORNTEIRAS SIMBÓLICAS ENTRE (DES)IGUAIS EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS – enfoco produções discursivas sobre pobreza e “pobres” urbanos. Apresento as interpretações teóricas contemporâneas sobre pobreza urbana e suas configurações na vida brasileira dos anos 2000, que balizaram a tessitura teórico-empírica desta tese. Problematizo a produção sócio-cultural da pobreza e dos “pobres” como expressiva

de uma classificação social, capaz de demarcar inexistências sociais e fronteiras simbólicas entre residentes de margens urbanas. No contraponto, trago, para este debate, as versões de pobreza e “ser pobre” fabricadas-significadas pelos narradores em seus lugares praticados: Mela Mela e Marrocos. Abordo, neste capítulo, aversão da pobreza individualizada, suas configurações locais e as micro táticas de distinção social empreendidas pelos narradores, a saber: as diferenciações enunciadas de “pobreza-precisão/necessidade material” e “pobreza de espírito”; as (re)classificações de “trabalhador/batalhador”, “humilde” e “classe média baixa” para os agentes que negaram pobreza/“ser pobre” como auto referências; e as classificações hierarquizadas dos “pobres”, para quem admitiu certa configuração da pobreza. Por último, apresento as categorias relacionais “trabalhador-cidadão” e “vagabundos-bandidos” como parte dos esquemas classificatórios usados pelos narradores para delinear distinções-evitações sociais entre um “*nós ideal*” e os “*outros*” em seus territórios vividos.

No quinto capítulo – SENTIDOS DE LUGAR E O “VIVER ACUADO” NAS MARGENS URBANAS – discuto uma outra dimensão das lutas simbólicas apreendidas nesta tese: a que incide sobre o local de moradia de meus interlocutores, considerado importante parâmetro nas produções relacionais de seus esquemas classificatórios intra territoriais e de classificações estigmatizantes projetadas sobre o Grande Bom Jardim, seus territórios e seus residentes. Busco, neste último capítulo, interpretar os sentidos de lugar(es), sob o ponto de vista destes moradores do Mela Mela e do Marrocos, em suas multivocalidades e polissemias. E, assim, abordar como estes lugares vêm sendo experienciados, produzidos, (re)significados por estes agentes na tessitura do *viver nas margens urbanas*, em condição de pobreza nos tempos contemporâneos. Nesta perspectiva, uma segunda versão nativa de pobreza vem enunciada: a que associa pobreza e local de moradia, considerado às margens do Estado em termos de fragilizadas seguranças sócio-econômica e civil vivenciadas nestes espaços urbanos. Finalizo com as produções discursivas de interlocutores acerca de seus territórios como espacialidades de medo e insegurança, que apontam para tendências de um “*viver acuado*” e suas correlatas táticas individualizadas de um “*saber viver*”, que me arisco a assinalar alguns de seus traços nestes espaços urbanos do Grande Bom Jardim.

Nas considerações finais retomo, de maneira sintética, os principais achados de pesquisa acerca das experiências e significações de pobreza, “ser pobre” e lugar(es), sob os pontos de vista dos residentes destas margens das margens do Grande Bom Jardim. Delineio tendências destas ambíguas e plurais formas de viver nas margens de Fortaleza, que pretendo dar continuidade e aprofundar em estudos posteriores. Como todo final é, de fato, possibilidade de recomeço e a abertura à criação de algo inesperado, as considerações finais

desta tese descortinaram, para mim, outras "dúvidas, incertezas, esperanças" face o(s) "viver(es) nas margens urbanas". Metamorfoseiam-se em ponto de partida para novas reflexões e pesquisas despertadas pelo desejo avassalador de decifrar o eu, *outrem* e o mundo social em constantes interações e mutação antropológica experienciadas na vida brasileira do presente e nas margens urbanas em sua particularidade. De início, peço-lhes paciência e tolerância para chegarem até o fim, e a partir de então dialogaremos, quiçá, um tanto mais à vontade. Desta feita, reforço o convite aos (às) leitores (as) para dialogarmos acerca da tessitura teórico-empírica que pude produzir neste momento, enfocando meu objeto de estudo, considerando nossos horizontes de sentidos singulares e coletivos.

CAPÍTULO I - UM OBJETO DE ESTUDO INSCRITO NAS MARGENS URBANAS: (des)construções sociais do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce

*“Todas as coisas de que falo estão na cidade
entre o céu e a terra. São todas elas coisas percíveis e eternas como o teu riso,
a palavra solidária, minha mão aberta ou este esquecido cheiro de cabelo
que volta e acende sua flama inesperada no coração de maio.
Todas as coisas de que falo são de carne como o verão e o salário.
Mortalmente inseridas no tempo, estão dispersas como o ar
no mercado, nas oficinas, nas ruas, nos hotéis de viagem.
São coisas, todas elas, cotidianas, como bocas e mãos, sonhos, greves, denúncias,
acidentes de trabalho e do amor.
Coisas, de que falam os jornais, às vezes tão rudes
às vezes tão escuras que mesmo a poesia as ilumina com dificuldade.
Mas é nelas que te vejo pulsando, mundo novo, ainda em estado de soluções e esperança”*
(Coisas da terra – Ferreira Gullar)

1.1 Delineando um problema de pesquisa

Esta tese pretende interpretar criticamente as significações de pobreza¹, “ser pobre”² e lugar(es) ensejadas pelas margens urbanas de Fortaleza-Ce, focando nas narrativas

¹ Vale esclarecer que a pobreza urbana vem aqui reconhecida como expressão-limite da questão social, produzida e reproduzida na sociedade capitalista: fenômeno sócio-histórico, portanto, vinculado originalmente à lógica exploratória e opressora do capital em termos do modo de produção e reprodução da vida social. Conforme salienta IANNI (1989), a mesma lógica produtora de desenvolvimento econômico constrói desigualdades constitutivas da questão social, que admite distintas configurações nas particularidades das formações sócio-históricas e culturais. Nesta perspectiva analítica, compreendo que a pobreza ganha novas configurações e visibilidade pública nos anos 1990 e 2000, em meio ao seu adensamento no cerne do capitalismo contemporâneo em seus processos de mundialização. Acumulação flexível, reestruturação produtiva, reforma do Estado, desmonte dos sistemas de proteção social, destituição real e simbólica dos direitos sociais. Essas transformações do capitalismo contemporâneo remetem a uma ampla bibliografia, trabalhando eixos analíticos do debate atual: as metamorfoses do processo de acumulação do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho; a crise do Welfare State, as correlatas reformas do Estado e o desmonte dos sistemas de proteção social, assim como a destituição dos direitos sociais (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1994; MARX, 1997; SENNETT, 2000 e 2004; OLIVEIRA, 1995; TELLES, 1999a; ANTUNES e ALVES, 2004; CARVALHO, 1999 e 2008). São transformações na civilização do capital que implicaram em complexificações e *globalização da pobreza* (CHOSSUDOUSKY, 1999). Assim, a pobreza assume múltiplas configurações e representações presentes nos discursos midiáticos, políticos e acadêmicos.

² Ao longo do texto, o uso sistemático e, até, exagerado, de certas categorias e nomenclaturas aspiadas e em itálico é um recurso metodológico utilizado para manter o distanciamento frente às ambiguidades presentes no uso e nos significados correntes destes significantes, bem como, para destacar termos que não assumo como naturalmente interpretáveis. Utilizo as aspas ainda ao tratar de categorias nativas, ou seja, significantes que fazem parte do universo simbólico dos interlocutores, apreendidos durante o trabalho de campo. Este esclarecimento se faz necessário para enfatizar a utilização de determinadas categorias nativas ao longo deste texto, fazendo recurso aos *conceitos de experiência-próxima* compreendidas como as experiências peculiares aos interlocutores “(...) para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam ou imaginam etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira” (Geertz, 2000: 87). E, num segundo momento, busco apreendê-los como *conceitos de experiência-distante*, ou seja, aqueles que, segundo Geertz (2000), os especialistas de qualquer tipo utilizam para consolidar seus objetivos de ordem científica, filosófica ou prática.

de moradores de territórios³ da região do Grande Bom Jardim⁴, neste momento contemporâneo da vida brasileira. Trata-se de um estudo sócio-antropológico específico situado no *Mela Mela* e no *Marrocos*⁵, territórios estigmatizados⁶ desta região e no contexto da cidade. No discurso oficial estatal identificados, simultaneamente, na Granja Portugal e no Siqueira e, simbolicamente, pertencentes ao Bom Jardim, estes dois *lugares* inscrevem-se nas fronteiras destes bairros, segundo seus residentes. Os interlocutores desta pesquisa são, portanto, moradores (as) destes territórios, que experienciam situações de inseguranças sócio-civil e processos de estigmatizações sócio espaciais projetados sobre as margens urbanas e seus residentes nestes anos 2000. Optei pela pesquisa qualitativa realizada entre os anos de 2010 e 2012, com abreviado retorno em 2013, mediante a adoção de entrevistas etnográficas

³ O uso da expressão território neste texto será relativizado, conforme enfatiza Haesbert (2004; 2008), ao discutir a polêmica entre território e lugar. Nesse sentido, o autor afirma que *o lugar* pode tanto ser uma das formas de manifestação do território, com a predominância da continuidade/enraizamento configurados na noção de um “*lugar antropológico*” por constituir-se em um espaço de relações, de memória e de identificação relativamente estabilizantes (AUGÉ, 1999); como pode ser um de seus elementos constitutivos. Nesta segunda versão, o território seria mais amplo que lugar e rede, expressando, respectivamente, as dimensões de continuidade/enraizamento e de descontinuidade/mobilidade presentes nesta noção. O território, segundo Haesbert (2004; 2008), constitui-se a partir de relações de poder – dominação/controle *versus* resistências/rebelião em todas as escalas – e comporta uma dupla dimensão: material/funcional e subjetiva/simbólico-cultural, ou seja, concomitantemente dominação material do espaço realizada por instrumentos de ação político-econômica e apropriação/uso/simbolização, territorializando-o. Considero relevante ainda apreender a *noção de território na perspectiva de território usado, relacional e dinâmico*, ou seja, considerado como “*espaços vividos*” ou “*espaço de vida*” e “*território usado*” e/ou “*território apropriado*” – também atravessados por relações de poder em distintas escalas – conforme salienta Dirce Koga (2003), inspirada em Guy di Méo (1996) e Milton Santos (2008). O território constitui-se em espaço apropriado, imaginado e construído simbolicamente pelos sujeitos em seu cotidiano. Prevalece, aqui, a dimensão construtivista do espaço transformado em território considerado material e imaterialmente de forma indissociável e cotidiana. Nesta perspectiva, destaco a análise de Milton Santos (2008) que considera a centralidade do território a partir de seu “uso” por parte dos atores que dele se apropriam e o transformam em um “espaço humano habitado”. O “território habitado” e/ou “território usado” diz respeito ao “*quadro de vida*” dos atores e remete às relações/interações entre pessoas e territórios/ população e espaço, sendo considerado em sua dimensão dinâmica e relacional (SANTOS, 2008). Para fins de ampliação da análise sobre a noção de território são ainda relevantes as interpretações de Henri Lefebvre (2001; 2002), Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2004, 2008).

⁴ A região do Grande Bom Jardim – situada na zona sudoeste de Fortaleza-Ce – é formada pelos seguintes *bairros oficiais*: Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Siqueira. Situada na Secretaria Executiva Regional V (SER V), é uma das áreas com elevados indicadores de violência urbana e de concentração de pobreza e extrema pobreza da cidade de Fortaleza (BEZERRA, 2009).

⁵ Conforme será possível compreender nos capítulos segundo e terceiro, a fase exploratória da pesquisa foi realizada no território do Mela Mela e, devido a dificuldades de permanência neste espaço, desloquei-me para o Marrocos, *locus* de meu trabalho de campo de caráter intensivo. A caracterização abreviada do Mela Mela foi explicitada no segundo capítulo. A descrição e resgate da memória do Marrocos encontram-se sistematizadas no capítulo 3 – CHEGANDO AO “VIXE DO VIXE” DO GRANDE BOM JARDIM: o Marrocos é aqui!

⁶ Segundo Wacquant (2005), a estigmatização *territorial* consiste em uma modalidade específica de descrédito coletivo projetada sobre os locais de residência do novo precariado urbano, na fase atual da marginalidade avançada do capitalismo contemporâneo. Expressa uma das propriedades distintivas desta marginalidade avançada ora traduzida, segundo Wacquant, em um novo regime de pobreza urbana e demarca novas formas de encerramento social excludente e de marginalização emergentes na cidade pós-fordista. O autor salienta o crescimento nos países avançados de bairros ou localidades publicamente reconhecidas como “poços de perdição social e moral que inspiram medo e desprezo”, diretamente projetados sobre os segmentos pauperizados neles residentes. O aviltamento do local de residência tem se transformado, recorrentemente, em aviltamento e descrédito de seus moradores. (WACQUANT, 2008; 2005).

em complementaridade com a observação participante (BEAUD & WEBER, 2007), com uso sistemático do diário de campo e registro fotográfico⁷. Saliento previamente que, embora a referência empírica central do trabalho de campo seja o Marrocos, as caminhadas em outros territórios estigmatizados da mesma região, com destaque para o Mela Mela, atravessando suas margens, e os diálogos e interações estabelecidos com seus residentes tornaram-se relevantes à compreensão de seus esquemas classificatórios e lutas simbólicas⁸ experienciadas nestas margens urbanas contemporâneas.

Busco elaborar uma interpretação crítico-discursiva “*das e nas margens urbanas*” acerca de si mesma, sob os pontos de vista dos residentes destes territórios estigmatizados da região, sobre a qual são (re)produzidas e socializadas modelizações negativadas que articulam e reproduzem processos de estigmatizações e segregações sócio-territoriais, convertidos também em desqualificação social (PAUGAN, 2008) e aviltamento de quem vive nestes microespaços urbanos. São estigmas relacionados às imagens construídas sobre as “periferias”⁹ – seus territórios e seus residentes – marcados por condições de pobreza(s)

⁷Estas escolhas e percursos metodológicos encontram-se explicitados no segundo capítulo desta tese.

⁸ Segundo Bourdieu, as lutas entre classificações (lutas simbólicas/ lutas pela definição da identidade) traduzem uma dimensão singular das lutas de classe exercidas em propósito dos sentidos do mundo social e da definição dos princípios de divisão desta “realidade” (BOURDIEU, 1996). Consistem em “(...) lutas pelo monopólio de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através de princípios de divisão que tão logo se impõe ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 1996: 108; grifo meu).

⁹ Apesar das limitações do uso do termo periferia, sobretudo em termos das estigmatizações sociais a que remete, optei por adotá-la como categoria relativizada, a partir da qual se torna possível falar da região do Grande Bom Jardim como margens urbanas de Fortaleza-Ce situada no tempo e no espaço. Periferia, aqui, é apreendida como configuração singular das margens da cidade, podendo ser tomada como fronteiras móveis, fluidas e deslocantes. Compreendo, assim, a necessidade de explicitar sinteticamente a gênese e significações da expressão “periferia” usual nos discursos cotidianos e recorrente na linguagem nativa de meus interlocutores de pesquisa para referir-se aos seus espaços de moradia, localizados na Região do Grande Bom Jardim. “Periferia” originou-se na América Latina e tornou-se mais usual a partir dos anos 1960 e 1970, sobrepondo-se e encarnando a complexidade de sentidos inscritos nas expressões “subúrbio” – de gênese norte-americana significativa do que “cerca” a cidade – e “arrabal” ou “bairros degradados”, com forte conteúdo negativo correspondentes a lugares empobrecidos, “perigosos” e considerados “fora/externos” das cidades. A noção de “periferia”, conforme salienta Lindón (2004), reportava inicialmente à dicotomia estanque entre centro/periferia, remetendo a linhas divisórias de espaços supostamente pertencentes a dois mundos sociais separados. A “periferia” emergia como a circunferência externa da cidade na qual estavam os pobres, os dominados, os despojados em distintas versões interpretativas. A partir dos anos 1970, a periferia tem sido assimilada como o lugar de residência dos segmentos populares, em especial com o processo de urbanização periférica, resultante da intensa migração da população rural para a área urbana e seu deslocamento sistemático do centro para as margens das cidades. A palavra “periferia” tem emergido nos discursos correntes por referência aos espaços situados no entorno ou na circunferência das cidades, marcadas pela miséria/pobreza e elevação dos indicadores de violência urbana, caracterizados por constituírem-se em ocupação ilegal de terra, precariedade dos serviços públicos ou de infraestrutura urbana, urbanização fora dos padrões vigentes, vinculado à noção de favela, traduzidos na definição oficial como “aglomerados subnormais”, conforme utilizado pelo IBGE. No presente texto, embora a categoria adotada seja “margens da cidade”, será utilizada a expressões “periferia” em referência aos relatos de seus moradores e às representações produzidas sobre seus espaços de moradia e sua localização na cidade. Saliento ainda que periferia é apreendida, aqui, como categoria relacional e móvel em relação ao centro, redefinindo-se

entrecruzada(s) com a violência urbana¹⁰, presentes no cotidiano dos narradores desta pesquisa.

Para falar “*das e nas margens*” faz-se indispensável demarcar esta noção peculiar ao campo em estudo, aqui apreendida como sinônimo de fronteiras – reais e/ou simbólicas, deslocantes e fluidas, conflituosas – resultantes de um trabalho de distinção social, a partir de encontros e contatos desiguais e controlados entre indivíduos e grupos. As fronteiras distinguem, separam e diferenciam grupos sociais, todavia, simultaneamente, regulam os fluxos e encontros entre estes, estruturando-se como pontos de passagem ou *fronteiras-ponte* (CERTEAU, 1994; FELTRAN, 2011). A região do Grande Bom Jardim encarna um território de fronteiras tensas e conflituosas, marcada por lutas de classificação, tanto em termos de sua significação na metrópole Fortaleza, como em seu interior nas interações estabelecidas *entre* e *intra* seus territórios constitutivos. Assim, considero relevante explicitar, em primeira instância, que embora esta região seja identificada aqui como “periferia” de Fortaleza-Ce, eu a compreendo como “margem da cidade”¹¹, na acepção reapropriada por Telles (2010: p. 33-34) da noção original de Das e Poole, a saber:

(...) produção das ‘*margens*’ que não correspondem a definições territoriais, periferia ou territórios da pobreza, pois elas *se deslocam, se fazem e refazem conforme mudam os alvos, as conveniências, o foco das atenções dos representantes da ordem, em condições concretas de tempo e espaço. Margens*: não se trata de um fora do Estado e da lei, lugar de anomia, desordem, estado de natureza. *São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nestes lugares, práticas que produzem a figura do homo sacer em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares*. No entanto, *são também lugares em que a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e de contracondutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, microrregulações*, poderíamos dizer, *ancoradas nas condições práticas da vida social*. (...) a noção de margem é sobretudo *importante pela perspectiva que abre para descrever e discutir ‘a exceção que se tornou a*

nos contextos de experiência aos quais são remetidos (Conferir: LINDÓN & HIERNAUX, 2004; 2007a; 2007b; 2008; TELLES, 2010; FELTRAN, 2011).

¹⁰Concebo a violência urbana na acepção desenvolvida por Machado da Silva (2008), ou seja, um conjunto de práticas sociais que adquirem sentido para os atores em suas experiências vividas na cidade, cujo núcleo de sentido consensual é o uso da força física no crime. Nas palavras do autor, a *representação da violência urbana* “(...) indica um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas, que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira: a integridade física e a garantia patrimonial” (MACHADO DA SILVA, 2008: p. 36). Saliento a existência de outras expressões da violência que atravessam o cotidiano dos moradores da região do Grande Bom Jardim e são tomadas por referência pelo Estado para demarcar os territórios de vulnerabilidade e riscos sociais. Sobre os traços desta violência urbana em Fortaleza-Ce, conferir também BEZERRA, L. M. P. de S. . Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: uma análise da questão social nos espaços urbanos. Fortaleza, 2010.

¹¹Ainda segundo Telles, a noção de “margens” torna-se relevante ainda porque possibilita a (re)construção do campo de pesquisa, o critério de pertinência etnográfica e o modo como se produz a trama descritiva da cidade que permita discutir a “*exceção que se tornou regra*” (AGAMBEN, 2004) e que está posta nas dobras do legal-ilegal e das suas fronteiras borradas e embaralhadas que atravessam e ultrapassam as “margens” de distintas cidades contemporâneas. (Conferir: TELLES, 2010; AGAMBEN, 2004).

regra’, para retomar aqui a formulação famosa de Benjamim e que Agamben atualiza em seu O Poder Soberano e a vida nua” (TELLES, 2010: p. 33-34; grifos meus).

O Grande Bom Jardim (região) e/ou o Bom Jardim (bairro) emergem no imaginário fortalezense como o “vixe!”¹² da cidade, expressão recorrentemente emitida por não residentes – os identificados como os “de fora”¹³ – quando algum morador local revela seu lugar de moradia. Proferida, via de regra, em um tom elevado, assustado e hibridizado de surpresa, decepção, receio e/ou medo em relação ao declarante, esta expressão carrega um poder de constringer, aviltar e desqualificar os residentes destes espaços. O “vixe!” estabelece fronteiras-pontes, demarcatórias de diferenciações entre moradores e não moradores da região, além de formas de contatos e comunicação desigual e regulada por tensão, cautela, evitações e distanciamentos mútuos em relação a pessoas e lugares. Conforme identifiquei no trabalho de campo, quem reside no Grande Bom Jardim reconhece, no uso do “vixe!”, imagens negativadas de seus locais de moradia como espaços de pobreza e violência urbanas. Mais interessante foi identificar que os próprios moradores desta região estigmatizada na cidade de Fortaleza também constroem suas fronteiras internas, *entre e intra* seus territórios constitutivos e as pessoas que neles vivem. Gestam-se, assim, as “*margens das margens*” dentro da região, locais reconhecidos por parte de seus moradores e por outros residentes em territórios circunvizinhos como o “vixe do vixe!” no Grande Bom Jardim. Dentre estes, identificam e nomeiam o **Marrocos**, ou seja, um lugar no qual se maximizam estigmas, distanciamentos e possíveis segregações sócio-territoriais, relacionados à situação de pobreza e à violência urbana entrecruzados. Nestes espaços vividos, adensam-se as fronteiras de tensão, os conflitos e as tentativas de distinção e distanciamento entre pessoas e lugares, demarcando lutas de classificação (BOURDIEU, 1996) entre seus moradores.

Nestas “*margens das margens*” delineia-se a face da *vida nua* (zoe) (AGAMBEN, 2004), em sua dimensão de vida desqualificada, precarizada e abandonada, na qual se projeta a figura aviltada do “morador da periferia” ou homogeneizadamente o “pobre

¹² A expressão popular “vixe” foi identificada tanto em pesquisas realizadas sobre o bairro Bom Jardim (PAIVA, 2007), como em outros territórios situados na periferia de Fortaleza-Ce. Sobre seu uso relativo ao bairro Bom Jardim na interface com a violência urbana, conferir PAIVA, L. F.S.. Contingências da violência em um território estigmatizado. UFC, Fortaleza, 2007 (dissertação de mestrado).

¹³ A separação entre o “de dentro” e o “de fora” estabelecida na linguagem dos interlocutores denota o reconhecimento de fronteiras simbólicas e reais estabelecidas a partir das lógicas de poder e de controle pretendidos sobre relações sociais fundadas na apropriação/uso e dominação do espaço. Não constituem, no entanto, demarcações fixas. Ao contrário, são fluidas e deslocantes. A referência “de dentro” e “de fora” depende do lugar social de quem fala e por onde se caminha no espaço urbano: “de dentro” caso pertencente ao espaço em termos de sua dominação-apropriação, transformando-o em território vivido, portanto, “próximo-reconhecido”; e, “de fora” em relação a espaços e pessoas das quais se guarda distância social, considerando-os *distantes-estranhos-desconhecidos*.

da periferia”¹⁴, esta tradução mais próxima do *homo sacer* (AGAMBEN, 2004) do tempo presente. Falar desta região, com foco no Marrocos, como encarnação da *cidade nua* exige chamar à cena o *homo sacer* que nela habita: todos e qualquer um de seus moradores transformados em vidas matáveis nos territórios periféricos de nossa metrópole, postos sob a (des)proteção do Estado e as exigências de gestão da pobreza, das tensões e conflitos urbanos que atravessam e estruturam seu cotidiano. Contraditoriamente, se as “margens das margens” encarnam *estes espaços de exceção* na face da *cidade nua*, constituem-se em lugares nos quais as fronteiras e as práticas do Estado estão em disputa, os sentidos de lugar, de pobreza/de “ser pobre” estão sendo produzidos e a *vida qualificada* encontra-se em plena (re)criação de significações e práticas do/no espaço. É, portanto, a partir destas “margens das margens” e sob o ponto de vista de seus moradores que busco compreender as significações da pobreza urbana contemporânea em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim.

Para iniciar este diálogo crítico, cabe demarcar, aqui, aspectos fundamentais das modelizações negativadas sobre a supracitada região e, por conseguinte, sobre seus moradores presentes no imaginário urbano¹⁵ fortalezense. Esta região figura como exemplo paradigmático de um lugar supostamente “*violento, perigoso, de pobres*” localizado na “*periferia*”, projetado como “*distante*” e distinto socialmente dos espaços ditos “*nobres*” de

¹⁴ O termo “pobre da periferia” constitui-se em representação naturalizada no senso comum, fazendo parte dos esquemas classificatórios dos moradores da região do Grande Bom Jardim. Para problematizar a expressão específica de “pobre”, tomo por referência analítica as considerações de Simmel (1986), com base na qual pude apreender a ideia da construção social dos “pobres”, de seu lugar e de sua função na sociedade. Como categoria sociológica, salienta este autor, o *pobre* é o que recebe a assistência social – privada ou público-estatal – ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais. Nesta perspectiva, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais produzidas diante de determinada situação assim identificada pelas coletividades. Assim, esclareço que as expressões “*pobre*” e “*pobre da periferia*” são usadas no sentido de demarcar e desnaturalizar uma classificação social imputada a moradores das periferias e, dentre estes, os *usuários* dos serviços sócio-assistenciais, estabelecidos pelo Estado e reproduzido no senso comum sob a expressão “*pobre da periferia*”. Trata-se de problematizar discursos/representações e classificações produzidas e imputadas aos agentes sociais moradores de territórios de pobreza e que, necessariamente, não estão em consonância com as auto-imagens por estes tecidas na trama das relações sociais, conforme será explicitado no texto.

¹⁵ O estudo dos *imaginários urbanos* (LINDÓN, 2007a; 2007b; 2008) é um campo particular dos imaginários sociais, na acepção de Cornelius Castoriadis. Os imaginários urbanos consistem, assim, em tramas de sentidos/significados específicos, socialmente reconhecidos, que atribuem qualidades/significações à cidade e aos seus lugares. São sócio-históricos e não-representacionais, construídos nas interações sociais entre as pessoas, a partir de discursos e práticas/experiências espacializadas. E, uma vez produzidos, assumem a capacidade de influir e orientar práticas e discursos. Produzem *efeitos de realidade* sobre os sujeitos ao assumir a dimensão de “imagens atuantes” ou “imagens guias” para suas ações (HIERNAUX, 2006), no processo permanente do *fazer a cidade*. Segundo Lindón: “(...) os imaginários urbanos seriam essas tramas de sentido, ou magma de significados sociais, relativos ao espaço urbano em geral e seus diferentes lugares, que estão ancorados nas instituições sociais, na vida social da cidade, na cotidianidade dos habitantes e nas formas espaciais. *Estes imaginários adquirem vida em cada instante através do cotidiano feito de urbanitas no espaço urbano e nos lugares*. O fazer no espaço do sujeito constitui uma forma de fazer o espaço e os lugares. (...) os imaginários urbanos participam no constante processo de construir e reconstruir socialmente a cidade por parte de seus habitantes” (2008: p. 19; grifo meu). Construir a cidade socialmente é fazê-lo em termos materiais e também enquanto forma de apropriá-la, de usar os espaços, de significá-los.

Fortaleza-Ce. No irônico e indignado relato abaixo, uma de minhas narradoras¹⁶ reconhece a existência de um lugar social atribuído ao Grande Bom Jardim e aos seus territórios vividos, situados nas margens, bem como aos seus moradores projetados de forma estigmatizada na cartografia urbana divisória e segregacionista (SANTOS, 2009), reiterada na metrópole Fortaleza:

Aqui é periferia. Periferia é os conjuntos ao redor de Fortaleza, porque isso é uma periferia. Se você chegar e disser: “você mora aonde?”, “no Grande Bom Jardim”. Perguntam: “onde fica isso?” Fica “na periferia de Fortaleza!” Todo mundo sabe onde é que ficam as beiras de Fortaleza. Fortaleza realmente, minha filha, é Beira-mar, é o centro da cidade, é Aldeota. É só isso Fortaleza. Porque todo mundo só fala da Aldeota, da Beira-mar e do Centro de Fortaleza. Falam de Bom Jardim? Fala. Fala de Bom Jardim onde todo mundo mata um todos os dias. Falam do Santa Cecília onde todo mundo mata um todos os dias. Só fala nas notícias principais do Barra Pesada. Num jornal bom, que todo mundo assiste, não passa! Vai passar Aldeota, Beira-Mar, Centro Cultural, só coisa boa. Cadê o povo da periferia de Fortaleza? Ninguém mostra! E quando mostra é quando a prefeita termina a casa, reboca a frente e deixa a casa toda sem rebocar. Aí diz assim, “olha o que a prefeitura fez”. Aí ficam aquelas mulheres assim: “ganhei minha casinha toda rebocadinha”. Mentira! Aquilo é tudo mentira! (...) (Marisa, 34 anos, moradora do Grande Bom Jardim, contemplada com casa da HABITAFOR).

Sua narrativa exprime alguns traços relevantes de figurações públicas recorrentes no imaginário urbano brasileiro dos anos 2000, e fortalezense em particular, sobre os territórios situados nas “*periferias*” da cidade e sobre seus moradores em condição de pobreza. Constituem-se em verdadeiros mitos discursivos contemporâneos (BARTTES, 2006) de desqualificação e descrédito de lugares e pessoas “*das e nas*” margens, a serem problematizadas e desnaturalizados *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002) destes espaços, do ponto de vista de quem os vivencia. Com base na fala de Marisa em relação às imagens/discursos dominantes propalados sobre nossas “*periferias*”, é possível inferir uma simultânea projeção social: uma invisibilidade dos seus moradores em relação à legitimidade de seus modos de vida e demandas na esfera pública; e uma visibilidade desfigurada traduzida ora em “*falta/carência/necessidade*” do “*pobre da periferia*”, dependente das ações estatais tendencialmente focalizadas e seletivas, ora nas marcas da violência urbana, cristalizada em espaços da cidade adjetivados como “*lugares pobres e perigosos*” e que atribui aos residentes a condição ambígua de suas vítimas e/ou protagonistas. Além de afastados dos espaços socialmente reconhecidos da cidade, com frágil prestação de serviços públicos e de urbanização, sob a face assistencial-punitiva do Estado brasileiro do século XXI, desvalorizados no mercado imobiliário, marcados por elevados indicadores de violência e de

¹⁶ Todos os nomes próprios utilizados para designar os (as) interlocutores (as)-narradores (as) são fictícios para resguardar o anonimato e o sigilo, no sentido de não prejudicá-los e/ou colocá-los sob maiores riscos em seus territórios vividos e/ou circunvizinhos.

pobreza urbanas, de crescente desemprego e/ou formas entrecruzadas de trabalhos informais e atividades ilegais e ilícitas, estas “*margens e hiperperiferias*”¹⁷ são significadas em figurações públicas dominantes – em especial reproduzidas no senso comum e reforçadas na mídia local escrita e falada – como espaços precários, de medo e insegurança, cujos moradores encontram-se supostamente despojados de bens materiais e simbólicos e, mais, da possibilidade de produção de sentidos, de construção de relações e de memória.

O pertencimento a territórios localizados nas “*beiras*” de Fortaleza e, em especial, nesta região do Grande Bom Jardim, tem implicado processos de desqualificação e descrédito sociais de pessoas e lugares, sentidos e vividos por muitos de seus moradores como desvalor social, vergonha, humilhação e, por vezes, impotência, associados à condição estigmatizada de pobreza que se maximiza pela referência ao lugar de moradia e se encarnam em *precariedade da vida*. O relato de outra de minhas interlocutoras aponta esta “desclassificação” atribuída à região do Grande Bom Jardim e a quem nela vive:

Você está num ponto de ônibus num bairro fora daqui, aí o pessoal dizia assim: “Se fala que é do Bom Jardim, já num tem valor”. Por que é do Bom Jardim, já não tem valor. Outra: “ah, é do Bom Jardim!”. Se, por acaso, você arranja trabalho, um emprego, se for do Bom Jardim...(pausa) Porque, agora não, já está até mais fácil. Mas de primeiro, se fosse dizer que era do Bom Jardim, já perdia o emprego. Mesmo que o emprego já fosse arranjado, perdia. Por causa, na época, era da falta de ônibus. Aí, porque já ia chegar no trabalho atrasado, aí eles tiravam logo. **Mas o pessoal do Bom Jardim não tem valor! É por isso que eu digo que as pessoas que moram aqui é por que num tem outro lugar pra morar.** Gente que tem onde morar, num vai morar no Bom Jardim, por que tudo do Bom Jardim é desse jeito, num tem valor. Assim, **é desclassificado!** É assim, eu estou cansada de ver gente no Centro dizer isso. Está num ponto de ônibus, se falou que é do Bom Jardim, pronto! **Se for do Bom Jardim já diz que é ladrão, bandido, vagabundo! É desclassificado o Bom Jardim!** Por isso que eu digo: **só mora no Bom Jardim quem num tem onde morar, quem num tem outro local melhor pra morar, porqueo pessoal do Bom Jardim num tem valor.** Mora no Bom Jardim, Ave Maria! **Eu me sinto envergonhada, me dá vontade de dizer que eu não moro no Bom Jardim** (risos). Não, nunca aconteceu comigo. Eu fico só de butuca ligada, assim, escutando, sabe. Mas se por acaso, uma pessoa chegasse assim, **infelizmente eu tenho que assumir que moro no Bom Jardim. Mas é um lugar desclassificado**, devido a **muita gente errada**. É como eu estou lhe dizendo **vem gente de todo canto e se junta aqui**, aí **é um lugar desclassificado**. (D. Consolação, 69 anos, ainda trabalha como diarista/lavadeira. Reside no Bom Jardim desde os 17 anos quando migrou do interior do Ceará com os pais em virtude da seca de 1958).

A marca da “desclassificação” do bairro, seu desvalor, emerge colada à classificação homogeneizadora de seus moradores como “*gente errada*” e sem lugar social –

¹⁷ A noção de hiperperiferia empreendida por Torres e Marques (2001: 49-50) traduz o fenômeno da vida brasileira contemporânea que implica: (...) a condensação e acúmulo num espaço menor de riscos sociais, residenciais e ambientais de diversas origens, genericamente atribuídos ao contexto periférico mais abrangente. Assim, os riscos ambientais e sociais são desigualmente distribuídos (ou os primeiros são distribuídos sobre os segundos), criando um círculo perverso da pobreza e péssimas condições de vida em locais específicos (mas nem por isso numericamente desprezíveis). A isso se somam condições praticamente nulas de mobilidade ascendente. (...) indicando um padrão de segregação mais complexo, mais difícil de conceituar, mas nem, por isso menos injusto”.

aqueles que não tem “*um canto melhor pra morar*” – na referência à precariedade da existência e à “*mistura*” de “gente de todo canto junto ali”, nas margens. As margens são espaços de *mistura e separação, de (des)classificação e (re)classificação*. De fato, as modelizações negativadas, atribuídas à região localizada na “periferia” desta cidade, resvala sobre seus territórios constitutivos e sobre seus moradores, sendo, por estes, ora negadas e ressignificadas, ora incorporadas e reproduzidas cotidianamente.

Na percepção de Maria, residente local, as imagens que as pessoas, tanto “de fora” da região, como “de dentro” da região, mas não residentes em seu espaço vivido (Marrocos) – identificado como “favela”¹⁸ – têm de seus habitantes são homogeneizadas na figura desqualificadora de “bandido” – usada na fala nativa como sinônimo de “vagabundo”, “ladrão”, “quem mata”, “quem rouba” – associada a conotações moralizadoras, expressas nas nomeações “pessoa que não presta”, “gente ruim, em quem não se confia”. E tais classificações comprometem suas possibilidades de trabalho e de reconhecimento social em espaços considerados “nobres” da cidade e/ou mesmo dentro da própria região. Em sua fala, Maria indicou distinção e distanciamento sociais ao nomear “*o povo de fora*” – “eles” ou “os de lá” – e identificação e proximidade quando autonomeia o “nós” ou “os daqui” ao referir-se aos moradores locais com quem mantém vínculos familiares e/ou vicinais, aqueles qualificados “de dentro”. Quando indagada sobre como as pessoas que não residem em seu território vivido percebem quem neles vive, a supracitada moradora foi enfática em falar das imagens negativadas do lugar, dos moradores e de sua “revolta” de serem comparados com os ditos “bandidos”, considerados por ela uma parte minoritária dos residentes locais, de acordo com o relato abaixo:

Diz que aqui só tem bandido. Pro *povo de fora, aqui só mora bandido!* Não vê como pai de família, mãe de família. O problema é esse. Num respeita mais favela! *Pra eles, na favela, só mora gente ruim. Vê mesmo como bandido. Pro povo de fora, só mora gente ruim aqui dentro, só mora quem não presta.* É por isso a revolta da gente... A revolta de morar num lugar desse aqui, porque você é comparado com os outros. O *povo de fora* vê todo mundo aqui como *quem não presta*. O *povo de fora* é assim. *O povo de fora e até mesmo daqui do Bom Jardim.* Pronto, passou dessa avenida aí pra lá, o povo já acha que aqui só mora bandido. É, o problema é assim, é esse. (...) Diante disso, eu não me sinto bem não, não vou mentir, morar num lugar desse aqui. Porque pro povo de fora só mora gente ruim né, só mora *quem não presta*. Aí, a gente se sente mal com isso. A gente ter os filhos da gente, certo que ninguém é melhor do que ninguém, mas o pessoal não confia na gente. É, não confia nas pessoas, o pessoal não confia na gente... É, eu saio daqui pra outro bairro, fazer uma faxina, né, ou coisa assim, “tu mora aonde?” Se tu disser que

¹⁸ Kowarick (2009) define favelas como ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais, barracos de madeira ou casas de alvenaria, estão presentes nas cidades brasileiras, muitas situadas nas chamadas áreas de risco geográfico ou áreas insalubres. Para Leite (2008), favelas envolvem distintos territórios de pobreza, tais como os conjuntos habitacionais, loteamento clandestinos e irregulares (as invasões), bairros pobres e periféricos. Sua tematização relacionada diretamente à violência, insegurança e medo iniciou-se nos anos 1980/1990, tomando por referência o Rio de Janeiro, mas extensivas a outras cidades brasileiras.

mora no Marrocos já não quer mais ... Eu passo até um ano trabalhando em casa de família. Mas eu não vou mais trabalhar, ainda mais nos apartamentos da Beira-Mar... (Maria, 38 anos, nasceu no Grande Bom Jardim e vive em deslocamentos constantes na região e em outros territórios que considera “favelas” de Fortaleza. No Marrocos, tem casa própria de taipa faz três anos).

Se as modelizações apontam para a homogeneização de pessoas e lugares “nas e das margens”, associando, via de regra, “*pobreza-criminalidade-violência*” e potencializando a tendência de “*criminalização do pobre da periferia*”, em especial “*de favela*”, reconhecido em termos de ameaça “à lei e à ordem”, os seus moradores sinalizam fragmentações, dissensos, distanciamentos mútuos, diferenciações sociais ponderadas em suas estratégias do viver nestas “*beiras*” de Fortaleza-Ce. Para além desta imagem homogeneizadora de “*lugar perigoso e de pobres*” – delineando as “periferias” como espaço de “mistura” e suposta “contaminação social” – fortalecido nos discursos midiáticos, seja sobre a região Grande Bom Jardim, seja sobre o bairro Bom Jardim, identifiquei, durante a pesquisa de campo, tentativas de moradores em relativizar tais discursos dominantes. Constroem formas de distinção social com relação a estas imagens presentes em seus esquemas classificatórios em termos da pobreza/”ser pobre” e lugar(es). Suas narrativas abrem um campo multivocal e polissêmico das existências nas margens urbanas – e nestas “margens das margens” – conforme reforçado no relato de Janete, 34 anos, mãe de 6 filhas e avô, chefe de família, moradora da região desde os anos 1980:

Bom Jardim é como qualquer outro bairro comum. O pessoal fala que é perigoso, mas todo canto é perigoso. Aqui você entra a vontade, sai sem medo. Na televisão passa (pausa). Por exemplo, eu tenho um irmão meu que trabalha de noite. Nem todos os mototaxistas querem ir deixar no Bom Jardim porque dizem que é uma área perigosa. Muita gente não quer entrar aqui, taxista, mototaxista... Porque só o que vê na televisão é que no Bom Jardim aconteceu isso, aconteceu aquilo! Mas nem tudo significa *no Bom Jardim*. Porque o Bom Jardim é grande. Tem o Santa Cecília, tem o Bom Jardim I, Bom Jardim II, tem o Santo Amaro. Aí tudo, com isso, já incluí no Bom Jardim. Eu moro no começo do Bom Jardim. Bom Jardim I(...) ***Eu me sinto bem aqui. Porque eu praticamente me criei aqui. Conheço muita gente boa e muita gente ruim aqui. Conheço muito vagabundo. Eles conhecem a gente. (...) E quem mora no Bom Jardim? Mora gente de todo jeito. Tem o pobre, tem o preto, tem o vagabundo, tem o direito ... Rico não tem não! Tem gente mais ou menos de vida. Tem sua casa boa. Tem seu carro na garagem. Tem os que têm apartamentozinho. Tem os outros que eu chamo de classe média. E tem o pobre, que o pessoal chama de pobre*** (concluiu com um sorriso desdenhoso)

Segundo delineado nas narrativas de moradores, gestam-se distintas classificações internas sobre pessoas e lugares dentro da região, do bairro e de distintos territórios constitutivos de um Bom Jardim dividido e multifacetado. Em termos da classificação de quem vive nestes espaços, além da referência à “pobreza” e ao “ser pobre” nestes territórios estigmatizados, destaco os seguintes pares relacionais, aparentemente dicotômicos, ora delineados como micro tática de distinção social nestas margens urbanas: a referência entre quem são os “cidadãos/trabalhadores” – nomeados de “*gente boa*” e/ou “*pessoas de bem*”,

ou mesmo uma versão do “pobre” – em oposição aos “*bandidos-ladrões-vagabundos*” – reconhecidos como “*gente errada*” ou “*pessoas ruins*”, “*aqueles que apelam para o pior*” – demarcando aproximações e identificações da maioria de meus interlocutores com os primeiros e suas tentativas de diferenciações e distanciamentos sociais em relação aos últimos. No entanto, na dinâmica cotidiana destes territórios, as tentativas de distinção e distanciamento sociais entre pessoas e lugares são bem mais flexíveis e fluidas, conforme buscarei demonstrar ao longo desta tese.

A gestão da vida cotidiana nas margens – nas múltiplas fronteiras forjadas em seus espaços vividos – parece exigir a fabricação e uso, no dizer de moradores, de um “*saber viver*”: assimilar e internalizar regras de convivência local, verdadeiros códigos de socialidade. Assemelha-se às microrregulações sociais locais também anunciadas nos estudos urbanos de Telles (2010) e Hirata (2010) nas periferias de São Paulo. Trata-se de um “saber viver” construído pelos que habitam estes territórios estigmatizados, na tentativa de dirimir conflitos, incertezas e riscos desta *mistura de existências nas margens*, de maneira a estabelecer certa “*sensação de segurança e de proteção*” local, forjada em equilíbrios instáveis passíveis de ruptura a qualquer momento, sobretudo, pela irrupção da violência como forma preponderante da resolução de conflitos pessoais e/ou sociais.

A gestão ariscada e instável do viver nas margens, nestes anos 2000, parece expressar as tentativas, por vezes frustradas, destas pessoas continuarem vivendo em meio às incertezas, inseguranças civil e social, medos difusos e tensões que marcam a precariedade de suas existências nas “periferias” de Fortaleza, traduzida na linguagem “nativa” como um “*viver acuado*”. Saliento que esta expressão local encarnou-se não somente nos discursos de interlocutores (as), mas em práticas e eventos cotidianos que pude observar durante o trabalho de campo no Marrocos. E parece traduzir as experiências de quem habita territórios estigmatizados e se percebe “sem saídas”, diante de uma violência difusa¹⁹ (BARREIRA, 2008) advinda da polícia e/ou de grupos rivais envolvidos em práticas criminosas – com destaque para o narcotráfico – presente em seus cotidianos. Trata-se de uma violência supostamente indiscriminada – “todos” estão suscetíveis ao sobressalto de práticas ditas violentas – mas seletiva, pois vivenciada com máxima intensidade por residentes de territórios

¹⁹ A noção de violência difusa nas sociedades contemporâneas foi desenvolvida por César Barreira, na tentativa de “(...) configurar um quadro do aumento da criminalidade e das práticas violentas, originando um fosso social, um apartheid social e uma ‘cultura do medo’. O ‘difuso’ relaciona-se à possibilidade de que todos podem ser vítimas de práticas classificadas como violentas presentes em diversificadas situações sociais. (...) Outro elemento dessa possível violência difusa é o desaparecimento de lugares seguros, com proteção. Tais colocações não negam a existência de ‘vítimas preferenciais’ da violência, que vivenciam situações de maior grau de vulnerabilidade social” (BARREIRA, 2008: 9; grifos meus).

estigmatizados da cidade, estes sim significados pela insegurança e/ou desproteção estruturante no imaginário urbano de Fortaleza. De forma ampliada, este “*viver acuado*” concretiza-se em uma condição de *precariedade da vida* nas “*margens das margens*” desta região estigmatizada em Fortaleza, cujas dimensões entrelaçam-se e ultrapassam as teias que interligam a violência urbana ao narcotráfico.

Esta *precariedade da vida* se expressa, assim, em formas de sobreviver em situação permanente e generalizada de insegurança social e civil, manifesta na negação cotidiana de direitos, com ênfase no direito de ir e vir dentro de seus próprios territórios, fragilizados, portanto, em termos de liberdade e autonomia. Em relação direta encontra-se a privação do *direito ao trabalho* em meio ao desemprego estrutural e à crescente precarização do trabalho materializadas no viver cotidiano de meus interlocutores. São segmentos populacionais invisibilizados para a face protetiva do Estado, embora alvo prioritário de programas estatais sócio-assistenciais, de caráter focalizado e seletivo, em especial o Programa Bolsa Família (PBF)²⁰. Mas, também, vida precarizada e incerta quando estes residentes das margens (re)produzem, atravessam e/ou deslocam fronteiras reais e simbólicas todos os dias, “ariscando-se para viver”, fragilizados em seus liames sociais e relações de confiança mútua, no tocante a seus vínculos familiares e vicinais. Em outros momentos, estas vidas precárias delineiam-se na evitação do espaço da rua²¹ – demarcado como espacialidade do medo e da insegurança – e no cerceamento no espaço privado de suas casas, idealizadas como último refúgio, supostamente inviolável diante de uma violência difusa, advinda do narcotráfico e/ou da polícia como representante direto da face punitiva do estado de exceção²² (AGAMBEN, 2004b), instaurado em seus espaços vividos.

²⁰ Principal programa de transferência de renda com condicionalidades proposto pelo Governo Federal e lançado em 20/10/2003, resultado da unificação de quatro programas federais: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação. Instituído por medida provisória no. 132, de 20/10/2003, este programa situa-se no âmbito da Presidência da República em suas ações prioritárias de combate à pobreza. Destina-se às famílias classificadas pobres/ indigentes com renda per capita de até ¼ de salário mínimo. Registra-se a indicação de outros indicadores sociais, além da renda para composição de um índice a ser considerado na seleção das famílias, como a escolaridade, condições de saúde, acesso a saneamento e à luz elétrica, numa perspectiva de concepção multidimensional da pobreza, bem como os indicadores de violências múltiplas, dentre estas a violência urbana. Saliento que uma parcela significativa dos residentes destes territórios estigmatizados e, particularmente, de meus interlocutores, autodenominam-se “beneficiários” do Programa Bolsa Família.

²¹ Sobre a perspectiva relacional *casa-rua* na gramática relacional da vida brasileira, consultar MATTA, r. da. A casa & a rua, 1997. A abordagem desenvolvida nesta tese em termos do uso/significações de casa e rua na perspectiva dos interlocutores apresenta similitudes e distinções em termos da análise deste autor.

²² Segundo Agambem, o “estado de exceção” apresenta-se cada vez mais como paradigma de governo dominante na política contemporânea, mesmo nos ditos Estados democráticos, com significado eminentemente biopolítico que permite a suspensão da própria ordem política e permite a possibilidade de adoção de um estado de emergência permanente. Para a análise da política contemporânea, este autor propõe pensar o campo de concentração como *nómos* do espaço político, *lócus* por excelência do *estado de exceção no qual todo o ordenamento jurídico-político pode ser suspenso e a máxima do “tudo se torna possível” pode materializar-se*. Segundo o autor, se a essência do campo: (...) consiste na materialização do estado de exceção e na consequente

Expressa um “*saber viver aqui!*”, com algumas precauções, verdadeiras regras de convivência nestas fronteiras: com quem e quando falar ou silenciar; por onde andar ou evitar; e, se não puder evitar, tomar cuidado, estar em “vigília”, saber os horários certos de estar em casa ou na rua; andar com cautela e em alerta; “confiar, desconfiando”, “não dar bobeira!” Assim, advertiram-me e ensinaram-me tantas vezes em nossas andanças e conversas informais, bem como durante as entrevistas ao longo do trabalho de campo. Na perspectiva do conceito de experiência-próxima (GEERTZ, 2000), “*viver acuado*” parece circunscrever as vivências de muitos destes moradores das “*margens das margens*” urbanas na região do Grande Bom Jardim, tornando-se aqui categoria nativa fundante na compreensão do objeto em tela.

O adentrar nos labirintos das margens urbanas exigiu o repensar e o reelaborar tantas vezes meu objeto de estudo. Reconheço, conforme salienta Bourdieu (1989), a relevância deste trabalho de (re)construção do objeto, como parte fundamental do “*ofício da pesquisa*”. Segundo ensina este autor, o *ofício da pesquisa* é um aprendizado teórico-empírico e a construção do objeto de estudo exige, antes de tudo, exercitar a *dúvida radical*, a *conversão do pensamento*, uma *revolução do olhar* no processo de questionamento, desnaturalização, ruptura com o pré-construído na vida social – no *senso comum* e no *senso comum douto* – e os esquemas cognitivos nele presentes, a fim de apreender o objeto na teia de relações e interdependências constitutivas da vida social. As escolhas teórico-metodológicas demandam, ao mesmo tempo, liberdade e rigor científico em função da construção do objeto e da viabilização de tais escolhas na prática investigativa, de maneira a abrir possibilidades de uma triangulação. Conforme salienta este autor:

O que conta, na realidade é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na capacidade de construir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua

criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar da indistinção, devemos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica (...). O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas zonas *d’attende* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio a juntar-se, rompendo-a, à velha trindade Estado-nação(nascimento)-território (AGAMBEN, 2004: p. 181-182). Na estrutura do campo – no qual o ordenamento jurídico-político é suspenso – a exceção torna-se a regra passível de ser aplicada à *vida nua* de qualquer cidadão do Estado tornado a metáfora do *homo sacer*. Quem decide sobre seu valor ou desvalor é o corpo biopolítico estatal, pois em relação ao soberano todos os homens são considerados “sagrados”. Mas, ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de considerar o *homo sacer* em sua dimensão de vida desqualifica e abandonada (entregue ao bando) em relação ao qual qualquer homem pode comportar-se na condição de soberano capaz de exercer o direito de “fazer morrer” sem cometer um delito. Sobre a figura do *homo sacer* recai o peso do “estado de exceção” tornado norma, conforme anunciado por Agamben (2004), e das práticas complementares de gestão de vidas nuas em curso na vida contemporânea: assistencialização, criminalização, penalização e controle.

capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto (...) é preciso pôr em causa os objetos pré-construídos (...) é preciso pensar relacionalmente (...) a construção do objeto (...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 1989: p. 26-27).

Neste percurso investigativo e de (re)construção de meu objeto de estudo, percebi que compreender a experiência da pobreza urbana contemporânea só seria possível espacializada na dinâmica cotidiana deste **“viver acuado” nas margens**, em territórios estigmatizados e sob a perspectiva de quem a vivencia, seja como precariedade da vida, seja como possibilidade de sua reinvenção e ressignificação. Vale salientar que a experiência da pobreza e o *“ser pobre da e na periferia”* – elementos centrais desta pesquisa – são configurados e significados pelos(as) narradores (as) a partir de (re)classificações internas relacionais e, por vezes, em perspectiva hierárquica entre moradores de seus territórios vividos e/ou da circunvizinhança. A condição de pobreza foi até mesmo negada como autoreferência por muitos de meus interlocutores. Buscam, por meio de classificações de quem são os “pobres locais”, dissipar-se de figurações negativas da pobreza contemporânea. Tentativas nem sempre realizáveis de reinventar um *outro lugar social* para si e para os considerados “próximos”, em meio à prevalência de uma vida para o consumo, na qual a pobreza tem sido reclassificada como um problema “de lei e de ordem” e os “pobres” representados como símbolo contemporâneo de “fracasso social” (BAUMAN, 2013).

Assim, o desafio primeiro foi fazer um estudo com pretensões sócio-antropológicas sobre a pobreza urbana sem, necessariamente, nomear *a priori* meus narradores como “pobres” ou seus espaços vividos como “territórios de pobreza e de violência”. Ao contrário, lancei o olhar e o ouvir (Oliveira, 1998) para suas experiências cotidianas de **viver nas margens urbanas**, para seus esquemas classificatórios, a partir dos quais busco apreender suas versões multivocais e polissêmicas sobre pobreza/ “ser pobre”/ lugar/ viver nas margens. De fato, em suas narrativas tentam reescrever outros sentidos de seu local de moradia, de quem nele reside, do próprio viver nas “periferias” da cidade em condições de pobreza no tempo presente, seja confrontando-se com as modelizações negativadas, seja reproduzindo-as em seus esquemas classificatórios e práticas cotidianas com relação a outros indivíduos e lugares do próprio território.

No interior desta região e dos territórios estigmatizados que a constituem, identifiquei, assim, tensões, fluidas e deslocantes fronteiras materiais e simbólicas, lutas de classificações tecidas por seus moradores em relação aos seus lugares habitados, a quem neles

vive e à experiência espacializada da pobreza urbana em tempos contemporâneos. Em meio às lutas simbólicas travadas nas *“margens das margens”*, destaco a tendência de fortalecimento das estigmatizações, com mútuas acusações, práticas sociofóbicas, fragmentações e segregações sócio-territoriais, reproduzidas tanto por não moradores – “eles”, os “de fora” ou “o povo de fora”, nas expressões locais – como pelos próprios residentes – “nós”, “os daqui” ou os “de dentro” – e os do entorno de seus espaços vividos – em relação a pessoas e lugares situados em uma mesma região estigmatizada na metrópole Fortaleza-Ce. Tais estratégias, tendencialmente adotadas pelos moradores em condição de pobreza na produção do seu *viver nas margens urbanas*, parecem coadunar com um processo, em curso, de esgarçamento de laços sociais e das relações de confiança familiares e vicinais nestes espaços. Este processo parece contribuir com a fragilização de seus percursos de identificação, de resistência, organização e luta no campo da política²³, capazes de lançar no espaço público²⁴ suas reivindicações e demandas legítimas. Durante minha pesquisa realizada na região do Grande Bom Jardim, as observações e narrativas de campo apontam para uma tendência de fragilização ascendente do tecido social em territórios estigmatizados, situados nas *margens das margens* de Fortaleza-Ce. Tendência esta consonante com a perspectiva já anunciada por Alba Zaluar, em seus estudos antropológicos nas favelas do Rio de Janeiro, ainda nos idos de 1990.

Compreender a experiência da pobreza nas margens urbanas desta cidade conduz à tessitura de um diálogo teórico-empírico sobre *os sistemas de classificação dos moradores*

²³ Política ora compreendida como o direito de decidir sobre os destinos da cidade. Para Raichelis (1998), significa o processo coletivo que diz respeito à vida em comum dos cidadãos em sociedade. De forma mais expressiva, Arendt afirma que a política emerge como forma de sociabilidade que depende, mesmo, da forma como a sociedade se institui enquanto espaço que cria suas próprias regras e seus próprios critérios, pelos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis para os que dela participam” (Arendt apud Telles, 1999: 67).

²⁴ A noção de espaço público ora adotada toma por referência o pensamento de Hannah Arendt que o reconhece como lugar no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar efetividade na construção de um “mundo comum”. Esse “mundo comum” encarna as referências cognitivas e valorativas de um horizonte comum de existência e de interlocução possível construídas neste espaço público. É a própria realidade construída nas formas de seu aparecimento, a partir do diálogo e sob diferentes olhares sobre a mesma “coisa”. Conforme destaca a supracitada autora: *Esse mundo comum é uma construção, um ‘artefato humano’, que depende desta forma específica de sociabilidade que só o espaço público pode instituir. Traduz uma sociabilidade que é regida pela pluralidade humana, essa pluralidade da qual depende a existência da própria realidade* (ARENDRT apud TELLES, 1999, p. 42). Esse *espaço público* caracteriza-se, assim, como *locus* do aparecimento e da visibilidade no qual a realidade, os dramas da existência de tantos Outros são transformados, desindividualizados e desprivatizados a partir do diálogo entre os *diferentes* que se reconhecem mutuamente como iguais. É marcado por uma dimensão eminentemente política, no qual *o poder manifesta-se como forma de interação mediada pela igualdade* – no sentido da isonomia que se qualifica no reconhecimento do direito de cada um à participação na vida pública – através do diálogo sobre os negócios humanos. Conferir também BAUMAN, Z. *Emancipação*. In: *A modernidade líquida*. 2001; _____. *Em busca da política*. 2000.

*em relação à construção social do lugar e às significações da pobreza urbana*²⁵, tecidos “nas” e “sobre” *asmargens de Fortaleza-Ce nas versões de seus moradores*, urdidadas a partir de vivências localizadas, cujos resultados só são generalizáveis dentro do universo singular pesquisado, conforme alertou Geertz (2000). Direciono meu olhar para as dinâmicas simbólicas/culturais (re)produzidas, (re)criadas e (re)significadas permanentemente pelos residentes das “margens das margens”, na particularidade deste lugar chamado Marrocos, em suas *situações/experiências de interação, de usos/ apropriações e significações cotidianas* neste microespaço urbano em inter-relação com outras localidades do seu entorno.

Trata-se de apreender a *fundação da cidade* – na dimensão subjetiva e imaginada pelos cidadãos (LINDÓN, 2007a; 2007b; 2008) – *a partir das suas margens urbanas*, partilhando, assim, a proposta teórico-metodológica de interpretação anunciada por Michel Agier para o estudo da cidade como produção simbólica dos seus habitantes, a ser compreendida em articulação aos seus lugares de vida e situações concretas. Segundo este autor, para compreender a cidade é preciso:

(...) esquecer a cidade. (...) e se propõe a *conhecer as cidades a partir de seus cidadãos e de sua experiência cotidiana de seus lugares de vida e situações concretas – dos bairros, das ruas, das redes de sociabilidade, das dinâmicas identitárias apreendidas in situ, através da pesquisa direta que dá visibilidade ao que não se vê, não se sabe e nem se imagina.* (...) *Uma cidade relacional e situacional que parte dos lugares cidadãos que caso a caso produzem movimentos e dinâmicas socioculturais específicas e originais. É a cidade em processo, a cidade viva e imprevisível de todos nós que aqui está em foco, a cidade que engloba muitas e variadas cidades (...)* *uma cidade feita de lugares, situações e movimentos* integrando na sua complexidade, a vertente cultural bem na interseção das várias dimensões que a constituem: espacial, relacional, reticular, situacional. (...) *cidade como dispositivo cultural (...)* *como espaço comum, convivial, de troca e encontro que vai se fazendo* (...) é este ‘fazer a cidade’ que se observa nas relações sociais, em diferentes formas de sociabilidade, que é preciso decifrar melhor (...)” (AGIER, 2011: p. 20; 34; 38; grifo nosso).

Para desvendar esta(s) cidade(s) vivida(s), imaginada(s) e experienciada(s) “*das*” e “*nas*” *margens* de Fortaleza-Ce por seus habitantes, a presente pesquisa assume a noção de **lugar construído socialmente e/ou um espaço vivido**²⁶, ou seja, o espaço é um lugar

²⁵ Nesta pesquisa, pretendo focar as significações de pobreza presentes no imaginário social brasileiro, tomando por referência empírica a região do Grande Bom Jardim, a fim de apreender criticamente as *representações práticas, a partir dos esquemas classificatórios dos moradores* desta região sobre a pobreza e “ser pobre”, com foco nas narrativas de residentes, em territórios conhecidos e reconhecidos – instituídos socialmente – como de significativa pobreza e violência urbanas segundo os discursos estatal, midiático e do senso comum. Ao tentar seguir as pistas teóricas de Bourdieu (1996), parece relevante nesta pesquisa buscar apreender simultaneamente *o que é instituído* – resultado provisório da luta simbólica por fazer existir ou “inexistir” o que existe num determinado momento – e *as representações* – enunciados performativos que intencionam fazer acontecer o que eles anunciam ou restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e as relações com estas estruturas (BOURDIEU, 1996).

²⁶ Assumo a noção de *lugar* – referenciado também por “*território usado*” (SANTOS, 2008), “*lugar praticado*” ou “*lugar habitado*” (CERTEAU, 1994; LINDÓN, 2007; 2008), “*espaço vivido*” ou “*espaços de vida*” (DI

praticado e socialmente significado pelos sujeitos em suas dinâmicas relacionais cotidianas (LINDÓN, 2007a; 2007b; 2008; AGIER, 2011; CERTEAU, 1994). O lugar vem assim considerado um operador fundamental dos sistemas de classificação sócio-espaciais das “situações periféricas” em estudo (CECCHETTO & FARIAS, 2009). E a espacialidade – esta dimensão complexa da vida social – vem reclamada aqui em seus elementos afetivo, simbólico e imaginativo encarnados nas interações/situações/experiências tecidas entre os cidadãos e seus lugares praticados (CERTEAU, 1994).

Proponho-me a compreender e interpretar como os moradores de territórios estigmatizados – situados na região do Grande Bom Jardim nas “margens das margens” de Fortaleza-Ce – constroem suas estratégias simbólicas de apresentação e representação de si (BOURDIEU, 1996) – suas imagens e ideal do nós (ELIAS, 2000) – associadas a uma dupla estigmatização: territorial (WACQUANT, 2005; 2006) e da condição de pobreza, impelida aos seus espaços vividos/lugares e à sua população residente. Em meu percurso investigativo, busquei apreender os *diferentes esquemas classificatórios tecidos pelos seus habitantes – de percepção e apreciação de si e do mundo social – e os sistemas de classificação com base no território/lugar*, que traduzem uma *lógica de divisão e construção simbólica – lógica valorativa/moral – dos espaços urbanos* (BOURDIEU, 1996). Desse modo, direciono meu olhar para as experiências e significações tecidas por estes moradores “das” e “nas” margens com relação *aos seus espaços vividos e à condição de pobreza* que atravessa seus modos de viver em “situações periféricas” em nossa cidade (HITA & GLEDHILL, 2010). Com base nos vestígios indiciários do campo, considero fundante a esta pesquisa apreender como vivem os habitantes destes microespaços urbanos, como tecem suas interações simbólicas com os “outros” e com o espaço, produzindo suas práticas – discursivas e não discursivas – de construção social do lugar em inter-relação com a produção de suas trajetórias e auto-

MÉO apud KOGA, 2003) – para enfatizar a relação entre espaço e pessoas, território e população, no sentido de apreender a própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de um lugar e o uso/apropriação cotidiana e heterogênea fazem do espaço e o transformam em *um lugar praticado*, numa percepção da realidade complexa e indissociável entre objetos e sujeitos/ dimensões material/funcional e subjetiva/simbólico-cultural. As maneiras singulares de apropriação/uso do espaço pelos indivíduos criam distintas *territorialidades que* encarnam a multidimensionalidade das vivências territoriais, as significações e re-significações construídas pelos sujeitos em torno de suas experiências de vida em dado espaço urbano. A noção de lugar aqui adotada – e, por vezes, relativa a uma das dimensões constitutivas do território, ora a uma de suas expressões – diz respeito, portanto, não só aos aspectos ditos objetivos da realidade vivida pelos indivíduos, decorrentes de dimensões estruturais, mas engloba sua dimensão subjetiva, manifesta em seus sentimentos/emoções, desejos, expectativas, dimensões imaginárias e significações construídas na dinâmica complexa e heterogêneas das tramas das relações sociais nas quais se manifesta a possibilidade e imprevisibilidade do *evento* e, talvez, da re-invenção da vida cotidiana. O lugar traduz-se, assim, em *construção sócio-cultural do espaço* por parte dos sujeitos em inter-relação com a produção de suas experiências, trajetórias, auto-imagens e dinâmicas identitárias em seus contextos de experiências nos quais ocorrem e adquirem sentido (SANTOS, 2008; KOGA, 2003; MAGNANI, 2008; CERTEAU, 1994; LINDÓN, 2007a; 2007b; 2008).

imagens, em seus contextos de experiências nos quais ocorrem e adquirem sentido (MAGNANI, 2008).

Ao reconhecer a heterogeneidade das “situações periféricas” e modos de viver a condição de pobreza na região do Grande Bom Jardim e na singularidade do Marrocos, tenho identificado, por parte dos interlocutores, formas de *resistências moleculares*, suas táticas e/ou suas “*maneiras de fazer*”, de praticar e resignificar os espaços, de reinventar a vida (CERTEAU, 1994; LINDÓN, 2007a; 2007b; 2008; SANTOS, 2005; Sá, 2010) “*das*” e “*nas*” *margens urbanas de Fortaleza-Ce*. Apreender e interpretar as múltiplas “*maneiras de fazer, praticar e/ou experienciar a cidade*” a partir *das/nas margens* – (re)inventando seus espaços vividos e as imagens de quem os pratica – em construção nas tramas do cotidiano de meus interlocutores, tornou-se um desafio anunciado durante o trabalho de campo.

Neste experimento de pesquisa, já anunciei ter observado *situações de tensão e lutas simbólicas de classificação relativas a lugares e aos seus moradores*, com destaque para distintas experiências/significações de viver nas fronteiras em condição de pobreza nesta área considerada uma “*periferia*” de Fortaleza-Ce. São práticas discursivas produzidas pelos narradores residentes neste espaço que me parecem expressar-se em duas principais direções. Uma destas direções, ainda incipiente e frágil em seus contornos, aponta não só para a recusa/negação dos discursos dominantes externos – visões “*de fora*” do lugar – (re)produtores de estigmas e estereótipos sobre a “*periferia*” e seus moradores, mas também para as tentativas de (re)fundação do lugar – como espaços praticados e/ou socialmente significados – e de (re)criação de outras imagens/auto-imagens dos seus locais de moradia e de quem os habita, delineados em seus processos organizativos institucionais e/ou não-institucionais, em suas expressões de solidariedades territoriais e/ou formas de suposta “*proteção*”. As narrativas apontaram para a necessidade de aprofundamento das táticas produzidas pelos moradores, de maneira a fazer emergir os “*saberes das pessoas*”! *Saberes e experiências sujeitados e silenciados*, todavia não ausentes (FOUCAULT, 1995, 1999; SANTOS, 2008). Afinal, conforme lembra Foucault (1995), não há relações de poder sem resistências/linhas de fuga. Ou seja, há uma *provocação permanente entre a relação de poder e a insubmissão da liberdade*, a ser apreendida nas tramas das relações/interações e situações urdidas no espaço social, este lugar por excelência no qual o poder simbólico²⁷ se afirma e no qual se travam lutas entre classificações (BOURDIEU, 2000).

²⁷ Segundo Bourdieu (2000), o poder simbólico caracteriza-se por sua invisibilidade e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder simbólico significa, nas palavras deste autor: (...) *o poder de construir o dado pela anúncio, de fazer ver e fazer crer*.

A outra direção das práticas (discursivas) produzidas pelos moradores parece coadunar com certas modelizações negativadas sobre pobreza urbana, margens da cidade e seus moradores, marcantes no imaginário urbano brasileiro e fortalezense dos anos 2000. Os esquemas classificatórios de meus interlocutores expressam suas tentativas cotidianas de *dissimulação/encobrimento* e/ou transferência dos estigmas e estereótipos (GOFFMAN, 2008; BHABHA, 1998; WACQUANT, 2005), projetados como versões “*de fora*” (visões de quem não vive em seus territórios) e passíveis de incorporação pelos “*de dentro*” (da região ou de seus locais de moradia), em relação aos seus bairros e/ou territórios vividos, por conseguinte, (re)produzidos sobre seus moradores. Encarnam ainda as estratégias de *manipulação de informação sociale desímbolos locais de estigma e/ou de prestígio* (GOFFMAN, 2008), atribuídos a seus lugares, a si e aos *outros* do lugar, tecidos de maneira relacional com as microáreas circunvizinhas expressivas nas classificações internas produzidas “de dentro” da região e de seus lugares habitados. Assim, deslocam e realinham as margens/fronteiras-pontes dentro da região e de seus territórios constitutivos. A expressão “*a gente não se mistura*”, recorrente em muitos relatos de entrevistados (as), insere-se nestas tentativas, por vezes frustradas, de negação do pertencimento local e de, supostamente, evitar uma “*contaminação social com o outro*” e ariscar-se também a ser identificado como “*pessoa desacreditada*” e/ou um “*suspeito em potencial*” por residirem em áreas/microáreas urbanas conhecidas e reconhecidas no senso comum e projetadas na mídia fortalezense como “*violentas, perigosas e de pobres*”. Nesta direção, sedimentam-se práticas sociofóbicas de distinção e evitação sociais (WACQUANT, 2005; BAUMAN, 2006), de tentativas de “*limpeza moral ou simbólica*” (MACHADO DA SILVA, 2008) com a transposição de estigmatizações e estereótipos sócio-territoriais e com as mútuas acusações travadas entre moradores dentro da região, *entre e intra* seus territórios vividos.

Por via destas práticas reproduzem-se complexos processos de esgarçamento de vínculos sociais, estigmatizações e segregações sócio-espaciais indicativos de violência simbólica²⁸, com efeitos reais manifestos dentro da região e intra seus microespaços. E, por

De confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (...) se define numa relação determinada e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 2000: p. 8;14; grifo nosso).

²⁸ Segundo Bourdieu (2004; 2009), a violência simbólica – violência branda, invisível, desconhecida enquanto tal, escolhida tanto quanto sofrida, desconhecida e reconhecida, portanto legítima – configura-se em modo de dominação mais econômico porque em consonância com a economia do sistema capitalista. Configura a forma de violência “(...) que se exerce, se assim se pode dizer, *segundo as formas*, dando forma. Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, vale dizer,

um lado, podem fortalecer a submissão ao disciplinamento e ao controle social – interno e externo – daqueles sob processos reiterados de estigmatizações “*das e nas margens*” de nossa cidade. Configuram-se dimensões *topofóbicas* (LINDÓN, 2006) de habitar a cidade que rechaçam o “*estar*” em um espaço público, especificamente a “*rua*”, e a significam como *espaço do medo, da ameaça e do risco difusos*, portanto, reconfigurados sistematicamente em espaços de circulação rápida e abreviada para minimizar as sensações de exposição ao perigo, desproteção, insegurança associados ao viver nestas margens. Em oposição ao espaço público da “*rua*” (re)aparece, nas narrativas dos (as) interlocutores (as), a preferência pelo “*estar*” no espaço privado da “*casa*” como um espaço delimitado, supostamente controlável e idealizado de refúgio, proteção e segurança, nem sempre concretizáveis em suas experiências cotidianas marcadas por pobreza e violência urbanas. Dentre os múltiplos sentidos atribuídos pelos interlocutores em relação às margens/ “periferias” – em seus espaços específicos de residência – parecem fortalecer-se em seu imaginário social a perspectiva da *espacialidade do medo e da insegurança* em consonância com a produção de *formas topofóbicas de habitá-las*. Estas configurações, também identificadas por outros pesquisadores em suas investigações sobre as nossas “*periferias*” latino-americanas neste século XXI (LINDÓN, 2006; VALDEBENITO, 2006; TELLES, 2010), ganham contornos singulares na região do Grande Bom Jardim, a serem desnaturalizados a partir das narrativas e experiências de meus interlocutores, moradores deste lugar periférico e estigmatizado chamado Marrocos.

uma forma tal que pode ser produzida publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outro modo, seria inaceitável (essa é uma função do eufemismo). A força da forma, esta *vis formae* de que falavam os antigos, é esta força propriamente simbólica que permite à força e fazendo-se reconhecer, aprovar, aceitar, pelo fato de se apresentar sob uma aparência de universalidade – a da razão ou da moral” (BOURDIEU, 2004: 106). A regra, com pretensão de universalidade, age pela força da forma desde que reunidas as condições sociais de sua eficácia. E sua força inscreve-se no efeito de racionalidade/ racionalização no duplo sentido: a *vis formae* quando reúne a força lógica (do universal, do lógico e do formal) e do social. Carrega, assim, a força do oficial, ou seja, do efeito de consagração e licitude no campo social produzidas e declaradas, a si e aos outros, por pessoas autorizadas, tornando-se conhecidas e reconhecidas publicamente. A realização por excelência desta violência simbólica é o direito (BOURDIEU, 2004). Este autor faz, no entanto, um alerta a considerar em tempos de encrusdescimento do Estado e do uso da violência física como meio recorrente de resolução de conflitos pessoais e sociais, outros mecanismos de legitimação da dominação se delineiam na contemporaneidade. Conforme enuncia, ainda que a violência simbólica seja forma mais branda e larvada que “(...) a violência toma quando a violência aberta é impossível, compreende-se que as formas simbólicas de dominação tenham progressivamente se enfraquecido à medida que se constituíram os mecanismos objetivos que, tornando inútil trabalho de efeminação, tendiam a produzir as disposições ‘desencantadas’ que seu desenvolvimento exigia. Compreende-se que o desenvolvimento das forças de subversão e de crítica que as mais brutais formas de exploração ‘econômica’ suscitaram e a atualização dos efeitos ideológicos e práticos dos mecanismos que garantem a reprodução das relações de dominação determinam *um retorno aos modos de acumulação fundados na conversão do capital econômico em capital simbólico*, como todas as formas de redistribuições legitimadora, pública (política ‘social’) ou privada (financiamento de fundações ‘desinteressadas’, doação aos hospitais, às instituições escolares e culturais etc.) pelas quais os dominantes se garantem um capital de ‘crédito’ que parece não dever nada à lógica da exploração ou ainda a tesaurização de bens de luxo que atestam o gosto e a distinção de seu possuidor” (BOURDIEU, 2009: 224-225).

Compartilho, aqui, da convicção de Bondia (2002: p. 21; grifos meus) sobre o *poder das palavras* produtoras de sentidos encarnados em nossos modos de ser, sentir, pensar e fazer:

(...)as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. (...) tem haver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos diante de tudo isso. (...) quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos palavras e coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos. (...) As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, a luta pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras.

De fato, somente o experienciar este “*pôr-se em situação de produzir informação*” (AGIER, 2011: p. 53) no campo, me permitiu compreender o “*poder das palavras*” ao identificar lutas pelos significados presentes nas margens urbanas. Percebi relações e tensões entre estigmatização territorial (WACQUANT, 2008) e significações negativadas atribuídas à pobreza urbana e aos ditos “*pobres da periferia*” presentes nas narrativas dos moradores do Grande Bom Jardim. Estar em campo tornou possível assinalar em seus esquemas de classificação social com base no território/lugar, a forte presença de discursos/imagens dominantes que parecem naturalizar uma associação direta entre “*violência e pobreza urbanas*” e que, por conseguinte, projetam as “*periferias*” como espaços de cristalização dos *sentimentos de medo e de insegurança (civil)*: a ênfase na *espacialidade do medo*, já enunciada por Lindón (2006) em outras “*periferias*” latino-americanas, e sua tradução local em um “*viver acuado*” nas “*margens das margens*” de Fortaleza-Ce.

Nesta perspectiva interpretativa, considerei relevante problematizar estes discursos/imagens dominantes pela força simbólica que parecem exercer na produção dos esquemas classificatórios, de percepção e apreciação do mundo social dos próprios residentes destas margens quando nomeiam-significam seus territórios, quem neles vive e a condição de pobreza urbana que atravessa seus modos de viver em “*situações periféricas*” em Fortaleza-Ce. A força destes discursos/significações – o “*poder das palavras*” – parece corresponder a um dos elementos tensionadores e fragilizadores de suas práticas de resistências e de reinvenções da vida qualificada em seus microespaços urbanos, potencializando fragmentações sociais e práticas discriminatórias e segregacionistas entre pessoas e lugares. Apesar de imersas em um contexto comum de desigualdades sociais, há dificuldades em se

reconhecerem como “semelhantes e próximos”, a fim de encaminhar suas reivindicações e demandas para a esfera pública. Parecem trilhar, ao contrário, caminhos e saídas cada vez mais individualizadas e privatizantes para tentar suprir suas necessidades sociais, com foco na *administração das urgências* (TELLES, 2010) do viver nas margens em tempos contemporâneos.

Às imagens midiáticas de espetacularização de uma parcela limitada das existências cotidianas destes moradores “*da e na periferia*” de Fortaleza-Ce, agregam-se as estatísticas produzidas e publicizadas sobre a região. Prevaecem dois ângulos de projeção destes espaços urbanos: as situações de pobreza e de violência urbanas divulgadas nos anos 2000 nesta metrópole. As estatísticas de Estado²⁹ tendem a fortalecer uma imagem homogeneizadora de “*lugar violento, perigoso e de pobres*” atribuído ao Grande Bom Jardim, colocando em destaque alguns de seus territórios constitutivos identificados como enclaves de pobreza-criminalidade-violência. Tais imagens deixam de evidenciar, no entanto, seus efeitos simbólico-reais na dinâmica vivencial destas pessoas de “carne e sangue”, desconsiderando suas diferenciações e dinâmicas culturais internas em construção permanente *entre e intra* territórios/lugares e moradores inscritos nestas margens urbanas.

Parto, assim, de uma descrição-problematizada da região do Grande Bom Jardim, referenciada nos enfoques construídos pelas estatísticas e notícias de jornais de grande circulação em Fortaleza que produzem modelizações negativadas e/ou figurações públicas sobre esta região, com ênfase no bairro Bom Jardim, *seus territórios* fronteiriços e sobre *quem neles reside* nas ditas margens urbanas de Fortaleza-Ce neste século XXI. Destaco elementos que me auxiliaram a problematizar o “*viver nas margens das margens*” urbanas, tecendo o objeto de estudo desta tese. E, por conseguinte, impulsionaram-me a buscar uma aproximação

²⁹ Uso a expressão “estatística de Estado” na acepção dada por Michel Foucault ao discutir o aparecimento da biopolítica e os elementos considerados fundantes em sua emergência. A biopolítica consiste na tecnologia regulamentadora ou previdenciária da vida social destinada a controlar a probabilidade destes eventos ocorrerem e garantir a segurança da população em relação aos seus *perigos internos*. Institui, para tanto, *dispositivos de segurança* destinados à gestão diferencial das normalidades e dos riscos, de maneira a intervir nos acontecimentos possíveis (os riscos externos). Assim, a previsão, o cálculo e o controle dos *riscos externos* foram buscados com a construção de toda uma *racionalidade e estatística de Estado* voltadas a conhecer, prevenir, classificar, identificar riscos sociais previsíveis e intervir sobre eles em consonância com as exigências do capitalismo industrial. A racionalidade e estatísticas de Estado é um dos três elementos considerados fundantes ao aparecimento da biopolítica, segundo Foucault (1999): população, natureza dos fenômenos considerados aleatórios e imprevisíveis em massa e os mecanismos reguladores da vida. E os mecanismos reguladores para Foucault, dentre os quais se incluem as “estatísticas de Estado”, tem funções de “(...) previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar (...) essencialmente de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. (...). O que vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos”. Além de mecanismos reguladores destinados a otimizar um estado de vida, a maximizar forças e extrair potências. (1999: p. 294).

com *lugares e pessoas* que a constroem e a (re)significam cotidianamente, para além dos discursos midiáticos e das estatísticas postas. Procuo caminhar em direção à cidade vivida, sentida, significada, imaginada, construída por estes cidadãos em seus *territórios de fronteiras* inscritos nas margens de Fortaleza-Ce.

1.2 AQUI TUDO É BOM JARDIM? Situando-me na região do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce.

*“O que mata um jardim,
Não é abandono ...
O que mata um jardim é esse olhar vazio,
De quem por ele passa indiferente”
Mário Quitanda*

1.2.1 Sobre as origens de “um Bom Jardim”!

Minhas aproximações e tentativas iniciais de leitura da região do Grande Bom Jardim foram por três vias de entrada que se entrecruzaram na construção de meu objeto de estudo e na pesquisa de campo. A primeira, a partir das estatísticas de Estado disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), às quais tive acesso durante a elaboração do *Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: uma análise das expressões da questão social nos espaços urbanos* nos anos de 2008 e 2009, quando coordenei esta pesquisa encomendada pela extinta Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Posteriormente, para complementar e atualizar estas estatísticas de Estado, fiz levantamentos de dados secundários sobre a situação demográfica, sócio-econômica e da violência urbana de Fortaleza-Ce e desta região, junto a órgãos estaduais e nacionais no período de 2011 a 2012. As outras duas vias de acesso preliminar à região ocorreram em paralelo a esta: o contato sistemático com imagens/discursos produzidos pela mídia local escrita e falada sobre o Grande Bom Jardim e alguns de seus territórios constitutivos; a “entrada em campo” a partir de visitas esporádicas realizadas aos bairros Granja Portugal e Bom Jardim nos anos 2008-2009, sobretudo, aos equipamentos sociais públicos, além das primeiras conversas com moradores locais.

Embora presente as narrativas destas vias de entrada ao Grande Bom Jardim no item seguinte desta tese, considero relevante focar, de início, a importância que tiveram no delinear de meu objeto de pesquisa e no traçado da metodologia do trabalho de campo. O entrecruzamento destas vias possibilitaram a apreensão de distintas perspectivas de olhares

sobre territórios estigmatizados e seus moradores situados nas “margens das margens” de Fortaleza-Ce. Compuseram, para mim, um desafiador mosaico polissêmico e plurivocal sobre as experiências espacializadas de pobreza urbana contemporânea, que venho tentando compreender.

Assim, desde as primeiras caminhadas na região, tendo como *locus* um território estigmatizado localizado oficialmente no bairro Granja Portugal, registrei a resistência de minhas interlocutoras de situarem seu lugar de moradia a partir da lógica da cidade formal demarcada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Inscritas em territórios fronteiriços com o Bom Jardim, algumas interlocutoras declaravam-se moradoras deste bairro. Esta situação tornou-se recorrente ao longo da pesquisa de campo nos anos de 2011 e 2012 quando cheguei ao Marrocos e seus habitantes também identificavam-se como moradores do Bom Jardim, apesar de seu território estar oficialmente situado no bairro Siqueira.

Destaco a máxima “*aqui tudo é Bom Jardim!*” citada, especificamente, pelos (as) narradores (as) idosos (as) e adultos (as), com uma média de vinte anos ou mais residindo nesta região. Demonstravam certa “*confusão*” quando indagados sobre seus locais de moradia: ora referiam-se à região do Grande Bom Jardim, ora ao bairro Bom Jardim. E, na maior parte das vezes, simplesmente, ao Bom Jardim. Teresa – 44 anos, residente há 37 em território inscrito nas fronteiras dos bairros Granja Portugal-Bom Jardim – assim expressa esta versão de “**UM SÓ BOM JARDIM**” formado por múltiplos bairros e localidades que extrapolam as nomeações oficiais do Estado:

O Bom Jardim foi aumentando, foi evoluindo, até chegar no que chegou hoje: um Grande Bom Jardim. Chamam assim porque são vários bairros incluídos num só Bom Jardim. Tem Santo Amaro, Santa Cecília, Canindezinho. Agora tem Tatumundé. Tem Granja Portugal, Granja Lisboa. Tem Planalto do Granja Lisboa. Tem vários bairros que foram evoluindo, aparecendo, e foram incluindo *num só Bom Jardim*. (...) *Na divisa com outros bairros. Mas sempre é o mesmo Bom Jardim*. O grande é porque se tornou um bairro imenso, com bairros dentro. *Como se o Bom Jardim fosse uma mãe que guardasse tudinho, entendeu?* Mas cada um tem seus ônibus, seus itinerários. Tem essas coisas todas. Só que se identifica como Grande Bom Jardim. É conhecido como Grande Bom Jardim.

Introdutoriamente, afirmo que esta identificação de “*um só Bom Jardim*” resguarda a memória das *origens da região*: “*tudo começou com o Bom Jardim!*”, declararam os moradores mais antigos com os quais conversei. Ao observar o mapa oficial da região, é possível localizar o bairro Bom Jardim quase ao centro, fazendo fronteira com os demais quatro bairros – Granja Portugal, Granja Lisboa, Canindezinho e Siqueira – que a constituem, conforme explicitado no figura a seguir:

Figura 1 – Região do Grande Bom Jardim (5 bairros)



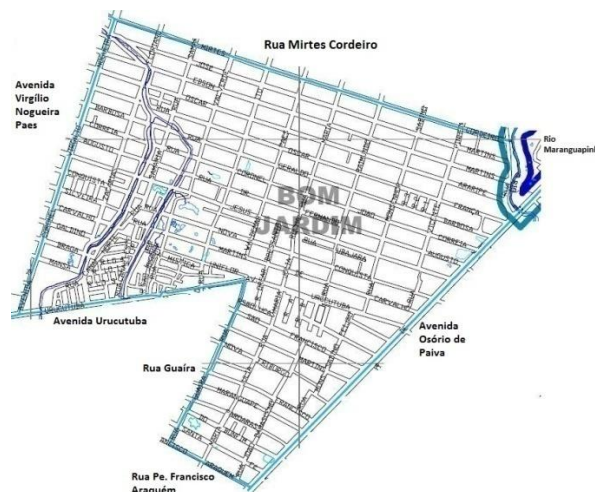
Fonte: PRONASCI/SERV (2011)

De acordo com o Caderno do bairro construído pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)³⁰, a partir das referências locais de moradores da região, o bairro tem os seguintes limites geográficos: ao norte, a Granja Portugal (rua Bom Jesus, seguindo a rua Samaria e a rua Nova Conquista); ao Leste o Canindezinho (avenida General Osório de

³⁰ Organização não governamental (ONG), sem fins lucrativo, com atuação na região desde 1994 em mobilizações político-sociais. Segundo o documento, A Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (CDVHS/ RDSGBJ, 2006: 5-6), o CDVHS afirma como “... elemento norteador de sua ação a ideia de comunidade e de comunidades e a certeza do protagonismo dos mais pobres”. Em termos de financiamento, conta com a colaboração da entidade alemã Miserio, cujo eixo de atuação é o fortalecimento de redes sociais, no caso, a Rede DLIS pela articulação política para garantir direitos humanos ou para dar visibilidade às suas violações. Dentre suas principais atuações, ressalto: realização com atualização do diagnóstico sócio-participativo do Grande Bom Jardim e da Política de Desenvolvimento Local em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC); promoção de pesquisas sociais sobre a organização político-social na região; colaboração na realização do Ponto de Memória e Museu do Grande Bom Jardim; Projeto Jovens Agentes de Paz – que envolve cerca de cem jovens de cinco escolas públicas locais para trabalhar cultura de paz, mediação de conflitos e compreensão de direitos humanos; articulação com Universidades e Faculdades; Escola de Direitos Humanos em parceria com a Faculdade CRISTHUS e a Universidade Federal do Ceará (UFC) destinada à formação de lideranças locais; coordenação/mobilização da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) viabilizando o monitoramento/fiscalização das políticas públicas, com destaque para a luta pela regularização das ZEIS do Grande Bom Jardim, das ações estatais junto ao Rio Maranguapinho, monitoramento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (concluído em 2012); ações de mobilização social e atos públicos em defesa dos direitos humanos na região, a exemplo das Caminhadas pela Paz; articulações com outras redes e movimentos sociais de Fortaleza, com destaque para articulação com a Rede do Jangurussu e Ancuri desde 2012 e a representação no Movimento Nacional de Direitos Humanos; promoção de debates públicos com representantes governamentais e candidatos a cargos públicos em épocas de eleições estaduais e/ou municipais.; promoção de audiências públicas e elaboração de releases para a imprensa local para divulgação e/ou denúncias sobre a violação de direitos/violências vivenciadas na região, dentre outras. Informações obtidas por meio de entrevistas com coordenadora do CDVHS e um dos associados da instituição, bem como pela observação direta em reuniões desta instituição e da Rede DLIS nos anos de 2012 e 2013.

Paiva); ao Sul, o Siqueira (rua José Maurício e Sítio Varjota); e ao Oeste, a Granja Lisboa (rua Coronel Virgílio Nogueira). Já o mapa do Bom Jardim (Figura 2) construído pela coordenação do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI)³¹ na SER V permite identificar algumas discordâncias em termos dos limites estabelecidos entre este e os demais bairros constitutivos da região, a saber: a fronteira com a Granja Portugal é a rua Mirtes Cordeiro; com o Canindezinho é a Avenida Osório de Paiva; com o Siqueira, a Avenida Urucutuba e rua Guaira; e, com a Granja Lisboa, a rua Coronel Virgílio Nogueira. Estas distinções entre o mapa de cidade formal definida pelo Estado e suas instituições e o mapa simbólico-vivencial produzido pela população residente parecem contribuir com as dificuldades de identificação de seus *lugares habitados* por parte dos moradores: ora referem-se à cidade formal, conforme aparece o endereço em suas contas de luz e água; ora declaram seu pertencimento territorial a partir de suas experiências de apropriação do espaço no bairro e na região.

Figura 2 - Bairro Bom Jardim e suas fronteiras físicas



Fonte: (PRONASCI-SER V)

³¹ O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PONASCI) destina-se, segundo documentos do poder público federal, à prevenção, controle e repressão à criminalidade. Com a pretensão de conceber as políticas públicas para juventude a partir da concepção do jovem como sujeito de direitos, o Ministério da justiça criou, em 2007 o PRONASCI. A intenção é atender o jovem que se encontra em situação infracional ou corre o risco de ser levado para o mundo do crime. Segundo documentos oficiais, o público alvo deste programa federal são os Jovens de 15 a 24 anos que se encontram nas seguintes condições: em situação de descontrole familiar grave, egressos do sistema prisional, em situação infracional, adolescentes em conflito com a lei e jovens apenados. Propõe a adotar uma nova concepção de atuação policial com o objetivo de fortalecer os laços comunitários e criar condições para o acesso às políticas públicas sociais. O município de Fortaleza foi a 12ª região conveniada, sendo a região do Grande Bom Jardim escolhida para o desenvolvimento das ações do PRONAS, com destaque para o Projeto Território da Paz instalado dia 1º. De dezembro de 2009. Este projeto previa as seguintes ações: GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal; Vídeo-monitoramento; Posto de Policiamento Comunitário; Núcleo de Justiça comunitária da Procuradoria Geral de Justiça; Mulheres da Paz; Protejo; Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) - Capacitação e Estruturação; PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade; Praça da Juventude; Reestruturação de dois CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; Duas equipes da ESF – Estratégia Saúde da Família; Jovens Mulheres em Ação; Teatro Vivo; Dança para a Vida; Música para a Vida; Maracatu Estrela Bela; Trilhos Urbanos; Cidadania Ativa.

Para além destas localizações físicas no espaço, destaco as formas de produção simbólica do lugar e o pertencimento declarado ao Bom Jardim por parte destes interlocutores mais antigos da região. Ao fazerem referência ao Bom Jardim, era comum relembrares a imagem de um *“lugar bom e tranquilo”*, enfatizando traços de um passado recente, seja a de sua fundação nos idos dos anos 1950 e 1960, seja das décadas de 1970 e 1980 quando as transformações sócio-territoriais estavam em pleno curso. Assim, para recompor alguns dos fios desta memória coletiva do Bom Jardim como elemento significativo da versão de que *“aqui tudo é Bom Jardim”*, parto de fragmentos do passado apreendidos a partir de falas de moradores mais antigos, de jornais de ampla circulação na cidade, de documentos construídos pela ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS). E, durante a pesquisa jornalística, identifiquei informações valiosas sobre esta origem da região, com destaque para o trecho da entrevista do Sr. Pedro Rocha ao Jornal O POVO, Caderno O POVO nos bairros, de 03 de dezembro de 1994, conforme abaixo reproduzido:

No início do século XX, estava encravada numa localidade distante do centro de Fortaleza, conhecida por Boa Vista, uma fazenda de gado e plantio com o mesmo nome, até hoje um casarão intacto, somente com quatro metros de rebaixamento no teto, mantendo a mesma arquitetura colonial, e cercada por um terreno, propriedade de José Gilmar Andrade Correia e D. Gilda. Boa Vista é a origem do Grande Bom Jardim que atualmente engloba bairros como Granja Portugal, Granja Lisboa, Paque Santo Amaro, Parque Santa Cecília, Canindezinho e Siqueira, com uma população de 170 mil habitantes. A localidade era aprazível, cheia de árvores frutíferas e de flores. Na década de 50, João Gentil, proprietário de uma imobiliária, resolveu lotear parte dos terrenos ali existentes. (...) Ele quando viu o lugar disse: ‘vou chamar de Bom Jardim’. E logo depois as placas já estavam fincadas pelo bairro com o nome que até hoje designa nossa comunidade. (...) Antes, toda a extensão da localidade se chamava Bom Jardim. Na década de 60 os loteamentos começaram a aparecer e foram surgindo novos nomes para identificá-los. O Parque Santo Amaro era conhecido como Jardim Paulista. E o Parque Santa Cecília era todo de Leopoldo Dantas, que tinha um castelo no local de fazer gosto. A Granja Lisboa, conhecida como Tatu Mundé, pertencia ao Teodoro de Castro. E a Granja Portugal era de um senhor que todos chamavam de seu ‘Portugal’, e tinha o nome de Pici, fazia parte do bairro que ainda tem essa denominação. (Sr. Pedro Rocha, à época da entrevista com 67 anos, residente na região desde 1967).

Segundo interlocutores de pesquisa e em consonância com o documento Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim (CDVHS, CPDU, UECE, 2005), o espaço que originou esta região era constituída, em sua maioria, por propriedades rurais. Ainda nos anos 1950, a supracitada fazenda Boa Vista foi vendida aos senhores João Gentil e Zezito Tavares, donos de imobiliária local. Esta fazenda foi, então, renomeada de Bom Jardim e loteada. Os lotes vendidos a preços populares atraíram muitos retirantes sertanejos e moradores de outras áreas “periféricas” de Fortaleza. Com base em relatos orais de residentes mais antigos do Bom Jardim, o autor e morador Valdeci Carvalho (2007) reconstruiu parte desta memória local na cartilha intitulada *“Bom Jardim: a construção de uma história”*. Destacou, assim, alguns de seus personagens importantes, a marca da migração de seus

primeiros habitantes, a relação estabelecida com a natureza local e os traços rurais predominantes no período de fundação do lugar e que deu origem ao nome do bairro e, posteriormente, da região, conforme explicitada a seguinte passagem da cartilha:

No início o verde predominava com muitas árvores frutíferas, serras e um rio (chamado Maranguapinho). Havia muitos coqueiros, sabiasais e carnaubais. Antes de receber o nome oficial, existia apenas a fazenda Boa Vista. A proprietária, conhecida como D. Gilda, vendeu o terreno para João Gentil e Zezito Tavares, seu sócio. João Gentil decidiu lotear uma parte, espalhando várias placas com o nome Bom Jardim, na década de 50. Porém, o loteamento só começou a vender bem em 1958, com Carlos Tavares e João Brotin trabalhando como corretores. Logo, os lotes foram repartidos e vendidos com nomes diferentes. Isto explica (em parte) o porquê do bairro ser dividido em comunidades. Depois, João Gentil e Zezito Tavares desfizeram a sociedade, mas tudo ficou no nome de João Gentil. (...) A década de 60 foi um período em que muitas famílias vieram para o bairro, pois foi uma época de grandes contingentes de imigrantes chegando à cidade de Fortaleza. Este fato contribuiu para atrair famílias oriundas do campo, que viviam em busca de melhores oportunidades na cidade (CARVALHO, 2007: p. 5-6).

A nomeação *Bom Jardim* fazia referência não só à natureza exuberante, mas também às expectativas dessa gente do interior e/ou da capital que trazia na *bagagem* a esperança de novas oportunidades de vida, de trabalho e da conquista de *um lugar melhor* para viver. As atividades econômicas prevaletes na Boa Vista, tornada Bom Jardim, eram similares à da zona rural, oportunizando trabalho para pessoas com baixo poder aquisitivo e nenhuma qualificação profissional: eram a criação do gado e a agricultura de subsistência, além da produção de telhas e tijolos de *barro massapê* retirado das margens do rio Maranguapinho que corta a região³².

Espaço tornado território vivido. Os primeiros moradores do Bom Jardim transformaram a precariedade de suas existências em coragem e esperança para desbravar espaços “vazios” e “periféricos” da tímida cidade de Fortaleza dos anos 1950 e 1960. Considerada desde suas origens um espaço “periférico” – distante do centro e de áreas ditas “nobres” desta metrópole – o Grande Bom Jardim teve sua origem vinculada à modernização conservadora empreendida pelo Estado cearense a partir das supracitadas décadas. Destacam-se, à época, a urbanização acelerada e desordenada da capital Fortaleza, que se inseria na estrutura urbana nacional hierárquica como um dos grandes centros de distribuição de produtos industrializados e de coleta da produção agrícola de suas respectivas áreas de influência. Sobre este papel de Fortaleza na crescente estrutura urbana nacional e sua histórica urbanização acelerada, Bozarcchiello da Silva afirma (2007: p. 219-221; grifos meus):

³² Atividade aprendida com os índios residentes na região à época de seu loteamento em medados dos anos 1960-70.

Fortaleza é um exemplo típico dessa situação. O papel assumido pelo setor terciário justifica em parte seu crescimento e a influência que ela exerce sobre um vasto espaço que se estende além dos limites estaduais. ***Os fluxos migratórios para Fortaleza têm sido intensos e o aumento dos índices de pobreza urbana mostram-se alarmantes.*** (...) esse crescimento demográfico de Fortaleza está intimamente vinculado às secas periódicas que ocorrem no interior do Estado e à estrutura fundiária calcada na grande propriedade ligada à criação de gado, esta última, atividade que dispensa cada vez mais a mão-de-obra, e as duas, no conjunto, dificultam a fixação da população no interior.

Nestas décadas de 1950 e 1960, o Ceará atravessava um processo de integração regional de articulação à região industrializada do país, o Sudeste. Havia, neste estado, uma insipiente indústria de beneficiamento dos produtos agrícolas de exportação (algodão, carnaúba e oiticica), abrindo-se espaços para um parque industrial cearense (têxtil e óleos) o qual entrou em declínio após o Sudeste, especificamente São Paulo, tornar-se centro hegemônico brasileiro, sobretudo, com a urbanização e a industrialização, sob forte proteção estatal, contando com o fundo público desde os anos 1930 e intensificados no período desenvolvimentista (COSTA & BEZERRA, 2010). O Ceará passava pelo desafio da modernização em meio aos conservadorismos locais, destacando-se Fortaleza como importante polo comercial com o exterior, com um frágil processo de industrialização e um crescente contingente de trabalhadores urbanos empobrecidos. A estes se somaram os nomeados “retirantes das secas” provenientes do interior do estado. A cidade tornou-se, então, receptora de migrantes do sertão que aqui buscavam melhores condições e oportunidades de vida e de trabalho. Estas duas décadas registraram um aumento populacional de quase 100% em Fortaleza, em especial com o advento destes migrantes que se instalaram nos ditos “*espaços vazios*” – espaços urbanos não habitados e/ou submetidos à parca especulação imobiliária – situados no entorno das áreas centrais onde, posteriormente, se concentraram as indústrias e o comércio. A ocupação de “*espaços vazios*” da cidade originou uma ampla “periferia” desprovida de infra-estrutura urbana e serviços sociais, a exemplo da construção do Grande Bom Jardim.

A Fortaleza dos anos 1950 e 1960 tornou-se, assim, “destino” idealizado de muitos migrantes do sertão que aqui buscavam escapar do flagelo das secas sistemáticas, a construir uma história que não foi apenas de submissão. Histórias vividas e memórias construídas de resistências e lutas de trabalhadores pauperizados que desbravaram e ocuparam espaços “vazios” da cidade, expandindo a malha urbana para além dos limites do que se convencionou chamar de “centro” da vida fortalezense. E foi, reafirmo, o fenômeno da seca que contribuiu significativamente para o incremento populacional da região do Grande Bom Jardim desde as décadas de 1950 e 1960, adensando-se com as prolongadas estiagens

reiteradas nos anos 1970 e 1980, ao forçar o êxodo rural de inúmeros migrantes do “sertão” do Ceará para a capital.

Segundo relataram três de minhas interlocutoras – com tempo de moradia de 30, 35 e 40 anos no GBJ – residentes em áreas consideradas mais urbanizadas e centrais desta região, com destaque para os bairros Bom Jardim e Granja Portugal, os principais motivos que as fizeram migrarem para o Bom Jardim foram: além das necessidades econômicas materiais em virtude do trabalho “escasso” e muita pobreza/miséria na área rural devido às secas e ao parco desenvolvimento local, vir morar neste bairro no início de sua construção significava possibilidades de ter acesso a terrenos a baixo custo ou por meio de “invasões” e/ou “ocupações de terra alheia”; de realizar o sonho da “casa própria”; de conseguir aluguéis mais baratos; e, em especial, foram motivadas pelas redes familiares e de conterrâneos já residentes no local.

Neste início, o Bom Jardim parecia alimentar as possibilidades tanto de ascensão social destes migrantes – na travessia *campo-cidade* – como de reconstruir na cidade os vínculos familiares e vicinais que afirmavam manter no campo. Projetava-se sobre este espaço urbano “periférico” a promessa de uma vida melhor e de preservar uma relação com a natureza que, em muito, segundo os interlocutores, recordava seu ambiente rural e lhes garantia sobreviver também com o cultivo da terra e a criação de animais domésticos (caprinos, bovinos, suínos, galináceos) na cidade, condições ainda hoje encontradas em muitos espaços da região.

No entanto, esta realidade foi se transformando de forma acelerada e desordenada a partir das décadas de 1970 e 1980. Intensificaram-se os fluxos migratórios não só *campo-cidade*, mas ainda *centro-periferia e periferia-periferia*. Fluxos construídos pelo Estado por meio de constantes remoções e reassentamentos de populações inscritas em diferentes áreas reconhecida como “nobres” ou “centrais” **da cidade; ou empreendidos pelas próprias populações pauperizadas em seus constantes deslocamentos nas periferias da cidade, em busca de “um lugar no mundo”**. Conforme o documento *A Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim* (CDVHS/ RDSGBJ, 2006), este processo de intenso e desordenado de povoamento da região ocorrido a partir dos anos 1970 e 1980 foi também motivado por incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) durante a instalação do polo industrial de Maracanaú – um dos municípios fronteiriços com o Grande Bom Jardim – potencializando a concentração de áreas habitacionais sem planejamento urbano na zona sudoeste de Fortaleza-Ce. Segundo Bozarcchiello da Silva (2007), a expansão da malha urbana de Fortaleza, avançando em

direção aos espaços “vazios” e distantes do “centro” da cidade, seguiu tendência iniciada no final dos anos 1960 e foi adensada até o final dos anos 1980. O autor ressalta este fenômeno na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenelle, período no qual a luta pela terra, por moradia e infra-estrutura urbana tornaram-se focos de reivindicações populares das “periferias” desta cidade. Nas palavras deste autor (2007: p. 223):

(...) os mutirões começaram a compor a paisagem urbana da cidade, alterando, sobremaneira, sua imagem. A luta pela terra e pela habitação encetou um amplo movimento social que tinha na casa sua principal bandeira de luta. ***Os vazios urbanos, especialmente os do setor Oeste da cidade, foram ocupados mais intensamente***, ocasionando uma maior rentabilidade das taxas de ocupação e melhor utilização dos equipamentos e serviços, advindos do aumento das densidades de ocupação do solo.

Esta ampliação das “periferias” da cidade caracterizou-se tanto pelos loteamentos clandestinos e/ou as “invasões” de terras privadas, das autoconstruções nestes espaços vazios e, não raras às vezes, situados em locais nomeados de áreas de riscos geográficos³³, como também por situar grandes conjuntos habitacionais construídos pelo Estado sem garantir, necessariamente, a infraestrutura urbana e/ou acesso a serviços sociais indispensáveis a uma vida qualificada.

As esperanças de conquistar um “lugar no mundo” social foram frustradas para uma considerável parcela dos moradores destas “*periferias das periferias*” da cidade. A região do Grande Bom Jardim caracterizou-se por uma ocupação desordenada do solo urbano, sem planejamento e sob frágil atuação do Estado. Predominaram as ações reativas dos governos municipais e/ou estaduais em relação às reivindicações advindas das margens da cidade para garantir e/ou melhorar a infra-estrutura urbana e serviços públicos, a exemplo da pavimentação e calçamento das ruas, da iluminação, da água encanada, do transporte, do saneamento básico, da saúde, da educação, da segurança, dentre outros. Estes direitos sociais foram fruto da organização e luta político-social de segmentos organizados da sociedade civil do Grande Bom Jardim, que incluem associações comunitárias, movimentos sociais, ONG’s,

³³ Áreas de risco geográfico são definidas segundo critérios físico-geográficos, a saber: inundações, alagamento, deslizamentos e desmoronamento. Nos três bairros escolhidos – Genibaú, Granja Portugal e Bom Jardim – destaco as seguintes áreas de risco com seus respectivos quantitativos de famílias atingidas: Comunidade do Capim (407), Maranguapinho II (1.516), Canal da Moçambique (107); Maranguapinho I (990); Canal Leste (784), Mela-Mela (Novo Mundo - 205) e Pantanal do Parque Santo Amaro (188). Dados relativos a novembro de 2008 fornecidos pela Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza – Coordenadoria Municipal de Fortaleza. Ver BEZERRA, L. M. P. de S. .Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: um estudo da questão social nos espaços urbanos, 2009.

com destaque para o protagonismo da igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)³⁴ presentes na região nestes anos 1970-80.

Nesta perspectiva, a criação da paróquia de Santa Cecília em 1980 foi um marco na ampliação e fortalecimento das ações sócio-assistenciais católicas no Grande Bom Jardim. E embora reconheça o crescimento significativo de igrejas evangélicas e a presença das religiões afrodescendentes (umbanda e candomblé) e do espiritismo na região, destaco aqui esta influência católica do início da formação local e nas ações empreendidas no tempo presente em seus territórios marcados por elevados indicadores de pobreza e violência urbanas. Neste período, a chamada “esquerda cristã” – tendência progressista da igreja católica orientada pela Teologia da Libertação – empreendia uma mobilização e organização sócio-política dos católicos para engajamento em “trabalhos pastorais comunitários” voltados à melhoria das condições de vida da população pauperizada da região. A nomeação “*comunidade*” atribuída e reproduzida em muitas das localidades do Grande Bom Jardim originou-se a partir das ações sócio-políticas das CEB's e foram reforçadas, segundo lideranças locais, com a vinda dos padres missionários Combonianos a partir destes anos 1980. Com eles, foram ampliados e descentralizados os chamados “trabalhos pastorais” realizados nas localidades do Bom Jardim conhecidas e reconhecidas internamente como

³⁴ As “comunidades eclesiais de base” – CEB's – cresceram e se desenvolveram nos anos 1970, no decurso das lutas da sociedade civil brasileira em torno da defesa dos direitos humanos, pela redemocratização do país e contra a violência perpetrada pelo Estado técnico-burocrático e autoritário instaurado com a ditadura militar pós Golpe Militar de 1964 no Brasil. As CEB's emergiram das manifestações de resistência construídas por dentro da Igreja Católica progressista – vinculada à Teologia da Libertação – e constituíram-se em organizações de base, através das “pastorais” disseminadas em vários territórios do país. Neste período marcado por fortes mobilizações da sociedade civil em torno da luta contra a ditadura militar, o recurso ao sentimento de “comunidade” em meio à percepção de necessidades e experiências comuns de discriminação, opressão, violências praticadas pelo Estado encontrou nas CEB's um caminho fecundo à construção de ampla rede de organização, conscientização e politização das chamadas “bases” da sociedade brasileira. Em seus discursos, as “bases” significavam a parcela da população da sociedade que se encontrava “privada do ter, do poder e do saber”. Seria, assim, de responsabilidade das CEB's investir nos processos de conscientização e organização política desta população, instaurando-se nos seus territórios vividos, a quem nomeavam de “comunidades”. O recurso à “comunidade” enfocava as carências compartilhadas, os laços de solidariedade, o espírito de coletividade, uma experiência de participação igualitária (VER) e de esperança, a reflexão e a visão crítica com base na realidade ou “conscientização” (JULGAR) na perspectiva desta dinâmica comunitária que deveria conduzir à “decisão da práxis” (AGIR). Ou seja, as pessoas reconhecem-se e tornam-se sujeitos na experiência de “lutar juntos”. O caminho fora a organização e a atuação política de leigos e leigas engajados na luta comum pela construção de uma “nova igreja” e uma “nova sociedade” (AGIR). Iniciativa sustentada na dialética evangelho e vida, fé e política. A chamada esquerda cristã brasileira tem suas raízes nas CEB's, destacando-se a participação de seus integrantes em movimentos populares e pela redemocratização brasileira, com envolvimento direto de membros da igreja católica, dentre os quais Frei Betto e Leonardo Boff são figuras significativas. Durante o período ditatorial, as CEB's ocuparam posição principal nos processos de organização e mobilização dos movimentos populares brasileiros. Contudo, a partir dos anos 1980, com o chamado movimento de “restauração romana” irrompido na Igreja Católica, houve toda uma reinterpretação dos documentos do Concílio Vaticano II numa perspectiva centralizadora, hierarquizada e clerical, contrária à participação da igreja e de seus membros no campo da política. Para aprofundamento e apreensão das críticas à perspectiva das CEB's, conferir Wanderley, M. B. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*, 1993.

“*comunidades*” na região. Tal nomeação carrega forte significação político-social e tem sido adotada por parcela de moradores – as lideranças locais e os residentes engajados em ações da igreja católica – para fins de distinção social e distanciamento simbólico de seus territórios vividos em relação às imagens/discursos estigmatizantes associados aos significantes “*favela*”, “*invasão*” e “*periferia*”. Esta marca da luta sócio-política, desenvolvida pela ala progressista da igreja católica na sua versão “Bom Jardim”, constituiu-se em impulsionador dos processos organizativos e de luta política de segmentos da sociedade civil na região, que resistem e avançam nos embates e/ou parcerias estabelecidas com o Estado nestes anos de 1990 e 2000.

Apesar do forte processo organizativo de parte dos moradores do Grande Bom Jardim, pautando na esfera pública suas necessidades e demandas sociais diante do Estado, a referência à condição de “*abandono e esquecimento*” da região por parte do poder público é recorrente nas falas e experiências de moradores, sobretudo, naqueles que habitam as “*margens das margens*” metamorfoseadas em verdadeiros enclaves de pobreza em seu interior. Cada vez mais, a frágil presença do Estado em sua face protetiva se faz acompanhada do encrudescimento de sua face de vigilância e punição dos considerados “*pobres*” urbanos e de seus espaços de moradia. Este tem sido um traço histórico na formação desta região periférica da cidade desde as suas origens, fortalecido a partir das décadas supracitadas.

Assim, as obras de infra-estrutura urbana foram chegando lentamente a partir dos anos 1970, 1980 e 1990, em grande parte como fruto de lutas sociais e políticas de moradores e, ao mesmo tempo, como respostas seletivas do Estado instituídas para garantir sua legitimidade social e para dar suporte aos processos de modernização conservadora em curso nesta metrópole. E vale salientar, a urbanização precária das “*periferias*” chegou de maneira seletiva a locais considerados “*centrais*” dentro da região. Em minhas caminhadas por ruas do Grande Bom Jardim do século XXI, foi possível encontrar espaços urbanizados, com centros comerciais em amplo desenvolvimento e com residências de qualidade. E, muito próximas a estes, encontrei ruas com parca ou nenhuma infraestrutura urbana, casas mistas (taipa-tijolo), de taipa ou mesmo de tijolos formadas por um a dois cômodos, suscetíveis a riscos geográficos. Mesmo considerando apenas um único bairro ou território, as marcas de desigualdades sociais estão presentes no traçado das ruas, nas fachadas e interior das casas, nas condições habitacionais, nas refeições feitas ou na sua ausência, nos transportes utilizados (públicos ou particulares), nos lugares onde fazem suas compras, nas suas condições de trabalho ou de desemprego, dentre outros aspectos relevantes.

De fato, esta região encarna um complexo e heterogêneo tecido social urbano formado por múltiplos lugares e traduz uma extensão das “periferias” de Fortaleza que comporta outras “periferias” constituídas em seu interior. Nesta perspectiva, destaco a existência dos territórios formados a partir de “ocupações” de terra e/ou inscritos nas chamadas áreas de risco geográfico, ambas classificadas pela PMF e por parcela de moradores pela designação negativada de “favelas”. Encarnam territórios sequer existentes para a rede de atendimento à saúde municipal, sem saneamento básico, sem iluminação pública – com proliferação de ligações clandestinas, as “gambiaras” ou “gatos” feitos pelos residentes – repletos de mato e lama, com esgotos correndo a céu aberto, com obras públicas inacabadas e abandonadas pelo poder público, a exemplo do Marrocos e de outras localidades nomeadas de “favelas” fundadas nos anos 2000. Portanto, apesar da produção desta imagem de que “*tudo aqui é Bom Jardim!*”, existem distintas formas de *viver nestas margens* de Fortaleza. Afinal, as fronteiras *centro-periferia* são absolutamente móveis, deslocantes e relativizadas. Existem “centros” ou áreas ditas “nobres” dentro das “periferias” e “*periferias das periferias*” no Grande Bom Jardim, com fortes implicações nas lutas de classificação estabelecidas *entre e intra* seus territórios constitutivos, entre pessoas e lugares dentro de uma região projetada como estigmatizada e desqualificada socialmente em Fortaleza.

A partir destas décadas de 1970 e 1980, o Bom Jardim vivenciou uma série de “*invasões*” e/ou “*ocupações de terras*”, e não só por parte dos migrantes do interior. Residentes de outras áreas das margens de Fortaleza e de dentro da própria região deslocaram-se em direção aos espaços “vazios” ainda presentes. Os fluxos *centro-periferia* e *periferia-periferia* intensificaram-se e ampliaram as localidades constitutivas do Grande Bom Jardim para além de seus cinco bairros oficiais. O Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim (CDVHS, CPDU, UECE, 2003) registrou treze (13) localidades formadas ao longo destas duas décadas, quais sejam: Parque Santo Amaro, Parque Santa Cecília, Parque São Vicente, Santa Luzia, Inferninho, Nossa Senhora Aparecida, Belém, Novo Mundo, Parque Jerusalém, Jardim Jatobá, Comunidade Nazaré, Parque São José, Sumaré. Localidades nomeadas de maneira plural e relacional por seus moradores, sendo consideradas bairros e/ou “comunidades” em relação direta com a sua busca de distinção social e da valorização dos próprios espaços de moradia. Foi comum nos relatos de meus interlocutores a referência a territórios distintos construídos a partir de “invasões de terra alheia”. São as “ocupações” assim nomeadas na região: Ocupação Pantanal do Santo Amaro ou Pantanal do Bom Jardim; Ocupação Nova Esperança; Ocupação Nova Canudos; Ocupação Igualdade, Ocupação Sete de Setembro; Ocupação Oito de Dezembro; Conjunto Habitacional Urucutuba construído pela

PMF em 1993 em regime de mutirão, daí ser conhecido na circunvizinhança por Mutirão; Ocupação do Planalto da Urucutuba ou, popularmente, Marrocos, fundado em 2000; e a mais recente ocupação chamada de Conjunto da Urucutuba, também chamada de Haiti, que foi invadido em 2011 por populares, antes mesmo de ser concluído pela PMF.

Contudo, estas não são as únicas localidades constitutivas do Grande Bom Jardim nestes anos 2012, perfazendo um total de quarenta e quatro (44) catalogadas pela SER V, sem acréscimo de nenhuma informação sobre seus tempos de fundação e quais são resultado de ocupações ou os conjuntos habitacionais viabilizados pela PMF. A identificação e a catalogação do total de localidades da região resultaram de levantamento realizado pela coordenação do PRONASCI da SER V em 2011, junto a lideranças comunitárias reconhecidas pela PMF, passando a orientar as ações territorializadas deste programa nacional na região. Tais localidades foram dimensionadas nos cinco bairros do Grande Bom Jardim, a saber: o **Bom Jardim(06)** congrega a “Comunidade” do Bom Jardim, o Parque Santo Amaro, o Parque São Vicente, Pantanal (do Bom Jardim), Conjunto Habitacional Urucutuba (Mutirão) e Parque Santa Cecília; o bairro **Granja Portugal(07)** agrega Cacimbinhas, Comunidade Menino Deus, Santa Clara, Belém, Santo Antônio, Novo Mundo e Mela Mela; no **Siqueira(13)** tem-se a Comunidade Irmã Dulce, 7 de Setembro, Conjunto Habitacional Tatumundé, Comunidade Urucutuba (*Marrocos ou Ocupação do Planalto da Urucutuba*), Santo Amaro, Parque São Vicente, Nova Canudos, Esplanada, Sumaré, Parque Nazaré, Parque São João, Jardim Jatobá, Paraíso Verde e Alto da Pimenta; **Granja Lisboa(11)** tem o Cearazinho, Canal Umuarama, Nossa Senhora de Fátima, Alto da Paz, Santa Cecília, Nova Residência, Campo do Águia, Malveira, Palmares, Dom Lustosa e Carioca; **Canindezinho(07)** agrega Comunidade do Canindezinho, Parque Jerusalém, Parque Santo Antônio, Comunidade Vertical, Jardim Fluminense, Planalto Vitória, Siqueira II.

O processo de urbanização do Grande Bom Jardim manteve-se em ampla expansão nas últimas décadas. De um lado, a malha urbana da região ampliou-se com as “ocupações” de espaços “vazios” relativos a propriedades privadas ou áreas pertencentes à PMF. De outro, sua ampliação foi impulsionada pelo próprio Estado através da construção de conjuntos habitacionais destinadas às populações classificadas de “baixa renda” e, sobretudo, as residentes nas ditas áreas de risco geográfico que foram removidas e reassentadas nestes espaços “periféricos” da cidade. Esta urbanização precária ganhou certa força no Grande Bom Jardim durante as duas últimas gestões do Partido dos Trabalhadores à frente da prefeitura de Fortaleza (2005-2008 e 2009-2012). A implementação do Orçamento Participativo (OP) na cidade recebeu amplas demandas da área da habitação e infra-estrutura urbana advindas de

múltiplas localidades da região, apesar de várias destas não terem sido contempladas em seu Plano de Ações (OP-Ciclo 2011) e nem materializadas. Um exemplo contundente ocorreu no Marrocos: as demandas por obras de urbanização (infra-estrutura das ruas, saneamento básico e regularização fundiária) não foram materializadas e a construção de 157 casas iniciada em 2007 encontrava-se paralisada até o final de 2012, quando saí de campo. Deste total, a PMF entregou apenas 62 unidades habitacionais e depois de grande mobilização de lideranças e população local, sob as ameaças de “*invasão*”, caso não fossem entregues³⁵.

A referência aos fluxos migratórios *centro-periferia* e *periferia-periferia* potencializados pela PMF com a construção de conjuntos habitacionais na região foi recorrente nos relatos de moradores mais antigos. Enfocaram remoções e reassentamentos urbanos empreendidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) – intensificados a partir do final dos anos 1980 e décadas de 1990 e 2000 – ao deslocar populações das chamadas *áreas de risco* geográfico e de “favelas” de outros bairros para o Grande Bom Jardim, sem garantir a devida infra-estrutura urbana, de serviços públicos e equipamentos sociais. A narrativa de Dona Francisca, 64 anos, residente do Bom Jardim desde 1966, rememora um pouco este início do bairro, com destaque para a lenta e seletiva construção de uma frágil infra-estrutura urbana e da chegada de moradores de outras *áreas periféricas* de Fortaleza, fenômeno ao qual atribui parcela significativa da transformação de um “*lugar tranquilo*” – “*um bom jardim*” – em um “*lugar violento e perigoso*” que ganha visibilidade pública negativamente a partir dos anos 1990:

Foi como se fosse um renascer de um filho. Eu cheguei aqui e era mata. Eu fiquei muito decepcionada. Eu cheguei com 18 anos. Cheguei com meus pais e 11 irmãos. Viemos de Aurora. No início, era tudo muito difícil. Não tinha água, não tinha luz, não tinha calçamento. Isso foi em 66. Nós chegamos aqui em 06 de junho de 1966. A mercearia mais próxima era na Granja Portugal conhecida, na época, por Bom Sucesso. Não tinha luz, não tinha nada. A água era de cacimba. Aí nem todas prestavam pra beber. Eram salobras. Era muito difícil mesmo. A gente cozinhava na lenha porque não tinha opção. Tinha o gás butano, mas não tinha onde comprar. O jeito era cozinhar na lenha mesmo. Quando a gente ia fazer uma compra era na Granja Portugal. E pra cá era mato. Era uma viagem de filme que a gente saía pra ir à mercearia: aquela ruma de gente dentro daquele mato. Aí quando começaram a lotear os primeiros terrenos foi em 1958. No fim de 58 foi quando começaram a lotear os terrenos e aí já foram abrindo ruas, construindo casas, comércio. A luz do Bom Jardim chegou no dia 31 de março de 72. (...) Mas chegou a luz entre aspas: só aqui da rua Virgílio Nogueira pra lá. Pra cá ficou tudo no escuro. Somente a da avenida aí que não era ainda Oscar Araripe. Era Avenida 31 de Março. Foi só uma rede de luz. Aí todo mundo ficou empolgado. Fazia aqueles “gatos” nos postes. Porque não tinha luz e agente tinha que ir buscar. Foi progredindo mais, foram abrindo mais ruas, comércios, luz pra aqui, pra acolá. Botando a rede de água, esgoto, pavimentação, o calçamento da Oscar Araripe, da rua Três Corações pra lá, cruzando com a Barra Vermelha, com Francisca de Paiva foi na década de 86-87, no tempo do Ciro Gomes era o governo. Foi ele quem botou o resto do calçamento. E era muito

³⁵ Para aprofundamento sobre o Orçamento Participativo em Fortaleza-Ce e suas particularidades na localidade do Marrocos, consultar: ARÃO, Márcia Regina Mariano de Sousa. Orçamento Participativo em Fortaleza: Práticas e Percepções. Dissertação de Mestrado. UECE, 2012.

difícil. Agora não ... começou a mudar, era tranquilo. Começou a mudar na era de 1990 pra cá foi que começou a mudar porque começaram a *desativar várias favelas* da Beira-Mar, *daqueles lugares de ricos evieram todas pra cá*. Aí então, uma ovelha ruim puxa o rebanho. *Como por exemplo, a dos Marrocos*, o pessoal do Lagamar. Tem outro, o Tancredo, do Areia Grossa. *Aí começa se juntando. Ai tem um ruim ... começa arrastando outro, ai chega outro, aí ... O que é bom custa a pegar, mas o que é ruim pega bem ligeirinho. Foi a Prefeitura que trouxe essas famílias pra cá. Era a prefeitura que tirava das áreas de risco. Indenizava as casas. Aí eles vinham e compravam um pedacinho de terra ou era a prefeitura que trazia mesmo*, como a da comunidade Coração de Jesus, que chama lá de ... Um bocado foi a prefeitura que trouxe. Que pega ali próximo ao cemitério à esquerda. Ali é um pouco perigoso. Ali foi a prefeitura que trouxe. Aí foi que indenizaram as casas. A favela do Alto da Paz foi a Maria Luiza que mandou invadir. Era quatro ruas daqui pra lá. A gente tem tanto invasões, como proprietários mesmos. Aí acontecem que muitos que invadiram construíram casas, depois vende. Aí voltam para as áreas de risco (...). (D. Francisca, membro da igreja católica de Santa Cecília e do grupo de idosos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)³⁶ Bom Jardim. Entrevista realizada em 27/10/2008, na sede do CRAS do Bom Jardim situado em uma das áreas centrais e urbanizadas do bairro).

O desbravamento de uma natureza hostil com a abertura de espaços urbanos até então “vazios” das periferias de Fortaleza – com foco nesta região específica de nossa cidade – constituiu-se, prioritariamente, por duas vias: mediante a aquisição de terrenos a baixo custo e por meio de ocupações urbanas promovidas, via de regra, por famílias empobrecidas advindas do interior cearense e/ou de outras áreas periféricas da cidade motivadas por iniciativa e/ou necessidades próprias – em seus múltiplos deslocamentos urbanos em busca de *sobrevivência* – ou, ainda, mediante os processos continuados pelo poder público municipal e/ou estadual de “*remoção de favelas*” e reassentamentos de famílias em condição de pobreza em outros espaços também “periféricos”, com a construção de conjuntos habitacionais populares. Para alguns dos moradores mais antigos entrevistados, a exemplo de D. Francisca, estes “outros” da cidade – ditos “*desconhecidos e de fora*” dos seus lugares de moradia – provenientes de “*favelas*” situadas em “*outras periferias*” da cidade, encarnam parte do “perigo” local e são responsabilizados pela ampliação da violência urbana que reconfigurou a imagem pública preponderante do Bom Jardim (seja em relação ao bairro ou à região). Além das débeis condições espacializadas de infra-estrutura urbana, esta ênfase nos fluxos migratórios – campo-cidade, centro-periferia e *periferia-periferia* – emergem nos discursos nativos como importantes na composição de distintos territórios na região do Grande Bom Jardim. Os lugares construídos a partir das práticas recorrentes das “*invasões de terra alheia*” – atribuídas em especial aos “*de fora*” – ou mesmo, em certos casos, aos reassentados em

³⁶ Os CRAS são unidades públicas estatais de base territorial – localizados em áreas identificadas pelo Estado como de *vulnerabilidade e riscos sociais* – responsáveis pela execução dos serviços de proteção básica, organização e coordenação dos serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social (PNAS, 2004). Fortaleza possui 23 (vinte) CRAS implementados, dentre os quais três (03) localizam-se no Grande Bom Jardim nos bairros Granja Portugal, Bom Jardim e Canindezinho. Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) em novembro de 2010.

conjuntos habitacionais populares passaram a ser reconhecidos, segundo os narradores, como espaços de cristalização de *“mais violência, perigo e pobreza”* dentro da região e, portanto, passíveis de serem identificadas como verdadeiras *“manchas sociais”* e/ou *“no go áreas”* (WACQUANT, 2005). Territórios e pessoas a serem, assim, evitadas dentro do Grande Bom Jardim. Vale salientar que as *“invasões de terra alheia”* e/ou as ocupações urbanas mantiveram-se na região nestes anos 2000 e também contribuem para a constituição de territórios distintos e fragmentados nestas margens urbanas e dão tons peculiares às classificações/imagens/discursos dos interlocutores sobre seus espaços de moradia e sobre quem os habita. Assim, o pertencimento e/ou identificação territorial agregada ao tempo de residência nos territórios tornam-se, por conseguinte, significativos na produção de esquemas classificatórios por parte dos moradores, tendo por referência a figura do *“outro”* considerado *o diferente, o estranho, o socialmente distante* e, por vezes, o *“perigoso”*.

Até o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a produção recorrente de classificações negativadas sobre a região e dentro desta sobre determinadas pessoas e lugares – estigmas sócio-territoriais – vinculavam-se, prioritariamente, às condições sócio-econômicas dos moradores e à localização de suas residências nas áreas mais ou menos urbanizadas da cidade – nas *“periferias”* – e das localidades no Grande Bom Jardim, com destaque para aquelas inscritas nas *“ocupações”* e/ reconhecidas por *“favelas”*. Em outras palavras, as figurações públicas da região, conforme sinalizadas nas narrativas de moradores mais antigos, expressavam a precariedade da infra-estrutura urbana e a condição de pobreza de grande parcela de seus habitantes, além da distância (geográfica e social) em relação às áreas consideradas *“nobres”* da cidade e, por conseguinte, as dificuldades de acesso aos seus locais de trabalho.

Todavia, esta imagem social da região e, em particular, do bairro Bom Jardim, vem sendo (re)construída também sob o signo da violência urbana ao longo das décadas de 1990 e 2000. Esta (re)construção e/ou (re)classificação social encontra-se presente nos discursos da mídia local (impressa e televisiva) e nas narrativas de seus moradores. É recorrente nas falas de interlocutores (as), especificamente aqueles (as) residentes nas áreas mais antigas e urbanizadas da região, afirmar que a transformação do Bom Jardim em *“lugar violento e perigoso”* começou a ser vivenciada e melhor identificada por eles a partir dos anos 1990. Em consonância com estes processos, a maior visibilidade pública adquirida pela região na mídia local, com ênfase no bairro Bom Jardim, tem intensificado-se nos anos 2000 por meio das notícias veiculadas em programas ditos *“policiais”* e nas seções policiais dos jornais impressos, focalizando os casos de violência urbana e, dentre estes, os homicídios.

Assim, esta associação do Grande Bom Jardim à violência urbana passa a compor certas modelizações públicas negativadas sobre a região, seus territórios inscritas também nas narrativas dos interlocutores desta pesquisa residentes na região. Saliento que, em meio as vivências desta expansão da malha urbana no interior do “Bom Jardim” nas últimas três décadas, as imagens das origens de “*um lugar calmo e tranquilo, um Bom Jardim mesmo*” vêm se redesenhando também nas versões dos moradores mais jovens, em sua maioria já nascidos na região. O segmento juvenil carrega o peso simbólico desta construção de “*um outro Bom Jardim*” sob as marcas da violência urbana, sendo socialmente reconhecidos como suas principais vítimas e protagonistas. Suas narrativas deixaram entrever fragmentações, fronteiras e plurivocalidades nas significações das margens urbanas, dos seus lugares de moradia e de quem neles vive. Somente “*de perto e de dentro*” (MAGNANI, 2009) tornou-se possível apreender as lutas de classificação travadas entre e intra territórios que se debatem, resistem ou se rendem às modelizações negativadas projetadas sobre pessoas e lugares identificadas como “*do Bom Jardim*”.

No tempo presente, as figurações da pobreza e da violência urbanas misturam-se nos discursos produzidos tanto sobre este “*outro Bom Jardim*” – lugar dito “*violento, perigoso e de pobres*” – como sobre seus habitantes e se inserem em suas lutas de classificação entre e intra seus territórios constitutivos. É sobre estas modelizações negativadas sobre o Grande Bom Jardim preponderantes no imaginário urbano fortalezense – atribuídas ao bairro especificamente ou, de forma homogeneizadora, às pessoas e aos lugares de uma mesma região – que pretendo me debruçar no item seguinte. Antes de adentrar em suas pluralidades e divisões encarnada no território em estudo, indago sobre os fios simbólicos que tecem outra versão *um só Bom Jardim* em tempos contemporâneos: a perspectiva de uma *região* estigmatizada em dupla perspectiva: territorial (WACQUANT, 2005; 2006) – vinculada à imagem de lugar “*perigoso e violento*” – entrecruzada à condição de pobreza urbana sob o signo da precarização da vida. Estigmatizações que resvalam sobre seus moradores e seus territórios vividos.

Nos anos 2000, o Grande Bom Jardim ainda concentra expressiva parcela dos **elevados indicadores de violência e de pobreza urbanas** registrados em Fortaleza, que projetam sua imagem pública estigmatizada como uma das áreas mais pobres e violentas de nossa metrópole. Pode ser apreendida como uma “região moral” (PARK, 1978) de Fortaleza, o que viabiliza o registro de como vem classificada e segregada por atores externos ao espaço considerado, mesmo que posteriormente as classificações negativadas sejam retomadas pelos moradores nas suas relações entre e intra territórios, conforme tenho buscado explicitar.

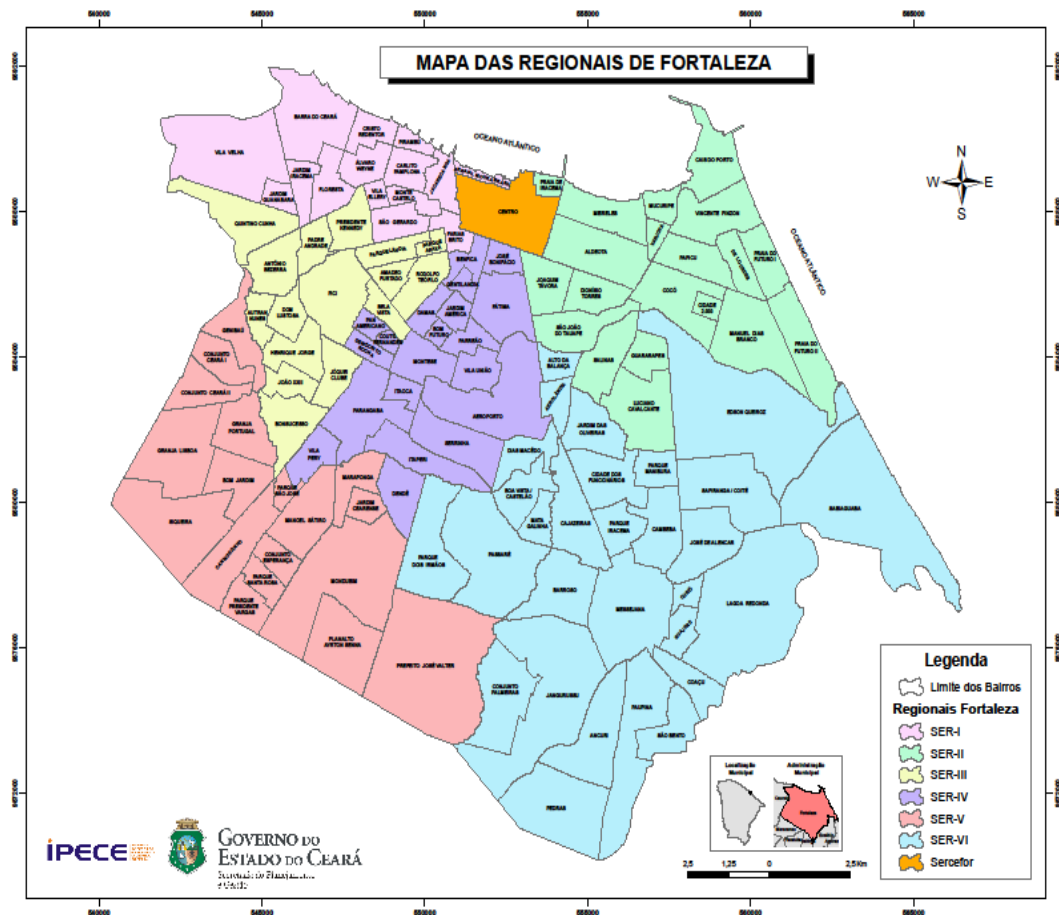
Expressão de uma “região moral” (PARK, 1978) desta metrópole, O Grande Bom Jardim emerge na cartografia imaginária urbana como “*um só Bom Jardim*” estigmatizado, construído, de maneira relacional, na dialética “*identificação-alteridade*” e tomando a cidade inteira como contexto de referência. É importante salientar, seguindo a interpretação de Augé (2012), que o conceito de “região moral” permite localizar as identificações relativas vinculadas aos espaços urbanos transformados em “fronteiras identitárias”. Conforme salienta o autor, esta transformação “(...) é sempre fundada sobre olhares cruzados que põem em jogo diferenças de gostos, de estilos de vida e de comportamentos. O conjunto destes critérios resulta de uma configuração global de valores morais à escala da cidade” (AUGÉ, 2012: 71-72). A produção relacional de “fronteiras espaciais e identitárias” – ao que opto por designar de sentidos de lugar – que delineiam o Grande Bom Jardim como “região moral” de Fortaleza sustenta-se sobre argumentos de acusação e difamação de seus territórios constitutivos, produzindo classificações socioterritoriais a estes correlatos. As estigmatizações têm como eixo orientador a condição de pobreza de parcela significativa de seus moradores entrecruzadas à violência urbana na região, fortalecendo a imagem de “um só Bom Jardim” socialmente (des)classificado.

Para melhor compreender e desnaturalizar a imagem de “*um só Bom Jardim*” estigmatizado, faço uma passagem abreviada pelas *estatísticas de Estado* e pelas notícias da mídia impressa local que enfocam olhares específicos sobre a “periferia” Grande Bom Jardim, seus territórios constitutivos e seus moradores. Busco assinalar imagens/discursos constitutivos de modelizações negativadas da região inscrustada nas “periferias” urbanas e de seus moradores adensadas nas notícias e manchetes veiculadas na mídia local impressa e televisiva. O registro destas perspectivas de olhar o Grande Bom Jardim e seus moradores tornou-se necessária quando, ao adentrar em campo, percebi que meus interlocutores construía seus esquemas classificatórios também pela mediação desta lente dos discursos midiáticos locais orientados por valores e julgamentos morais. Trata-se de mediação necessária para avançar neste percurso de aproximações sucessivas do objeto em tela, de maneira a ajustar o foco do olhar até construir um *zoom metafórico* e metodológico sobre o território do Marrocos na condição de microcosmo social a partir do qual se tornou possível apreender e interpretar a multiplicidade da experiência da pobreza urbana contemporânea “*da*” e “*nas*” margens desta metrópole no tempo presente.

1.2.2 Entre números e imagens: sobre modelizações negativadas de “*um só Bom Jardim*”

Localizada na zona sudoeste de Fortaleza-Ce, a região do Grande Bom Jardim encontra-se circunscrita na Secretaria Executiva Regional V (SER V)³⁷, conforme identificada nas figuras 3 e 4 a seguir:

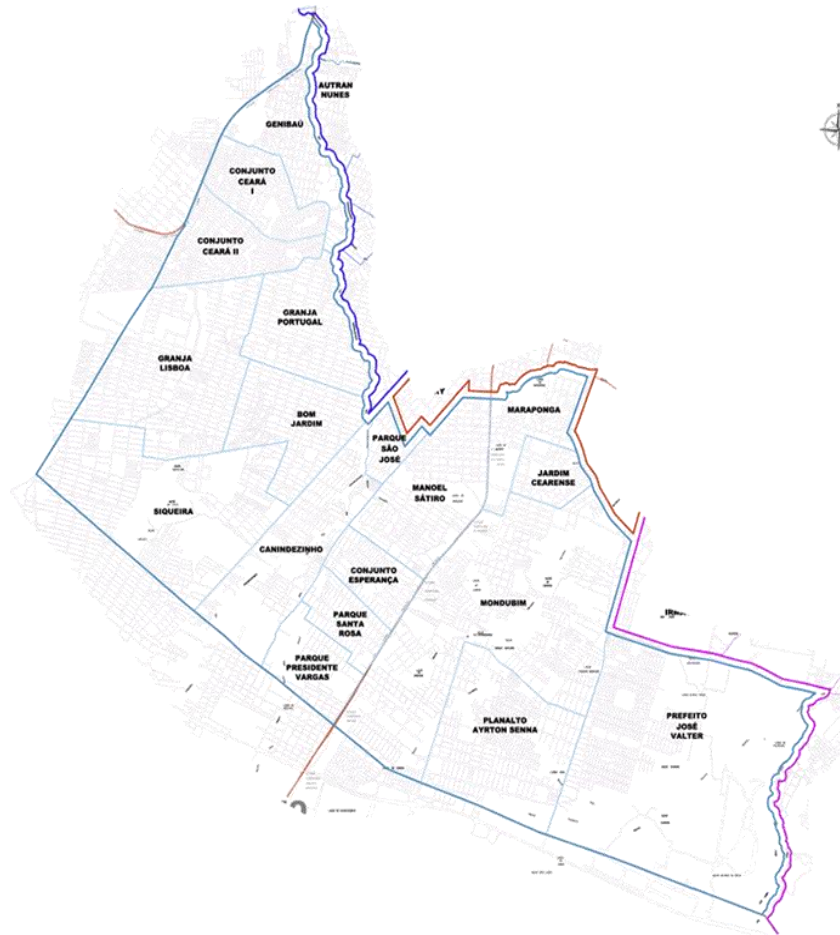
Figura 3 – Fortaleza dividida em seis Secretarias Executivas Regionais (SER's) - Ce



Fonte: IPECE 2012

³⁷ Fortaleza encontra-se atualmente dividida em seis unidades administrativas (Mapa 1) nomeadas de Secretarias Executivas Regionais (SER's I, II, III, IV, V e VI), parâmetro utilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para demarcar os territórios de implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – perfazendo o total de vinte e três (23) na capital – situados em territórios ditos de vulnerabilidade e risco sociais definidos em função dos indicadores de pobreza e de violência (urbana e perpetradas contra crianças e adolescentes). Ver PNAS (2004) e NOB/SUAS (2005).

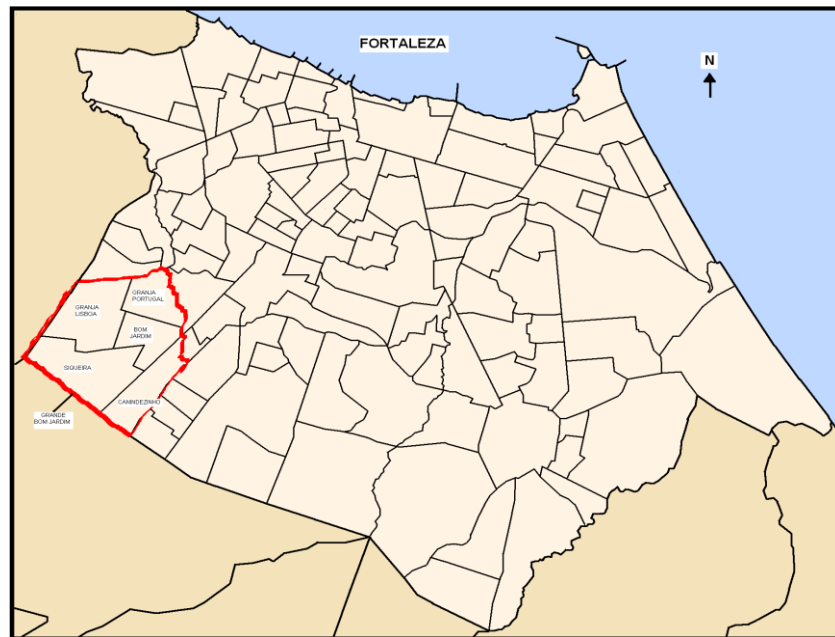
Figura 4 - SER V na zona sudoeste de Fortaleza/ IPECE 2012



Fonte: PRONASCI – SER V (2011)

A SER V é a mais populosa da cidade, com 541.511 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em seus dezoito (18) bairros oficiais (Mapa 5). Representa 22,08% do contingente populacional total de Fortaleza, atualmente com 2.452.185 habitantes contabilizados segundo o Censo do IBGE (2010), sendo 1.147.918 (46,81%) homens e 1.304.267 (53,19%) mulheres. Deste contingente populacional da SER V, a região do Grande Bom Jardim concentra 37,72%, perfazendo 204.281 pessoas, assim distribuídas em seus cinco bairros: 52.042 habitam na Granja Lisboa; 41.202 no Canindezinho; 39.651 na Granja Portugal; 37.758 no Bom Jardim; e 33.628 no Siqueira (IBGE, 2010).

Figura 5 – SER V (18 bairros)



Fonte: PRONASCI – SER V (2011)

Embora tenha havido decréscimo no percentual absoluto de habitantes da região no tocante ao total da SER V – de 38,67% em 2000 para 37,72% em 2010 – houve crescimento considerável da população nos seus cinco bairros, se confrontados com os dados do Censo do IBGE de 2000: 49.852 habitantes na Granja Lisboa, 37.369 na Granja Portugal, 34.507 no Bom Jardim, 29.688 no Canindezinho e 23.728 no Siqueira. (IBGE, 2000; CDVHS/GPDDU/UECE, 2005). Em termos de adensamento populacional em 2010, destacaram-se os bairros Canindezinho, Siqueira e Granja Lisboa.

Quanto à distribuição populacional por gênero na região, houve pequeno crescimento nos seus percentuais nos últimos dez anos, a saber: 51,43% (105.069) de mulheres e 48,56% (99.212) de homens em 2010 em relação a 51,21% (89.683) de mulheres e 48,79% de homens em 2000 (IBGE, 2000; 2010). Nos cinco bairros do Grande Bom Jardim, estes dados encontram-se dispostos desta maneira: Granja Portugal com 26.682 mulheres e 25.360 homens; Canindezinho com 21.075 e 20.075 homens; Granja Portugal perfaz 20.479 mulheres e 19.172 homens; Bom Jardim com 19.578 mulheres e 18.180 homens; e Siqueira com 17.255 mulheres e 16.373 homens (IBGE, 2010). Os bairros citados apresentam número menor de homens se comparado ao contingente de mulheres. Este dado merece atenção, em considerando a prevalência de mortes violentas, na região, envolvendo e vitimando, prioritariamente, indivíduos do sexo masculino e jovens, sobretudo, na faixa etária de 15 a 25 anos, conforme identificou a pesquisa intitulada Mapa da Criminalidade e da Violência em

Fortaleza (LABVIDA-UECE, COVIO-UECE, LEV-UFC, 2011). Segundo o Censo do IBGE de 2000, a SER V concentrava o maior número de pessoas na faixa etária de 20 a 59 anos correspondente a 227.746. Em segundo lugar encontram-se as seguintes faixas etárias, com seus respectivos números absolutos: de 0 a 4 anos com 50.569; de 5 a 9 anos 49.796; de 10 a 19 anos encontra-se a maior concentração com 99.474. Denota a prevalência do segmento infanto-juvenil na região, que perfazia 58,68% com idades de 0 a 24 anos, segundo dados sistematizados no Diagnóstico Social do Grande Bom Jardim (2003). Já os dados do IBGE de 2010 não possibilitam identificar a população jovem desta região, pois abordam grupos etários de 0-14, 15-64 e 65 anos ou mais. Nestes marcos, saliento a concentração de pessoas na faixa etária de 15 a 64 anos em todos os cinco bairros da região, portanto, parte significativa da sua população economicamente ativa.

Em termos das condições de trabalho da população na Secretaria Executiva Regional V, os dados disponíveis na tabela abaixo são de 2006, segundo pesquisa direta da PMF, coordenada e realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE/PMF, 2006):

Tabela 1 – Condições de emprego por regional – agosto – Setembro/2006

INDICADORES	I	II	III	IV	V	VI
Pop. Residente	386.045	353.934	386.479	294.903	514.004	495.083
Pop. Econ. Ativa³⁸	37,20%	45,27%	41,41%	49,15%	42,94%	39,89%
Pop. Ocupada	31,97%	37,21%	35,62%	39,72%	34,83%	34,03%
Formal	47,05%	45,40%	46,32%	46,41%	44,47%	38,72%
Informal	52,95%	54,60%	53,68%	53,59%	55,53%	61,28%
Subemprego total	28,97%	25,94%	22,76%	25,81%	23,59%	34,12%
Inatividade	62,80%	54,73%	58,59%	50,85%	57,06%	60,11%

Fonte: Pesquisa Direta – PMF/ SDE, 2006 (Adaptada pela autora)

Na SER V, a população ocupada (34,83%) concentra-se no comércio. O percentual de trabalhadores informais (55,53%) encontrava-se superior ao percentual de trabalhadores formais (44,47%). Destaca-se o percentual de 23,59% relativo aos subempregos caracterizados pelos processos de precarização das relações de trabalho e de proteção social, além de ínfimos salários oferecidos. A taxa de inatividade elevada nesta região (57,06%) – aqueles aptos ao trabalho e que não o procuram – acompanha a tendência identificada nas seis SER's nestes anos 2000, de acordo com a citada pesquisa. Segundo o Diagnóstico do Grande

³⁸ A população economicamente ativa, ou simplesmente população ativa, compreende o número total de pessoas constitutivas da força de trabalho disponível para o trabalho, excluindo as crianças e os idosos – aposentados e/ou inválidos para o trabalho.

Bom Jardim (2003), esta região concentra suas atividades econômicas no setor informal e no comércio. Possuía um total de 1.968 pequenos empreendimentos econômicos, com destaque para mercadinhos, mercearias, bares/lanchonetes, salões de beleza, oficinas, dentre outros. Todavia, não foi possível identificar os demais dados atualizados sobre as condições de trabalho nesta região.

Outros dados e informações oficiais registrados sobre o Grande Bom Jardim dizem respeito às desigualdades sociais, à pobreza e à extrema pobreza que marcam a vida fortalezense e se adensam em suas margens urbanas. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-HABITAR, 2012), Fortaleza ocupa a segunda posição do *ranking* das cidades latino-americanas com a *pior distribuição de renda* entre as camadas da população. Ressalto que, todas estas cinco capitais mais desiguais da América Latina são brasileiras, a saber: 1°. Goiânia, **2°. Fortaleza**, 3°. Belo Horizonte, 4°. Brasília e 5°. Curitiba. E, de acordo com os dados do IBGE (2010), a proporção da desigualdade social apresentou leve redução em Fortaleza nas últimas duas décadas: em 2000, os 20% mais pobres apropriavam-se de 2,26% da renda e os 20% mais ricos apropriavam-se de 69,39%; em 2010, os **20% mais pobres** obtinham **2,83%** da renda contra os **20% mais ricos** que ficavam com **66,60%**.

Interessante salientar que, embora as desigualdades sociais e a pobreza mostrem-se persistentes na dinâmica da vida brasileira, em Fortaleza e em suas “periferias das periferias”, outros dados oficiais têm também indicado sua diminuição. Nesta perspectiva, destaco dois índices centrais: o *Índice de Gini*³⁹ e o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)*⁴⁰. O Índice de Gini de Fortaleza apresentou redução nas últimas três décadas: de 0,64 em 1991 e em 2000, para 0,61 em 2010 nesta metrópole. E seu IDHM, em 2010, também é considerado alto (0,754), correspondente aos seus três componentes: IDHM educação com 0,695, IDHM longevidade com 0,824 e IDHM Renda com 0,749 (PNUD, 2013). Mesmo assim, este incremento de 38,10% de seu IDHM nas décadas de 2000 e 2010

³⁹ Segundo o IBGE, o índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda da população, ou seja, ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1. Considerarei nesta tese o índice calculado pelo último censo do IBGE de 2010. É importante, salientar que, em setembro de 2014, o IBGE divulgou os cálculos da PNAD 2013, indicando alterações no Gini brasileiro, atualmente com 0,495. Representa, assim, um recuo da desigualdade social entre 2012 e 2013. O índice específico de Fortaleza não foi disponibilizado até o momento em que escrevo esta tese.

⁴⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi construído originalmente para medir o desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Foi construído e divulgado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) a partir de 1992, funcionando como sistema integrado de medições sociais e orienta a formulação de políticas e programas sociais. Toma por referência as noções de necessidades e capacidades básicas construídas por Amartya Sen. Para aprofundamento conferir CARNEIRO, C. B. L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção profissional, 2005.

permaneceu abaixo das médias de crescimento estadual – 68,40% – e nacional com 47,46% (PNUD, 2013). De fato, as desigualdades sociais marcam o cotidiano dos fortalezenses e adquirem contornos particulares nas suas seis Secretarias Executivas Regionais (SER's). Ao lançar o olhar específico para o Grande Bom Jardim, tornou-se possível identificar as dimensões espacializadas das desigualdades e da pobreza nesta metrópole, concentrada notoriamente em suas “periferias”.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em 2012, além de confirmar tal tendência, apreendeu estas desigualdades sociais espacializadas nas Secretarias Executivas Regionais da metrópole. A renda dos moradores é uma variável importante para compreender o lugar social da “periferia” Grande Bom Jardim na cidade de Fortaleza. Primeiro, esta região situa-se na SER V que possui a maior concentração de bairros ditos “*mais pobres*” da capital: nada menos que sete (07) dos dez (ao) bairros “mais pobres”. A SER V apresenta a menor renda média pessoal, equivalente a R\$ 471,70. Ou seja, quase a metade da renda média per capita de Fortaleza de 2010, relativa a R\$ 846,36. Nesta capital, houve um crescimento de 85,18% da renda média per capita em relação a 1991, cuja renda era de R\$ 457,04. Os dez bairros “*mais pobres*” foram aqui elencados por ordem crescente da renda média mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, a saber: 1°. Conjunto Palmeiras, 2°. Parque Presidente Vargas, 3°. **Canindezinho**, 4°. **Siqueira**, 5°. Genibaú, 6°. **Granja Portugal**, 7°. Pirambú, 8°. **Granja Lisboa**, 9°. Autran Nunes e 10°. **Bom Jardim**. Os cinco bairros em negrito são, portanto, aqueles constitutivos da região do Grande Bom Jardim, conforme a tabela abaixo explicita o rendimento médio mensal de seus moradores:

Tabela 2 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo o sexo – Fortaleza/2010

Bairros	Renda média mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade	Renda média mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade	Renda média mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade
	Total	Homens	Mulheres
Ceará	452,42	539,61	370,87
Fortaleza	787,48	993,35	611,13
10 menores rendas			
1°. Conjunto Palmeiras	239,25	304,10	179,76
2°. Parque Presidente Vargas	287,92	382,25	196,81
3°. <u>Canindezinho</u>	325,47	421,85	235,62
4°. <u>Siqueira</u>	326,80	424,70	235,17
5°. Genibaú	329,98	423,66	243,61
6°. <u>Granja Portugal</u>	334,83	422,83	254,47
7°. Pirambú	340,36	402,76	285,89
8°. <u>Granja Lisboa</u>	341,36	436,18	253,88
9°. Autran Nunes	349,74	431,82	274,49
10°. <u>Bom Jardim</u>	349,75	438,25	269,90

Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010. Elaboração: IPECE (Adaptada pela autora em abril/2014)

Em relação aos gêneros feminino e masculino, explicitam-se as mais baixas rendas médias mensais para as mulheres em relação aos homens em todos os dez bairros “*mais pobres*”, elemento significativo na apreensão da tendência contemporânea de feminilização da pobreza nesta capital e no interior da região do Grande Bom Jardim.

Os números da pobreza e da extrema pobreza aparecem decrescentes nos dados oficiais nacionais e locais, merecendo salientar as suas medições minimalistas focadas na renda. De acordo com o relatório da ONU-HABITAT, o Brasil ocupa o 3º. lugar em termos de pobreza urbana – com 22,10% da população considerada pobre⁴¹ – e o 14º. país com mais pessoas vivendo em *favelas* na América Latina, perfazendo cerca de 28% dos seus habitantes residindo nas ditas “áreas precárias”. Apesar da redução do número dos classificados socialmente “pobres” nas últimas décadas no Brasil – de 41% em 1990, para 22,10% em 2000 – este percentual é considerado elevado em relação aos demais países latino-americanos. Para explicitar os dados da pobreza e extrema em Fortaleza e, dimensioná-la na região do Grande Bom Jardim, é necessário, primeiro, explicitar as faixas de renda domiciliar per capita com as quais o IPECE, respaldado nos parâmetros adotados pelo IBGE (2010), aborda estas expressões-limite da questão social. Primeiro, a renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo é considerado para as pessoas *em situação de pobreza*; segundo, a renda familiar per capita de até ¼ de salário mínimo inclui-se na chamada população *abaixo da linha de pobreza (indigentes)*; e, terceiro, a renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 era usada para classificar a *extrema pobreza*⁴².

Os dados do IBGE não apontam o número absoluto de “pobres” em Fortaleza, tão somente os seus percentuais equivalentes aos anos de 2000 e 2010, respectivamente: 27,54% e 12,14%. Já os dados do IPECE (2012) – abordados a partir dos levantamentos do IBGE

⁴¹ Para a ONU-HABITAT (2012), pobre é quem vive com menos de US\$ 2 por dia (cerca de R\$ 4,00). Conferir relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-HABITAT, 2012).

⁴² A partir de 2014, a renda familiar mensal para mediação da extrema pobreza no Brasil foi redefinida de R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoas para R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por pessoa. Os dados ora adotados nesta pesquisa tomam por base a renda anterior de R\$ 70,00 para qualificação da extrema pobreza. Além da insuficiência da renda, o Plano Brasil Sem Miséria – específico para as pessoas nesta situação de extrema pobreza – estrutura-se em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. Os dados do MDS assinalam que de junho de 2011 a junho de 2014, Fortaleza inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 12.571 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Com a redefinição desta base de cálculos a partir do Programa Brasil Sem Miséria, houve alterações na fórmula de cálculos do Programa Bolsa Família. Em Fortaleza, de acordo com os registros de agosto de 2014, o município tinha 365.037 famílias registradas no Cadastro Único e 186.629 famílias inseridas no Programa Bolsa Família, com cobertura de 105,34% do total de famílias estimadas com perfil de renda do programa. Saliento, no entanto, que as bases dos dados indicados nesta pesquisa correspondem aos cálculos feitos pelo MDS, tomando por base a renda familiar mensal utilizada para medição da extrema pobreza até 2012, ou seja, R\$ 70,00. Os demais dados são específicos dos institutos de pesquisa tomados por base nesta configuração estatística da pobreza e da extrema pobreza considerando o ano de 2012, portanto, anteriores às alterações da base de cálculos. Conferir site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/ Governo Federal e do IBGE.

(2010) – permitem apreender os percentuais de domicílios de “*baixa renda*” e “*pobres*” dimensionados nos cinco bairros oficiais do Grande Bom Jardim, indicando suas posições no ranking municipal, conforme tabela a seguir:

Tabela 3 – Percentual de domicílios por renda per capita na região do Grande Bom Jardim

Bairros	% de domicílios com renda per capita de até ¼ s.m.	Ranking municipal	% de domicílios com renda per capita de até ½ s.m.	Ranking municipal
Siqueira	25,81	3°.	56,84	2°.
Granja Portugal	24,19	5°.	55,12	4°.
Canindezinho	23,74	6°.	56,44	3°.
Granja Lisboa	22,58	8°.	53,38	6°.
Bom Jardim	20,27	12°.	52,36	9°.

Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010. Elaboração: IPECE (Adaptada pela autora em abril/2014)

Todos os cinco bairros da região apresentam elevados percentuais de domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo: mais de 50% dos domicílios encontra-se em situação de pobreza pelo recorte da renda. Siqueira e Granja Portugal destacam-se com os maiores percentuais da população considerada “pobres”, ocupando posições significativas no ranking municipal, respectivamente o 2°. e o 4°. lugares. Os territórios nos quais os dados e informações de minha pesquisa foram coletados estão geograficamente situados nestes dois bairros (Siqueira e Granja Portugal), embora o pertencimento local dos moradores seja ao Bom Jardim, por habitarem nas suas fronteiras reais e simbólicas.

Além dos números da pobreza preponderar em toda a região do Grande Bom Jardim, a extrema pobreza também é presença insistente e incômoda em seus cinco bairros, expressiva da dinâmica socialmente desigual de Fortaleza. Nestas duas últimas décadas, esta metrópole registrou decréscimo dos percentuais dos extremamente pobres: de 9,02% em 2000 para 3,36% em 2010 (IBGE, 2010). Concentrava, assim, 133.992 mil pessoas nesta situação distribuídas em seus 119 bairros oficiais, ocupando o quarto lugar no ranking nacional. Este total representa 5,5% da população absoluta de Fortaleza. E similar aos percentuais de “pobres” com relação ao gênero, há predomínio do número de mulheres – 66.426 (53,6%) – sobre o número de homens – 57.459 (46,4%) – vivendo em extrema pobreza (MDS, 2011). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2011) também dimensionou a população extremamente pobre da cidade segundo a idade, havendo preponderância nas faixas etárias de 20 a 39 anos (36.493), de 5 a 14 anos (35.522) e de 40 a 59 (22.348), conforme tabela a seguir:

Tabela 4 – Percentual de domicílios por renda per capita na região do Grande Bom Jardim

Faixas etárias	População extremamente pobre
0 a 4	14.849
5 a 14	35.522
15 a 17	10.690
18 a 19	5.417
20 a 39	36.493
40 a 59	22.348
65 ou mais	8.673

Fonte de dados: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2012. Adaptada pela autora.

As pessoas em situação de extrema pobreza residem, via de regra, nas “periferias” de Fortaleza, com maior concentração também na SER V: são 38.554 (IPECE, 2012). Corresponde a 28,77% sobre o número absoluto dos extremamente pobres nesta metrópole e a 7,12% de sua população total. Situada nesta SER V, a região do Grande Bom Jardim agrega 20.459 pessoas em extrema pobreza, perfazendo 15,27% em relação ao total deste segmento nesta cidade. A distribuição espacializada dos extremamente pobres na região pode ser observada na tabela seguinte, considerando-se que os percentuais de pessoas nesta situação são relativos à população absoluta de cada bairro:

Tabela 5 – População Extremamente Pobre na região do Grande Bom Jardim (percentual e número absoluto)

Bairros	Número de pessoas extremamente pobres	% da população extremamente pobre (menor ou igual a R\$ 70,00)	Ranking municipal ⁴³
Siqueira	3.994	11,88	4°.
Granja Portugal	4.141	10,44	7°.
Canindezinho	4.314	10,47	6°.
Granja Lisboa	4.949	9,51	10°.
Bom Jardim	3.061	8,11	15°.

Fonte de dados: IPECE, 2012 – Adaptada pela autora.

Outro aspecto significativo no delineamento das condições de pobreza e extrema pobreza de parcela da população residente no Grande Bom Jardim foi fornecido pela

⁴³ Os dez bairros com maior concentração de pessoas extremamente pobres em Fortaleza com seus respectivos percentuais deste segmento são os seguintes: 1°. Manuel Dias Branco (26,88%), 2°. Conjunto Palmeiras (17,15%), Parque Presidente Vargas (15,66%), 4°. Siqueira (11,88%), 5°. Jangurrussu (10,92), 6°. Canindezinho (10,47), 7°. Granja Portugal (10,44%), 8°. Pirambú (10,30%), 9°. Genibaú (10,14), 10°. Granja Lisboa (9,51). MENEZES & MEDEIROS (Orgs). Perfil socioeconômico de Fortaleza. IPECE, 2012.

Secretaria Municipal de Assistência Social⁴⁴ (SEMAS, 2008), apontando que a SER V reunia também um número expressivo de usuários (75.633) inscritos no principal programa federal de transferência de renda destinado a famílias conhecidas e reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro como abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda familiar per capita de até ¼ de salário mínimo: o Programa Bolsa Família. De acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) de 2013, nossa metrópole identificou oficialmente 170.235 famílias em situação de *extrema pobreza* residentes, principalmente nos bairros Genibaú, Siqueira, Granja Portugal, Autram Nunes, Pirambu, Cais do Porto, Manoel Dias Branco, Paupina, Ancuri e Pedras. Apesar de não terem sido publicizados os dados específicos das famílias em situação de pobreza extrema inscritas no PBF no Grande Bom Jardim, destaco a referência à Granja Portugal e ao Siqueira nos quais se situam geograficamente os dois territórios centrais –Mela Mela e Marrocos⁴⁵–nos quais desenvolvi minha pesquisa. As ações estatais neste campo sócio-assistencial⁴⁶, na especificidade da operacionalização do Programa Bolsa Família neste município, são desenvolvidas em equipamentos sociais específicos da política de assistência social, com destaque aos três Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) instalados em bairros desta região considerados, pelo poder público, como espaços “de vulnerabilidade⁴⁷ e riscos sociais⁴⁸”, a saber: Granja Portugal, Bom Jardim e Canindezinho.

⁴⁴ A Secretaria Municipal de Fortaleza (SEMAS) foi criada por lei complementar no. 0039, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Município em 13/09/2007. Constitui-se em órgão oficial responsável pela gestão municipal da Política de Assistência Social operacionalizada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assume, portanto, a gestão do social e intervém junto às chamadas situações de pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais delineados neste município, de forma a garantir a prestação de serviços, benefícios, programas e projetos sociais pertinentes à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

⁴⁵ Conservei os nomes dos territórios e suas referências sócioespaciais produzidas pelos moradores em suas teias relacionais locais. Evitei, no entanto, discriminar as ruas onde residem meus interlocutores para evitar possíveis identificações e/ou localizações que pudessem prejudica-los.

⁴⁶ É válido conferir os principais dispositivos jurídico-políticos construídos no Brasil dos anos 1990 e 2000 que demarcam o campo sócio-assistencial e garantem direitos correlatos à população que necessitar da Assistência Social reconhecida como política social pública, dever do Estado e direito do cidadão”, a saber: A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) – que delinea as novas bases desta política pública e, assim, a configuração de seu modelo de gestão através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2005) responsável por definir os rumos da operacionalização deste novo paradigma do campo sócio-assistencial neste País.

⁴⁷ No campo estatal, a principal regulamentação das ações no campo sócio-assistencial estatal direcionado às camadas pauperizadas da população brasileira é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Esta política pública social define a população vulnerável considerando, prioritariamente, as situações de domicílio – residências com serviços de infra-estrutura inadequados; renda – famílias com renda per capita de ¼ a ½ salário mínimo; e situação de trabalho dos membros da família – que dará origem à taxa de vulnerabilidade. Os dados complementares usados para construir esta taxa nas metrópoles são os indicadores de homicídios em geral, homicídios de jovens, mortalidade infantil, taxa de intensidade da pobreza (NOB/SUAS, 2005).

⁴⁸ A situação do risco emerge na PNAS como uma face da exclusão social. Na PNAS (2004: 30), a noção de exclusão social significa “(...) *um processo que pode levar a um acirramento da desigualdade e da pobreza*” associado a situações socioeconômica das famílias e “(...) *que induzem à violação dos direitos de seus membros* ... (PNAS, 2004; 30) e à fragilização e ruptura dos vínculos familiar e comunitário. Nesta perspectiva incluem a

É nesta Fortaleza fragmentada e socialmente desigual que a região do Grande Bom Jardim assume lugar de destaque, segundo discurso jornalístico, pelo elevado “*índice de pobreza e extrema pobreza*” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2013). Nesta região “periférica”, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é baixo em seus cinco bairros constitutivos: Siqueira com 0,377 (o mais baixo da região), Granja Portugal com 0,394, Bom Jardim com 0,403 e, empatados com 0,404, encontravam-se Canindezinho e Granja Lisboa (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007). Ao considerar os critérios de renda utilizados pelo Estado e por instituições de pesquisa para definição e mediação de pobreza e extrema pobreza, é possível inscrever a maioria dos moradores que participaram de minha pesquisa e residem em territórios estigmatizados nesta classificação social de pobres e/ou de extremamente pobres, conforme explicitarei no item específico do perfil dos (as) entrevistados (as). Todavia, este não é o único elemento considerado para compreender o lugar social destes interlocutores e o seu viver nas margens, tomando seus pontos de vista e experiências como centrais nesta interpretação crítica. De fato, a precariedade do viver nestas margens urbanas agrava-se ao se considerar as condições habitacionais e de infra-estrutura urbana de parcela significativa de seus moradores, com foco naqueles socialmente classificados em situação de pobreza e extrema pobreza residentes em territórios estigmatizados inscritos nas “margens das margens” do Grande Bom Jardim, com foco no Marrocos e no Mela Mela.

Esta região congrega onze (11) das vinte e duas (22) áreas de risco geográfico identificadas pela SER V, ou seja, 50% deste total. Dos cinco bairros da região, quatro concentram as seguintes áreas de risco com os seus respectivos números de famílias residentes: Maranguapinho I (990) e Mela Mela (205) na Granja Portugal; Parque São Vicente (53) e Marrocos (434) no Siqueira; Conjunto Urucutuba (27), Canal Leste (784) e Pantanal do Parque Santo Amaro (188); Parque Jerusalém I e II (690), Conjunto Jardim Fluminense (395), 08 de Dezembro (356), Planalto Canindezinho (182) no Canindezinho. Contabilizavam 3.948 famílias vivendo em territórios suscetíveis a inundações e alagamentos, sobretudo, durante o período chuvoso, segundo dados oficiais fornecidos pela Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza/ Coordenadoria Municipal de Defesa Civil relativos a abril de 2012. Estas famílias representam 18,5% das 21.345 famílias residentes nas oitenta e nove (89) áreas de risco em Fortaleza e 50,23% das residentes em áreas de risco na SER V com o total de 7.860.

situação de rua, a violência doméstica (física, sexual, negligência e psicológica), o cumprimento de medidas sócio-educativa e a situação de trabalho infantil. Para definir a situação de risco, os indicadores considerados são relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes (abuso e exploração sexual) e trabalho infantil identificadas no município. (PNAS, 2004; NOB/SUAS, 2005).

Na linguagem cotidiana e mesmo no discurso estatal, as áreas de risco confundem-se com “*favelas*”, ou melhor, territórios constituídos em áreas de risco geográfico podem transformar-se em “favelas” – declaradas “assentamentos urbanos precários” pelo Estado – e assumem tal denominação estigmatizada e estigmatizante seja na classificação do poder público, seja na classificação dos moradores locais. E em relação ao número destas *favelas*, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), através da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), atestava em 2009 um total de 560 existentes nesta metrópole. Apesar do dados oficiais serem imprecisos e desatualizados, oportunizam visualizar uma tendência de favelização⁴⁹ aqui em Fortaleza, a exemplo de outras metrópoles brasileiras. É possível asseverar, ainda, uma maior concentração de favelas nas SER V e VI: até 2008 foram identificadas, respectivamente, oitenta e oito (88) e cento e quarenta e três (143) “favelas” (PMF- HABITAFOR, 2009). No Grande Bom Jardim não foi possível precisar o número destas ditas “favelas”.

Nesta caracterização abreviada da região do Grande Bom Jardim, outro elemento significativo consiste na infraestrutura domiciliar e urbana. Para tanto, enfoquei quatro indicadores consideradas relevantes pelo Estado e institutos de pesquisa em relação aos domicílios desta região: ligação à rede geral de água, existência de energia elétrica, existência de banheiro de uso exclusivo da casa, ligação à rede geral de esgoto ou pluvial e serviços de coleta de lixo realizado por serviço de limpeza (o destino do lixo)⁵⁰. Destaco, na tabela abaixo, estes indicadores de infraestrutura domiciliar nos bairros da região do Grande Bom Jardim:

Tabela 6 – Indicadores e percentuais de infraestrutura domiciliar básica na região do Grande Bom Jardim

Bairros	% de domicílios com serviço de coleta de lixo realizado por serviço de limpeza	% de domicílios ligados a rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com a existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados a rede geral de esgoto ou pluvial (esgotamento sanitário)
Bom Jardim	99,47	97,83	99,46	98,48	41,04
Canindezinho	94,36	98,87	99,45	98,53	14,92

⁴⁹ Os anos 1990 e 2000 são emblemáticos do aumento absoluto e relativo da população moradora de áreas de precariedade urbana e habitacional – as favelas – e/ou uma elevação geral das áreas favelizadas que denotam uma tendência nomeada de *favelização*, em curso na vida brasileira contemporânea (BOTELHO, 2013).

⁵⁰ O IBGE considera o lixo queimado na propriedade, enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, na rua, em rios, lagos ou mar (IBGE, 2010 apud O POVO, 26 de julho de 2012).

Granja Lisboa	96,98	98,69	99,42	98,41	24,92
Granja Portugal	97,48	97,79	99,02	97,64	44,35
Siqueira	90,99	97,30	99,50	97,65	23,87

Fonte de dados: IPECE, 2012 – Adaptada pela autora.

Os elevados percentuais de domicílios com serviço de coleta de lixo realizado pela limpeza urbana em todos os cinco bairros são superiores ao percentual de Fortaleza com abrangência de 98,8%, equivalente ao valor absoluto de 701.160 domicílios. Em termos do destino do lixo, o IBGE (2010) registrou que, em 9% dos 9.253 domicílios do Siqueira, os seus residentes queimam ou enterram o lixo em suas propriedades, jogam em terrenos baldios, na rua, em rios ou lagos; o mesmo ocorre em 5,64% dos domicílios do Canindezinho, e em 3% dos domicílios da Granja Portugal e da Granja Lisboa. No tocante à falta de banheiro na residência, os cinco bairros do Grande Bom Jardim registravam os seguintes números: 147 casas no Siqueira, 125 na Granja Portugal, 117 na Granja Lisboa, 65 no Bom Jardim e 63 no Canindezinho (IBGE, 2010). O destaque dos baixos percentuais de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial nos cinco bairros é emblemático do parco e/ou inexistente saneamento básico na região. O bairro Canindezinho aparece em primeiro lugar na porcentagem de domicílios desvinculados da rede geral de esgoto da cidade, com 85,08% *versus* 14,92% dos domicílios ligados a rede geral. Em seguida encontram-se os bairros Siqueira com 76,13%, Granja Lisboa com 75,08%, Bom Jardim com 58,96% e Granja Portugal com 55,65% dos domicílios sem ligação à rede geral de esgotos.

As estatísticas de Estado – no caso, do IPECE (2012) com base no Censo do IBGE de 2010 – não permitem uma aproximação das “*margens das margens*” incrustadas nestes bairros da região do Grande Bom Jardim e da condição de precariedade do viver de seus moradores. É nos territórios conhecidos e reconhecidos dentro de seus bairros e na circunvizinhança como “áreas de risco”, “favelas” e/ou “invasões” que a precariedade sócio-territorial materializa-se contundentemente. Durante minhas andanças por territórios inscritos nas fronteiras dos bairros Granja Portugal-Bom Jardim e Siqueira-Bom Jardim, em especial nestas localidades fundadas a partir de “ocupações”, atravessei ruas repletas de lixo espalhado pelas calçadas e ouvi reclamações recorrentes de moradores quanto à não sistematicidade da coleta de lixo. Nestes territórios, também os percentuais elevados de ligação à rede geral de água, energia elétrica e existência de banheiro exclusivo nos domicílios não correspondem ao que pode ser observado: falta e/ou cortes de água e luz da rede geral; ligações clandestinas de água e energia elétrica; uso de água de poços ou lagoas para fins diversos; ruas ou pedaços de territórios às escuras, sem iluminação pública; casas de taipa, mistas ou de alvenaria sem

banheiro ou banheiros sem sanitários, inadequados ao uso humano; além de esquinas, calçadas e terrenos baldios recobertos por mato e utilizados como depósitos de lixo ou para jogar dejetos humanos.

Os territórios com os quais mantive contato direto com os moradores em minhas *caminhadas de reconhecimento do lugar* (Mangnani, 2008) e mesmo durante o trabalho de campo propriamente dito são, simultaneamente, identificados como *favelas* e *áreas de riscogeográfico* pelo poder público municipal, representado pela PMF/HABITAFOR. São territórios estigmatizados dentro de seus próprios bairros, também conhecidos e reconhecidos na circunvizinhança como “áreas de risco” e/ou “favelas”. É lá, onde o *viver nas margens* expressa sua face mais adensada da precariedade social em termos da parca existência de serviços públicos e equipamentos sociais somada à quase inexistente infra-estrutura urbana relativa à água encanada, esgotamento sanitário/saneamento básico, luz elétrica seletivamente instalada, com vias de acesso intransitáveis, repletas de lama e buracos ou não abertas, pouco iluminadas ou às escuras. Assim, os moradores tentam construir suas alternativas fora da “cidade formal” e a redesenham e re-significam quando constroem seus espaços vividos e, por vezes, transgridem as leis, nem sempre legítimas e justas instituídas pelo Estado para “governar” as margens urbanas (RABINOW, 1999; BHABHA, 2007). Para transitar na região, criam seus atalhos e/ou vielas, becos. Fazem suas ligações clandestinas por meio de “gambiaras” ou “gatos” para terem acesso a serviços indispensáveis como água e luz elétrica. E vão reinventando seus espaços, transformando-os em seus territórios vividos.

Caminhei por territórios de uma região multivocal, polissêmica e heterogênea em suas configurações e significações. De certo, não existe apenas este *Grande Bom Jardim da precariedade social*, sobretudo, nos termos da parca infraestrutura urbana evidenciada nesta caracterização geral da região construída a partir das estatísticas de Estado. Se a maior parcela da população encontra-se em situação de pobreza, é válido registrar ainda as distinções de renda entre moradores e do processo de ocupação da região que registram fragmentos de outro ângulo de *um Bom Jardim* em seletiva ascensão sócio-econômica. Nesta perspectiva, destaco a lúcida análise de Paiva (2007) sobre o processo heterogêneo de ocupação do espaço urbano na particularidade do bairro Bom Jardim, *locus* de sua pesquisa sobre violência urbana. Em decorrência das diferenciações na ocupação do espaço no bairro, é possível identificar em seu interior áreas urbanizadas e áreas não urbanizadas. Outro aspecto relevante evidenciado por Paiva diz respeito às distintas rendas de seus residentes e, por conseguinte, das unidades habitacionais encontradas neste bairro. Nas palavras deste autor:

O processo de ocupação do lugar não formou uma unidade homogênea em termos econômicos, *embora a maior parte da população seja composta por trabalhadores de baixa renda*. É importante destacar, também, que muitos imóveis, pertencentes à Caixa Econômica Federal, foram vendidos para pessoas com razoável poder aquisitivo, funcionários públicos e outras pessoas com renda fixa que não podiam adquirir imóveis em áreas nobres da Cidade. Muitas famílias trocaram suas moradias em Bairros de classe média para poderem se livrar dos aluguéis que, com a desvalorização salarial, principalmente no caso dos funcionários públicos, se tornaram onerosos para elas. Isto produziu a formação de alguns espaços considerados privilegiados no interior do Bom Jardim. Ademais, o crescimento da Região atraiu muitas pessoas interessadas em abrir seu próprio negócio (PAIVA, 2007: 54).

Paiva chama a atenção para os efeitos de distinção social gestados tanto entre *espaços urbanizados e espaços não urbanizados* dentro de um mesmo bairro, constituídos em meio às formas precarizadas e seletivas de operacionalizar políticas públicas de urbanização nesta cidade, como entre pessoas residentes nestes espaços também em função de seus rendimentos diferenciados. A análise do supracitado autor auxiliou-me a pensar sobre as marcas heterogêneas do tecido urbano na região, na qual as condições de renda da população, as formas e o tempo de ocupação dos seus espaços constituem-se em elementos importantes na interpretação deste mosaico Grande Bom Jardim e das lutas de classificações travadas em seu interior entre pessoas e lugares, sobretudo, entre os moradores de espaços mais urbanizados e aqueles residentes em espaços menos urbanizados.

Contudo, embora reconhecendo estas diferenciações internas de renda e de formas de ocupação do espaço urbano, foco meu olhar, neste momento da tese, nas marcas prevaletentes das desigualdades sociais e expressões de pobreza e de precariedade da infraestrutura urbana que atravessam e dão tons peculiares ao viver nas margens em territórios estigmatizados constitutivos da região. Afinal, são estes os traços corroborados não só nas estatísticas de Estado, como também nos discursos midiáticos produtores da imagem homogeneizada de *“um só Bom Jardim”* que venho colocando em discussão. E mais: quando me aproximei de territórios estigmatizados e de pessoas cujas condições sócio-econômicas são semelhantes em termos de “baixa” renda, da inserção em programas sociais destinados aos classificados socialmente como pobres e/ou extremamente pobres, residentes em áreas com parca ou nenhuma infraestrutura urbana, negados em seus direitos civis e sociais, as lutas de classificação se instituíam sob outras vias que merecem um olhar investigativo mais sensível.

No decurso da pesquisa, pude observar como a força das imagens midiáticas construídas sobre a região e seus residentes eram (re)produzidas nos discursos de meus interlocutores. Em suas tentativas de distanciar-se das imagens estigmatizantes projetadas

sobre seus locais de moradia e sobre si, na condição de seus moradores, as dissimulavam e/ou as reproduziam sobre outros lugares e pessoas no interior de seus territórios ou na circunvizinhança. Observei que a construção de “*um só Bom Jardim*” ia se delineando também a partir dos discursos da mídia fortalezense (impressa e televisiva) produzidos sobre esta “periferia” de Fortaleza e enunciadas nas narrativas locais, perfilando, assim, uma dupla estigmatização sobre o espaço e, por conseguinte, sobre seus moradores: a da pobreza/ “*de pobres*” e a de um lugar “*violento e perigoso*”.

Uma das imagens prevaletentes nas estatísticas de Estado e nos discursos midiáticos sobre a região, até então delineada, evidenciam as marcas da condição da pobreza em que vivem os moradores destes territórios, que incluem e extrapolam a variável renda. Sinaliza as condições de *precariedade do viver* (BUTLER,2009) nas margens de nossa metrópole reconhecidas como *zonas de sombra*, ou conforme nomeado pelos próprios habitantes destes espaços: *áreas de esquecimento, abandono, medo e insegurança*. Condições que parecem ainda coadunar com construções simbólicas de seu passado recente no qual se apresentava como um *espaço de destino de pobres* advindos do campo ou da cidade, referindo-me aqui às imagens do “*flagelo humano*” encarnado pelos retirantes da seca (migrantes) e/ou de indivíduos também socialmente “despossuídos e desacreditados”, que se deslocam na cidade em busca de “um lugar” no mundo social. A outra referência cunhada nos discursos da mídia local nestes anos 2000 e reproduzida nas narrativas de meus interlocutores na região é a da crescente violência urbana, sobretudo, o crime violento (homicídio) e o narcotráfico associados à imagem de “um só Bom Jardim violento e perigoso”, ironicamente chamado de “*território da bala*”⁵¹. Constitui-se uma perspectiva de olhar o Grande Bom Jardim, seus territórios e seus moradores que privilegia estes dois aspectos de sua realidade social: a pobreza e a violência urbanas. Sob este ângulo muito específico, são formatadas

⁵¹ O uso da nomeação “*território da bala*” para designar a região do Grande Bom Jardim e/ou seus bairros significa uma ironia da mídia local em relação à parca efetividade do Programa federal “Território de Paz”, implementado na região desde 2009, em termos da redução da violência urbana, especificamente do número de homicídios neste espaço urbano, seu principal objetivo declarado. Os convênios assinados em 02/07/2008 entre a PMF e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) previam a liberação de R\$ 6, 3 milhões para a execução de doze projetos aprovados na área de prevenção da violência e da criminalidade a serem implantados na capital, com foco na região do Grande Bom Jardim sob a alcunha de Território da Paz. A região foi eleita para a implantação deste programa devido aos elevados índices de violência urbana/criminalidade e baixos indicadores sociais, sobretudo, pobreza e extrema pobreza. Ao longo dos anos subsequentes à implementação do Território de Paz, os índices de violência na região vêm diminuindo muito lentamente segundo as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Nestes anos 2000, homicídios/execuções/extermínios de residentes nesta região, sobretudo de jovens entre 15 e 24 anos, mantiveram-se na região e vêm sendo recorrentemente noticiados nas mídias locais escrita e falada. Daí a irônica nomeação da região atribuída pelo senso comum local e reproduzida nas mídias: Grande Bom Jardim ou Bom Jardim, “território da bala” e não “território da paz”, conforme pretendia o projeto original.

modelizações negativadas e homogeneizadas de “*um só Bom Jardim*” e do “*morador*” desta região, a merecer ***o registro*** nesta caracterização geral e abreviada deste espaço urbano.

No tempo presente, não prevalece no imaginário urbano fortalezense apenas a imagem do Bom Jardim como “a área da menor renda média pessoal” e na qual se localizam cinco, dos dez bairros “mais pobres” de Fortaleza (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2013). Portanto, parte significativa de uma “cidade pobre ou invisível”, “uma das áreas mais carentes da cidade”, conforme noticiado pelo Jornal Diário do Nordeste (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2010). A outra lente, senão a mais evidenciada na última década, a partir da qual se produz “*um só Bom Jardim*” estigmatizado nesta metrópole, é a da violência urbana – com um *zoom* sobre os homicídios/ execuções sumárias/ extermínios e no narcotráfico – que tornam a região conhecida, outrossim, como uma das “zonas proibidas” da “Fortaleza apavorada” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2010). Em termos da violência urbana como um componente significativo na construção dos discursos/imagens dominantes sobre esta região como “*violenta e perigosa*” – e, por conseguinte, do aviltamento e descrédito projetados sobre seus moradores – os dados oficiais são significativos.

As estatísticas de Estado divulgadas pela mídia local corroboram com certa naturalização da imagem do Grande Bom Jardim como um espaço marcado pela violência urbana, sobretudo, em termos de assaltos, roubos, furtos e assassinatos, dentre estes os homicídios dolosos, ou seja, com intenção de matar. A cada divulgação das estatísticas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), os bairros com os maiores indicadores de violência urbana tornam-se alvos preferenciais de reportagens jornalísticas. Nestes anos 2000, a região do Grande Bom Jardim ganhou visibilidade pública como espaço de criminalidade e violência urbana denunciado nos jornais locais e nas pesquisas acadêmicas realizadas, em especial, sobre o bairro Bom Jardim. Uma das pesquisas mais significativas sobre a violência urbana nesta metrópole foi o Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza publicizada em 2011. Realizada pela Guarda Municipal/Prefeitura Municipal de Fortaleza em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), esta pesquisa demonstrou que os cinco bairros integrantes do Grande Bom Jardim congregavam as altas taxas de homicídios da SER V nos anos de 2007, 2008 e 2009. Dentre estes, destacava-se o bairro Bom Jardim, que se manteve na primeira posição do ranking da violência urbana municipal nos anos de 2007 e 2009, respectivamente com 49 e 61 assassinatos, e em 2008 ocupou a segunda posição com 39 casos. No interior dos bairros, este Mapa da Criminalidade (2011) também identificou os pontos com as maiores ocorrências de mortes violentas na região no mesmo período, a saber: no Bom Jardim concentram-se nas

avenidas Oscar Araripe e Osório de Paiva; no Siqueira e no Canindezinho na Avenida Osório de Paiva; na Granja Lisboa destacam-se a rua Sargento João Pinheiro e a Avenida Oscar Araripe; e na Granja Portugal são as ruas Coronel Fabriciano, Luminosa e Taubaté.

Esta pesquisa identificou algumas das áreas conhecidas e reconhecidas na região como as “mais violentas” e/ou as “mais perigosas”, para usar os termos locais. Foram mapeados os espaços urbanos nomeados, na mídia, de “zonas proibidas da capital” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010) que, devido aos elevados índices de violência urbana, foram consideradas áreas a serem socialmente evitadas por quem reside no seu entorno e por quem não reside no Grande Bom Jardim. O mapeamento das nomeadas “áreas mais violentas da cidade” teve por intuito “subsidiar políticas públicas de caráter mais preventivo que repressivo”, anunciou, à época, uma das coordenadoras desta pesquisa. Todo um debate público em torno da temática da “segurança pública” tem sido realizado no Ceará nestes anos 2000, envolvendo e mobilizando o Estado e segmentos da sociedade civil. E, nesta perspectiva, o Grande Bom Jardim assumiu lugar de destaque neste debate e tornou-se lócus privilegiado de intervenções do poder público em ambas as frentes: preventivas e punitivas/repressoras da violência urbana, somadas às ações sócio-assistenciais.

As chamadas “operações policiais” foram intensificadas na região nesta década, fazendo o trabalho de policiamento ostensivo e o uso das táticas de abordagem pra identificação, revista, busca de armas e drogas, dentre outras. Estas “operações” reúnem não somente a equipe do 32º. Distrito Policial responsável pelo policiamento da região, mas ainda a polícia comunitária Ronda do Quarteirão, a Força Tática de Apoio (FTA) do 6º. Batalhão Policial Militar (6º. BPM), o Serviço Reservado da 4ª. Companhia do 6º. Batalhão Policial Militar (6º. BPM), o Policiamento Ostensivo Geral (POG) e o Batalhão de Rondas Intensivas e Ostensivas (BpRAIO). Além das “operações policiais” intensificadas na região, o Grande Bom Jardim foi a primeira área de Fortaleza a receber o Programa Ronda do Quarteirão (policiamento comunitário) em 2007 e incluída no Projeto Federal *Território de Paz*, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) a partir de 2009, configuradas em ações estatais prioritárias da política de segurança pública nos âmbitos federal e estadual.

A insegurança civil no Grande Bom Jardim ganhou visibilidade pública nacional e atraiu o olhar estatal propenso a uma gestão territorial da pobreza urbana, fortalecendo a *mão esquerda* do Estado (BOURDIEU, 1998). Apesar da implementação destas ações, os dados da violência urbana mantiveram-se crescentes nos dois anos seguintes. Se em 2009 foram registrados 61 assassinatos, em 2010 foram consumados 149 homicídios, 908 roubos e 338

furtos (O POVO, novembro de 2010). Em relação aos seus cinco bairros, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) publicizou as seguintes ocorrências de homicídios em 2010: 60 pessoas assassinadas no Bom Jardim, 18 no Siqueira, 28 na Granja Portugal, 28 no Canindezinho e 15 na Granja Lisboa (Diário do Nordeste, 04/11/2010). Ao priorizar o registro das estatísticas de Estado relativas aos homicídios dolosos e/ou execuções sumárias considerando o período de 2009 a 2012, na capital e na região, os dados apresentam-se ainda mais preocupantes, conforme explicitado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Homicídios Dolosos no período de 2009 a 2013 –
Região do Grande Bom Jardim

Tipicidade	Capital/Bairros	2009	2010	2011	2012
Homicídio doloso	Fortaleza	916	1185	1187	1629
	Bom Jardim	60	62	26	53
	Canindezinho	10	23	28	23
	Granja Lisboa	13	21	33	32
	Granja Portugal	26	33	30	26
	Siqueira	12	16	12	31
Total de homicídios na região		121	155	129	165

Fonte de dados: Assessoria de Análise Estatística e Criminal (AAESC) – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), 2013. Adaptação da autora.

Ao longo dos anos 2000, Fortaleza vem se destacando pelo crescente número de homicídios dolosos. Se 2012 foi considerado um dos anos mais violentos desta década, contabilizando 1.629 mortes, o início de 2014 vem reforçar a imagem propalada pela mídia local da “Fortaleza Apavorada”. Com um total de setecentos e setenta e dois assassinatos (772) registrados nos dois primeiros meses do ano – janeiro e fevereiro – Fortaleza tornou-se a 7ª. capital mais violenta do planeta e a 2ª. do Brasil, ficando atrás apenas de João Pessoa-Pb, sendo noticiada em âmbito nacional no programa Fantástico da rede globo de televisão em abril deste ano. Vale salientar que os homicídios são praticados, em primeiro lugar, com o uso de armas de fogo (83%) e, em segundo, com arma branca (O POVO, 17/03/2013). E as suas vítimas preferenciais continuam sendo os jovens do sexo masculino, na faixa etária entre 15 e 29 anos, residentes nas “periferias” da cidade, com destaque para o Grande Bom Jardim. A prevalência destes assassinatos em nossas “periferias” é emblemática de uma *eliminação ou matança seletiva* das camadas em condição de pobreza e terminam por reforçar uma imagem estigmatizada destes espaços urbanos como “zonas proibidas e perigosas” desta metrópole.

A região do Grande Bom Jardim e, em especial, o bairro Bom Jardim, têm ocupado posição de destaque nestas estatísticas da violência urbana na capital, com foco nos homicídios dolosos ocorridos até 2011. Segundo o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (2012), no período de 2007 a 2009 ocorreram trezentas e doze (312) mortes violentas. Em 2010, este número elevou-se para quatrocentas e noventa e uma (491) pessoas, com um acréscimo de cento e setenta e nove (179) assassinatos nesta região. Deste total, cento e oitenta e seis (186) eram jovens, de 15 a 29 anos, com prevalência do sexo masculino, representando 60% do total de mortes violentas ocorridas no Grande Bom Jardim⁵². A partir de 2012, ocorreram mudanças neste cenário da violência urbana em Fortaleza: o bairro Bom Jardim desceu para a 6ª. posição no *ranking* municipal da violência urbana e os seus demais bairros estavam ausentes dentre os nove considerados mais violentos na capital. Os nove bairros líderes das estatísticas de assassinatos até 2012 eram: 1º. Jangurussú e Conjunto Palmeiras; 2º. Barra do Ceará; 3º. Messejana; 4º. Modubim; 5º. Pirambu; 6º. Bom Jardim; 7º. Vicente Pizón e 9º. Planalto Airton Senna. Todos estes bairros localizam-se nas “periferias” de Fortaleza, pertencentes às Secretarias Executivas Regionais (SER’s) I (2), II (1), V (4) e VI (2) (O POVO On line, 2012).

Embora seja expressivo este deslocamento do bairro Bom Jardim para a 6ª. posição no *ranking* municipal dos homicídios dolosos, além da ausência dos demais bairros constitutivos da região neste ranking, isto não significou redução no número de homicídios dolosos nesta região, conforme registrado na **tabela 6**: em 2012 foram cento e sessenta e cinco (165) assassinatos em relação aos cento e vinte e um (121) de 2009, que configura uma elevação considerável de quarenta e quatro (44) mortes violentas no período considerado. De acordo com estes dados, os homicídios não diminuíram na região do Grande Bom Jardim. Eles aumentaram nos demais bairros da cidade! E, de *per si*, os bairros do Grande Bom Jardim terem descido no ranking dos “bairros mais violentos” de Fortaleza não implicou em desconstrução da imagem estigmatizante de um “*lugar violento e perigoso*” tecida sobre a região e vigente no imaginário urbano fortalezense associado às marcas da violência urbana e à sensação de insegurança e medo reiterada nos discursos de seus moradores.

Além das estatísticas de Estado, é também na mídia local que estas modelizações negativas sobre pessoas e lugares inscritos nas margens urbanas de Fortaleza-Ce são produzidas e disseminadas socialmente. De fato, o olhar midiático tem se voltado para o

⁵² Os dados foram calculados pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) a partir do número de mortes violentas na região do Grande Bom Jardim identificadas na pesquisa Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (2011) somados aos números de homicídios divulgados pelo Jornal Diário do Nordeste de 2010.

bairro Bom Jardim que alcançou, nesta década, a sua projeção nacional e local com a *má reputação* (GOFFMAN, 2008) *de ser conhecido e reconhecido como o lugar violento e perigoso* de Fortaleza. A violência urbana tornou-se um dos ângulos principais de observação do bairro, conforme já analisado por Paiva (2007). Todavia, esta projeção midiática de “*lugar violento e perigoso*” atribuída ao bairro tem se ampliado sobre toda a região do Grande Bom Jardim, constituindo sua *má reputação* na cidade. Para fins de registro desta perspectiva de olhar produzida sobre o Grande Bom Jardim e que resvala sobre seus moradores, priorizei as notícias jornalísticas nas quais dois bairros desta região são citados com recorrência nas secções policiais: Bom Jardim e Granja Portugal. O território do Marrocos é veementemente citado em referência tanto à sua precariedade social, como aos assassinatos/extermínios, assaltos e/ou roubos neste ocorridos, além de ser considerado espaço de intenso narcotráfico e de disputas entre grupos rivais pelos “territórios de drogas”, “esconderijo de bandidos”, local de perseguições policiais aos “suspeitos” de crimes e de “desova de corpos”⁵³. Todavia, sua localização geográfica no bairro Siqueira não aparece nas notícias, sendo considerado um território do bairro Bom Jardim. Identificação reafirmada em territórios do seu entorno e por seus próprios residentes⁵⁴.

O foco privilegiado das notícias sobre esta região tem sido o elevado número de homicídios, construindo e/ou fortalecendo certa modelização negativada sobre as margens urbanas e seus moradores, na particularidade do Grande Bom Jardim e seus territórios considerados enclaves de pobreza e de violência urbanas, a exemplo do próprio Marrocos. Dentre as manchetes identificadas nas secções policiais de jornais locais, destaco: “Noite termina com *mortos e feridos no bairro Bom Jardim*” (Diário do Nordeste, 15/01/2009); “Três pessoas *executadas* nesta madrugada no *Bom Jardim*” (Diário do Nordeste, 02/02/2009); Mulher *executada* pelas costas, irmãos baleados na porta de casa (PORTAL VERDES MARES/TV DIÁRIO; 17/02/2010); **REDUZIR A VIOLÊNCIA – Bom Jardim: território de paz** (PORTAL VERDES MARES/TV DIÁRIO, 01/12/2009); “Dois mortos e casal ferido em *tiroteio na Granja Portugal*”/ *Chacina* em bar na *Granja Portugal* matou 2 e feriu outros 2 (DIÁRIO DO NORDESTE, 22/07/2010); “Registados 107 *homicídios no Território de Paz* em 2010” (O POVO, 23/07/2010); “*Grande Bom Jardim* vive em clima de *guerra silenciosa*” (O POVO, 30/08/2010); “*Assassinatos* em Fortaleza e em especial no *Bom Jardim* assustam, afora o crescimento de tais delitos no Ceará” (Diário do Nordeste,

⁵³ Expressão popular usada por populares e pela mídia escrita e televisiva para referir-se a locais nos quais os corpos de pessoas assassinadas são abandonados.

⁵⁴ A tentativa de uma descrição densa do Marrocos encontra-se no terceiro capítulo desta tese.

16/10/2009); “PM prende chefe do *tráfico de drogas no Bom Jardim*” (Diário do Nordeste, 20/10/2010); “*CRIMINALIDADE AVANÇADA: “Zonas proibidas”* na Capital (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010); “*Território da Paz* registra 149 *assassinatos* em 2010 – Crime contra pessoa” (TRIBUNA DO CEARÁ, 04/11/2010); “Grande Fortaleza registrou 1.824 assassinatos em 2010” (DIÁRIO DO NORDESTE, 03/01/2011); “Feriadão no Ceará: 56 mortes violentas” (DIÁRIO DO NORDESTE, 03/01/2011); DESAFIO ÀS AUTORIDADES – *Território da Paz: 5 mortes* em 2011” (O POVO, 08/01/2011); “NO BOM JARDIM- PM prende *grupo armado* e evita duplo assassinato” (O POVO, 25/02/2011); POLICIAMENTO – Raio prende dupla durante um *tiroteio no Bom Jardim* (O POVO, 02/04/2011); “Fortaleza registra média de 4 *homicídios* em 2012” (O POVO, 2012); “Anteontem à noite, duas pessoas *morreram* e outras duas ficaram *feridas* no *Grande Bom Jardim*” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2011); Fortaleza registra quase 1500 *homicídios dolosos* em 2012 (O POVO, 2012); “GRANJA PORTUGAL: Ronda captura fugitivo de CPPL (PORTAL VERDES MARES/ TV DIÁRIO, 14/08/2012); “GRANJA PORTUGAL: Vigilante morto dentro de escola” (O POVO, 30/08/2012); “Grupo armado invade Frotinha da Parangaba para matar homem” (PORTAL VERDES MARES/ TV DIÁRIO, 20/12/2012); “Caçado grupo que invadiu ‘Frotinha’” (PORTAL VERDES MARES/TV DIÁRIO, 21/12/2012).

Mesmo quando as manchetes não citam diretamente a região Grande Bom Jardim ou algum de seus bairros, as notícias nelas contidas enfocam representações de violência urbana associadas a estes espaços e destacam suas posições no chamado ranking municipal de bairros considerados os “mais violentos” da cidade. Há uma nítida dificuldade em diferenciar a região Grande Bom Jardim e o bairro Bom Jardim, sendo certas notícias repassadas de forma homogeneizada de “um só Bom Jardim” como *locus* de cristalização do “perigo” e dos “perigosos” situados nas margens de Fortaleza.

A leitura destas notícias permitiu apreender temas e associações centrais abordados. Os homicídios, as chamadas *execuções sumárias*, são atribuídos ao envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas (o narcotráfico) nesta região e aos “conflitos entre gangues”, ou seja, disputas entre grupos e/ou facções rivais em torno dos “territórios da droga”. Os chamados “crimes de vingança” são repassados como resultante destas disputas entre grupos “inimigos” envolvidos no narcotráfico na região. E os assassinados são identificados, em sua maioria, como “pessoas com antecedentes criminais”, com “passagens pela polícia”, “quem devia alguma coisa à justiça”, “usuários com dívidas de droga”. Daí um dos motivos atribuídos aos assassinatos são as ditas “dívidas de drogas”, segundo divulgado pela mídia a partir das falas autorizadas dos policiais envolvidos nas “ocorrências” na região. A associação

direta entre pobreza, tráfico de drogas e o aliciamento de adolescentes para o mundo do crime⁵⁵ também é recorrente nos discursos da mídia local, conforme este trecho da manchete **“Três pessoas executadas nesta madrugada no Bom Jardim”**:

Mais três pessoas foram executadas no Grande Bom Jardim na madrugada desta segunda feira. A população do bairro sofre com os assaltos, as mortes e com o tráfico de drogas. (...) **Os motivos que levam a extraordinário número de 11 mortes em quatro semanas são conhecidos e comentados, mas pouco combatidos. Pobreza, tráfico de drogas e aliciamento de menores para o crime.** No local, convivem onze comunidades, 70 mil habitantes e uma área de pouco mais de 253 quilômetros quadrados. (...) De acordo com a polícia, grupos de traficantes e catãozeiros são os mais comuns; **90% das mortes são de pessoas tem antecedentes criminais**; uma porcentagem ainda não calculada de adolescentes (PORTAL VERDES MARES – TV DIÁRIO, 02/02/2009)

Durante as chamadas “operações policiais”, filmadas e reproduzidas pela mídia televisiva quase como ficções fílmicas com a sonoplastia típica dos seriados policiais, é possível identificar a atuação performática dos policiais durante as abordagens de moradores nas ruas do Grande Bom Jardim, usando a técnica do “parar e revistar”. Sob os holofotes das câmeras de televisão, não há registro de cenas de violência policial. Embora adentrem casas de moradores nas periferias sem nenhum mandato judicial, afinal, basta “pedir a permissão” e entrar para fazer a “revista”. Óbvio que a recusa por parte do morador pode ser interpretada como “suspeita” e sobre ele recair acusações *a priori*. Outrossim, prevalece a imagem da atuação policial que tenta reforçar sua legitimidade frente aos residentes destes territórios periféricos, ao menos em relação aos que eles consideram os “cidadãos”, estes sim, supostamente satisfeitos com a atuação da polícia. As prisões dos “vagabundos/bandidos” são amplamente divulgadas, no sentido de mostrar que “a polícia está fazendo o seu trabalho” nas áreas ditas “críticas”, termo usado como sinônimo de “áreas violentas, com narcotráfico e/ou pobres”. E as imagens de apreensão de drogas ilícitas, armamentos, dinheiro trocado ou de grande vulto, a balança de precisão seriam as supostas “provas” da ilicitude das ações dos *presos em flagrante* durante estas “operações policiais”. Em nome da “segurança da população”, ações arbitrárias têm sido empreendidas por policiais em suas operações nos territórios periféricos, mas esta versão é melhor enfocada nas falas de moradores do que nas imagens da mídia. Refiro-me à violência policial arbitrária direcionada a moradores destes territórios, independente de serem classificados “bandidos” ou “cidadãos”. Por vezes, esta distinção não respeitada pelos policiais é veementemente exigida por moradores que se autorreconhecem como “cidadãos de bem”, “gente direita”, “gente honesta” em oposição aos

⁵⁵ Ao usar o termo “mundo do crime”, sigo a perspectiva adotada por Gabriel Feltran conforme a apreendeu em seu uso nas periferias da cidade de São Paulo: “(...) o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2011: p. 19).

“vagabundos/bandidos/marginais”, para usar aqui a linguagem corrente de moradores e dos discursos midiáticos dos “programas policiaiscos” de Fortaleza. Assim, esta satisfação dos residentes com a atuação policial mostrou-se frágil e/ou não existente quando adentramos os territórios estigmatizados e conversamos com seus moradores.

As notícias dos jornais impressos enfocam ainda as vítimas de “balas perdidas”, a quem meus interlocutores chamam de “quem não tem nada a ver”, ou seja, assassinatos de pessoas sem envolvimento direto com o mundo do crime e que são mortos em meio a “tiroteios” (troca de tiros) realizados seja pelos “traficantes”, “aviões do tráfico” e/ou grupos rivais em suas disputas pelos “territórios das drogas” e nos enfrentamentos com a polícia, seja provocadas por policiais em suas “operações” na região durante perseguições aos “suspeitos” e/ou aos “bandidos da área”. O enfoque nos locais, dias e horários preferenciais de ocorrência de homicídios e assaltos são recorrentes nestas notícias: o espaço é a rua; os dias são os finais de semana; e os turnos são noite/madrugadas e as tardes. É comum a referência às motos e/ou os carros pretos usados pelos assassinos e seus cúmplices para cometerem as execuções sumárias e “se evadirem” rapidamente do local.

Nas notícias midiáticas, os moradores destes territórios aparecem, por vezes, divididos entre “bandidos-marginais-vagabundos” *versus* os “cidadãos-trabalhadores” e a “comunidade”. Estes últimos, projetados como “amedrontados”, podados por uma imperativa “lei do silêncio” aludida nas reportagens por jornalistas, agentes policiais e/ou delegados(as) quando não obtém respostas imediatas em relação aos “suspeitos de crimes de morte”. Na mesma proporção, são citadas nestas notícias as denúncias anônimas da população, delatando os supostos “bandidos”, as “bocas de fumo”, os “esquemas de assaltos”, os “suspeitos” de assassinatos.

As cenas de residentes locais aglomerados em torno de corpo(s) ensanguentado(s) ao chão tornaram-se recorrentes em fotos de jornais escritos e/ou nos programas televisivos de Fortaleza que noticiam sobre a região. O ápice destas cenas ocorre com a chegada dos familiares ao receberem a notícia do assassinato, em especial, a figura da *mulher-mãe* que se apresenta sob as marcas do desespero, entre gritos, lágrimas e acusações a “suspeitos” do assassinato – quebrando a suposta “lei do silêncio” diante das câmeras e cobrando “justiça” para seu filho. Em outras vezes, esta figura da *mulher-mãe* aparece emudecida/silenciada, com aparente indiferença e/ou conformação diante do ocorrido, em meio ao que se convencionou chamar nestes casos de “uma morte anunciada”. A frase comum de que “resultado de bandido é cadeia, cadeira de rodas ou cemitério” é repetida por policiais e repórteres durante o noticiário sem mediações, com tom de julgamento moral e condenação a

priori das vítimas de assassinatos com “antecedentes criminais” ou usuários de drogas ilícitas. Ela sinaliza um processo de naturalização do extermínio seletivo nas “periferias” de Fortaleza reiterado também nos discursos e nas práticas de alguns moradores da região. Nas cenas televisionadas de assassinatos, em torno dos corpos mortos é comum registrar um aglomerado de vizinhos, parentes, conhecidos, curiosos. E muitas crianças e adolescentes sorrindo, gesticulando e se atropelando em busca de espaço para serem visibilizados pelas câmeras fotográficas ou de televisão dos repórteres, como se estivessem em um programa de auditório. Em menor recorrência, estes momentos convertem-se em protestos contra a violência urbana, pedidos de “justiça” para “seus mortos”, com cartazes e fotos das pessoas assassinadas nestes territórios. Ou podem desencadear ações coletivas através de “caminhadas pela paz” promovidas por famílias das vítimas ou por ONG’s, associações comunitárias e/ou movimentos de igreja atuantes na região. No entanto, não são estas últimas cenas as prevalecentes nas notícias sobre as “periferias” de Fortaleza, conforme tenho explicitado.

As estatísticas de Estado atestam a predominância dos homicídios de jovens do sexo masculino na faixa etária de 15 a 29 anos, na região do Grande Bom Jardim. E as imagens produzidas pela mídia local reiteram a figura de jovens residentes na região do Grande Bom Jardim como vítimas preferenciais e/ou protagonistas diretos desta violência urbana na capital cearense, conforme explicitamente destacado nas manchetes a seguintes: “BRIGA DE GANGUES - Jovem morta com tiro na Granja Portugal (23/10/2006); “Presos os acusados da morte do taxista. Na delegacia: os acusados foram levados, ontem, para a Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA” (O POVO, 26/03/2010); “PM prende o ‘terror’ do Bom Jardim” (DIÁRIO DO NORDESTE, 28/10/2010); “**TERRITÓRIO DA BALA** – Mais um *jovem assassinado* no *Bom Jardim* (O POVO, 23/06/2011); “Arrastados pelo tráfico, os garotos pagam com a própria vida as dívidas de droga” (O POVO, 23/01/2012); “**BOM JARDIM – Bandido fuzilado** após *roubar* moto” (O POVO, 04/12/2012). Assim, a principal “fala autorizada” como fonte de notícias propaladas sobre a violência urbana no Grande Bom Jardim, ou seja, a fala da polícia local tem atribuído os *assassinatos*, em especial, de jovens, ao suposto envolvimento das vítimas com o narcotráfico, às “dívidas de drogas”, às disputas territoriais estabelecidas entre grupos rivais e/ou facções criminosas locais, enfim, às vinganças estabelecidas entre estes grupos. Mesmo antes da instauração e/ou apuração de quaisquer inquéritos policiais, certa parcela da população do Grande Bom Jardim encontra-se submetida a processos de acusação social e criminalização *a priori*, sob processos de *suspeição criminal*. E o perfil dos “suspeitos em potencial” a “criminosos”, supostamente signos do “medo social” destilado sobre as

“periferias” desta cidade, aparece no depoimento da então delegada do 32º. DP, uma das “falas autorizadas” para falar da região:

“(…) os criminosos do Grande Bom Jardim apresentam um perfil traçado que os torna parecidos, diante das *condições sociais e econômicas em que estão inseridos*. (...) quem passa pela delegacia na *condição de suspeito, têm de 18 a 24 anos; possui pouca escolaridade, é analfabeto, tem família desestruturada, é usuário de drogas*. A grande maioria declara que não estuda e nem trabalha” (O POVO, 09/06/2013).

Nas modelizações construídas sobre quem são os “suspeitos em potencial” e os “bandidos/vagabundos” supostamente considerados “envolvidos com o mundo do crime”, dentre os moradores das periferias, ganham maior visibilidade os jovens em condição de pobreza e residentes nos território nomeados de “favelas” dentro da região. Contudo, é também o segmento juvenil vítima preferencial de uma “matança seletiva” em curso nas margens desta metrópole. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste, um morador denunciou a letalidade dirigida aos jovens desta região, apesar das ações policiais em curso: “*Nós somos muito fiscalizados, mas no Grande Bom Jardim os adolescentes morrem mais do que em qualquer outro bairro*” (DIÁRIO DO NORDESTE, 08/01/2013). Se o Bom Jardim carrega o “estima da insegurança” reiterado nos discursos jornalísticos e encontra-se mantido sob vigilância e controle do Estado por meio de suas forças policiais é, de fato, sobre os seus jovens que recaem com maior força os “olhos do poder” estatal e os seus dispositivos de violência.

A produção da “*periferia Bom Jardim*” como “lugar violento, perigoso e de pobres” adquire maior densidade nos territórios considerados “favelas” dentro da região, projetados nos discursos midiáticos e reproduzidos nas falas de alguns moradores como “esconderijo dos bandidos”, lugar por excelência do “perigo” e dos “perigosos”. O Marrocos vem projetado nos discursos jornalísticos a partir desta lente estigmatizante e os fragmentos de sua realidade, que ganham visibilidade na mídia local, constroem uma imagem singular enunciada por uma de minhas interlocutoras: “*Se o Bom Jardim é o ‘vixe!’*, o Marrocos é o *‘vixe do vixe! Quer dizer que é o pior lugar dentro do Bom Jardim. É, pelo menos é considerado!’*” Ou seja, é (des)classificado como “*o pior lugar de todos*” dentro da região, conforme afirmou Luzia, moradora e uma das fundadoras do Marrocos. Uma das notícias mais emblemáticas sobre este território – que fortalece sua imagem de “lugar mais perigoso do Bom Jardim” – foi relativa ao assassinato de um taxista em março de 2010, durante tentativa frustrada de assalto praticado por quatro jovens, com idades entre 15 e 20 anos, seus residentes na localidade. Na reportagem, o termo usado para (des)qualificar a localidade foi “favela do Marrocos”, havendo nítida distinção entre os “assaltantes-bandidos” e o “trabalhador-vítima”. É

recorrente, nestas reportagens e nos discursos de interlocutores, denominar estes jovens envolvidos no mundo do crime de “terror”, alguém capaz de provocar medo pelas ações violentas cometidas ou “suspeitos” de tê-las cometido, com destaque para os homicídios consumados. Assim, os “jovens das periferias” aparecem, nestes discursos, como símbolos de uma periculosidade contemporânea a ser vigiada e punida pelo Estado.

Além dos *homicídios de jovens* ou *praticados por jovens* registrados na localidade, o Marrocos também se tornou notícia com relação a supostos “grupos de extermínio” nele atuantes e em seu entorno, segundo enfocam as seguintes manchetes do jornal Diário do Nordeste: “Acusado de homicídios é posto em liberdade” (21/07/2008); “Grupo de extermínio pode estar atuando no bairro Bom Jardim”; “Milícia assusta o Bom Jardim”(25/01/2008); “Violência domina Bom Jardim – No bairro, grupos rivais enfrentam-se em praça pública” (03/02/2009); “Homem é assassinado no bairro Bom Jardim” (01/06/2009). De acordo com as notícias, estas mortes estão relacionadas com um grupo de “vigias” contratados por comerciantes e moradores locais para, supostamente, garantir a “segurança” na área. Seus líderes – dois ex-presidiários e sócios – mantinham uma pequena empresa de segurança privada que oferecia seus serviços aos moradores na região. Todavia, estes “vigias” estavam realizando execuções sumárias de jovens considerados “bandidos-ladrões-vagabundos” dentro dos territórios sob sua vigilância privada. Assumiam a identidade ambígua de “empresários”, “justiceiros”, “matadores”, responsáveis por “fazer justiça com as próprias mãos”, eliminando aqueles considerados “ameaças” e/ou os “perigosos” nas localidades nas quais “trabalhavam” para “proteger” parcela da população local: aquela que pagava pela mercadoria “segurança” civil. As notícias fazem um contraponto complicado: “vigilantes contra criminosos” (DIÁRIO DO NORDETE, 03/02/2009). As disputas entre grupos de “vigias” foram amplamente noticiados de 2008 a 2010 nesta região. E os assassinatos dos membros destes grupos perduraram até os anos 2012, segundo relatos de meus interlocutores que vivenciaram este período no Marrocos. Os “vigilantes” ainda vivos foram “expulsos” da localidade e encontram-se proibidos de retornar. Quem “proibiu”, “matou” ou “mandou matar” manteve-se em aberto nas reportagens, fazendo menção constante aos sentimentos de medo e insegurança presentes no cotidiano da população residente em falar sobre este assunto publicamente.

Sob o olhar midiático, o Marrocos também é projetado nas notícias como lugar às margens da justiça, “perigoso”, por supostamente abrigar “bandidos-vagabundos”, considerado um “esconderijo” para estas pessoas porque seus vários pontos de entradas e saídas, o matagal e as lagoas poderiam favorecer ocultamentos e fugas em caso de

perseguição por parte de policiais e/ou grupos rivais. Esta precariedade da infraestrutura urbana local – com casas de taipa abandonadas, construção estatal inacabada e abandonada da estação de água, com poços de água naturais, espaços sem iluminação pública, cobertos por mato e, nos tempos de chuva, repleto de lama e buracos que dificultam a entrada das viaturas policiais – termina por contribuir para a projeção da imagem do Marrocos como um dos territórios mais inseguros, temidos e evitados por parte de moradores de outras localidades da região.

Estas imagens do Grande Bom Jardim e, sobretudo, de alguns de seus territórios nomeados de “favelas” destacam certos fragmentos do *viver nas margens urbanas* tornados “verdades naturalizadas” (re)produzidas no imaginário da cidade sobre a região e em seu interior. Neste sentido, estes fragmentos de entrevista realizada com jovem morador do Marrocos, território reconhecido na região como “favela”, exemplificam a modelização negativada que associa *favela, pobreza e marginalidade* reproduzida também por moradores locais:

Como as pessoas que não moram aqui vêm as pessoas que moram aqui? Eles falam: “**Favela, pobre...**”. Ali da pista mesmo acha isso. Tem gente da pista (refere-se ao Conjunto Residencial situado do outro lado da Avenida Urucutuba, também conhecido por “Mutirão”) que nunca entrou aqui, acha perigoso. Acha que é cheio d’água, “é pobre, é favela, num sei quê”. Favela é feio, lama, tudo de ruim. **Favela, marginal, gente feia! É isso que eles acham de quem vive aqui** (Sérgio, 19 anos, residente no Marrocos/Região do Grande Bom Jardim).

A modelização do território como “favela” e sua desqualificação social como “lugar perigoso”, um lócus de cristalização de pobreza/precariedade e marginalidade correlacionadas, expressam uma tendência reeditada na contemporaneidade: a de vincular *periferia-pobreza-violência urbana* e, de forma correspondente, *camadas pobres-classes perigosas*⁵⁶. Parece evidenciar-se, mesmo, o fortalecimento de uma perspectiva

⁵⁶ A expressão *classes perigosas* surgiu na primeira metade do século XIX na Europa, especificamente na Inglaterra e na França, no período de ampliação do capitalismo industrial, sendo compreendida como “um conjunto social formado à margem da sociedade civil” (GUIMARÃES, 2008). Este autor faz referência às proporções extremas assumidas pela superpopulação relativa ou o antigo exército industrial de reserva – *representada pelos segmentos intermitentes, sujeitos a oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais* – que, na acepção marxiana, demarca a gênese das *classes perigosas* no momento em que as camadas pobres da população desloca-se, por força da exploração e opressão do capitalismo e da estratégia política das elites das classes dominantes, “(...) forçou a parte mais desesperançada e mais desesperada das classes pobres, aqueles que penetram no ‘inferno do pauperismo’, a modificarem seu comportamento tradicional e passarem das fileiras do proletariado para as fileiras do *lupemproletariado*; a se transformarem de reservas do ‘mundo do trabalho’ em reservas do ‘mundo do crime’; a passarem, em suma, das ‘classes laboriosas’ para as ‘classes perigosas’ (GUIMARÃES, 2008: 260). No Brasil, foi durante a República Velha que se produziu a identificação entre as classes subalternas e as “classes perigosas” mediante a criminalização do movimento operário e sindical ainda nos anos 1920 e extensivo às formas de disciplinarização e controle sócio-político empreendidas pelo Estado brasileiro às classes trabalhadoras. Conforme enfatiza Leite (2008), os sentidos da noção de “classes perigosas” iniciaram uma transformação a partir dos anos 1980/1990 na

neoconservadora de articular *pobreza, criminalidade e violência urbana* já amplamente analisada por Alba Zaluar (1994) ainda nos anos 1990. Em seu contraponto, esta autora afirma que a pobreza, de *per si*, não justifica o aumento atual das taxas de criminalidade e violência nas metrópoles, conforme enunciou:

Entre as imagens dos crimes mais comuns no Brasil de hoje, *figura a que vincula a criminalidade à pobreza*. Na qualificação determinista, entretanto, as concepções se diferenciam, oscilando desde a visão da favela como um ‘meio social desregrado ou imoral’ até a denúncia dos baixos níveis dos salários e do desemprego hoje. *Mas a pura lógica da necessidade econômica, que subjaz a essa vinculação entre pobreza e criminalidade, não consegue dar conta dos intrincados processos pelos quais as taxas de criminalidade aumentam* (1994: p. 100; grifos meus).

Não obstante, ao serem proferidas pela fala autorizada do Estado ou sob a alcunha de pesquisas científicas, as estatísticas oficiais e as correlatas produções discursivas sobre o Grande Bom Jardim e seus habitantes disseminadas na mídia local parecem contribuir para naturalizar e reproduzir imagens dominantes de homogeneização, desqualificação e estigmatização da “periferia” e de seus moradores. Podem produzir, mesmo, um “efeito de teoria” no exercício do poder simbólico para impor um princípio de divisão do mundo social, isto é, de *produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros* (BOURDIEU, 1996). Não se trata de questionar a legitimidade destes dados e suas correlatas produções discursivas. Enunciada por autoridades ditas legítimas ou “oficiais”, eles chamam a atenção por sua *força simbólica de instituir, de produzir categorizações, de dar uma definição social, uma identidade, um “direito de ser” que implica um “dever ser”, ou seja, uma exigência de comportar-se em consonância com a identidade atribuída por uma “autoridade legítima e com poder de lei”* (BOURDIEU, 1996).

Nos discursos dominantes instituídos sobre a região, parecem ganhar força no imaginário fortalezense tanto a associação direta entre pobreza-criminalidade-violência urbanas cristalizada na “periferia” das cidades, como mito contemporâneo de “*retorno das classes perigosas*” identificadas com as camadas pobres residentes nestes espaços urbanos nos anos 2000. As “periferias” urbanas e as camadas “pobres” que as habitam, em especial os “jovens das periferias”, tornam-se símbolos contemporâneos de perigo, insegurança e medo social (BAUMAN, 2005; COSTA, 1993; CASTEL, 2005). Segundo alertou Castel:

(...) *a diabolização da questão das periferias*, e particularmente a estigmatização dos jovens da periferia que se assiste hoje, *depende de um processo de*

vida brasileira, destituída de sua dimensão política para assumir uma configuração vinculada ao medo, a marginalidade e à violência urbana associada à favela e aos seus moradores no imaginário social contemporâneo.

deslocamento da conflitualidade social que poderia efetivamente representar um dado permanente da problemática da insegurança. A encenação da situação das periferias como abcesso de fixação da insegurança para a qual colaboram o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião pública, é de alguma forma o retorno das classes perigosas, isto é, a cristalização em grupos particulares, situados às margens, de tudo o que uma sociedade traz de ameaças. (...) essas estratégias (...) evitam que se leve em conta o conjunto de fatores que estão na origem do sentimento de insegurança e que dependem ao menos tanto da insegurança social como da delinquência (2005: p. 55-57; grifos meus).

E, no interior das margens, este mito contemporâneo adquire um peso simbólico adensado de descrédito e desqualificação social quando direcionado para lugares conhecidos e reconhecidos como enclaves de violência e pobreza urbanas: as “favelas”, a exemplo do Marrocos no Grande Bom Jardim. Nas palavras de Machado da Silva (2008: p. 14):

*O antigo fantasma das classes perigosas agora reencarna na ameaça representada pela violência criminal, que é rotineira e, portanto, “próxima”, personalizada. O medo correspondente não é mais, como antes, de uma revolta popular capaz de abalar a dominação burguesa, nem do contágio da (i)moralidade derivada de uma suposta desorganização familiar tipicamente atribuída aos mais pobres. **O medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza, cujo caso exemplar na representação social são as favelas, vistas como lugares penhas de uma violência descontrola.***

Conforme salientam Machado da Silva e Leite (2008), a partir dos anos 1980 e 1990, a reedição do *mito das “classes perigosas”* (GUIMARÃES, 2008; ZALUAR, 1994) no Brasil (re)emerge trasladada do terreno político, em termos da apropriação do aparelho estatal, para o campo social das vulnerabilidades e dos riscos envolvidos no descumprimento de regras de conduta relativas à moral dominante e imbricados ao crescimento da violência urbana e do tráfico de drogas (ilícitas) em áreas nomeadas como “territórios de pobreza”, em especial, as “favelas” (KOWARICK, 2009; LEITE, 2008). Segundo estes autores, a alusão contemporânea feita às “favelas” tem se deslocado do foco anterior de desorganização social destas localidades, da precariedade de equipamentos urbanos e dos estatutos de propriedade da terra/moradia para o *estigma da marginalidade, desordem e violência urbana* (com ênfase no crime violento⁵⁷) que o envolve e transforma seus moradores na suposta encarnação atualizada das “classes perigosas” (MACHADO DA SILVA, 2008; LEITE, 2008). No caso específico do Marrocos, conhecido publicamente como “favela” dentro da região e assim reconhecido por parcela moradores do Grande Bom Jardim, os dois processos de estigmatização se reforçam mutuamente: a precarização da vida – supradimensionada nas condições de pobreza e extrema pobreza – mistura-se às imagens da “marginalidade” e “desordem” associadas à violência urbana.

⁵⁷ Diz respeito aos homicídios ou assassinatos.

De fato, a noção de estigma (GOFFMAN, 2008) ganha relevância nesta problematização. Ela traduz uma linguagem de relações que remete, por um lado, ao efeito de descrédito e desvantagem conferido aos portadores de atributos considerados depreciativos e indesejáveis em determinada sociedade; e, por outro, expressa uma discrepância entre a *identidade social virtual* (categorizações “externas”) e a *identidade social real* dos indivíduos estigmatizados (a produção de suas auto-imagens a partir de suas experiências espacializadas em seus territórios vividos). Segundo enuncia Goffman:

A questão do *estigma (...)* surge (...) *onde há alguma expectativa*, de todos os lados, *de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la*. Ademais, *os padrões que ele [o estigmatizado] incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o, inevitavelmente*, mesmo que em poucos momentos, *a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que deveria ser. [Portam] símbolos de estigma*, ou seja, signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo (2008: 17; 53; grifo nosso).

O portador de um estigma é representado pelos que se classificam “*normais e superiores*” como uma espécie indesejável e, num caso extremo, uma *pessoa completamente má, perigosa ou fraca*, reduzida a uma *pessoa estragada e diminuída* perante os demais. No limite, afirma Goffman (2008: 15), “(...) acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações através dos quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”. Em sentido amplo, o estigma produz o efeito de descrédito e desvantagem (individual e social) do estigmatizado – na condição de desacreditado ou de desacreditável – transformada em uma pessoa “*poluída*” e a ser evitada socialmente.

Essa dimensão de estigma parece presentificar-se, de forma complexificada, nas imagens/discursos e práticas produzidos e outorgados sobre as margens urbanas e seus residentes na vida brasileira e na especificidade dos territórios do Grande Bom Jardim. São modelizações negativas sobre as margens urbanas nas quais se inscrevem os sentidos de *insegurança, desconfiança e medo social*, enredados em teias simbólicas que projetam os moradores destes espaços como “*suspeitos e criminosos em potencial*”, suscetíveis a processos aproximados de *sujeição criminal* (MISSE, 2010). Seus efeitos sociais mais destacados, segundo alguns analistas contemporâneos, têm sido a crescente segmentação e segregações dos espaços urbanos (CALDEIRA, 2000; WACQUANT, 2008); a redefinição das políticas públicas e projetos sociais destinados a estes segmentos e aos seus territórios centrados nas *estratégias complementares entre assistencialização e controle/*

criminalização e punição dos moradores das “periferias” das cidades⁵⁸ (WACQUANT, 2005; 2007); além do reiterado aviltamento e descrédito social em relação a estes, em especial quando residentes em “*favelas*”, para desenvolverem ações coletivas e participarem da esfera pública, garantindo a legitimidade de suas denúncias, reivindicações e cultura (TELLES, 1999; MACHADO DA SILVA, 2008).

A crescente identificação e classificação de certos espaços físicos de nossas cidades como “*lugares perigosos e de pobres*” marcados por uma violência difusa— via de regra situados nas “periferias” e caracterizados pela condição de pobreza e violência urbanas — tem criado linhas cartográficas imaginárias transformadas em segregações sócio-territoriais nos espaços urbanos brasileiros. Ao focar a *fala do crime* na cidade de São Paulo, Caldeira (2000) apresenta instigantes elementos para a reflexão acerca da construção simbólica, também recorrente em Fortaleza-Ce, sobre estes espaços físicos e sociais de residência de segmentos pauperizados como espaços do crime⁵⁹, com características supostamente *impróprias, poluidoras e perigosas*; e da imagem estereotipada de seus moradores como socialmente marginais e potencialmente criminosos, verdadeiros símbolos da periculosidade contemporânea. Para esta autora, desde as décadas de 1980 e 1990, a sociedade brasileira vivencia a produção de um *novo padrão de segregação urbana* assentado na criação de *enclaves fortificados* que encarnam o surgimento de um novo padrão de organização das diferenças nos espaços urbanos e transformam profundamente os sentidos de espaço público ao fazer da desigualdade um valor estruturante. Os enclaves fortificados são, segundo Caldeira,

(...) espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer e consumo. Podem ser shoppings centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles *atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los aos pobres, os “marginais”, os sem-teto* (2000: 11-12; grifo nosso).

Em suposta oposição a estes *enclaves fortificados* e representando *medo, insegurança e perigo* no imaginário urbano brasileiro encontram-se as *favelas* e os *cortiços*

⁵⁸ Este modelo de “*gestão territorial da pobreza urbana*” contemporânea adotado nas sociedades contemporâneas alia adesregulamentação econômica, as frágeis e focalizadas políticas sócio-assistenciais, a disciplina do *workfare* e o constrangimento do aparato policial e penal hiperativo do Estado em meio à *marginalidade avançada* (WACQUANT, 2008; 2005).

⁵⁹ Adoto a expressão “*crime*” nos sentidos usados pelos moradores dos territórios periféricos em estudo, ou seja, envolve as atividades ilegais e/ou ilícitas do narcotráfico, furtos/roubos/assaltos, ameaças/tentativas de assassinato, homicídios e/ou promoção de tiroteios praticados na localidade ou fora. Os discursos/imagens dominantes e propalados no senso comum e mídia local identificam como espaços de profusão do “*crime*” as áreas de moradia dos segmentos pauperizados situados nas margens urbanas, reportando e cristalizando sobre estes as responsabilidades pela difusão dos sentimentos de medo e inseguranças associados às noções de perigos e riscos contemporâneos.

simbolizados, por vezes, como *espaços de pobreza, de origem e produção do “crime” e dos “criminosos”* nas cidades contemporâneas. Vinculadas a estas imagens/discursos sobre os espaços às margens – nomeados por parcela dos residentes de territórios do Grande Bom Jardim como *“periferias”* ou ainda *“é favela favela”* – reproduzem-se sobre seus moradores uma linguagem de relações entre atributos depreciativos indesejáveis e estereótipos com efeitos de difamação, desqualificação e descrédito sociais que traduz uma sobreposição de estigmas (GOFFMAN, 2008): o estigma vinculado ao *local de residência* ou *estigmatização territorial* (WACQUANT, 2005; BHABHA, 1998) interconectado e interdependente ao estigma da condição de pobreza e ao estereótipo do *“ser pobre”* – ambos projetados em relação aos *moradores das margens urbanas* – e, em destaque, das ditas *“favelas”* – como o arquétipo das *“classes perigosas”* na atualidade. Conforme enfatiza Wacquant (2005, p. 33), constituem-se no plano real e simbólico certos espaços físicos e sociais identificados como *“(...) ‘áreas a serem evitadas’ (no-go areas), profusas em crimes, em marginalidade e em degeneração moral, onde se pressupõe que habitem apenas membros inferiores da sociedade (...) zonas reservadas aos novos párias urbanos”⁶⁰.*

Estes processos de estigmatização sócio-territorial materializam-se também em Fortaleza-Ce. Em nossa metrópole, a região do Grande Bom Jardim – e o Marrocos em sua dimensão singular – figuram em nosso imaginário urbano como encarnação destas *“no-go áreas”*. Tais espaços são instituídos simbolicamente como *“lugares violentos, perigosos e de pobres”*, seja nas imagens/discursos veiculados pelas mídias locais impressa e, sobretudo, televisiva – a destacar os programas “policialescos” Barra Pesada, Cidade Alerta 190, Os Malas e a Lei, Brasil Urgente Ceará, Linha Direta, Comando 22, Rota 22, reproduzidos nos canais de TV aberta – seja na divulgação e no uso das *estatísticas de Estado*, explicitando uma reforçada intersecção entre indicadores elevados de pobreza e violência urbanas marcantes nestes espaços. Tem sido recorrente nos discursos de meus interlocutores de pesquisa a reprodução da imagem fabricada do Grande Bom Jardim como espaço de precariedade social interconectada e interdependente da violência urbana (com enfoque para o crime violento, o homicídio) traduzida na má reputação ou infâmia (GOFFMAN, 2008) desta região situada nas *“beiras”* de Fortaleza-Ce. Mesmo os habitantes de microáreas conhecidas e reconhecidas no senso comum local como também *“muito violentas, perigosas e de pobres”* dentro do Grande Bom Jardim – aqui evidenciando a dupla condição de *“favelas”* e áreas de

⁶⁰ Os “novos párias urbanos” são encarnados na contemporaneidade, segundo Loïc Wacquant (2005; 2008), pelo novo precariado urbano, isto é, as “franjas precárias” do novo proletariado urbano residentes em bairros periféricos estigmatizados nas sociedades capitalistas pós-fordistas (WACQUANT, 2007).

risco geográfico e social – reconhecem e/ou reproduzem, em suas narrativas, os discursos/imagens midiáticos homogeneizadores e ambíguos em relação aos residentes destas margens de Fortaleza. Deixam entrever certo reconhecimento das imagens dominantes sobre os moradores das “periferias” urbanas e do que tenho denominado de “margens das margens” dentro de uma região marcada pela estigmatização em Fortaleza, em especial, os espaços nomeados de “favelas”.

As modelizações negativadas das “periferias Bom Jardim” e de seus moradores expressam duas principais perspectivas de olhares que se *misturam*. De um lado, estes moradores aparecem projetados sob a marca da precariedade como “*pobres da periferia*”, “*necessitados, carentes, abandonados*”, a denunciar e/ou a reclamar dos poucos serviços sociais e de infra-estrutura urbana ofertados pela mão direita do Estado em seus locais de moradia. Perfilados, por vezes, como símbolo do fracasso social contemporâneo expresso na condição de pobreza/extrema pobreza e de “favelado” e/ou residentes em áreas de risco. E não obstante, fazem recurso à mídia para denunciar a ausência do Estado protetivo e, assim, as negações de direitos vivenciadas em seus territórios vividos, reivindicando publicamente a atuação estatal. De outro, emergem como *vítimas e/ou protagonistas* da violência urbana, a reivindicar a “*justiça*” e/ou o recrudescimento da face punitiva do Estado. Nesta perspectiva, assumem visibilidade espetacularizada⁶¹ os casos de execuções sumárias de “*jovens pobres*” (na condição de vítimas ou protagonistas) ou de suas participações em crimes violentos que, antecipadamente e sem provas, são atribuídos a um suposto envolvimento com o “*mundo do crime*”, em especial o narcotráfico em suas *disputas por “territórios das drogas”*. Ganha visibilidade a figura do “marginal/vagabundo/bandido” reportada ao espaço da favela e aos seus residentes – os “favelados” – sob as marcas do “perigoso” e da precariedade da vida e, sintetizada na fala nativa, tradução de “*tudo de ruim*” desta cidade, cristalizada nas suas diabolizadas periferias que, supostamente, parece encontrar na região do Grande Bom Jardim, seu ponto de saturação. Sob a máxima do “*perigoso*” nas visões de quem não habita este espaço urbano, segundo reconhecido por moradores locais, pessoas e lugares “*nas e das*”

⁶¹ Tomo por referência teórica a concepção de espetáculo construída por Guy Debor para pensar a espetacularização do *viver nas margens* conforme propalado nos discursos-imagens midiáticas reproduzidos nos programas “policialescos” locais. Segundo o citado autor: "O espetáculo, em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo. (...) é uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. (...) é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. (...) Sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos - o, espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. (...) o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana - isto é, social - como simples aparência (...) como a negação da vida que se tornou visível". O desafio posto é ultrapassar esta espetacularização para reencontrar a vida a partir de narrativas e experiências de moradores das margens de Fortaleza, na particularidade deste lugar chamado Marrocos. Ver DEBOR, G. A sociedade do espetáculo. 1997.

margens urbanas encarnam e expressam medos difusos diante de uma insegurança civil e social misturados ao *horror ao perigo/risco* atribuídos aos considerados socialmente “estranhos e distantes” em tempos contemporâneos.

Na mídia fortalezense na qual são veiculados e consumidos discursos/imagens como denúncias-entretenimento pelos próprios residentes destes espaços urbanos – por vezes nos papéis fluidos e ambíguos de “autores e/ou vítimas/familiares de vítimas” de violências difusas e imersos na condição de pobreza – a região do Grande Bom Jardim tem sido recorrentemente citada. Quem assiste aos supracitados “programas policialescos” ou lê os principais jornais desta metrópole defronta-se com a (re)produção da imagem de “*pobreza, violência e perigo*” atribuída a esta região. O bairro Bom Jardim e o Marrocos – identificado como um de seus territórios “mais críticos”, a versão “*vixe do vixe*” da região – têm lugar de destaque nos noticiários de Fortaleza. Seus moradores são reconhecidos, de maneira recorrente, pelo par relacional “vagabundo” e/ou “bandido” *versus* “cidadão” e/ou “trabalhador”. Estas categorias encontram-se presentes também na linguagem nativa, conforme já anunciei, quando os interlocutores querem estabelecer distinções sociais entre as pessoas do lugar – *entre o “nós” e o “eles”/ “os do lado de lá” e “os do lado de cá”* – enunciadas como nomeações aparentemente opostas e excludentes, reproduzindo em suas situações cotidianas um reiterado processo de mútua acusação social e criminalização *a priori* que parece recair sobre “*todos*” os que vivem em condição de pobreza nas “*periferias*” e/ou nas suas “margens das margens” desta cidade. É possível identificar, no Grande Bom Jardim, lutas simbólicas entre discursos de (re)significação e de estigmatização desta região, delineando uma *dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução* de modelizações negativadas projetadas sobre pessoas e lugares inscritos nas margens da cidade.

1.3 Lutas de classificação no Grande Bom Jardim: situando a *dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução* de modelizações negativadas sobre a região

A insegurança no Grande Bom Jardim manifesta-se, para seus moradores, do ponto de vista civil e social, tornando-se tanto objeto de “*queixas, esquivas e saídas*” individualizadas, grupais e privadas, como eixo de mobilizações e debates públicos por parte de segmentos organizados da sociedade civil⁶² nesta região. Assim, destaco outro elemento

⁶² Compreendo sociedade civil na acepção desenvolvida pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. É digno de nota, portanto, enfatizar a análise deste autor acerca da noção de Estado ampliado que traduz a inter-relação entre a sociedade civil e a sociedade política, ou seja, o resultado da interdependência entre coerção e

significativo a assinalar nestas trilhas aproximativas à região:os esforços de parcela de seus moradores para negar e/ou desconstruir os estigmas sócio-territoriais produzidos sobre si e sobre seus espaços vividos elaborados na relação de pertencimento às “periferias” de Fortaleza. Tratam-se de lutas simbólicas entre imagens de (re)qualificação/(re)significação e de desqualificação/estigmatização da região e, por conseguinte, de seus moradores e de determinados territórios sobre os quais recaem, com maior intensidade, as modelizações negativadas e/ou os estigmas sócio-territoriais ora recusados e/ou dissimulados, ora reproduzidos em seus esquemas classificatórios locais.

Estas lutas de classificações em curso no Grande Bom Jardim efetivam-se, simultaneamente, em distintos espaços e níveis. Por um lado, ocorre *no espaço público e no nível coletivo*, a partir das mobilizações e debates gestados por segmentos organizados da sociedade civil da região, adentrando a arena política de reivindicações sociais e pautando as agendas públicas junto aos governos municipal e estadual. Buscam construir uma “identificação regional”, contestam as modelizações negativadas projetadas sobre o Grande Bom Jardim e se lançam ao desafio de re-significação da região e de seus moradores no espaço público e na política. Por outro lado, menos visibilizada, as lutas de classificações são travadas *no cotidiano, entre e intra-territórios, nos âmbitos individual e grupal, remetidas ao espaço privado*. Neste segundo nível, os moradores produzem suas tentativas de negação, dissimulação, esquivas e/ou transferência de estigmatizações sócio-territoriais consideradas advindas “*de fora*”, expressão nativa demarcatória de fronteiras simbólicas entre lugares e pessoas consideradas não pertencentes a seus territórios vividos e, portanto, estranhas,

consenso como garantidores, respectivamente, do domínio e da direção intelectual e moral de um grupo e/ou classe social sobre o conjunto da sociedade. Nesta perspectiva, a *sociedade civil* compreende à outra esfera da "superestrutura", garantindo a direção cultural consubstanciada numa concepção de mundo que cimenta a hegemonia de classe. Caracteriza-se pela produção e difusão de ideologias e valores simbólicos, de uma cultura capaz de garantir "direção intelectual e moral" de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. Corresponde, assim, ao conjunto dos organismos chamados "privados" e voluntários - os partidos, as instituições sociais, os meios de comunicação, a Igreja, as escolas, os sindicatos, os partidos, as empresas - voltados à garantia da "hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado". Já a sociedade política agrupa o conjunto das atividades da superestrutura correspondentes, com função de "dominação direta" ou coercitiva. E, mais exatamente, traduz-se como o conjunto das relações coercitivas que interligam governantes e governados, os grupos dominantes e os grupos dominados no Estado e garantem a dominação de classe, ou seja, compreende as instituições públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o poder judiciário, o tesouro público. Caracteriza-se, enfim, pelo conjunto dos aparelhos que concentram o "monopólio legal da violência" e visa à dominação. No campo específico de estudo, compreendo um processo de luta político-cultural travada por segmentos organizados da sociedade civil da região do Grande Bom Jardim em torno da re-significação de seus territórios vividos e de quem neles reside, bem como um enfrentamento com o Estado (sociedade política) para a garantia de direitos sociais negados em suas dinâmicas cotidianas de existir nas margens. Assim, a luta simbólica ou luta de classificações é aqui interpretada como um tipo de luta pela hegemonia tecida nas micro relações constituídas nesta região. Para aprofundamento sobre a concepção de Estado ampliado, conferir GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. 1978; CARVALHO, A. P. de. A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana.1983.

distantes e também evitáveis socialmente. Em suas tentativas individuais e/ou grupais de contrapor-se aos processos de estigmatização sócio-territorial e de reelaboração de (auto)imagens – suas percepções do “nós” – têm incorrido tanto na afirmação de pertencimento ao lugar de moradia e sua ressignificação, como na reprodução dos estigmas e demarcação de fronteiras simbólicas entre e intraterritórios construídas a partir de suas (re)classificações de pessoas e lugares ditos “próximos” e “distantes”.

Compartilho aqui da lúcida e poética consideração do mestre José de Souza Martins ao definir fronteira em sua dimensão propriamente sociológica e antropológica, qual seja:

lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história. ***É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido.*** De modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, ***porque nela o outro é degradado para, desse modo, visualizar a figura de quem o domina, subjuga e explora.*** (...) É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. É nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas do que é o fazer história, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade do homem (2012: 10-11; grifos meus).

É, assim, nas fronteiras ou margens de Fortaleza que se constitui um *viver na liminaridade* específico desta situação marcada por conflitos, confrontos, ambiguidades e uma residual concepção de esperança vivenciada por seus moradores. Se a região do Grande Bom constitui-se nas margens de Fortaleza, em seu interior gestam-se outras margens abalizadas por situações de conflitos e confrontos instaurados também neste campo das visões de mundo e de definições do *Outro*, ou seja, “(...) *daquele que não se confunde conosco e nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do nós*” (MARTINS, 2012: 10). Dentre estas definições do *Outro* da região, ressalto as significações atribuídas à condição de pobreza e à figura do “*pobre da periferia*” imersos nestas lutas de classificações travadas nas microrelações cotidianas no território do Marrocos. A situação de fronteira estudada permitiu apreender nas narrativas dos (as) interlocutores (as) a versão de um “nós” fragmentado, que tem encontrado dificuldades em produzir mútuos reconhecimentos, identificação e pertencimento local, fragilizando os processos de organização e de lutas comuns a serem travadas no espaço público e no campo da política. Não obstante, é um *locus*

de negação-afirmação do humano, da produção de esperanças e alternativas no viver cotidiano. Nas fronteiras de tensões, conflitos e confrontos instauradas no Grande Bom Jardim, delinea-se, assim, uma *dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução* demodelizações negativadas atribuídas a esta região, seus moradores e seus territórios constitutivos.

Para melhor situar esta dialética das *fronteiras*, inicio com os esforços de recusa-crítica e rupturas com os processos de estigmatizações e segregações sócio-territórias empreendidos por instituições e/ou segmentos organizados da sociedade civil do Grande Bom Jardim engajados na luta simbólica para re-significar a região. Neste sentido, é interessante destacar que a própria aferição de “região” atribuída aos cinco bairros constitutivos do Grande Bom Jardim parece expressar uma estratégia simbólica coletiva de instituições da sociedade civil locais para agregar seus territórios em torno de lutas por melhorias de infraestrutura urbana, defesa e/ou conquistas de direitos ausentes ou cotidianamente violados pelo próprio Estado que deveria garanti-los. Nas versões de lideranças locais, estas lutas em torno das quais buscam agregar os distintos residentes da região e redefinir suas fronteiras internas são nomeadas de “comunitárias”. A demarcação “regional” é considerada, portanto, estratégica no enfrentamento dos discursos/imagens estigmatizantes projetados sobre a região e seus moradores. Estes agentes parecem fazer recurso ao que Bourdieu (1996: 110; grifos meus) denominou por discurso regionalista, a saber:

(...) é um discurso performativo, que *visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, e fazer conhecer e reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante e desconhecida enquanto tal* (portanto, reconhecida e legítima), que a ignora. *O ato de categorização, quando consegue fazer conhecer e reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce por si só um poder (...).*

Por meio deste *“ato de categorização”* de *“região”*, que depende do capital simbólico de seus agentes no mundo social, instituições da sociedade civil atuantes no Grande Bom Jardim buscam construir alternativas de “apresentação e representação de si” na cidade de Fortaleza – a sua percepção do “nós” – supostamente capazes de enfrentar os processos de estigmatização e lhes garantir outras possibilidades de existência social e poder (simbólico) para participar no espaço público e exercitar o poder de suscitar uma nova visão e uma nova divisão do mundo social. A constituição de uma “região do Grande Bom Jardim” traduz um esforço coletivo de instituir uma “integração identitária” de seus distintos e fragmentados territórios, fortalecendo um pertencimento local e produzindo discursos de posituação por parte de seus moradores. Esta “região”, segundo enfocado no documento “A Política de

Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim” (CDVHS/ RDSGBJ, 2006), representa um “território socialmente constituído” a partir da atuação político-social de organizações não-governamentais (ONG’s), movimentos sociais, associações de bairro e, conforme já salientado, de “ações comunitárias” vinculados à igreja católica originadas com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), com desdobramentos até o tempo presente em territórios do Grande Bom Jardim. Segundo moradores engajados na “luta comunitária”, autodenominados de “militantes da causa do bairro”, a origem da nomeação “região do Grande Bom Jardim” não é precisa.

Esta identificação regional vem sendo tecida nos processos organizativos das instituições da sociedade civil mobilizadas nos anos de 1990 e 2000 para refletir sobre as condições de vida da população local e construir uma “agenda pública positiva” das demandas regionais junto aos governos estadual e municipal. Até início dos anos 1990, a região era nomeada de “área pastoral do Grande Bom Jardim”, conhecida e reconhecida por seus moradores como uma *“comunidade de comunidades”*, devido à influência de parcela progressista da igreja católica sob a orientação da Teologia da Libertação, perspectiva fortalecida com a atuação das freiras salvatorianas (congregação do Sagrado Coração de Maria) e sob a coordenação de padres missionários combonianos que desenvolviam trabalhos “pastorais” em distintos territórios desde os anos 1980. Segundo lideranças locais engajadas nestas “ações e lutas comunitárias”, as experiências de organização das CEBs nos territórios constitutivos da região foram significativas para o protagonismo político de moradores na luta por direitos sociais e por infraestrutura urbana nos anos seguintes, bem como influenciaram na criação de outras entidades organizativas locais. A aproximação entre religião e política/fé e vida, inspirada na crença de um “Deus vivo. (...) e de um Cristo engajado nas questões políticas da comunidade” – referendada na fala nativa – dava o tom aos processos organizativos e às lutas empreendidas neste período na região. Todavia, o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi marcada pela saída dos “padres combonianos” da administração desta “área pastoral”, seguida da chegada de “padres diocesanos” de outras congregações e com concepções diferentes das anteriores. Denota localmente o movimento de “restauração romana” de viés neoconservador empreendido na igreja católica já em meados dos anos 1980. Dentre suas concepções predominantes, ressalto a reiteração da ideia de “paróquias” e as investidas na Renovação Carismática, com centralidade nas celebrações, louvores e orações, distanciando-se as ações da igreja das lutas políticas locais.

Segundo Marileide Luz, coordenadora do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) – uma das entidades da sociedade civil constituídas nos anos 1990 no

Grande Bom Jardim – houve um desestímulo de muitos dos chamados “leigos e leigas” engajados nas “ações comunitárias” da igreja católica neste período de sua “restauração”. Seu relato permite perceber esta mudança nos rumos das formas de organização e lutas empreendidas no Grande Bom Jardim em meio à reversão conservadora da igreja católica, expressando certa desesperança e desestímulo em continuar participando desta igreja reconfigurada, cujos desdobramentos tornaram-se mais fortes a partir de 1995-1996:

Quando eu cheguei aqui em 90, a gente já tinha uma *experiência das comunidades*, que era uma *organização a partir da igreja católica, uma organização popular chamada de Comunidade Eclesial de Base (CEB)*. O pessoal nas comunidades fazia um meio que uma luta para além da missa, para além das orações. *Misturavam o que chamavam de fé e vida*. Então, nesse período, quando eu cheguei foi um momento muito bom nesse processo de organização. Toda a situação política da discussão das condições do bairro, do que precisava no quarteirão. Eu lembro que nós fizemos uma luta pra ter água em todas as casas, depois pra chegar energia, pra garantir o ônibus, tudo pela organização da igreja que era das comunidades. *Por aqui já estavam chegando os combonianos. Eles chegaram pelo ano de 89. E a chegada dos combonianos fortaleceu muito essa história de organização comunitária, de trazer Deus de forma diferente. Deus era vida e onde tivesse negação de vida a gente tinha que denunciar*. E a gente caminhou assim por muito tempo, eu acho que *até o ano de 93, mais ou menos, quando os combonianos começaram a se mudar, a e deixar de assumir a coordenação aqui do que chamavam de área pastoral*. Inclusive o nome, não gostavam da ideia de paróquia, era chamada de área pastoral do Bom Jardim. E, a ideia era ter muita gente. Eles não chamavam de lideranças, chamavam de *leigas e leigos assumindo, testemunhando Jesus Cristo*, digamos assim. Era um padre que ia pra abençoar ou pra perdoar pecados de gente que *era gente e que acreditava em Cristo engajado nas questões políticas da comunidade*. Depois, eles saíram da coordenação. Na época também quando o Bispo de Fortaleza era Dom Aluísio, a luta era também fortalecida pela visão que ele tinha, pelo que ele queria. Inclusive, foi ele que estimulou a criação dos centros de direitos humanos nas periferias. Porque o bispo fazia anualmente as visitas pastorais e ele escolhia sempre os lugares considerados mais distantes ou mais excluídos pela sociedade. E aí ele fez visita no Grande Bom Jardim, fez visita no Lagamar. E por onde ele foi passando, ele deixava a ideia de que a gente criasse centros de direitos humanos. (...) **Teve um período que a gente meio que se rebelou. Depois que os combonianos saíram a gente não via muito sentido a gente ficar na igreja**. Por exemplo, eu trabalhava na escola comunitária da igreja e as discussões sobre a situação da vida, do contexto da família do menino já não interessava mais às pessoas. Capoeira era como se fosse macumba, por causa da batida. **Não dava mais. A gente se afastou mesmo porque deixou de fazer sentido. O Deus que a gente acreditava era outro Deus. Era na luta, era no meio da rua, menos na igreja que se fechou de vez. Mudou quando saiu Dom Aluísio e também porque os combonianos saíram da coordenação. E foram chegando padres de outras congregações religiosas com uma concepção diferente**. Era como se a igreja estivesse se metendo muito na política e o seu papel deveria ser outro. E não dava.(...) **As comunidades era como se fosse um avanço, entendeu? As comunidades tinham um sentido de Deus, eu e Deus. Era outro Deus que não é um Deus que meio que não estava na vida das pessoas**. Mas isto não se sustentou. Se a gente tivesse uma base sólida, pra sustentar a ideia da igreja que a gente acreditava, a gente tinha talvez tivesse um confronto ou pelo menos criado alguns conflitos com os padres. Mas não aconteceu.

Mesmo durante esta guinada neoconservadora da igreja católica, processos organizativos “comunitários” construídos anteriormente mantiveram-se em algumas partes da região. E parcela dos “leigos e leigas” atuantes na luta pelas melhorias em seus bairros (re)inventaram seus modos de organização e de “permanecer na luta”. Assim, além da já fragilizada participação política local da igreja católica nesta década, outras instituições da

sociedade civil surgiram e engajaram-se em ações de mobilização social, organização e luta política por melhorias das condições de vida por meio do incentivo ao “crescimento e desenvolvimento” na região (CDVHS/GPDU/UECE, 2005). Dentre estas, destaco o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). Este centro de defesa de direitos humanos, ONG criada em 1994, foi originalmente incentivado pelo bispo de Fortaleza à época, Dom Aluísio Loscheider. Tem por missão institucional “promover a vida e defender direitos humanos”, com foco na população da região. Segundo sua coordenadora atual, o CDVHS resultou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua força vem da “militância” que articula trabalho voluntário, sentido de pertencimento local e identificação política de quem experiencia demandas e necessidades consideradas comuns. Ao mesmo tempo em que compartilham esperanças de “mudar a realidade local” e buscam construir alternativas na dinâmica da participação efetiva nas lutas cotidianas em contexto de desigualdades sociais, pobreza e estigmatizações sócio-territoriais que enfrentam pela via da política. A narrativa de Marileide Luz nos traz um pouco desta história de lutas comuns em curso no Grande Bom Jardim e da opção por atuar em rede⁶³, com ênfase na criação do CDVHS, instituição com protagonismo político destacável nas lutas de classificação travadas *sobre e na região* nos níveis coletivizado e público:

Nessa luta que a gente fazia (silêncio), as comunidades se reuniam, de todos os cinco bairros, anualmente, para planejar e depois para avaliar o que fez aqui na região. Muita gente, muita gente mesmo! Era o pessoal das igrejas. E em um destes anos, em 1992, a avaliação é ***que precisava avançar na garantia de direitos e precisava de um nome mais jurídico, uma organização muito maior, além da gente ficar indo pra igreja refletir.*** Fazia uma coisinha e depois avaliava. Tinha que ser algo muito mais sistemático, muito mais profissional. Criou-se uma associação chamada

⁶³ As "redes" são “(...) processos dinâmicos permanentes que estabelecem laços múltiplos, descontínuos e redundantes entre pessoas e entre grupos, formais e informais (...) O essencial nestas redes não é a estrutura, mas os processos descentralizados de comunicação e de tomada de decisões. Apoiam-se em sólidos relacionamentos interpessoais que resistem ao teste do tempo” (PÉON In: FERNANDES, 1994, 130). A configuração das redes inclui-se, portanto, num processo de articulação da sociedade civil intensificado a partir dos anos 1990 e 2000. Ilse Scherer-Warren (1993) denomina tal processo de "rede (network) de integração na diversidade", caracterizada pelo amálgama dos seguintes elementos: a diversidade; a segmentação institucional/descentralização, dando origem a formas interativas mais leves e circunstanciais (alianças múltiplas e parciais); a convergência de esforços plurais em torno de questões ou temas específicos; o pluralismo organizacional e ideológico; a transnacionalidade (interação entre o global e o local); o enfoque na dimensão ético-moral expressa através dos múltiplos apelos à "sensibilidade coletiva" - linguagem fluida das emoções e dos valores, dentre estes últimos, a centralidade dada à cidadania e aos direitos sociais - e à responsabilidade pessoal na atuação nos campos cultural (plano simbólico) e político; o diálogo e parceria entre "Estado, sociedade civil e mercado"; a autonomia dos participantes com um amplo fluxo de informações; a capacidade de tramitar e estabelecer canais de comunicação entre o formal e o informal, o moderno e o tradicional, especialmente com referência aos tipos de "solidariedade social" existentes na vida brasileira. Para aprofundar a discussão destes elementos ora pontuados em relação às "redes de integração na diversidade", em especial as "redes de movimentos sociais", conferir SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 1993; FERNANDES, Rúbens César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 1994. Sobre a especificidade das Redes DLIS, ver ainda *Cartas DLIS: Coletânea das primeiras "Cartas DLIS"*. Agência de Educação para o Desenvolvimento. V. 1 (nov. 2002). Brasília: A Agência, 2002.

Associação das Comunidades do Grande Bom Jardim e Adjacências. Também não deu muito certo porque continuou no mesmo ritmo do que a gente já vinha antes nas comunidades. (...) Em uma das avaliações, a Associação do Grande Bom Jardim e Adjacências foi dissolvida e o pessoal ficou perguntando o que fazer. E, de 92 até o nascimento do CDV, foi-se amadurecendo a ideia. Até que se resolveu criar o Centro em 1994. Tem vários associados-fundadores: a Lúcia, o Messias, Pe. Marcos, Pe. Renato, Roseane, Vicente, a Gorete, enfim, todo mundo é daqui. Em 2002, viramos associados eu, Batista, o Armando, o pessoal que estava meio que trabalhando por aqui. E é isso que aproximou a minha luta do CDV. E assumir a coordenação foi um desafio, porque era preciso muita, muita coragem, muita militância. Mais do que a possibilidade de ter um *status* de coordenação. Porque estava muito desafiante a questão da sustentabilidade do CDV. Conflitos entre associados, por aí vai. Em 2009, quando assumi, o CDV não tinha nenhum projeto. Mas a gente ficou assim: é uma história que a gente não pode deixar acabar. Não foi muito simples. Como não continua sendo simples garantir a sustentabilidade das ONG's. Mas a gente tem dado um rumo, muito na base da militância mesmo. Se aproxima gente e vai fazendo as coisas. Tem horas que tem projeto que remunera. Outra hora não remunera, mas as pessoas continuam na luta. **E é uma luta comunitária.** (...)E veio a ideia da gente trabalhar com a **ideia de desenvolvimento e em rede**. A gente começou a conceber e pensar que nós merecemos um lugar bom para morar e esse lugar pra viver tem que ser desenvolvido, no bom sentido, garantindo direitos humanos, com direito à cidade, com políticas públicas, com tudo. A gente fez um diagnóstico, considerando quatorze indicadores de análise, o que mais interfere pra gente **viver bem** no Grande Bom Jardim. Fomos fazer o diagnóstico, isso já foi em 2002-2003. E depois no planejamento, que foi o que juntou a rede. O diagnóstico dos problemas e o planejamento dos cinco bairros interessava para as redes, porque não era uma luta sem minha e nem sua, era uma luta de todos pelo desenvolvimento do lugar. Formamos ...na verdade, a gente fez a primeira discussão sobre desenvolvimento e também para pensar nesta perspectiva do diagnóstico em dezembro de 2003. E a gente já tinha uma ideia de que era importante a gente estar em rede. O diagnóstico veio fortalecer. Foram entrando mais entidades, outras entidades. Tinha reunião que a gente chegou a contar setenta e duas (72) entidades para fazer estas discussões. A ideia da rede mesmo antes do diagnóstico. É porque a gente sempre teve como foco, no CDVHS, *“mobilização e empoderamento de gente”*. Mesmo durante todo esse processo de campanha de registro de nascimento, campanha pelo direito à educação, nós nunca fizemos sozinhos. A gente sempre se articulou com outros movimentos, com outras entidades, em todos os lugares. A gente ia lá, sensibilizava, dizia que era importante esse direito e que botasse lá o balcãozinho, a gente garantia o material. E depois a gente juntava esse pessoal que colaborava para estudar a LDB, pra estudar o próprio ECA.

A atuação do CDVHS na região tem passado por consideráveis redefinições nestes anos 2000, em meio ao que se convencionou chamar entre suas lideranças de “uma crise” concernente, sobretudo, às dificuldades de renovação de seus quadros de direção/lideranças e de dar continuidade aos trabalhos de mobilização social e “luta comunitária” até então empreendidos pela instituição. Conta com a participação efetiva de moradores e lideranças participantes das primeiras ações pastorais e nas lutas subsequentes empreendidas para a conquista de infraestrutura urbana e a defesa de direitos humanos em seus territórios vividos. Registro, aqui, a presença de padres combonianos que permaneceram residindo na região e atuando na “luta comunitária” de forma independente da igreja católica. E, mais inusitada, é a participação dos três padres, atualmente responsáveis pela atuação desta igreja na região, nas ações promovidas pelo CDVHS. Esta ONG conta com a colaboração de jovens moradores; estudantes, pesquisadores e docentes universitários residentes e não residentes na região; novas lideranças locais e outros não residentes que se identificaram e se engajaram nas lutas do Grande Bom Jardim. O CDVHS tem assumido posição de destaque

nas lutas de classificações locais e na cidade de Fortaleza, coletivizando as demandas sociais de uma “região” para o debate público e político. Este protagonismo político-social de segmentos organizados da sociedade civil da região do Grande Bom Jardim potencializou-se a partir da criação de uma Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim – a Rede DLIS – em 2003, sob a coordenação do CDVHS. É, assim, a instituição responsável pela mobilização e articulação das demais entidades atuantes nesta Rede DLIS, realização de pesquisas⁶⁴ sobre a região em parceria com outras instituições da sociedade civil e universidades, organização e formação de lideranças comunitárias, além da mobilização social e promoção de eventos públicos que tentam enfrentar e desconstruir discursos/imagens dominantes que tendencialmente estigmatizam pessoas e lugares desta região.

Nesta experiência em rede, as entidades buscam realizar o monitoramento e avaliação das ações público-estatais direcionadas para o Grande Bom Jardim, com foco em três frentes principais de atuação: o monitoramento das ações do PRONASCI (concluído em 2012); a defesa e luta pela regularização das Zonas de Interesse Social (ZEIS)⁶⁵, com foco em duas áreas do Grande Bom Jardim (Nova Canudos e Marrocos); e o monitoramento das obras do Rio Maranguapinho empreendidas pelo governo do estado do Ceará ainda em execução em 2014. Por meio de suas articulações, o CDVHS e a Rede DLIS têm construído e projetado discursos/imagens de uma região política e socialmente organizada na luta por melhorias neste espaço urbano. E a própria identificação regional e de *pertencimento a “um só Grande Bom Jardim”* parece fortalecida com esta experiência de organização em rede, ao menos do ponto de vista de quem se encontra à frente destes processos: suas lideranças locais.

⁶⁴ Pesquisas sobre as organizações comunitárias; o diagnóstico participativo em 2003 e sua atualização em 2013-14; a participação na pesquisa sobre a memória-história da região, contribuindo com a criação do Museu da Memória do Grande Bom Jardim.

⁶⁵ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) encontra-se previstas no Plano Diretor de Fortaleza-CE. Consistem em áreas urbanas a serem priorizadas em termos de investimentos públicos estatais em políticas públicas e garantia de regularização fundiária e urbanização destes espaços da cidade, a fim de materializar a política urbanística de Fortaleza, conforme previsto no Estatuto da Cidade, na sua Lei Orgânica e no atual Plano Diretor. As ZEIS são áreas da cidade consideradas especiais porque nelas localizam-se “comunidades” consolidadas (ZEIS 1), conjuntos habitacionais (ZEIS 2) ou terrenos vazios (ZEIS 3). No caso das áreas consideradas ZEIS 1 e 2, deverão ser priorizadas em relação a outras da cidade em termos da regularização fundiária e urbanística. As ZEIS 3 (terrenos vazios) deverão ser usados para construção de habitações populares e equipamentos sociais públicos. A implementação das ZEIS na cidade garantiria, além da prioridade no orçamento público para políticas públicas e projetos de regularização fundiária, a criação de normas urbanísticas considerando as particularidades de cada localidade em relação a tamanhos mínimos e máximos para lotes, altura máxima de prédios, tamanho de ruas, dentre outras, bem como o direito dos moradores de participarem do planejamento das intervenções públicas nas localidades consideradas ZEIS, por intermédio de Conselhos Gestores. Segundo previsto no art. 268 do Plano Diretor e regulamentado por decreto municipal, estes conselhos gestores das ZEIS seriam formados por representantes do poder público municipal e por moradores de maneira paritária. A sua regularização e implementação tem sido um dos desafios pautados pelo CDVHS e Rede DLIS junto ao governo municipal tanto na segunda gestão da ex-prefeita Luiziane Lins, como na gestão atual sem avanços significativos até 2013.

A realização da pesquisa foi um momento de encontros-desencontros, reflexões e construções de saberes no diálogo entre pesquisadora e seus interlocutores. Ou melhor, encarna a experiência na qual se constroem-desconstroem saberes acerca de nossos objetos de estudo no campo, mas também momento de reflexão e reelaboração por parte dos próprios interlocutores. Então, na perspectiva de situar a atuação da Rede DLIS e do CDVHS como sujeitos coletivos privilegiados nestas lutas de classificações travadas na esfera pública, coletivizada e politizada no Grande Bom Jardim, pautei este tema durante entrevista realizada com uma das lideranças e associado desta instituição⁶⁶, na sede da supracitada instituição. Ao indagá-la sobre as atuações do CDVHS e da Rede DLIS inscritos nesta arena de lutas de classificação e, portanto, situando suas atuações políticas como estratégias de reversão e/ou ressignificação das imagens negativadas tecidas pelas mídias locais sobre a região e seus moradores, tive uma surpresa, qual seja: para ela, este suposto “trabalho de reversão” de estigmas sobre o Grande Bom Jardim, que talvez desenvolvam por meio de suas atuações coletivas, não tem se colocado como questão no debate das entidades participantes das “lutas comunitárias”, respondeu-me em tom de surpresa.

De fato, a reflexão sobre a participação nesta luta simbólica e, assim, nos processos de ressignificação da região não se colocava como questão diretamente norteadora da atuação coletiva destas instituições engajadas na Rede DLIS. Embora não estivesse clara esta investida na luta simbólica, foi possível identificar a preocupação recorrente na Rede e por parte do CDVHS, a exemplo da produção de notícias e tentativas de divulgá-las na mídia fortalezense com conteúdo que se contrapusesse aos discursos negativados sobre a região como “perigosa-violenta”. Reconhecem que as pautas aprovadas pela imprensa são aquelas diretamente relacionadas aos indicadores e situações de violência urbana e juvenil no Grande Bom Jardim, tema reiterado nas notícias reproduzidas sobre a região na mídia fortalezense. Dar visibilidade pública não só às demandas e necessidades sociais da região, mas às produções discursivas sobre a violência estatal mediante a negação e/ou violação de direitos, bem como às suas organizações-atuações políticas e produções artístico-culturais tem sido um desafio para as lideranças locais. E o lugar que ocupam nesta luta simbólica travada cotidianamente diante da estigmatização territorial aferida à região parece ainda um debate a ser feito por suas lideranças. Além do CDVHS, outras três instituições parecem ganhar

⁶⁶ Entrevista realizada em 11/09/2013, com Caio Feitosa, morador do Grande Bom Jardim (bairro Granja Lisboa), liderança juvenil atuante e apaixonada na Rede DLIS, associado do CDVHS, mestrando da pós-graduação em Sociologia/UFC e um interlocutor de pesquisa instigante que também realiza seus estudos na região do Grande Bom Jardim, enfocando a atuação política do CDVHS e da Rede DLIS. Esta temática também foi pautada em duas outras entrevistas realizadas com lideranças locais para fins de situar este campo da organização e luta política na região.

relevância nesta luta simbólica e conseguem pautar positivamente o Grande Bom Jardim na cidade: o Centro Cultural do Bom Jardim, equipamento sócio-cultural estatal engajado nas ações da Rede DLIS; a Visão Mundial⁶⁷ que faz parte da coordenação da Rede DLIS e atua nos bairros Granja Portugal e Bom Jardim; e o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ)⁶⁸, que atua de forma independente na região e fora dela sem, no entanto, engajar-se diretamente nas lutas político-organizativas locais.

O momento de realização desta pesquisa – adentrando abreviadamente este campo organizativo do Grande Bom Jardim – foi também oportunidade de registrar percepções sobre a produção de uma certa “retórica de resistência” em curso nas experiências organizativas e de luta sócio-política na região, cuja gênese se reporta às CEBs e as transcendem. No tempo presente, existe um amplo campo de organizações e lutas locais nesta região que envolvem diferenciados atores em disputas internas em torno da legitimidade de suas representações do lugar e das demandas de seus moradores no contexto da cidade de Fortaleza. Embora não seja foco de minha pesquisa, parece relevante assinalar este nível mais amplo das lutas simbólicas travadas no Grande Bom Jardim. A participação de segmentos organizados da sociedade civil desta região tem, sim, travado lutas de classificação nas esferas pública e política. Existe no

⁶⁷ A Visão Mundial– World Vision é uma organização humanitária criada durante a segunda guerra mundial e chegou ao Brasil nos anos 1970. Em âmbito internacional, tem status consultivo junto ao UNICEF, no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), na Organização Mundial de Saúde (OMS), na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e no Conselho Econômico e Social da ONU. Está presente em todo território nacional atuando junto a crianças, adolescentes e jovens em três linhas principais: desenvolvimento transformador, advocacy e promoção da justiça para a infância, e emergência e reabilitação. Atua com setenta e sete (77) programas sociais, sendo trinta e sete (37) de Desenvolvimento de Área (PDAs) em 85 localidades, 49 municípios em 10 estados brasileiros. Atualmente, há 15 programas em andamento no Brasil apoiado exclusivamente por brasileiros nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Aplica o conceito de Desenvolvimento Transformador nos locais onde atua e vislumbra gerar condições econômicas e sociais para a autossustentabilidade e para o desenvolvimento integral de toda a localidade. Os Programas de Desenvolvimento de Área (PDAs) são a sua principal estratégia desta instituição, com vida útil de 10 a 15 anos. A Visão Mundial – Escritório Fortaleza desenvolve seis Programas de Desenvolvimento de Área (PDAs) distribuídos nas SER V E VI. Dentre estes, o PDA Bom Jardim Semente implementado no bairro Granja Portugal em 2012, precedido por amplo processo participativo envolvendo representantes da sociedade civil e do Estado na construção do diagnóstico sócio-econômico e cultural local, bem como no delineamento das linhas centrais do PDA e dos projetos implementados.

⁶⁸ O MSMCBJ foi criado em 1996, inicialmente vinculado às ações de missionários combonianos com atuação na região do Grande Bom Jardim. Tem por objetivo favorecer o desenvolvimento, o aumento da consciência de si, o reconhecimento das potencialidades e da dignidade de cada um(a), tornando-os capazes de enfrentar as problemáticas advindas da situação de exclusão em que viviam. As principais atividades desenvolvidas pelo Movimento com foco no campo terapêutico são as seguintes: grupos de Terapia Comunitária; grupos de autoajuda para o resgate da Autoestima; atendimentos de Massoterapia; atendimentos psicológicos individuais; acompanhamento de crianças e adolescentes através dos projetos Sim à Vida; resgate da cultura indígena através realização das diversas ações do Movimento na Aldeia Pitaguary com o projeto Îandé Memé Maranongara; cursos de formação profissional na Casa de Aprendizagem Ezequiel Ramin; oficinas da arte-terapia no Ponto de Cultura Casa AME (Arte, Música e Espetáculo) Dom Franco Masserdotti; Ponto de Leitura com a Biblioteca Comunitária; trabalho terapêutico e protagonista com as artes cênicas do Grupo Semearte; formação no Centro de Aprendizagem do Bom Jardim (CABJ); resgate da relação do ser humano com a natureza, através da Horta Comunitária e da construção de fornos solares. Conferir o site do MSMCBJ: <http://www.msmcbj.org.br>.

Grande Bom Jardim uma arena pública e plural de produções discursivas sobre pessoas e territórios desta região e “seus lugares” na dinâmica político-cultural desta metrópole. Ao darem visibilidade pública às suas visões de mundo, definições do Outro das “margens” e à percepção de “nós”, bem como aos sentidos que atribuem à região, estes segmentos têm produzido deslocamentos semânticos e aberto possibilidades fecundas de reinventar a vida nas margens e para além delas, rompendo segregações e estigmatizações sócio-territoriais. O caminho de coletivização da luta e possível ressignificação da região do Grande Bom Jardim é uma outra face da perspectiva de produzir **“um só Bom Jardim”**! Se as imagens midiáticas dão extrema visibilidade pública ao Bom Jardim de “violência e pobreza”, uma de suas múltiplas faces e de significativo destaque é a da “organização popular e das lutas comunitárias”, conforme enfatizam seus moradores-militantes.

A nomeação “pobre e da periferia”, nesta versão, conforme enuncia Marileide Luz, coordenadora do CDVHS e moradora da região desde 1990, não é negada e nem é motivo de vergonha. Ao contrário, afirma:

é uma definição que dá uma igualdade às pessoas das periferias. Nas periferias, nós somos pobres, nós somos iguais. (...) Nós precisamos estar juntos nesse nível de vida que a gente percebe nas periferias. Talvez seja uma concepção que eu criei, mais agradável, um argumento de luta que diz: olha, nós somos todos pobres. Nós precisamos estar juntos para fazer a luta. (...) É como se nessa concepção coubesse todos nós. Coubesse todo mundo. Mas tem gente que diz, mesmo pelo salário, diz que é como se eu fosse classe média. Eu não me sinto classe média. Eu sinto isso na fala das pessoas, sobretudo, pra quem está na militância. Eu acho que nós nunca queremos se intitular como ricos. Porque rico é coisa ruim pra nós. (...) a ideia de riqueza pra nós tem muita ligação com concentração. Então, pra um rico ser rico e ser bom (risos) vai ser preciso mostrar muita coisa. Como a gente quer ser gente boa e ficar na luta também da sociedade, então, a definição que a gente acha melhor é ser pobre mesmo. Eu nunca tinha pensado sobre isto!

Identificar-se “pobre e da periferia” parece figurar neste **discurso militante** como elemento significativo para o engajamento na “organização e luta comunitária” diante das condições de violências, negação e violação de direitos a que estão expostos “todos” os moradores das margens urbanas do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. E que, independente da renda, os nivela como “iguais” na falta, na privação, na vulnerabilidade à violência urbana - aos assaltos, roubos e/ou extermínios- na precarização da vida, na condição que denominam de “abandono do Estado”, sem desconsiderar a própria violência estatal. Na perspectiva de interlocutores associados ao CDVHS, a condição de pobreza figura, assim, como elemento de identificação e união entre moradores locais. Outrossim, os tornariam “iguais para a luta” coletiva por direitos e pelo reconhecimento social na cidade, contrapondo-se ao lugar social de vítimas e/ou de culpados pela situação vivida nestas margens urbanas.

Parece registrar-se um deslocamento e um discurso sobre o “pobre da periferia”, frequentemente associado à criminalidade e à violência urbana emblemático no discurso de retorno das “classes perigosas” e sua recriminalização por parte do Estado, à versão dos “pobres da periferia” engajados em suas lutas comuns e organizados em suas entidades comunitárias capazes de pautar os governos e incluir suas demandas e reivindicações nas agendas públicas estatais e municipais.

O número destas entidades comunitárias existentes e atuantes na região, no entanto, não é preciso, em especial, devido à instabilidade financeira de muitas para garantir sua sustentabilidade, dependentes de financiamentos e parcerias com o Estado e/ou outras instituições de grande porte pertencentes à sociedade civil. Segundo dados do diagnóstico participativo realizado pelo próprio CDVHS em 2003, foram contabilizadas à época setenta e duas (72) entidades existentes na região. Em novo levantamento do CDVHS já em finais do mesmo ano, este número havia se elevado para cento e uma (101) entidades. Todavia, quando se pauta a participação efetiva destas entidades, considerando a especificidade do campo de atuação da Rede DLIS, os dados apresentam-se bem menos animadores nesta última década. Deste total, segundo registrou a coordenadora do CDVHS, apenas trinta e três (33) participavam sistematicamente das reuniões de articulação da Rede de Desenvolvimento Local do Grande Bom Jardim (DLIS). Este número reduz-se ainda mais quando se trata de participação efetiva nas chamadas “lutas comunitárias” empreendidas cotidianamente, sobretudo, contra a violação e/ou negação de direitos por parte do Estado e de suas instituições: são dezenove (19) entidades atuantes nas comissões de trabalho responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações propostas pela rede, afirmou nossa interlocutora.

Além de realizar denúncias públicas relativas à violação-negação de direitos, parcamente oferecidos à população ou inexistentes, e à violência urbana marcante na região, em especial o extermínio de “jovens pobres”, a atuação da Rede DLIS volta-se para o monitoramento-fiscalização das políticas públicas sociais, pressão e cobrança direcionadas aos governos com vias a garantirem prestação de serviços públicos de qualidade e efetivar direitos. Estas entidades organizadas em rede (a DLIS) e sob a coordenação do CDVHS inscrevem-se, portanto, no campo da política ao instaurarem um espaço de diálogo com os governantes, na tentativa de pautar e inserir na agenda pública suas reivindicações e lutam cotidianamente para tê-las reconhecidas como legítimas e serem atendidas pelo Estado. Ao fazê-lo, tentam construir uma imagem positivada sobre a região e seus moradores, fazendo recurso à valorização da memória do lugar e de suas experiências organizativas locais.

Contudo, não foi possível – e nem mesmo é objetivo desta pesquisa – identificar até que ponto estes discursos/imagens produzidos e publicizados sobre a região neste nível coletivo das lutas de classificação têm força simbólica necessária para enfrentar e contrapor-se aos discursos/imagens negativadas dominantes sobre pessoas e lugares deste Grande Bom Jardim. Minha intenção foi registrar este primeiro nível – coletivizado e público – no qual as lutas de classificação podem ser identificadas nesta região, a fim de situar o leitor nesta complexidade social identificada durante a pesquisa de campo.

Proponho-me, a partir de então, pensar estas lutas de classificação travadas *no cotidiano, entre e intra-territórios, nos âmbitos individual e grupal, remetidas ao espaço privado*, tomando por referência empírica o território do Marrocos. Lanço meu olhar investigativo para as experiências e narrativas dos invisibilizados nesta luta de classificações no Grande Bom Jardim: os moradores (as) do “vixe do vixe” inscritos nas fronteiras internas desta região, produtos e produtores de (re)classificações sociais. Se a condição de pobreza urbana e de vulnerabilidade à violência difusa experienciada em seus territórios supostamente os aproxima – e, em especial, tende a homogeneizá-los nas imagens/discursos “de fora” produzidas sobre lugares e pessoas às margens da cidade – as significações que atribuem a seus lugares vividos, a quem neles reside e ao próprio *viver nas margens* de Fortaleza, os diferenciam. Em minhas caminhadas de reconhecimento (MAGNANI, 2008) da região – adentrando alguns de seus territórios considerados “vixe do vixe” – e em “conversas” com alguns de seus residentes pude identificar múltiplas nomeações atribuídos aos lugares constitutivos do Grande Bom Jardim. São microespaços conhecidos e reconhecidos por eles pelas alcunhas de “bairros”, “comunidades”, “favelas”, “áreas de risco”, “becos”, “travessas”, “invasão”, “ocupação”, “conjunto”, “mutirão”, “vila”, “baixada”. Constituem-se em microterritórios inscritos nos cinco bairros oficiais que implodem a imagem de “um só Grande Bom Jardim” e delineiam a materialidade dos fragmentos de lugar que a constituem. Estas expressões nativas são usadas em suas relações cotidianas para identificação e classificação de espaços – geográficos e sociais – e definição de fronteiras dentro da região entre pessoas e lugares.

E, portanto, *pertencer a* ou *ser identificado com* estes lugares tende a expressar a posição dos agentes no espaço social – “dentro” e “fora” do Grande Bom Jardim – instituindo distinções e/ou estigmatizações sócio-territoriais construídas no plano simbólico e encarnadas em práticas de aproximações e/ou distanciamentos e evitações sociais, erigindo novas e /ou velhas fronteiras geográficas e simbólicas estabelecidas de modo relacional e interconectado entre lugares e pessoas no interior de uma mesma e diversa região inscrita nas margens de

Fortaleza. Em síntese, a demarcação do agente no espaço físico expressa sua posição no espaço social Grande Bom Jardim e, em dimensões ampliadas, na dinâmica da metrópole Fortaleza.

As referências à condição de pobreza interconectada e interdependente à incidência da violência urbana associadas aos territórios constitutivos desta região são significativas também nos esquemas práticos de seus moradores, com base nos quais classificam a si e aos demais agentes e constroem suas estratégias de apresentação e auto-representação (BOURDIEU, 1996). Estes são dois elementos fundamentais na classificação local do “*vixe do vixe*”, da fabricação de auto-imagens e ideal do “*nós*” (ELIAS, 2000) por parte dos moradores e de quem são os “outros” dos quais desejam aproximar-se ou distanciar-se socialmente, seja dentro de seus territórios vividos, seja em relação aos demais microespaços das circunvizinhanças. Expressam, desta maneira, crenças/representações⁶⁹ (BOURDIEU, 1996; 2004) e símbolos de distinção (diferenciação/consagrações) e/ou estigmatizações presentes na vida fortalezense contemporânea na particularidade do Marrocos, *locus* de minha pesquisa de campo.

É no âmbito cotidiano das lutas de classificação travadas pelos moradores *deste lugar chamado Marrocos, entre e intra-territórios, nos âmbitos individual e grupal*,

⁶⁹ Retomo a perspectiva crítica de Bourdieu (1996; 2004) sobre a noção de representação – nas acepções de *representações mentais e representações objetivas* – elaboradas no intuito de superar a oposição entre a representação e a “realidade”. Este autor ressalta a condição necessária da ciência em *incluir no real a representação do real*, isto é, a *luta (simbólica) entre representações sobre o mundo social*, seja no sentido de imagens mentais, seja no sentido de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (BOURDIEU, 1996: 108; grifo nosso). Para Bourdieu, a *representação prática da “realidade” do mundo social* contribui para produzir esta mesma “realidade”, cuja lógica específica é traduzir-se em *lugar de uma luta permanente para definir a “realidade”*. As representações – enunciados performativos que intencionam fazer acontecer o que eles anunciam ou restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e as relações com estas estruturas – adquirem, portanto, eficácia propriamente simbólica de construção da “realidade” que é o mundo social (BOURDIEU, 1996). Estes aspectos, talvez os mais básicos para os estudiosos da obra deste autor, converteram-se, para mim, em ricos e fundamentais ensinamentos para tentar reconstruir o recorte de meu objeto de pesquisa. Lanço meu olhar investigativo para os esquemas de classificação e/ou sistemas classificatórios dos moradores de territórios estigmatizados da Região do Grande Bom Jardim – que se encontram na origem de suas “representações” – sobre os quais se operam as lutas de classificação/ lutas simbólicas como dimensão singular das lutas de classe exercidas em propósito dos sentidos do mundo social e da definição dos princípios de divisão desta “realidade”. (BOURDIEU, 1996). Segundo ressalta este autor, apesar de todo agente social desejar tal poder simbólico, a *eficácia do ato de categorização* – *poder de enunciação* afirmado como verdade com força de lei e como ato de conhecimento fundado no reconhecimento no mundo social capaz de produzir a existência do que enuncia – é proporcional à autoridade daquele que o enuncia, a depender de seus capitais econômico e culturais transmutados em capital simbólico quando reconhecidos no mundo social. A posição dos agentes sociais na luta entre classificações – para garantir sua “autoridade” e seu poder (simbólico) *de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social*, neste sentido, *instituir uma identidade* – depende também de sua posição na estrutura das classes sociais (BOURDIEU, 2008). No caso específico dos interlocutores-moradores da região do Grande Bom Jardim – com reduzido poder simbólico e marcados por processos de estigmatização territorial em Fortaleza-Ce – suas estratégias de apresentação e representação de si com as quais tentam opor-se às classificações que “outros” e “de fora” lhe impõem, apresentam-se ainda frágeis e, prevalecentemente, individualizadas, conforme tentarei demonstrar ao longo desta tese.

remetidas ao espaço privado, que me lanço ao desafio de apreender a *dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução* demodelizações negativadas atribuídas a este território e aos seus moradores na dinâmica relacional das fronteiras e estigmatizações sócio-territoriais construídas *sobre e na* região do Grande Bom Jardim. Meus interlocutores (as) são todos (as) residentes nas *margens das margens* dentro desta região – especificamente no Marrocos, território conhecido e reconhecido internamente como o “*vixe do vixe*” – e expressam em suas narrativas um “nós fragmentado e deteriorado” tecidos em suas experiências do *viver na liminaridade*. Lugar de *precarização da vida* que parece tornar residuais as esperanças e alternativas capazes de extrapolar as saídas individualizadas e privadas que vêm construindo localmente. Esperanças e alternativas não de todo inexistentes, conforme pretendo demonstrar nos capítulos posteriores.

Lanço meu olhar para os espaços onde a organização e a participação política nos moldes até então descritos parece fragilizada e mesmo negada por parcela significativa de meus interlocutores residentes no “vixe do vixe” do Grande Bom Jardim. Foi possível observar na dinâmica local – e suas narrativas o reafirmam – que a maioria destes interlocutores sequer reconhece como legítimas as organizações sociais situadas neste território e/ou lideranças que se auto intitulam suas representantes junto ao poder público. Existe, sim, uma dinâmica de articulação local e situações tópicas nas quais parcela de seus moradores se “aglutina” e tecem suas micro estratégias para: reivindicar melhorias da infraestrutura urbana local; contrapor-se ao arbítrio e ação violenta do Estado em seu território; reivindicar de políticos e instituições públicas locais a garantia de seus direitos; garantir ações relacionadas às celebrações e/ou festividades da igreja católica; e ainda para lutar contra aquilo que venham a identificar como “um inimigo em comum”. Esta dinâmica é líquida, focalizada e esporádica, com poucos resultados em termos de visibilidade pública positivada e conquistas coletivas seja no interior de seu território, seja na região.

Persigo, assim, o desafio de olhar para os “invisibilizados” nesta luta de classificações instituída na região do Grande Bom Jardim, produtos e produtores destas classificações, a fim de fazê-los ascender à cena pública para narrar suas experiências do viver nas margens e na condição de pobreza. Enfoco suas percepções e esquemas classificatórios sobre seus territórios vividos e sobre quem neles residem, suas versões de “nós” e dos “outros”. Eis o que me conduziu a destacar a definição do Outro na perspectiva destes moradores submetidos a processos de estigmatizações sócio-territoriais e em condição de pobreza no contexto da cidade e dentro deste suposto “um só Bom Jardim”, que se mostra pleno de fronteiras e segregações internas. Para além dos esforços de “integração identitária”

sob a alcunha de “região do Grande Bom Jardim”, registro as suas sócio-dinâmicas de fragmentação, distâncias (físicas e simbólicas), segregações sócio-espaciais com fronteiras fluidas, diferenças e desigualdades sociais expressas nas narrativas e experiências de seus distintos moradores quando falam de seus territórios. Os esquemas classificatórios explicitados em imagens/discursos por estes produzidos para nomear os seus espaços de moradia e os de outros habitantes da mesma região parecem expressar um pouco desta heterogeneidade e fragmentação das dinâmicas culturais presentes nestas margens de Fortaleza. É neste segundo nível das lutas de classificação – individual e/ou grupal, reportadas à esfera privada – onde a *dialética entre recusa-crítica e assimilação-reprodução* de modelizações negativadas atribuídas à região e aos seus moradores parece-me mais agudizada.

Nesta tese, optei pela perspectiva de olhar o Grande Bom Jardim a partir dos moradores de territórios estigmatizados que delineiam em seus discursos suas estratégias de assimilar, enfrentar, negar, esquivar-se e/ou transferir estigmas sócio-territoriais – travando lutas de classificação cotidianas entre e intraterritórios/ *entre pessoas e lugares* para fazer frente às modelizações negativadas projetadas sobre a população local, sentidas como desqualificação social de si e de seus espaços vividos. Estas lutas moleculares de classificação implodem as modelizações negativas da região e fazem emergir metaforicamente “múltiplos jardins”. Afinal, o que nem as estatísticas de Estado e tão pouco as imagens (re)reproduzidas pela mídia local permitem apreender são as experiências de moradores inscritos nas “*margens das margens*” tecidas por dentro da região do Grande Bom Jardim. É exatamente aquilo que aparece como “percentuais mínimos” dos indicadores de pobreza/extrema pobreza, da parca infraestrutura urbana e domiciliar, de violência urbana produzidos sobre a região ou, mesmo, traduzidos na expressão “*vixe do vixe!*” do Bom Jardim que desejo dar visibilidade. Ou seja: busco fazer emergir tanto a tragicidade do viver cotidiano, como as suas possibilidades de reinvenção por parte destas pessoas de “*carne, sangue e poesia*”.

Para dimensionar, assim, a precariedade e a densidade reinventiva do viver em territórios estigmatizados dentro desta região inscrita nas margens de Fortaleza, somente o “estar lá”, na aventura da pesquisa de campo, tornou possível. Aventura de *encontros-desencontros* com estes “outros” da cidade, fecundos em experiências, sonhos, afetos e saberes partilhados, quiçá reinventados. Direciono-me, no capítulo seguinte, à narrativa do traçado desta pesquisa, as trilhas afetivo-metodológicas e circunstanciadas no campo empírico a partir da qual construí esta interpretação crítica das experiências da pobreza em territórios

estigmatizados situados nas margens urbanas de Fortaleza, no tempo presente. Percurso de produção de pesquisa de campo traduzido em aprendizado teórico-empírico e afetivo. Aventura de aproximação-distanciamento crítico, paixão-estranhamento tempestivos, partilha e (re)invenção de saberes, experiências, afetos e esperanças.

CAPÍTULO II - NARRATIVAS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO NAS MARGENS URBANAS: *Trilhas e escolhas metodológicas*

"... o outro concreto se me impõe, embargando meu ponto de vista com uma indefinida emoção, com um indescritível sentimento... Os outros não são outra coisa que aquilo que nós fizemos e vamos fazendo deles. Justamente isto e não outra coisa é o que nós somos: aquilo que os outros fizeram e estão fazendo de nós.

(...) É que talvez a coisa seja muito mais complexa, mas também muito mais simples: talvez só se trate do fato de que já estamos dentro dos outros, porque os outros já estão dentro de nós, do mesmo modo e pela simples razão de que tudo que está fora, por cima ou por baixo de nós está dentro de nós, porque também nós o fizemos ao fazer-nos.

Talvez se trate tão-somente do fato de que antes não sabíamos porque razão não o tínhamos olhado assim. Talvez se trate tão-somente de reconhecer-nos no outro que está em nós-outros ...".

Nuria Pérez de Lara Ferré.

2.1 Aproximações e envolvimento com o campo: teias relacionais entre a pesquisadora e o “campo” de pesquisa

De início, importa salientar que embora não tenha pretensões de produzir um estudo antropológico e escrever a correlata etnografia, dialoguei, nesta pesquisa qualitativa, com autores desta disciplina, buscando orientações teórico-metodológicas para a realização de meu trabalho de campo. A rigor, esforcei-me por construir uma pesquisa sociológica com fronteiras com a antropologia cultural considerada, aqui, caminho indispensável à aproximação da complexidade e fragmentação⁷⁰ que atravessam meu objeto de estudos situado em meio urbano e à composição de uma tessitura analítica capaz de atender às peculiaridades deste esforço investigativo.

Exponho a narrativa do movimento da *aventura da pesquisa* de campo enfocando os discursos (práticas de sentido) produzidos nas relações sociais estabelecidas com meus interlocutores em territórios geográfica e socialmente “próximos-distantes” no Grande Bom Jardim. Busquei construir no trabalho de campo uma *alteridade discursiva* (VIVEIRO DE CASTRO, 2002) que, sustentada no pressuposto da semelhança entre os *diferentes e desiguais*, produz relações de sentido – mutuamente tensas, transformadoras e interativas –

⁷⁰ A discussão sobre a complexidade e fragmentação peculiares às metrópoles contemporâneas - expressão das chamadas sociedades complexas dentre as quais inclui-se a sociedade brasileira - com suas tênues fronteiras culturais interagindo com sua heterogeneidade social pode ser aprofundada nos textos antropológicos de VELHO, Gilberto. "Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas". In: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 1981; _____. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. 1999.

entre os discursos da pesquisadora e os discursos dos nativos. Nesta relação de pesquisa, esforcei-me por construir metodologicamente condições de igualdade discursiva, embora reconhecendo as condições de dissimetria cultural e distância social entre esta pesquisadora e seus interlocutores (BOURDIEU, 2001; VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Não obstante cercados de uma prática metódica e rigorosa pertinentes à pesquisa de campo, os resultados destes “encontros-confrontos” são imprevisíveis. O processo de pesquisa constituiu-se de movimentos labirínticos, aberto aos “imponderáveis da vida social”, permeado de “surpresas”: os percalços, as descobertas e as (re)criações sociológicas tecidos nas relações entre o vivido e o narrado. A própria noção de “campo” é ampliada e a produção de conhecimento uma criação em aberto. Nesse sentido, é válido retomar a lúcida afirmação do antropólogo Vagner Gonçalves da Silva (2000, 27) tão peculiar aos processos da pesquisa social e que vivenciei em minha experiência investigativa:

O envolvimento com o campo pode inclusive começar antes do desembarque do antropólogo [pesquisador] em sua ‘aldeia’ e prosseguir mesmo quando ele já o abandonou. O ‘campo’ não é somente a nossa experiência concreta (mesmo se essa fosse mensurável de forma tão objetiva) que se realiza entre o projeto e a escrita etnográfica. Junto a essa experiência, o ‘campo’ (no sentido amplo do termo) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos em ‘primeira-mão’. Projeto de pesquisa, trabalho de campo e texto etnográfico não são fases que se concatenam sempre nesta ordem e de forma linear. Na prática essas etapas são processos que se comunicam e se constituem de forma circular ou espiral. Às vezes é somente no final da pesquisa que se encontra o que se procurava. Também pode acontecer de, não se encontrando o que se procura, “remodelar-se” o texto, de modo a valorizar o que se encontrou.

De fato, minhas aproximações e envolvimento com o “campo” desta pesquisa começaram bem antes do trabalho de campo situado em território estigmatizado da região do Grande Bom Jardim e do encontro com os meus *"nativos de lá"*. Nesse ponto de vista, o "campo" se formou por meio do material bibliográfico e documental lido sobre a temática de estudo, das informações coletadas na mídia (televisiva e impressa) corrente, dos dados secundários “oficiais” e dos “dados” primários circunstanciados, dos relatos e experiências obtidos e vividos por outras vias. Neste momento de feitura de minha tese de doutorado, cumpro a difícil tarefa de tecer os fios imaginários entre o vivido e o narrado na teia de relações estabelecidas com alguns moradores do Grande Bom Jardim durante a pesquisa de campo. Tento “fixar” a narrativa escrita, percebida como decorrente de experiências pessoais e contextuais particulares (circunstanciadas) de interlocução entre a pesquisadora e os membros dos grupos pesquisados. Os dados e informações produzidos e interpretados nesta pesquisa são circunstanciados e delimitados aos territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim nos quais realizei meu trabalho de campo, especificamente Mela Mela e

Marrocos⁷¹. E, portanto, quaisquer generalizações suscitadas nesta interpretação crítica só adquirem significados com relação às experiências estudadas.

Compartilho da posição de **Mariza Peirano** (1995, p.35) ao afirmar que a pesquisa "(...) *depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas presentes na disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram entre pesquisador e pesquisado no dia-a-dia da pesquisa*"⁷². Assim, considero relevante elucidar como iniciaram meu interesse pela temática estudada e minhas aproximações e envolvimento com o "campo". Rememoro e trago para esta produção textual, de maneira sumária, um pouco de minhas trajetórias pessoal e acadêmico-profissional relacionadas à temática de estudo. E enfoco as condições, os limites e as múltiplas "surpresas" vivenciadas em meu percurso investigativo nestes anos de doutoramento. Obviamente, encarnam experiências e níveis distintos de "aproximação" e envolvimento com o "campo", todavia, importantes nas acepções já enunciadas por Peirano (1995) e Silva (2000). É nessa perspectiva que apresento esta narrativa teórico-metodológica, afetiva e circunstanciada (ZALUAR, 1994; GEERTZ, 2001) de meu processo de pesquisa.

O envolvimento com o "campo" de estudos relaciona-se, de início, com as narrativas familiares sobre experiências de migração "interior-capital" e da condição de pobreza que marcam minhas memórias de infância. Trabalho intelectual e experiência de vida relacionam-se de forma intrínseca neste experimento de pesquisa nas margens urbanas, mesmo que eu não o soubesse de imediato. Sou neta e filha de migrantes do interior de dois estados marcados por contextos de desigualdades sociais e pobreza: Maranhão e Ceará. De lá vieram minhas raízes familiares que sedimentaram suas existências na capital Fortaleza dos anos 1950, fixando-se no antigo bairro de Otávio Bonfim⁷³, onde meus pais residem até os tempos atuais. Migraram em busca de melhorias de condições de vida e acompanharam as transformações urbanas, econômicas e sócio-culturais pelas quais esta cidade vem passando de modo acelerado desde então. Migrantes do interior e em condição de pobreza, trazendo na

⁷¹ Esclareço ainda que, em algumas passagens do texto, considere dados e informações coletados em territórios estigmatizados circunvizinhos ao Marrocos como estratégia metodológica para apreender a perspectiva relacional da (re)produção das classificações sociais construídas sobre pessoas e lugares nas margens urbanas nas versões de seus residentes. Uma tentativa de apreensão de "olhares cruzados" acerca das imagens e ideal do "nós e dos outros" quando classificam e significam seus territórios e quem neles reside, em especial, com relação à temática da pobreza e do "ser pobre" abordada no quarto capítulo desta tese. Saliento ainda que busco tecer uma articulação entre a abordagem destes dados e informações circunstanciados e os processos socioeconômicos e político-culturais da vida brasileira dos anos 2000 ora considerados diretamente relacionados e imprescindíveis à interpretação crítica de meu objeto de estudo.

⁷² Conferir: PEIRANO, M. A Favor da Etnografia. 1995. Os grifos aqui são meus, no sentido de destacar o que considero decisivo nesta discussão.

⁷³ Bairro imprecisamente nomeado de Farias Brito, Parque Araxá ou Parquelândia. Contudo, no imaginário de seus moradores mais antigos, prevalece Otávio Bonfim.

“bagagem” seus sonhos e esperanças – nem sempre realizados – de (re)construir seu *lugar* no mundo social. Ao longo de minha trajetória pessoal, também experienciei contextos de desigualdades sociais e pobreza nas margens da cidade, atravessando fronteiras reais e simbólicas – fluidas e deslocantes – com certa tranquilidade. Eram, para mim, territórios conhecidos e reconhecidos como social e culturalmente próximos. Senti o peso das (des)classificações sociais vinculadas ao local de residência e à condição de pobreza ainda quando criança e jovem. À época, esta (des)classificação emergia como um sentimento de “inferioridade, humilhação e vergonha” que não sabia traduzir e se confundiam com minha própria forma de expressão no mundo. Cresci, mudei e me mudei algumas vezes! Apreendi a reelaborar o passado e melhor compreender as intrínsecas relações entre minhas experiências de vida, opção pela carreira acadêmica e produção intelectual.

É no tempo presente, neste momento de feitura da tese, que o entrelaçar dos fios desta densa e complexa teia entre esta pesquisadora e seu objeto de estudos, entre memórias de família, minhas trajetórias pessoal-acadêmica-profissional e a escolha do “campo” adquiriu novos significados. Experiência de vida e trabalho intelectual não se separam, conduzindo-me a rememorar o “campo” e encontrando vestígios de um passado que me influenciou significativamente na escolha da temática de estudos e nos caminhos teórico-metodológicos escolhidos nesta pesquisa. Sinto-me pessoalmente envolvida neste experimento de pesquisa e na tessitura desta tese, favorecendo o reencontro com meu passado sob novo ponto de vista, pois lembrar, já anunciava Ecléa Bosi (1994: 55), consiste em “(...) refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho”. Nesta perspectiva, retomo a lição preliminar de Wrigth Mills (2009), em seu clássico “Sobre o artesanato intelectual”: experiência pessoal e fazer profissional combinam-se na arte de modelar-se a si mesmo como um “artesão intelectual”. Segundo este autor, é preciso:

(...) aprender a usar sua experiência de vida no trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la. Neste sentido, o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar. Dizer que você pode ‘ter experiência’ significa, por exemplo, que seu passado influencia e afeta seu presente, e que ele define sua capacidade de experiência futura. (...) é preciso controlar esta ação recíproca bastante complexa, aprender a o que experiência e classificá-lo; somente dessa maneira pode esperar usá-lo para guiar e testar sua reflexão e, nesse processo, moldar a si mesmo como um artesão intelectual.

Manter uma atitude inquieta e a prática de “dúvida radical” (BOURDIEU, 1989) diante das dinâmicas vivenciais cotidianas são aprendizados que venho tentando incorporar

desde o mestrado em Sociologia. Assim, considero que residir em um dos tantos territórios estigmatizados da periferia de Fortaleza no início do doutorado em 2010 auxiliou-me a repensar relacionalmente meu “campo” e influenciou a reelaboração de meu objeto de estudos. Neste período, recém-casada e (sobre)vivendo de minha bolsa de estudos e do trabalho de professora substituta na UECE⁷⁴, me mudei para o bairro São João do Tauape. Aluguei apartamento especificamente em um prédio popular chamado Condomínio Santa Bárbara, situado entre a conhecida e reconhecida “Favela Cidade de Deus” (do lado esquerdo), parte do bairro Lagamar (ao fundo) e o Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima⁷⁵ (quase em frente, no lado direito), a menos de um quarteirão do viaduto da Avenida Aguanambi. Foi um período de tripla e entrecruzada “aproximação” mais intensa do “campo”: por meio das leituras anteriores e durante os diálogos tecidos no curso de doutorado; em minha pesquisa de campo, na região do Grande Bom Jardim; e no meu local de moradia, no “Tauape”. Experiências que, tomadas sob reflexão metódica e consideradas as suas relativas “proximidades” e “distâncias” sócio-espaciais, me auxiliaram a pensar sobre meu “campo” e trabalho intelectual.

Mesmo considerando as distintas localizações geográficas, temporalidades e experiências vivenciadas nestes espaços urbanos e durante o trabalho de campo propriamente dito, posso falar de certa homologia de posições entre meu bairro e a região do Grande Bom Jardim ao tomar a cidade por contexto de referência das classificações sócio espaciais atribuídas a certas “regiões morais” (PARK, 1978; AGIER, 2011) de Fortaleza. Esta região e o meu bairro de residência, à época da pesquisa, constituíam-se em alguns dos nossos múltiplos espaços urbanos, nomeados de “periferias” difamadas desta metrópole. Citados com bastante recorrência nas notícias da imprensa escrita e/ou veiculadas em nossos “programas

⁷⁴ Fui professora substituta do Curso de Serviço Social da UECE no período de 2001 a março de 2011. Decidi sair em 2011 para dedicar-me mais ao doutorado e realizar o trabalho de campo sistemático. A carga horária de trabalho (40h) nesta Universidade era incompatível com as exigências da minha proposta investigativa. Retornei em 2013, após aprovação em concurso público para docente efetivo desta Universidade.

⁷⁵ Este conjunto habitacional foi construído pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) para reassentar as famílias removidas da antiga “Favela Maravilha”, antes situada nos fundos do prédio no qual residia. O reassentamento ocorreu após um incêndio de grandes proporções ocorrido na “favela” que provocou o poder público municipal a construir o então conjunto habitacional. A construção deste conjunto habitacional e o reassentamento das famílias da “favela” gerou descontentamentos e conflitos velados com os moradores mais antigos do entorno que alegavam que seu espaço de moradia seria “favelizado” e tornar-se-ia reduto de pobres e bandidos, tornado a área mais violenta e desvalorizando suas residências no mercado imobiliário de Fortaleza. Durante o período de minha residência neste condomínio Santa Bárbara foi possível apreender versões desqualificadoras e difamatórias por parte de seus moradores projetadas sobre os territórios considerados “favelas” situadas no entorno e, por conseguinte, certa temeridade em relação aos seus residentes, nominados de “favelados”. Situações demarcatórias de processos de estigmatização sócio-territorial vigentes em vários espaços urbanos de Fortaleza, dentre estes o Grande Bom Jardim. Vivenciar esta dinâmica local específica no “Tauape”, auxiliou-me a pensar sobre as lutas de classificações identificadas e circunstanciadas no Grande Bom Jardim e os processos de estigmatizações e segregações intra e entre territórios desta região.

policiais” televisivos locais, estes territórios de fronteiras são classificados, nos cáusticos discursos midiáticos, como *locus* de “brigas de gangues”, “disputas do tráfico”, os “tiroteios”⁷⁶, “vinganças” e/ou “acertos de contas”, execuções sumárias/ homicídios, roubos e assaltos “misturados” à precariedade socioeconômica local. A recorrência com que os moradores de meu prédio falavam de medo e insegurança associados ao local de moradia, usando as expressões “perigoso”, “vagabundo”, “bandido” para nomear o espaço e (des)classificar e/ou acusar moradores do entorno também eram habituais. De fato, muito do que li e/ou observei sobre as margens urbanas de Fortaleza, ouvi nas narrativas de seus moradores e pude testemunhar durante o trabalho de campo, estava presente em meu local de moradia em suas expressões singulares e circunstanciadas⁷⁷. Compreendo que estas experiências nas “periferias” de Fortaleza facilitaram minhas aproximações sucessivas e interlocuções no campo empírico, à proporção que exigiram maior atenção ao distanciamento crítico indispensável ao ofício da pesquisa.

Residi neste bairro até fevereiro de 2013, quando eu e meu marido nos mudamos para a cidade do Eusébio ao realizarmos o “sonho da casa própria”. Esta mudança de local de moradia também coincidiu com a minha “saída” do campo empírico no Grande Bom Jardim. Mesmo mantendo contatos telefônicos com interlocutores-chave e tendo realizado alguns retornos ao campo, para fazer três entrevistas com moradores-militantes engajados em organizações não-governamentais locais ou, simplesmente, “visita” esporádica a interlocutoras-chave, 2012 foi um ano de afastamento e finalização do trabalho de campo mais intenso na região.

Mediante as experiências neste período de pesquisa, fui percebendo, de maneira *relativamente “próxima”*, mudanças significativas *no viver nas “periferias”* de Fortaleza

⁷⁶ Expressão usada localmente para designar o momento de conflitos armados ocorridos entre “facções”, “gangues” ou grupos rivais envolvidos diretamente com a criminalidade ou entre estes e/ou algum de seus membros e a polícia. O dito “tiroteio” também pode ser provocado por algum destes agentes, seja a polícia em perseguição a algum indivíduo social considerado autor de práticas violentas e criminosas (armado ou não), bem como relativo ao estopim de tiros disparados durante homicídios e/ou perseguições seguidas de extermínios ocorridos na localidade mediante o uso de arma de fogo. Expressão nativa comum aos dois territórios da cidade quando se remetem a estes acontecimentos que abalam a rotina nos seus locais de moradia.

⁷⁷ Os ditos “tiroteios” ocorriam com frequência neste “pedaço” (MAGNANI, 1998) do “Tauape”, sobretudo, durante as madrugadas. Era possível ouvir os tiros disparados de forma intermitente, às vezes por minutos seguidos. Em outros momentos havia trocas de tiros com breves intervalos entre os disparos, denotando algum conflito armado entre grupos rivais da área ou entre algum destes e a polícia. Dada a localização do meu apartamento, chegava a escutar os clamores de familiares de vítimas correndo nas ruas ao fundo, chorando e falando durante ou após os acontecimentos. Além das estridentes sirenes luminosas de viaturas policiais chegando algum tempo depois, quando iam atender às “ocorrências”. Nos dias seguintes, escutava os relatos e/ou comentários de moradores e vigias do prédio sobre as ditas “ocorrências”. E chegada a “hora do almoço”, bastava ligar a TV no Barra Pesada e/ou nos similares programas policiais locais, para saber as versões midiáticas dos acontecimentos de meu “pedaço” na cidade. Apesar de certa frequência de circulação das viaturas policiais neste local, a sensação de insegurança de moradores do prédio não parecia abrandar.

nestes anos 2000 em relação aos idos de 1970-80 registrados em estudos urbanos, em especial sobre periferias e favelas no Brasil, nos campos sociológico e antropológico⁷⁸. A proximidade social e a relativa familiaridade com o “campo” auxiliaram-me nos processos de interação com moradores de outros territórios estigmatizados de Fortaleza situados na região do Grande Bom Jardim. Outrossim, me desafiaram a reorientar meu ponto de vista, descentrar o olhar, apurar o ouvir e apreender os “resíduos” (PEIRANO, 1995) no campo, experienciando um dos movimentos indispensáveis à pesquisa social: “*estranhar o familiar*” (DA MATTA, 1978; VELHO, 1978; 2003). Embora o esforço teórico-metodológico de distanciamento crítico não me seja estranho na trajetória acadêmico-profissional e o estudo de objetos de investigação cada vez mais “próximos” do universo dos pesquisadores nas cidades não ser uma novidade nas ciências humanas e sociais, eu jamais havia escolhido um tema de pesquisa tão relativamente “próximo” de minha dinâmica vivencial. E foi preciso manter-me em atitude de “*reflexividade reflexa*” (BOURDIEU, 2001) ao longo de toda a pesquisa. Busquei manter uma atitude crítica com relação aos meus pressupostos teórico-metodológicos e de desnaturalização das pré-noções, classificações e impressões constitutivas de minha visão de mundo, com atenção especial a esta aparente e sempre relativa aproximação com o “*viver nas margens*” de Fortaleza. Na perspectiva de seguir as orientações do mestre Bourdieu, esforcei-me desde o início do processo investigativo:

(...) para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas. O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que *a diferença não é* entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas *entre aquela que o faz sem saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente*” (1997: 694).

Somada à *relativa “familiaridade”* com o “campo” a partir destas experiências familiar e pessoal, minha formação e trajetória acadêmico-profissional também contribuíram para meu interesse e escolha pela temática em foco. E exigiu redobrar este trabalho de “estranhar o familiar”. Sou assistente social, docente do curso de graduação em Serviço Social e da especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direito Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Quando exerci esta profissão de assistente social, nos campos das políticas públicas de assistência social e saúde, atuei em territórios urbanos estigmatizados junto à parcela da população classificada no discurso oficial do Estado como *em situação de*

⁷⁸ Dentre outros, conferir: Zaluar (1994), Zaluar & Alvito (2006); Kowarik (1979; 1981; 2009), Pelman (1977), Valladares (2005), Velho (2002), Feltran (2011), Telles (1999; 2010), Machado da Silva (2008), Sá (2009), dentre outros.

pobreza e extrema pobreza. Ao escolher o ofício da docência universitária⁷⁹, tenho priorizado o estudo das temáticas violência/ violência contra crianças e adolescentes, questão social⁸⁰/pobreza e políticas sociais. Sou pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA) – cujo eixo de estudo é segurança pública, violência e direitos humanos – e do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOSS) vinculada à linha de pesquisa Questão Social, Assistência e Serviço Social⁸¹.

Ao longo de minha vida acadêmica e profissional, tenho realizado estudos e pesquisas acerca das expressões da questão social e formas construídas pelo Estado e/ou pela sociedade civil⁸² para sua regulação nestes anos 1990 e 2000, com foco nas ações sócio-assistenciais público-estatais e privadas ora centradas na pobreza urbana e seus territórios vividos no Brasil. Até então, tinha centrado meu olhar investigativo sob o *ponto de vista* de agentes responsáveis pela regulação social contemporânea: o Estado e seus operadores de

⁷⁹ No período de 2001 a 2011 fui professora substituta do Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Sai da UECE em função do doutorado em Sociologia/UFC. E retornei à UECE em janeiro/2013, após ter sido aprovada no concurso público para professor efetivo nesta universidade realizado em 2012.

⁸⁰ Na perspectiva aqui adotada, a questão social compreende um fenômeno sócio-histórico vinculado originalmente à lógica do capital em termos do modo de produção e reprodução da vida no capitalismo. Conforme salienta Ianni, a mesma sociedade produtora de desenvolvimento econômico constrói as desigualdades constitutivas da questão social, que adquire distintas configurações nas particularidades das formações sócio-históricas e culturais (IAMAMOTO, 1999; IANNI, 1989). Dentre as múltiplas refrações da questão social na contemporaneidade, a pobreza é aqui apreendida como uma de suas expressões-limite. A abordagem teórico-empírica sobre as interpretações da pobreza urbana e seus significados nas versões de moradores do Grande Bom Jardim encontra-se no quarto capítulo desta tese.

⁸¹ Dentre as múltiplas atividades vinculadas ao LASSOSS/UECE, destaco duas pesquisas sobre a Política de Assistência Social iniciada no segundo semestre de 2009 e concluída no segundo semestre de 2010, período no qual coordenei o LASSOSS: a primeira, intitulada “*O Trabalho do Assistente Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia: demandas, espaços sócio-ocupacionais, competências e respostas profissionais*”; a segunda, sobre “*A política de Assistência social em Fortaleza na ótica dos usuários realizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)*” implementados nas seis Secretarias Executivas Regionais (SER’s). Estas pesquisas foram desenvolvidas na disciplina de Oficina IV, por mim ministrada no Curso de Serviço Social, que prevê uma parte da carga horária para atividades extra-sala de aula. Optei, então, pela realização das supracitadas pesquisas, cujos projetos foram submetidos e aprovados pelo colegiado do Curso de Serviço Social e demais instâncias de pesquisa desta Universidade. As aulas de campo e visitas supervisionadas aos CRAS também fizeram parte das atividades de Oficina IV e foram o “estopim” para a escolha da temática de estudo no doutorado.

⁸² Desde a graduação, estudo as formas de atuação de segmentos da sociedade civil brasileira, e cearense em particular, no campo do social, sobretudo, em relação à pobreza e à miséria que se agudizam e complexificam-se nos anos 1990 e 2000. Na graduação, estudei a Ação da Cidadania, Contra a Fome e pela Vida (BEZERRA, 1998). Na especialização na área da violência contra crianças e adolescentes – promovido pelo Curso de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP) – direcionei-me para os estudos e pesquisas sobre violências, especificamente as perpetradas contra o público infante-juvenil, vinculando-me ao Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA) a partir de 2001. No mestrado em Sociologia – no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) – pesquisei sobre os significados dos discursos e práticas do voluntariado contemporâneo, tomando por campo empírico a Associação Peter Pan em Fortaleza-Ce (BEZERRA, 2005). Desde então, tenho focado meu olhar nas redefinições da questão social e, dentre suas expressões mais contundentes, detendo-me às *novas-velhas* formas assumidas pela pobreza, às interpretações e às intervenções sobre tal fenômeno propostas por segmentos da sociedade civil e pelo Estado no Brasil contemporâneo.

políticas públicas, com relevância para a política de assistência social; e o voluntariado contemporâneo, representando parcela da sociedade civil envolvida no “enfrentamento” de expressões-limites da questão social. Entretanto, a convergência de algumas experiências pessoais e no campo acadêmico-profissional me lançaram ao desafio de adentrar a região do Grande Bom Jardim e *descentrar o olhar*, buscando apreender *o ponto de vista de seus moradores sobre pobreza e lugar(es)*, especificamente daqueles classificados no discurso oficial estatal como “pobres, vulneráveis e em riscos sociais”⁸³, alvos de políticas de gestão da pobreza⁸⁴ no tempo presente.

Na tentativa de direcionar meus estudos para submeter-me à seleção do doutorado em Sociologia em 2009, eu precisava de foco e já havia começado com as pesquisas bibliográfica e documentais sobre assistência social e pobreza urbana, em consonância com as minhas atividades de ensino (graduação e especialização) e pesquisa no curso de Serviço Social. A primeira destas experiências destacáveis na escolha da temática em tela e construção do objeto de estudo foi a estruturação de grupo de estudos e pesquisas em junho de 2008 vinculado ao LASSOSS, sob minha coordenação neste período. As discussões instigantes e afetuosas travadas com os (as) alunos (as) (de graduação, especialização e do Mestrado de Polícias Públicas e Sociedade/UECE) e profissionais de Serviço Social nas tardes de quartas-feiras, durante o período de um ano, constituíram-se em um dos ricos espaços de inquietações, problematizações, desnaturalizações significativas à construção de minha proposta investigativa preliminar. À época, ministrava a disciplina de Oficina IV, cuja temática era a Política de Assistência Social e as experiências profissionais de assistentes sociais nesta área, e busquei materializar o princípio de *ensino com pesquisa*, articulando atividades do LASSOS com metodologias ativas em sala de aula. Nestas experiências, além de duas pesquisas sobre a Política Municipal de Assistência Social, realizei, com meus alunos e membros do grupo de estudos, visitas orientadas e aulas de campo a dois Centros de

⁸³ Classificações utilizadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) para designar os usuários desta política pública social, bem como os seus territórios de instalação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) situados nas seis Secretarias Executivas Regionais (SER). Designações explicitadas no primeiro capítulo desta tese.

⁸⁴ Conforme já explicitado no primeiro capítulo desta tese, a região do Grande Bom Jardim tornou-se alvo preferencial de atuação do Estado nos âmbitos municipal, estatal e federal nestes anos 2000, por meio da implementação de programas, projetos e serviços vinculados às políticas de assistência social e de segurança pública. Os motivos desta priorização de ações estatais na região foram atribuídos, segundo discurso oficial, aos dados alarmantes da pobreza e da violência registrados pelas estatísticas de Estado e pesquisas acadêmicas. É válido destacar que a propagação da imagem do Bom Jardim “violento e perigoso” associado à dinâmica da precariedade local somada aos processos de organização e luta político-cultural empreendidas por segmentos da sociedade civil nesta região também contribuíram para torná-la alvo prioritário de ações estatais. Esta atuação do Estado no Grande Bom Jardim é, contudo, seletiva e discriminatória com relação aos bairros/territórios constitutivos e aos seus moradores.

Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza situados nos bairros Couto Fernandes, Granja Portugal e Bom Jardim, os dois últimos pertencentes à região do Grande Bom Jardim. Estas foram as vias de entrada preliminares ao Grande Bom Jardim e já despertavam em mim o desejo de realizar minha pesquisa nesta região.

A outra experiência significativa na escolha da temática e do campo empírico da pesquisa ocorreu em concomitância com estas atividades acadêmicas: coordenar o diagnóstico social da cidade, a convite da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Assim, no período de outubro de 2008 a março de 2009, coordenei uma pesquisa da extinta Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMAS)⁸⁵ intitulada *Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: uma análise das expressões da questão social nos espaços urbanos*⁸⁶. Tal experiência me permitiu apreender, de maneira panorâmica, as situações de pobreza e seu dimensionamento sócio-territorial nesta metrópole, bem como identificar as nuances de um *discurso pré-fabricado*, advindo do aparato estatal. Refiro-me às *nomeações oficiais* atribuídas a parcela da população residente nas nossas margens urbanas, oficialmente classificada *em situação de pobreza e extrema pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais* (PNAS, 2004; NOB/SUAS, 2005).

Esta experiência viabilizou acesso a dados secundários “oficiais” importantes à pesquisa – resultantes da “racionalidade e estatísticas de Estado” na acepção dada por Foucault (1999) – e contato com profissionais atuantes em instituições estatais implementadas em territórios da região. Ao trabalhar com os dados secundários disponibilizados por órgãos públicos e/ou privados nacionais e locais, observei que a Secretaria Executiva Regional V (SER V) – na qual se inclui a região do Grande Bom Jardim – aglutinava os mais elevados indicadores de pobreza e de violências múltiplas. De acordo com estes dados oficiais, os cinco bairros constitutivos desta região encontravam-se entre aqueles com os “piores” indicadores de pobreza e violência urbanas. E os relatos de trabalhadores da assistência social e da saúde

⁸⁵ A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) foi criada durante o primeiro governo da prefeita Luizianne Lins e foi considerada uma das significativas conquistas na legitimação da assistência social no campo da política pública de direitos. Quando o atual prefeito Roberto Cláudio assumiu a prefeitura de Fortaleza em 2013, extinguiu a SEMAS e criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Combate à Fome, que assumiu as funções da instituição anterior.

⁸⁶Essa pesquisa promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOS) teve como área de abrangência o município de Fortaleza-Ce, abrangendo as seis Secretarias Executivas Regionais (SER’s). Seu objetivo central foi *identificar, sistematizar e analisar as principais expressões da questão social – com focos nas vulnerabilidades e riscos sociais/violação de direitos – em suas dimensões sócio-territoriais neste município* (BEZERRA, 2009) É importante salientar que este diagnóstico social é fundante para a construção do Plano da Política de Assistência Social, documento base para a implementação desta política pública em âmbito municipal e garantia de recursos viabilizados pelo governo federal por meio de repasse “fundo a fundo” para o Fundo da Assistência Social. Os resultados desta pesquisa foram divulgados aos trabalhadores da SEMAS por meio de seminário promovido em 2009. Contudo, sua versão original permaneceu restrita ao alto escalão desta secretaria, não chegando nem mesmo aos CRAS que necessita de dados e informações que auxiliem na territorialização de suas áreas de abrangência.

pública pareciam reforçar a classificação social negativada de um Grande Bom Jardim “violento, perigoso e de pobres”. Em conversas com profissionais da assistência social dos CRAS Granja Portugal e Bom Jardim durante as primeiras incursões no campo, expressaram as dificuldades e receios em trabalhar na região. Entrar em certos territórios da área de abrangência dos CRAS, quando se habilitavam a fazê-lo, só acompanhados de outros profissionais, morador e/ou liderança locais, a depender dos níveis de dificuldade de acesso. Havia, mesmo, uma evitação em realizar visitas domiciliares⁸⁷ necessárias ao acompanhamento social das famílias residentes nestes territórios, afirmando a existência de lugares considerados por demais ariscados para se tentar adentrar.

Fortaleciam, assim, a atuação profissional realizada nas instalações dos CRAS junto às famílias do entorno, com relevância para os usuários do Programa Bolsa Família (PBF), público preferencial destas instituições estatais. Importa salientar que esta evitação foi atribuída à elevada incidência de práticas de violência urbana e presença do narcotráfico nestes territórios da região. Ao menos foram estas as justificativas também dadas para a quase inexistência de dados específicos sobre os territórios atendidos pelos CRAS da Granja Portugal e do Bom Jardim⁸⁸. Em suas falas, os (as) profissionais usavam referências similares

⁸⁷ A visita domiciliar é um tipo de visita social utilizado no processo de acompanhamento das famílias usuárias dos CRAS, com prioridade para as famílias “beneficiárias” do Programa Bolsa Família e em descumprimento das condicionalidades estabelecidas como critérios para permanência, suspensão ou cancelamento deste programa social de transferência de renda garantido pelo Governo Federal. A visita domiciliar faz parte do instrumental técnico-operativo usado por trabalhadores sociais, com destaque aos assistentes sociais, com vistas a conhecer *in locu* o espaço e situação sociais em que vive o usuário (potencial ou efetivo) de serviços sociais. É um instrumental para aprofundamento de informações sobre a realidade social do usuário e requer o uso de outras duas técnicas de pesquisa e intervenção: a observação direta e a entrevista. Para aprofundamento, ver CARDOSO, M. C. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. 2008.

⁸⁸ Durante a pesquisa “Diagnóstico Social de Fortaleza”, tive acesso aos dados oficiais sobre a região do Grande Bom Jardim. Contudo, as informações relativas à nomeada “territorialização” das áreas de abrangência dos CRAS, realizada por suas equipes profissionais, só dispunha de dados secundários disponibilizados no diagnóstico da região realizado pelo CDVHS em 2003. No documento de “territorialização”, havia o resultado do levantamento das redes sócio-assistenciais existentes nas áreas de abrangências dos CRAS Bom Jardim e Granja Portugal, ou seja, a identificação e listagem de instituições públicas e da sociedade civil que desenvolvem ações de assistência social nos bairros nos quais se situam os CRAS do Grande Bom Jardim. Em 2012, foi inaugurado o CRAS Canindezinho na região. É justo salientar ainda que os profissionais atuantes nos CRAS de Fortaleza vivenciam processos de precarização de suas relações de trabalho e formas de contratação, dispendo de equipe mínima exigida pela PNAS (2004) e condições técnicas e éticas de trabalho incompatíveis com as demandas sociais direcionadas a estes equipamentos sociais. Á época de minhas visitas aos CRAS e levantamento de dados específicos da região para compor o Diagnóstico Social de Fortaleza, os trabalhadores sociais dos CRAS agregavam diversas funções, dentre estas realizar o processo de territorialização dos territórios constitutivos das áreas de abrangência destas unidades públicas sem dispor das condições adequadas de trabalho que esta tarefa exigia. Outro elemento dificultador da operacionalização dos CRAS diz respeito à elevada rotatividade dos trabalhadores sociais nestes equipamentos. Rotatividade não só resultante das precárias condições de trabalho e salário, mas também institucionalizada pela SEMAS para, supostamente, evitar “acomodações” por parte dos profissionais por conhecerem os espaços e suas relações sociais. Tal postura da gestão estava em contrassenso com a proposta dos CRAS segundo a PNAS e com a necessária apropriação dos territórios por parte dos profissionais como elemento central da territorialização e da materialidade desta política.

às reproduzidas na mídia para falar sobre a região – um “*lugar perigoso e violento*”! – ou no discurso estatal – “*área de grande vulnerabilidade e riscos sociais*”. Apesar de ser uma exigência da PNAS (2004) fazer a territorialização⁸⁹ das áreas atendidas por estes equipamentos sociais, não havia, nos anos de 2008 a 2011, dados disponíveis específicos sobre os ditos “*territórios de vulnerabilidade e riscos sociais*” na SEMAS, na Secretaria Executiva Regional V ou nos próprios CRAS. E os dados secundários oficiais não davam conta nem mesmo de uma caracterização básica destes territórios.

Motivada pelas experiências pessoais e acadêmico-profissionais até então narradas de aproximações sucessivas com o campo e, em paralelo a estas, passei a assistir, com frequência diária e atenção redobrada, aos programas televisivos⁹⁰ cearenses voltados à veiculação de denúncias-entretenimento e imagens da violência urbana e criminalidade associadas, sobretudo, à pobreza e às periferias de Fortaleza. Nestes programas televisivos, os residentes das “*periferias*” emergem como vítimas e/ou protagonistas de múltiplas expressões da violência, em especial, a violência urbana imersa em um contexto de precariedade sócioeconômica. Chamavam minha atenção as imagens veiculadas que associam “*periferias-pobreza-criminalidade-violência urbanas*” e a recorrência com que a região do Grande Bom Jardim era citada nestes programas nos anos de 2008 e 2009. Recorrência reiterada no período de 2010 a 2012 quando estava em intensivo trabalho de campo, apesar dos números oficiais da violência urbana terem sutilmente declinado, segundo publicizados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Embora a análise das imagens/discursos difundidos nestes programas televisivos não façam parte dos objetivos desta tese, foram importantes para os primeiros registros que fiz sobre a produção de modelizações negativadas atribuídas às “*periferias*” de Fortaleza e aos seus moradores, de modo particular aos bairros e territórios constitutivos do Grande Bom Jardim. Iniciei neste período um levantamento de notícias sobre esta região nos principais jornais do Estado do Ceará: O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará, agregando dados

⁸⁹ Importante componente na estruturação das políticas públicas sociais na contemporaneidade, a *territorialização* diz respeito à *apropriação e/ou ao domínio de determinado espaço* por múltiplos agentes/sujeitos envolvidos em seus processos de uso/construção do espaço, organização *no espaço*, *tessitura de relações/interações sociais e significações do lugar*. Constitui-se em um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). E, segundo a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2005) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a territorialização consiste em (...) identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida (BRASIL, 2005: 44). Para abordagem ampliada do conceito de territorialização, conferir: KOGA, 2003; SANTOS, 2008; HAESBERT & LIMONAD, 2007.

⁹⁰ Destaco os citados Barra Pesada, Cidade Alerta 190, Linha Direta, Comando 22, Rota 22, Os Malas e Lei, Brasil Urgente Ceará, dentre outros.

retirados de portais eletrônicos da internet (on-line), com destaque para o Portal Verdes Mares/TV Diário e Jangadeiro. Constitui um arquivo digitalizado de notícias veiculadas nestes jornais impressos no período de 2009 a 2012, que oportunizaram a identificação de modelizações predominantes que classificavam negativamente, ou melhor, (re)produziam estigmatizações sobre moradores e seus territórios vividos situados nestas margens urbanas de Fortaleza⁹¹. Os vestígios indiciários do campo já sinalizavam para a figuração pública de um Grande Bom Jardim homogeneizado, que se constituía pelas marcas de uma tripla e interconectada estigmatização relacionada à pobreza, à violência urbana e ao *local de moradia*. Ao mesmo tempo, estas figurações públicas negativadas sobre a região e seus moradores também mostravam-se vivas no imaginário de meus interlocutores (as). Ou seja, as classificações ditas “*de fora*” por parte de moradores ganhavam força em suas (re)classificações “de dentro” seja para negá-las quando falavam da imagem do “*nós*” e de seus territórios vividos, seja para (re)produzi-las quando projetadas sobre quem consideram os “outros” das margens urbanas, em perspectiva relacional aos seus lugares (físicos e sociais) na mesma região.

Meu acesso inicial ao Grande Bom Jardim por distintas frentes investigativas - pela via das instituições estatais de assistência social e saúde (CRAS e Centros de Saúde da Família), contatos com trabalhadores sociais locais, notícias da mídia escrita e televisiva, dados secundários oficiais e via leituras de pesquisas acadêmicas e estatais realizadas sobre a região - não havia me permitido, até então, o contato mais “próximo” com os usuários destes serviços e moradores da região⁹². E já me sentia “fisgada” por um desejo de “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) este espaço urbano tenso de classificações-desclassificações/afirmação-negação chamado Grande Bom Jardim, formado por múltiplos territórios. Neste longo percurso, a região foi se delineando para mim como emblemática para a pesquisa proposta. Faltava, entretanto, tentar “aproximar-me” das “verdades” dos moradores em seus contextos de experiência. E foi neste sentido que dei os passos seguintes durante a

⁹¹ O registro destas imagens e discursos hegemônicos produzidos e veiculados pela mídia impressa e televisiva local, as quais denomino de modelizações ou figurações públicas negativadas, encontram-se explicitadas no primeiro capítulo desta tese.

⁹² Neste período, eu estava construindo o diagnóstico social de Fortaleza e, também por isto, direcionei meu olhar, naquele momento, para a Política de Assistência Social (PAS) em implementação na região e para os usuários dos serviços sócio-assistenciais. Inicialmente, pretendia conhecer o funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamentos sociais descentralizados que, sob o comando único da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), são responsáveis pela operacionalização da política pública de assistência social nos ditos “*territórios de pobreza*”. Busquei conversar com alguns profissionais de CRAS situados na região, abordando os serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos nestes equipamentos sociais, os usuários e os territórios de abrangência destas instituições.

construção do projeto de pesquisa para a seleção do doutorado⁹³ e ao longo de todo o curso de pós-graduação.

Desde o mestrado tenho buscado assumir o *convite-desafio* da Antropologia Interpretativa de Geertz (2001): exercitar um outro jeito de construir o objeto de estudos e “tentar” fazer ciência, não partindo de deduções e conceitos *a priori*, senão mergulhando na “*vida se fazendo no presente*”, no fluxo dos acontecimentos e experiências humanas em contextos específicos. Esforço-me em aprender a caminhar neste horizonte para aproximar-me do universo simbólico destes agentes, ora “(in)visibilizados” na figuração pública dominante de “*pobre/morador da periferia*” e silenciados sob os discursos/imagens dominantes que o classificam ora como o “*pobre-necessitado-carente*” – a precisar da face sócio-assistencial do Estado; ora “(in)visibilizados” como o “*vagabundo-bandido*” – a ser submetido ao Estado penal e punitivo em sua versão *à brasileira* tão presente nas margens urbanas de Fortaleza-Ce, conforme registrado nos discursos midiáticos e reproduzidas no senso comum. Daí ter centrado minha pesquisa na experiência da pobreza em territórios estigmatizados, privilegiando o *ponto de vista de seus moradores sobre pobreza e lugar* nas margens urbanas.

A identificação e a escolha dos territórios *locus* desta pesquisa não se deu por “*acidente*” ou, exclusivamente, pela “*facilidade*” em adentrar neste lugar por conhecer “*gente de lá*”. Foram escolhidos porque me permitiram apreender meu objeto em densidade e complexidade, configurados como locais fronteiriços de tensas lutas de classificação entre seus residentes acerca das significações da pobreza, de lugar e dos moradores das margens de Fortaleza. Mas é impossível negar a convergência de certas “coincidências” neste percurso investigativo, contando com o “inesperado” da vida social na construção da pesquisa e das múltiplas vias que me deram acesso ao campo.

Quando me lancei à “*aventura*” de adentrar o Grande Bom Jardim ainda nos idos de 2008 e 2009⁹⁴ para ensejar uma pesquisa exploratória⁹⁵, busquei esta outra via de acesso ao

⁹³ Minha proposta inicial de pesquisa aprovada na seleção do doutorado foi estudar as *configurações da pobreza urbana contemporânea em seus territórios* e as formas de regulação estatal direcionadas aos ditos “*pobres*” de nossa metrópole Fortaleza, no caso, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e suas formas de classificação dos usuários de seus serviços sociais. O trabalho de campo e os diálogos estabelecidos durante disciplinas no doutorado, com destaque para Métodos Avançados em Metodologia e Seminário de Tese, suscitaram novos ângulos de pesquisa, contribuindo para as reconstruções do objeto de estudos.

⁹⁴ Durante a pesquisa Diagnóstico Social de Fortaleza, realizei as primeiras visitas esporádicas ao local de moradia de minha interlocutora-chave situada nas fronteiras dos bairros Granja Portugal-Bom Jardim nesta região. E comecei a acompanhar, mais atentamente, os noticiários de jornais escritos e programas televisivos locais que enfocavam lugares e moradores do Grande Bom Jardim. Ao final de 2009, construí meu projeto de pesquisa e submeti-me à seleção do doutorado em sociologia desta universidade. A partir da entrada no doutorado em 2010, novas perspectivas teórico-metodológicas foram se delineando e com o avançar das pesquisa teórico-empírica pude reconstruir meu objeto de estudo até sua configuração atual.

campo: as teias relacionais dos moradores em seus espaços vividos nesta região. Exatamente aqueles identificados pelo Estado como *usuários (potenciais ou efetivos) dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais* previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), no nível da Proteção Social Básica (PSB) operacionalizada nos CRAS. Segundo a PNAS (2004), estas unidades públicas de assistência social devem ser implementadas em “*áreas de vulnerabilidade e riscos sociais*”. Duas categoriais advindas do discurso estatal para nomear e (re)classificar os já classificados socialmente “pobres da periferia” e seus espaços vividos. Compreendi a necessidade de forjar nova estratégia metodológica para entrar em campo e, de fato, aproximar-me destes moradores, via de regra, igualmente usuários desta política pública na supracitada região, de forma a não ser identificada como representante nem do poder público municipal ou do “*governo*”, nem de associações da área. O problema era que, até então, eu não sabia como entrar nestes espaços urbanos e aproximar-me dos seus moradores, a ponto de apreender seu universo simbólico.

A situação era mais complexa porque eu desejava adentrar algum destes “*territórios de vulnerabilidade e riscos sociais*” da região que, segundo a linguagem oficial estatal, são espaços nos quais os indicadores sociais de pobreza e violência urbanas eram conhecidos e reconhecidos “dentro e fora” da região como os mais adensados. Espaços considerados quase “zonas proibidas” não só para não residentes considerados “estranhos” ou “*de fora*” da região, como para muitos de seus residentes. Importa salientar que as referências nativas “*de fora*” e “*de dentro*” são relacionais e estabelecem fluidas fronteiras sócio territoriais na região. São usadas por meus/minhas interlocutores (as) quando querem estabelecer distinções “líquidas” entre aqueles considerados “próximos e reconhecidos” em suas teias de relações territorializadas e os “outros distantes e estranhos” a estas ou quando, em certas situações, desejam assim (a)parecer publicamente como socialmente “próximos” ou

⁹⁵ Compreendo a pesquisa exploratória como parte do ciclo da pesquisa a partir do qual o pesquisador realiza aproximações sucessivas com a realidade empírica e com as elaborações teóricas sobre o fenômeno sociológico pesquisado, com vistas a subsidiar a elaboração do projeto de pesquisa, em especial, a construção do objeto de estudo dentre seus componentes. Linda Gondim refere-se à investigação exploratória como indispensável à formulação do problema de pesquisa porque possibilita ao pesquisador um mínimo de familiaridade com seu objeto, subsidiário à formulação do projeto de pesquisa. Incluí nesta fase um levantamento empírico preliminar, por meio de observações sobre a instituição, o grupo ou os indivíduos a pesquisar, destacando-se as entrevistas com os informantes privilegiados do fenômeno estudado. Essa fase contribuiu, assim, para ampliar os horizontes da pesquisa, abrir pistas reflexivas, construir hipóteses de estudo, redimensionar leituras e oportunizar o diálogo teoria-empíria tão caros aos estudos sociológicos e antropológicos. Nesta fase de minha investigação sociológica, compreendo o trabalho de campo ou pesquisa de campo como o deslocamento - geográfico e de horizonte de sentido - da pesquisadora para os territórios vividos pelos interlocutores nas margens da cidade. Essa convivência com os narradores - no esforço de situar-me no campo e familiarizar-me com seu modo de vida - exigiu a construção de estratégias de aproximação e interação social pesquisador-pesquisado como indispensáveis à compreensão da “cultura” dos moradores das margens. Esse “deslocamento” e a possível “fusão de horizontes” entre pesquisador e nativos foi buscada nesta convivência sistemática com os narradores, no exercício de “tornar o exótico familiar e familiar o exótico” (DA MATTA, 1987).

“distantes”. Hoje eu poderia dizer, usando outra a expressão nativa de uma de minhas interlocutoras moradora do Marrocos: eu queria chegar ao “*vixe do vixe*” da região do Grande Bom Jardim! Territórios que ainda se encontram *nas sombras* para a face protetiva do Estado e espetacularizados em figurações públicas negativadas de nossa mídia impressa e televisiva.

Talvez também possa falar do *acaso*, de *sorte* ou dos “*imponderáveis da vida social*”, tão enfatizados por Willian Foot Whyte (2005), em Sociedade de Esquina, e pelo próprio Malinowsk muito antes, para esclarecer como tive acesso ao campo de pesquisa. Afinal, tudo parecia convergir para eu travar minhas aproximações sucessivas do universo real e simbólico dos moradores do Grande Bom Jardim. E as pistas, as possibilidades, os *insights* mais interessantes de pesquisa parecem, mesmo, emergir de lugares, pessoas e situações inusitadas e, aparentemente, tão *comuns* do cotidiano. Foi em um momento inusitado, um almoço na casa de amigas, que encontrei uma possibilidade de, por um outro percurso, chegar a um destes territórios estigmatizados dentro da região e a alguns de seus moradores, fora do campo institucional estatal: acessando as teias de relações – familiares e vicinais – de uma senhora que trabalha como “doméstica” nesta casa e reside no Grande Bom Jardim faz trinta e três anos. Embora eu já a “conhecesse” desde 1999, trabalhando para as mesmas amigas, e fosse comum conversarmos no espaço da cozinha, somente quando meu olhar e meu ouvir estavam melhor “disciplinados” (OLIVEIRA, 1998) eu comecei a me demorar em nossos diálogos, cada vez mais constantes, com uma preocupação de pesquisa. Tão constantes que a patroa de minha interlocutora-chave – minha amiga – reclamar que eu só ia em sua casa para conversar com Tereza!

Instigantes e ricos diálogos que suscitaram as possibilidades concretas iniciais de realizar minha pesquisa – exploratória à época – garantindo acesso ao campo empírico a partir das redes de relações desta “*mulher-mãe-avó*” e uma das fundadoras de território estigmatizado na região. Uma escolha acertada, porque determinadas figuras femininas – nesta condição de “mulheres-mães-avós” e fundadoras destes territórios – encarnam as falas relativamente autorizadas do lugar e permitiram acessar parcela das redes de relações neles existentes. Elas gozam de relativa autoridade e consideração local, embora isto não signifique plena segurança para si e/ou para os seus familiares e/ou visitantes (meu caso em particular) nestes espaços marcados por uma insegurança (civil e social) estruturante.

Deparei-me com parte da riqueza de saberes e experiências desta mulher, 46 anos, casada, mãe de duas jovens e um jovem (assassinado em 2012), avó, trabalhadora doméstica desde os doze anos de idade quando migrou do interior cearense para habitar com os pais na região do Grande Bom Jardim e trabalhar “em casa de família”. O marido é alcóolatra e vive

de pequenos “bicos” ou empregos temporários interrompidos a cada nova recaída, quando volta a beber. Tereza sustentava a casa com seu trabalho de doméstica até 2009, tornando-se depois “diarista” em tempo integral. Declarou-se moradora do bairro Bom Jardim, apesar do poder público municipal localizar geograficamente sua residência no bairro Granja Portugal. Sua residência situa-se geograficamente na localidade conhecida e reconhecida por moradores como “Mela Mela”⁹⁶. Tereza, ao contrário, não admite esta localização, preferindo tomar por referência a sua rua e o Bom Jardim, local irrefutável de seu pertencimento e de sua posição social na cidade. “As contas de água e luz dizem que é Bom Jardim. E eu sempre morei no Bom Jardim! Aqui tudo é Bom Jardim”, respondia um tanto irritada quando eu perguntava se ali era “Mela Mela”. Além da precariedade urbana do seu espaço de moradia, o reiterado “descaso da prefeitura” com o lugar, relatou-me, sua maior preocupação era com os filhos, principalmente com o seu “menino”, em virtude da violência urbana e o narcotráfico crescente neste território. Ainda não imaginava o desfecho trágico na vida familiar desta senhora, mas as aproximações do campo delinearam os indícios da “*morte anunciada*” de seu filho e de uma série de outros homicídios de jovens ocorridos ao longo de 2010 e 2012 na localidade na qual reside.

À época do início da *pesquisa exploratória*⁹⁷, foram muitas as conversas com Tereza na cozinha da casa destas amigas, momentos que reconheço como parte importante das aproximações sucessivas com o universo simbólico destes moradores da região, fora do campo institucional. Nestes primeiros contatos não tinha a dimensão exata de suas palavras quando falava de “*medo, perigo e violência*” associadas a seu espaço de moradia. E ela não entendia meu desejo de conhecer o Bom Jardim quando o seu era exatamente sair de lá com a família em busca de “outro lugar”. E voltava atrás, afirmando quase imediatamente: “Mas sair de lá pra um canto pior, era melhor ficar por ali mesmo! Lá pelo menos tenho minha casa e

⁹⁶ Nomeação atribuída por moradores locais mais antigos por referência ao lamaçal que se forma na localidade nos períodos chuvosos. Embora esta nomeação seja anterior aos processos de urbanização e calçamento de ruas nesta localidade – especificamente refeitas nos anos de 2012 quando a visitei pela última vez – é ainda oficialmente considerada área de risco geográfica (terrenos sujeitos a inundações) e favela, segundo documentos da HABITAFOR/PMF e de acordo com o diagnóstico sócio-ambiental elaborado pelo Grupo de Referência da Granja Portugal coordenado pela ONG Visão Mundial – Worlds Vision. Segundo o relatório da citada instituição, este Grupo de Referência reunia representações de lideranças, associações, igrejas, Organizações Não Governamentais, Organizações Governamentais que se propõe a fortalecer a identidade e desenvolvimento, através da participação coletiva e comunitária, representando as comunidades na construção do Plano de Intervenção da Visão Mundial Brasil nas “comunidades” da Granja Portugal, mobilizando e animando as pessoas. Além do diagnóstico sócio-ambiental e da proposta de intervenção desta ONG no bairro, as representações elaboraram um mapa territorial identificando suas “comunidades”, recursos materiais e humanos, vias de acesso e áreas de risco, dentre as quais a localidade do Mela Mela foi assim classificada pelos participantes.

⁹⁷ Período anterior à aprovação no doutorado em sociologia pela necessidade de elaboração do projeto de pesquisa para a seleção.

conheço todo mundo!” Ali tinha construído sua residência própria e na circunvizinhança vive sua família ampliada. Alegava que se fosse vender sua casa, o dinheiro só daria para comprar outra “num canto pior”. Então, ia ficando, tentando melhorar as condições da casa e convivendo.

Em uma de nossas longas conversas, perguntei se eu poderia visitar sua casa. Expliquei-lhe o objetivo inicial de minha pesquisa de forma ética, simples, honesta. Eram somente intuições preliminares. A intenção era conhecer o lugar e conversar com alguns residentes que também fossem usuários das ações de assistência social estatal operacionalizadas nos territórios da região. Eu ainda não tinha clareza do que queria estudar. Sabia somente que desejava conhecer *como vivem estas pessoas identificadas no senso comum e na nomeação oficial por pobres, usuários da assistência social e residentes em territórios de vulnerabilidades e riscos sociais* (PNAS, 2004) situados nas “periferias” de Fortaleza, especificamente, do Grande Bom Jardim. E para minha sorte e alegria, ela não só aceitou, como propôs que sua filha mais velha – a quem chamo pelo nome fictício de Ariadne⁹⁸ – me acompanhasse nesta *aventura de pesquisa por dentro de territórios do Grande Bom Jardim*. Em verdade, sem a colaboração voluntária destas duas mulheres, talvez eu não tivesse tido a abertura para chegar, entrar e sair tantas vezes do labirinto *Grande Bom Jardim*, atravessar fronteiras geográficas e simbólicas, ter acesso às suas redes de relações locais, conversar com as pessoas, enfim, tentar aproximar-se de seus mundos vividos. Os rumos desta pesquisa seriam outros!

Marcamos, então, o que vou designar de (re)entrada no campo empírico sob outra perspectiva metodológica. Foi o início de uma “*aventura*” labiríntica da pesquisa de campo desenhada nas tentativas de estabelecer um equilíbrio instável e não completamente alcançável entre aproximações e distanciamentos “*do e no campo*” (MAGNANI, 1998). Afinal, a pesquisa significa, sobretudo, uma interação social – intersubjetividades em curso – instituída entre universos diferentes que se encontram e estabelecem diálogos possíveis a partir de seus próprios horizontes de sentido. Por tratar-se de compreender um “outro”

⁹⁸ Segundo a mitologia, Ariadne, filha de Mínos, rei de Creta, ajudou Teseu, herói ateniense, a entrar e sair do labirinto onde morava o Minotauro, mostro mitológico cabeça de touro e corpo de homem, que devorava jovens que lhes eram oferecidos anualmente em sacrifício. Ariadne ajudou Teseu no árduo desafio de entrar e sair do labirinto entregando-lhe um novelo de lã – seu fio condutor – que deveria desenrolar à medida que avançasse. Para retornar, bastaria seguir a linha de lã até a saída onde Ariadne o aguardava segurando firmemente o fio. Após matar o Minotauro, Teseu retornou vitorioso e conseguiu sair do labirinto a partir do fio de Ariadne. A Ariadne do Mela Mela – em seus deslocamentos e itinerários de vida – também segurava um dos fios a partir dos quais entrei e sai do labirinto Bom Jardim, sendo ela mesma um dos fios desta intrincada teia de relações à qual tive acesso em seu território vivido. Metaforicamente, cada um de meus interlocutores encarnava esta dimensão do “fio de Ariadne” e auxiliaram-me a melhor compreender os labirintos das margens das margens nesta região de Fortaleza.

também ocidental e localizado na mesma cidade, portanto, supostamente, “conhecido”, isso pode, por vezes, amortecer o “estranhamento” e fazer supradeterminar uma partilha de significados equivalentes entre o meu mundo (pesquisadora) e o mundo do “outro” (narradores). Partilha que, necessariamente, não existe! Demanda, portanto, estar atenta a alguns elementos cruciais a serem considerados na pesquisa social que lida com o aparentemente “familiar” no campo dos estudos urbanos, conforme enfatizado por Gilberto Velho (1978; 2003):

(...) o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. (...) o processo de conhecimento da vida social sempre implica um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo. (...) o caráter de interpretação e a dimensão de subjetividade envolvidos neste tipo de trabalho. A ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (1978: 39; 42-43).

Inegavelmente, esse confronto-encontro de "mundos diferentes" associado à tentativa de, ao mesmo tempo, familiarizar-se com o mundo do “outro” e manter um relativo distanciamento crítico, somente o "lançar-se em campo" – um mergulho na vida social improvisada e imprevista no universo imaginativo destes *outros da cidade* – pode nos proporcionar, através de um trabalho denso, sistemático e de resgate empírico e de reflexão teórico-metodológica constantes. Neste percurso investigativo desafiador, busquei orientar-me pela lógica da descoberta e da criação no ofício da pesquisa, exercitando o raciocínio problematizador aberto e crítico para a compreensão da vida social dos residentes das margens das margens do Grande Bom Jardim. E tentei manter-me atenta às orientações teórico-metodológicas de mestres na arte da feitura do trabalho de campo nas fronteiras da sociologia com a antropologia cultural. O movimento de “*estranhar o familiar*” articulou-se relacionalmente ao de “*familiarizar-se com o estranho*” (VELHO, 2003). Assim, esforcei-me por “*transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico*”, segundo assinalado por Da Matta (1987) e reiterado Velho (1989; 2003) no curso dos estudos sócio-antropológicos.

Apesar desta difícil tarefa de lidar com um *equilíbrio instável entre aproximação-distanciamento crítico* na prática e experiência da pesquisa social não ser estranha à minha formação e trajetória acadêmico-profissional, constitui-se em desafio reiterado a cada nova situação investigativa. Tenho tentado encarnar este movimento, no esforço de *situar-me no*

campo, desnaturalizar e interpretar as significações da pobreza e do viver nas margens urbanas de Fortaleza nas versões de meus interlocutores (as). Trata-se do esforço de adquirir “proximidade geográfica, conceitual e de sentido” (GEERTZ, 2001) realizadas por aproximações sucessivas do universo real e simbólico de moradores de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim em seus contextos de experiência. E requer, conforme assinalou Geertz, “(...) aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente” (2001: 26).

Dos primeiros contatos com o campo empírico em 2008 e 2009 ao tempo presente de escrita desta tese, passaram-se quase seis anos. Fui aprovada no doutorado e durante os quatro anos da pós-graduação, o objeto de estudo foi reconstruído diversas vezes até adquirir sua configuração atual. Estas reelaborações resultaram do esforço de tessitura teórico-empírica a partir das *aproximações sucessivas* tanto das produções antropológicas e sociológicas sobre a temática pesquisada – em meio às leituras e instigantes debates oportunizados antes e durante o curso de doutorado – como do campo empírico, mediante o acesso às redes de relações de moradores de território(s) estigmatizado(s) no Grande Bom Jardim no fluxo de suas experiências no viver nas margens urbanas. “Aventura” incessante e sempre renovada para compor a tessitura dos fios imaginários da produção do conhecimento que faz dos encontros e interações sociais com a cultura do “outro próximo e distante”, a possibilidade de compreensão da realidade social e de nossas próprias experiências na busca de exercitar, cotidianamente, a *alteridade*. Compreendo, assim, que os encontros com o mundo do “outro” é uma possibilidade de compreensão de nosso próprio universo vivencial, segundo enuncia Da Mata: “... lançar um olhar para o outro que nos impõe um retorno do olhar para si, para nossa própria cultura. (...) movimento que nos leva para fora do nosso próprio mundo, mas que acaba para nos trazer para dentro dele” (1987: 153).

A experiência da pesquisa de campo me remeteu novamente à “indeterminação” diante dos “imponderáveis da vida real” que enriquecem e dão dimensão humana à compreensão de fenômenos cotidianos quando construídos como objetos sociológicos, reafirmando a necessária e desejada abertura crítica e plural ao aprendizado na vivência de campo com o(s) outro(s). Experimento, em especial, de construção das chamadas “redes de campo”, ou seja, das microrelações sociais tecidas entre a pesquisadora e seus interlocutores-narradores que foram a condição de possibilidade do próprio trabalho de campo (SILVA, 2000) em territórios estigmatizados. Relações marcadas tanto por complexas negociações, constrangimentos, receios e esquivas; como pelas possibilidades do estabelecimento de confiança mútua, trocas dialógicas, aprendizados que transcenderam o campo acadêmico-

profissional. Nesse sentido, considero relevante explicitar a narrativa de minha inserção no campo, de suas condições e limites que me conduziram às reconstruções do objeto de estudos, redefinição do *locus* investigativo e realinhamentos teórico-metodológicos de minha pesquisa.

2.2 (Re)entrada no campo empírico: “caminhadas de reconhecimento”, percalços e escolhas no decurso da pesquisa exploratória⁹⁹

A entrada em campo é um momento delicado da pesquisa porque, a partir daí, formam-se as primeiras imagens e delineiam-se as bases das relações pesquisador(a)-interlocutores(as) que podem acompanhar e influenciar todo o processo investigativo. Demarco minha entrada no campo empírico quando cheguei a este território estigmatizado do Grande Bom Jardim – o Mela Mela – em 14 de outubro de 2008, no turno da manhã. A escolha do horário foi feita por minha interlocutora-chave, quando agendamos a primeira visita à localidade, por considera-lo mais “tranquilo”. Assim, eu poderia passar o dia todo, almoçar com sua família e teria mais tempo para conversar com alguns moradores e “conhecer o lugar”.

Desde o agendamento, comecei a planejar o que considero minha “(re)entrada no campo”. Seria meu primeiro encontro com estas pessoas de “carne e sangue” em seus microcontextos de experiência, seu território vivido. Elaborei os roteiros preliminares de observação direta e de entrevista semi-estruturada, lancei mão do mp3, da câmera fotográfica (ainda não digital) e meu pequeno caderno para anotações. Claro, nem todos estes instrumentos foram utilizados logo de início, o indispensável foi meu improvisado diário de campo e uma caderneta de notas. No entanto, por tratar-se de pesquisa exploratória para elaboração do projeto de pesquisa a ser submetido à seleção do doutorado, decidi que precisava levantar alguns dados preliminares e urgentes à época. A entrevista semi-estruturada mostrava-se viável para os objetivos da fase exploratória.

Munida das informações necessárias para chegar até o Bom Jardim, sobre os terminais de ônibus possíveis (do Conjunto Ceará e do Siqueira), as linhas de ônibus, o horário e local para encontrar Ariadne, fui a campo. Telefonei antes para confirmar se poderia

⁹⁹ Narrativa construída com base nos diários de campo produzidos durante a pesquisa de campo. Optei por não citar trechos diretos dos diários e reescrevê-los com vistas a garantir mobilidade entre passado e presente, o vivido e escrito durante o processo e as reflexões posteriores durante a feitura da tese. Não segue a cronologia linear das aproximações ao campo, mas o recorte de situações e acontecimentos vivenciados por mim no campo ou a partir das narrativas das interlocutoras em conversas informais e/ou durante as entrevistas formais. Evitei, neste momento do texto, indicar nomes, mesmo os fictícios, para não dar margens a associações diretas com as interlocutoras e por considerar as recorrências das suas percepções em termos das situações ora narradas. Trata-se de uma versão interpretativa sobre situações observadas e vividas na experiência de campo, incluindo as narrativas produzidas na relação entre a pesquisadora e suas interlocutoras.

receber-me e saber se “estava tudo bem” na localidade para eu poder entrar. Dada às rotineiras práticas de violência urbana ocorridas no local, seja de enfrentamento entre facções rivais, entre estas e a polícia ou as “operações” policiais frequentes, havia cuidados a serem tomados pelos moradores para trazer alguém “de fora”, uma estranha e desconhecida das suas redes locais, para seu espaço vivido. Então, virou rotina durante a pesquisa telefonar para checar antecipadamente se “estava tudo bem, tudo tranquilo”, antes de entrar no território. Caso não estivesse, a ida ao campo era adiada e remarcada. Procedimento adotado no trabalho de campo no Mela Mela e no Marrocos.

Na manhã do dia 14/10/2008, saí de casa bem cedo. Vestia calça jeans, camisa larguinha e sandálias baixas. Adotei, do início ao final da pesquisa, um estilo simples e comum de vestimentas. Usava uma pequena bolsa de couro para guardar o caderno de notas, o roteiro de entrevista, o celular, o Mp3, um pouco de dinheiro e minha carteira de identidade. Era minha “bolsa de pesquisa”. Usava meu relógio “barato” e nada mais. Desejava discrição ao chegar na localidade. Óbvio que uma “estranha” não passaria despercebida, mas eu não queria dar ainda mais motivos para chamar a atenção das pessoas. E muitas vezes depois escutei das interlocutoras que era ariscado ficar “ostentando” objetos que pudessem despertar a cobiça de alguém e acabar “achando dono”, ou seja, ser roubada ou “ser aguentada” que significa ser assaltada, aqui mediante o uso de arma branca ou de fogo, intimidação e/ou violência física direta. E ficava meio nas entrelinhas que, se a pessoa ostenta, fica “dando bobeira”, andando com o objeto pelas calçadas, é porque está “a fim de achar dono”, então, “acha”! Eu procurei manter a discrição desde esse primeiro dia, embora tendo clareza de ser observada constantemente por onde andava nos territórios desta região.

Iniciei a primeira de minhas longas “viagens” para o Grande Bom Jardim, atravessando a cidade, passando por dois terminais, pegando ônibus lotado nos horários de maior fluxo do trânsito, de manhã e ao final da tarde quando retornava para casa. Andar de ônibus para mim não é novidade. Faço isto ainda hoje quando saí de casa. Em relação a esta condição de transporte público, não senti qualquer estranhamento no encontro com o mundo do outro em suas dificuldades em deslocar-se na cidade utilizando o ônibus. Trajeto cansativo e desgastante física e emocionalmente, sobretudo, porque, além da distância geográfica em relação ao meu espaço de moradia, as linhas de ônibus que adentram o Grande Bom Jardim são alvo de assaltos constantes. E isto me exigia “estar em alerta” permanente. Eram quase três horas de deslocamento, a depender dos horários de ida e/ou retorno da região. O mais difícil era controlar a ansiedade do primeiro encontro com o “desconhecido” e, principalmente, conseguir localizar-me naquela outra parte da cidade da qual eu só conhecia

de perto um Centro de Saúde da Família e os CRAS Bom Jardim e Granja Portugal durante a visita institucional feita com ônibus da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O resultado deste primeiro deslocamento ao *encontro* do Bom Jardim foi um *desencontro*: consegui chegar ao Bom Jardim exatamente no ponto errado e considerado um dos *mais “perigosos”*, segundo alertou-me posteriormente Ariadne. Desci pertinho do Cemitério do bairro, local que alguns moradores denominam de *“parte baixa”*, na qual existem outras tantas *“facções rivais”* às do território do Mela Mela. Telefonei para minha “guia” que estava acompanhada da irmã mais nova e as duas lançaram um sonoro *“espera aí! Nós vamos te pegar. Aí é muito perigoso!”* Ariadne disse para eu esperar no mercantil próximo da parada de ônibus porque, assim, seria mais *“seguro”*. As duas jovens foram até o mercantil para “me resgatar” de meu estado de “desorientação” em campo! Eu não as conhecia pessoalmente, só pelos relatos de sua mãe, Tereza. Até então só havíamos nos falado por telefone.

Ariadne, à época com 18 anos, destacava-se pela simpatia e facilidade de comunicação. Estatura mediana, magra, olhos pequenos e meio puxados de lado, escuros cabelos cacheados presos com um coque, como sua mãe também gostava de usar. Havia terminado o ensino médio e estava na expectativa de conseguir um trabalho. Um sorriso aberto e muito extrovertia, adorava falar comigo sobre o Bom Jardim e de seus sonhos de juventude. A irmã mais nova, com seus quinze anos, era bem mais baixinha, corpo cheinho, cabelos longos e soltos, silenciosa e acanhada. Estava cursando o ensino médio que não chegou a terminar até 2012. Era mais de observar, falava pouco e praticamente não participou das conversas sobre o seu lugar de moradia, nem nos acompanhou nas caminhadas pela região. Manteve-se à distância desde minha chegada, posição também assumida por seu irmão. As duas vestiam-se de maneira bem comum à das jovens de seu território, conforme pude observar na pesquisa: short curto jeans, camisetas coladas e chinelas de dedo. Os celulares, guardavam dentro do sutiã. Depois de serem assaltadas no Grande Bom Jardim, passaram a guardá-lo no cós do short, por debaixo da blusa. Outra prática comum entre as jovens deste território nos apresentamos e sorrimos bastante do meu nada apurado senso de direção e de localização geográfica! Seguimos em caminhada de reconhecimento (MAGNANI, 2008) do local, a primeira de muitas durante a pesquisa exploratória.

Desde então, nos retornos ao Grande Bom Jardim, tive de aprender a observar melhor por onde passava, olhar as placas, fixar certas ruas e prédios para marcar o caminho, confirmando com os motoristas dos ônibus ou trocadores se estava no trajeto acertado ao Bom Jardim. E, alguns passageiros ao perceberem que eu era “de fora”, ajudavam-me a descer nas

paradas corretas de maneira hospitaleira e atenciosa. Jamais fui constrangida ou sofri qualquer furto, roubo ou assalto nestas andanças pela região, mesmo quando adentrei algumas de suas reconhecidas “favelas”. Havia os “conhecidos” e “amigos” de Ariadne, não precisávamos temer, pois estávamos “protegidas” dentro daqueles espaços, dizia-me.

Os detalhes aqui narrados não são um desvio do foco, digressões da autora ou distração para o leitor. Ao contrário, constituíram-se de vestígios indiciários do campo que me auxiliaram a pensar sobre as *diferenciações sociais* internas ao bairro e das significações destes espaços para os seus moradores, das classificações e estigmas sócio territoriais existentes na região, da produção de fronteiras simbólicas construídas pelos próprios residentes quando falavam de pessoas e territórios. A nomeação dos espaços urbanos dentro dos territórios e bairros do Grande Bom Jardim parecem seguir uma hierarquização de valores morais estabelecidos pelos moradores, havendo uma relação entre proximidade e distância geográfica e social considerada a partir de seus lugares habitados (CERTEAU, 1994). As microrregiões morais inscritas no Grande Bom Jardim –ele mesmo uma região moral (PARK, 1978) tomando a cidade como contexto de referência – são demarcadas, por alguns moradores, por alusão aos seus territórios e às suas próprias microredes de relações locais. Nestes processos relacionais, as marcas da estigmatização sócio-territorial – vinculada à precariedade socioeconômica e à violência urbana – terminam por serem transferidas para outros espaços e pessoas, operando esforços de “limpeza moral ou simbólica” (MACHADO DA SILVA, 2008) sem garantias de êxito de redefinição de seu lugar social na cidade. Um ponto recorrente no outro território no qual realizei o trabalho de campo: o Marrocos¹⁰⁰.

Outro aspecto considerável neste lugar chamado Mela Mela era a ambígua sensação e sentimentos expressos de medo e *insegurança* presentes nos discursos locais associados a pessoas e territórios específicos dentro de uma mesma região estigmatizada na cidade de Fortaleza. Não falo do medo, propalado na mídia local, atribuído à “favela”, aos “pobres da periferia”, aos “bandidos-vagabundos da periferia”, para usar os termos presentes nas modelizações negativas de caráter moral propaladas nos jornais e na mídia televisiva de Fortaleza quando falam sobre territórios urbanos estigmatizados. Refiro-me ao medo na favela, sentido e vivido pelas pessoas que residem nestes territórios, na sensação de “acuamento” relatado por algumas moradoras, na evitação de sentar-se nas calçadas, no andar apressado pelas ruas, quase que se esquivando de um risco difuso. Parece que seus territórios, de fato, não lhes pertencem e um pertencimento local também frouxo para minhas

¹⁰⁰ A narrativa do trabalho de campo realizado neste território e em seu entorno encontra-se registrada no item seguinte.

interlocutoras. A tal “proteção” da qual falava Ariadne não parecia encontrar respaldo nas experiências de moradoras mais antigas e tornou-se menos frequente no cotidiano destes territórios, com relação aos espaços de evitação e risco *versus* os lugares de proximidade e segurança. As fronteiras entre estes espaços mostravam-se cada vez mais tênues, relacionais e fluidas, aproximando as percepções de seus moradores sobre um Bom Jardim como lugar de medo e insegurança.

Dessa maneira, não era também recomendável para uma “estranha” como eu, entrar sozinha no espaço dos “outros”. Era preciso “ter conhecimento”, saber de seus códigos locais e “ser reconhecida” no lugar para andar por estas margens das margens. Inicialmente isto requer que, se você vai entrar nestes espaços urbanos, reconhecidos como “favelas”, deve conhecer algum morador local. Caso contrário, entrar “perdido”, sem conhecer ninguém de lá, pode ter dramáticas consequências. Em 2008, ser assaltado ou roubado era o básico que poderia ocorrer, porque estas práticas haviam se tornado rotineiras mesmo com relação aos moradores locais e assim permaneceram até final de 2009. Após este período, os roubos e assaltos a moradores (as) e dentro deste território foram proibidos. Os homicídios, ao contrário, aumentaram. Então, entrar e sair do território só se fosse acompanhada de minhas interlocutoras. Este foi um cuidado preliminar tomado por Tereza para, de certa maneira, “me proteger” em campo. Situações simples do dia a dia como visitar um familiar na localidade, esperar ônibus na parada ou ir a uma mercearia próxima transformavam-se em atividades “de risco” neste período. Riscos do sobressalto de tornar-se alvo da violência difusa.

Estar na parada de ônibus, aguardando a condução para ir para minha casa, era um momento tenso para Tereza e para mim. A parada de ônibus fica na rua principal, em frente a uma escola municipal, cerca de uns dois quarteirões de sua residência, bem ao lado da rua de entrada do Mela Mela. Cerca de quatro (04) pessoas foram assassinadas ali, dentre estas um vigia que trabalhava nesta escola. Tereza mantinha-se em alerta constante. O olhar fixado para quem entrava e saía desta rua, na entrada do Mela. Atenta, principalmente, às motos e aos carros pretos, com vidros fumê escuros, porque eram compatíveis com as descrições dos veículos usados por facções rivais para invadir territórios “inimigos” e/ou executar pessoas na região. Este território encarnava uma fronteira tensa e conflituosa no interstício dos bairros Bom Jardim e Granja Portugal. E para tentar minimizar os riscos de “estar lá”, eu deveria entrar e sair da localidade em sua companhia ou de sua filha.

Contudo, não havia garantia nenhuma de “segurança” só por estar acompanhada de pessoa do lugar. Dependia da posição ocupada pelo (a) morador(a) nestas tramas relacionais. Quanto mais o morador estivesse próximo de pessoas e lugares vinculados ao

mundo do crime ou ele mesmo ser um de seus membros diretos, mais ariscado tornava-se estar e conviver nestas margens e com essas pessoas. As “mulheres-mães-avós”, “trabalhadoras” e fundadoras do lugar pareciam gozar de certa autoridade e respeito local, mesmo por parte de alguns dos jovens envolvidos com práticas criminosas e considerados “perigosos”. Digamos que, conhecê-las e/ou estar com elas constituía, simbolicamente, uma autorização social tácita de “estar ali”. Não necessariamente de “ser aceita”! E muito menos que a suposta “segurança” seja plenamente garantida. Havia ainda os riscos das temidas “balas perdidas” ou “balas achadas” por gente que se considerava “não ter nada a ver” com os tensionamentos e conflitos locais. Gente que “morreu de graça”, só porque estava “no canto errado, na hora errada!”, disseram-me algumas de minhas interlocutoras. Condição de vulnerabilidade/risco posta tanto aos “estranhos”, como aos moradores locais. Esta condição de insegurança, tensionamento, do estar em “vigília” era constante nos relatos das interlocutoras e, parece-me, estruturante do viver nas margens das margens, no Mela Mela.

Com Tereza estabeleci os primeiros diálogos informais sobre a condição de pobreza, a região, seus territórios e seus moradores. Consegui realizar as “visitas” preliminares ao local e obtive acesso a outros residentes, por meio de sua rede de relações familiares e de vizinhança. Tereza é uma dessas “mulheres-mães-avó”, “trabalhadora” e fundadora deste território. Estatura baixa, parda, cabelos castanho escuros e geralmente presos por um improvisado “coque”, olhos pequenos e expressivos. Fala com serenidade, sabedoria e firmeza. Traz no rosto um sorriso tímido, que se desfaz com bastante facilidade e se esconde por entre um semblante de preocupação e altivez diante dos percalços da existência diária. A cada dificuldade responde que “é preciso continuar, se ficar parado morre mais depressa. É preciso lutar. A vida é assim mesmo e a gente tem que caminhar, enfrentar!” E ela luta com uma força e coragem de fazer vergonha aos “fracos de alma” que se despedaçam diante das mínimas dificuldades encontradas! Reside no local desde os doze anos de idade quando migrou do interior para “ajudar os pais, trabalhando em casa de família”. Cuidar da sua família era a sua grande preocupação. A maior conquista era a casa própria¹⁰¹ construída por ela em terreno ocupado ainda nos anos 1980.

Aos 46 anos, Tereza conhecia praticamente todos (as) os (as) vizinhos (as), antigos e novatos, os “envolvidos” e os “não envolvidos” com o mundo do crime. Tentava

¹⁰¹ Nesta pesquisa, a casa própria constituiu-se em valor importante nos discursos nativos. Constitui-se em referência singular para construção de suas auto-imagens e imagens dos residentes *outros*, nestes territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. Importa salientar que “a importância da casa como referência básica da identidade social dos pobres urbanos” no Brasil foi amplamente discutida nos chamados “estudos sobre os pobres urbanos” compreendidos, em especial, por Durham, 1978; Sarti, 2007; Zaluar, 1994.

administrar o equilíbrio tênue entre aproximação e distância com relação aos jovens envolvidos com o mundo do crime. Afinal, conhecia a maioria deles desde que nasceram. Muitos já haviam morrido, assassinados. E outros “novatos” chegavam e encarnavam um risco a mais para os moradores, conforme alertou-me: “tem uns novatos por aí, estes eu não conheço bem”. E tem os “de fora” – “inimigos” disfarçados de “amigos” – que ficam observando para levar informações para os jovens de outras facções¹⁰² (criminosas) rivais, de territórios vizinhos. Com estes, é preciso tomar mais cuidado ainda para não ser enredado em intrigas e vinganças, cujo preço maior pode ser a vida. Tereza trabalhava como diarista. Nos dias de folga, fazia comida para vender na localidade. Seus principais clientes: os “meninos”¹⁰³, que passam o dia pelas ruas, envolvidos nas atividades do tráfico. As “bocas de fumo” ou “bocadas”¹⁰⁴ eram próximas, bem próximas e isto tornava a venda dos “pratinhos de comida”, um negócio interessante enquanto a situação estivesse tranquila. Sim, havia um “tempo de matança” e um “tempo de calmaria”, alertara-me Temporalidades distintas em um mesmo território. Quando cheguei na localidade em 2008, estava em “tempo de calmaria”. A partir de 2010, chegara o “tempo de matança” prolongado e adensado até 2012, redefinindo as rotinas dos (as) moradores (as).

Minha interlocutora-chave mostrava-se atenciosa e disposta a me escutar e responder aos meus inúmeros questionamentos de pesquisa. Como tinha que trabalhar fora, não podia me receber em sua casa com tanta constância. Então, encarregou sua filha mais velha (18 anos à época), Ariadne, que havia concluído o ensino médio naquele período. Estava aguardando um trabalho temporário em pequena fábrica de confecções do bairro. Enquanto estivesse “livre”, ou seja, sem trabalhar, poderia estar comigo na pesquisa. A casa de Tereza era também meu “ponto de apoio” neste território. E, no início, resisti à ideia de considerá-la como sujeito de pesquisa, dado o nível de envolvimento afetivo estabelecido com ela e sua filha. Compreendi, enfim, sua importância fundante nas redes relacionais tecidas em campo entre esta pesquisadora e os (as) demais narradores (as), bem como a necessidade de

¹⁰² Esta nomeação “facções” foi apreendido no campo, no diálogo com minhas interlocutoras. Lá não chamavam frequentemente de “gangues”, mas de “facções” ou “grupos rivais”. A depender do contexto discursivo, facção poderia referir-se aos grupos vinculados ao mundo do crime ou aos micro empreendimentos de produção local de roupas e lingerie.

¹⁰³ Assim são denominados os jovens envolvidos com o mundo do crime nos dois territórios estigmatizados nos quais tive acesso às suas redes relacionais e realizei minha pesquisa de campo. Estes “meninos” são assim denominados quando fazem parte das redes relacionais destas localidades, significando serem conhecidos e reconhecidos dentro de seus espaços vividos. Em geral são aqueles que os (as) interlocutores (as) afirmam conhecer desde criança e fazem parte de suas redes de afetos. Os outros jovens envolvidos com o mundo do crime considerados “estranhos” e socialmente distantes do universo relacional local são nomeados de “bandidos”, “vagabundos”, “marginais”.

¹⁰⁴ Palavras sinônimas usadas nestes territórios para designar locais de comercialização e consumo de substâncias ilícitas, tais como maconha, cocaína e crack.

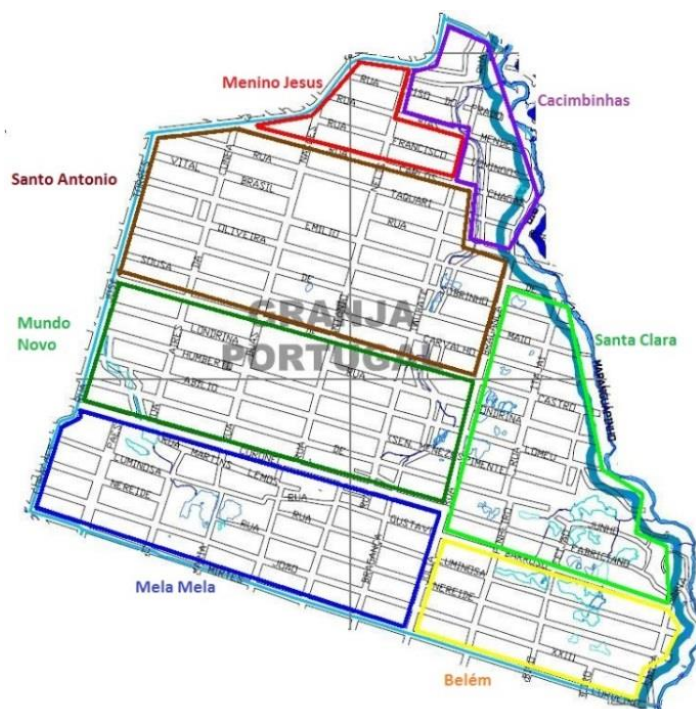
esforçar-me por garantir o distanciamento crítico indispensável neste experimento investigativo.

Ao lado de Ariadne, atravessei, a pé e por algumas semanas – nos períodos de outubro e novembro de 2008 e depois junho a julho de 2009 – espaços dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim considerados mais socialmente precários e aqueles melhor atendidos em termos de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais estatais e da sociedade civil. Nestes primeiros momentos de entrada em campo, tentei realizar o que Magnani (2008) chama de *caminhadas de reconhecimento do lugar*: Andei por ruas centrais dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim, área com intenso comércio, praças, igrejas principais, com melhor infra-estrutura urbana. Fui a duas feiras-livres nos dois bairros. Atravessei territórios fronteiriços, becos, vielas e conheci três localidades conhecidas como “*favelas*”. Conheci a escola na qual Ariadne concluiu o ensino médio. Fez questão de me levar até lá. Visitei instituições estatais e municipais de assistência social e de cultura implementados nos citados bairros e conversei com alguns de seus profissionais, com destaque para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) e dois Centros de Saúde da Família (CSF). Ariadne guiou-me por partes do labirinto Grande Bom Jardim (2008-2009), por territórios situados nos interstícios dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim. Conduziu-me por lugares antes desconhecidos e distantes geográfica e simbolicamente para mim. Neste momento de pesquisa exploratória, optei pela observação direta e adotei a caderneta para registro de meus percursos no campo, dos elementos registrados em conversas informais, percepções, sentimentos, insights. Durante nossas caminhadas pela região, conversávamos sobre o viver na região, sua infância e juventude, seus sonhos e projetos de futuro¹⁰⁵, sua “revolta” com a situação do território e dos jovens do Bom Jardim que, segundo afirmava, reiteradamente, “também tinham o seu lugar”.

Outro aspecto a salientar nos percursos da pesquisa, diz respeito às divergências existentes entre as identificações sócioterritoriais específicas destes interlocutores e os limites geográficos estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) através de seus órgãos e mapas oficiais e/ou mesmo com referência à “região”. As interlocutoras identificavam seu local de moradia como pertencente ao Bom Jardim, em dissenso com a identificação da Prefeitura Municipal de Fortaleza que o situa no bairro Granja Portugal. Em suas narrativas e práticas espacializadas, os interlocutores explicitavam suas formas singulares de apropriar-se do espaço e transformá-lo em um *lugar habitado* (CERTEAU, 1999). Seus

¹⁰⁵ As versões de minha interlocutora-chave – e dos demais narradores desta pesquisa – sobre pobreza, lugar e margens encontra-se no quarto capítulo.

Figura 7 - Localidades da Granja Portugal



Em meio às fronteiras e pertencimentos líquidos existentes nas localidades e entre elas, selecionei para observação, dentro da dinâmica dos contatos estabelecidos no Mela Mela, três “pedaços” de ruas consideradas “violentas” e discriminadas como “favelas” e “áreas de risco” no discurso oficial e por seus moradores. Estas ruas estreitas e com precária infraestrutura urbana são contíguas a uma das partes da conhecida rua Luminosa, no limite do chamado “Cotovelo da Morte”¹⁰⁶. As ruas nas quais constitui minha rede de entrevistas se interconectam nas fronteiras entre os bairros Granja Portugal e Bom Jardim. Estes dois bairros têm como limite geográfico entre si a rua Mirtes Cordeiro, havendo interconexão entre as localidades Mela Mela e Belém – na Granja Portugal – com a chamada Comunidade do Bom Jardim – no Bom Jardim. No decorrer deste reconhecimento do espaço, priorizei o contato estabelecido com moradoras desta localidade *Mela Mela*, residentes nesta faixa fronteiriça entre os bairros Granja Portugal e Bom Jardim. Nas versões das interlocutoras, sua localidade situa-se no Bom Jardim, advogando sua identificação com este bairro. Para melhor visualização das divisões sócio espaciais internas dos citados bairros, apresento abaixo as figuras (nº 6 e 7) elaborados pela equipe de coordenação do PRONASCI da Secretaria

¹⁰⁶ Designação atribuída por moradores do Mela Mela para o encontro de três ruas contíguas que se fundem com a rua Luminosa formando um côncavo ou curvatura acentuada que, de acordo com moradores, assemelha-se a um cotovelo dobrado. Neste local, ocorrem com relativa frequência, perseguições, assassinatos/execuções e tiroteios com vítimas fatais. Casas de moradores deste local já chegaram a ser invadidas durante perseguições feitas por facções rivais e consumado execuções sumárias. Daí a denominação de “Cotovelo da Morte”.

Executiva Regional V, a partir das percepções de lideranças e moradores participantes do mapeamento da região realizado durante a implementação deste programa federal.

No Mela Mela, Ariadne apresentou-me, então, a outros moradores locais, vizinhos(as) próximos(as), jovens amigos(as) da época de escola. Destacou que, alguns destes, tomaram *caminhos diferentes*, em referência ao envolvimento ou não com as “*práticas criminosas*”. No decurso destes contatos, foi sendo estabelecida uma *rede de entrevistas*, contando com a colaboração de parentes, “amigas” e vizinhas de Ariadne e Tereza, moradoras das ruas contíguas às delas. Ariadne fazia o contato prévio e quando as pessoas aceitavam dialogar comigo, conduzia-me às suas casas e me deixava lá para “conversar à vontade” com elas. Antes de retornar para sua residência, recomendava para que a moradora me conduzisse de volta. Então, eu me apresentava e esclarecia os objetivos da pesquisa. Todas as moradoras apresentadas por Ariadne aceitaram, prontamente, conversar comigo e participar da pesquisa.

A escolha das narradoras seguiu, neste território, as andanças e contatos possíveis de serem estabelecidos nesta localidade, considerando dois únicos critérios: residir na região e fazerem parte das microredes relacionais locais. Realizei um total de nove (09) entrevistas com residentes do Mela Mela, sendo sete (06) moradoras antigas – entre 30 e 40 anos no local – e duas (02) jovens nascidas no Grande Bom Jardim. Com exceção das entrevistas de Tereza¹⁰⁷ e sua filha Ariadne¹⁰⁸, todas as demais foram realizadas nas residências das interlocutoras. Compreenderam três períodos diferentes: três (03) entrevistas *semi-estruturadas* em 2008¹⁰⁹ para subsidiar a construção do projeto de pesquisa; uma entrevista em profundidade em 2010¹¹⁰; e mais cinco em 2011, durante o trabalho de campo propriamente dito. Todas estas entrevistas foram gravadas e transcritas, com uma média aproximada de duração entre 40 a 120 minutos cada. As duas primeiras entrevistas funcionaram como um pré-teste do roteiro, que passou por revisões. Para realizar as entrevistas em profundidade, reformulei novamente o roteiro preliminar, a fim de adequá-lo às necessidades da pesquisa e

¹⁰⁷ Entrevista realizada em 2010 em meu apartamento, a fim de garantir maior tranquilidade e resguardo de informações à entrevistada, sobretudo, nos aspectos que ultrapassavam o limite da legalidade instituída.

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 2011 na casa de sua avó, na mesma localidade.

¹⁰⁹ Realizei ainda outras duas entrevistas em 2008 com moradora do Mela Mela e da Barra Mansa. Uma delas desconsidereei neste texto final porque a entrevistada mudou-se do Grande Bom Jardim. A outra, inclui dentre os representantes do grupo de moradores de territórios circunvizinhos aos territórios Mela Mela e Marrocos.

¹¹⁰ Esta entrevista realizada em 2010 foi realizada por indicação do professor de Tópicos Avançados em Metodologia para subsidiar a reformulação do projeto de pesquisa original em função dos vestígios indiciários do campo em diálogo com a teoria e debates vivenciados durante o doutorado até então. Foi realizada fora da localidade para garantir mais privacidade à interlocutora-chave. Durante este período, fiz ainda entrevistas semi-estruturadas com conselheiros do Conselho Estadual da Política de Assistência Social, representantes dos usuários desta política em âmbito estadual. Acompanhei diretamente as eleições e depois agendei as entrevistas em seus locais de moradia: abrigo do grupo Shalon, no Centro de Fortaleza; em escola pública, no município de Maracanaú. Até o primeiro semestre de 2010, a Política de Assistência Social tinha centralidade em minha pesquisa, sendo redefinida no segundo semestre deste mesmo ano.

incorporar novos elementos identificados no campo. Este roteiro¹¹¹ passou a orientar todas as demais entrevistas realizadas durante o trabalho de campo também em outro território da região no qual realizei minha pesquisa¹¹².

Um dos limites vividos no campo foi não ter encontrado nenhum morador do sexo masculino que se dispusesse, ao menos, a conversar comigo, sequer informalmente. Mesmo o filho de minha interlocutora-chave, Tereza, estabelecia o mínimo de contato verbal comigo, embora atento aos meus movimentos e fazendo advertências à sua irmã para tomar cuidado por onde estava andando comigo e o que estava falando nestas saídas pelo bairro. Ele recusou todas as minhas investidas de conversar sobre seu território vivido ou de me apresentar seus “amigos” e “conhecidos”. Quando eu estava em sua casa, havia muitos jovens, de ambos os sexos, na rua e em frente à sua residência. Conversavam rapidamente com ele, “trocando uma ideia”, observando, cumprimentando-o pela janela que dava para a rua. Chegavam de moto, de bicicleta, a pé. Ficavam alguns minutos conversando e olhando, depois iam embora. Às vezes, ele saía junto com os “amigos” e/ou com a namorada. Era uma pessoa bastante “considerada na área”, para usar os termos locais. Estes jovens mantinham em relação a mim uma distância vigilante, em especial aqueles “envolvidos” diretamente na dinâmica do tráfico de drogas materializado, sem disfarces ou esquivas.

A residência de minha interlocutora-chave ficava próxima de uma das tantas “*bocas de fumo*” existentes neste fragmento do Mela Mela. Então, já em março de 2012 quando retornei à localidade pela última vez, bastava olhar pela janela da casa e era possível observar o movimento do narcotráfico local e ser também alvo de observação dos “*meninos*” envolvidos com o “*mundo do crime*” em todos os meus deslocamentos. Acredito que os conflitos e confrontos violentos entre “*facções rivais*” e com a polícia, bem como o acirramento das “*operações policiais*” nos territórios estigmatizados ocorridos nos anos subsequentes à minha entrada em campo contribuíram para esta dificuldade de aproximar-me dos jovens locais do sexo masculino. Um outro aspecto que pode ter dificultado a obtenção de entrevistas por parte dos jovens do sexo masculino é a condição de gênero desta pesquisadora. Neste universo masculino, é difícil para uma mulher estranha conseguir aproximar-se. A fala para os homens nestes territórios parece interdita ou, por demais, ariscada, sendo evitada, sobretudo, com “*estranhos*” e “*distantes*”. O fato de ser a pesquisadora do gênero feminino parece, ao contrário do que ocorria com relação aos “*homens*”, ter me aproximado das

¹¹¹ Os roteiros de entrevistas usados nesta pesquisa encontram-se nos anexos no. 01 e 02.

¹¹² Embora tenha priorizado o trabalho de campo realizado no Marrocos, os “*dados de campo*” construídos em outros territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim também foram considerados nesta tese.

interlocutoras, garantindo, até certo ponto, “confiança” e “cumplicidade” em narrarem suas situações vivenciais. Estas “mulheres-mães-avós” foram as falas autorizadas possíveis de serem pronunciadas neste território. Vozes que, emanadas do espaço privado de suas casas, tornaram-se os “fios de Ariadne” que me auxiliam a tentar compreender as significações de pobreza e lugar nestas margens urbanas.

Narrativas, portanto, circunstanciadas no território do Mela Mela localizado na parte mais antiga e precariamente urbanizada do Grande Bom Jardim, nos interstícios dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim. A maioria das casas, nas quais entrei nesta localidade, tinha características similares: estreitas, escuras e pouco ventiladas; com porta e janela principais voltadas direto para a rua e, via de regra, gradeadas; medidores de água e luz na parte externa; pinturas das paredes desgastadas num tom acinzentado. Não havia muros que separassem as casas da rua, “só” grades de ferro. O número de cômodos era variável, mas a estrutura básica era uma sala com acesso direto à rua, um quarto, cozinha improvisada, banheiro e um pequenino quintal. Havia algumas poucas residências duplex e outras adaptadas para funcionamento de um pequeno comércio na frente – bar, mercadinho ou mercearias, lanchonete – todas gradeadas. O esgoto corria a céu aberto em frente às casas nestas três ruas contíguas e por muitas outras que atravessei na área do Bom Jardim. Era possível encontrar lixo espalhados nas ruas, adensando o aspecto de “abandono” tantas vezes citado nas falas de algumas interlocutoras. Casas gradeadas e fechadas a maior parte do dia. Dependendo do horário, as ruas têm maior ou menor fluxo de pessoas, bicicletas e carros que circulam com certa constância na rua principal e dentro deste “pedaço” da “favela” do Mela Mela. São carros populares e de luxo! Aqui se inclui também a presença frequente de viaturas policiais nesta área. O turno mais “calmo” é durante a manhã até mais ou menos onze (11) horas quando os (as) alunos (as) retornam das escolas sozinhos, com amigos (as) ou acompanhados de suas mães ou responsáveis. E os turnos de fluxos mais intensos são final de tarde e noite, coincidindo com o retorno do trabalho de parcela dos (as) moradores (as), de crianças e jovens retornando das escolas. As ruas ganham ritmo intenso, com maior circulação de pessoas, aumentando também a concentração de jovens nas esquinas das três ruas contíguas.

Em verdade, é comum, ao longo de todo o dia, encontrar jovens preponderantemente do sexo masculino, sentados ou em pé observando, sozinhos ou acompanhados de outros, conversando nas esquinas. Outros jovens passam em suas bicicletas ou motos, observando o local. Movimentam-se com bastante agilidade pelas ruas, numa corrida meio frenética de do início ao final da rua na qual situava-se a “bocada”. Alguns

deixavam-se ficar de forma lenta e despreziosa nas esquinas. Vestem-se de maneira bastante parecida: shorts até os joelhos de tãctel, camisa de malha, preferencialmente das marcas *smoolder* ou pena, chinelas e bonés. Os cordões grossos de aço ou da cor de ouro, brincos pequenos em uma das orelhas, cabelos curtos num tom alaranjada na parte superior também podem ser observados no estilo destes jovens. São “olheiros”¹¹³, “aviões”¹¹⁴ do tráfico, traficante¹¹⁵ ou o “dono da boca”, ou meramente jovens conversando nas esquinas ou em frente às suas residências. As raras “meninas” que chegavam, passavam pouco tempo junto a estes jovens nas esquinas. Eram suas amigas, namoradas ou parentes.

Para os policiais responsáveis pelo monitoramento da área, as diferenças pareciam não importar, estão “todos” em “atitude suspeita”. E logo partem para as abordagens policiais corriqueiras: o “parar e revistar”, dar a busca de armas e drogas, ou seja, fazem o “baculejo” tão ojerizado pelos moradores locais. Durante minhas idas à localidade, presenciei inúmeras vezes as passagens de viaturas policiais e as reações de desconforto e apreensão de quem estava nas ruas neste momento. A polícia é ambigualmente respeitada, temida e difamada por minhas interlocutoras. A ação do destacamento policial RAIO é elogiada e considerada, diferente da polícia comunitária Ronda do Quarteirão, segundo expressou uma de minhas interlocutoras quando fala das práticas policiais: “o RAIO, eles para, pede os documentos, pergunta se deve ou se não deve (pra justiça). (...) a pior polícia é o Ronda. Polícia descomunitária porque de comunitária não tem nada. Chega esculhambando e batendo. Diz que quem mora aqui é vagabundo e merece apanhar. E é isso que fazem quando passam por aqui e encontram os ‘meninos’ nas calçadas. Revistam e metem a sola mesmo! Policial homem bate nos meninos e policial mulher bate nas meninas”.

¹¹³ Responsável por vigiar o espaço onde ocorre a comercialização de drogas ilícitas para informar sobre movimentações suspeitas ou aproximação da polícia.

¹¹⁴ Nome atribuído à pessoa que recebe a droga de traficante para revender.

¹¹⁵ Traficante é quem tem capital para comprar a droga em grande quantidade, seja diretamente do produtor, seja de distribuidores. Os distribuidores – “traficante grande mesmo” – não residem em suas “favelas”. São “de fora”. Quando precisam, vão até eles em busca de comprar drogas em grande quantidade para revenda em seus territórios e armas para defendê-los e enfrentar os “inimigos”. O traficante que comanda a comercialização em determinado território é chamado de “dono da boca ou da bocada”. “Boca” ou “bocada” é o local da venda de droga ilícita (maconha, cocaína ou crack) e na qual concentram-se alguns dos membros do grupo responsável por sua comercialização em determinado território. Estes grupos são chamados de “gangues” ou de “facções” (criminosas) ou simplesmente são tratados como “grupo dos meninos”. Os traficantes são jovens e destacam-se por andarem com armas de fogo e com suas motos quando circulam na “sua” localidade. São responsáveis diretos pela defesa de seus territórios de comercialização de drogas em relação à polícia e aos grupos rivais. A droga entregue “em confiança” para revenda ou diretamente vendida aos consumidores é cobrada em dinheiros, mercadorias ou serviços pessoais. E se não for paga nos prazos estabelecidos, é cobrada pela força da arma de fogo. Não pagar significa estar “ameaçado” de espancamento, expulsão ou assassinato. Depende da dívida, do devedor e do cobrador, bem como das negociações possíveis entre estes. As cobranças a seus “devedores” quando descumprem seus “compromissos” com o “dono da bocada” e/ou com seus “aviões” podem ser feitas diretamente pelo traficante e/ou por seus “parceiros” ou encomendada a terceiros. Contratam os chamados “matadores de aluguel”. Jovens especializados pelo assassinato de desafetos do grupo que domina determinado território. O serviço pode ser, assim, terceirizado.

Em uma das entradas da localidade, os fundos de uma escola e de uma casa duplex compõem uma comprida parede com pintura desbotada e repleta de pichações contra a polícia (o Ronda). A calçada elevada e a localização próxima à uma das entradas do Mela Mela e de frente para a rua central que permite visualizar as entradas adjacentes das outras duas ruas contíguas transformou-o em ponto de concentração dos jovens locais, sobretudo, dos envolvidos com o tráfico. Estes jovens apelidaram o local de “paredão”. Alguns destes jovens envolvidos no tráfico ficam no “paredão” conversando, observando o movimento e outras vezes, vendendo drogas. É o local que demarcam como “seu” e tornou-se também espaço de frequentes “paradas e revistas” por parte dos policiais. Neste “paredão”, alguns jovens escreveram a seguinte frase em letras maiúsculas: “157¹¹⁶ Não tem pro Ronda”. Uma maneira de demarcar seu “pedaço”, que foi recebida como afronta pelos policiais. Policiais do Ronda fotografaram o “paredão” e lançaram suas respostas ofensivas repassada pelos moradores: “não tem pro Ronda, mas tem pro GATE¹¹⁷ e COTAM”¹¹⁸, segundo afirmou uma interlocutora. E intensificaram as abordagens nestas três ruas contíguas do Mela Mela.

Em conversas informais e durante as entrevistas gravadas, as interlocutoras são unânimes em ressaltar constantes abusos de autoridade e uso de violência física e verbal por parte de policiais com relação aos moradores. Estas abordagens policiais na área – preferencialmente direcionadas aos jovens do sexo masculino que estiverem nas ruas, em suas esquinas em particular – parecem introduzir um espaço intervalar na temporalidade cotidiana, conforme presenciei algumas vezes. Com a chegada da viatura, era como se o tempo ficasse suspenso, parado, registrando um “espetáculo” meio ensaiado – por ambas as partes, policiais e moradores – diante do “aparecimento da lei e da ordem” estatal tão corroídas nestes espaços às margens. Durante a chegada e passagem da viatura policial, a maioria dos vizinhos para ou anda devagar (quase em câmera lenta), olhando a cena, aguardando o que vai acontecer. Outros passam indiferentes e seguem seus caminhos, afastando-se do “acontecimento”. O que parece denotar tanto uma tentativa de não se sentir parte daquela situação, como se já fosse paisagem naturalizada de suas existências nas margens da cidade.

Quando os policiais descem do carro com armas (no caso, fuzis e pistolas) em punho e executam o procedimento do “parar e revistar”, instaura-se um silêncio generalizado por parte de quem estiver nas ruas ou dos que forem saindo de suas casas para observar, sobretudo, identificar se há algum parente ou “amigo” envolvido na situação. Praticamente

¹¹⁶ Referente ao artigo 157 do Código Penal Brasileiro relativo a *assalto a mão armada*.

¹¹⁷ Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) – 3ª. Companhia/CIA da Polícia Militar de Fortaleza.

¹¹⁸ Comando Tático Mototizado (COTAM) – 2ª. Companhia/CIA da Polícia Militar de Fortaleza.

ninguém ousa aproximar-se, fazer ou falar algo, conforme pude observar em campo. Em uma destas abordagens policiais, fiz registros fotográficos desautorizados, de maneira furtiva, sob os protestos insistentes de Ariadne porque temia “ter confusão com os policiais e quererem tomar o celular”.

Figuras 8 e 9 - Abordagem policial no Mela Mela



Fonte: da própria autora – 13/05/2011

Terminada a ação policial, se ninguém for preso, discriminado verbalmente ou espancado, a vida segue nesta “favela”. A polícia ia embora, os “meninos” se dispersavam momentaneamente, os (as) demais moradores (as) continuavam suas rotinas. Caso contrário, se ocorresse abuso de poder e/ou violência física policial contra morador, a situação poderia tornar-se mais tensa e conflituosa. Segundo uma de minhas narradoras, a violência policial

ocorre com mais frequência nas madrugadas, quando a maioria dos moradores está dormindo. Mas podem ocorrer durante o dia, provocando discussões entre moradores e parentes e/ou “amigos-vizinhos” da “vítima”. São geralmente as mães as figuras mais iminentes no “bate boca” nas ruas diante das arbitrariedades policiais. Elas se ariscam posicionando-se e falando contra a polícia, chamando programas policiais, expondo-se com denúncias contra a polícia, os governos ou “traficantes” que ameaçarem as vidas de seus filhos na área. Chegam também a “negociar” com “traficantes” para tentar “salvar” a vida de seus filhos em casos de dívidas de droga, acusações e ameaças de morte. E dependendo da posição destas “mulheres-mães-avós” – as fundadoras e “trabalhadoras” têm prevalência nesta hierarquia social – do seu “saber viver” no local – que envolve códigos e práticas específicas – e da “dívida ou falta” cometida por seus filhos, podem ser atendidas ou incluídas nas “punições”. O “falar” neste território é uma prática ariscada e deve ser feita com cautela sobre quem, o quê, para quem e em que tempo se fala. Em tempos de acirramento de disputas nos territórios, falar sobre acontecimentos e pessoas pode colocar em risco a vida do “falante” e de sua família.

Situado nos interstícios Granja Portugal-Bom Jardim, este território conta com alguns equipamentos sociais e serviços públicos disponíveis em seu entorno. Entretanto, as fronteiras simbólicas erigidas entre territórios – com efeitos reais na dinâmica local – restringiam ou mesmo impediam o acesso de seus moradores a esta rede sócio-assistencial por localizarem-se em espaços comandados por grupos rivais. Esta “presença do Estado” no local, com equipamentos sociais próximos e com frequência de viaturas policiais, não abrandava em nada a tensão e os sentimentos de medo e insegurança recorrentes nas falas e gestos dos moradores durante conversas informais, entrevistas gravadas e situações observadas. Nem mesmo os espaços das casas eram considerados “seguros” pelas interlocutoras. Relataram execuções sumárias e/ou tentativas de assassinatos ocorridas nas calçadas em frente às suas residências ou mesmo dentro das casas de vizinhos e/ou “amigos”. Os “assassinos”, segundo os relatos das interlocutoras, invadem as casas e executam as pessoas. As fronteiras instituídas entre *territórios* em virtude dos conflitos entre “*facções rivais*” também são muito fluidas e não é permitido a uma estranha como eu aventurar-me sozinha nestes espaços. Mesmo as conversas informais e entrevistas gravadas nas residências das interlocutoras ocorreram sob tensões e reservas. Fiz, reafirmo, as andanças, observações e entrevistas possíveis em meio às intensas tensões e conflitos presentes neste território, sobretudo, com referência às disputas entre “facções rivais” e aos homicídios intensificados nestes anos de 2010 a 2012.

No primeiro ano do doutorado, 2010, estive afastada do Mela Mela. Mantinha contatos telefônicos com minha interlocutora-chave e ficava sabendo de algumas

mudanças¹¹⁹. Conforme informei, as entrevistas deste ano ocorreram fora da localidade. A partir de 2010, as práticas de roubos e assaltos foram proibidas pelos “traficantes”, os “donos” da área. A ordem geral, que nenhuma das interlocutoras ousou revelar-me, era direta e ofensiva: quem roubasse ou assaltasse dentro do território seria punido. A punição ia desde os espancamentos, expulsão até a morte sumária encomendada e executada prontamente. Regra geral aplicada aos envolvidos com o “mundo do crime” residentes no Mela Mela e, prioritariamente, aos “de fora”, considerados “inimigos” por fazerem parte de “facções rivais” ou manterem relações de “proximidade” com estas. Segundo uma de minhas interlocutoras, o local estava mais “calmo” em termos dos roubos e assaltos, sentia-se “protegida através deles, os bandidos da área”. A suposta “proteção” aos moradores se fazia ao custo de muitas mortes ocorridas entre jovens residentes neste território e nas circunvizinhanças, considerados “inimigos”, “ameaças” “de fora”. Diminuíram os assaltos e roubos a moradores locais, aumentaram as “mortes matadas”: “balas perdidas”, “mortes por engano”, assassinatos/execuções de jovens de ambos os sexos, com preponderância daqueles do sexo masculino.

Retornei ao Mela Mela em maio de 2011, quando realizei as últimas entrevistas neste território. Fiz a observação direta quando me era permitido entrar. Tentei nova aproximação no início de 2012, contudo, as tensões e conflitos no território ainda estavam bastante agudizados. Minhas interlocutoras-chave já não estavam mais “disponíveis” para me receber em suas residências. As idas a esta localidade foram sistematicamente desmarcadas ou adiadas. Ainda em meu retorno em 2011, senti um maior tensionamento no território. Minhas interlocutoras centravam seus discursos na violência urbana local, apesar do roteiro de entrevista não conter perguntas diretas sobre esta temática. Falar sobre seu território e suas microrelações para elas remetia à violência a que se sentem submetidas – colocando – a si e às suas famílias na posição de vítimas – vulneráveis e amedrontadas diante do sobressalto da violência e, diziam, “sem ter a quem recorrer”. Em suas narrativas, a referência ao medo e à insegurança estava associada ao seu lugar de moradia, em especial, o espaço da rua que deveria ser evitada porque transformada em campo de enfrentamentos entre facções rivais, homicídios/execuções, perseguições a membros de outras facções que tentavam invadir seu território fosse para matar algum “inimigo”, “vingar” algum “parceiro” executado, cometer assaltos, observar para levar informações às suas facções ou atravessar o local. A rua também

¹¹⁹ De 2010 a 2012 não foi possível reencontra-me com Teresa na casa de sua “patroa”, minha amiga porque ela estava cursando doutorado em outro estado. A partir de 2010, minha interlocutora passou de trabalhadora doméstica com carteira assinada a diarista. Mais um elemento dificultador de nossos encontros em seu território.

é o local das “operações policiais”, da aglutinação de jovens envolvidos no tráfico, de possíveis “balas perdidas”. Deveria ser evitada e usada funcionalmente para os deslocamentos rápidos e cheios de preocupações em observar e, se possível, antecipar-se ao sobressalto da violência. “Rua” traduzida em espacialidade do medo e da insegurança para seus moradores.

Neste início de 2011, nos meses de fevereiro a maio, havia uma “guerra” declarada e intensificada entre as facções rivais e entre estas e a polícia. O local tornou-se de constantes operações policiais para enfrentamento da violência, com destaque à polícia de “inteligência” que andava disfarçada nesta área, somadas ao policiamento ostensivo mais intenso e ações preventivas da violência e das drogas ilícitas vinculadas ao PRONASCI no Grande Bom Jardim, em efetivação nesta região desde 2010. Tereza falava da ameaça da gangue dos “irmãos Jack”¹²⁰, dois primos responsabilizados por gerar “terror” no Bom Jardim. Havia rivalidades entre estes e os “meninos” do território de Tereza – em parte do Mela Mela – e do Marrocos. E no meio da “guerra”, os moradores. A presença da polícia não chegava a trazer tranquilidade aos residentes do Mela Mela. Ao contrário, era também motivo de tensão e medo declarado pelas interlocutoras, em especial, o Ronda do Quarteirão.

Ariadne me falava que os “meninos” estavam “entocados” ou “encapados”. Dizer “os meninos estão entocados” significava que estavam escondidos em virtude de uma série de confrontos violentos ocorridos na área entre “facções criminosas” rivais mediante as perseguições policiais em curso neste período. Alguns encontravam-se “encapados” porque estavam ameaçados de morte, ou nas palavras de jovem da área, estavam com “a cabeça na seda” (do caixão de defunto) e poderiam virar “churrasco”¹²¹, sendo assassinados ou eliminados pelos ditos “seus inimigos”. Nos anos subsequentes à minha primeira ida ao Mela Mela – de 2010 a 2012 – um novo ciclo de mortes violentas envolvendo jovens ocorreu na localidade, de acordo com registro de minhas interlocutoras e segundo noticiado nos jornais locais. Estes jovens apareciam na mídia na posição ambígua de “vítimas” e “bandidos”, nas duas posições eram projetados como culpados por seu “destino” que se tornou naturalizado no discurso midiático reproduzido no senso comum: “o destino de bandido/vagabundo é cadeia,

¹²⁰ A dupla formada por José Elias Alves Lino (24 anos) e seu primo Messias Lino de Oliveira (23 anos) era conhecida por “Irmãos Jack”, que realizavam práticas criminosas – sendo acusados de cerca de vinte homicídios – nos territórios do Bom Jardim, Bom Sucesso e Granja Portugal. Esta dupla também tinha desavenças com jovens envolvidos no mundo do crime no Marrocos. Conflitos adensados após o assassinado a tiros em 19/10/2010 no Marrocos quando passeava de bicicleta pela localidade. Elias, que estava sendo procurado pela polícia e estava com mandato de prisão temporária expedido, foi preso em 2010 na Favela Vertical, no Parque São José. Ele planejava assassinar três pessoas supostamente acusadas de terem executado a bala o seu irmão. Informações obtidas em reportagem do Jornal POVO, em 28/10/2010. Segundo informações de moradores do Mela Mela, a dupla estava atuando novamente na localidade em 2012-2013.

¹²¹ Declaração dada informalmente pelo irmão de Ariadna em conversa informal em sua residência, enquanto assistíamos ao programa Barra Pesada e passava uma reportagem sobre o Bom Jardim.

cadeira de rodas ou cemitério”. Á época, o Bom Jardim continuava espetacularizado na mídia local como o bairro mais violento de Fortaleza, sendo alvo de ações policiais, de pesquisas acadêmicas e estatais¹²², de ações sócio-assistenciais do Estado e da sociedade civil.

E, admito, o sentimento de medo acompanhou-me ambigualmente ao campo especificamente nesta localidade. Estar no Mela Mela provocava em mim um “frio na espinha”, me fazia suar e manter-me em posição de alerta constante, mesmo quando estava no interior das casas de interlocutoras. O processo de realização das entrevistas exploratórias foi tenso. A intrincada rede de relações de parentesco e vicinais à qual tive acesso, desde minha chegada ao campo, tinha um fio condutor comum: o envolvimento de algum (ou mais de um) membro das famílias das interlocutoras com o “mundo do crime”, enredados em assassinatos, vinganças, acertos de contas vinculados às disputas entre grupos criminosos existentes na região. Nas cinco famílias com as quais mantive contato direto e realizei entrevistas com algum de seus membros do sexo feminino – que ocupam a posição de “mulheres-mães”, “avós” ou “irmãs” dos “envolvidos no crime! – algum de seus familiares ou mais de um havia sido alvo ou protagonistas de práticas violentas, com foco nos assassinatos, roubos, assaltos, ameaças ou tentativas de homicídios. As práticas violentas faziam parte de seu cotidiano e parecia eixo estruturante de suas sociabilidades locais. Embora meu roteiro de entrevistas não contivesse nenhuma questão sobre a violência urbana, as falas femininas das interlocutoras centravam-se neste tema como parte considerável de suas vidas nas margens de Fortaleza ou como tática molecular de denúncia do que estava ocorrendo em suas vidas.

Devido à própria estrutura das residências e à interconecção casa-rua, não havia um “lugar reservado” para realização das entrevistas capaz de garantir a privacidade e sigilo de informações. Eram feitas nas residências das interlocutoras, sob os olhares curiosos de outros membros das famílias, preferencialmente dos seus jovens envolvidos com o “mundo do crime”. Eles não admitiam participar da pesquisa, entretanto, tentavam manter o controle da situação de entrevista, mediante a escuta e a observação durante as entrevistas com seus familiares (mães, avós, irmãs, tias). Havia entre eles um receio de que eu fosse alguém da polícia, disfarçada para obter informações privilegiadas. Essa prática de policiais disfarçados na localidade era comum nos últimos anos e havia rendido várias prisões de seus “amigos” e “inimigos”. A máxima do “não dava para confiar em ninguém” era forte entre os moradores deste “pedaço” do Mela Mela. Qualquer um “amigo” ou “parceiro” poderia converter-se em

¹²² Realização do Mapa da violência municipal, com resultados relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010; estatísticas de Estado realizadas e divulgadas sistematicamente pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

“inimigo” a combater e/ou eliminar. Então, por mais que eu esclarecesse os motivos de estar ali, os objetivos da pesquisa e/ou lhes mostrasse a carta de apresentação do doutorado e minha carteirinha de assistente social, não lhes dava a garantia que desejavam para aceitar minha presença incômoda com perguntas sobre o “viver local”. Eu me tornei, no máximo, tolerada porque fui apresentada por moradora “respeitada”, uma fundadora e mãe de um dos “meninos considerados” na área, “avó adotiva” de filha de outro rapaz nomeado de “patrão” no território.

A família de Tereza e Ariadne – que me acolhia e intermediava meu acesso às microredes relacionais nesta localidade – passou por mudanças significativas ao longo destes quase seis anos. Encontrava-se “*envolvida*” em uma intrincada teia de vinganças familiares e acertos de contas entre “*facções rivais*”: adotara (informalmente) a filha de um casal assassinado neste território, constituindo-se em motivo de medos e inseguranças frequentemente relatadas pelas interlocutoras em nossas conversas. O rapaz – a quem chamarei pelo codinome de Luís – fazia parte de uma outra família vizinha com a qual havia estabelecido contato na localidade e realizado entrevista com três de seus membros¹²³. Segundo relatos, era integrante do narcotráfico local e fora acusado de ter cometido assassinatos na região que se desdobraram em uma série de cobranças e vinganças direcionadas também a seus familiares, “*amigos*” e/ou “*parceiros*”. A família de sua esposa (Ana) foi alvo destas “*vinganças*” em 2009: sua mãe e sua filha de dois anos foram assassinadas em uma “*chacina*” ocorrida em Maracanaú, período no qual o rapaz estava preso. Quando Luís saiu da prisão, passou a viver maritalmente com Ana – amiga de Tereza e comadre de Ariadne – e haviam tido uma filha, à época com seis meses de idade.

Nesse período, a família sofreu novo atentado à bala. Apesar de terem se mudado para outro bairro “periférico”, aos finais de semana visitavam seus familiares residentes no Mela Mela. Em uma destas visitas em 2010, Ana (21 anos) foi assassinada diante de seu companheiro Luís e da filha do casal, na parada de ônibus em frente à entrada da localidade, a mesma em que eu usava quando chegava ou saía do Mela Mela. As características do crime são muito semelhantes a tantos outros. Um carro preto com vidros fumê rondava a localidade desde o início da noite. Quando o casal chegou na parada de ônibus, os assassinos passaram de carro em frente e atiraram no casal. Os disparos atingiram as costas de Ana que caiu ao chão de joelhos, protegendo com o próprio corpo, a filha que estava em seus braços. Segundo

¹²³ Nesta família, realizei entrevistas gravadas com a avó e duas tias deste rapaz chamado Luís, conhecido “patrão da droga” neste território e responsabilizado ou “acusado por engano”, segundo relataram algumas interlocutoras, de ter cometido assassinatos de membros de facção rival.

as informações, o alvo seria o rapaz, motivado por vingança de um grupo rival que o acusava de ter cometido assassinato de um parente. Devido à amizade entre a moça assassinada e a família de Tereza, a criança foi entregue pelo pai aos cuidados da madrinha, Ariadne, que assumiu a sua maternidade. Passados alguns meses, o rapaz sofreu novos atentados à bala, foi hospitalizado e, em maio de 2012, também foi assassinado. E apesar da família de Tereza não estar diretamente *envolvida*, segundo reafirmava constantemente esta interlocutora, encontrasse emaranhada nas relações tecidas pelo “*mundo do crime*” nestes espaços urbanos. Conforme elucida Feltran (2011: p. 362), as formas de identificação e/ou envolvimento com o “*crime*” nas “*periferias*” “(...) já não implicam uma vinculação com as atividades ilegais e ilícitas, mas se fundam em modos cotidianos de se relacionar com essa instância de autoridade efetivamente presente nos territórios”.

Em meio a estas teias de relações no Mela Mela, o filho de minha interlocutora-chave, Tereza, estava também ameaçado de morte e já havia sido “*alvejado a bala*” duas vezes, em 2011, na localidade onde reside, praticamente a um quarteirão de sua casa. Depois destes acontecimentos, segundo sua mãe, o rapaz ficou “revoltado” e estreitou seus laços de “amizade” com os “meninos” que se armavam para “defender seu território contra os inimigos”. O filho chegou a participar de uma das “invasões” ao território “inimigo”, a fim de vingar assassinatos de “amigos/parceiros” e ameaças de morte feitas a ele. Algum tempo depois, havia se convertido à igreja evangélica e estava “buscando outro rumo”. Sua mãe, Tereza, jamais admitiu para mim qualquer envolvimento de seu filho com o tráfico local. Para ela, o problema eram as amizades do filho com os “meninos envolvidos no crime”. Afinal, eles se conheciam desde criança e seu filho era muito sociável e “considerado” por todos. Falava com todo mundo – “de um lado e de outro” – e este mero contato já o tornava alvo de atentados por parte dos “inimigos” de seus “amigos”. Neste mesmo ano, seu filho foi preso na porta de casa, acusado de tráfico de drogas, segundo Tereza, sem provas. O momento da prisão foi motivo de muito conflito com a polícia por parte de sua mãe. Segundo afirmou, antes da prisão do filho havia lhe dado uma moto, adquirida em inúmeras prestações, para realizar “seu sonho de ter uma moto”. Teve de vender e conseguir mais dinheiro para “tirar o filho da cadeia”. O rapaz foi liberado por falta de provas, após alguns meses detido na delegacia do Bom Jardim.

Este relato foi feito por Tereza quando realizei visita a Ariadne que havia tido seu neném fazia um mês. Em março de 2012, retornei a esta localidade pela última vez. Por ocasião da visita, Ariadne havia se comprometido complementar a entrevista anterior. Diferente dos demais dias em que chegava de manhã cedo, cheguei quase doze horas.

Encontrei com Tereza em casa, preparando o almoço. Sua residência havia passado por pequena reforma e nova pintura, também dispunha de móveis novos e eletrodomésticos. Depois de tentar convencer dois jovens de bicicletas – seus vizinhos – de conduzir-me à casa de Ariadne, Tereza resolveu levar-me. Ao serem solicitados por Tereza para conduzir-me à casa de sua filha, os dois jovens de bicicleta me olharam com a desconfiança habitual e recusaram-se. Demoramos ainda um pouco na casa de Tereza e seguimos para a nova residência de Ariadne. A casa alugada pelo “pai de seu filho” recém-nascido ficava há cerca de dois quarteirões de distância da residência de sua mãe.

Permanecemos na residência de Ariadne lá até quinze horas, conversando. Os temas recorrentes envolvem práticas locais do tráfico e de violências, com destaque às ameaças, tentativas ou consumação de assassinatos contra “amigos”, vizinhos e/ou parentes. Quando retornamos à casa de Tereza, Ariadne nos acompanhou com seus filhos, foi possível observar melhor a movimentação intensa nas ruas contíguas. Aproveitei a caminhada para tirar algumas fotos do trajeto e da obra de conserto dos calçamentos promovida pela PMF. Por estar acompanhada de Tereza, sentia-me mais confiante para fazê-lo. A parte central que interliga as três ruas e dá acesso a uma das entradas/saídas do território – especificamente em frente à residência de minha interlocutora-chave – estava interditada com obras da PMF. Minha interlocutora foi relatando a situação das obras de conserto dos calçamentos locais iniciadas fazia mais de um ano. E agora reiniciadas em virtude de ser ano eleitoral e porque havia um vereador e candidato à reeleição “fiscalizando” e “agilizando”. Estas obras tornaram-se motivos de conflito entre trabalhadores da prefeitura, os moradores que desejam o seu término e os “meninos” envolvidos com o tráfico local. Enquanto as três ruas estivessem repletas de extensos e profundos buracos, as viaturas da polícia estavam impedidas de entrar na favela neste trecho interditado, favorecendo as atividades ilícitas em profusão no período. Os buracos eram utilizados pelos “meninos” para “entocar a droga” e facilitar a sua comercialização.

Os jovens envolvidos no tráfico haviam realizado reunião na semana anterior e decidiram impedir a conclusão destas obras. Quebraram uma parte já feita pelos trabalhadores da prefeitura, intimidando-os e ameaçando-os para não concluírem a obra. Aumentavam as tensões entre os jovens e os demais moradores que desejavam a conclusão das obras. Tereza era uma destas pessoas que entrava em discussão com os “meninos” porque queria as obras finalizadas. Ameaçou chamar a polícia se não deixassem o trabalho da prefeitura continuar, confrontando-se com um jovem de dezesseis anos considerado o “*mais rico, o bam bam bam, o bichão da favela*” e um outro que havia sido preso nos dias anteriores ao meu retorno. Neste

dia, em particular, as ruas estavam bastante movimentadas. Calçadas estreitadas ainda mais com as obras, esgotos correndo a céu aberto, exalando forte odor, poças de lama em vários pontos, pedaços de madeira formando espécies de “pontes” para viabilizar a passagem de um lado ao outro das ruas esburacadas. E os vários trabalhadores jovens da prefeitura engajados nas obras de reconstrução dos calçamentos. Um pedaço por vez, bem devagar!

Às dezesseis horas, quando os trabalhadores da prefeitura saíam, o tráfego intensificava-se bem diante de meus olhos, bastava olhar pela janela da casa de minha interlocutora. Uma movimentada “boca de fumo” funciona bem próxima. Quando se avistou uma viatura alguns metros antes das obras, impedida de entrar por causa dos buracos. Em uma das ruas contíguas, uma vizinha alertou um dos jovens que tomasse cuidado porque “os homi tava ali perto”. Um dos “meninos” que andava rapidamente de um lado ao outro de uma das ruas mais próximas da esquina na entrada da localidade, sentou-se em uma calçada e, tentando disfarçar, enterrou um pacotinho no chão. Levantou-se e chegou mais perto da “bocada”, conversando com outros jovens parados só observando a movimentação local e o itinerário da viatura ao longe. Foram chegando outros jovens e se juntaram na esquina, observando. Em pouco tempo, três vizinhas que estavam nas calçadas entraram em suas residências e o comércio de compra e venda da droga intensificou-se. É muito rápido o movimento de recolha de dinheiro trocado e entrega dos “pacotinhos” passados das mãos do vendedor para as de compradores. A viatura parou antes do trecho interditado, onde ocorria a comercialização das drogas. Fui até o outro lado da rua observar e indaguei a um jovem de bicicleta o que estava acontecendo, indicando em direção à viatura. Ele olhou na mesma direção e disse que havia gente da polícia disfarçada. Em seguida, saiu rapidamente e juntou-se aos demais jovens que estavam na esquina, na entrada da localidade, próximos ao “paredão”. Havia cerca de quinze jovens neste momento. Na parte de cima desta casa onde se nomeia de “paredão”, uma jovem gritava para um dos rapazes que estava embaixo e ele lhe jogou um pequeno pacote para “guardar”. Tereza estava em frente de sua casa, varrendo a calçada e observando. Estávamos acerca de uns vinte metros de distância da polícia e dos “meninos”, para que pudéssemos falar sobre os casos de violência ocorridos nos últimos meses. Chegou um outro jovem de moto, sem capacete e pediu para falar com o filho de Tereza a fim de pedir-lhe um capacete emprestado. Ela disse que o filho estava dormindo e não o chamou. O motoqueiro saiu para circular pela vizinhança. Fui então informada que este rapaz da moto era um dos “traficantes mais antigos da área”.

Hoje, não senti qualquer menos incômodo por parte dos jovens com a minha presença neste local. As atividades de comercialização das drogas mantiveram-se sem

restrições mesmo enquanto eu e Tereza estávamos na calçada em frente à sua casa, enquanto ela varia e conversávamos baixo. Ela parece não temer nem os “jovens do tráfico” e nem a polícia. Já chegou a discutir com policiais quando abordaram os “meninos da área” e os espancaram. Em sua maioria, são os jovens nascidos e criados ali. É bastante comum esta interferência das “mulheres-mães-avós” saírem em defesa de seus parentes diante das ações violentas de policiais. Claro, durante o dia, porque a noite, horário mais comum destas abordagens violentas, ninguém sai de casa em meio a tiroteios e/ou gritos de socorro. Existem também os jovens “de fora”, que embora não seja “de lá”, terminam ficando para realizar suas atividades de tráfico e permanecem nas esquinas.com relação a estes, os moradores procuram manter uma distância vigilante. Há situações em que os moradores chegam a filmar as situações de violência policial com seus celulares e ameaçam policiais de chamar os programas policiais. E já ocorreu de denunciarem estes casos diante das câmeras destes programas de televisão. Os policiais ameaçam tomar os celulares à força e os moradores revidam dizendo que são “propriedade privada”. E por vezes, os policiais confiscam os celulares. Moradores, jovens do tráfico e policiais convivem em tensão e iminentes conflitos e confrontos neste território tornados mais acirrados neste início de 2012, conforme pude observar e ouvir nas narrativas de minhas interlocutoras. Neste dia, saí sem conseguir complementar minha entrevista com Ariadne. No entanto, com significativas observações para registro em meu diário de campo.

Continuar a realização da pesquisa naquela localidade tornou-se, para mim, inviável. De fato, estava difícil de prosseguir com a pesquisa neste território desde quando minha interlocutora Ariadne adotou a pequena Esperança (nome fictício) e começou a trabalhar em 2011. Depois, engravidou de seu companheiro e teve seu bebê no início de 2012. Quando retornei à localidade, ela ainda estava no mês de “resguardo da cesariana” e parecia bem diferente da jovem que conheci em 2008. Ariadne havia passado por transformações significativas em sua vida pessoal e familiar. Quando a conheci era extrovertida, de um sorriso fácil e aberto, daquelas pessoas que “sorri com os olhos” e não se poupava em tentar mostra pra mim “um outro Bom Jardim”, bem diferente do que se vê nos programas policiais da televisão aberta local. Adorava conversar comigo sobre seu bairro, sua infância e adolescência, seus sonhos de futuro. Falava com orgulho de seu lugar, de seus amigos, da fase da escola, da participação nas ações pastorais da igreja católica. Sua fala carregada de afeto pelo lugar e de revolta diante da situação vivida de discriminações e violências múltiplas, em especial sofridas por parte da polícia, iam ao encontro das imagens homogeneizadas das margens como espaço da periculosidade e da violência. Sua lente, invertia o ângulo de

observação e indagava sobre o lugar das margens sob o ponto de vista de seus moradores, de seus medos e inseguranças, de sua precariedade e vulnerabilidade à violência perpetrada pelo Estado, e também de suas estratégias de resistência silenciosa. Seus relatos eram de denúncia e revolta contra o Estado e certos “bandidos” da área. Eu mesma chegava a temer por ela falar sem preocupar-se com quem estivesse ouvindo. Dizia não se importar com o que lhe acontecesse, porque não sentia medo! O tempo e os acontecimentos de 2010 a 2012 levaram um tanto de sua “segurança” e alegria junto com diversos amigos, vizinhos e o irmão assassinados em virtude dos conflitos e confrontos letais existentes em seu território. Tornou-se uma “mulher-mãe”, com responsabilidades de adulta que foi chamada a assumir aos vinte anos em virtude da morte trágica de uma de suas amigas que lhe deixou uma “afilhada-filha” para “criar”. Morou um tempo com sua avó materna devido a conflitos familiares. Depois, passou a viver maritalmente com um jovem de outro bairro, um “trabalhador”, dizia. Teve um filho com ele e em seguida separou-se. Afirmava sua independência e dizia que agora era mãe de dois filhos e precisava cuidar deles. Tantas mudanças a impossibilitavam de acompanhar-me e fazer parte nestas trilhas da pesquisa. Agendamos algumas vezes para auxiliar-me no campo, com os contatos. Na maioria desmarcou quando eu já estava a meio caminho da região. Outras vezes fui lá e conversávamos bastante, sem refazer a entrevista gravada. Os temas centrais eram os confrontos armados, as perdas de amigos e vizinhos assassinados, as ameaças de morte sofrida pelo seu irmão e o medo que imperava na localidade, e mais fortemente em sua família, naquele momento. Não falava abertamente como antes, e agora com um filho recém-nascido, parecia insegura e amedrontada.

Os acontecimentos violentos ora narrados também obstaculizaram as aproximações com outros moradores. E entre estes, as relações de confiança também pareciam esgarçadas no momento de intensos conflitos e confrontos letais. O “cerco se fechou”, digo, tornaram-se mais densas as fronteiras imaginárias dentro do território, mas reais em seus efeitos sociais, que separam, distinguem e afastam não só os “de fora”, senão também “os de dentro”, os próprios moradores que constroem suas saídas individualizadas para tentar sobreviver nas margens. Diante de tantas ameaças de assassinatos e execuções sumárias envolvendo membros das famílias com as quais havia estabelecido contatos no local, as interlocutoras não se sentiam seguras em falar. Fiz várias tentativas de retomar as conversas e entrevistas, contudo, as principais narradoras mostravam-se mais amedrontadas ou nos termos nativos “acuadas” em seus territórios, em meio à violência difusa que lhes tomava frequentemente de assalto. E, de fato, suas vidas encontram-se *em risco*: alvos possíveis de execuções e/ou “*acertos de contas*” no local. A propalada “*lei do silêncio*”

citada nos programas policiais parece relacionar-se mais com os “*saberes*” necessários para “*sobreviver*” nestes espaços urbanos: situações nas quais afirmam ser vital silenciar. Ante as dificuldades encontradas para manter os contatos com as famílias envolvidas diretamente nos confrontos letais no Mela Mela, desde 2011, estabeleci novos contatos com uma agente de saúde do bairro e outra moradora da localidade, em ruas contíguas às de minhas interlocutoras anteriores. Apesar de mostrarem-se disponíveis para auxiliar-me na pesquisa, as duas desmarcaram as visitas nos dias agendados por mais de uma vez. Desde maio de 2012 não retornei mais ao Mela Mela. Mantive apenas contatos telefônicos com minhas interlocutoras-chave (Tereza e Ariadne). E optei por centrar meu trabalho de campo intensivo em outro território com o qual havia estabelecido aproximações com alguns de seus moradores desde abril de 2011: o Marrocos.

Em 28 de julho de 2012, pela manhã, recebi um telefonema de uma amiga para quem Tereza trabalhava como diarista. Ela me informou que o filho de Tereza havia sido assassinado durante a madrugada do dia 27/07/2012. As ameaças de morte foram consumadas com sua execução sumária em casa noturna em município da região metropolitana de Fortaleza. Telefonei imediatamente para Tereza. Ele morreu, segundo afirmou em nosso último contato telefônico, “*sem dever nada*”, “*sem estar envolvido*”, foi chamado para o “*cheiro do queijo*”¹²⁴ e “*assassinado com um tiro na boca*”! Jamais admitiu qualquer envolvimento do filho com o “*mundo do crime*”. Não cabe aqui julgamentos de valor – mas apreender as percepções desta mulher sobre o viver nas margens e não querer associar a imagem de seu filho – estigmatizado em vida – com a de “*vagabundo/bandido*”. Não iria difamá-lo depois de morto. Para ela, auto identificada como “*trabalhadora*”, seria uma “*vergonha*” que um de seus filhos estivesse “*envolvido no crime*”. Muitas foram as tentativas de evitar o fim trágico da execução, recorrente entre tantas famílias nestes territórios urbanos. Sua mãe o matriculou em projeto social¹²⁵, conseguiu trabalho com conhecidos, discutiu com

¹²⁴Ser “*atraído para o cheiro do queijo*” é expressão nativa utilizada para falar de crime encomendado no qual a vítima é convidada por uma terceira pessoa para algum lugar sob alegação mentirosa e lá é executado. No caso, a vítima foi convidada para ir a uma festa em caso de show da Região Metropolitana de Fortaleza por uma moça e lá já havia pessoas aguardando para executá-lo. A cena é recorrente: duas pessoas em uma moto o executaram e depois fugiram. E o fizeram com um único tiro na boca. O filho de minha interlocutora já havia sofrido duas tentativas de assassinato por parte de pessoas do local envolvidas em “*facções rivais*” ou os “*inimigos*” dos residentes na área na qual residia.

¹²⁵ Os principais projetos sociais disponibilizados para os jovens do Grande Bom Jardim vinculavam-se ao Programa nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Esta região foi considerada prioritária para as ações estatais a partir de 2009 com a implementação do PRONASCI em convênio com o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza-Ce. Na região foi implantado o Programa Território de Paz. Em relação aos projetos sociais direcionados aos jovens da região, destaco os projetos sociais PROTEJO – Proteção de Jovens em Território Vulnerável e Trilhos Urbanos. O PROTEJO – direcionado aos jovens de 15 a 24 anos – tinha como objetivo sensibilizá-los para uma participação social ativa, resgatando sua auto-estima e

os “meninos do tráfico” e negociou com os “traficantes” quando ele foi ameaçado de morte. Comprou moto. Denunciou quando ele foi preso. Conseguiu advogado e dinheiro para tirá-lo da cadeia. E tudo, tentando “protegê-lo”, afirmou tantas vezes. O assassino de seu filho continua impune e tem que conviver com ele cotidianamente. Não pode denunciar porque assim colocaria em risco o restante da família. Também afirma “não acreditar na justiça dos homens, só na justiça de Deus”.

Após a morte de seu filho, Tereza passou por período de profundo sofrimento psíquico e deixou, temporariamente, de trabalhar. Atualmente, seu marido e a filha Ariadne estão trabalhando para sustentar a casa. A filha mais nova envolveu-se com um dos “meninos do tráfico”, preso neste início de 2014. Fora também ameaçada de morte por “traficante” local, o mesmo que assassinou seu irmão, devido a seu envolvimento amoroso com “inimigo” do território. Tereza e Ariadne foram negociar com o rapaz que assassinou seu filho, dando como garantia da vida da filha, o silêncio da sua família em relação a este assassinato. A “palavra de mulher” – “mulher-mãe-avó” – é empenhada como única garantia para o acordo de “proteção” ser cumprido. A morte do filho de Tereza ficou impune, a exemplo de tantas outras mortes de jovens ocorridas nas margens urbanas de Fortaleza. Provocou comoção entre “amigos-parceiros”, vizinhos e parentes. Vários vídeos produzidos por jovens “amigos” foram divulgados no youtube com reverências ao “patrãozinho”, apelido pelo qual seus “amigos” o chamavam. A morte do filho não será “vingada” por nenhum membro de sua família. O ciclo de assassinatos-vingança continua no Mela Mela. Vestígios indiciários de um “viver acuado” – expressão nativa usada para definir o seu viver cotidiano nestas margens – que iam adquirindo forma à proporção que me aproximava do campo e refletia sobre as situações experienciadas e narrativas ouvidas destas pessoas de “carne e sangue”¹²⁶.

As situações narradas – registradas nos anos de 2011 e 2012 – ocorreram quando eu já estava inserida em outra localidade da região do Grande Bom Jardim considerada

convivência pacífica nas comunidades em que vivem. Os jovens participantes do curso de formação cidadã com 800 horas divididas em 12 meses para atuarem como multiplicadores da cultura de paz receberiam, uma bolsa mensal de R\$ 100, durante um ano. Contudo, segundo informação de outros jovens que se engajaram no projeto, não chegaram a receber a bolsa. O Trilhos Urbanos destinava-se à inclusão social de 300 jovens em situação de risco social, entre 15 e 24 anos, por meio de atividades focadas no mundo do trabalho contemporâneo e instrumentos que levem a geração de renda, tornando possível alcançar seu projeto de vida. Seriam executados seis cursos de capacitação (fotografia digital; customização/reciclagem; informática; leitura/interpretação; artes; formação cidadã). O investimento foi de R\$ 728,8 mil, segundo relatório do PRONASCI/Ministério da Justiça.

¹²⁶ Esta semana telefonei para Ariadne para saber notícias de sua mãe que está adoentada esperando fazer uma cirurgia urgente que aguarda a pouco mais de quatro meses quando descobriu um problema de saúde. Agora a pouco, Tereza me telefonou para dar notícias. Finalmente está internada para fazer a cirurgia, depois da espera de seis meses, desde quando descobriu seu problema de saúde. Teve de enfrentar a fila interminável para obter diagnóstico de sua doença e conseguir ser incluída para fazer a cirurgia pelo SUS. Com sua firmeza, coragem e fé no futuro enfrentará mais esta dificuldade na vida. Está confiante, afirmou. As filhas estão ao seu lado, apoiando. Foi operada em 01/09/2012 e está bem de saúde. Retornou para seu território hoje de manhã (03/09).

também um território estigmatizado: o Marrocos. Pretendia realizar o trabalho de campo intensivo em duas localidades da região do Grande Bom Jardim. Assim, coetâneo à pesquisa no Mela Mela, procurei identificar outro lugar com características de territórios de fronteiras e de estigmatização sócioterritorial nesta região. E foi durante minhas conversas com moradores do próprio Mela Mela que a localidade Marrocos foi citada várias vezes como “*lugar muito perigoso, violento e com muita pobreza*”. Daí surgiu minha curiosidade inicial em conhecer este lugar chamado Marrocos que despertava medo e aversão em moradores de uma área também considerada “*muito perigosa*” no Grande Bom Jardim. Os sentidos de lugar, as classificações internas e as tentativas de diferenciação e distanciamentos sociais entre pessoas em condição de pobreza e territórios nesta região começaram a chamar minha atenção de pesquisa. A partir de 2011, após o primeiro ano de pesquisa nesta segunda localidade, meu objeto de estudo foi novamente submetido a *retoques sucessivos* e outros ângulos de interpretação começaram a ser vislumbrados, adquirindo sua configuração explicitada no item 1 do primeiro capítulo desta tese.

Embora reconheça a importância desta minha passagem pelo Mela Mela e trabalhe com os dados e informações que me foram possíveis coletar naquela localidade – emblemática de um território estigmatizado (WACQUANT, 2005; 2008) – meu deslocamento em direção ao Marrocos foi determinante para a (re)construção do objeto de estudos e para a materialização do trabalho de campo ora narrado. Assim, apresento no próximo item minhas aproximações a este lugar chamado Marrocos, os ajustes na metodologia e a fase do trabalho de campo intensivo.

2.3 Deslocamentos em campo: do Mela Mela ao Marrocos e o realinhamento da bússola de pesquisa

A transição da pesquisa exploratória ao trabalho de campo intensivo ocorreu a partir de 2011 quando exercitei, de maneira mais sistemática e metódica, este aprender a *situar-me* (GEERTZ, 2001) no campo social estudado em meio à tensa e transformadora *relação distanciamento-familiaridade* tecida entre e com os interlocutores desta pesquisa: os moradores de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim em seus microespaços de produção e atribuição de sentidos ao mundo social. O trabalho de campo perdurou de abril de 2011 a maio de 2012, considerando formas distintas de escolhas metodológicas e de “estar em campo” no Mela Mela e no Marrocos. Depois deste período, fiz retornos esporádicos ao

campo em 2013, priorizando a realização de mais três entrevistas com representantes de ONG's locais atuantes na região do Grande Bom Jardim.

Considero minha inserção no Marrocos, demarcatória da fase mais densa e sistemática desta pesquisa, com reflexões teórico-metodológicas e empíricas mediadas por uma vivência mais próxima da noção de *alteridade discursiva*¹²⁷ desenvolvida por Viveiros de Castro (2002). Distingue-se da experiência de pesquisa no Mela Mela, centradas nas entrevistas e observação direta, marcada por entradas e saídas sistemáticas do campo, considerando-se os limites e as condições já explicitadas. Mela Mela e Marrocos encarnam configurações singulares de territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim, com dinâmicas sócio-espaciais “próximas” e “distantes”. Neste item, detenho-me à narrativa afetivo-metodológica de pesquisa vivenciada no Marrocos nos meses de abril/2011 a maio/2012, explicitando meus deslocamentos em direção a territórios circunvizinhos. Embora apresente em separado as experiências de pesquisa no Mela Mela e no Marrocos, suas configurações, demarcação de fronteiras e discursos produzidos são relacionais. Assim como enfatizei no item anterior, optei por manter os nomes verdadeiros da região e dos territórios pesquisados, sem citar nomes de ruas para evitar possíveis identificações dos (as) narradores (as). Ressalto ainda que todos os nomes de interlocutores (as) são fictícios para resguardar

¹²⁷ Para Viveiros de Castro (2002), a *alteridade discursiva* caracteriza a relação social (relação de sentido) possível entre os discursos do pesquisador e o discurso do nativos sustentada no pressuposto da semelhança. A busca pela igualdade de fato ou simetria entre estes dois discursos reconhece e esforça-se por “diluir” a dissimetria sócio-cultural e hierarquia entre os saberes do pesquisador e do nativo. Trata-se, dia o autor, de uma “(meta)relação” que não é de identidade: “o antropólogo sempre diz, e portanto faz, outra coisa que o nativo, mesmo que pretenda não fazer mais que dizer ‘textualmente’ o discurso deste, ou que tente dialogar – noção duvidosa – com ele. Tal diferença é o efeito do conhecimento do discurso do antropólogo, a relação entre o sentido de seu discurso e o sentido do discurso nativo” (VIVEIRO DE CASTRO, 2002: 114). Traduz uma relação social que se faz nos “encontros-confrontos” entre saberes distintos, mas com equivalências epistêmicas da legitimidade de ambos. Conforme salienta o autor: “(...) a ideia do conhecimento antropológico como envolvendo a pressuposição fundamental de que os procedimentos que caracterizam a investigação são conceitualmente da mesma ordem que os procedimentos investigados. Tal equivalência no plano dos procedimentos, sublinhe-se, supõe e produz uma não equivalência radical de tudo o mais. (...) os problemas eles mesmos são radicalmente diversos, sobretudo, ela parte do princípio de que o antropólogo não sabe de antemão quais são eles. (...) o antropólogo toma o nativo (...) como um sujeito outro, como uma figura de *Outrem* que, antes de ser sujeito ou objeto, é a expressão de um mundo possível”. Viveiro de Castro (2002) retoma a noção de *Outrem* desenvolvida por Deleuze e Guatarri para expressar a noção de *Outrem* encarnada no nativo como um *sujeito outro* ao invés de um outro sujeito. Este *Outrem* é a expressão de um mundo possível, anterior ao próprio saber antropológico. Na acepção de Deleuze e Guatarri (apud VIVEIRO DE CASTRO, 2002: 118), *Outrem* é a possibilidade de que haja ponto de vista – ou seja – é o conceito de ponto de vista. É a estrutura do possível. *Outrem* é a expressão de um mundo possível. Um possível que existe realmente, mas que não existe atualmente fora de sua expressão em *outrem*. O trabalho de campo – antropológico ou sócioantropológico – implica, assim, relações sociais ou relações de sentido estabelecidas entre o pesquisador e os nativos constituída de forma mutuamente tensa, interativa e transformadora. Exige assumir a presença de *Outrem* nesta relação que implica um confronto entre “o que pensa (ou faz) o nativo e o que o antropólogo pensa que (e faz com o que) o nativo pensa, e são estes dois pensamentos que se confrontam. O confronto deve poder produzir a mútua implicação, a comum alteração dos discursos em jogo, pois não se trata de chegar ao consenso, mas ao conceito” (VIVEIRO DE CASTRO, 2002: 118-119). Trata-se de chegar ao **conceito nativo**. Para aprofundamento, ver VIVEIRO DE CASTRO, E. O nativo relativo. 2002.

seus anonimatos e o sigilo das informações relatadas, respeitando as exigências éticas da pesquisa social e os compromissos micropolíticos assumidos no campo.

Nesta experimentação de pesquisa, estabelecer relações de sentido com o *ponto de vista* dos moradores destes territórios urbanos estigmatizados – em busca de apreender seus *esquemas classificatórios* ou, mais densamente, os *conceitos nativos*¹²⁸ (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) de *pobreza e lugar* – conduziu-me a considerá-los de forma relacional a outras localidades circunvizinhas na própria região. Retomo aqui a lúcida enunciação de Lindón (2008): a cidade se produz em jogos de espelhos nos quais *um lugar chama outro* para apreender suas identificações e diferenciações, suas *fronteiras e proximidades simbólicas*. Tentei, assim, aprender a trabalhar a pesquisa social neste campo acompanhando os movimentos de produção e deslocamentos de sentidos em múltiplas arenas e *fronteiras-pontes* de sua produção e re-significação, aproximando-me da perspectiva de investigação relacional e multisitiada (MIRAGLIA, 2010) dentro da região do Grande Bom Jardim. Nesta perspectiva, na trajetória de pesquisa, atravessei as fronteiras estabelecidas nestes dois territórios – Mela Mela e Marrocos – durante as “caminhadas de reconhecimento”, nos processos de observação ao acompanhar meus interlocutores em seus itinerários cotidianos e durante as entrevistas realizadas tanto com moradores locais, como com outros residentes na circunvizinhança dentro do Grande Bom Jardim.

Aproximar-me deste lugar chamado Marrocos e tomá-lo como *locus* privilegiado para meu trabalho de campo constituiu-se em escolha motivada por me permitir observar meu objeto de estudos em maior profundidade, considerando as relações de sentido estabelecidas com seus residentes. Este território é reconhecido por moradores do Grande Bom Jardim

¹²⁸ Segundo Viveiro de Castro, tomar as ideias nativas como conceitos remete a pensar os mundos possíveis que estes conceitos projetam e constituem. Significa tomar estas ideias/conceitos como dotados de significação filosófica, garantindo sua legitimidade de serem proferidos e levados a sério. Não porque encerra uma crença, mas uma *perspectiva nativa*, uma *prática de simbolização do mundo social* capaz de *multiplicar o nosso mundo* abrindo para o outrem que radica a possibilidade de outros mundos possíveis. Remeter a afirmar a equivalência de direitos entre os discursos (práticas de sentido) do antropólogo e dos nativos, bem como a condição mutuamente constituinte destes discursos: a própria relação entre modos de reflexão e conhecimento nativo e antropológico. Segundo enuncia o autor: “No que me concerne, penso que eles pensam exatamente ‘como nós’: mas penso também que *o que* eles pensam, isto é, os *conceitos* que eles se dão, as ‘descrições’ que eles produzem, são muito diferentes dos nossos – e portanto que o mundo descrito por esses conceitos é muito diferente do nosso (...) meu objeto são os conceitos ... os mundos que eles constituem (mundos que assim os exprimem), o fundo virtual de onde eles procedem e que eles pressupõem. Os conceitos, ou seja, as ideias e os problemas da ‘razão’...” (2002: 124). O cerne deste debate é de natureza epistemológica/política, diz o autor: concerne na legitimidade atribuída aos discursos que entram na relação de conhecimento, no caso, a legitimidade dos discursos de nativos e pesquisadores. *A produção do conhecimento “em campo” traduz esta relação social, sendo o efeito das relações constituídas reciprocamente entre pesquisador e nativos.* Relação permeada por conflitos, tensões, “estranhamentos”, transformações e aberturas dialógicas entre os discursos – práticas de sentido – destes sujeitos envolvidos nesta específica relação social que é, ao mesmo tempo, relação de conhecimento. Conferir VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. 2002.

como o “*vixe do vixe*” desta região. Assume, em sua microdimensão, feições de uma “região moral” (PARK, 1978) socialmente desqualificada nos discursos locais que o projetam como lugar de precariedade social e de infra-estrutura urbana associada à criminalidade e violência urbanas. Identificado em discursos locais de não moradores deste território como um espaço a ser geográfica e socialmente temido e evitado, o Marrocos é marcado por lutas de classificação em relação ao lugar e aos seus moradores. Lutas simbólicas travadas internamente e com relação a outros lugares e pessoas da circunvizinhança no que concerne às significações de pobreza, sentidos de lugar e quem neles reside, a merecer um olhar investigativo que vislumbre apreender o *ponto de vista destes “nativos” em seus contextos de experiência*. Desafio assumido neste trabalho de campo.

A primeira vez que ouvi falar nesta localidade foi durante a pesquisa exploratória junto aos moradores do Mela Mela nos anos de 2009 e 2010. Começo esta narrativa, então, reportando-me às primeiras alusões feitas por minhas interlocutoras a este *lugar chamado Marrocos*, por auxiliarem-me a demarcar as projeções de sua visibilidade negativada dentro da própria região do Grande Bom Jardim, mesmo em microespaços também marcados por estigmatizações sócio-territoriais (re)produzidas por residentes e não residentes – com ênfase nas notícias midiáticas locais – a exemplo do Mela Mela. Para os fins ora demarcados neste item, cabe salientar que os relatos espacializados de moradoras fundam seus *lugares “fastos”* (seguros, autorizados, agradáveis) e “*nefastos*” (inseguros/ perigosos, evitáveis e/ou proibidos), bem como delineiam distintas formas de interagir com os residentes destes espaços vividos e/ou lugares praticados (KOGA, 2003; CERTEAU, 1999). Dentre estes “*lugares nefastos*” da região, o Marrocos – nomeado imediatamente por “favela do Marrocos” nas versões nativas – ganhou notoriedade nas falas de minhas primeiras interlocutoras de pesquisa e despertou em mim a “*curiosidade*” em conhecê-lo “*de perto e de dentro*” – a partir dos múltiplos, diferentes e criativos arranjos dos próprios atores sociais em seus contextos de experiência nos quais ocorrem e adquirem sentidos – para lembrar aqui a perspectiva metodológica de Magnani (2008) para a pesquisa nas cidades contemporâneas.

Em verdade, esta referência ao Marrocos veio no contexto de conversas sobre os lugares considerados “*mais perigosos, violentos e em condição de pobreza*” na ótica de minhas interlocutoras, de outros moradores da região e de profissionais dos CRAS e Centros de Saúde dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim, com os quais tive a oportunidade de dialogar à época. Embora estivesse em uma localidade considerada, nas visões externas e segundo os dados oficiais, como “*favela*”, “*área de risco*” (geográfico e social) e enclave de pobreza e violência urbana da região, especificamente no “*Cotovelo da Morte*”, um dos

trechos ditos “mais críticos” da rua Luminosa devido à recorrência de homicídios, “tiroteios” e ao intenso tráfico de drogas ilícitas, minhas interlocutoras-moradoras do Mela Mela referiram-se ao Marrocos como uma das “favelas” mais “perigosas” e precárias do Bom Jardim e da qual era necessário manter “distância” e/ou “evitar”. Quando perguntei a uma de minhas interlocutoras-chave, Ariadne, se poderia conduzir-me até lá, recusou prontamente. Esta recusa foi reiterada por outras interlocutoras em nossas conversas informais. Sugeriram outras “favelas próximas”, a exemplo da São Francisco – que cheguei a visitar em 2009 com Ariadne – além de localidades e ruas reconhecidas na região pela situação de extrema pobreza das famílias residentes, em especial aquelas situadas às margens do Rio Maranguapinho/Siqueira. Apresentaram-me a agentes comunitárias de saúde (ACS) da área que poderiam conduzir-me até estes espaços. Mas, ao Marrocos, disseram-me ser muito difícil eu conseguir alguém da localidade que me conduzisse até lá. Aprendi que as fronteiras simbólicas têm efeitos concretos e são, portanto, reais em seus efeitos. As interlocutoras (re)produziam certos distanciamentos e segregações sócio-espaciais entre pessoas e lugares dentro da região do Grande Bom Jardim.

Há um outro elemento específico para estas pessoas estabelecerem seus *recortes de fronteiras* entre Marrocos e Mela Mela e tentarem “manter distância”: as duas localidades agregam “facções rivais”, ou seja, grupos considerados “inimigos” entre si e envolvidos no mundo do crime que disputam territórios de comercialização de drogas ilícitas e encontram-se envolvidos em mútuas situações denominadas de “vinganças”. E, conforme enunciei, nas famílias com as quais mantive contato no Mela Mela, havia algum (ou mais de um) de seus membros envolvidos com o mundo do crime, pessoas pertencentes às suas redes de relações (parentesco, amizade, vizinhança) encontravam-se “em risco”. Havia proibições tácitas nestes territórios, ordens que não se dizia a origem e chegavam como “boatos”/“fofocas”; ou explícitas, dadas diretamente por “traficantes” e/ou os “aviões” responsáveis pelas “áreas” e que eram repassavam aos moradores, anunciando a proibição de determinadas pessoas entrarem, circularem ou atravessarem suas respectivas “áreas”. Os avisos chegavam entre fofocas e/ou recados diretos “mandados” aos “proibidos” de entrar, circular ou atravessar determinado território. Algumas vezes, chegavam pelo telefone público atendido por algum morador que tratava de repassar os “recados” dos representantes de grupos rivais ou mesmo de “dono de bocada” local avisando de algum “enfrentamento” entre grupos rivais e que chegavam mais ou menos assim: “Tirem as crianças da rua que hoje vai ter matança”. No caso de moradores locais, o “perigo” mais denso era de ser baleado ou ser morto “de graça”, em meio aos tiroteios, tornando-se mais uma “vítima de bala perdida” ou “bala achada”, como

designavam minhas interlocutoras. Quando a regra de ultrapassar as “fronteiras” era “quebrada” ou “desobedecida” por meio de “invasões” por grupos rivais ou indivíduos pertencentes a estes grupos, as respostas eram as perseguições armadas, expulsões e/ou a morte sumária ou por encomenda.

Então, segundo minhas interlocutoras do Mela Mela que não mantinham relação direta com a criminalidade – embora estivessem envolvidas nas teias sociais do mundo do crime na perspectiva enunciada por Feltran (2010) – era melhor evitar arriscar-se na ultrapassagem das fronteiras. E o “perigoso” Marrocos se incluía dentre estes “lugares proibidos” ou “nefastos” para os moradores do Mela. O uso do significante “perigoso” não diz respeito, restritamente, ao fato de em determinado local ocorrem mais ou menos assassinatos, roubos/assaltos e/ou narcotráfico. O sentido do “perigoso” na versão de minhas interlocutoras parece relacionar-se, preliminarmente, ao “estranho”, ao “desconhecido”, ao que se identifica como um “inimigo” (real ou potencial) ou o “de fora”, não reconhecido como pertencente às teias de relações locais e, portanto, aqueles que não coadunam com seus códigos de pertencimento local. Este significante aparece associado a lugares e pessoas com as quais se mantém relações de “estranhamento”, não reconhecendo-os como seus “próximos”, “semelhantes” e nem se situando em suas redes relacionais. Pessoas e lugares com os quais não se tem “conhecimento” em termos dos códigos/regras de pertencimento, das posições hierárquicas estabelecidas localmente, de “saber entrar e saber sair”. Simbolizavam, para estas interlocutoras, espaços de “desproteção/insegurança” aos quais associavam a condição de “risco” permanente. “Ter conhecimento” diz respeito, assim, às suas redes relacionais, ou seja, quem você “conhece” naquele espaço e por quem você é “(re)conhecido” lá. Disto dependia os níveis de “perigo” e/ou “risco” em termos das travessias nas fronteiras dos territórios em estudo. Seus usos e sentidos são relacionais aos sujeitos envolvidos e as posições ocupadas nestes espaços e dentro de suas redes sociais, neste caso específico, intra e entre os moradores do Mela Mela e do Marrocos. O Marrocos encarnava, nas versões recorrentes de todas as interlocutoras moradoras do Mela, este espaço “perigoso”¹²⁹, não autorizado a elas e, portanto, evitado.

Quando retornei ao Mela Mela, em 2011, fiz novas investidas, também frustradas, junto às minhas interlocutoras mais próximas para me levarem ao Marrocos. Em suas falas de recusa, destacavam-se as referências aos sentimentos de medo e insegurança com relação ao

¹²⁹ Saliento que a alcunha de “perigoso” pode ser atribuído também por moradores de um mesmo território para falar de pessoas e lugares com os quais, dentro de seu espaço vivido, reconhecem como socialmente distantes e desejam estabelecer fronteiras simbólicas em relação a estes, projetando autoimagem distintiva em oposição à imagem difamada do outro. Abordarei o conceito de “perigoso” nas versões nativas no quarto capítulo desta tese.

território e às pessoas “*de lá*”. Evidenciavam a imagem de um espaço “*distante*” e de difícil acessibilidade em termos geográficos. E (re)produziam, em seus discursos, a *má fama* deste espaço na região, diretamente associada à ocorrência de homicídios frequentes, furtos/roubos/assaltos, narcotráfico somada à distância física em relação às áreas consideradas mais urbanizadas da região. Áreas nas quais se consideravam incluídas. A distância é, sobretudo, social. Referiam-se ao Marrocos como “*um canto cheio de mato e de lama*”, repleto de possíveis “*esconderijos de bandidos/vagabundos*”, sem serviços de infra-estrutura e “*muita pobreza*”. Delineava-se, sobre esta localidade, uma imagem caótica, de desordem e de falta de limites (sócio-territoriais) que, com base nas falas, concentrava, em um único espaço, situações consideráveis de violência e pobreza urbanas da região. O Marrocos parecia assumir no Grande Bom Jardim, posição homóloga à que esta região ocupa em relação à cidade de Fortaleza: “se o Bom Jardim é o vixe! O Marrocos é o “vixe do vixe!””, afirmou-me uma moradora desta localidade ao referir-se às imagens “de fora” sobre seu território vivido. As imagens projetadas sobre esta localidade sinalizavam, por um lado, um espaço com frágil e/ou quase inexistente presença do Estado Social (CASTEL, 2001) em sua versão democrática garantidora de direitos de cidadania social via políticas públicas sociais e, por outro, delineava-se em espaço submetido à forte presença do Estado penal (WACQUANT, 2005), com circulação frequente de viaturas e motos policiais – nos trechos trafegáveis – e suas “operações policiais”, com destaque para as ações do Ronda do Quarteirão e do destacamento RAI0.

Além de minhas interlocutoras negarem qualquer possibilidade de conduzir-me até “*lá*”, ainda questionavam-se, assustadas e surpresas, o que eu ia fazer neste local considerado um dos microespaços da região a serem evitados e de difícil acesso até mesmo para moradores do Bom Jardim. O Marrocos cristalizava, para estas interlocutoras, a imagem da precariedade, da desordem, do descontrole, da espacialidade da insegurança e do medo atribuídas às “*periferias*” urbanas em oposição à ordem e ao controle idealizado da cidade planejada em suas zonas ditas mais “*nobres e centrais*” (LINDÓN, 2006). O extraordinário para mim, naquele momento, foi escutar estes depoimentos de residentes de localidades também situadas nas margens de Fortaleza, especificamente no Grande Bom Jardim, que sofriam estas estigmatizações “dentro” e “fora” desta região.

Mais que um espaço urbano às margens de Fortaleza-Ce, o Marrocos figurava nas narrativas das interlocutoras como *às margens das margens* urbanas. Estes elementos chamaram a minha atenção e “curiosidade” investigativa: eu desejava ultrapassar as fronteiras simbólicas e chegar a este *lugar chamado Marrocos* que carregava as marcas da

(des)classificação negativada dentro do Grande Bom Jardim em liminaridade duplicada. Quase um “*lugar proibido*”. Mas, proibido para quem? De fato, as imagens/discursos de “*região*” e mesmo de “*bairro*” implodiam em fragmentos heterogêneos e aparentemente “*ilhados*”, cujas fronteiras fluidas e distinções internas ora “*desapareciam*” e os “*aproximava*” – em relação a uma visibilidade negativada vista “*de fora*” da região e dos territórios vividos; ora se fixavam e os distanciava – em relação às imagens também estigmatizantes traçadas “de dentro” da região com os recortes de fronteiras que estabeleciam entre si, conforme eu começava a identificar a partir das narrativas/imagens projetadas pelos interlocutores e suas práticas articuladas. Além das segregações sócio-territoriais perpetradas sobre o Grande Bom Jardim na metrópole Fortaleza-Ce – imagens de (des)classificação negativada presente nos discursos da mídia local – emergiam as complexas micro-segregações entre territórios e seus habitantes dentro desta região. Parecia interessante seguir os indícios do campo e aproximar-me um pouco mais deste lugar supostamente “*proibido*” chamado Marrocos e das teias relacionais que o constituem.

Em abril de 2011, consegui, finalmente, aproximar-me desta localidade por intermédio de representantes do Movimento de Saúde Mental do Grande Bom Jardim (MSMGBJ), uma das maiores ONG’s do Grande Bom Jardim, que conheci durante minhas “caminhadas de reconhecimento”. Esta instituição da sociedade civil, sediada no bairro Bom Jardim, desenvolve projetos sociais em territórios da região desde início dos anos 1990. A sua atuação no Marrocos iniciou em 2006¹³⁰. Este MSMGBJ retomou os diálogos com as lideranças informais deste território em 2008 e havia concluído a construção de um prédio no qual pretende desenvolver trabalho “sócio-educativo” vinculado a um de seus projetos sociais: o “Sim à vida”¹³¹. Acaso ou não, logo em minha primeira conversa com uma das coordenadoras desta instituição – na sede do Movimento – ao explicar-lhe minha intenção de pesquisa e sem nem tocar no nome Marrocos, ela exclamou: “A única comunidade que consigo pensar para lhe apresentar é o Marrocos!” Sorri internamente e demonstrei meu interesse em “visitar” a “tal comunidade” o mais breve possível. Este contato aconteceu em uma segunda-feira e na quinta-feira da mesma semana eu já estava fazendo minha primeira

¹³⁰ Reconstruí a memória do Marrocos, incluindo as ações do MSMCBJ neste território, no terceiro capítulo desta tese.

¹³¹ Este projeto do MSMCBJ tem por objetivo desenvolver competências e potencialidades de crianças e adolescentes em perspectiva bio-psico-sócio-espiritual e mobilizadora pela defesa, proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis. Encontra-se em funcionamento no bairro Siqueira. No Marrocos, contudo, embora esta instituição tenha iniciado um trabalho sócio-educativo com o público infanto-juvenil neste território, não chegou a implementar o citado projeto. Consultar site www.msmbj.org.br.

visita, acompanhando uma das coordenadoras e o educador social¹³² responsável pelas atividades socioeducativas no Marrocos à época. E, assim, em abril de 2011 adentrei, finalmente, esta localidade.

Figura 10 - Entrada do Marrocos – Avenida Urucutuba – fronteira geográfica entre os bairros Siqueira (margem esquerda) e Bom Jardim (margem direita) na parte externa. Fotos da autora.



Figura 11 - Entrada do Marrocos – rua principal na parte interna.



Fonte: da autora

¹³² Educador social assumiu as atividades de coordenação e execução do projeto Sim à Vida no Marrocos. Desenvolvia ações sócio-educativas restritas a desenhos e pintura com crianças e jovens locais. Afastou-se após três meses, ficando as atividades paralisadas até de uma nova educadora social. Com a interrupção das ações e/ou sua descontinuidade terminaram por afastar o grupo de moradores então engajados. Ver terceiro capítulo.

Estava iniciando uma tensa, afetiva e transformadora experimentação com o universo de Outrem, sujeitos outros com seus mundos possíveis (VIVEIROS DE CASTRO, 2002): os moradores deste lugar chamado Marrocos. “Encontros-confrontos” entre discursos (práticas de sentido) desta pesquisadora e de seus interlocutores capazes de produzir mútuos efeitos aos quais era preciso estar atenta no percurso e percalços da pesquisa. A lição preliminar de “*estranhar o familiar e familiarizar-me com o estranho*” (DA MATTA, 1978) tornou-se, no trabalho de campo, desafio de aprendizado em processo. Simultaneamente sentia-me à deriva (provisória), num estado de disponibilidade e atenção flutuante (LAPLANTINE, 2004: 18) direcionado ao caminho que me conduzia ao Marrocos. Inspirei-me nas lições de Laplantine (2004) em termos do “fazer da pesquisa”, ou seja, busquei exercitar o “olhar” como recurso primeiro no campo na seguinte perspectiva: “um olhar que não deve ser nem desvolto nem tenso. Onde a necessidade de voltar a dar lugar a uma atitude de deriva (evidentemente provisória) de disponibilidade e de atenção flutuante que ‘não consiste apenas’ como diz Affergan (1987, p. 143) ‘em ficar atento, mas também e, sobretudo em ficar desatento, a se deixar abordar pelo inesperado e pelo imprevisto”.

Olhar e anotar o “dito e o feito” tornaram-se imperativos em campo. Desde o início pesquisa, desenvolvi o hábito de observar e registrar em um caderno de notas – meu improvisado diário de campo – as impressões, percepções e sentimentos destas experiências. Em paralelo, realizei registros fotográficos e fílmicos para me auxiliarem nas descrições e no rememorar os fragmentos do “campo”. Os registros auxiliaram-me nos processos de aproximações sucessivas da vida de meus interlocutores nas margens de Fortaleza, ao passo que permitiam apreender seu lugar social em contextos de diferenças e desigualdades na cidade. As primeiras fotos registradas permitem visualizar distinções geográficas específicas do Marrocos em relação à sua circunvizinhança na Avenida Urucutuba em termos da urbanização, bem como sinalizavam as condições do “viver nas margens das margens” da região do Grande Bom Jardim. A foto (12) abaixo mostra uma das entradas do Marrocos, pelo lado esquerdo da Avenida Urucutuba, logo após uma oficina de bicicletas e o telefone público. Pela parte interna (foto 13), na esquina esquerda da rua principal fica uma de várias “*reciclagens*” existentes neste território e que aglutina muitos recicladores (adultos, adolescentes/jovens e crianças), principalmente pela manhã e ao entardecer, para a atividade de compra e venda de seus materiais recicláveis (lixo).

Em minha chegada ao Marrocos, ao adentrar suas ruas principal e adjacentes de terra barrenta, sem calçamentos e nem saneamento básico, repletos de poças de lama, com casas de tijolos, mistas e de taipa, com circulação frequente de carroças e bicicletas, animais pastando, a minha reação foi de surpresa: a localidade tinha um aspecto híbrido entre o urbano e o rural. A primeira impressão foi de estar chegando a um distrito do interior cearense. Sinalizava para fragmentos do “*sertão na metrópole*” (Sá, 2010), segregados socioespacialmente nestas margens urbanas de Fortaleza.

Figura 12 - Parte interna do Marrocos – trecho sem urbanização (sem ligação às redes de água, luz, esgotamento sanitário). Fotos da autora.



Figura 13 - Rua adjacente do Marrocos (sem saneamento básico e sem calçamento). Fotos da autora.



Fonte: própria autora

Aquela estreita rua de entrada do Marrocos me conduziu a “*um outro mundo possível*” dentro da cidade e do Grande Bom Jardim. Pessoas que, submetidas a condições precarizadas de vida, resistem em suas tentativas de “*teimar*” em existir na cidade, de criar e re-significar seus espaços vividos e de reinventar-se em suas experiências cotidianas. No Marrocos, os seus moradores falam não só de seus medos, inseguranças e misérias cotidianas. Elas ousam falar de suas esperanças, desejos e práticas para tentar (re)construir seu lugar no mundo social. E buscavam se fazer ouvir. Para “estranhos” entrarem no Marrocos, é “preciso saber chegar, saber respeitar a comunidade e seus moradores”, é preciso “saber viver aqui”, o que implica o aprendizado de certos códigos locais de convivência. “É preciso – advertiram-me – ter conhecimento”, ou seja, conhecer e ser (re)conhecido por moradores locais. E fui apreendendo que não se podia chegar ao Marrocos e “ir entrando”. Lá, “não é terra de ninguém”! A coordenadora de ações locais do MSMCBJ esclareceu, logo de início, que eu teria de apresentar-me à “comunidade” e “saber se iam me aceitar lá”, afinal, a realização da pesquisa demandaria a participação dos seus residentes.

Assim, minha entrada nesta localidade teve diferenciações em relação à experiência no Mela Mela. O fato de ter ido acompanhada por representantes de ONG com trabalho social na localidade – e razoável legitimidade junto aos moradores neste primeiro momento¹³³ – terminou por atribuir-me certa “abertura” inicial que tive de me esforçar para manter e tentar transformar em “confiança possível” nas interações estabelecidas em campo. Todavia, logo na primeira visita, fui inquerida por alguns moradores sobre minhas intenções na “sua comunidade”. Nomeio estes moradores de *fundadores do lugar e lideranças*

¹³³ As relações entre o MSMCBJ e as lideranças formais e informações do Marrocos tornaram-se mais tensas, conflituosas e distantes, a ponto de deixarem de participar das mobilizações e ações diretas específicas desta ONG. Nos anos de 2011 e 2012, quando as ações sócio-educativas vislumbradas pelos moradores não estavam ocorrendo segundo suas expectativas, houve um desestímulo e frustrações enunciadas pelas lideranças informais e demonstradas pelos jovens que não compareciam às atividades. Os horários propostos pelo MSMCBJ para as atividades acontecerem na localidade, em função da disponibilidade de horário de seus monitores que trabalhavam em outro projeto desta ONG no Siqueira, eram incompatíveis com a demanda e disponibilidade dos moradores. Depois, a coordenadora de ações locais saiu do Movimento, outra instrutora contratada não retornou para as atividades e um único educador social ficou com a responsabilidade de coordenar e efetivar o projeto no Marrocos. Desenvolvia atividades de desenho e pintura com crianças e jovens sem uma proposta pedagógica definida. E isto parece ter afastado ainda mais o possível público do “Espaço”. Em meados de 2012, quando uma outra educadora social assumiu as atividades no “Espaço”, estava tentando reatar os vínculos fragilizados com moradores, realizando visitas domiciliares e atividades sócio-educativas com crianças e jovens, mas de forma ainda muito insipiente. Na mesma época, o grupo vinculado à igreja católica local e que atuava diretamente nas mobilizações e ações promovidas no “espaço” engajaram-se mais efetivamente em atividades de captação de recursos para a construção de uma igreja no Marrocos, um outro “espaço” que também iria ser usado para atividades sócio-educativas na localidade. O primeiro “espaço” passou a ser tratado por eles como “espaço do Movimento”, relativo à propriedade privada do MSMCBJ e não mais reconhecendo-o como espaço de todos. A própria construção do muro com equipamentos eletrônicos em substituição à cerca anteriormente existente foi alegada como expressão do distanciamento entre o prédio e a “comunidade”. Este grupo específico que estava à frente das mobilizações e parcerias afastou-se destas atividades até 2012 quando saí de campo.

informais, aqui considerados, respectivamente, aqueles participantes da “invasão” e da construção social do Marrocos, e com protagonismo reconhecido por suas ações individuais e/ou sociais realizadas nesta localidade. Eles avisaram-me que iríamos fazer uma “troca”, com mútuos interesses. Segundo enunciou uma das fundadoras do lugar (Rita), referindo-se a mim e a minha pesquisa: “ela vem explorar a gente. A gente explora ela também! É uma troca. Ela é também assistente social, você poder ajudar com a associação”¹³⁴. A posição que estes moradores se colocavam eram de interlocutores e abria entre nós uma possibilidade de “diálogo-confronto”, a exigir de mim uma *reflexividade reflexa* (BOURDIEU, 2001), um esforço metódico e afetivo para tentar diminuir e controlar *no campo* a dissimetria cultural vinculada às distâncias sociais entre pesquisadora e interlocutores (as).

Nesta primeira visita à localidade, participei de uma reunião com os moradores promovida pelo Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ). Estavam presentes treze moradores do Marrocos, entre adultos e jovens: sendo dez mulheres e três homens, entre fundadores, lideranças formais e informais, moradores sem participação social ou política efetiva. Muitas crianças e adolescentes também circulavam no local. Todos entusiasmados e curiosos em saber do início do funcionamento do “Espaço”¹³⁵. A reunião foi convocada pela ONG para falar do início das atividades socioeducativas no local e para escolherem um nome para este equipamento. Fui acompanhando a então coordenadora das ações locais e o educador social vinculados ao MSMCBJ que conduziram esta atividade no “Espaço” e reservaram um tempo, ao final, para eu falar sobre minha intenção de pesquisa. Houve intenso debate sobre o nome a ser atribuído ao “espaço” – sem chegarem a um consenso – entremeado às suas reivindicações e cobranças de “promessas” ainda não cumpridas por parte do MSMCBJ em termos do início das atividades a serem garantidas às crianças, adolescentes e jovens locais. A participação mais intensa é das mulheres locais,

¹³⁴ Fase de luta pela direção da associação de moradores do Marrocos.

¹³⁵ “Espaço” é a nomeação nativa para designar o prédio situado na rua principal do Marrocos e que foi construído em regime de mutirão por moradores do Marrocos em parcerias com voluntários/missionários italianos e de outros territórios do Grande Bom Jardim, membros da Igreja Católica local (sacerdote e irmãs Salvatorianas) e o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ). As doações em dinheiro foram feitas pelas Irmãs Salvatorianas e pelo MSMCBJ, contando com recursos humanos da própria localidade (seus moradores engajados na construção). É uma estrutura murada, com grades nas portas e janela, com vigilância eletrônica justificada, segundo os representantes do MSMGBJ e por alguns moradores, em virtude de roubos ocorridos nos meses anteriores à minha chegada. Foi construída uma primeira estrutura em 2007 que caiu no mesmo ano e uma outra em 2008, que dispõe da seguinte estrutura física: uma área aberta e coberta de formato circular, circundada de parapeitos usados para senta-se, a qual chamam de telhoça” pela referência às palhoças indígenas só que coberta com telhas; dois banheiros; uma dispensa e uma outra pequena área coberta de formato retangular utilizada para as festividades e as atividades recreativas e sócio-educativas. Há ainda um amplo espaço não construído e pouco aproveitado. Quando cheguei em 2011, o “espaço” ainda não tinha nome e nem atividades sistemáticas sendo desenvolvidas. Havia algumas iniciativas voluntárias de moradores que recebiam ajuda de custo do MSMCBJ, a exemplo das aulas de balé, hip-hop, aplicação de Reik, desenhos com crianças e jovens, realizadas de maneira pontual.

conforme pude observar no trabalho de campo, por seus envolvimento nas atividades sociais e religiosas locais¹³⁶. Falam da necessidade de se mobilizarem, de ter atividades para seus filhos participarem e não ficarem nas ruas, de mudar a imagem negativada do Marrocos.

Ao final, tive a oportunidade de apresentar-me e explicar sobre minha pretensão de pesquisa na localidade. Literalmente, solicitei a estes moradores “permissão” para realizar meu trabalho de campo no Marrocos. Somados aos olhares desconfiados dos participantes, muitos foram os questionamentos lançados a mim sobre a pesquisa e as “reais intenções” de desejar tanto estar ali para, segundo um dos moradores, “conviver com as pessoas da comunidade e fazer esta tal pesquisa” (Patrício). Logo que me apresentei, uma outra moradora (Magali) também apresentou-se e afirmou: “nossa comunidade é muito discriminada lá fora... por causa da violência, das drogas. Mas esses são uma minoria. Tem muito mais cidadão aqui! Mais trabalhador do que vagabundo!” E indagou-me se minha pesquisa era sobre a violência ou sobre as drogas no Marrocos. Esclareci, de maneira objetiva e ética, meus objetivos de pesquisa. Obtive a “autorização” para iniciar meu intento num clima de muita curiosidade, desconfianças e expectativas em relação a esta estranha e com a própria pesquisa sobre pobreza, o lugar e seus moradores. Pareciam surpresos (as) porque a temática proposta não era nem sobre drogas ilícitas ou violência urbana, temas recorrentes nas pesquisas já realizadas na localidade. A “aceitação”, obviamente, levou muito mais tempo de interações e convivência para ser conquistada durante o trabalho de campo.

Uma das fundadoras (Rita) acrescentou, em meio aos gestos de confirmação do demais participantes com acenos positivos de cabeças e sorrisos que, para eu realizar a pesquisa lá: “É só não ter medo e vir ... porque muita gente tem medo de vir aqui!” Uma jovem mãe disse que eu poderia telefonar para ela ou outro morador para ir buscar-me na parada do ônibus e entrar junto comigo. Eu, não tão ingenuamente, disse que era tão perto a parada de ônibus da entrada, precisaria mesmo? E a resposta foi imediata por parte da fundadora anterior (Rita): “Precisa sim! Não é bom entrar sozinha aqui!” As advertências sobre o “perigo” e o “medo” associadas à sua localidade e, por conseguinte, aos seus moradores eram expressas de maneira ambígua pelos presentes. Afirmaram tentar redefinir esta imagem, embora não a negasse totalmente. Como se avisasse mais ou menos assim: “é

¹³⁶ É importante salientar a existências de grupo de moradores formado eminentemente por mulheres – três fundadoras e lideranças informais – engajadas nas ações da igreja católica que compreende a organização e participação nas celebrações e festejos religiosos, e a arrecadação de recursos financeiros e materiais para a construção da igreja do Marrocos. Para tanto, promovem bazares, festas, bingos, venda de comidas (“pratinhos”) em barraquinhas na “comunidade” e buscam doações de comerciantes locais, dentre outras. Este grupo contava até 2012 com a colaboração de voluntários: moradora do Grande Bom Jardim, voluntário missionário italiano e freiras Salvatorianas, sendo destacável o engajamento direto do pároco local.

perigoso, mas depende de com quem você e em que parte do Marrocos você estiver”. Os recortes de fronteiras iam sendo sinalizadas em seus fluidos contornos.

Importa salientar que esta imagem de “favela perigosa” não era considerada de todo negativa ou um “prejuízo” (com efeitos de perdas para a localidade) por parte de alguns destes moradores. Ao contrário, estas imagens eram utilizadas para manter afastados aqueles que não reconheciam como “confiáveis e próximos”, os “indesejáveis” na perspectiva local, demarcando fronteiras e estabelecendo regras de entrada e saída de sua “comunidade”. No caso de profissionais dos equipamentos sociais implementados na região – a exemplo dos Centros de Referência da assistência Social (CRAS) e dos Centros de Saúde da Família (CSF) – de lideranças políticas ou membros de associações ou ONG’s que pretendiam fazer alguma intervenção no local, seria necessário dialogar com alguns de seus moradores-fundadores e suas lideranças informais antes de realizar qualquer ação local. O mesmo “cuidado” era adotado em relação aos pesquisadores. Caso contrário, estas ações poderiam tornarem-se impossíveis, trazendo, sim, “prejuízos” para a localidade. Uma situação emblemática ocorreu em 2010 durante uma tentativa frustrada de cadastramento das famílias do Marrocos proposta por equipe de profissionais do Centro de Saúde Abner Cavalcante Brasil¹³⁷.

Em uma de minhas “caminhadas de reconhecimento” do espaço, visitei este equipamento de saúde e dentre as várias advertências de profissionais para que tivesse cuidado e me mantivesse afastada do Marrocos, o seguinte episódio foi narrado para exemplificar a suposta “periculosidade” dos moradores desta “ocupação irregular e bastante crítica”. Segundo a narrativa, o mutirão de profissionais formado por cerca de setenta pessoas – entre médicos, enfermeiros e agentes de saúde – foi “abordada e cercada” por moradores quando entraram nesta localidade e chegaram nesta parte próxima à Avenida Urucutuba. Ora, uma enfermeira telefonou quase chorando, pedindo reforço e tiveram que chamar quatro viaturas do Ronda do Quarteirão para “salvá-los” dos “violentos” moradores que falavam alto e os ameaçavam, afirmou um dos responsáveis pela administração deste Centro de saúde da Família (CSF). Desde então, nenhum profissional, sobretudo agentes de saúde, se dispuseram a andar nesta área. Alegam sentir-se inseguros e temem assaltos e roubos na localidade.

A alusão feita por este profissional sobre os “perigos” na área atribuída aos seus moradores foi reforçada por uma liderança da Nova Canudos presente no dia de minha visita

¹³⁷ Faz parte dos equipamentos de saúde mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde (Fortaleza) localizado no Bairro Bom Jardim, especificamente situado na localidade Nova Canudos, também reconhecida por “Favela do Urubu”. Nesta localidade há facções rivais às do Marrocos tornando ainda mais difícil o frágil atendimento dos moradores neste centro de saúde porque têm que atravessar uma das múltiplas fronteiras sócioterritoriais existentes na região.

ao CSF. Ela se referiu ao Marrocos como “área crítica” e explicou: área de insegurança e violência, assaltos, crime, ataques dos criminosos escondidos nos matos e que atacam quem passar. Nas versões dos moradores (as) do Marrocos presentes neste acontecimento, os profissionais foram abordados para discutir sobre as atividades que iriam desenvolver. E quando um grupo começou a “discutir” com eles, a chefe da equipe chamou o Ronda por telefone, porque estava sentindo-se “ameaçada” pelos moradores. Episódio que, segundo os profissionais, impossibilitou a realização do cadastramento para inclusão do Marrocos na territorialização da saúde da SER V, requisito básico para garantir a cobertura de atendimento à saúde de seus moradores. Advertiram-me para não andar sozinha por lá e andar mais discreta, sem relógio, sem nada que pudesse chamar a atenção. E afirmou em tom meio irônico: “Ah! Você não sabe como é lá!” E o que eu não disse é que estava vindo de lá do Marrocos, atravessando as fronteiras estabelecidas entre as duas localidades geograficamente próximas: Marrocos e Nova Canudos.

O fato é que, antes deste acontecimento, a localidade já não dispunha de cobertura de agentes de saúde e não estava prevista para atendimento em nenhum dos três centros de saúde da região¹³⁸, tendo violado o seu direito à saúde. E depois, a situação permaneceu e com um outro agravante: fortaleceu a imagem negativada do lugar por parte de alguns profissionais de equipamentos de saúde e sociais da região, que se negam a atuar na localidade. O Marrocos não existe para o Estado em sua face protetiva, não havendo nenhuma informação sistematizada sobre esta localidade nem nos equipamentos de saúde, nos CRAS ou na SER V, conforme pude identificar em visitas posteriores. A produção negativada do Marrocos e de seus moradores se faz também por dentro das instituições que deveriam ser responsáveis pela garantia de seus direitos sociais e cujos efeitos mais diretos é a sua negação e reforço de sua estigmatização territorial cotidiana.

De maneira ambígua, o mesmo estigma de “favela perigosa” – lugar de concentração da “periculosidade” – terminava sendo uma das formas usadas por alguns residentes para tentar defender-se do que considerassem “perigos de fora” associado mais especificamente aos “estranhos e desconhecidos” por eles. Ao mesmo tempo, obrigava aos “estranhos” a precisar de intermediários autorizados e observadores atentos à entrada, deslocamentos recolha de informações. Esta tática de potencializar a imagem do “perigoso” e do medo associados ao território para resguardar a “auto-proteção” de alguns de seus moradores foi também utilizada comigo nos momentos iniciais da pesquisa. Conseguiram-me

¹³⁸ Centros de Saúde: F. Abner Cavalcante Brasil e Guarani Mont’Alvern no Bom Jardim e Argeu Herbster na granja Lisboa.

uma “guia”¹³⁹ para acompanhar-me no Marrocos nas andanças dos dois primeiros meses de minha chegada. Tratava-se de uma moradora local que habitava em casa cedida por um dos traficantes da área. Interessante salientar que durante nossas “caminhadas de reconhecimento” pelo Marrocos, ela fazia questão de apontar e falar em voz alta onde estavam localizadas as “bocas de fumo”, chamando para as janelas destas “casas” jovens que ficavam a nos observar atentamente. Parecia algum tipo de “teste” para saber minha reação ou os desdobramentos destas “revelações” para esta “estranha” recém chegada na localidade. As fronteiras entre legalidade e ilegalidade neste território estigmatizado é tênue e, por vezes, misturam-se. Então, quando falavam sobre os assuntos correlatos à violência urbana e ao narcotráfico local, tentava não demonstrar interesse direto ou preocupação excessiva. De fato, este não era meu foco de pesquisa. Todavia, compreendo a pertinência destes dois vetores nos processos de reconfiguração do viver nas margens urbanas em condição de pobreza nos tempos contemporâneos, em especial, em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, nestes anos 2000. Ouvia atentamente os relatos correlacionados a estes vetores e deixava para anotá-los em meu diário somente quando me afastava do campo, a fim de não chamar ainda mais a atenção dos residentes.

As percepções sobre este lugar chamado Marrocos iam se reconfigurando à medida que conseguia situar-me nas teias relacionais de seus moradores e decifrar alguns de seus códigos de convivência local. Eles iam me ensinando o seu “saber viver” nas margens das margens, possibilitando a reinvenção da imagem do Marrocos como um espaço estranho e “nefasto”, em um outro e mesmo Marrocos como lugar próximo e “fasto”. Não obstante, considerar a tênue linha que os distingue e significa era fundante no campo. Fui aprendendo o quê, quando e a quem perguntar, bem como os momentos em que olhar, ouvir e calar prevaleciam como vias possíveis e indispensáveis de apreensão das relações sócio-culturais locais.

De início, segui as “recomendações” recebidas na primeira reunião e nos encontros posteriores nos quais os (as) interlocutores (as) iam me ensinando o seu “saber viver”, em suas práticas afetuosas e de certa proteção e cuidado para comigo no campo. Eu e minha “guia” estabelecemos interlocuções importantes nos primeiros meses de pesquisa. Logo no primeiro encontro – na reunião narrada – havia pedido os contatos telefônicos dos presentes que os cederam sem objeções. Busquei preservar e fortalecer estes contatos com

¹³⁹ Esta moradora havia colaborado com voluntários e missionários italianos em suas visitas às famílias do Marrocos nos anos de 2005 e 2006 quando mapearam a localidade e construíram o perfil socioeconômico das famílias.

alguns dos moradores presentes e com eles fui estabelecendo uma rede de relações e interações que me oportunizaram a realização da pesquisa. Eles me deram acesso às suas próprias redes de relações de parentesco, amizades e vizinhança. Com o avançar do trabalho de campo, fui identificando outros (as) interlocutores (as) significativos (as) para a apreensão do objeto de estudo e incluindo-os (as) no processo de pesquisa.

Quando “ser aceita” e “ter conhecimento” pareciam mais entranhados nas interações estabelecidas com alguns moradores do Marrocos, subverti certas “recomendações” e fui buscando apreender seus “ensinamentos” em campo. Comecei a ir sozinha ao território e em seu entorno – sem o acompanhamento de representantes da citada ONG e sem minha “guia” – e tentei experienciar densamente o ofício da pesquisa (BOURDIEU, 1989) como aprendizado teórico-empírico e afetivo (GOLDMAN, 2005). Com algumas interlocutoras e suas famílias – com destaque para três moradoras fundadoras do lugar – a aproximação ao campo foi convertida em certa cumplicidade, amizade, mútua confiança. O contato e apoio destas mulheres gerou confiança e possibilidades de acessar as redes sociais locais. Com outros, estabeleci as interações possíveis com respeito e abertura às suas dinâmicas vivenciais e “verdades”. Da primeira visita ao Marrocos para participar da reunião com moradores em 13/04/2011 até a finalização do trabalho de campo em maio de 2012, prática metódica da pesquisa e experiência de vida entrelaçaram-se.

Em geral, deslocava-me à localidade de ônibus. Eram duas conduções para ir e duas para retornar até minha casa no São João do Tauape. A passagem pelo terminal do Siqueira era, via de regra, um tanto demorada, sobretudo, na volta ao final da tarde devido ao fluxo de pessoas e ao intenso trânsito. Aproveitada para “pesquisar”, observando e ouvindo os passageiros em seus deslocamentos em direção ao Grande Bom Jardim, nas filas do terminal, nos encontros, cumprimentos e conversas com alguns de meus interlocutores que seguiam para seus trabalhos noturnos. Filas imensas no terminal do Siqueira e os ônibus lotados no início da manhã e final de tarde, tensão em virtude das práticas de assaltos nestas linhas de ônibus apenas sinalizavam quão difícil é estar e/ou viver nas margens urbanas, chegar e sair atravessando Fortaleza que implode em suas múltiplas e desiguais faces. Nas vezes nas quais resolvi ir de taxi, finais de tarde, à noite e/ou aos finais de semana, aproveitei para observar as expressões corporais e ouvir as percepções dos taxistas sobre a minha inusitada ida ao Bom Jardim, considerado, também por eles, um *espaço “perigoso e violento”* de Fortaleza. Havia certa curiosidade por parte dos taxistas sobre os porquês de minhas idas frequentes até a região. Vale ressaltar que nem todos os taxistas aceitavam levar-me ao Grande Bom Jardim e, especificamente, ao Marrocos. E já houve momentos de retornarem comigo ao ponto de taxi

quando eu dizia o destino. Assim, quando telefonava para o ponto de táxis – vizinho ao meu local de residência no São João do Tauape – para solicitar taxi, era logo indagada pela atendente: “qual o destino? É só para o nosso controle”.

A imagem negativada do lugar ultrapassa os limites da região devido, sobretudo, aos casos de violência urbana veiculados na mídia, com ênfase para os sequestros relâmpagos, assaltos/roubos, o caso de assassinato de um taxista ocorrido no Marrocos em 2010. Então, havia tanto taxistas que diziam não se importar em ir ao Bom Jardim porque estavam “acostumados” e “conheciam o lugar”, como aqueles que se recusavam terminantemente a conduzir-me até lá ou o faziam com muitas ressalvas, difamações e advertências sobre a região durante todo o trajeto. Outras vezes eu preferia ir de taxi até o terminal e depois tomar um ônibus até a localidade, para não despertar a atenção de alguns moradores e porquê de ônibus eu aprendia a me situar melhor no espaço urbano.

Em verdade, nesta experimentação de pesquisa, eu tive de aprender a me localizar nos espaços urbanos desta cidade, a identificar e memorizar os pontos certos de referência, mesmo ainda confirmando tantas vezes os ônibus e seus itinerários com motoristas, trocadores e passageiros. Aprender, portanto, a descer nas paradas certas, a prestar atenção e “saber” entrar, andar e sair do Marrocos era indispensável ao trabalho de campo. Descer na parada errada ou entrar em ruas “desconhecidas”, como chegou a acontecer algumas vezes, era me colocar “em risco” com relação aos recortes de fronteiras dentro do Marrocos e no seu entorno. E se eu começava a ser “conhecida no Marrocos” e por andar com gente de lá, isto me colocava também nas margens com relação a outros territórios e pessoas que eu precisava aprender a “saber respeitar”. Foram momentos de aproximações sucessivas nas quais, entre impressões e registros no diário de campo ou em fotografias, eu tentava conhecer e reconhecer o lugar em caminhadas, encontros e relatos estabelecidos na localidade, em seu entorno, nos momentos nos quais atravessassei fronteiras em direção a territórios situados nos bairros Bom Jardim, Siqueira ou Canindezinho. Algumas poucas vezes, em 2011, realizei o trajeto do Marrocos ao Mela Mela ou vice-versa, fazendo o trabalho de campo em simultaneidade nos dois campos. Nas idas e vindas, chegadas e saídas do campo, nas interações com os moradores, fui delineando o caminho da pesquisa. A construção do objeto em processo nos campos e a partir dos campos, em sintonia com as escolhas teórico-metodológicas da pesquisa.

Esforcei-me por realizar meu trabalho de campo no Marrocos de forma sistemática e metódica. Diferente da minha experiência de pesquisa na primeira área, minha frequência e permanência foi semanal, em média de dois a três dias. Quando não podia fazê-

lo, mantinha contatos telefônicos com algumas de minhas interlocutoras mais próximas para avisar os motivos da ausência e saber das “novidades”. Tentava chegar cedo (entre 8h e 8:30h) na localidade, mas era bem difícil pela distância geográfica e a demora no terminal, esperando o ônibus específico para a localidade (Planalto Granja Lisboa/Tatumundé). Passava o dia inteiro e saía em média às dezessete ou dezoito horas. Ou ficava em um dos turnos, manhã ou tarde. Almoçava na casa de duas de minhas interlocutoras-chave ou no bar em frente ao Marrocos, do outro lado da Avenida Urucutuba. Quando faltava a comida ou o tempo de fazer o almoço fora utilizado para acompanhar-me à casa de algum morador, eu comprava nossas marmitas no bar da avenida, sob protestos de minhas interlocutoras-chave.

Apesar das dificuldades financeiras, oferecer alguma alimentação e, em especial, o almoço era um prazer para elas e um presente para mim. As “merendas” da tarde eram oferecidas em quase todas as casas por onde andei com satisfação: o “cafezinho”, o cuscuz, o pão com margarina. Estes eram momentos ricos de interação social marcados por descontração, brincadeiras, conversas, relatos emocionados, práticas de sentido que encarnavam parte do viver nestas margens de Fortaleza. Houve dias em que permaneci mais tempo na localidade em virtude de eventos e/ou reuniões recorrentes no período da noite ou nos finais de semana. Em geral, era convidada para participar de reuniões promovidas com políticos e/ou candidatos locais à eleição, representantes da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), organizações e realização de festejos¹⁴⁰, celebrações¹⁴¹ e eventos realizados pela igreja católica, reuniões e festa da Associação de Moradores do Marrocos. Nestas ocasiões, deixava clara minha posição e meus objetivos na condição de pesquisadora. Nem por isto se conformavam e me exigiam tomar posição nestes acontecimentos na localidade.

Minha rotina no campo era bastante variada. Em uma atitude inicialmente de deriva, na maioria das vezes não seguia nenhuma programação específica, com exceção das entrevistas marcadas com antecedência ou das visitas a outras localidades do entorno. Adotei, assim, a observação participante, com anotações sistemáticas em diário de campo e caderno de notas. Buscava acompanhar o cotidiano de alguns moradores em suas residências, em seus trajetos pela localidade ou bairros, nos encontros e conversas nas ruas, nas idas às feiras-livres, nas visitas a familiares, dentre outras situações rotineiras ou extraordinárias que quebravam a rotina diária. Para familiarizar-me com as trilhas e redes sociais locais, aproveitei as situações do dia-a-dia dos (as) moradores (as): uma ida ao mercantil do bairro;

¹⁴⁰ Destaco os festejos do dia das mães, das crianças e Natal no Marrocos.

¹⁴¹ Às celebrações e/ou festejos familiares, a exemplo de casamento e aniversários, não cheguei a comparecer, embora tenha recebido convites de interlocutoras-chave.

buscar ou deixar as crianças na escola; visitar algum parente dentro do Marrocos, na “*ocupação*” do lado ou em lugares mais distantes; “*fazer a feira*” às terças de manhã; ir à padaria no final das tardes, ao mercadinho, à mercearia dentro ou fora da localidade. E lá estava eu, quando possível, disposta a acompanhar alguma interlocutora. Não recebia “*não*” como resposta, talvez por gentileza ou porque haviam compreendido os motivos de minha permanência neste local e decidiram “aceitar” minha presença estranha com tantos questionamentos sobre o viver nas margens. Os deslocamentos no território e circunvizinhança eram momentos interessantes para conversar, observar e ouvir seus relatos sobre a vida local. Outra situação recorrente de observação e interação era ficar conversando na calçada em frente da casa de uma de minhas interlocutora-chave – uma das fundadoras do lugar – nos finais de tardes, quando outras vizinhas iam “se chegando” e falavam dos acontecimentos da semana, de suas situações pessoais e familiares.

O percurso da pesquisa foi se materializando a partir de fragmentos do cotidiano, aparentes detalhes, das chegadas, das idas e vindas, dos conhecimentos e reconhecimentos do lugar e das pessoas, dos encontros, dos cumprimentos, dos tantos almoços, cafés e merendas regados a conversas orientadas e outras nem tanto. Sentar-nos em torno da mesa, na cozinha principalmente, era motivo para uma boa conversa com um “cafezinho para acordar” ou uma “aguinha para refrescar a quentura do sol” e “limpar a garganta da poeira das ruas” deste Marrocos fortalezensse. Na aparente simplicidade de um cotidiano complexo foram sendo tecidos os fios da pesquisa entre experiências, olhares, escutas, afetos entre pessoas de “carne e sangue”. Diálogos-confrontos possíveis entre os discursos dos (as) interlocutores (as) e da pesquisadora tecidos no microcosmo social Marrocos e, de maneira singular, nas residências dos (as) interlocutores (as). No decorrer da pesquisa fui percebendo a importância deste espaço privado das casas dos moradores como *locus* por excelência de interações sociais e produção de “dados” de campo. Busquei observar uma parte de suas rotinas de usos e ações, o “fluxo dos comportamentos” humanos ou das ações sociais em seus microcontextos de experiências, para usar as expressões de Geertz (2001).

É importante salientar a interferência de minha condição de gênero no decurso da pesquisa. Conforme afirmei no item anterior, pertencer ao gênero feminino me aproximou das interlocutoras mulheres e garantiu mútua confiança e cumplicidade. Esta “cumplicidade” e abertura ao universo de *Outrem* foi sendo construída e aprendida na dinâmica da pesquisa, encontrando no espaço doméstico as condições favoráveis de estreitamento de laços de confiança com as interlocutoras e outros membros de suas famílias. Ao contrário da situação encontrada no Mela Mela, consegui não só aproximar-me e estabelecer as conversas

informais, como realizar as entrevistas com moradores do sexo masculino, entre jovens, adultos e idosos locais, embora em proporção bem inferior ao número de mulheres participantes da pesquisa. A obtenção da maioria destas entrevistas com o público masculino foi mediada pelas interlocutoras. O espaço doméstico da casa e o estreitamento de laços com as “mulheres-mães-avós”, em destaque as fundadoras do lugar – oportunizou as interações com outros membros de suas famílias, seus filhos (as), parentes e amigos (as), ampliando as redes relacionais dentro do Marrocos e em territórios circunvizinhos. O trabalho de campo terminou por extrapolar o espaço físico do Marrocos, deslocando-me em direção às teias de relações de seus moradores existentes em outros territórios nos quais realizei as “caminhadas de reconhecimento” e as entrevistas possíveis com alguns moradores, a fim de melhor apreender a dimensão relacional deste viver nas margens das margens desta região.

Busquei manter uma atenção metódica reflexiva aos efeitos dos diálogos-confrontos entre os discursos da pesquisadora e dos (as) interlocutores (as), a fim de reduzir distâncias sócio-culturais e aproximar-me ao máximo de “suas verdades”, suas “versões”. Um desafio e um risco assumido que não sei até que ponto consegui atingir e traduzir nesta interpretação. Estabeleci vínculos de afetividade com os (as) moradores (as), esforçando-me por assumir uma posição de “compreensão simpática”, no dizer de Bourdieu (2001), e de aprendizado em nossas interações cotidianas. Não obstante, as incompreensões, as indagações e as brincadeiras foram muitas em termos dos motivos que me conduziram a escolher o Marrocos para fazer minha pesquisa. Por várias vezes fui questionada, em especial, pelas jovens da localidade se eu era obrigada a ir especificamente para lá por conta dos “estudos”, pois era impossível, segundo afirmaram, compreender como alguém queria ir espontaneamente para a “*favela do Marrocos*”. Elas mesmas faziam de tudo para sair!

Simultaneamente observadora e observada no campo, afetando e deixando-me afetar nos múltiplos encontros-desencontros estabelecidos com pessoas e lugares, esforcei-me por manter-me em atitude *reflexiva reflexa* (BOURDIEU, 2001) na tessitura da pesquisa. Ao assumir a condição de que os dados e informações são afetados e construídos nas relações tecidas entre esta pesquisadora e aqueles que se dispunham a serem meus interlocutores, exige a reflexão constante sobre nossa posição ética e condição no campo. Afinal, as imagens que as pessoas do lugar faziam de mim dependiam, não exclusivamente, de nossas interações estabelecidas na situação de pesquisa, considerando as condições sociais de existência do lugar nas quais estão sendo construídas. E destas interações sociais dependiam as possibilidades concretas de acesso às redes sociais locais afetadas com a minha presença no campo. Ao estabelecer interações em campo, “estar lá” suscita, assim, expectativas,

indagações e imagens de Outrem – tomado aqui por interlocutores (as)– sobre quem somos, a que viemos e porque nos suportar e nos ajudar a apreender seus mundos de significados a serem “traduzidos” – ou “traídos”, no dizer de Viveiros de Castro (2002) – no discurso da própria ciência. À proporção que me indagava sobre “*o que eles pensam que são, o que pensam que estão fazendo e porque o fazem*” em seus próprios sentidos ou conceitos nativos em confronto com o horizonte de significações da pesquisadora; estava também sendo questionada em minhas atitudes e postura em campo, eminentemente carregadas de sentido e presa às “teias de sentidos que nós mesmos tecemos” no horizonte acadêmico e no mundo social por nós habitado. Conforme salienta Geertz, na pesquisa social, de modo singular a de cunho antropológico ou, neste caso específico, que se utiliza de seus recursos metodológicos, não há separação entre as “esferas ocupacional e extra-ocupacional”. Desenvolvemos nosso ofício de pesquisadores (as) na acadêmica e em campo, aprendendo a viver e a pensar simultaneamente na relação tensa e combinada entre as atitudes “engajada e analítica em relação à realidade social” e ao nosso percurso no trabalho de campo. Novamente, o movimento simultâneo de “familiarizar-se com o estranho e estranhar o familiar” é atitude premente no campo e neste momento de escrita da tese.

Ao longo dos meses de trabalho de campo, minha presença e perguntas constantes pareciam já não provocar tanta desconfiança, desconforto e estranhamento entre os moradores das ruas do Marrocos em que me detive mais ativamente e construí minha rede de entrevistas. Quanto aos jovens envolvidos com a criminalidade local, considero que mantiveram, em relação a mim, uma distância controlada e uma aparente indiferença. Era observada em minhas “andanças” pela localidade, contudo, em nenhuma ocasião fui abordada ou senti-me ameaçada pela presença dos “meninos da comunidade”. Quando estava na calçada com alguma de minhas interlocutoras-chave, aproximavam-se, cumprimentavam e eram cumprimentados, permaneciam algum tempo, observando, e depois seguiam seus trajetos. Mantive conversas informais com membros de família considerada “envolvida com o mundo do crime”, mas somente com a jovem Gabriela¹⁴² consegui realizar entrevista logo no

¹⁴² Ela é irmã de dois jovens que foram responsáveis pelo tráfico na área central do Marrocos até 2012. Um de seus irmãos era considerado “bandido grande”, fazia assaltos e sequestros e comandava o tráfico local. No período em que realizei minha pesquisa passou um período no Marrocos após ser liberado de uma de suas constantes prisões. Depois foi novamente preso e quando saiu passou pouco tempo novamente no Marrocos, sendo assassinado no início de 2013. O outro irmão, de apenas 16 anos, assumia o comando do tráfico local durante os momentos de prisão de seu irmão. Foi este o jovem perseguido e baleado por policiais no citado episódio do tiroteio. Ele faz parte dos “meninos” da localidade e recebe a solidariedade de “amigos” e vizinhos. Embora também seja alvo de denúncias anônimas e várias perseguições por parte de alguns vizinhos com os quais teve “desentendimentos”. Depois da morte de seu irmão mais velho (“patrão” do tráfico local), a família mudou-se do Marrocos. O irmão mais novo que havia assumido o seu lugar, foi “passar uns tempos no interior”, conforme me informou uma interlocutora-chave. Logo quando cheguei ao Marrocos, a jovem Gabriela havia

primeiro mês do trabalho de campo. Pondero que nosso contato inicial e a realização desta entrevista¹⁴³ com membro direto desta família, bem como os contatos estabelecidos informalmente com seu irmão mais novo – também pertencente ao mundo do crime – contribuiu para facilitar e garantir a minha permanência no campo sem restrições por parte deles.

A “aceitação possível” foi sendo tecida e abriu espaço às interações “necessárias” à própria viabilidade do trabalho de campo, cujos sentidos encontravam-se em permanente negociação nas relações intersubjetivas entre pesquisadora e interlocutores (as). Fui ariscando-me a entrar sozinha quando descia do ônibus e atravessava a Avenida Urucutuba. Andava pelas ruas principais sem acompanhamentos e era bem recebida na casa de moradores (as) com minhas perguntas infundáveis sobre a vida no local. Sou cumprimentada e cumprimento aos meus “conhecidos” em vários espaços por onde circulava – dentro e fora do Marrocos, quando encontrava algum morador “conhecido” – e isto era motivo de mútua satisfação. Quando havia necessidade de caminhar em espaços para mim “desconhecidos”, fragmentos do Marrocos considerados “mais perigosos” por seus moradores, pude contar com a colaboração de minhas interlocutoras ou de membros de suas famílias para acompanhar-me. Talvez um dos “acontecimentos” mais significativos para sinalizar minha “aceitação” entre meus interlocutores tenha sido a experiência de “tiroteio no Marrocos” vivenciada numa tarde de 2012. Não será possível narrar a situação em detalhes neste momento do texto, mas retomo este “acontecimento” posteriormente ao abordar as dinâmicas do “viver acuado” nestas margens das margens. Trata-se de situação tensa e “perigosa” ocorrida no momento de uma perseguição policial feita a um dos “meninos da comunidade” que havia assumido a pouco a chefia do tráfico local no lugar de seu irmão preso à época. A movimentação de viaturas havia começado desde o início da tarde. Lá pelas dezesseis horas, quando retornávamos – eu e minha interlocutora-chave – da visita realizada a uma ocupação recém instaurada nas imediações do Marrocos, nos deparamos com a concentração de três viaturas policiais, com cerca de quatro policiais em cada uma, paradas em frente à rua onde residia seu filho. Residência conjugada à da família envolvida com o tráfico local. Ao entrarmos na residência de minha interlocutora (Luzia), um policial chamou no portão e solicitou autorização para

retornada à localidade a pedido do irmão “do tráfico” que havia saído do presídio. Envolveu-se novamente com atividades ilícitas – passou a revender drogas na localidade – e terminou presa, assumindo o porte e a propriedade das drogas vendidas que, de fato, pertenciam ao seu irmão. Permaneceu presa no presídio feminino Auri Moura Costa até o início de 2012. Reside atualmente em outra localidade e evita visitar a família no Marrocos.

¹⁴³ Esta “aproximação” foi intermediada por uma de minhas interlocutoras-chave pelo fato de conhece-los desde a infância e por ter auxiliado Gabriela e outra de suas irmãs a abandonar o vício do crack.

revistar a sua casa porque haviam recebido denúncia anônima de que um “perigoso” jovem estava escondido no Marrocos. A revista foi feita com a autorização da dona da casa.

Logo após a saída do policial, uma vizinha veio correndo chamar minha interlocutora, gritando que os policiais ameaçavam invadir a casa de seu filho, alegando que o jovem perseguido estava escondido lá. Saímos todas assustadas – eu, minha interlocutora e outra pesquisadora¹⁴⁴ – e fomos em direção à casa e aos policiais para argumentar que eles não podiam, simplesmente, invadir a casa. O casal proprietário da casa estavam fora e a mãe do rapaz recusou-se a autorizar a entrada. Por mais que eu, a mãe do rapaz e algumas vizinhas no meio da rua argumentássemos que eles não podiam “arrombar os cadeados” e entrar, os policiais insistiam. E ela sustentando que não autorizava porque o filho estava trabalhando e a nora havia saído com sua neta para o posto de saúde. Não ia deixar entrar na casa, recém reformada, pra quebrarem o pouco que tinham. Nenhum argumento funcionou e um policial adentrou a residência pelo telhado, provocando a saída abrupta do jovem perseguido. O rapaz denunciado estava, de fato, escondido na casa do filho¹⁴⁵ de minha interlocutora-chave, dentro da caixa d’água.

O jovem de dezesseis anos, branco queimado de sol, franzinho, de aparência frágil e meio adocida, emergiu de dentro da caixa d’água quebrando as telhas, correndo sobre os telhados das casas e saltando de maneira inacreditável do telhado para a rua da frente. Ao cair no solo saiu correndo em direção uma das ruas adjacentes do Marrocos. No momento em que ele saltou no solo, foi baleado na perna pelo policial que estava sobre o telhado. Ele se encontrava numa posição um pouco afastada da localização da caixa d’água de onde o rapaz conseguiu emergir. A bala pegou de raspão na sua perna e não conseguiu parar o rapaz que corria rapidamente. De imediato, outro policial que estava no solo armado com um fuzil ajoelhou-se e começou a atirar em direção ao rapaz. E foram múltiplos disparos intermitentes, tanto do policial que estava sobre o telhado, como deste ajoelhado ao solo com o fuzil em punho. Atiravam sem nenhuma preocupação com quem estivesse nas ruas. E tanto a rua principal como a adjacente, por onde fugiu o rapaz, estavam repletas de mulheres, crianças, idosos e, dentre estes, nós três (minha interlocutora, eu e outra pesquisadora) correndo em direção contrária aos tiros em busca de abrigo na casa de Luzia. Uma situação um tanto desesperadora e por mim jamais vivenciada antes. Foi gritaria, gente correndo, outros

¹⁴⁴ Durante o segundo semestre de meu trabalho de campo no Marrocos, contei com a presença da professora Márcia Regina de Souza Arão que também estava realizando pesquisa de campo para sua dissertação de mestrado em políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Sua temática de pesquisa era o orçamento participativo.

¹⁴⁵ Este rapaz era casado com a prima do jovem perseguido e mantém relações de proximidade com a família envolvida com a criminalidade no local.

perplexos e parados olhando pra cena sem reação, a maioria fugindo na direção contrária às balas, buscando abrigo nas residências mais próximas que estavam com as portas abertas. E, óbvio, corri em direção à casa de minha interlocutora-chave. Assustada, ainda fiquei observando do portão.

Uma das viaturas saiu em perseguição ao rapaz baleado. Passados os tiros, veio um policial pedir para abrir a residência porque um dos policiais havia torcido o tornozelo quando subiu no telhado e precisava de ajuda para sair da casa. Fomos de novo, eu e minha interlocutora, em direção à rua para saber o que estava acontecendo. Ela disse que não tinha a chave, embora tivesse, e chamou a mãe de sua nora para ir lá abrir a casa. Duas viaturas ainda estavam na rua em frente à casa invadida. Dois policiais estavam dentro da residência e alguns outros armados na rua em frente rua de acesso à casa. Depois da casa aberta, resgataram o policial machucado ao hospital que foi conduzido por uma das viaturas até o hospital mais próximo. Outros quatro policiais entraram na casa e nós fomos junto ver a situação. Fomos olhar o que tinha sido quebrado e muito havia sido quebrado! Questionados porque atiraram daquela forma, os policiais alegaram que o rapaz estava armado e era “perigoso”. Mas ele não estava armado! A casa foi invadida sem autorização dos proprietários. E os policiais não se responsabilizaram também pelos estragos na casa. Uma situação de desrespeito impensável se não estivesse ocorrendo como outras tantas vezes se repete, segundo as narrativas dos moradores, nestas periferias de Fortaleza.

O ponto alto do episódio ocorreu após termos corrido no meio da rua – eu, minha amiga também pesquisadora e outros moradores – a fim de escaparmos das “balas” disparadas por policiais em perseguição a um jovem dito “vagabundo” que eles disseram que iriam expulsar dali. Expulsá-lo da própria casa! Passado o susto, me reuni com moradores no alpendre do bar de um casal de interlocutores. Rita, a dona deste bar, logo me interpelou sorrindo quando cheguei com ar ainda assustado: *“Agora você sabe como é viver aqui. Não é só bala perdida, é tiroteio mesmo. Você presenciou só uma vez. Mas isto acontece direto. Tem tempo que tá calmo. Tem tempo que tá mais ... depois que matam um, fica calmo. Depois piora de novo. E agente aqui! É assim que a gente vive aqui”* (diário de campo, em 18/04/2012). Passado o susto e restaurada a “normalidade” cotidiana, vieram os comentários e as brincadeiras dos presentes em relação à minha “carreira das balas”, à gritaria na hora e ao compartilhar da dinâmica local. Eu não tinha digerido a situação experienciada em campo e estava sob estado de “desorientação” momentânea. As viaturas com os policiais já haviam ido embora, ainda “em perseguição” ao rapaz baleado na perna e nas costas. Eram três viaturas com doze policiais armados contra um rapaz magrinho, estatura média-baixa e desarmado,

que conseguiu escapar na frente deles. E nós ali no bar, já sabíamos do seu paradeiro: estava escondido em casa de morador local. Passado algum tempo, chegou um outro jovem dando notícias sobre ele e recolhendo contribuições em dinheiro para leva-lo ao hospital. Olhou para mim meio desconfiado mas, indiferente à minha presença, falou da situação de seu amigo baleado. E foi enfático em dizer que a denúncia anônima foi feita por uma mulher residente na localidade. Suspeitavam da mãe de um jovem recém assassinado no Marrocos e cuja autoria foi atribuída ao rapaz perseguido pela polícia. Ficamos todos no bar ouvindo o relato seguido dos comentários de alguns moradores. O rapaz arrecadou, discretamente, o dinheiro entre alguns de nós. A irmã do rapaz baleado chegou em seguida na garupa de uma moto e seguiram para a residência onde ele estava escondido, a fim de levá-lo ao hospital.

No dia seguinte em que retornei ao Marrocos, o rapaz já estava por lá, andando calmamente nas ruas, com uma bala alojada nas costas e um curativo na perna. Contava seu “feito” e foi apelidado de “renascido das águas” por moradores porque emergiu de dentro da caixa d’água todo molhado, numa cena quase cinematográfica, correndo em disparada para escapar dos policiais. O primeiro tiro pegou “de raspão”, dissera sorrindo e mancando. Se para a polícia este jovem encarna o “perigoso” – a quem chamaram de “merdinha” e de “bandido” que iriam perseguir até expulsar de lá – para muitos dos moradores ele era um dos “nossos meninos”, um “pobre coitado”, abandonado pela mãe usuária de crack, “empurrado” para o mundo do crime. Segundo relatos daquela tarde no bar, o jovem estava “perdido” desde a prisão de seu irmão e ele teve que assumir o tráfico local, responsabilizando-se pelo sustento da família e pelo pagamento das dívidas do irmão preso. Na fala de moradora local: “fazia dois dias que ele está na pedra¹⁴⁶ direto, seco, com fome, vagando sem rumo, pedindo um real a quem passasse por perto”. A atitude de moradores que o conhecem desde criança foi uma só: tentar protegê-lo como “um de nós”. Guardar silêncio sobre o esconderijo do jovem perseguido e não discriminar nem a ele, seus familiares ou as pessoas que o abrigam e “protegem” conta muito para fortalecer laços de confiança e mútua “proteção” entre os moradores e com relação aos “estranhos”, como eu, que deseja conviver e conhecer a localidade. Eram ensinamentos que me chegavam em fragmentos nas experiências das regras do “saber viver” nas margens urbanas, sob o ponto de vista de seus moradores., dentre os quais o “ver, ouvir e calar” torna-se uma máxima no campo. E este “acontecimento” do “tiroteio no Marrocos” muito me ensinou sobre o “saber viver” local à proporção que parece ter fortalecido minha “aceitação” entre estes moradores.

¹⁴⁶ Fazendo uso regular de crack.

Meus interlocutores acolhiam-me em minha diferença, sem, no entanto, admitir qualquer tentativa de supostamente “imitá-los” em gestos, expressões, vivências. Como fui recordada por uma jovem interlocutora, “eu não era de lá”. Situações a lembrar-me da óbvia condição de não ser uma “nativa” e, assim, de um desafio ético fundamental a ser enfrentado no trabalho de campo: a de ter clareza da dissimetria cultural e distanciamento social entre a pesquisadora e seus interlocutores (as) e, por conseguinte, a de assumir a necessária construção de vias de acesso ao seu universo simbólico. O “*ofício da pesquisa*” é, portanto, um aprendizado teórico-empírico (BOURDIEU, 1990) que, em sua complexidade, remete ao próprio “*fazer-se pesquisador*” em campo, nas tramas de relações e interações construídas de diálogos, silêncios, pausas, conflitos, desconfianças, aceitações e/ou recusas por parte de meus narradores para conversar, receber-me em suas casas, compartilhar comigo seus modos de pensar/perceber, sentir e viver o mundo social na particularidade de seus territórios situados nas margens das margens da cidade. Requer, conforme enfatiza Geertz:

(...) aprender como viver com eles, sendo de um outro lugar e tendo um mundo próprio diferente. (...) Possuir e desenvolver capacidades normais para estas atividades é, obviamente, essencial, se temos a esperança de conseguir que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou de que nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar. (...) (2001: p. 26; 106).

Esforcei-me, assim, por viabilizar o entendimento intersubjetivo pela via de uma *alteridade discursiva* (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), um *diálogo-confrontopossível* entre os discursos dos interlocutores e os da pesquisadora. Reconhecer, portanto, os interlocutores como expressão de Outrem, de suas “verdades” e “seus mundos possíveis”. Respeitar seus códigos, mediante um esforço sistemático e metódico para ouvi-los, inscrevendo e anotando o “dito” (sentidos/significados) de suas enunciações e práticas. Compreendê-los em suas diferenças. Conviver com eles e reconhecer em suas experiências elementos de “verdades” – suas versões a serem “*levadas a sério*” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) – que podem ser por nós confrontadas e/ou “incorporados”, de maneira a ampliar, assim, nosso horizonte de compreensão do mundo social e sobre nós mesmos em interação. Os *diálogos-confronto* estabelecidos no cotidiano da pesquisa, lembravam-me que a atitude ética se constrói no próprio campo, reconhecendo que esta interpretação do universo simbólico de Outrem – a produção de um discurso sobre os discursos (práticas de sentido) de meus “nativos relativos” – constitui-se em uma *interpretação de segunda-mão construída* sobre os sentidos de pobreza e lugar para os interlocutores-moradores de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, na especificidade do Marrocos e do Mela Mela. As experiências e a *interpretação em*

primeira mão, conforme adverte Geertz (1989), somente os próprios interlocutores podem sentir e viver, construindo suas “verdades”, suas versões “nativas”.

Neste percurso investigativo, arisquei-me a adotar recursos teórico-metodológicos da pesquisa etnográfica em minha aventura no campo. E, assim, seguir os fluxos ou fases sincrônicas da situação etnográfica enunciados por Hélio Silva (2009): *situar-se (andar)*, *observar (olhar e ouvir)* e *descrever (escrever)*. Experiência a exigir a articulação e “disciplinamento” das três faculdades do entendimento sócio-cultural enunciados por Cardoso de Oliveira (1998) – o olhar, o ouvir e o escrever – coetâneos à própria construção do saber tecido no processo de pesquisa social. Na perspectiva deste autor, o olhar e o ouvir “treinados” na relação teoria-empíria são os atos cognitivos mais preliminares e complementares no trabalho de campo, vias de acesso à apreensão do mundo social no exercício da investigação. Em termos metodológicos, *o saber olhar e o ouvir* “disciplinados” na relação teoria-empíria enunciados por Cardoso de Oliveira (1998) exigem a mediação de duas modalidades complementares de interação pesquisador-interlocutores que, conforme anunciei nesta narrativa, adotei em meu trabalho de campo: além da observação participante, a entrevista etnográfica.

Na perspectiva de Cardoso de Oliveira (1998: 24), a observação participante constitui um tipo de interação social estabelecida no trabalho de campo entre pesquisador e seus interlocutores: “o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação”. Em minhas idas, permanências e vindas ao campo, adotei a técnica de observação participante e mantive os registros sistemáticos em minhas sete pequeninas cadernetas de anotações. Estas anotações foram reescritas em meu diário de campo de maneira ampliada e crítico-interpretativa, constituindo-se em acervo digitalizado a parte. Durante o período de pesquisa, tentei manter a sistematicidade do registro das informações e vivências no campo em meu diário digitalizado e algumas vezes feitos inicialmente à mão e, posteriormente, reescritos ao computador. Fazia questão de registrar os ‘dados’ de campo com a máxima brevidade para não esquecer. Então, via de regra, quando retornava do trabalho de campo, escrevia meu diário digitalizado, rememorando as experiências com o auxílio das rápidas anotações registradas no caderno de notas e de fotografias. Desta forma, registrei minhas experimentações de campo na localidade e em seu entorno, os encontros e diálogos com interlocutores (as), reflexões e insights, impressões, dificuldades, limites do campo que foram se redefinindo à medida que avançava no trabalho de campo.

O registro fotográfico do local, da rotinas e eventos no campo tornou-se, assim, outro recurso metodológico adotado para auxiliar-me nas narrativas da pesquisa. Disponho de um considerável acervo fotográfico com duzentas e cinquenta fotos de minha autoria produzidas durante o trabalho de campo e mais cento e noventa e duas fotos fornecida por interlocutora-chave e fundadora do Marrocos que registra o processo de construção do “Espaço” e alguns dos trabalhos sociais desenvolvidos nos anos de 2007 e 2008 na localidade. Estas fotos também encontram-se digitalizadas e organizadas por cronologia e temas. Exponho algumas destas fotos ao longo da tese para fins de aproximação do campo, preferindo utilizá-las na produção textual para auxiliar no rememorar as situações experienciadas. Evitei ao máximo explicitar fotos específicas de meus interlocutores (as), a fim de não viabilizar possíveis identificações, resguardando o anonimato e o sigilo de suas identidades.

Nos processos de observação no Marrocos, priorizei três de suas ruas principais¹⁴⁷, tomando por referência as redes familiares e de vizinhança específicas de quatro interlocutores (as) e fundadores (as) do lugar. Entretanto, segundo esclarecido nesta narrativa, não me detive apenas ao espaço físico do Marrocos, perseguindo alguns dos fios relacionais constitutivos de suas teias sociais em outras localidades de seu entorno. Assim, a observação foi fundamental durante todo o percurso investigativo, abrangendo as caminhadas de reconhecimento, as conversas estabelecidas com residentes em localidades do entorno do Marrocos, as visitas aos equipamentos sociais e de saúde, os diálogos com seus profissionais, nas reuniões promovidas pelas ONG’s CDVHS e Visão Mundial das quais participei durante a pesquisa como mediações para o acesso à heterogeneidade do campo. E o diário de campo tornou-se, assim, indispensável na totalidade do processo de pesquisa e de construção desta tese.

De forma complementar à observação participante, as entrevistas circunstanciadas compuseram um material significativo na apreensão do ponto de vista dos (as) moradores (as) destes territórios estigmatizados sobre pobreza e lugar nas margens urbanas. Tentei experienciar o uso da entrevista etnográfica proposta por Beaud e Weber, a saber:

A entrevista etnográfica (...) é por definição contextualizada. É sua riqueza e seu rigor. (...) ela “fala” sempre dentro de um contexto: ao mesmo tempo, particular, da relação de entrevista, e aquela mais ampla da pesquisa etnográfica. É o que nos permite colocá-la em relação com outras entrevistas realizadas no mesmo campo (ou

¹⁴⁷ Nestas ruas, identifiquei um total de oitenta e seis (86) casas, Para a realização desta contagem, tive a colaboração de determinadas moradoras – as mais antigas – para realizarmos juntas esta tarefa aparentemente simples, se não existissem os riscos desta ação gerar desconfianças por parte dos “envolvidos” no narcotráfico local.

sobre objetos similares). Uma entrevista se desenvolve sempre num lugar e num momento dados. *O sentido das palavras recolhidas é estritamente dependente das condições de sua enunciação.* A entrevista só toma sentido verdadeiramente neste “contexto” imediato. É de fato a ele que fazem referência as palavras utilizadas. Mas é-lhe preciso restabelecer um universo de referência mais amplo, constituído por alusões que talvez não tenha compreendido à primeira vista, ao conjunto das experiências e dos casos singulares com os quais o pesquisador compara seu próprio recurso (2007: p. 164).

Nesta perspectiva metodológica, durante o trabalho de campo realizado no período de abril/2011 a maio/2012, entrevistei vinte (20) moradores (as) do Marrocos¹⁴⁸, oito (08) residentes em territórios estigmatizados situados nas fronteiras desta localidade no Grande Bom Jardim, duas (02) lideranças locais da Associação de Moradores do Marrocos e um voluntário/missionário italiano residente nesta região que desenvolveu trabalho social no Marrocos¹⁴⁹. A opção em entrevistar um voluntário/missionário italiano com atuação significativa na localidade constituiu-se em mais um recurso para reconstruir a memória local relativa ao período de intensa organização dos moradores em busca de melhorias do bairro nos anos de 2006 a 2010¹⁵⁰. Neste caso, construí um segundo roteiro que utilizei nas entrevistas com lideranças locais, voluntários e moradores-militantes de ONG’s, mantendo algumas temáticas comuns a todas as demais entrevistas.

Dentre os moradores deste território específico, priorizei entrevistar residentes mais antigos e/ou os fundadores (as) que participaram da “invasão” e da construção social do lugar, com experiências de deslocamentos e moradia em outros territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim; e jovens locais, entre 18 e 29 anos, de ambos os sexos. Apesar a condição sócio-econômica não fosse critério explícito para participar desta pesquisa, todos (as) os moradores (as) escolhidos (as) encontram-se em condição de pobreza e/ou de extrema

¹⁴⁸ Uma das lideranças locais reside no Marrocos e foi incluída neste total de entrevistas realizadas com moradores deste território.

¹⁴⁹ Este voluntário italiano tornou-se morador do Grande Bom Jardim desde 2005 e constituiu família com moradora desta região. É considerado um “amigo da comunidade” devido a sua atuação e proximidade estabelecida com os moradores do Marrocos em seu período de atuação ativa nesta localidade nos anos de 2005 a 2010. A partir de 2011, afirmou encontrar-se em processo de afastamento, cuidando de outros interesses pessoais e profissionais, embora ainda mantenha contatos assistemáticos com alguns de seus moradores e faça visitas esporádicas à localidade em eventos específicos promovidos na localidade. O Marrocos contou com a colaboração de voluntários e missionários italianos e brasileiros engajados inicialmente nas ações do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), bem como de representantes da igreja católica atuantes na região, com destaque para as irmãs salvatorianas e pároco local. Este voluntariado local assumia a forma de doações em dinheiro, materiais e de trabalho efetivo nas ações sócio-assistenciais, organizativas e durante a construção do prédio do “Espaço” sob a chancela do MSMCBJ. No período de meu trabalho de campo, estas participações e engajamentos voluntários efetivos eram escassos, praticamente reduzidos às colaborações financeiras e participação em reuniões, celebrações e eventos voltados à construção do prédio da igreja do Marrocos.

¹⁵⁰ Segundo este interlocutor, seu período de atuação ativa no Marrocos compreende os anos de 2005 a 2010. A partir de 2011, afirmou encontra-se em processo de afastamento, cuidando de outros interesses pessoais e profissionais, embora ainda mantenha contatos assistemáticos com alguns de seus moradores e faça visitas esporádicas à localidade em eventos específicos promovidos na localidade.

pobreza segundo as classificações oficiais estatais, conforme será especificado no item perfil dos (as) interlocutores (as) de pesquisa. A escolha destes (as) interlocutores (as) seguiu as redes relacionais tecidas a partir dos encontros no campo, com destaque para as moradoras fundadoras do Marrocos que conheci durante a primeira reunião da qual participei em minha visita à localidade em abril de 2011. Esta rede de relações ampliou-se na dinâmica do trabalho de campo, facilitando a realização das entrevistas.

Em nossas interações, as fundadoras gentilmente mediaram meu acesso às suas redes relacionais de parentesco, vizinhança e amizades dentro e fora de seu território vivido. Geralmente as pessoas aceitavam o convite para participar da pesquisa, com diferenciações na abertura e disposição para falar. Algumas vezes, os convidados esquivaram-se, indicavam outros de suas redes relacionais ou hesitaram em aceitar prontamente, adiando as entrevistas para quando se sentiram mais “próximas” e confiantes em relação a mim, já nos últimos meses da pesquisa. Em alguns raros casos, com destaque para aqueles a quem abordei diretamente, sem intermediações, simplesmente não se dispuseram a conversar, evitando contatos posteriores. Com uma de minhas interlocutoras-chave gravei também algumas de nossas conversas posteriores à realização de sua entrevista, para fins de complementação de informações sobre a memória do Marrocos desde sua fundação e situações vivenciais específicas relacionadas à dinâmica local. Estes momentos não se constituíram em novas entrevistas, embora gravadas com o seu consentimento.

As entrevistas com os moradores foram realizadas em suas residências, com exceção de seis realizadas na casa de uma de minhas interlocutoras-chave e fundadora do lugar. Nas abordagens prévias, quando me apresentava e explicava os objetivos da pesquisa, os agendamentos eram feitos nos turnos e horários de disponibilidade dos (as) interlocutores (as), que escolhiam horários considerados “mais calmos”. A rigor, antes da entrevista, esclarecia novamente os objetivos da pesquisa e falava da garantia de sigilo com relação a identidade dos (as) entrevistados (as) mediante sua opção por manter o anonimato e a utilização exclusiva das informações fornecidas para os fins de pesquisa acadêmica. A maioria registrou seus nomes verdadeiros nas gravações, sem ressalvas ou restrições. Todavia, optei por usar nomes fictícios para resguardo de suas identidades e segurança. Em suas residências, realizávamos as entrevistas em espaços mais reservados, em geral quarto, cozinha ou quintal. Algumas vezes tive de solicitar, delicadamente, o distanciamento de outras pessoas porque terminavam por envolver-se em nossa “conversa orientada”. Em outros momentos, estas “intromissões” de familiares e/ou de vizinhas favoreceram a “naturalidade” da conversa e ampliaram os “dados” da entrevista. Nestas situações, mantive o cuidado de especificar os

enunciadores e destacar os interlocutores preferenciais. A privacidade foi garantida na maioria das entrevistas produzidas durante o trabalho de campo nesta localidade.

No caso das *mulheres-mães* com crianças, a presença delas durante as entrevistas foi inevitável. Todavia não comprometeu a qualidade das narrativas. Um detalhe me chamou a atenção: independentemente de ter outras pessoas na casa, a maioria das interlocutoras (mulheres-mães-avós), em particular, se expressavam sobre os temas propostos com desenvoltura e liberdade. Os interlocutores, ao contrário, mantiveram atitude de reserva nas falas em relação a certos temas e só sentiam-se mais à vontade sem a presença de outras pessoas durante as entrevistas. Uma temática, em geral, delicada para os (as) interlocutores (as) era falar sobre lugar e vizinhança porque, via de regra, remetia às práticas de violência e tráfico local envolvendo alguns de seus vizinhos. Abaixavam o tom de voz e aumentavam os momentos de pausas e silêncios no decorrer da narrativa quando chegava nestes temas. Evitavam citar nomes de pessoas ou referência a lugares específicos, para “não se comprometer”. Nestes territórios, a fala masculina acerca destas temáticas envolve ainda mais riscos para o enunciador do que a fala feminina, portanto, emergia mais repleta de reservas. A realização das entrevistas nas residências de moradores oportunizou momentos fecundos de interações e de observação sobre suas dinâmicas familiares e condições de moradia. Muitos registros fotográficos autorizados foram suscitados também nestes espaços domésticos das residências.

Em setembro e outubro retornei ao campo para realizar mais três entrevistas em profundidade com dois (02) representantes do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) – a coordenadora e um jovem sócio desta ONG – e uma (01) outra com a coordenadora de projeto social vinculado à ONG Visão Mundial, ambas com atuação nesta região, respectivamente situadas nos bairros Bom Jardim e Granja Portugal. Os (as) três entrevistados (as) são moradores (as) e militantes engajados (as) nos processos organizativos da região do Grande Bom Jardim e já os conhecia desde a pesquisa exploratória e durante minha participação esporádica em reuniões promovidas pela Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim, a Rede DLIS. Foram escolhidos, portanto, em função de seu protagonismo político-organizativo nesta região, com relevante atuação nos bairros nos quais se situam Mela Mela e Marrocos. Os objetivos destas entrevistas foram levantar dados primários complementares sobre a região e sua organização sócio-política, bem como recompor a memória da organização da sociedade civil local e sua inserção nas lutas de classificação sobre a região para, desta forma, melhor situar os territórios estigmatizados pesquisados no Grande Bom Jardim. Para tanto, utilizei um roteiro diferenciado do anterior

usado com os demais moradores do Marrocos e do Mela Mela. Importa salientar que no caso das (02) lideranças locais e dos (03) moradores-militantes destas duas ONG's, eu mesma estabeleci os contatos diretos, sem a intermediação de terceiros. As lideranças formais do Marrocos foram entrevistadas em suas residências e os militantes nas sedes de suas ONG's, resguardando a privacidade em todo o processo das entrevistas. No caso destas lideranças locais, houve resistência declarada em participar da pesquisa e foi um árduo trabalho de convencimento para obtenção destas entrevistas, entre idas e vindas, desencontros e adiamentos. Com relação aos moradores-militantes, a abertura, disposição em falar e contribuir efetivamente com minha pesquisa extrapolou a condição de entrevistado. Pude contar com suas colaborações fornecendo dados e informações documentais produzidas por suas instituições, o acesso a outras instituições organizativas locais e suas lideranças. Manifestaram abertura e convidaram-me para participar de reuniões e outras atividades realizadas por suas ONG's, outros importantes espaços de interação e compreensão do universo simbólico dos moradores do Grande Bom Jardim. Com estes, estabeleci instigante e fecunda interlocução sobre o campo e o objeto de estudos.

Adotei dois roteiros de entrevistas: um específico para os moradores; e outro para as lideranças formais, voluntário e membros de ONG's locais. As entrevistas com moradores (as) versaram sobre os seguintes eixos temáticos: perfil sócio-econômico e familiar; experiências em participação social e/ou política local; inserção em programas, projetos e serviços sociais estatais; narrativa de história de vida temática, com recorte específico na chegada à região de moradia; memória e percepções sobre a região do Grande Bom Jardim e o seu território vivido; sociabilidade local; imagens, auto-imagens e experiências dos (as) residentes; atuação do Estado e a Política de Assistência Social na região. As temáticas da pobreza e da violência urbanas emergiram como transversais aos eixos do roteiro e foram recorrentes nas narrativas dos (as) interlocutores (as). No caso das lideranças e representantes de ONG's locais, mantive os eixos temáticos anteriores, acrescentando dois itens específicos: experiências de participação e política no Grande Bom Jardim; histórico e atuação de suas respectivas instituições na região e/ou territórios; relações entre suas instituições e o Estado.

No total, considerando a pesquisa exploratória e trabalho de campo, no Mela Mela (09), Marrocos (19) e territórios circunvizinhos (08), somadas às entrevistas com lideranças formais do Marrocos (02), voluntário (01) e militantes de ONG's locais (03), realizei quarenta e duas (42) entrevistas gravadas que compuseram um acervo significativo. Importa salientar que nem todo o material coletado foi utilizado neste texto final, permanecendo as escolhas possíveis. Todavia, antes desta seleção e “garimpagem” de significados no material

pesquisado para fins de escrita desta tese, todas as entrevistas foram submetidas a igual processo metodológico. Todas foram transcritas e tiveram uma duração média foi de uma a duas horas e meia. Em seguida, eu as reescutei e reli as transcrições, acrescentando os seus contextos de enunciação, as condições em que se construiu cada registro. Auxiliada também pelas "inscrições e descrições" feitas no diário de campo, anotava os "ruídos" e "resíduos" do campo, as condições de produção das enunciações: os barulhos e sons que acompanharam o falar, as modelações da voz - hesitações, ênfases, pausas, silêncios - os complementos gestuais das narrativas, as performances dos informantes, as interrupções exteriores, o retomar do diálogo, as possíveis interferências de minha presença. Fiz as adaptações da oralidade à escrita quando imprescindíveis, resguardando a originalidade do texto. Submeti as entrevistas transcritas à leitura flutuante preliminar e adotei a metodologia da análise de conteúdo em suas cinco etapas: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição; interpretação (BARDIN, 2011; MORAES, 1999). Construí novo arquivo digitalizado das entrevistas categorizadas num esforço de interpretação teórico-empírica deste material produzido nas interações pesquisadora-interlocutores. Este processo não está construído, considerando que ainda me encontro no desafio de redigir minha tese de doutorado e fixar na escrita os "achados" do meu aprendizado no/do viver margens das margens urbanas sob o ponto de vista de seus moradores-narradores.

Em todas as entrevistas foi garantida a privacidade da relação pesquisadora e interlocutores (as), sendo observados os cuidados metodológicos para aproximá-las de "diálogos entre iguais diferentes". Ou seja, reconhecer o confronto entre os mundos da pesquisadora e interlocutores (as) que constitui o contexto no qual ocorre a entrevista e a necessidade de produção de um campo semântico partilhado pelos dois interlocutores (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). A relação de pesquisa vem assumida como relação social com efeitos sobre os "dados" e informações produzidos no trabalho de campo. Relação social marcada, via de regra, por uma dissimetria cultural e distância social entre os mundos diferentes que se confrontam no movimento da pesquisa, a exigir uma atitude reflexividade reflexa por parte da pesquisadora em esforçar-se por desenvolver estratégias para *reduzir no máximo a violência simbólica* passível de ser exercida no contexto de entrevista (BOURDIEU, 2001). Nesta perspectiva metodológica, busquei assumir uma postura de ouvinte paciente e aberta ao mundo de Outrem, aproximando-me de sua linguagem coloquial. Procurei manter a *escuta ativa e metódica* recomendada por Bourdieu (2001), sinalizando com o olhar interessado, acenando positivamente com a cabeça e incentivando para prosseguir

em seus relatos, usando expressões simples de aprovação, disposição e interesse pelo falado e o “dito”.

A opção em iniciar com um perfil abreviado e relatos de suas vidas pessoais relacionadas à chegada em seu território vivido, pedindo para “contar como aconteceu” (BECKER, 2007) facilitou as narrativas interessadas e as interlocuções durante as entrevistas. Com minhas interlocutoras-chave e fundadoras do Marrocos, esse rememorar a história do lugar vinculada à sua própria “história de vida temática” foi enriquecida pelo resgate que fizeram de fotografias da época durante as suas narrativas. As lembranças vinham com mais força emotiva e riqueza de detalhes. A conversação fluía melhor nestes confrontos dialógicos quando as entrevistas foram realizadas com moradores com os quais já tinha uma convivência mais densa no percurso da pesquisa. A abertura e confiança possíveis favoreciam a relação durante o processo de entrevista, oportunizando com que esquecêssemos o Mp3 meio escondido, e nos dispuséssemos à aproximação de uma *alteridade discursiva*. As minhas interlocutoras, em especial, não tinham dificuldades para falar durante as entrevistas. Ainda assim, os diálogos e “descobertas” significativas aprofundavam-se quando eu desligava o Mp3. E as narrativas se desdobravam e me obrigavam a tentar reter na memória e nas rápidas anotações da caderneta de campo para reescrever no diário quando chegava em casa. Esforcei-me por assumir a postura de ouvinte atenta, intervindo pontualmente para solicitar esclarecimentos de expressões peculiares e situações vivenciadas pelos (as) narradores(as) ou esclarecer sobre o teor das perguntas.

Algumas vezes reestruturei as perguntas durante as entrevistas para aproximá-las, ao máximo, de sua linguagem cotidiana. Evitei anotar durante as entrevistas, mas, se o fizesse, esclarecia os motivos e o que anotava, a fim de não suscitar dúvidas e/ou desconfianças da parte deles. Apesar dos esforços, a garantia de uma “comunicação não violenta” (BOURDIEU, 2002) ou mesmo chegar às “verdades” dos (as) interlocutores (as), não me parece de todo alcançada. Esta pesquisa nas margens das margens foi uma abertura para outras experimentações investigativas futuras, por isto, reconheço os resultados aqui explicitados como “parciais e provisórios”, esboço das escolhas e seleções do material produzido nos movimentos labirínticos do trabalho de campo.

Outra via fecunda de acesso ao campo e de produção de “dados” foi aberta quando participei de reuniões e grupos de discussão promovidos por duas ONG’s locais de referência na região e em Fortaleza-Ce: o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), responsável pela coordenação da Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável

do Grande Bom Jardim (Rede DLIS)¹⁵¹; e a *Visão Mundial*, que desenvolve projetos sociais na região junto ao público infanto-juvenil. Esta instituição organizou e coordenou o Grupo de Referência formado por representantes da sociedade civil e do poder público municipal responsável pela realização de um diagnóstico sócio-econômico e ambiental participativo do bairro Granja Portugal, o Mapa deste bairro com base nas referências locais e o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA Semente – Bom Jardim). As reuniões ocorreram de fevereiro a abril de 2012. Culminaram com a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Área (PDA Semente – Bom Jardim) implementado pela ONG no bairro Granja Portugal no final de 2012, com durabilidade de cinco anos a quinze anos. Os grupos de discussão promovidos pela Visão Mundial constituíram-se em outros ricos espaços de apreensão da heterogeneidade dos discursos/imagens dos moradores sobre o Grande Bom Jardim, sua dimensão político-organizativa e as formas locais de confrontar-se com os processos de estigmatização e segregação sócio-territorial vigentes na região. Nestes locus de pesquisa, fiz uso do diário de campo e, algumas vezes, fotografei os eventos e gravei as discussões grupais, mediante a autorização dos organizadores e convidados (as). Este material específico não foi utilizado, em íntegra, neste texto final, posto que priorizei o movimento da pesquisa nos territórios Mela Mela e Marrocos.

Entre as diversas frentes investigativas adotadas nesta pesquisa, iniciei com o levantamento das estatísticas de Estado, ou seja, dados secundários produzidos por órgãos estatais, institutos de pesquisa e/ou pesquisadores independentes por este contratado, que enfocam a situação demográfica, sócio-econômica e da violência urbana de Fortaleza-Ce e desta região, junto a órgãos estaduais e nacionais nos períodos de 2008-2009 e 2011-2012. Em relação aos dados oficiais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, destaco o Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: uma análise da questão social nos espaços urbanos (2008) e Fortaleza em Números (2007). No entanto, sobre os territórios específicos desta investigação, não identifiquei, até o momento, dados oficiais estatais. Em termos da pesquisa documental sobre a região e seus territórios constitutivo, importa salientar o “Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim” (CDVHS/ GPDDU, 2004) e a “A Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim” (CDVHS/ RDSGBJ, 2006) produzidos pelo Centro de Defesa Herbert de Sousa (CDVHS) em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC). As aproximações e interlocuções fecundas estabelecidas com membros do CDVHS desde o início desta pesquisa oportunizaram o acesso

¹⁵¹ Para maiores informações sobre o CDVHS e seu protagonismo na região do Grande Bom Jardim, retomar o item 2 do primeiro capítulo desta tese.

a pesquisas produzidas sobre a região do Grande Bom Jardim e seus processos político-organizativos locais, viabilizadas sob a coordenação desta ONG.

Outra fonte fecunda de informações específicas sobre o Marrocos foi a “Pesquisa sócio habitacional Comunidade do Marrocos” (BARAGLIA, 2008) realizada por voluntários nela atuantes que me auxiliou na caracterização do perfil sócio-econômico das famílias residentes. Sobre a memória desta localidade, tentei reconstruí-la com base nas narrativas dos (as) moradores (as) mais antigos (as). Realizei ainda levantamento jornalístico de matérias veiculadas sobre a região do Grande Bom Jardim, com foco nos territórios pesquisados, nos jornais O Povo, Diário do Nordeste, Tribuna do Ceará disponíveis on-line, nos anos de 2009 a 2012. Elaborei um pequeno banco de dados com estas notícias, com base no qual identifiquei as principais imagens (re)produzidas sobre a região do Grande Bom Jardim, seus territórios constitutivos e seus moradores. Registrei, assim, as principais modelizações negativas também presentes nos discursos de interlocutores (as) de campo.

A pesquisa bibliográfica acompanhou todo o processo de pesquisa e encontra-se ainda em curso. As categorias consideradas relevantes à compreensão do objeto de estudo são: lugar/ espaço vivido/ território; estigma e estigmatização territorial (GOFFMAN, 2008; WACQUANT, 2005, 2008); sistemas de classificação/lutas de classificação (BOURDIEU, 1996, 1997, 2000); pobreza urbana, suas configurações e interpretações contemporâneas¹⁵² (MISSE, 2008, 2010; FELTRAN, 2011; TELLES, 2010; MACHADO DA SILVA, 2008; BAUMAN, 2006; CASTEL, 2005; BARREIRA, 2011). Sobre as categorias de lugar/espaço vivido, território e bairro, os autores de referência consultados foram: LINDÓN, AGUILAR & HIERNAUX, 2006; LINDÓN, 2004, 2007a, 2007b, 2008; AGIER, 2011; AUGÉ, 1994; BOURDIEU, 1997; CERTEAU, 1994; MAYOL, 2009; SANTOS, 2008; SERPA, 2011; SPOSITO, 2011; HAESBAERT, 2004, 2007; TUAN, 2011; KOGA, 2003; RAFFESTIN, 1993. Realizei a leitura de etnografias e experimentos etnográficos realizadas junto às classes populares, além de textos específicos da antropologia cultural para fundamentar as trilhas e escolhas teórico-metodológica no trabalho de campo e na produção deste texto final. A categorização e análise do material produzido em campo e selecionado para composição deste texto final suscitou a configuração de categorias nativas e eixos temáticos que demandaram leituras específicas.

Ao adentrar os labirintos do *viver nas margens urbanas* de Fortaleza-Ce e, no caso específico desta pesquisa, no que nomeio de “*margens das margens*” por focar em

¹⁵² Abordagem realizada no quarto capítulo desta tese.

territórios estigmatizados dentro da região do Grande Bom Jardim, tantas vezes vivenciei o afetar e ser afetada nas interações tecidas com estas pessoas que “*teimam em viver*” – porque, como me disse D.Consolação, “pra viver aqui tem que teimar com a vida. Tem que aprender a viver e a conviver na mistura sem se misturar. (...) tem que caminhar pra frente, porque parado é pior”! Estar em campo foi também surpreender-me com inúmeras situações: de gentileza e confiança construídas em abrir suas casas e suas vidas para esta estranha curiosa; de solidariedade em meio à eclosão de um tiroteio provocado pela polícia num final de tarde; com as ajudas mútuas para a realização da festa da padroeira local (Nossa Senhora da Conceição); nas mobilizações para reivindicar suas demandas diante de vereadores em busca de votos; nas participações nas reuniões da associação de moradores ou das assembleias do Orçamento Participativo; nas conversas afetuosas e alegres; na hospitalidade e proteção garantidas a mim quando atravessávamos fronteiras entre territórios ou em seus lugares vividos; nas confidências de suas dores e perdas privadas. Enfim, a pesquisa tornou-se possível pela construção de um espaço semântico compartilhado por ambos os interlocutores – pesquisadora e narradores – aprendendo em campo a desenvolver a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido num diálogo entre ‘iguais’ e diferentes (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998: 24). Aprendizado do/no “viver nas margens” urbanas mediante a tessitura de vínculos de confiança experienciada em campo e nos processos de mútuas transformações produzidas nesta interação de pesquisa.

Importa salientar que o presente texto é resultado das trilhas, interações e escolhas feitas no movimento da pesquisa de campo, das seleções do material produzido, nos diálogos teórico-empírico e afetivos tecidos nestes anos de doutorado. E sem esquecer dos “imponderáveis da vida social” que, por vezes, nos arrebatam de nossa aparente tranquilidade, a nos lembrar que a vida é “batalha”, é “teima pra existir”, “é caminhada, porque parado é pior” e, portanto, exige ser reinventada cotidianamente. Sigo nesta direção desafiadora suscetível aos *imponderáveis da vida social*, aberta ao acaso e aos imprevistos do percurso, ao inesperado da descoberta e da criação de saberes e vivências. Compreendo a cada dia que viver o trabalho de campo é uma experiência de aprendizado e de reinvenção de vida na interação com tantos outros. Assumo, assim, uma posição crítica-engajada no ofício da pesquisa e na tessitura desta tese. Reafirmo, inspirada em Geertz, que nossa responsabilidade ética e política é, sobretudo, ter esperanças nesse “mundo em pedaços”. É urgente ampliar e radicalizar o diálogo público sobre as condições de existência das margens das margens, a partir de suas próprias vozes e dos saberes produzidos neste diálogo-confronto na pesquisa. E compartilhar do desejo de ter esperanças coletivas, de sonhar e experienciar outras formas de

viver e conviver entre Outrens (sujeitos outros), partindo da multiplicidade das experiências e saberes, sem nos pouparmos do peso da vida inalienável a cada um de nós. Este processo de metamorfose foi deflagrado desde a época do mestrado em Sociologia e, agora, parece-me adensado: já é *“inútil fechar os olhos, há um espinho cravado na consciência da tarde”* (TIERRA, P. Poemas do Povo da Noite. In: MARTINS, 2000: p. 125).

Neste percurso investigativo no campo, fiz as *andanças possíveis* no Marrocos e em seu entorno, tentando situar-me no campo e estabelecer as proximidades geográfica, conceitual e de sentido realizadas por aproximações sucessivas (GEERTZ, 2001) do campo e de meu objeto de estudos. No item seguinte, apresento os perfis abreviados dos (as) interlocutores (as) desta pesquisa para fins de familiarização preliminar do (as) leitor (a) com o universo estudado.

2.4 Perfis dos (as) interlocutores (as) de pesquisa

Neste item, apresento os perfis individualizados dos (as) interlocutores (as) de pesquisa com os quais realizei entrevistas gravadas e contribuíram com suas narrativas para a construção desta tese de doutoramento. Busquei recompor alguns de seus traços fundamentais em termos pessoais, da condição de pobreza e de inserção em seus territórios vividos no Grande Bom Jardim. Dividi esta descrição sumariada considerando os (as) interlocutores (as) residentes nos dois territórios focalizados nesta pesquisa - Mela Mela e Marrocos - acrescidos de moradores de outros espaços do Grande Bom Jardim, com vistas a incluir militantes de ONG's, voluntários (“de fora”) e lideranças formais de associação local também entrevistados.

No **Mela Mela**, considereirei sete (07) moradoras antigas – com mais de vinte anos de residência nas fronteiras dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim – e duas jovens nascidas nesta região. Eis as personagens desta trama relacional, considerando as informações relativas aos períodos de realização das entrevistas.

D. Nina tinha 44 anos quando a conheci, em 2008. Declarou-se branca, católica, com ensino fundamental incompleto (5ª. série), amasiada, sete filhos (as), dona-de-casa, desempregada. Migrante do interior, chegou ao Grande Bom Jardim ainda criança, nos anos 1980. Reside na fronteira dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim faz trinta anos. Já morou em diversas casas alugadas na região, até construir sua casa própria de tijolo neste território. Não teve experiências de participação social ou política. Vive maritalmente com seu companheiro e tem sete filhos, com idades entre oito e vinte anos. O companheiro é catador de materiais recicláveis e faz “biscates” para tentar garantir o sustento da família. A renda familiar declarada é inferior a um salário mínimo mensal, complementada pela renda do Programa Bolsa Família (PBF), que recebe desde 2007, por causa da “precisão”. Alimentava o sonho de “ser costureira” e chegou a frequentar o curso profissionalizante oferecido pela

PMF através do Programa Inclusão Produtiva. Um de seus filhos, à época da entrevista com dezesseis anos, estava envolvido no “mundo do crime” e havia cumprido medida de privação de liberdade em Centro Educacional. Nos anos de 2010 a 2012, era um dos jovens envolvidos nos circuitos da ilegalidade dos assaltos, vinganças e assassinatos ocorridos nesta localidade. Dona Nina reclamou do narcotráfico, da violência urbana, da falta de segurança (civil) e da parca infra-estrutura local. Considera o espaço “perigoso”, sobretudo, para “criar os filhos”, demonstrando preocupação em vê-los “misturados com quem não presta”. Por isto, duas de suas filhas menores vivem em internato fora da localidade, esperando que tenham “estudo, profissão e futuro”. Não admite, no entanto, que pessoas “de fora” maltratem e/ou difamem seu local de moradia e quem nele reside. Foi uma das raras interlocutoras que se autodenominou “pobre” e assumiu a condição de pobreza material.

D. Nair: 64 anos em 2011. Ensino fundamental incompleto, migrante do interior, casada, oito filhos (as), doze netos (as). Afirmou-se de cor “morena, preta”, católica não praticante e sem participação social e/ou política. Reside nas fronteiras dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim faz 35 anos. A casa própria foi construída pelo marido – pedreiro – em terreno “invadido”. Conviveu com o alcoolismo do marido em tempo de precariedade sócio-econômica adensada no início do casamento. Desde quando veio para Fortaleza, trabalhou “lavando roupa em casa de família”. Na ocasião da entrevista, estava com grave problema nos joelhos, que a impossibilitavam de locomover-se e, por este motivo, deixou de trabalhar fora. O diagnóstico impreciso, ela creditava à baixa qualidade do atendimento médico no centro de saúde local. Declarou renda familiar inferior a um salário mínimo. Cria um neto desde a infância, tornando-se usuária do Programa Bolsa Família. Durante a semana, praticamente todos (as) os (as) netos (as) crianças, adolescentes e jovens almoçam e jantam em sua residência. Segundo falou, o Bom Jardim de hoje é “mais ruim” do que antes, devido às práticas criminosas de jovens locais, a quem nomeou de “marginal das redondezas”. Ainda assim, declarou preferir continuar em seu território por já estar “acostumada” e porque os envolvidos com o crime, os mais antigos, “não mexem com a gente”.

Janete: 30-34 anos, de cor parda, católica, ensino fundamental incompleto, mãe-avó. É filha de D. Nair e irmã de Tereza. Separada, sustenta sozinha suas seis filhas (idades entre 15 e 2 anos) e neto, com salário de diarista somada à renda do Programa Bolsa Família. Trabalha como “doméstica” / diarista desde os doze anos. Participou do Programa Pró-Jovem Urbano. Declarou renda familiar de um salário mínimo mensal. Migrante do interior, chegou ao Bom Jardim nos anos 1970, com sua família extensa em virtude da seca. São 29 anos residindo neste território, que considera o “seu lugar”. Considerar-se protegida neste território vivido, mesmo pelos ditos “envolvidos com a criminalidade”. Residia em casa alugada vizinha à de sua mãe e irmãos (ãs). Considera-se “classe média baixa” e abomina a classificação “pobre” e pobreza como auto referências por considerar uma humilhação.

Tereza: 42-45 anos, católica, cor parda, ensino fundamental incompleto, sem participação social e/ou política, renda familiar de um salário mínimo, mãe-avó. É usuária do Programa Bolsa Família. Trabalha como doméstica “em casa de família” desde os onze anos de idade, quando migrou do interior para “ajudar” no sustento da família extensa, que já residia no Grande Bom Jardim. É a filha mais velha de D. Nair. E, desde a infância, assumiu responsabilidades com a família, os afazeres domésticos e o trabalho informal e precarizado de doméstica. Assim como seu pai, o marido de Tereza também é alcólatra e vive de pequenos “bicos”, alternando com curtos períodos de trabalhos formais e/ou informais. É mãe das jovens Ariadne e Leide. Perdeu seu único filho, do sexo masculino, assassinado por “bandido” local, em 2012. Possui casa própria de tijolo, fruto de seu esforço pelo trabalho. Considera família, trabalho e casa valores estruturantes de sua vida. Alimenta a vontade de mudar-se do território, mas afirma-se sem condições econômicas para fazê-lo. Considera-se uma “trabalhadora-batalhadora” e não admite a pobreza/ “ser pobre” como auto referência. Para ela, “pobre é o cão”, sendo uma classificação relativa atribuída por outros, que se julgam socialmente “superiores”.

Ariadne: 21 anos em 2011. Declarou-se de cor parda, católica, ensino médio completo. Encontrava-se separada do ex-companheiro, que a ajuda financeiramente no sustento do casal de filhos. Adotou a filha mais velha após o assassinato dos pais da criança, por motivos de vinganças relacionadas ao narcotráfico local. Ariadne retornou à casa de sua mãe após a separação. Reside no Bom Jardim desde que nasceu. Relativizou o estigma sócio territorial e declarou não ter pretensões de mudar-se desta região, mas pretende sair do território vivido. É filha de Tereza, com quem mantinha uma relação de cumplicidade e conflitos. Semelhante à sua mãe, também designa-se uma “trabalhadora-batalhadora” e supradetermina a ética do trabalho. Trabalha desde os 15 anos, em atividades informais e precarizadas. Participou de ações sociais da igreja católica local e de associação de moradores. Atualmente, dedica-se exclusivamente à família e ao trabalho, sendo principal apoio de Tereza após o assassinato de seu irmão.

D. Maria: 74 anos (2011), analfabeta, católica, viúva duas vezes, mãe de vinte e dois filhos, aposentada. É avó do pai da criança adotada por Ariadne, um dos jovens chefe do narcotráfico local assassinado em 2012. Desde que chegou a Fortaleza, trabalhou como doméstica para ajudar a sustentar os filhos. Reside em casa própria de tijolo. Relatou experiências de pobreza absoluta no passado e considera ter “melhorado de vida”. Migrante do interior, reside no território faz trinta e dois anos. Acompanhou a construção e mudanças no Bom Jardim, reclamando com veemência das violências policial e de grupos criminosos rivais, que terminam por atingir outros moradores não envolvidos diretamente com a criminalidade.

Ana: 38 anos em 2011, católica, ensino fundamental incompleto, dois filhos adolescentes, separada, desempregada. Filha de D. Maria. Reside em casa própria. Sustentava os filhos com a renda do Programa Bolsa Família e trabalhos precarizados, informais e esporádicos. Alegou dificuldades em conseguir trabalho de doméstica e/ou auxiliar de cozinha em bairros “nobres” da cidade por causa da “má fama” do seu local de moradia. Sua maior preocupação é com os filhos, pelos riscos de vê-los envolvidos com o “mundo do crime” na região.

Belinda: 28 anos em 2011, católica, ensino fundamental incompleto, três filhos crianças, separada, desempregada, usuária do programa Bolsa Família. Reside em casa alugada, próxima às de sua mãe e suas irmãs. Desde que teve a casa invadida por “bandidos” locais em perseguição a um “inimigo”, tem medo de dormir na própria residência e evita o espaço da rua. Considera seu local de moradia como espacialidade de medo e insegurança do qual vislumbra “escapar”. Além das dificuldades financeiras, outro motivo para permanecer é a família, fonte de apoio financeiro e afetivo nestes espaços urbanos.

Luziana: 23 anos em 2011. Considera-se de cor morena. É evangélica, ensino médio incompleto, migrante do interior na infância. Ainda reside com a mãe e quatro irmãos mais novos. Mãe solteira de duas crianças de pais diferentes, é responsável pelo sustento dos filhos e ajuda financeiramente a família ampliada. Trabalha desde os quinze anos em atividades de babá, doméstica, diarista e/ou em fábrica de reciclagem de materiais. Quando o primeiro filho nasceu, ela tinha dezessete anos e teve de abandonar os estudos para trabalhar e cuidar da criança. Luziana fala de um outro Bom Jardim do passado e declara seu medo da violência urbana no presente. Uma de suas irmãs mais novas convive maritalmente com usuário de drogas e narcotraficante ameaçado de morte e expulso do território por grupo criminoso local. Residiam em outro bairro da cidade. Luziana evita a “rua” e determinados espaços dentro da região, porque teme ser confundida com a irmã e “morrer de graça”. Manifestou vontade de mudar-se da região.

No **Marrocos**, considerei dezenove entrevistados (as) categorizados em grupos segundo o tempo de moradia, a saber: os fundadores (05); os residentes mais antigos, de cinco a dez anos de residência no local, especificando os jovens, os adultos e os idosos (09); e os

moradores novatos ou em deslocamentos, especificamente aqueles com dois anos ou menos, os que se mudaram ou retornaram após 2010 (05).

Entre os fundadores do lugar:

Rita: 39 anos em 2011. É casada, mãe de duas filhas, avó. Identifica-se como parda. Declarou-se católica. Coursou até a 7ª. Série do ensino fundamental. Declarou uma renda familiar de, no máximo, R\$ 600,00 por mês. Ela e o companheiro (Joaquim) são proprietários de comércio local. Nomeia-se uma “trabalhadora-batalhadora”. Esta mulher de coragem, sorriso largo, voz forte e elevada, não demonstra medo em falar de suas origens e da vida no território. Foi minha primeira interlocutora e entrevistada quando cheguei ao Marrocos. Narrou-me as origens da construção do lugar, da qual participou desde o segundo dia da “invasão”. Começou a trabalhar como doméstica aos dezessete anos (17). E, atualmente, além do comércio, também trabalha esporadicamente como diarista e/ou cuidadora de idosos, “quando aparece”. Passa a maior parte do tempo ajudando o marido no pequeno empreendimento comercial, sua principal fonte de renda, e auxiliando sua mãe e irmãs no trato da família. Além de seu núcleo familiar formado por ela e seu marido, quando fala de família inclui suas duas filhas e os seus netos, sua mãe e irmãs, que residem próximos (as) à sua residência. Mora com o marido e a filha mais nova em sua casa própria e “de tijolo”, sua “conquista”. Reside no Grande Bom Jardim desde que nasceu e já morou em várias localidades dentro da região até fazer do Marrocos o seu lugar. Sua mãe nasceu em Fortaleza e residia no bairro Pirambu antes de vir para o Bom Jardim nos anos 1960. Era uma das responsáveis pelo “Espaço”, junto com o marido (instrutor de futebol) e sua filha (professora de balé). Participou também da formação e da diretoria da Associação de Moradores do Marrocos, afastando-se alguns anos depois em virtude de desentendimentos internos e decidiu “cuidar da própria vida”. Participou da luta contra “invasões” realizadas ao Marrocos por outros moradores de localidades vizinhas que queriam “tomar o lugar”. Participou de projetos sociais do poder público e da sociedade civil, com destaque para a EDISCA (ONG de fora da região), do Movimento de Saúde mental do Grande Bom Jardim, do Projeto Mulheres da Paz do PRONASCI. Também atua esporadicamente em atividades promovidas pelo grupo de mulheres católicas. Considera o Marrocos uma “comunidade”, procurando relativizar as visões negativadas do lugar associadas à violência urbana, ao perigo, à favela e aos pobres. Para ela, o Marrocos um “lugar bom” e, em concordância com o marido, pretende permanecer lá.

Joaquim: Tem 40 anos. Declarou-se moreno, católico, 5ª. série do ensino fundamental. Parou de estudar aos dezesseis anos quando se casou pela primeira vez e teve de trabalhar para sustentar a nova família. Declarou renda de menos de um salário mínimo. É autônomo e vive de comércio local. Afirmou ter “nascido e se criado no Bom Jardim, no coração do Bom Jardim”, perfazendo 40 anos de moradia no bairro. Foi jogador de futebol desde a adolescência, no entanto não conseguiu seguir carreira profissional pela urgência de trabalhar e sustentar suas famílias. Vive maritalmente com Rita. No total, teve cinco filhos em relacionamentos anteriores. Desde criança, participa de agremiações e times de futebol. De 2005 até maio de 2012 ensinava futebol para crianças e jovens do território. Nesta atividade, encontrava-se vinculado ao “Espaço” mantido pelo Movimento de Saúde Mental do Grande Bom Jardim, situado dentro do Marrocos. Chegou ao local de moradia atual durante a invasão em novembro de 2000 e adquiriu um terreno ao preço de R\$ 50,00. No início, sobrevivia retirando e vendendo areia do local. Foram tempos difíceis para garantir o terreno, conseguir outros e evitar as “invasões” vindas de lugares próximos que queriam “tomar o seu lugar”. No Marrocos (1) construiu sua “casa própria” (de tijolo). Participou da diretoria da primeira Associação de Moradores do Marrocos e de mobilizações dos residentes para a construção do “Espaço” do MSM. Acredita em melhorias para o lugar, embora identifique que a partir de 2006 e 2007 as práticas de violência urbana, sobretudo envolvendo os jovens locais e do entorno, tem piorado. Considera o Marrocos um “lugar bom” e pretende continuar morando no local. Segundo ele, para morar aqui tem que “saber viver”, “saber conviver” com o que acontece. Reclama melhorias para o Marrocos e cobra atenção da prefeitura municipal de Fortaleza, considerada ausente e em débito com o projeto da área habitacional iniciado e não concluído pela HABITAFOR/PMF. Sua versão da pobreza relaciona-se à condição de “abandono” de seu local de moradia por parte do poder público.

Luzia:43-45 anos. Afirmou-se de cor negra, católica, ensino fundamental incompleto. Começou a trabalhar com oito anos como doméstica em “casa de família”.Desenvolveu trabalhos precários e informais de faxineira/diarista, cabeleireira, artesã. Não declarou sua renda familiar não declarada. Nomeia-se “trabalhadora-batalhadora” e sente orgulho de sua maior conquista: a “casa própria” planejada e construída por ela. Não admite a pobreza/ “ser pobre” como auto referência, considerando uma designação de inferioridade social. Reside no Marrocos (1) com o marido (trabalhador formal), quatro filhos (as) e dois netos. Após experiências de relacionamentos e separações, seus filhos estavam novamente residindo com seus pais em 2012. Um de seus filhos teve envolvimento com o tráfico e passou seis meses preso, motivo de grande vergonha e sofrimento para Luzia. Os demais filhos tiveram diversas inserções no mercado de trabalhos precarizado/informal e dois estavam formalmente empregados quando saíde campo. É membro do grupo de mulheres católicas. Possui casa própria de tijolo construída por ela, com a ajuda de vizinhos e amigos, contando com a renda de seu trabalho e de seu marido. Possui uma das casas melhor estruturadas da localidade, sendo chamada por alguns de “mansão da favela”. Sua residência encontra-se em permanente reforma desde meados de maio de 2012. É uma mulher-mãe-avó das mais respeitadas no território, mesmo entre os jovens envolvidos diretamente com o narcotráfico local. Em 2012, conseguiu trazer a sua mãe (D. Consolação) e irmãos para residirem no Marrocos. Relativiza os estigmas sócio territoriais atribuídos ao Marrocos, considerando-o um lugar “bom para viver”.

D. Auxiliadora: 48 anos em 2011. Cor parda, primeiro grau incompleto, evangélica, casada com Sr. Maurício, mãe de cinco filhos, seis netos. Possui renda familiar de um salário mínimo acrescida de renda extra de artesanato. Migrante do interior. Chegou ao Bom Jardim com a família em 1990, vivendo em deslocamentos na região em casas alugadas e terrenos de “invasão” até fixar residência no Marrocos (1) no período da ocupaçãoem 2000. Veio primeiro junto com o filho Antônio, à época com 12 anos, conseguindo seu primeiro terreno onde construíram um “barraco de taipa”. A primeira casa própria de tijolo só foi comprada em 2011. Considera-se “humilde” e embora reconheça a situação de pobreza material, repudia a designação de “pobre” vista como sinônimo de humilhação e descrédito social. Relativiza a imagem negativada de seu local de moradia e reconhece-o como um “lugar bom” porque ali conquistou sua casa e constrói sua vida e da família.

Antônio:24 anos em 2011. Filho de D. Auxiliadora e Sr. Maurício. Declarou-se de cor parda, evangélico, ensino fundamental incompleto, artesão, trabalhador formal, renda familiar de um salário e meio. Participou da “invasão” que originou o Marrocos. Está casado pela segunda vez. Com a primeira esposa teve quatro filhos. Dos quinze aos vinte anos tornou-se usuário de drogas ilícitas e álcool. Tornou-se líder de grupo criminoso local. Praticava furtos, roubos, assaltos e revenda de drogas ilícitas na região. Neste período, sofreu ameaças de morte, tentativas de assassinato e tentou suicídio. Aos vinte e um anos, converteu-se à religião evangélica e tornou-se um “trabalhador-cidadão”, um “batalhador”. Reconhece a imagem negativada do Marrocos como favela e os estigmas sócio territoriais projetados sobre seus moradores, que sente como humilhação e descrédito pessoal e social. Acredita na melhoria do local de moradia e pretende contribuir para a positivação das imagens sobre seu território vivido e seus residentes nos contextos da região e da cidade.

Os moradores mais antigos do Marrocos:

Magali, 32 anos em 2011. Católica, branca, ensino médio incompleto, casada, mãe de dois filhos adolescentes. Afirma-se artesão e trabalha como vendedora autônoma do artesanato que produz. Trabalho precarizado e informal, por conta própria, sem direito a descanso, mesmo quando está adoentada. É a mantenedora integral da casa. Usuária do Prgrama Bolsa Família. Migrou com a família do interior do Piauí e passou a residir no Bom Jardim a partir dos anos 1990. Mora no Marrocos (1) desde 2003. Lá, construiu sua casa própria, considerada sua maior conquista e fruto do “suor de seu trabalho”. Convive maritalmente com companheiro usuário de drogas e passa por muitas separações e reconciliações em seu relacionamento. Vivencia situações de violência contra a mulher por parte do companheiro e chegou a denunciá-lo na delegacia da mulher. No entanto, permanecia

com ele até 2013. A maior preocupação é dos filhos envolverem-se com a criminalidade e/ou narcotráfico local. Participou da construção do “Espaço” e das atividades de voluntariado, da diretoria da Associação de Moradores e do grupo de mulheres católicas. Valoriza o seu local de moradia em função da conquista de sua casa própria e de um lugar social.

Sr. Maurício: 48-50 anos, negro, católico não praticante, ensino fundamental incompleto, casado, cinco filhos, seis netos. É vendedor com carteira assinada. Deixou de beber quando o filho, Antônio, converteu-se à religião evangélica e deixou o “mundo do crime”. Reside no Marrocos (1) faz onze anos, especificamente em trecho considerado mais precário em termos de infraestrutura urbana. Migrante de Pernambuco. Trabalhava como caixeiro viajante e vivia em deslocamentos com a família em diversos estados brasileiros. Chegou ao Bom Jardim nos anos 1990 onde habitaram em casas alugadas e terrenos de “invasão” e/ou “favelas”. Somente em 2011 comprou sua primeira casa própria de tijolo no Marrocos. Considera-se “humilde” e abomina a classificação “pobre” como “humilhante”. Relativiza a discriminação negativada do seu local de moradia e a discriminação de seus residentes como “da marginalização” e/ou um “vagabundo-bandido”. Afirma a necessidade de um “saber viver” ou “saber andar direito” nas margens urbanas.

Sr. Manuel: 66-67 anos, cor morena, analfabeto, evangélico, aposentado, casado, pai de onze filhos. Migrante do interior. Trabalhava na agricultura e depois como caseiro de sítios. Reside no Marrocos (1) em 2002 com a esposa, filhas e netos. As filhas são usuárias do Programa Bolsa Família. Um de seus filhos participou da “invasão” e conseguiu terreno para a família morar. Afirmou não gostar do local de moradia, principalmente porque “não tem comunidade” e vivem em situação de precariedade e abandono por parte do poder público. Reclama por um “líder da comunidade” para conseguir melhorias para o território. Possui três casas no Marrocos. Reforça os valores do trabalho honesto, da família e da casa. Para ele, “trabalho é a solução do pobre”. Considera o local “perigoso”, na perspectiva de uma espacialidade de medo e insegurança. Admite “ser pobre” na dimensão da pobreza material, mas repudia qualquer traço de uma “pobreza de espírito”.

Sr. Pedro: 69-70 anos, cor parda, sem religião declarada, nunca frequentou a escola, mas saber ler e escrever. Casou-se oito vezes e tem seis filhos. Reside no Marrocos (1) com a esposa atual e dois filhos de 9 e 14 anos. Natural do interior, trabalhou desde a infância, na agricultura. Migrou do interior aos vinte três anos e trabalhou informal e formalmente em múltiplas atividades: padeiro, operário, segurança, serviços gerais, vendedor, carpinteiro. Priorizava o trabalho com carteira assinada. Obteve seu terreno no Marrocos de doação da presidente da associação de moradores. Sobreviveu ao período de “invasões” do Marrocos. Reside atualmente em casa construída pela HABITAFOR/PMF. Sua esposa trabalha e estuda. A renda da família é proveniente de sua aposentadoria, do salário da esposa e do Programa Bolsa Família. Ainda trabalha esporadicamente como carpinteiro interrompido por longos períodos de adoecimentos. Declarou não gostar de seu local de moradia, sobretudo, por conviver com “vagabundos-bandidos”. Vislumbra deixar o Marrocos, considerando-o uma espacialidade de medo e insegurança. Considera-se um “trabalhador-batalhador” e repudia a alcunha de “pobre”.

Rosalba: 52 anos, cor clara (quimada de sol), católica, analfabeta, alcóolatra, catadora de materiais recicláveis e aposentada. É presença regular no bar da entrada do Marrocos. Vive um casamento turbulento, entre separações e retornos do marido. Quando nos conhecemos, estava separada. Alguns meses depois, o marido retornou com graves problemas de saúde. No “barraco de taipa”, havia apenas um colchão, duas cadeiras, um fogareiro para fazer a comida, quando conseguia alguns mantimentos, as redes armadas, um pequeno guarda-roupa e uma velha televisão. Este “barraco” desabou em meio às chuvas de 2012, passando a habitar em casa cedida por uma vizinha. Tinha cinco filhos, um deles foi assassinado na localidade em 2008. E mesmo sabendo os autores do crime, nada pode fazer, com medo de retaliações. Reside neste território desde a “invasão” do terreno, da qual participou ativamente. São 21 anos de Grande Bom Jardim. Participou da construção do “Espaço”, das atividades promovidas pelos voluntários e grupo de mulheres católicas. Auxilia nas atividades da igreja católica local e mantém boas relações com os vizinhos mais antigos e demais fundadores do Marrocos. Daí a valorização atribuída ao seu local de moradia, apesar de reconhecê-lo

como “perigoso” e precário, sobretudo, no trecho onde reside. Alguns dos interlocutores que entrevistei consideram esta senhora uma “pobre dos pobres”, na versão do “pior pobre” devido ao seu envolvimento com o álcool. Ela, ao contrário, auto intitula-se “humilde” e admite a pobreza material.

Marisa: 34 anos, cor “amarela”, ensino fundamental incompleto, católica praticante, manicure, usuária do Programa Bolsa Família. Casada com trabalhador formal. Tem três filhos de idades entre 17 e 7 anos. Faz curso de qualificação profissional. Chegou ao Bom Jardim nos anos 1990 e ao Marrocos em 2001, no início da “invasão”. Reside, atualmente, no Marrocos (2), em casa construída pela HABITAFOR/PMF. Considera-se de “classe média baixa” e abomina as expressões “pobre” e pobreza. Para ela, o local de moradia é violento/perigoso e seus sentimentos de medo fazem com que evite o espaço da rua e prefira o espaço privado. Educar os filhos nesta localidade é preocupação central, por receio deles envolverem-se com o “mundo do crime”. A vigilância traduz-se no evitamento do espaço da rua e mínimo contato com vizinhos (as). Objetiva mudar-se da localidade, reproduzindo estigmas sócio territoriais.

D. Zaira: 55 anos. Declarou-se morena, católica e umbandista. É separada do primeiro companheiro, com quem teve nove filhos. Deixou de consumir álcool após entrar na umbanda. Convive maritalmente com novo companheiro faz cinco anos. Trabalha como “cabo eleitoral” de políticos locais e em eventos festivos da prefeitura de Fortaleza (Fortal, Ano Novo, shows, dentre outros). Arregimenta jovens locais, do sexo masculino, para trabalharem como seguranças contratados por empresa privada para atuar nestes eventos da PMF. O companheiro trabalha ‘avulso’, ou seja, em atividades precárias, informais e esporádicas. A renda familiar resulta do salário do filho, único na casa com trabalho formal; das atividades esporádicas realizada por ela e o companheiro; e do Programa Bolsa Família. São sete pessoas residindo em casa construída pela HABITAFOR/PMF no Marrocos (2): além de D. Zaira e seu companheiro, três filhos e dois netos. Chegou ao Grande Bom Jardim em 1975. Está com sete anos morando neste território. Uma das filhas doou um “barraco de taipa” para D. Zaira morar e depois adquiriu a casa de tijolo. Para ela, pobreza é atributo individual e subjetivada. Cada um seria, portanto, responsável por superá-la ou nela permanecer. Os estigmas de “perigoso” e de “pobres”, transfere para outras pessoas e/ou espaços circunvizinhos.

Juliana: 31 anos, negra, ensino fundamental incompleto, católica, casada, mãe de um filho, dona de casa. Possui casa própria de tijolo no Marrocos (1). Reside neste território faz seis anos. Antes do nascimento do filho, trabalhava como doméstica desde a infância. Migrou do interior da Bahia para Fortaleza, acompanhando seus patrões. A renda familiar provém do trabalho formal do marido e do Programa Bolsa Família. Reproduz os estigmas sócio territoriais sobre seu local de moradia, que considera “favela” e desclassifica seus moradores como “favelados”. Considera-se “pobre favelada” e relaciona pobreza ao seu local de moradia. Mudou-se em 2012 para áreas dita “mais nobre” do Bom Jardim e vendeu sua casa no Marrocos. Ainda mantém vínculos com moradores deste território e retorna para visitar as “amigas” do grupo católico.

Débora: 23 anos, cor morena ou parda, ensino médio incompleto, católica. Até 2012 estava casada com o filho de Luzia, com quem teve uma filha. Havia retomado os estudos e estava procurando trabalho. Participava do grupo de mulheres católicas. A separação a fez declinar na classificação hierárquica dos “pobres” locais. Antes, considerava-se pertencente à “classe média baixa”, com casa própria, família e renda regular advinda do trabalho formal do marido. Depois, foi residir com sua filha em pequeno quarto alugado no Marrocos, dividindo-o com uma irmã, também separada e com filha. A pobreza material e intinerância em áreas de risco geográfico e favelas da região, conforme lembrou os tempos de infância, tornaram-se suas experiências do presente pós separação. Seus pais são alcóolatras e estavam separados em 2012. Sua mãe, D. Belarmina, estava vivendo em ocupação próxima ao Marrocos, mas o terreno foi desapropriado pela PMF e os ocupantes expulsos pela polícia. Passou a residir de aluguel em área de risco geográfico da região. A precariedade sócio-econômica, a ausência da casa e deslocamentos constantes em distintos espaços da região, os conflitos e violências intra familiares marcaram sua infância e adolescência. Débora tem alguns primos envolvidos com o “mundo do crime”, presos e/ou já assassinados devido a disputas

entre grupos rivais do narcotráfico local. Assim, contar com o apoio financeiro e/ou afetivo da família ampliada é algo pouco provável para Débora. Considera o Marrocos uma “favela” e desenvolve táticas individualizadas de transferência de estigmas e difamação lateral. O sonho de sair deste território tornou-se mais distante diante da reiterada situação de pobreza material pós-separação.

Moradores novatos ou em deslocamentos:

Sérgio: 18-19 anos em 2012, cor “rosa”, não declarou religião, ensino fundamental incompleto, solteiro. Enfatizou que ele, sua irmã e irmão são homossexuais. O pai, falecido a pouco tempo, separou-se de sua mãe quando Sérgio e seus irmãos ainda eram crianças. Sua mãe reside com novo companheiro na região. Nasceu no Bom Jardim e mora em casa própria, no Marrocos, faz dez anos. Reside somente com o irmão mais novo. Trabalha desde os dez anos, em atividades precarizadas e informais. Tornou-se cabeleireiro e trabalha informal e precariamente em salões da região ou em atendimento a domicílio. Tentou montar salão próprio, todavia foi assaltado por “bandidos” locais. Sonha em enriquecer participando de reality show (big brother Brasil). Fez shows como drag queen e frequenta boates da cidade, seu principal lazer fora da região. Declarou-se um “humilde” e negou a pobreza como auto referência, considerando-a forma de humilhação e desclassificação do outro. Não gosta do local de moradia pela estigmatização sofrida na circunvizinhança e abandono por parte do poder público. Falava em mudar-se do Marrocos. Quando retornou ao campo em 2013, soube que estava usando drogas ilícitas e passava temporadas fora do território.

Gabriela: 23 anos, analfabeta, sem religião. É viúva e tem três filhos, residindo em abrigo e outro é criado pela avó paterna. Nasceu no Bom Jardim e residiu oito anos no Marrocos. Passou temporada fora e estava com um mês que havia retornado. Tem vários membros de sua família usuários de drogas ilícitas e envolvidos com o “mundo do crime”, especificamente, roubos, assaltos e narcotráfico. Teve dois irmãos assassinados em virtude das disputas entre grupos criminosos rivais e envolvimento com o narcotráfico. Sua mãe é separada de seu pai, sendo ambos usuários de drogas ilícitas. A mãe abandonou a família para residir com atual companheira, sobrevivendo de mendicância. Gabriela tinha quinze anos quando teve de assumir, junto com a irmã mais velha, a responsabilidade com a casa e com seus irmãos mais novos. Cometia pequenos delitos (furtos e roubos) e tornou-se usuária de crack na adolescência, abandonando os filhos nas ruas. Conseguiu deixar o vício a pouco mais de dois anos, com a ajuda de Luzia. Havia saído do Marrocos, mas retornou após um de seus irmãos sair da prisão, na tentativa de evitar que reincidisse no crime. Foi presa por tráfico, no lugar do irmão, e passou seis meses no presídio feminino Auri Moura Costa. O irmão foi novamente por estar chefiando o tráfico neste território. Um outro irmão, de dezesseis anos assumiu o posto de dono da boca local. Após perseguições policiais e de grupos rivais, seguida do assadinato do irmão assaltante, a família vendeu a casa própria construída pela HABITAFOR/PMF e se dispersou em locais diferentes em Fortaleza e no interior. Gabriela voltou para o antigo companheiro e continuava lutando para reaver a guarda dos filhos. É prima de Débora.

Sarah: 23 anos, cor “morena”, evangélica, analfabeta. Tem quatro filhos: uma do primeiro relacionamento e três com o atual companheiro. É filha de liderança local. Havia retornado para o Marrocos há três meses. Possui casa própria (mista) neste território por necessidade porque declarou desejo de mudar-se. Considera o local “perigoso” e precário em termos de infraestrutura urbana. A luz e a água de sua casa são clandestinas. A renda familiar é proveniente do trabalho do companheiro como catador de materiais recicláveis e auxiliar de pedreiro acrescida da renda do Programa Bolsa Família. Considera-se “humilde” e não admite a classificação de “pobre”. Reside no trecho considerado mais “perigoso” e precário no Marrocos.

Maria: 38 anos, cor parda, católica, ensino fundamental incompleto, casada, três filhos e três netos. Trabalha como cuidadora de idosos e doméstica. Naceu na região do Grande Bom Jardim. Vive em deslocamentos em outras áreas da região que considera melhores do que o Marrocos. Tem casa própria neste território, contudo, prefere passar temporadas morando de aluguel em outros

espaços. Considera o Marrocos o “pior lugar” onde já morou, nomeando-o de “favela”. Associa pobreza ao seu local de moradia. E pretende mudar-se em breve. É usuária do Programa Bolsa Família. A renda familiar declarada é de um salário mínimo mensal.

Registrei ainda os perfis dos **moradores de territórios circunvizinhos ao Marrocos**, residentes no Bom Jardim e interlocutores desta pesquisa, perfazendo o total de oito (08) entrevistados (as), a saber:

D. Cícera: 66-68 anos, cor parda, ensino fundamental incompleto, católica praticante, casada, seis filhos. Participa do grupo de idosos do Centro de Assistência Social (CRAS) do Bom Jardim e das atividades da Igreja de Santa Cecília. Chegou ao Bom Jardim em 1966, com a família migrando do interior do Ceará. Valoriza os programas sociais da PMF, sobretudo, o CRAS. Abomina a classificação “pobre” e relativiza os estigmas projetados sobre a região do Grande Bom Jardim e seus residentes.

D. Consolação: 69 anos em 2011. Esta senhora delicada em seus gestos e trato com os seus e com estranhos como eu, de estatura média baixa, cabelos grisalhos e cuidadosamente penteados, roupas simples e um sorriso de extrema doçura, é a matriarca de uma família de oito filhos e nove netos (as). É a mãe de Luzia, minha interlocutora chave no Marrocos. Até meados de 2012, vivia em casa própria em conjunto habitacional do bairro Bom Jardim – conseguida no governo Tasso Jereissati – cuidando de dois filhos dependentes dela. Abriga um neto usuário de drogas e envolvido em práticas criminosas na região. Por medo das ameaçadas de morte sofrida por familiares no seu território de moradia, vendeu sua casa e comprou outra no Marrocos. Com exceção de uma filha casada, que reside em Maracanaú e um filho já falecido, os demais residem no Bom Jardim desde que nasceram. Chegou a Fortaleza-Ce com os pais e onze irmãos nos anos de 1960, então com 17 anos. Vieram para a capital por causa da seca e seu pai viu-se forçado a vender o terreno e tentar a vida na cidade. Já trabalhava no roçado no interior e, ao chegar à capital, passou a trabalhar como “lavadeira” e/ou doméstica “em casa de família”, para ajudar a pagar o aluguel e sustentar a família. Mudaram-se para o Bom Jardim nos anos 1970. Casou-se com “vinte e poucos anos” e morava próximo da estrada da Urucutuba, ainda carroçal, hoje a avenida que passa em frente ao Marrocos, onde reside sua filha Luzia. Passou pouco tempo casada. Decidiu separar-se por causa do alcoolismo e do ciúme do marido. Criou os filhos sozinha, trabalhando “em casa de família”. Foi uma das poucas interlocutoras a admitir a pobreza material e a nomeação de “pobre” como auto referência. Sobre seu local de moradia, considera-o espacialidade de medo e insegurança, mas não tem sem expectativas de mudar-se da região.

Sr. Latércio: 59 anos em 2012, cor parda, ensino fundamental incompleto, desempregado desde 2009, separado, sete filhos. Declarou-se católico, embora frequente a igreja evangélica. Sobrevive da ajuda de familiares e de terceiros. É irmão de D. Belarmina e tio de Débora e Gabriela. Migrou do interior com os pais e onze irmãs, chegando ao Bom Jardim nos anos 1970. Considera a região violenta e falou da perda de três sobrinhos assassinados e outro foragido da polícia. Os quatro jovens estavam envolvidos com o mundo do crime. Foi abandonado pela segunda esposa, que se tornou usuária de crack e vive com companheira em outro município. Encontra-se inválido para o trabalho por motivo de doença, todavia, não conseguiu aposentar-se. Sobreviveu em trabalhos precarizados e informais, sobretudo, na construção civil. Vive em deslocamentos na região, em quarto alugado localizado em áreas de risco geográfico. Em 2012, estava residindo na “invasão” próxima ao Marrocos junto com dois irmãos (D. Belarmina e o pai de Gabriela). Estava em busca de um lugar pra viver. Considera a pobreza como resultado de uma situação de desemprego constante.

D. Belarmina: 58 anos em 2012, cor parda, ensino fundamental incompleto, separada, mãe de quatro filhos e avó de cinco netos. A única renda declarada é do Programa Bolsa Família.

Vivia em deslocamentos constantes na região, morando em casas alugadas. Era a líder informal na ocupação construída próxima ao Marrocos. Após a expulsão das famílias desta ocupação, D. Belarmina voltou a residir em casa alugada no Marrocos.

Jana: 40 anos, cor branca, evangélica, só assina o nome. Estava separada do segundo companheiro fazia quatro meses na ocasião da entrevista. Sustenta sozinha seus sete filhos de pais diferentes. O primeiro marido a abandonou doente, vendeu o “barraco de taipa” no Marrocos e voltou para o interior. Morou no Marrocos por nove anos. Embora residisse em “barraco de taipa” em área de risco geográfico, não conseguiu casa construída pela HABITAFOR/PMF. Decidiu participar da ocupação do Conjunto Habitacional da Urucutuba, onde mora atualmente. Pra (sobre)viver, recebe ajuda da presidente e da vice-presidente da Associação de Moradores do Marrocos, bem como de seus novos vizinhos. Migrante do interior, começou a trabalhar aos sete anos, como doméstica em “casa de família”. Casou-se aos quatorze anos e logo vieram os filhos. Sua única renda regular provém do Programa Bolsa Família e dos “bicos” de “lavagem de roupas” e venda de “pratinhos de comida” em seu local de moradia. Considera-se “humilde” e não assumi o “ser pobre” como auto referência. Diz-se satisfeita com o “seu lugar” e espera que o Estado permita que continuem morando no conjunto habitacional “invadido”.

Tatiana: 39 anos em 2012, cor parda, católica, ensino fundamental incompleto, casada e mãe de casal de jovens. O filho faz faculdade e a filha concluiu o ensino médio e faz curso de qualificação profissional na associação local. Reside no território popularmente conhecido por “Mutirão”. Tatiana participou do mutirão de construção de sua casa própria nos anos de 1990. Migrante do interior, fixou residência no Bom Jardim nos anos 1980. Tem três irmãos envolvidos com o “mundo do crime” e, por isto, considera-se “respeitada” em seu território. Além de sua residência própria, possui outras casas alugadas no território. Seu marido é mecânico e a renda familiar declarada foi de três salários mínimos. Considera-se “humilde” e nega a pobreza como auto referência, exaltando a conquista de seus bens materiais. Em sua narrativa, enfatizou a violência urbana em seu território e as disputas entre grupos criminosos rivais, que tem feito vítimas inocentes.

Patrício: 42 anos em 2012. Cor parda, evangélico, ensino médio completo, separado pela segunda vez, dois filhos adolescentes. Migrou do interior do Ceará para São Paulo e depois para Fortaleza. Comprou terreno no Marrocos, onde residiu por nove anos. Mudou-se em fins de 2011 para o “Mutirão”, no Bom Jardim, mas manteve suas relações de amizade no antigo território. A ex-companheira e os filhos ainda residem neste território. Trabalhador autônomo, montou seu próprio negócio na Avenida Urucutuba. Participou da “defesa do lugar” na época das invasões. Contribuiu com a implementação das atividades do “Espaço”, da rearticulação da Associação de Moradores do Marrocos e de articulações com políticos locais em busca de “melhorias” para o território. Sua maior preocupação é com a violência urbana e com o uso de drogas pelos jovens locais. Todavia, a partir de 2012, decidiu “cuidar da própria vida”. Voltou a estudar. Deseja fazer concurso público e faculdade. Deixou de envolver-se com as atividades “comunitárias”.

Cláudio: 23 anos em 2012. Declarou-se de cor branca, sem religião, homossexual, ensino médio completo. Sua mãe e irmãos residem no Bom Jardim, mas ele passava temporadas no Marrocos, na casa de amigo. Mantinha relações de proximidade com jovens envolvidos no “mundo do crime”: narcotráfico, roubos, furtos, assaltos e assassinatos. Conforme afirmou, por certo período, ele e seu amigo tentaram cuidar dos “meninos” tanto os residentes na casa, como os frequentadores. Narrou as perdas de amigos assassinados. O amigo passou seis meses preso por tráfico de drogas. Estimou a renda mensal de sua família em mil e seiscentos reais. Afirmou trabalhar em restaurante como auxiliar de serviços gerais. Falou de seus conflitos com o pai alcohólatra, sobretudo, por ele não aceitar sua preferência sexual. Considera a classificação de “pobre” uma discriminação humilhante e culpabiliza o poder público pela situação de pobreza. Não considera o Marrocos “perigoso” porque conhece os “meninos” da área envolvidos com o “mundo do crime”.

E, por último, apresento os perfis de seis **moradores militantes de ONG's locais, voluntário e lideranças formais** da associação de moradores com atuação no Marrocos. Eis os (as) interlocutores (as):

D. Catarina: 64 anos em 2012. Cor parda, religião não declarada, ensino fundamental incompleto. Teve várias experiências de participação social e política: presidente do Conselho Comunitário do Parque Santo amaro (COMPASA); delegada do Orçamento Participativo; presidente e fundadora da Associação de Moradores do Marrocos; participação ativa na ocupação e construção do Pantanal do Bom Jardim. Reside com filhos e netos em casa própria no Pantanal. Trabalha desde os quatorze anos: primeiro com bordado e depois costureira. Tornou-se uma costureira e possui pequeno comércio local onde revende as peças que produz. Declarou renda familiar de um salário mínimo acrescido do benefício do Programa Bolsa Família. Considera o Marrocos uma espacialidade de medo e insegurança. E seus moradores chamou de “acomodados”, culpabilizando-os pela condição de pobreza material.

Jade: 38 anos em 2012. Cor “morena”, evangélica, ensino fundamental completo, casada, seis filhos. Sua renda familiar declarada é de dois salários mínimos advindas do trabalho fomal do marido, do pequeno comércio e do Programa Bolsa Família, do qual é usuária. Intitula-se vice-presidente da Assciação de Moradores do Marrocos e liderança comunitária dos residentes da Ocupação Conjunto Habitacional da Urucutuba, bloco de apartamentos construídos pela PMF e invadidos em 2011. Nasceu no Bom Jardim e reside no Marrocos desde o início da ocupação quando se disse convidada, junto com D. Catarina, a serem lideranças locais. A partir de então, fundaram a associação de moradores e assumiram a diretoria, sem realizar novas eleições, até 2013. Tem dedicado-se mais à luta pela permanência das famílias na Ocupação do Conjunto Habitacional da Urucutuba estabelecendo reiterados conflitos com a PMF. Moveu ação no Ministério Público contra a prefeitura em defesa dos moradores. Valoriza o Marrocos como o “seu lugar” e luta por “melhorias” para o território e seus moradores. Participou como delegada dos ciclos do Orçamento Participativo, a partir do qual conseguiram o projeto de urbanização e construção de unidades habitacionais para o Marrocos, ainda não concluído desde 2007.

Caio Feitosa: 25 anos em 2013, cor parda, sem religião, curso superior completo e pós-graduação stritu sensu (mestrado). Migrante do interior do Ceará. Reside com a família no Grande Bom Jardim desde 1999. Sua família é composta por seus pais, irmão, tia e primo. A renda familiar mensal era de dois salários mínimos acrescidos de sua bolsa de mestrado. Jovem militante e associado do CDVHS, atua em defesa dos direitos humanos e sociais nesta região. Participa ativamente da luta de classificações instituída no campo político e coletivo, em contraposição aos processos de estigmatizações sócio territoriais e violências perpetradas contra os moradores do Grande Bom Jardim no contexto da cidade. Concluído o mestrado, Caio é assessor político de vereador de Fortaleza-Ce.

Marileide Luz: 43 anos em 2013, cor parda, católica, curso superior completo de pedagogia e especialização em gestão escolar. Professora concursada da Prefeitura Municipal de Fortaleza e coordenadora do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). Migrante do interior. Reside no Grande Bom Jardim desde os anos 1990. Participou das ações sociais da Igreja Católica através da Comunidades Eclesias de Base (CEB's). A renda familiar declarada foi de quatro mil reais. Militante político-social em defesa dos direitos humanos e sociais no Grande Bom Jardim. Participa ativamente das lutas de classificação travadas em nível coletivo e político em contraponto aos processos de estigmatizações e segregações sócio territoriais projetadas sobre a região e seus moradores.

Massimo: 29-32 anos, cor branca, católico, curso superior completo. Missionário italiano conheceu o Marrocos por intermédio de Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ). Tornou-se voluntário no Marrocos no período de 2005 a 2010, articulando-se a outros voluntários missionários italianos, freiras, padres e leigas católicas. Participou da construção do “Espaço” e das atividades iniciais de sensibilização e organização dos moradores, além da arrecadação

de recursos materiais e financeiros necessários às ações voluntárias. A partir de 2011, suas atividades voluntárias tornaram-se mais esporádicas neste território. Permaneceu residindo na região e casou-se com moradora local. Atualmente, trabalha em Organização Não Governamental (ONG) e, por motivos familiares e de trabalho, tem se distanciado do Marrocos. Retorna à localidade, sobretudo, em ocasiões festivas e/ou de celebrações da Igreja Católica e durante a festa da padroeira - Nossa senhora da Conceição - no mês de dezembro.

Sumariamente apresentados os (as) interlocutores (as) desta pesquisa, no item seguinte, direciono meu olhar ao Marrocos, retomando sua memória, os conflitos e a construção social deste lugar inscrito nas *margens das margens* do Grande Bom Jardim, assumindo o “risco” elaborado de descrevê-lo a partir dos movimentos do trabalho de campo.

CAPÍTULO III - CHEGANDO AO “VIXE DO VIXE” DO GRANDE BOM JARDIM: o Marrocos é aqui!

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais.
Ela se desenrola também nos quintais,
entre plantas e galinhas;
nas ruas de subúrbio, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas,
nos namoros de esquina.
Disso quis eu fazer a minha poesia,
dessa vida obscura e injustiçada,
porque o canto não pode ser uma traição à vida,
e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz”.
(Uma luz do Chão – Ferreira Gullar)

3.1 Um lugar de muitas nomeações

Desde que ouvi falar deste território, um aspecto preliminar que muito me intrigou foi a sua nomeação de “*Marrocos*”. Afinal, de onde veio este nome aparentemente tão incomum com base no qual se fundou este “*novo lugar*” na região do Grande Bom Jardim? Segundo relatos de moradores mais antigos, foi na fase inicial desta “*invasão de terra alheia*” – expressão mais recorrente nas falas nativas para falar da “ocupação” de propriedade privada iniciada em novembro de 2000 – que adotaram este nome para designar um “*espaço vazio*” transformado em um *lugar habitado*. Nome escolhido por referência ao país Marrocos no qual foram gravadas cenas da novela “*O Clone*”, exibida à época no horário nobre da rede globo. Os moradores fizeram uma analogia entre as imagens da paisagem desértica, com as tendas do país Marrocos, reproduzidas na novela e a natureza hostil da “*terra por eles invadida*” caracterizada por muito vento, poeira esbranquiçada de terra seca, carnaubais, pequenas lagoas e muitos buracos produzidos pelas escavações e vendas de areia realizadas por vizinhos e depois por alguns dos moradores recém instalados. Um espaço também “deserto e seco”, conforme era retratada a paisagem marroquina na televisão. Nestes “espaços vazios” e/ou “*desertos*” urbanos, os primeiros moradores, em sua maioria advindos de localidades próximas dentro da região do Grande Bom Jardim, ocuparam as terras, construindo barracos de plástico, madeira e palha de carnaúba. Delimitaram os “seus terrenos”, doaram, cederam e/ou venderam lotes a familiares e conhecidos e, assim, fundaram a “*Ocupação da Urucutuba*”.

O espaço estava sendo transformado em um lugar habitado que passou a ser reconhecido popularmente na região por Marrocos. Encontrei esta referência à “ocupação da Urucutuba” em documentos da SER V/PMF e no Diagnóstico Participativo do Grande Bom Jardim (CDVHS/GPDDU/UECE). Uma das lideranças formais do Marrocos afirmou que esta

nomeação deveu-se ao fato da “invasão” ter começado pela parte do terreno situado em frente à Avenida Urucutuba. Com o aumento do número de “ocupantes” da terra que ali construíram suas casas, a “ocupação” ampliou-se e foi adentrando o espaço até fazer divisa com o Parque São Vicente, na divisa entre os bairros Canindezinho e Siqueira. Na versão nativa, prevaleceu mesmo a nomeação de Marrocos.

A opção por este nome não foi unânime. Nesta escolha, houve uma disputa entre os moradores que tomaram por referência dois programas televisivos veiculados pela rede globo no início de 2000: “*No Limite*” e “*O Clone*”. Tais programas foram comparados pelos moradores com a natureza hostil e suas condições de precariedade vividas neste microespaço na fase de “*invasão*”. O programa *No Limite*, para quem não lembra, era apresentado pelo jornalista Zeca Camargo e selecionava pessoas “*comuns*” para participarem de uma competição que oferecia ao vencedor um prêmio em dinheiro. Os competidores eram submetidos a situações extremas de dor, medo, desgaste físico e psicológico. Quem suportasse todas as provas até o final, receberia o prêmio. Segundo uma de minhas interlocutoras, cogitar o “*No Limite*” para designar este novo lugar em construção se deu porque as pessoas sentiam-se submetidas a situações limites de existência. Já a novela, em si, falava de personagens e situações inventadas. No caso de “*O Clone*”, pareceu suscitar sonhos, possibilidades de vir a ser, de imaginação e criação, de afetos difíceis entre pessoas, lugares e culturas. Explorava a temática das fronteiras sócio-culturais e territoriais tensas, bem como as possibilidades de ultrapassá-las, deslocá-las, demovê-las. Entre os dois, “*venceu o Marrocos de ‘O Clone’*”, disse-me sorridentemente uma das cinco moradoras mais antigas do lugar que participou da “*invasão*” a partir do dia 02 de novembro de 2000. Esta data é constantemente lembrada por estes moradores-“fundadores”, com a referência ao Dia de Finados. Coincidentemente, nos meus primeiros meses de visita ao Marrocos em 2011 estava sendo reprisada esta novela no quadro “*vale a pena ver de novo*” na rede globo, favorecendo o reportar-se dos moradores a este início do lugar, que completou quatorze (14) anos de sua *fundação* em 2014.

Coincidências à parte ou porque o acaso também conta na tessitura da pesquisa, a escolha do nome Marrocos para fundar este *novo lugar* na região do Grande Bom Jardim imita parte desta novela, cujo nome “*O Clone*” fala da possibilidade de repetir/clonar/imitar a vida humana em laboratório, o que em muito gerou e ainda gera uma discussão ética considerável. Mas também aqui se trata da criação e do inesperado da existência humana – na novela que imita a vida “real”, na vida “real” que tenta imitar a novela – a fundação de um lugar chamado Marrocos deslocado e (re)situado para o contexto urbano da região do Grande

Bom Jardim em Fortaleza-Ce significou, para muitas destas famílias “*invasoras de terra alheia*”, uma reinvenção de seu viver. A invenção de um lugar para elas mesmas – na tentativa de escapar ao lugar socialmente atribuído de “sem lugar” – a escória social do Grande Bom Jardim. Para os fundadores com os quais conversei no Marrocos, participar da “*invasão*” significava a possibilidade de (re)invenção da vida e de conquistas, com destaque para a “*casa própria de tijolo*”. O que, no início, era chamado no entorno de um “*buraco cheio de lama*”, onde instalaram seus barracos de lona/papelão/madeira e depois de taipa, a maioria com as dimensões de 3m X 2m utilizado para “*vigiar seu pedaço de terra*” contra possíveis “*invasores*”, foi transformado, para uma certa parcela destes que permaneceram, em seu *espaço vivido*. Neste espaço, transformado em território vivido, construíram suas “*casas de tijolo*”, constituíram e/ou estabeleceram suas famílias, teceram seus laços de vizinhança. E, para outros, neste lugar também inventaram formas de “*sobreviver*” pela via do trabalho informal, sobretudo, em pequenos comércios locais, a exemplo de bares/ botecos, “*vendinhas*”, mercearias/pequenos mercantis, reciclagens. De um “*espaço vazio*” e “*terra alheia*”, o espaço tornou-se um lugar habitado, apropriado, inventado, significado, social e afetivamente construído pelos seus moradores.

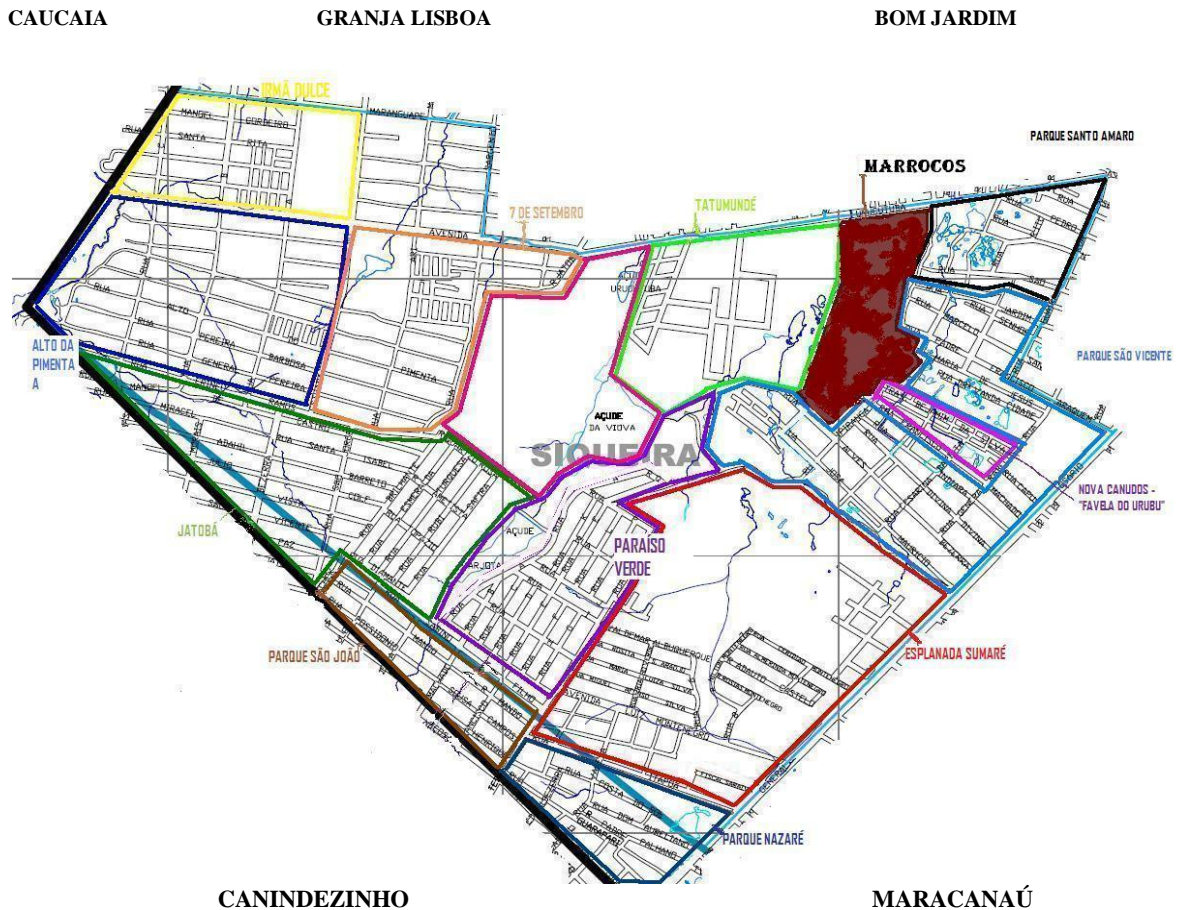
Além das nomeações “*Ocupação da Urucutuba*” e “*Marrocos*”, este lugar também é reconhecido, por parcela dos moradores, como ***Comunidade de Nossa Senhora Imaculada Conceição***, em referência ao nome da padroeira escolhido em votação pelos moradores católicos e vinculados às atividades da igreja de Santa Cecília, a paróquia do bairro Bom Jardim à qual a localidade encontra-se vinculada desde 2003. Embora compreenda a necessidade de uma interpretação dos sentidos de “*comunidade*” atribuída por alguns moradores quando se referem ao Marrocos, vale salientar nesta caracterização, a origem católica e as experiências de auto fundação coletiva do lugar que remeteram a esta outra nomeação atribuída ao Marrocos. E, por sua vez, a dimensão simbólica como expressão de uma das tentativas de dissipar a estigmatização vinculada ao seu nome de fundação associado, via de regra, pelos “*de fora*” pela referência negativada de “*invasão*”, “*precariedade*” e “*favela do Marrocos*”.

Além de distintas nomeações – denotativa de lutas de classificação no processo de fabricação deste território vivido – o Marrocos é constituído por múltiplos lugares e fronteiras-pontes inter e intra territórios de seu “entorno”.

3.2 Múltiplos lugares de um só Marrocos fragmentado e dividido

Situar-me no Marrocos tem sido uma experiência de descobertas e *aprendizados das e nas margens de Fortaleza*. Provocou uma *revolução do olhar* no processo de questionamento, desnaturalização, ruptura com o pré-construído na vida social (no senso comum e no senso comum douto) e os esquemas cognitivos nele presentes, de forma a (re)construir e apreender o objeto na teia de relações e interdependências constitutivas da vida social (BOURDIEU, 1990). Trata-se de aprender, em caráter preliminar, a construir outras referências de espaço a partir do ponto de vista de quem constrói seus *territórios vividos/lugares*: os seus moradores. E exponho aqui um outro desafio desta pesquisa: identificar onde se situa o Marrocos na região do Grande Bom Jardim. Para os órgãos estatais municipais, este território situa-se *geograficamente* no bairro Siqueira. Faz fronteira com o bairro Bom Jardim – separados pela Avenida Urucutuba – e com as localidades Tatumundé, Parque Santo Amaro, Parque São Vicente e Nova Canudos, reconhecidas pela SER V, conforme demarcado na figura a seguir:

Figura 14 – Bairro Siqueira dividido em treze localidades geograficamente identificadas por moradores da região (sistematização PRONASCI/SER V). Marrocos em destaque na cor marrom.



Ao caminhar nestes espaços e dialogar com alguns de seus habitantes, foi possível identificar e visitar outras localidades circunvizinhas ao Marrocos, além das situadas no mapa oficial. O Marrocos encontra-se cravado num complexo de outros territórios conhecidos e reconhecidos nas falas de interlocutores por “mutirão”, “favelas” e/ou “invasões”, que funcionam como referência para a identificação e simbolização deste lugar. Entre estas localidades são estabelecidas *fronteiras-pontes* (CERTEAU, 1994) e produzem-se lutas de classificação social¹⁵³, resguardando situações de conflitos, tensões e acusações mútuas entre seus moradores construídas com base nos seus locais de moradia. Refiro-me, primeiramente, ao Conjunto Habitacional Estrada da Urucutuba denominado popularmente de “mutirão” porque foi construído em mutirão pelos seus moradores em parceria com a PMF nos anos 1990. Este “Mutirão” situa-se geograficamente no bairro Bom Jardim, em frente ao Marrocos, separados pela Avenida Urucutuba. De acordo com o mapa anterior, do lado esquerdo visualiza-se a localidade Tatumundé, na qual se encontra o Conjunto Habitacional Tatumundé, construído pela HABITAFOR/PMF. O mapa não localiza, no entanto, outras duas “invasões” ocorridas respectivamente em 2010 e 2011 e situadas neste mesmo espaço: a “ocupação” do Conjunto Residencial Urucutuba e outra “ocupação” ainda sem nome. O Conjunto Residencial Urucutuba – chamado de “Haiti” – é formado por casas e apartamentos que não terminaram de ser construídos pela HABITAFOR/PMF e foram ocupados por famílias de áreas circunvizinhas, inclusive advindas do Marrocos, e encontra-se em processo judicial junto ao Ministério Público. Abriga atualmente cerca de umas sessenta famílias vivendo em situações precarizadas, com “gambiaras” de água e luz constantemente cortadas pelas empresas CAGECE e COELCE, conforme relatou-me sua liderança comunitária e pude observar durante visita realizada ao local.

Ao lado desta “ocupação” localizava-se um grande terreno privado e “vazio” que foi ocupado por famílias das circunvizinhanças, algumas destas anteriormente moradoras em “*área de risco geográfico*” do Marrocos ou com familiares nesta localidade. Segundo a liderança informal desta recente “ocupação”, ocuparam o terreno duas vezes. Da primeira vez, foram visitados por representantes da HABITAFOR acompanhados da polícia que expulsou as famílias para a rua (a avenida Urucutuba em frente) e efetuaram a derrubada dos “*barracos*”. Muitas famílias desistiram e foram embora, com medo de novas represálias e expulsões. Outras, contudo, no momento em que a polícia e os representantes da PMF

¹⁵³ Segundo Bourdieu, as lutas de classificação traduzem uma dimensão singular das lutas de classe exercidas em propósito dos sentidos do mundo social e da definição dos princípios de divisão desta “realidade” (BOURDIEU, 1996).

retiraram-se, retornaram para o terreno e, durante todo este mês de maio/2012, estavam em plena reconstrução de “barracos de taipa” e demarcação de lotes. A outra localidade com relativa importância nos processos de identificação e simbolização do Marrocos é a *Nova Canudos*, reconhecida por “*Favela do Urubu*”, ora destacada por permanentes tensões e conflitos estabelecidos entre os dois territórios, em especial entre seus grupos criminosos rivais.

Esta referência abreviada às localidades situadas no entorno do Marrocos auxilia a pensar o papel paradoxal das *fronteiras* (simbólicas) na produção dos sentidos de lugar apreendidos nos relatos espacializados de seus moradores. Segundo Certeau (1999), as fronteiras e/ou limites resguardam consigo um paradoxo a considerar na interpretação dos relatos sobre os espaços:

As fronteiras resultam de um trabalho de distinção a partir de encontros. (...) criados por contatos, os pontos de diferenciação entre os corpos são também pontos comuns. A junção e a disjunção são indissociáveis. (...) cria a comunicação assim como a separação: e mais, só põe uma margem dizendo aquilo que o atravessa, vindo da outra margem. Articula. É também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é uma passagem entre dois – “um espaço entre dois”. (...) a fronteira é como um vácuo, símbolo narrativo de intercâmbios e encontros. (...) O relato privilegia, por suas histórias de interação, uma lógica de ambiguidade. ‘Muda’ a fronteira em ponto de passagem (...) Narra com efeito inversões e deslocamentos (...) um conjunto de interstícios por onde ecoam os olhares. (...) No interior das fronteiras já está o estrangeiro, exotismo ou sabbat da memória, inquietante familiaridade. Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para o seu outro (CERTEAU, 1994: p. 214-215; grifos meus).

Reconhecer as fronteiras/margens e pontes (internas e externas) do Marrocos e atravessá-las (e/ou *transgredi-las*) em direção aos microespaços do seu entorno e às narrativas e experiências de seus habitantes auxiliaram-me a compreender que os *sentidos de lugar* construídos pelos “marroquinos” (termo nativo) se fazem em uma dimensão relacional com as figuras de um “*outro*” (encarnação da diferença), dos “de fora” na perspectiva “de um lugar que não é o nosso”, dos “desconhecidos” – “de outros que não são como nós”, estejam estes situados no próprio território ou nos circunvizinhos. De fato, ao aproximar-me da dinâmica do Marrocos – no interior de suas *fronteiras simbólicas* que também se fazem *pontes* – tornou-se possível identificar os seus “outros” inscritos nas narrativas de meus interlocutores. Compreender este “*lugar chamado Marrocos*” tem me exigido olhar, então, para as interações sociais, relações de identificação e de produção de diferenciações, proximidades/distâncias e/ou distinções/estigmatizações estabelecidas dentro deste território, com as localidades do entorno (“*outros*”) e entre os moradores destes microespaços (*entre “nós” X “eles”*) situados na região do Grande Bom Jardim.

Nesta perspectiva relacional, um elemento importante é a identificação do Marrocos por parte de seus habitantes e das localidades circunvizinhas, como pertencente ao Bom Jardim, sem qualquer alusão ao bairro Siqueira no qual se encontra geograficamente situado. Consideram-se, portanto, moradores do Bom Jardim, com toda a carga simbólica que isto venha a significar em termos de sua imagem pública estigmatizada e estigmatizante de quem nele reside. Por situar-se nas fronteiras entre os bairros Bom Jardim e Siqueira, “separados” fisicamente pela Avenida da Urucutuba (em frente a uma das entradas da localidade), há dificuldades por parte de seus moradores e até mesmo de certos órgãos estatais e privados atuantes na região para especificar seu pertencimento territorial. A avenida é constantemente atravessada pelos moradores para realização de muitas de suas atividades cotidianas. Afinal, do outro lado da avenida – ou seja, no bairro Bom Jardim – e situados em localidades vizinhas ao Marrocos estão as escolas e muitos equipamentos sociais dos quais precisam; lá realiza-se, semanalmente, a feira-livre; concentra-se a área comercial e de lazer (pracinhas); obtém acesso aos transportes públicos e deslocam-se para seus trabalhos; bem como as redes familiares e de vizinhança que se estendem para além de seus espaços de moradia no Marrocos. Muitos de seus habitantes são provenientes da própria região do Grande Bom Jardim, com destaque para os bairros Bom Jardim e Granja Portugal, ou têm familiares que neles residem. As travessias aqui são constantemente realizadas, apesar dos riscos diferenciados que podem significar para quem as executa.

Nas narrativas dos seus habitantes, o Marrocos é identificado como pertencente, simplesmente, ao Bom Jardim, seja em relação ao bairro ou à região. Foi também sinalizado nestes relatos a referência à sua localização no Santo Amaro, nomeada de “bairro” do Bom Jardim por alusão a esta identificação registrada em suas contas de luz e de água. A mesma localização do Marrocos no bairro Bom Jardim é referendada pela Rede de Desenvolvimento Local do Grande Bom Jardim (Rede DELIS) e registrado em seu diagnóstico participativo realizado sobre a região em 2005. Optei, então, por utilizar a referência dos moradores “*marroquinos*” porque busco compreender o Marrocos como *espaço vivido*/ lugar construído, cujas *fronteiras-pontes* líquidas e dinâmicas culturais de identificação e/ou pertencimento a um lugar transcendem as demarcações geográficas e as formas de objetificações dos sujeitos produzidos pelo Estado (FOUCAULT, 2009).

Vale salientar que a identificação do Marrocos e de seus moradores com o Bom Jardim não significa sua constituição em espaço homogêneo e unitário. Conforme lembra Agier (2011), estar em contexto urbano implica apreender um duplo e complexo movimento de identificação e produção da diferença, a considerar na interpretação em tela:

É necessário estar em contexto urbano, com as suas diferenças, os seus jogos de espelhos, de trocas ou do racismo para que, em dado momento, indivíduos voltem a si próprios e tentem refletir sobre suas diferenças relativamente aos outros e, eventualmente, construí-la, reconstruí-la, desenvolvê-la mais. (...) e isso mesmo que a cidade contenha elementos que favoreçam a homogeneização, dado que os modos de vida se aproximam de acordo com critérios espaciais ou sociais, assemelhando-se. É precisamente porque se está cada vez mais no mesmo, na identidade, que um certo número de discriminações se revela e se transforma, invertendo-se por vezes, na reivindicação de uma diferença cultural (2011: p. 51).

Embora os processos de identificação/pertencimento territorial percebidos no cotidiano do Marrocos não tenham se transformado em reivindicações de uma diferença cultural numa dimensão politizada institucionalizada, parecem assumir um *sentido situacional* anunciado pelo supracitado autor. Nesta interpretação, parece relevante buscar problematizar e tentar apreender os elementos e situações que permitem a estes moradores expressar *com que tipo de lugar, de situação, de configuração em dado momento identificam-se e tecem seus laços sociais espacializados ou, ao contrário, negam ou encobrem tal identificação e produzem suas fronteiras fluidas e em constante deslocamentos*. Parece ser neste movimento que vêm construindo e reconstruindo a memória desta localidade, os sentidos de lugar e suas identificações-distinções em suas experiências cotidianas e tessitura de suas relações/interações possíveis no Grande Bom Jardim.

Em termos destas identificações situacionais, é possível afirmar que, para muitos de seus moradores, este *lugar comporta vários outros lugares* que o constituem e se afirmam em relação aos demais microespaços circunvizinhos. São *pequenos fragmentos de lugar* explicitados também nas classificações nativas de “Marrocos 1” (o mais antigo), “Marrocos 2” (considerado mais urbanizado e menos violento, segundo seus moradores) e até um “Marrocos 3” (a parte fronteira da localidade em relação ao bairro Canindezinho e à localidade Parque São Vicente). Fazem referência, assim, ao “Marrocos daqui da frente” e o “*Marrocos de lá de dentro*”; a “*parte de cá*” e a “*parte de lá*”; a “*parte inicial*” e a “*parte final*”, delineando supostas fronteiras do lugar e em relação às demais localidades do entorno. Os usos e os sentidos/significados aferidos a estas classificações internas de seus espaços dependem da perspectiva e da situação em que foram produzidas pelos moradores de cada um destes fragmentos do Marrocos. São suas maneiras de delimitar seus lugares e estabelecer suas distinções/fronteiras internas e externas, tomando por referência identificatória seus locais de moradia e suas redes de interações sociais. Nas versões de outros moradores entrevistados, sobretudo, os mais antigos que estão neste lugar desde o seu início da “*invasão*”, houve insistência em afirmar a imagem de um único Marrocos e reforçar o pertencimento ao Bom Jardim ao destacar: “*não existe Marrocos 1, 2 ou 3*”, “*o Marrocos é*

um só” e *“aqui tudo é Bom Jardim”!* A foto abaixo tona possível visualizar parte da espacialidade do Marrocos, exatamente no ponto limite entre estes fragmentos constitutivos da localidade.

Figura 15 – Adentrando área de fronteira entre a entrada do Marrocos (pela Avenida Urucutuba) e o “Marrocos de lá de dentro”. Marcas da precariedade acentuam-se nesta área de demarcação entre territórios dentro da mesma localidade.



Fonte: Foto da autora

Este “limite” é marcado por uma vegetação nativa que dificulta a acessibilidade, a circulação e a comunicação entre os seus moradores. Ao seguir em frente nesta estrada de terra batida – que se transforma em veredas em meio ao mato crescido – chega-se ao “*Marrocos 3*” e caminhando um pouco mais – logo ao ultrapassar a ponte/canal – encontra-se um dos acessos às localidades de Nova Canudos e Parque São Vicente. Do lado esquerdo, após os poços e a lagoa, encontraremos o “*Marrocos 2*”, com destaque para as casas construídas pela HABITAFOR. Ao seguir pelo lado direito ou retornar na mesma estrada em direção à Avenida Urucutuba encontra-se o “*Marrocos 1*”. Esta parte menos habitada e com vegetação nativa que funciona como um tipo de fronteira simbólica e geográfica na localidade é, ao mesmo tempo, *passagem/ponte* de encontro e de diferenciações entre os três Marrocos. São fronteiras-pontes, portanto, deslocáveis e/ou removíveis, a depender da posição social do agente na localidade. Conforme já salientei, para alguns dos moradores, com destaque aos mais antigos e “*fundadores do lugar*”, o Marrocos é um só e não existem lugares “*proibidos*” e/ou “*evitáveis*” para eles. Haveria, sim, “*pessoas evitáveis*” e “*saberes*” necessários ao seu viver cotidiano, conforme tentarei demonstrar mais adiante.

As formas de demarcação de diferenças e fronteiras internas ou, ao contrário, de tentativas de manter a unidade e identificação local funcionam também como parâmetros de apresentação e representação do lugar para os “*de fora*”. Então, no interior de um lugar discriminado em sua totalidade na imagem externa de “*invasão*” e “*favela do Marrocos*”, seus

moradores tentam produzir outras imagens fragmentadas e distintas do lugar. Assim, demarcam e (re)significam seus fragmentos internos de lugar passíveis de maior circulação de pessoas e aqueles a serem evitados; os “*mais calmos*” em oposição aos outros ditos “*perigosos, violentos, inseguros e de medo*”. Nestes últimos espaços, as rivalidades entre grupos/facções/gangues (usados como sinônimos pelos moradores) adquirem maior visibilidade, os tiroteios são mais frequentes e a travessia pode tornar-se mais “arriscada”, com destaque para os horários a partir das 12h até as 15h da tarde e, principalmente, no período noturno a partir das 22h. São horários de menor fluxo de pessoas no local, com exceção de alguns tipos sociais considerados “*perigosos e/ou suspeitos*”, segundo alguns narradores, focando nos jovens supostamente envolvidos com o tráfico de drogas, roubos, assaltos e/ou assassinatos e que podem ser ou não moradores, conhecidos ou desconhecidos na localidade.

Interessante resgatar que os fragmentos ditos “lugares perigosos, violentos e com maior concentração de pobreza”, via de regra, poucas vezes foram identificados com seus locais de moradia. Há a referência a um “outro” diferente, transformado em desigual e inferior, supostamente, um “*desconhecido e distante*” projetado como um “*outro lugar*”, de “*outros fragmentos do lugar*” e de “*outros agentes de fora do lugar*”. Posições recorrentes mesmo quando a distância física pode significar uma rua, um beco, uma casa, um quarteirão ou os espaços com maior quantidade de áreas vazias e bastante mato, aquelas mais próximas das lagoas, poços de água, dos canais e dos prédios abandonados e em deteriorização onde deveria funcionar uma estação de tratamento de água e esgoto. Estas obras públicas não concluídas pela PMF/HABITAFOR desde 2006 são usadas como refúgio e/ou esconderijo de tipos sociais locais considerados, nas falas nativas, “*marginais/vagabundos/bandidos*” e, principalmente, por usuários de drogas ilícitas. De fato, a referência primeira para tal identificação e/ou diferenciação entre espaços e lugares são os locais de moradia e as suas teias de interações e experiências sociais dos interlocutores. No caso de moradores com familiares envolvidos em situações de violência urbana (seja como vítimas e/ou protagonistas), narcotráfico ou uso de drogas, perceber o lugar como “*violento*”, “*inseguro*”, “*perigoso*” tende a ser mais frequente nas narrativas, apesar de carregadas de ambiguidades em suas tentativas recorrentes de encobrir o estigma territorial projetado sobre o Marrocos e seus habitantes.

Os cuidados ao falar são frequentes em termos das informações fornecidas sobre si e, em especial, sobre os vizinhos, independente de serem em conversas informais ou em entrevistas gravadas. Não obstante, as demarcações fronteiriças, discriminações e estereótipos

(re)produzidos *dentro do Marrocos* ora são projetados sobre os fragmentos ditos “*mais perigosos*”, ora são transferidos integralmente para certos tipos sociais (internos e/ou externos) que, nas versões de seus moradores, encarnam a figura do “*perigo, medo e insegurança locais*”, *os seus suspeitos em potencial e criminalizáveis a priori* (MISSE, 2010). Em ambos os casos, parcela dos entrevistados buscavam demarcar suas tentativas de evitamento, distinções e distanciamento sociais – em relação a imagens/discursos, pessoas e lugares concretos – expressivos na recorrente fala “*a gente evita se misturar*”.

O Marrocos parece mesmo encarnar, em suas singularidades, a imagem pública negativada das “*periferias*” – e em seu exemplo radicalizado de “*favela*” – traduzido em um dos múltiplos *enclaves de pobreza e violência urbanas* presentes nesta região, conforme as narrativas de alguns de seus moradores. Os moradores registram inúmeras dificuldades e problemas relacionadas à condição de pobreza, ao adensamento da violência urbana e à frágil e ambígua *presença-ausência* do Estado no lugar. Decorridos doze anos desde a “invasão” em novembro de 2000, esta localidade tem uma população estimada de 1500 habitantes (PESQUISA SÓCIO-HABITACIONAL COMUNIDADE MARROCOS, 2009). É reconhecida oficialmente pelo poder público municipal como “*área de risco geográfico*” e “*favela*”, apresentando contrastes entre seus fragmentos internos. Existem partes do Marrocos com uma infra-estrutura urbana mínima que, com exceção do saneamento básico, contam com precária rede de água, limpeza urbana, casas de alvenaria e ruas de terra batida com lombadas de asfalto improvisadas pelos moradores identificáveis, sobretudo, nas ruas principais do Marrocos 1 – considerando a proximidade da entrada pela Avenida Urucutuba – e nos nomeados “*Marrocos 2 e 3*” (figura 16 e 17), conforme fotos abaixo:

Figura 16 – Parte da Rua central na entrada do “Marrocos 1” pela Avenida Urucutuba (de dentro em direção à Avenida Urucutuba à frente) –.



Fonte: Foto da autora em 17/04/2012

Figura 17 – “Marrocos 2” visualizado em sua parte direita com casa de alvenaria em parte construídas pela Prefeitura municipal de Fortaleza (PMF) através da HABITAFOR em 2006 (projeto de urbanização/habitação inconcluso).



Fonte: Foto da autora

Em sua parte mais interna, afastando-se da referência da Avenida Urucutuba, há várias casas de taipa, madeira, papelão e metais ou mistas situadas mais próximas ao canal, à lagoa, aos dois poços de água, segundo pode ser observado nas fotos 18 e 19:

Figuras 18 e 19 – Moradias precárias na parte interna do Marrocos, com predomínio de moradias mistas ou de taipa. Fotos da autora.





Ao avançar um pouco mais à frente, há “*espaços vazios*” com vegetação nativa e prevalência de muito mato. Nestes fragmentos do lugar situados em áreas de fronteira entre as três demarcações do Marrocos, as escassas residências, em sua maioria, não dispõem de serviços básicos de infra-estrutura urbana, inclusive de limpeza urbana. Para alguns moradores, garantir acesso à água e à luz somente através de “gambiaras” e/ou “gatos”. Atravessar estes espaços é também bastante difícil porque há locais onde só existem veredas em meio ao mato crescido, tornando-se quase inacessível nos períodos chuvosos devido ao lamaçal (foto 20).

Figura 20 – Rua central do Marrocos na parte interna mais próxima das áreas de fronteira.
Foto da autora.



Fonte: Foto da autora

Estes são considerados os principais espaços da localidade a serem evitados, segundo relatos dos moradores. Não só pela dificuldade de acessibilidade, vegetação hostil e pela parca e, no período noturno, nenhuma iluminação no local, mas principalmente porque podem se transformar, “*a qualquer momento*”, em arena de brigas de grupos rivais e de

tiroteios frequentes entre estes e também com a polícia. As viaturas policiais só têm acesso às ruas principais do Marrocos, pois quando chegam a estes fragmentos de lugar com predominância de vegetação nativa só é possível adentrar em motocicletas ou a pé. São espaços percebidos pelos moradores do Marrocos como de maior medo e insegurança, em especial para os residentes nesta arena de conflitos. Contudo, embora os moradores atribuam a estes fragmentos de lugar uma significação adensada do medo, reconhecendo-os como os “*mais temidos e violentos*” do Marrocos, é relevante notar que a maioria dos homicídios e assaltos/roubos ocorridos nesta localidade foram cometidos na área central e dita mais urbanizada em relação às aqui pontuadas, no nomeado “*Marrocos I*” (aquele que deu início à “ocupação”). A rua principal desta área tem sido palco de tiroteios em meio a perseguições policiais, “*acertos de contas*”, disputas de territórios do narcotráfico ou mesmo extermínios.

As áreas mais afastadas e isoladas dentro deste território são “temidas” ainda por funcionam também como “*esconderijos*” para quem comete assaltos/roubos em seu entorno, de acordo com relatos de moradores do Marrocos e das circunvizinhanças com as quais tenho mantido contatos. Em proximidade às análises de Lindón (2006) sobre as periferias latino-americanas, pude identificar nos depoimentos que a predominância de *espaços vazios* e da *natureza* situados em seus territórios às margens fortalece a sua significação como “espacialidade do medo”. A presença da “natureza” assume, por um lado, o sentido de “hostilidade” porque obriga a conviver com expressões naturalizadas e potencializadoras da precariedade socioeconômica presentes em seu cotidiano, em especial as chuvas que provocam inundações e alagamentos nestas áreas abertas e sem infra-estrutura urbana. E, por outro, ainda assumem estes espaços o sentido de “*cumplicidade*” com as figuras consideradas “*suspeitas e perigosas*”. Segundo as narrativas, a baixa densidade de residências em amplos “*espaços vazios*” no Marrocos, caracterizados pela “natureza hostil” nestes fragmentos do lugar, favorecem o ocultamento de tipos sociais que infundem o medo e aumentam a sensação de desproteção, isolamento e abandono em seus moradores.

O Marrocos resguarda, assim, certos traços de sua paisagem do início da “*invasão*” em relação aos “*espaços vazios*”, repletos de “*mato e lama*”, em especial durante a época chuvosa de início de ano, além da presença de animais pastando, lixo a céu aberto (foto 21), uma lagoa e poços de água utilizados para pescar e tomar banho por parte de alguns habitantes, apesar de impróprios para tais finalidades.

Figura 21 – Parte interna do Marrocos. Foto da autora.



Fonte: Foto da autora

Neste território, a presença do Estado, em sua face protetiva, é quase inexistente. A PMF construiu dois canais nesta localidade – um do lado esquerdo e o outro do lado direito – que começam na Avenida Urucutuba e atravessam o território até os limites da ponte/canal que divide o Marrocos da localidade Nova Canudos (“Favela do Urubu”) no bairro Siqueira. As margens deste segundo canal – situado no lado direito da localidade – consistem em áreas suscetíveis a inundações e alagamentos. Em todo o Marrocos ainda residem 434 famílias cujas residências encontram-se nesta área de risco geográfico (GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL, 2012). E apesar da HABITAFOR, nos anos de 2005-2006, ter desapropriado várias das habitações precárias e considerado oficialmente este espaço uma área de risco geográfico, não são incomuns a permanência e/ou a construção de novas casas de taipa e/ou mesmo de alvenaria às margens do canal, conforme registro fotográfico recente (foto 22).

O sonho de conseguir uma “*casa própria*” figura no imaginário destes moradores como símbolo de ascensão social que os mobiliza a traçar suas táticas de luta – não necessariamente conscientes e organizadas – diante da precariedade da vida e da fragilidade das políticas sociais públicas em seus espaços de moradia. Para alguns moradores, as “*invasões de terra alheia*” e a construção em áreas de risco podem significar, para além de tentativas de “sobreviver na adversidade”, suas táticas para forçar ações do poder público na área habitacional. Criam, segundo Agier (2012), um espaço liminar de liberdade e criação, instituindo outros mecanismos de política. O ato da “invasão” e/ou “ocupação” constitui-se em ato político urbano (individual e coletivo) de “tomar a palavra pelo ato” capaz de criar uma nova situação e forçar a abertura de canais de negociação com o Estado recorrente nesta

conquista do espaço urbano e fundação de um lugar. A possibilidade desta negociação significa o reconhecimento público deste “*ato político*” coletivo na luta ruidosa e/ou silenciosa pelo *direito à cidade*, expressão de uma *micropolítica do espaço*. Trata-se de uma situação em que se faz a “comunidade” em curto momento da política, ou seja, instituem-se as “*comunidades do instante*” formada na atividade.

De fato, quando os interlocutores falam das “invasões” de terrenos”, ressaltam suas expectativas em conseguir melhorias no espaço e, sobretudo, “*ganhar uma casa do governo*” seja na localidade ou em outro conjunto habitacional próximo, conforme ouvi de meus interlocutores que participaram diretamente da “invasão” do Marrocos e das outras duas localizadas em seu entorno. Contudo, nem sempre alcançam estes objetivos, podendo ser expulsos do espaço e/ou, caso permaneçam, continuar vivendo em condições consideráveis de precariedade em termos dos serviços urbanos e sociais, sem qualquer iniciativa de regularização fundiária por parte do poder público, a exemplo do que tenho observado nas três ocupações localizadas nesta área, com destaque para o próprio Marrocos com seus doze (12) anos de existência.

Figura 22 – Início de construção de novas casas na beira do canal que atravessa o Marrocos.
Foto da autora.



Fonte: Foto da autora

Os espaços menos habitados e marcados por paisagens “*rurais*” dentro do urbano na localidade funcionam como uma espécie de “*fronteira*” e ao mesmo tempo “passagem ou ponte”, primeiramente, entre o Marrocos mais próximo à Avenida Urucutuba (“Marrocos 1”) e o outro Marrocos (3) – o “*de lá de dentro*” ou “*de lá de baixo*”. No entanto, os moradores

desta parte do Marrocos (3) preferem o acesso pelas localidades São Vicente e Nova Canudos (no bairro Siqueira), para evitar os supostos “perigos” atribuídos ao “*Marrocos 1*” que reconhecem como situado no bairro Bom Jardim. Por sua vez, a Nova Canudos é reconhecida na área – pelos habitantes do “*Marrocos 1*” – por “*Favela do Urubu*”, considerada “rival” não só em relação às disputas entre as gangues das duas localidades. Seus moradores são ainda responsabilizados por parte da violência urbana local e pelas tentativas de “*invasão*” e de expulsão de alguns habitantes do “*Marrocos 1*” em meados de 2004-2005.

As fronteiras-pontes do Marrocos têm sido fabricadas na tensão entre imagem estigmatizada de “favela perigosa” projetada “de fora” e, por vezes, reproduzidas por seus moradores, em especial, os mais jovens e novatos, em oposição às tentativas de produção da “comunidade” do Marrocos, com forte conotação político-organizativa local de ressignificação do seu espaço vivido e, de maneira interconectada, de quem são seus residentes. Ao longo desta tessitura, múltiplos atores sociais têm participado da fabricação social do lugar: a igreja católica atuante na localidade, a associação de moradores, o Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim (MSMCBJ) em parceria com seus fundadores e residentes mais antigos. Para melhor compreender as dinâmicas vivenciais do Marrocos marcadas por lutas de classificação, constituição de fronteiras-pontes e esforços de distinção social, cabe retomar os fragmentos da memória na construção deste lugar de múltiplas significações e experiências.

3.3 Atravessando temporalidades e fronteiras nas “*margens das margens*”: fragmentos do passado-presente e a construção social de um lugar chamado Marrocos

Chegar à região do Grande Bom Jardim e adentrar alguns de seus territórios estigmatizados abriu múltiplas perspectivas de interpretação do “viver nas margens urbanas” de Fortaleza. O Marrocos encarna um microcosmo social que me possibilitou apreender dinâmicas socioculturais de fabricação dos lugares situados às “*margens das margens*” de um Grande Bom Jardim estigmatizado nesta metrópole. A maioria dos (as) moradores (as), em especial, seus fundadores e lideranças informais, nasceram nesta região e fizeram do Marrocos o seu *lugar praticado* (CERTEAU, 1994). Vidas inscritas na precarização social e incertezas de trabalho, renda e habitação – a maioria vivendo, anteriormente, em casas alugadas ou cedidas por parentes e/ou amigos (as) – que os conduzia a sistemáticos deslocamentos dentro desta região em busca de “um canto” para morar, construir suas famílias, criar seus filhos. A prática das ocupações de espaços urbanos proibidos para estas

peessoas às margens – as “invasões de terra alheia, privada ou pública” – apresentam-se como possibilidades de concretização de seus sonhos, a partir da fundação de um lugar. Essa “tomada da palavra”, em sua dimensão micropolítica enfatizada por AGIER (2011), altera a ordem social comum, criando um campo liminar de possível negociação com o Estado pela conquista de um espaço urbano transformado em lugar praticado ou socialmente construído.

O Marrocos é fruto de uma “tomada da palavra” por parte de moradores do Grande Bom Jardim, advindos, em sua maioria, de “áreas de risco geográfico” de dois bairros preferenciais: Bom Jardim e Granja Portugal. Alguns destes moradores mobilizaram-se – constituindo o que AGIER (2011) denomina de “comunidades do instante” – e decidiram ocupar o terreno privado e vazio conhecido por Mata Lobo¹⁵⁴, localizado às margens da Avenida Urucutuba. Este local também era conhecido por “Mata da Viúva” porque antes da ocupação existia um açude denominado de “Açude da Viúva”, nome atribuído ao “Canal da Viúva” construído pela PMF e que atravessa todo o terreno até sua fronteira com a localidade Nova Canudos (também chamada de Favela do Urubu). O Marrocos situa-se entre territórios nascidos de ocupações urbanas ocorridas em distintas temporalidades e com desiguais processos de urbanização resultantes dos processos de negociações estabelecidos com os governos municipais nos anos 1980, 1990 e 2000¹⁵⁵. Dentre estas ocupações situadas no entorno do Marrocos, destaco: o Parque Santo Amaro, o Pantanal do Bom Jardim, o Conjunto Urucutuba e o Conjunto Habitacional da Urucutuba¹⁵⁶.

A “invasão” nascida, via de regra, da condição de precariedade social e da urgência de moradia – da “precisão de *um canto pra viver*”, conforme afirmaram interlocutores (as) – gestaram a possibilidade de construção social do Marrocos. Transformado em “um canto pra viver”, este lugar chamado Marrocos assemelhasse à noção

¹⁵⁴ O vasto terreno vazio que originou a Ocupação Marrocos destacava-se pela vegetação nativa com carnaubais, lagoa e poços de água, muito mato e nenhuma utilização. Constituíam-se em espaço vazio de propriedade privada do Dr. Glauco Lobo, segundo informação de liderança local responsável pelas negociações junto a PMF para conseguir a permanência das famílias neste local. Pouco antes da ocupação, o terreno havia sido vendido para a Igreja Universal e, em seguida, revendido para a Caixa Econômica Federal (CEF) para fins de construção de habitações populares. A imprecisão sobre o proprietário do terreno dificultou as negociações das lideranças locais com a prefeitura e até 2012 não havia garantido a regularização fundiária dos moradores locais. Informações coletadas com os fundadores do lugar e lideranças oficiais.

¹⁵⁵ Para esclarecimentos, retomar o item dois do primeiro capítulo sobre os processos de desenvolvimento econômico e urbanização de Fortaleza e da região do Grande Bom Jardim.

¹⁵⁶ Ocupação ainda em litígio com a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) pelo reconhecimento desta ocupação com um pouco mais de dois anos. Trata-se de um conjunto habitacional formado por apartamentos e casas que estava sendo construído pela prefeitura e foi abandonado pela empreiteira Palmas. Dois anos depois de abandonada, a obra foi “invadida” por moradores do entorno, cadastrados e não cadastrados para receberem os apartamentos. Houve tentativas de desapropriação por parte da prefeitura, mas os ocupantes resistiram e permaneceram no local. Uma das lideranças locais informou que moveu processo contra a prefeitura junto ao Ministério Público e aguarda deliberação. Enquanto isto, luta por melhorias para o local que abriga atualmente uma média de setenta famílias.

de lugar antropológico, na acepção cunhada por Marcel Mauss (2003) e adotada por Marc Augé (1994), ou seja, um espaço de relações/interações, de memória e de identificação conjugadas e relativamente estabilizadas. Nesta perspectiva, compreender a simbólica do espaço – e, portanto, os sentidos de lugar sob o ponto de vista de seus moradores – está condicionado a conhecer as trocas simbólicas e sociais nestes existentes, ou seja, a simbólica de suas relações sociais (AGIER, 2011) situadas no espaço e no tempo. Proponho-me, preliminarmente, a resgatar a memória social (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1994) deste lugar chamado Marrocos inscrita nas trajetórias pessoais de seus fundadores (as), segundo suas narrativas. Retomar, assim, esta história protagonizada por sujeitos de “carne, sangue e poesia” no desafio de reinvenção cotidiana da vida nas margens urbanas desta metrópole em busca de “um canto pra viver”, assinalando seu “lugar no mundo social”. Resgatar fragmentos desta memória do Marrocos a partir das narrativas de seus moradores implica um *trabalho de reelaboração deste passado com os olhares do presente* – seguindo a perspectiva de Ecléa Bosi (1994) que, seguindo as trilhas teóricas de Halbwachs (1990), fortalece a memória em sua dimensão coletiva e salienta que lembrar consiste, sobretudo, em:

(...) refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (...) O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de uns e de outros, e propõe a diferença em termos do ponto de vista (BOSI, 1994: 55).

Importa salientar que o Marrocos é marcado por disputas internas entre seus moradores, sinalizada nos heterogêneos olhares sobre a história de fundação social deste lugar e remetendo-se a temporalidades distintas de sua constituição. O rememorar de sua fundação caracteriza-se pela polissemia e multivocalidade expressa nas trajetórias pessoais dos (as) interlocutores (as) moradores (as) entrelaçadas à construção social deste lugar às margens. Neste resgate de fragmentos da memória do Marrocos, dois grupos se destacam: alguns (as) de seus (suas) fundadores (as) ainda residentes neste território – os (as) moradores (as) mais antigos e participantes da “invasão” – e as suas lideranças oficiais¹⁵⁷, que avocaram para si a

¹⁵⁷ São cinco lideranças oficiais à frente da Associação Comunitária de Moradores do Marrocos fundada em 2003 e até 2012 ainda não regulamentada. Quatro destas lideranças residem no Marrocos e a presidente reside em território próximo, sendo este motivo de críticas por parte de alguns moradores-fundadores que não a reconhecem como sua representante legítima. No entanto, junto às instituições estatais (municipais e estaduais) e políticos locais, esta liderança é reconhecida e legitimada como representante do Marrocos. Os embates vivenciados, em 2012, entre os fundadores e moradores antigos que desejavam retomar a direção da associação foi abortada sob ameaças da diretoria vigente, justificando os motivos da não regulamentação da entidade e adiando as eleições para 2013. Segundo a presidente, não havia necessidade de novas eleições – embora já estivesse com mais de dez anos sem realiza-la – bastando uma reunião para ocupação de cargos em aberto. Em

organização “comunitária” local. Estas lideranças oficiais formaram e presidem a Associação Comunitária do Marrocos, bem como responsabilizaram-se pelas negociações estabelecidas com os governos municipais e se auto intitulam representantes legítimas deste território nos âmbitos estatal e local. As diferenciadas percepções sobre a fundação e fabricação deste lugar, segundo as experiências dos (as) interlocutores (as) neste processo, abre possibilidades de apreender seus desdobramentos no Marrocos do tempo presente. Convido o (a) leitor (a) a navegar comigo nas “águas da memória” deste território vivido, retomando diferentes temporalidades e experiências dos (as) interlocutores (as) de pesquisa no processo em curso de construção social do Marrocos, no intuito de fazer emergir o que poeticamente Maria Betânia nos inspira a pensar neste trecho de sua poesia-canção intitulada “Memória das Águas (Composição: Roberto Mendes/ Jorge Pontual):

(...) E foi assim pela vida
 Navegando em tantas águas
 Que mesmo as minhas feridas
 Viraram ondas ou vagas
 Hoje eu lembro dos meus rios
 Em mim mesma mergulhada
 Águas que movem moinhos
 Nunca são águas passada
 Eu sou a memória das águas ...

3.3.1 *Narrativas da fundação do Marrocos: “invasão”, “favela”, “um canto pra viver”?*

Os (as) fundadores (as) do Marrocos narram a “invasão” deste terreno urbano como resultado de uma busca por “conseguir *um canto* para morar e construir a vida”. Segundo os relatos destes (as) moradores (as), a “invasão”¹⁵⁸ da parte do Marrocos na qual residem foi iniciada dia 02 de novembro de 2000, o Dia de Finados que fazem questão de salientar. Neste dia em que se comemora as “almas no purgatório” – em condição de inferioridade às almas do céu e superiores aos condenados ao inferno na crença cristã – e se exige dos vivos orar pela intersecção dos santos para aqueles em sofrimento nesta provação liminar do purgatório (TURNER, 2013), os moradores das margens das margens do Grande Bom Jardim “tomaram a palavra em ato” micropolítico com a “invasão” de um espaço vazio e oficialmente demarcado como proibido da cidade para estas pessoas às margens urbanas.

uma das reuniões em que alguns moradores questionaram a legitimidade da atual direção, houve fortes ameaças por parte da presidente, resultando em desistência de qualquer tentativa de “tomada” da associação.

¹⁵⁸ Optei pelo uso do termo “invasão” por ser categoria nativa reiterada nos discursos de meus interlocutores. Utilizo “invasão” como sinônimo de ocupação do solo urbano traduzida em “tomada da palavra em ato” político de conquista de um lugar social na cidade, contrariando as leis instituídas e (re)fundando a cidade vivida a partir das experiências moleculares de seus cidadãos nas margens urbanas de Fortaleza.

Elas, ao contrário, decidiram cultivar a vida e reinventá-la, desautorizando a ordem instituída. Nas narrativas dos (as) fundadores (as), a “invasão” é lembrada como *ato de coragem e perseverança* diante dos riscos associados ao espaço lembrado e reconhecido no Grande Bom Jardim por sua natureza hostil e suposta “periculosidade”. A conquista realizada por um grupo expressivo de moradores (as) desta região – aproximando-se do que Agier (2011) nomeia de “comunidade do instante” – tornou-se, após a ocupação deste espaço urbano, individualizada e assim assumida por cada fundador (a) do lugar. As necessidades de permanência e a construção social do lugar exigiu, no entanto, ações coletivizadas por parte de seus moradores, com foco nos seus fundadores. A coletivização de suas ações de defesa e construção do lugar, apesar de fragilizadas no presente, atravessam suas narrativas sobre o Marrocos e são retomadas como traços de distinção.

O Marrocos nasceu, assim, sob a imagem negativada de “favela”, lugar de favelado, de gente que morava em “áreas de risco”, dos “pobres dos pobres” que não tinham onde morar e fizeram recurso à “invasão de terra alheia”, reconhecido socialmente como “um crime contra a propriedade privada”, portanto, suscetíveis à violência legítima do Estado através de seu aparato policial e jurídico. Nas versões locais, participar de “invasão” precisa, assim, de “coragem” para enfrentar as condições inabitáveis do espaço, os conflitos com os proprietários do terreno e as negociações com o Estado, via de regra, enfrentamentos violentos de remanejamento e/ou expulsões das famílias invasoras. E, caso conseguissem manter-se na terra, exigiria mobilização e luta a fim de transformar o espaço em lugar habitável em termos da infra-estrutura urbana e direitos sociais indispensáveis. Os (as) fundadores (as) entrevistados (as) reconhecem a si e a outros que já foram embora do território como pessoas de coragem, batalhadores e vencedores, sobretudo, pela conquista da casa própria.

Os (as) fundadores (as) do Marrocos reconhecem a si e a outros que já foram embora do território como “pessoas de coragem” que resolveram enfrentar a “invasão” por necessidade de conseguir “um canto pra viver”. Vidas marcadas pela precariedade e ausência de “um canto”, relatou-me uma das cinco primeiras moradoras do Marrocos: Luzia, 43 anos, casada, mãe de quatro filhos, ensino fundamental incompleto, trabalho precarizado de faxineira. Durante o trabalho de campo, fui gentilmente recebida por ela e sua família que me garantiam apoio e me deram acesso à sua rede de relações de parentesco, vizinhança e amizades dentro e fora do Marrocos, no seu entorno. Sua história foi narrada em fragmentos, em nossos diálogos informais e convivência cotidianas, em entrevista gravada. Sua trajetória pessoal entrelaçada à construção social do Marrocos sinaliza a trajetória de muitos (as)

residentes que buscaram neste território as possibilidades de reinventar suas vidas precárias. Nascida no Grande Bom Jardim, especificamente, no bairro Bom Jardim, antes de chegar ao Marrocos viveu em deslocamentos constantes em áreas de risco geográfico da região, em casas de familiares, alugadas ou cedidas, nas “casas de família” nas quais trabalhou desde os onze anos. Filha de D. Consolação (70 anos), matriarca da família, Luzia conheceu o peso da precariedade desde a infância, intensificada após a separação de seus pais. Depois de casada, tornou-se responsável direta pelo sustento da sua família pois, até mudarem-se para o Marrocos. Seu marido alcóolatra vivia de pequenos “bicos” e, segundo relatou, gastava o que recebia em bebida e não permanecia em nenhum trabalho fixo. O trabalho de Luzia também era irregular e precarizado: faxineira. Morava de “favor” na casa de parentes e não via perspectiva de futuro para sua família. Essas experiências fortaleceram a vontade e a “*coragem de encarar invasão*” e conseguir um “*canto para viver*”. Na narrativa de sua história pessoal a condição de precariedade da existência (ALVES, 2013) adensada em tempos contemporâneos foi traço preponderante na criação dos laços em e com este lugar chamado Marrocos, a quem reconhece como “seu canto”, que até então afirmou não ter. Memória de deslocamentos em territórios estigmatizados dentro da região do Grande Bom Jardim e vivências de “não-lugares”, “encarar a invasão” e construir o “seu canto” pareceu-lhe a única via naquele momento:

Na verdade com oito anos eu já estava na casa dos outros. Porque a minha mãe deixou meu pai, levou os filhos com ela, foi criar todos eles sozinha. Criou a gente sozinha. Lavava e engomava para criar a gente. Então a casa que minha tia arrumou, que ela foi morar com uma irmã, não dava. Depois meu avô pagou aluguel de uma casa, mas eu já estava na minha vó, fiquei na minha vó, aí da casa da minha vó, como minha vó me batia muito ... Era mãe da minha mãe. Acabou que eu fui parar na casa de uma professora, que nessa época eu fazia aceleração, que o primeiro ano que eu entrei foi nessa aceleração. Eu já tinha onze anos de idade. Preferia viver na casa dos outros do que na casa da minha vó, que era obrigada acordar quatro horas da manhã, aí daí eu tinha onze anos, foi quando eu fui pra aceleração, aí fiquei na casa dessa professora. Aí lá, eu ganhava roupa velha, que o povo não pagava pra mim trabalhar, dava roupa. Só que o dinheiro que ela dava só dava pra minha mãe completar para pagar o INSS, que a minha mãe sempre pagou, que um dia ela podia precisar né? Ela criou nós três nas costas... Quando minha mãe deixou meu pai, ela foi morar no fundo do quintal da minha vó que é aqui na Pedro Martins, antes de chegar na Maria Júlia. Primeira pista aqui do ônibus. Quando eu me casei fui morar na São Francisco, que é a outra que divide. Depois de um tempo aí, eu fui embora de casa, eu acho que eu posso falar..., eu descobri que meu marido fumava maconha. E eu quase fiquei louca, fiquei desorientada, saí, fui morar na casa da minha tia. Levei meus quatro filhos. Depois fui morar num centro comunitário. Saí do centro comunitário, fui morar na casa da mãe do meu marido. Isso, eu vivia com a porta da frente fechada, eu não abria, porque eu nunca me dei com eles, só usava a porta do quintal, aí não falava com o sogro nem com a sogra, entre eles tudinho eles não se falavam, até hoje não se falam, até o dia em que eu vi o meu sogro matando minha sogra de facão, eu estava grávida de sete meses. Ele matou. De lá eu fui parar nessa casa do Bom Jardim, lá na rua Luís Cordeiro, duas ruas antes da Luminosa. De lá eu vim pra cá. (...) A minha irmã vivia caçando terreno pra mim. Só que eu não tinha coragem de encarar. Eu achava que eu não dava conta, e sei lá, eu não achava que eu fosse capaz de encarar esse negócio todo não, eu achava que a pessoa tinha que se garantir muito pra entrar num negócio desses..., aconteceu, né? Ela só vivia procurando canto assim, pra mim, eu, dizendo: ‘mulher não tenho coragem não’... Quando eu estava na casa da minha tia, eu vi que não ia acontecer, eu nunca ia ter um canto pra mim, aí eu disse: ‘eu tenho que encarar isso mesmo, se

eu não morrer'. Tem tantos que não morrem. Vai e chega e dá conta. Eu vou ter que encarar isso, vou me fazer de forte. Cheguei aqui! (...) Eu entrei em 2000. Foi no dia dois de novembro. Dia de Finados. Quando eu passei, minha irmã, disse: 'arrumei um canto pra ti. Eu nem fui te dizer, porque toda vez que eu arranjo, tu não vem'. E eu disse: 'pois vamos olhar lá'. Deixei minha menina em casa e fui mais ela e o meu outro filho. Fomos olhar. Aí, quando cheguei aqui era tanto de carnaubeira, aroeira... O povo arrancava, ainda hoje eu tenho coisa, pra fazer vassoura no outro dia, chega eu chorava quando arrancava. A gente ficou aqui, pra construir, fui levando, fui levando...

Segundo Luzia, a “casa própria e de tijolo” era o sonho de vida e fortaleceu a decisão de “encarar a invasão” e construir *o seu lugar* na cidade. No início, o espaço ocupado era repleto de buracos feitos por moradores do entorno e pelos recém chegados que retiravam areia para vender (e sobreviver) ou a utilizavam para aterrar os seus terrenos. Assim, podiam construir seus abrigos denominados de “barracos”, ou seja, pequenas barracas de madeiras e papelões cobertas com panos, sacos e/ou palha de carnaúbas nativas usadas para “passar a noite vigiando” o terreno. Era preciso vigiá-los, sob risco de serem “invasidos” por outras pessoas e, em seguida vendidos, à época, ao preço de R\$50,00 cada. As noites eram de vigília para defender o espaço conquistado. Quem conseguiu o “seu pedaço de terra” ou para familiares tinha que protegê-lo diuturnamente de outros possíveis “invasores”. Luzia saía de manhã para trabalhar e tinha de deixar um dos filhos ou outro parente para impedir novas “invasões”. Os vizinhos também se protegiam e vigiavam mutuamente seus terrenos, fortalecendo os laços de solidariedade entre os (as) fundadores (as) e destes com o espaço em conquista.

Dos abrigos improvisados, os (as) fundadores (as) construíram os primeiros “barracos” de taipa e puderam contar com a mútua colaboração. Alguns anos se passaram no Marrocos, pelo menos uns cinco anos desde a “invasão”, para construírem as casas mistas e de tijolos serem erguidas lentamente por estes primeiros moradores e tantos outros que foram chegando ao longo destes doze anos do território. E Luzia foi criando laços *em um e com este lugar* Marrocos, estreitando vínculos de afetividade com vizinhos (as), resignificando as relações familiares, materializando seu sonho de construção da casa própria, fortalecendo seus sonhos e esperanças. Foi, conforme falou, “juntando dinheiro” de seus trabalhos precarizados – de faxineira, de cabeleireira, do botequim montado na frente do “barraco” – e do marido, que começou a trabalhar de carteira assinada faz doze anos. Uma outra conquista realizada após chegar ao Marrocos: o marido parou de beber e trabalha de carteira assinada, como serviços gerais, coincidentemente desde o ano em que chegaram a este território. Enquanto Luzia narrava fragmentos de sua história viva de construção do seu lugar e transformação do espaço em um lugar praticado e de identificação, ia me mostrando o tamanho do “barraco de taipa” do início e relembrando, emocionada, a conquista da “casa própria de tijolo”, cuja

planta foi feita por ela. Participou também ativamente da construção, ajudada por amigos e vizinhos, motivo de orgulho e satisfação.

A minha casa era daqui pra cá, quatro metros por dois metros, dois e quatro (em pé, me mostrando o pequeno comprimento e largura da casa naquela época). Minha casa era daqui pra cá. A porta ficava aqui nessa coluna ... A minha casa era daqui pra cá. Aí ficava aqui, uma geladeira, um fogão, e lá era um buraco. Tudo lá era buraco. Aqui tudo era um buraco. Não tinha, só tinha o canto da casa, que foi esse canto que deu pra fincar as madeiras, então quatro por dois. Minha filha mais nova dormia dentro, aí eu fui aterrando, aterrando e fiz o alpendre, aí foram vindo os outros filhos. (...) Durante esse tempo que eu ficava aqui correndo pra trabalhar, ficava a noite, de dia eu trabalhava, a noite eu ficava aqui aterrando, cavando mais buracos lá, pra aterrar aqui ... sei que eu consegui levantar isso aqui e tudo, assim, fui juntando o dinheiro. Comprei uma carrada de tijolo. Meu marido disse que eu nunca ia fazer isso, aqui, porque pra ele eu não queria uma casa, eu queria uma mansão... Mas, olha, eu nasci numa barraca de palha, na beira dum rio, que hoje é esse canal aqui, que passa hoje dentro do Marrocos e passava no quintal da minha casa. De lá eu fui morar na casa da minha avó. Trabalhei em casa de família, e muitas vezes eu dormia na despensa que não dava pra caber nem a minha rede, só cabia só os bagulhos velhos que tinha lá, uma cadeira velha, quebrada, as telhas de aranha tudo, assim, em cima de mim. A rede ficava assim (bem curvada), eu passava a noite sentada. Eu não dormia, porque era numa despensa. Como era que eu não tinha o sonho de ter uma casa? Aí eu tinha que querer uma casa, porque uma de quatro por dois eu já tinha, a de palha. Agora eu queria uma casa. (...) Ao longo desse tempo (cinco anos), eu fui só juntando, juntando. Quando eu comprei todo o material, um amigo nosso que me ajudou a construir a casa. Ele dizia para o meu marido: ‘num sei como tu faz um negócio desse, macho, porque tu era pra ter condição de construir essa casa. No fez um vão!’ E o meu marido respondia: ‘essa mulher não fazer essa casa, ela quer uma mansão. Se ela quisesse um quarto e um banheiro eu já tinha feito’. Eu disse: ‘faça um quarto e um banheiro pra você, pra mim não faça não. Pra mim, eu vou fazer uma casa’. Eu sei que os amigos dele vieram, que eram também meus amigos, bem pouquinho, que os amigos dele viviam com ele, bebia cachaça com ele, porque os meus amigos a gente se conhecia desde pequeno. Vinham nos finais de semana e assim a gente foi construindo essa casa (...). Cinco anos foi sem casa, sem nada. Depois, eu comprei o material.

A casa de Luzia é a maior da rua principal do Marrocos e ainda por terminar. Alguns vizinhos chamam, ironicamente, de “mansão da favela”! A construção passou uns cinco anos parada e recomeçou neste ano de pesquisa, um pouco a cada mês, lentamente: fez a fiação elétrica, melhorou o encanamento, colocou o piso, reformou quartos e banheiro, dentre outras pequenas melhorias que pude observar ela mesma fazendo, junto com o filho ou um vizinho. Agora, planeja fazer a parte de cima, para os filhos morarem com ela. O Marrocos constitui-se em esperança de uma vida melhor para esta fundadora e sua família, local de conquistas pessoais. E Luzia se orgulha de tudo o que conquistou ao longo destes doze anos no Marrocos, por mérito próprio, segundo afirmou: *“eu não gosto de me sentir coitada, de ter ajuda não. Eu gosto de ter, porque eu tenho porque corri atrás. Eu tenho o que é meu. Eu fui atrás. Eu consegui pelo meu mérito. Eu não pedi nada a ninguém!”* Reconhece este território como o seu lugar e não tem pretensões de deixá-lo, conforme alguns dos fundadores já o fizeram. Reconhecida neste território como liderança informal, participou das conquistas e ações grupais até então realizadas: a energia elétrica; o mutirão para a água encanada; a construção do “Espaço”; as ações sócio-educativas e cursos realizados em parceria com voluntários, missionários católicos e o MSMCBJ; o grupo de mulheres católicas,

as iniciativas locais de arrecadação de recursos para a construção do prédio da igreja que supervisiona diretamente; as celebrações religiosas, os festejos de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Marrocos; a organização das festas comemorativas; as construções anuais das árvores de Natal e dos festejos natalinos realizados. Sua narrativa remete às tentativas de construção social de uma imagem positivada do Marrocos como uma “comunidade”, rememorando com orgulho cada conquista empreendida individual e coletivamente pelos moradores no decurso destes doze anos de sua fundação.

Dentre as narrativas dos (as) fundadores (as) locais, destaco outra trajetória significativa no resgate dos fragmentos da memória deste lugar nas margens das margens do Grande Bom Jardim: a do jovem Antônio, 24 anos, evangélico, casado pela segunda vez, pai de quatro filhos, trabalhador formal, possuidor de sua “casa própria” no Marrocos. Participou da “invasão” aos doze (12) anos, alimentando o sonho de “sair do aluguel” e conquistar a “casa própria” para sua família. Sua trajetória pessoal também entrelaçasse com a do espaço que ajudou a fundar e a significar: de “menino solto”, desbravador da natureza hostil do espaço na fundação do Marrocos, tornou-se, aos dezesseis anos, líder de grupo criminoso local, traficante e usuário de drogas ilícitas (álcool, maconha e cocaína) até seus vinte e um (21) anos, quando converteu-se à religião evangélica, Assembleia de Deus, e transformou-se, na sua versão, “um trabalhador, um cidadão”. Deste grupo, só ele e outro amigo estão vivos e/ou fora do presídio, reconstruindo suas vidas. O amigo está casado e reside em outro bairro periférico de Fortaleza, fora da região do Grande Bom Jardim. Antônio permaneceu e fez do Marrocos o “seu lugar”. Não só acompanhou as transformações neste território, as parcas conquistas de infra-estrutura urbana, mantendo as marcas de sua precariedade social originária, bem como a chegada e adensamento da violência urbana e do narcotráfico na região nestes anos 2000. Ele se disse um dos responsáveis pela reprodução da imagem da localidade como “favela perigosa”, durante o período no qual esteve envolvido com o “mundo do crime”. Para Antônio, relembrar a fundação do Marrocos o remeteu a dois momentos significativos de sua infância e juventude: a participação na “invasão” e a conquista de “*um canto pra morar*” para ele e sua família; o envolvimento com o “mundo do crime” e a identificação com a imagem negativada de “favela perigosa” atribuída ao Marrocos e, por conseguinte, aos seus moradores pelos não residentes deste território.

Devido à profissão de seu pai (Sr. Maurício) à época – representante comercial – e à precária condição sócio-econômica da família, antes de chegar ao Marrocos, Antônio vivia em deslocamentos constantes no Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho e vida. Vivíamos “viajando”, registrou o jovem: Roraima, Amapá, Manaus, Tucuruí, Altamira,

Teresina, Maranhão até retornarmos ao Ceará. Ao chegar a Fortaleza nos anos 1990, advinda do Maranhão, a família de Antônio veio morar no Grande Bom Jardim, em “áreas de risco geográfico” de outras ocupações localizadas nesta região, especificamente no São Vivente e depois no Parque Santo Amaro. Desta última localidade, a família mudou-se para o Marrocos, onde permanece. A família de Sr. Maurício e Dona Auxiliadora (pais de Antônio) cresceu, sendo composta, atualmente, por seus cinco filhos e seis netos. Seus pais conseguiram comprar uma pequena casa em 2011 em uma das ruas consideradas mais precárias do Marrocos, com parca infraestrutura urbana. Os filhos (as) adultos (as) constituíram suas próprias famílias e residem próximos a seus pais neste território, circunscritos ainda ao ciclo de precariedade sócio-econômica que marca a trajetória de muitas famílias locais. Antônio lembra com entusiasmo deste momento em que chegou à região e participou da “ocupação”, fazendo parte da história viva deste lugar chamado Marrocos:

No Grande Bom Jardim, eu não me recordo bem, mas tem, aproximadamente, já 16 anos que eu moro aqui. Antes, nós vivíamos morando em posto de gasolina, viajando! Foi até que um belo dia nós chegamos aqui, ali na ponte do Siqueira. Aí foi que nós conhecemos o Bom Jardim. A primeira rua que nós moramos foi na rua Oscar Franco, ali próximo ao bairro Santo Amaro, próximo à Luminosa, naquela área ali. Eu peguei um terreno aqui, logo no segundo dia (02/11/2000) dessa ocupação, no segundo dia e eu estou aqui ainda. Passei aproximadamente..., aproximadamente não, com certeza, passei um mês pra poder vir pra cá ... era uma época que nós estava construindo nosso barraco aqui, que era barraco de taipa. Foi um mês para construir esse barraco de taipa e já viemos morar. Eu e minha mãe. Primeiro veio só eu e minha mãe. Meu pai e minhas irmãs ficaram numa casa alugada no Santo Amaro. Aí depois veio a família toda. Na época eu era solteiro e o único que, assim, que era mais corajoso pra vim morar aqui. Porque aqui era escuro, era mato, tinha (pausa) as pessoas diziam que era perigoso. Aí, o único que teve coragem de vir mais ela nessa época foi eu. Assim, até mesmo por causa que (pausa) antigamente aqui dentro, logo no início tinha “desova” de corpos. O pessoal matava noutro canto e vinha abandonar por aqui, logo no início. Tinha abandono de veículos, carros, motos roubados, tinha isso. Perseguição policial, bandidos se escondiam muito por aqui. Porque aqui era uma mata antigamente. Os bandidos se escondiam por aqui. Por isso, nós achávamos ***muito perigoso aqui para baixo***. Então, a gente ***morava lá em cima***. Porque meu pai não tinha coragem de vir pra cá. Ele achava muito perigoso. Até mesmo, ele discutiui muito comigo, mandando eu abandonar o terreno que nós tínhamos aqui e hoje, ele tem um terreno aqui agora. Ele mora aqui na saída aqui. Bem, aqui, quando a gente chegamos aqui: aqui muito bem antes era só mato, certo? Mato, não existia avenida aí. ***Com o passar do tempo, tinha pessoas que não tinha mais condições de pagar uma moradia; até mesmo pessoas comerciantes que já tinham também condições, começaram a ocupar os espaços, dividindo terreno pra si***. Foi quando eu passei aqui um dia, eles estavam fazendo isso, estavam ocupando os terrenos. Algumas pessoas que a gente via que realmente precisava. Outros que a gente via que não precisava. Quando foi no segundo dia, eu morava numa casa de taipa numa outra ocupação, que também já foi invadida... Chamam lá, o pessoal conhece como “Beco da Morte”, no parque São Vicente. Eu morava lá. E no segundo dia dessa ocupação aqui, eu peguei quatro terrenos aqui. Foi só eu sozinho ... Eu passei no primeiro momento que estava invadindo (dia 01/11/2000), no outro dia eu vim sozinho, no outro dia (02/11/2000) eu vim só. Na época eu tinha uns doze anos de idade. Eu era novo, só que sempre eu já fui solto, dava “olé” no pai e na mãe. (Risos). Aí foi que eu peguei quatro terrenos aqui. E meu pai dizia pra mim: ‘meu filho, você vai morrer, saia dali (alguém murmura), ali não é lugar pra ninguém morar’. Ele falava, ‘ali não é lugar pra ninguém morar’. Eu insisti ainda, sabe, “rapaz, não, eu vou esperar lá, pra gente sair de aluguel. É através disso que a gente vai sair do aluguel’. Está entendendo? Com doze anos! Eu disse para ele: ‘nós vamos sair do aluguel, pai, nós vamos conseguir sair do aluguel, vamos deixar a outra casa lá...’. Porque lá, na outra ocupação, nós morávamos quase na beira de um açude, num poço e quando chovia, lá onde eu morava, a água ficava até o joelho e ficava muito (pausa) aqueles vermes de água, ficava dentro da nossa residência lá, no nosso cantinho que nós

tínhamos. Com o passar do tempo, nós fomos obrigados a estar aqui. Na época, meu pai bebia muito, se desempregou, chegou a se separar da minha mãe. Nós fomos obrigados a vim morar aqui. Fomos obrigados a vim morar aqui nesse lugar. (...) Viemos eu e minha mãe primeiro. Depois veio meu pai e minhas duas irmãs e uns vizinhos que morava perto de nós e falaram: ‘rapaz já que vocês vão, nós vamos também’. Aí foi quando nós chegamos aqui. Quem morava aqui, dava para se contar nos dedos, quatro ou cinco moradores. O primeiro era a dona Luzia, que já morava aqui, segundo era a família do R., que o pessoal conhece ele assim, a L., esposa do E., que era sanfoneiro, uma que morava aqui também, só essas pessoas que moravam aqui. A Rita e o Joaquim acho que moravam aqui também. Eles tinham terreno aqui. Depois é que foram chegando outras pessoas pra morar aqui ...

A precariedade sócio-econômica vivenciada pela família de Antonio foi um dos elementos que atribuiu à sua participação na “invasão” da “Mata Lobo”. Situação agudizada ao final dos anos 1990 e início de 2000 quando seu pai, alcóolatra, ficou desempregado e não teve mais como garantir o sustento da família e pagar o aluguel da moradia. Para este jovem, participar da “invasão” foi uma necessidade! Reiterou ter sido “obrigado pela precisão” de responsabilizar-se por conseguir um lugar para a família morar, conquistar a casa própria e sair do aluguel. No entanto, a ocupação deste espaço urbano carrega diferenciações a elucidar: primeiro, os “invasores” dividiam-se entre quem “encarou a invasão” para fins de moradia dada a precariedade sócio-econômica vivenciada – o caso de Antônio e sua família – e outros com “melhores condições” que ocuparam mais de um terreno para si e/ou para doar e/ou revender para terceiros, com fins econômicos imediatos ou especulativos. Criou-se, assim, uma segunda divisão entre os moradores do Marrocos: entre os “invasores e afavelados” e os “compradores” que, embora também em situação de precariedade sócio-econômica, buscam status diferenciado entre os demais. Embora nem sempre alcançado quando a imagem projetada do Marrocos é a de homogeneizada “favela perigosa”.

Quando conversamos em 2012, fazia quatro anos que Antônio deixara as drogas (lícitas e ilícitas), o “mundo do crime” e trabalhava de carteira assinada. A cada dificuldade pessoal e/ou familiar, os vizinhos mais próximos temem que ele retorne a ser o “terror do Marrocos”, conforme era reconhecido e temido na região. Ele, no entanto, mantém-se firme na determinação de continuar “um trabalhador-cidadão”, resguardando os símbolos articulados a esta sua atual condição: família, casa própria, trabalho formal e, de maneira transversal, a prática religiosa evangélica. Sua trajetória pessoal é próxima a de outros “meninos do Marrocos” que cresceram estigmatizados no próprio Grande Bom Jardim por dois elementos imbricados: a condição de precariedade sócio-econômica da família e o local de moradia identificado com a imagem negativada de “favela perigosa”. Imagem negativada projetada, em especial, sobre os jovens moradores, conforme afirmou Antônio: “(...) as pessoas não queriam dá trabalho pra nós daqui de dentro. Era difícil, era difícil! Ônibus não

queria parar aqui pra gente. Antigamente, mesmo pra gente sair pra ir pra uma praia mais os amigos, alguns amigos, era difícil ...”. Estigmatização sócio-territorial atribuída por residirem nesta “invasão de terra alheia” associada à imagem socialmente inferiorizada da “favela” e do seu correspondente morador, “o favelado”. Figuras mutuamente difamadas, evitadas e com as quais se busca estabelecer fronteiras distintivas simbólicas e materiais nos espaços da cidade.

Em se tratando de uma região difamada na cidade de Fortaleza, estas fronteiras distintivas elaboradas pelos (as) moradores (as) de seus territórios estigmatizados são fluidas, deslocantes, relacionais entre pessoas e lugares. E podem fortalecer e (re)produzir estigmas sócio-territoriais projetados a partir do olhar homogeneizante sobre os residentes das periferias, com enfoque nas favelas, como encarnações das “classes perigosas” e de “seu habitat naturalizado”, erigindo barreiras, materiais ou simbólicas, lícitas e ilícitas, dentro da cidade, do Grande Bom Jardim e de seus territórios constitutivos.

O pertencimento à “favela” não se constitui somente em marcador limitante do acesso de “favelados à cidade”. Produz tensão em suas fronteiras em relação às áreas fora desse seu perímetro, conforme tematizado por Silva e Leite (2013) na particularidade do Rio de Janeiro. Na especificidade do Grande Bom Jardim, pertencer a território de “favela”, e com força emblemática negativada de pertencer à “favela do Marrocos”, é reconhecido por Antônio como marcador que o desqualificava socialmente e limitava sua circulação na cidade, na região e em outros tantos territórios estigmatizados circunvizinhos, ou seja, dentro do que se poderia presumir seu espaço de “conforto e proteção”. Pertencer ao Marrocos colocava seus residentes na condição de alvos preferenciais tanto do controle estatal, como do controle sócio-territorial instituído entre “vizinhos” que, embora, geograficamente próximos, buscam tornar-se socialmente distantes “dentro e fora” deste lugar. Experiência narrada por Antônio quando rememorou a fundação do Marrocos e a (des)classificação social atribuída ao recente território e aos seus fundadores por parte de residentes do entorno, sobretudo, com relação aos jovens do sexo masculino deste lugar inscrito nas margens das margens. Enfocou, assim, a fundação do Marrocos como imagem negativada de “favela perigosa e precária” dentro do Grande Bom Jardim.

Participar de “invasão” precisava de “coragem” – relataram seus fundadores (as) – para enfrentar as condições inabitáveis do espaço, a natureza hostil, os conflitos com o possível proprietário do terreno e as negociações com o Estado que, via de regra, desdobravam-se em confrontos violentos de remanejamento e/ou expulsões das famílias “invasoras”. Caso conseguissem manter-se na terra, exigia mais “coragem” para a mobilização e a luta coletiva, a fim de transformar o espaço em lugar habitável em termos da

conquista da infra-estrutura urbana indispensável, um processo bastante lento na experiência do Grande Bom Jardim. E, dentro da própria região e no perímetro de localização do Marrocos, exigia dos (as) moradores (as) construir suas táticas¹⁵⁹ para lidar – aceitando, reproduzindo ou resignificando – com as barreiras e estigmatizações sócio-territoriais instituídas pelos demais residentes espacialmente próximos, mas que tentavam manter-se socialmente distantes dos “afavelados” deste lugar.

O Marrocos nasceu, neste ponto de vista, sob a imagem negativada de “invasão de terra alheia” associada a “favela”, lugar de “favelado”, de gente que morava em “áreas de risco”, dos “pobres dos pobres”¹⁶⁰ que não tinham onde morar e fizeram recurso à “invasão”, reconhecida socialmente como contrária ao direito de propriedade privada, portanto, suscetíveis à violência legítima do Estado através de seu aparato policial e jurídico. Esta imagem da “favela” associada à desordem, à precariedade social, à falta de infra-estrutura urbana e à periculosidade que se atribuía ao espaço geográfico de fundação deste território e aos seus “invasores” permaneceu, projetando-se sobre o Marrocos e seus atuais moradores. As intervenções do Estado penal-punitivo têm sido, portanto, sistemáticas no Marrocos em suas operações de saturação e investidas contra os ditos “bandidos da área”, atendendo, muitas vezes, a denúncias anônimas, fazendo as abordagens de “parar e revistar”, sobretudo, jovens moradores, adentrando residências sem mandatos em nome da “proteção”. A face do Estado social garantidor de direitos, ao contrário, permanece desfigurada em suas frágeis ações neste território situado na hierarquia social local, um espaço urbano inferior dentro do Grande Bom Jardim e da metrópole Fortaleza. A distinção e desigualdades sociais expressas na própria referência feita por moradores à localização geográfica deste espaço urbano ocupado – *aqui pra baixo* é perigoso *versus lá pra cima* é tranquilo – denota hierarquia socialmente estabelecida na dinâmica local demarcada na fala de Antônio. “*Lá pra cima*” refere-se às áreas mais urbanizadas do Grande Bom Jardim e da circunvizinhança do Marrocos, diz respeito, especificamente, aos territórios estruturados ao longo da Avenida Urucutuba. “*Aqui pra baixo*” é o Marrocos, nomeado pelos não residentes – os “*de lá de fora*” – de “*buraco*”, não reconhecido como parte da região. Constituiu-se um lugar de inferioridade social atribuído a este território e aos seus moradores na região que marcou sua fundação e mantém-se viva nas dinâmicas relacionais hierarquicamente distintas construídas entre e intra territórios no tempo presente.

¹⁵⁹ Estas táticas ou formas de “saber viver” em território estigmatizado será discutida no quarto capítulo sobre sentidos de lugar e o “viver acuado” nas margens urbanas do Grande Bom Jardim.

¹⁶⁰ Sobre a classificação hierárquica dos “pobres” nestas margens urbanas, conferir quarto capítulo desta tese.

3.3.2 *“Invenção” e descrédito da associação de moradores*

As lideranças oficiais do Marrocos trazem outra perspectiva de olhar para a fundação do lugar. Suas vozes articulam a fundação e construção social do Marrocos ao processo organizativo dos (as) ocupantes e das negociações estabelecidas com a PMF para garantir a posse do terreno e a permanência das famílias instauradas neste espaço. Saliento que não tive acesso aos documentos de criação da associação e atas de reuniões da associação porque estavam sob os cuidados da sua secretária (filha da presidente), com quem não mantive contato direto, por isso não pude incluí-los nesta pesquisa. Priorizei, então, os relatos de seus fundadores e membros da diretoria em suas distintas perspectivas para reconstruir estes fragmentos da memória local, sobretudo, em termos de sua fundação relacionada com a “invenção” da associação de moradores. Meus primeiros contatos com duas destas lideranças oficiais – a presidente e a vice-presidente da Associação Comunitária do Marrocos – ocorreu em 2012. Após algumas tentativas mal sucedidas de agendar as entrevistas, finalmente consegui realizá-las e abriu possibilidades de rememorar a fundação deste território.

D. Catarina (64 anos), presidente da associação desde sua fundação em 2003, reside em território próximo ao Marrocos. Engajou-se no movimento organizativo comunitário nos anos 1990, iniciando sua participação social no Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA) do qual tornou-se presidente. Atualmente, afastou-se do COMPASA e permanece à frente da Associação Comunitária do Marrocos que ajudou a criar e tornou-se sua presidente desde 2003. Constituiu-se na luta coletiva no período da “invasão” e fundação do Pantanal do Bom Jardim, um dos territórios situados no Santo Amaro, no bairro Bom Jardim. Nesta época, a liderança local era Dona Toinha Linhares, com quem seguiu na luta por “um canto pra morar” e reivindicando “pra poder melhorar a área pra todo mundo”. Tornou-se uma liderança comunitária porque começou a sentir “necessidade das coisas, que o povo pedia e reclamava”. E a partir do momento em que começou a participar da organização no bairro e ultrapassar suas fronteiras em busca das “melhorias”, adquiriu “conhecimento e adquirindo as coisas”: “é bom exercer liderança porque a gente faz curso, a gente viaja muito e conhece muita gente, demais” “Conhecimento”, na linguagem local, diz respeito tanto às informações e saberes apreendidos na experiência da luta social, como às teias de relações construídas com pessoas consideradas influentes, os políticos e seus representantes diretos no Estado, que lhes garantiriam acessar os “benefícios” que sua localidade precisava. Assim, seguiu na luta organizada na localidade, conforme relatou em entrevista:

(...) fui junto com a liderança, reivindicando as coisas pra poder melhorar a área, pra todo mundo! (...) eu entrei numa das vagas do conselho. Foi o jeito eu entrar, pra botar pra frente a creche que a gente conseguiu. E era tanta dívida, mas deu um jeito, correndo atrás de político, um ajudava, outro ajudava. Até que enfim a gente conseguiu limpar o nome do conselho e nós ficamos no comando. E aí nós conseguimos, isso já foi em noventa e sete, conseguimos os calçamentos, essa drenagem, a linha de ônibus desse Planalto tudinho. Foi na época que o Dr. Juraci entrou. E eles atendia muito os pedidos da gente. Pode quem quiser falar, mas eu via eles atender as comunidades. Não era só essa não. Eram todas. Eu sei que nós pelejamos, pelejamos e conseguimos. Cada um fez suas moradias. Foi atrás de água, de luz. Tudinho pra poder melhorar pra todo mundo!”

A experiência no COMPASA e na luta pelas “melhorias e benefícios” para a sua localidade tornou-a conhecida nas instituições estatais, bem como entre as lideranças e políticos locais. Forjada na política clientelista conservadora que ainda atravessa o estatal fortalezense e se enraíza na dinâmica dos territórios, D. Catarina manteve-se uma liderança reconhecida no Grande Bom Jardim e legitimada pela PMF, mesmo durante as duas gestões do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Articulada com vereadores, deputados e cargos comissionados dos médios escalões municipais, continuou na busca por “benefícios sociais” para sua localidade. E na região constituiu uma rede de apoiadores e “clientes” locais, com os quais tem contado para se manter à frente da Associação Comunitária do Marrocos e do processo organizativo do Orçamento Participativo na SER V nos ciclos de 2010 e 2011¹⁶¹, como suposta representante legítima deste território.

Três dias após a ocupação do terreno “Mata Lobo”, um vizinho de D. Catariana que havia conseguido dois “pedaços de chão” para seus filhos também sem casas, foi convidá-la para ajudar na organização local. Junto com ela veio a vice-presidente, Jade, à época moradora do Parque Santo Amaro e também membro do COMPASA. Atualmente, reside no Marrocos e está afastada da Associação de Moradores do Marrocos, envolvida com a organização de moradores da ocupação Conjunto Habitacional da Urucutuba desde 2010. As duas – presidente e vice-presidente – participaram ativamente da estruturação do novo território junto com outros moradores que formaram o grupo originário da Associação de Moradores constituído em 2003. Devido às suas experiências anteriores com o COMPASA durante a estruturação do Pantanal do Bom Jardim, as duas lideranças junto com este grupo de moradores mais antigos, responsabilizaram-se pela demarcação dos lotes de cada morador, medição, estruturação e nomeação das ruas (arruamentos). Passaram um ano neste trabalho e, ao mesmo tempo, construindo a organização local. Por motivos de saúde, as duas lideranças afastaram-se do Marrocos em 2002 e outra liderança advinda de território próximo tentou

¹⁶¹ Sobre o Orçamento Participativo e a participação desta liderança comunitária, conferir a dissertação de mestrado de Márcia Regina de Souza Arão intitulada Orçamento Participativo em Fortaleza: Práticas e Percepções, 2012.

assumir a organização local. Segundo Jade, esta liderança não residia na localidade e foi responsável pela desorganização e mudança da nomeação das ruas da parte do Marrocos às margens da Avenida Urucutuba. As disputas entre estas lideranças resultaram em idas à delegacia e processo judicial que punha em questão a posse de alguns terrenos do Marrocos por parte da liderança novata, inclusive um destinado à construção da sede da associação. Segundo D. Catariana, esta outra liderança “de fora” havia demarcado alguns terrenos e não permitia nenhuma pessoa utilizá-los:

Ela disse que queria ajudar o povo, mas ficou aquela confusão! Tinha uma quadra de terra lá e a gente doido pra saber o que ela ia fazer e num fazia. E ela estava segurando uma quadra medonha e não dizia pra quê., aí nós mandamos o povo invadir. Eles invadiram e ela botou nós na justiça. Nós fomos na Assembleia, arranjamos uma advogada que defendeu nós. Disse que a terra era do povo, não era dela. Já tinha sido invadida. Já tinha sido invadida. Então, a terra era do povo! A advogada defendeu. E nós ganhamos a causa. A prefeitura, na época, mandou o fiscal e na época essa confusão de liderança. Aí ela saiu. Eu não sei o que aconteceu com ela. Não sei se foi a prefeitura que chamou. Eu sei que ela saiu na época. E nós ficamos.

A justiça deu ganho de causa para D. Catarina e Jade, que retomaram a diretoria da associação e deram continuidade à busca de “melhorias e benefícios” para o Marrocos, afirmaram em suas entrevistas. O grupo originário da associação local foi formado em 2002-2003, segundo rememorou Joaquim, um de seus membros fundadores, a partir da união de vizinhos em prol das “melhorias” para seu território vivido. O grupo “inventou a associação”, conforme relatou com saudosismo este momento de construção de seu lugar praticado e os fortes vínculos vicinais entre estes seus primeiros residentes:

No Marrocos foi chegando gente. Foi começando a se desenvolver. Começando a chegar morador. A gente inventou uma associação. Falamos ‘vamos formar um grupo’. Tinha muita gente boa, muitos vizinhos bons. Decidimos ‘vamos formar um grupo, vamos montar uma associação’. Nós peguemos um terreno, que é esse aqui (falou apontando em direção à sede da associação ao lado do ‘Espaço do MSMCBJ’), e com a ajuda da D. Catarina, porque ela queria ser líder comunitária daqui de dentro, a gente se juntou e fez a associação. A D. Catarina era líder do Pantanal, que é outra comunidade vizinha ao Marrocos. Então, ela veio com conhecimento, que ela conhecia outras pessoas que vieram morar aqui dentro. Gente que foi trazendo ela pra olhar o terreno, conversar com algumas pessoas. A gente foi se chegando, conversando, então, assim, a gente formamos o grupo. Nós tinha um grupo de dez pessoas. Gente boa, gente determinada, gente trabalhadora. Era eu, D. Catarina, Jade, a D. Deise, a D. Maria ... de cinco a seis já foram embora. (Joaquim, ex-membro da associação, fundador do Marrocos, comerciante local)

Com o fortalecimento do grupo à frente da associação de moradores, as “melhorias” foram chegando lentamente em alguns trechos do Marrocos. Em 2003 conseguiram a ligação da energia elétrica pela COELCE sem, no entanto, abranger a totalidade deste território, permanecendo uma parte às escuras ou parcialmente iluminada por meio de ligações clandestinas muito recorrentes nas partes com prevalência de vegetação nativa e poucas residências, mistas e/ou de taipa. Segundo D. Catarina, a água encanada começou a chegar em 2004 e, para tanto, exigiu dos moradores fazerem um mutirão a fim de

garantir o encanamento da água da CAGECE até suas casas. Segundo lembrou Sr. Coelho – residente no Marrocos desde 2003 – esta instituição entrou em acordo com os moradores para construir as “valas”. O Estado entrou com o material para a com o material e os moradores com a mão-de-obra voluntária. Assim, fizeram o “mutirão da água”, conforme ficou conhecido entre eles este momento de conquista da água encanada reconhecida como resultado de um esforço coletivo. Antes, usavam a água dos poços naturais e de uma única torneira de água da CAGECE localizada no início da rua principal da localidade com acesso pela Avenida Urucutuba. Mesmo a água encanada não foi garantida a todos os moradores do Marrocos.

As ligações clandestinas de água e luz – “gambiaras” e “gatos” – ainda eram realidade em trechos específicos desta localidade em 2011-2012. As ruas permanecem sem pavimentação, com exceção de um pequeno trecho no qual foram construídas unidades habitacionais viabilizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) em 2007-2008. O sistema de limpeza urbana é falho neste território, havendo trechos nos quais o “caminhão do lixo” não pode trafegar porque inexistem ruas trafegáveis. O saneamento básico também inexistente. Os esgotos correm a céu aberto e a situação agrava-se no período chuvoso. As margens do “Canal da Viúva”, que corta todo o Marrocos, permanece uma *área de risco geográfica* preocupante para seus moradores, sujeito a inundações sistemáticas durante as chuvas, desabrigando famílias ali situadas. Vivenciam, neste período, o adensamento dos riscos de doenças – a exemplo da dengue – somado às dificuldades de deslocamento de pessoas e de veículos, com ênfase nas viaturas policiais e ambulâncias necessárias ao atendimento desta população. A associação tornou-se alvo de críticas e descrédito por parte de moradores, sobretudo, seus fundadores e residentes mais antigos responsáveis por sua “invenção” em 2003.

No tempo presente, esta associação transformou-se, portanto, em foco de disputas entre suas lideranças oficiais e alguns (as) destes (as) fundadores (as) e moradores (as) mais antigos (as) do lugar. Logo em minha primeira visita a este território, durante a reunião do MSMCBJ com moradores (as) locais em abril de 2011, uma das fundadoras relatou as dificuldades da Associação Comunitária do Marrocos e a necessidade de mudar a diretoria. Questionava a legitimidade da representação da atual diretoria, sobretudo, sua presidente que não reside no Marrocos e não estava trazendo as melhorias que eles desejavam. Ao contrário, as principais obras conseguidas via Orçamento Participativo em 2005, de urbanização e de construção de unidades habitacionais, permaneciam paradas, e a creche conquistada para o Marrocos foi construída em outro território. A única ação efetiva da associação que presenciei

foi a distribuição pontual e irregular do “sopão das crianças”¹⁶² consideradas “pobres dos pobres” na classificação nativa. A presidente e a vice-presidente eram presenças raras na localidade. E a sede desta associação passava a maior parte do tempo fechada.

Figura 23 - Associação de Moradores do Marrocos.



Fonte: Foto da autora

Sua estrutura precária, com portão e porta interna fechados, em nada deixa perceber que ali é uma associação, com exceção do nome da associação pintado na parede acima da porta de entrada. Seu aspecto é de abandono, sobretudo, no período chuvoso que alaga o terreno e forma poças de lama na frente desta pequena casa branca de porta de entrada de madeira desbotada. É constituída por uma sala, na qual ocorrem as reuniões, separada da mínima cozinha por meio de uma cortina escura. Tem um banheiro do lado desta cozinha. Em termos materiais, observei uma mesa e poucas cadeiras de madeira (tipo escolar), um fogão comum, armários e escassos mantimentos.

De fato, pouquíssimas vezes vi a associação aberta e funcionando com alguma atividade pontual. Somente durante a feitura do “sopão das crianças” tive a oportunidade de adentrá-la somente umas três vezes e conversar com algumas moradoras responsáveis por esta atividade que, em 2012, deixou de ser oferecida. Em geral, as lideranças oficiais estavam presentes em época de eleições municipais, em reuniões de vereadores ou candidatos locais a cargos políticos; quando visitavam residências de seus apoiadores para cadastrar e garantir a entrega de algum “benefício” social conseguido com políticos, junto a PMF ou secretarias

¹⁶² Realizada por moradoras voluntárias., doações de vereador e de particulares.

estaduais¹⁶³; em festas comemorativas promovidas na sede da associação e que participavam apenas alguns moradores que apoiavam a presidente. Críticas reiteradas por outros (as) moradores (as), com destaque para os (as) fundadores (as) que participaram ativamente da “invasão” e da formação desta associação local.

Entre 2011-2012 pude acompanhar as disputas e tensionamentos em torno da diretoria da associação. Uma parcela dos habitantes, aos quais denomino de lideranças informais e/ou seus fundadores e residentes mais antigos participantes da “invenção da associação”, decidiu pressionar a diretoria para fazer novas eleições e registrar oficialmente a entidade ainda em situação irregular desde sua fundação em 2003. Assim, em 2011, após esta mobilização, conseguiram que a diretoria, leia-se, a presidente, registra-se a instituição em cartório. Os descontentamentos e disputas em torno da associação por parte deste grupo local também assinalaram o fato da presidente ser residir em outra localidade e terminar levando as conquistas feitas em nome do Marrocos para as áreas de seu interesse pessoal. A grande maioria dos “descontentes” com os rumos da associação e com sua diretoria não participa das ações pontualmente desenvolvidas, a exemplo de distribuição de cestas básicas, construção de unidades sanitárias, cursos profissionalizantes que a presidente afirmou existir. Mostram-se insatisfeitos, sobretudo, porque não se sentem beneficiados nem mesmo com as propostas aprovadas no OP, pois são deslocadas para a área do Pantanal e Santo Amaro onde a presidente da entidade reside e atua. Exemplificaram a creche construída em outra localidade, apesar de aprovada como proposta para o Marrocos.

Este grupo convocou reuniões da associação para questionar a diretoria e cobrar a regulamentação da entidade e novas eleições. Realizou visita à SER V para melhor compreender a dinâmica do OP. Promoveu reunião na localidade para que representantes do OP socializassem informações sobre o seu funcionamento e as conquistas previstas para o Marrocos. Contou com expressiva participação de outros moradores. Outra iniciativa relevante deste grupo em seu rápido período de participação ativa na organização local foi seu envolvimento direto no processo de mobilização, organização e garantia de participação de outros moradores em duas das assembleias do Orçamento Participativo (OP) da região em 2011. Surpreendeu a diretoria da associação quando um grupo expressivo de moradores do

¹⁶³ Destaco as cestas básicas e a construção de kits sanitários que eram divulgados e garantidos entre os moradores apoiadores da presidente na associação e sua representação junto às assembleias do Orçamento Participativo (OP) em Fortaleza-Ce. Os critérios de escolha dos “beneficiários” não eram esclarecidos para os moradores. A presidente declarou em entrevista que o critério era de necessidade e que conhecia quem “realmente tinha necessidade” no Marrocos.

Marrocos esteve presente em assembleia do OP com seus cartazes, vozes e reivindicações próprias para seu lugar.

Estas iniciativas provocaram a reação da presidente e a conduziram a entrar na disputa direta com este grupo para manter-se à frente da associação e garantir a legitimidade de sua liderança na localidade e junto à PMF. A presença de membros da diretoria – suas lideranças oficiais – tornou-se mais assídua neste momento em que o citado grupo de moradores começou a se (re)organizar para retomar a diretoria da associação. Membros deste grupo contestador ameaçou invadir a associação e tomá-la pelo uso da força. Desistiu quando estes rumores chegaram à presidente e o confronto entre diretoria e grupo contestador tornou-se inevitável durante uma destas reuniões. A presidente da associação os enfrentou com ameaças verbais e desmentiu suas “acusações” alegando que estava providenciando a regulamentação da entidade e não havia necessidade de convocar novas eleições. Este grupo conseguiu que a presidente ensaiasse a reorganização da associação, buscando, ao menos, registrá-la em cartório, retomar as reuniões e reestruturar a diretoria com a ocupação dos cargos em aberto. Acenou ainda possibilidades de fazer eleições em 2013, sistematicamente adiadas desde 2003. Processo, contudo, efêmero e logo dispersado. Em meio a estas tentativas de retomada da associação, o grupo sofreu intimidações verbais com ameaças de retaliação violenta por parte da presidente apoiada por outros membros da diretoria, caso insistissem na disputa. Este grupo recuou em suas iniciativas junto a esta entidade e também deixou de participar das atividades vinculadas ao OP da região. O assunto deixou de ser comentado em nossas conversas informais posteriores a este evento.

Passadas estas líquidas mobilizações no Marrocos e a resposta incisiva da presidente em manter-se na associação, as ações desenvolvidas por esta entidade continuaram assistemáticas e de cunho assistencialista. São financiadas esporadicamente pelo poder público (estadual e/ou municipal), doações de políticos locais ou de particulares. Ações ampliadas ou restritas a depender das articulações das lideranças com governos e políticos com interesses eleitoreiros locais. O seu público “beneficiário” é escolhido segundo os critérios definidos pela diretoria que, segundo sua presidente, orienta-se pela “precisão” de cada um, atendendo aqueles considerados os “mais carentes” do Marrocos. Outro foco específico da diretoria da associação continuava sendo arregimentar número expressivo de pessoas para comparecer às assembleias do Orçamento Participativo (OP/PMF) como representantes do Marrocos, condição necessária à eleição de delegados para votação e aprovação de suas demandas locais. Importa salientar que parcela dos moradores, aqueles beneficiados com as ações assistencialistas e pontuais promovidas pela entidade –

considerados pertencentes ao grupo dos “pobres dos pobres” no Marrocos – permanece apoiando a presidente. Compõem supostamente o seu “grupo” de aliados: são os convidados para festinhas, reuniões, assembleias do OP e “beneficiários” da distribuição de doações promovidas pela associação. Entretanto, permanecem excluídos das decisões da entidade e não se dispõem a colaborar com o pagamento da taxa estabelecida para os associados ou realizar ações voluntárias na associação, reclamação constante da presidente.

As “saídas coletivizadas” parecem fragilizadas também nesta dimensão associativa local. A associação permaneceu, assim, alvo de desconfiança e descrédito por parte de uma parcela dos moradores do Marrocos que não se engajam diretamente em suas parcas iniciativas. As tensões e disputas explícitas em torno da associação deixaram de ser assunto das conversas de meus interlocutores. As portas da associação mantiveram-se fechadas nos meses subsequentes, mesmo o “sopão das crianças” deixou de ser realizado e a presença de seus diretores no Marrocos tornou-se novamente rara. A disputa em torno da associação deixou de fazer parte das conversas de meus interlocutores que, segundo afirmaram, preferem agora “cuidar de suas vidas”.

A oscilação entre “saídas individualizadas” e “saídas coletivizadasna construção social Marrocos”, com relativa prevalência das primeiras em relação a estas últimas no tempo presente, constitui-se um traço marcante nas narrativas de meus interlocutores quando rememoram fragmentos de sua história entrelaçada à fundação deste lugar. Em meio ao processo de “invenção da associação”, cabe destacar uma outra situação rememorada com ambíguo sentimento de entusiasmo, orgulho e arrependimento por parte de alguns interlocutores: o evento nomeado de “defesa do lugar contra as invasões”. No segmento abaixo resgato sumariamente esta “saída coletivizada” empreendida nas margens das margens do Grande Bom Jardim por parcela dos moradores-fundadores do Marrocos em defesa de seu lugar geográfico e social.

3.3.3 Sobre a “defesa do lugar contra as invasões”

Ao longo destes doze anos de sua fundação, as iniciativas de organização e ações coletivizadas de moradores (as) do Marrocos têm ocorrido de maneira reativa e pontual diante tanto das situações de precariedade sócio-econômica e de infra-estrutura urbana, como de (in)segurança e incertezas vivenciada por seus residentes. Nos três primeiros anos após a “ocupação” da Mata do Lobo, segundo seus (suas) fundadores (as), além de enfrentar o descaso e tentativas estatais de retirá-los deste espaço urbano, foram alvo de reiteradas

ameaças por parte de pessoas “de fora” que os assaltaram e tentaram expulsá-los para apossar-se de seus terrenos e precários “barracos” de taipa. De início, as ameaças eram verbais, intimidando determinados moradores a abandonarem seus terrenos, advinda de um senhor que se dizia trabalhar para o “verdadeiro dono do lugar”, um “vigia local, residente na localidade Nova Canudos, reconhecida no Marrocos como “Favela do Urubu. É Antônio quem narra um dos fragmentos desta memória do lugar:

Muitos faziam medo. Diziam assim: ‘rapaz, vão-se embora, porque vai chegar um dia que vai ter tiroteio, o dono do terreno vai chegar...’. Porque eles diziam que aqui o terreno tinha dono. Então, ‘o dono do terreno vai chegar um dia, vai expulsar todo mundo. Vão vir bastante homens armados’. Faziam muito medo ao pessoal ... Tinha umas pessoas que antigamente vigiavam esse lugar. Tinha, antigamente. Era na época que era mato. Na época que era mato. Dizia que trabalhava pro verdadeiro dono. E, esse rapaz, ele dizia, esse homem que vigiava, ele dizia... é que eu não quero dizer o nome dele. Ele era idoso e eu acho que não está mais vivo. Ele já era idoso. Está com um tempão que eu não vejo mais ele. Eu acho que ele não está mais vivo. (...) Ele morava mais pro Parque São Vicente, na Favela do Urubu. Ele sempre relatava isso: ‘vocês tão bom de desocupar esse lugar’. Ele conhecia o meu pai, ele falava muito com meu pai. Dizia: ‘vocês tão bom de desocupar esse lugar’. Falava para outras pessoas. Chegava aos nossos ouvidos. Falava que esse lugar, um dia nós ia chegar aqui e nós ia perder esse lugar. Nós dormíamos preocupados. Algumas vezes, não dormia, às vezes ficava preocupado só esperando (bater de palmas). E eu pensava: ‘rapaz nós não vamos sair!’. Muitas pessoas abandonaram aqui. Outras, até porque estava precisando da moradia, não abandonaram. Estão aqui até hoje, graças a Deus. (...) Foi, teve uma época que as pessoas se armaram mesmo para defender, esperando né. Foi mais ou menos dessa espera desse povo que disseram que iam tomar o terreno da gente. Um terreno desse lugar da gente aqui, eu tinha na faixa de quinze anos mesmo. Foi muito sofrimento nessa época aí, porque você morar num lugar desse, que você dormia junto com os ratos, bem dizer dormia junto com os ratos, muriçoca aqui, nem se fala, mosquito! Era muito bicho que tinha aqui, muito mato. Agora que está limpo. E você ainda perder o seu lugar! Era esquisito! Você passava a noite com pesadelo. Era ruim demais. Eu creio que não era só eu que era assim, várias pessoas, várias pessoas daqui era assim.

Quando estas “ameaças” deixaram de ser verbais e a “espera” materializou-se em práticas violentas de grupos armados – cerca de dez a doze pessoas, em sua maioria jovens – que chegavam de madrugada e invadiam casas, assaltavam seus moradores e os expulsavam de seus “barracos”, recorreram à polícia, à PMF, à sua associação. A diretoria da associação não assumiu esta luta dos moradores por “proteção” junto ao Estado. Do Estado e da polícia não obtiveram, entretanto, respostas satisfatórias às suas reivindicações por “segurança na área” e para suas vidas e de suas famílias. Ao contrário, segundo um dos moradores, os policiais se desresponsabilizaram-se e remeteram para os próprios residentes garantir sua “segurança” e agir diante da situação de violência instaurada no Marrocos. Para Patrício, 42 anos, evangélico, morar no Marrocos é “ser vulnerável”! Ou seja, conforme adverte Bauman (2008), este sentimento de estar suscetível ao perigo traduzido em medo difuso e na sensação de insegurança e vulnerabilidade – que implica na possibilidade do perigo se concretizar e não se ter como enfrenta-lo – depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais. A demanda por “proteção” vem coletivizada em

sua fala, expressando o sentimento de desamparo destes moradores das margens urbanas com relação ao Estado e às suas instituições reguladoras de conflitos interpessoais e sociais, com destaque para a polícia em sua função de garantidora da “segurança”. Mas ao contrário de recuarem e submeterem-se ao medo difuso e da ameaça real representada pelos “invasores de fora”, estes moradores resolveram enfrentá-lo, confiando na força de seu grupo. Sentindo-se sem alternativas diante das situações de violência vivenciadas, ele relembra a atitude tomada por moradores para a “defesa do lugar”, nos anos 2003-2004, após terem suas reivindicações por “segurança” ignoradas e/ou recusadas por representantes da polícia local:

Ser vulnerável (pausa) porque aqui na época na época dos assaltos a gente chegou ali no 6º. Batalhão. Se eu não estou enganado se eu não estou enganado era sexto no Conjunto Ceará. Daí a gente foi pedir apoio pro pessoal e dissemos pra eles: ‘olha tá acontecendo isso, está morrendo gente no Marrocos. Lá não tem segurança, não tem vigilância, a gente não tem segurança da parte de vocês, vocês não entram lá..’ E eles responderam: ‘não, não é isso não, porque o carro atola’. E daí eles falaram: ‘olha a gente não pode fazer nada, a gente não pode fazer nada agora tem que...’ Eles falaram: ‘se vocês quiserem fazer alguma coisa, vocês façam. A gente vai lá depois e vê...’ E vê, eles falaram foi só pra ... pra eles mesmo. Porque é tipo assim que eles parecem falar: ‘óh, se vocês puderem matar, matem e livra o flagrante’. Porque eles ... eles não podem fazer nada! Ou não podem ou não querem, não sei, enfim. Então, é isso. **Foi fazendo o povo assim desamparado. Foi a partir daí que a gente começou a se mobilizar e comprar arma.** Daí foi um risco muito grande por pouco não morreu alguém da nossa (pausa) alguém da nossa família ou nós mesmo né. Então, isso foi muito vulnerável. O próprio lugar ele num ajuda. Até hoje. Olha, faz dez anos, a polícia tem dificuldade de entrar aqui, principalmente no inverno né. Já fica aquela dificuldade de entrar aqui, aqui onde tem muito mato, é escuro. Então, a polícia não entra aqui com frequência. Ambulância não entra aqui o pessoal do posto de saúde não vem pra cá com medo de ser assaltado. Não mudou muita coisa daquela época pra cá. Por mais que tenha trabalhos sociais, que tenha o interesse. Naquela época não tinha, mas hoje tem, mas não mudou muita coisa não. Essa semana mesmo, você viu que não mudou. Você presenciou uma cena aqui de violência (referia-se ao tiroteio ocorrido na semana anterior nesta localidade), né? (Patrício, 42 anos, evangélico, solteiro, residente no Marrocos desde 2003, comerciante local. Entrevista realizada em 24/04/2012).

Para enfrentar a “vulnerabilidade” e o “desamparo” em que se viram impelidos, encarnação das “vidas matáveis” do *homo sacer* nas margens urbanas contemporâneas, restou aos fundadores – ao grupo recém formado e identificado com este espaço – assumir o que lhes pareceu a única saída possível: tomar para si a defesa de seu “canto pra viver”. As fronteiras borradas entre legalidade e ilegalidade, analisadas por Telles (2010) nas margens urbanas de São Paulo, ganham nuances específicas na dinâmica do Marrocos. Os residentes fizeram recurso à ilegalidade para garantir seu direito legal à proteção e à vida, ambos negado pelo Estado e seus representantes. Estes mesmos que, tacitamente, autorizaram estes residentes a fazer recurso à ilegalidade para garantia de “segurança” e de moradia. Em defesa de “seu canto, de suas vidas e de suas famílias”, estes moradores tornaram-se “foras da lei”: se viram forçados a adquirir “armas de fogo” e tentar fazer “sua justiça com as próprias mãos” diante nas negativas e ausências/presenças do Estado, supostamente o detentor legítimo do

monopólio da violência. A defesa deste espaço urbano traduzia a defesa de suas esperanças de construir um lugar no mundo e de ser socialmente reconhecido em meio à condição de precariedade e desamparo intensificada por parte deste Estado de *baixa responsabilidade social*. A confiança já fragilizadas nas instituições estatais responsáveis pela regulação dos conflitos interpessoais foi transferida para os próprios indivíduos moradores deste espaço que fizeram recurso à violência para tentar resolver estes conflitos instaurados entre pessoas e territórios próximos-distantes. Se fundar um lugar significa *criar o laço em um e com um* (AGIER, 20112) espaço geográfico e transformá-lo em lugar praticado, o ilegalismo da prática de defesa do lugar empreendida pelos seus primeiros moradores foi demarcatória desta identificação, fundação e fabricação social do Marrocos.

Além de enfrentar a precariedade social adensada no período chuvoso, estes moradores foram chamados a construir suas táticas de permanência e defesa de seu lugar às margens do Estado. Fortaleceram, entre si, os vínculos de confiança e solidariedade, ao passo que a desconfiança com relação ao Estado e às suas instituições e representantes legais foi reforçada e reiterada em outros tantos momentos em que precisaram a eles recorrer. Abandonados à *cidade nua* – “jogados ao bando”, conforme diria Agamben (2001) – viram-se forçados a unirem-se, resistir e “*reagir*” coletivamente diante das ameaças. Os ditos “*afavelados*”, “*sem direitos*”, “*invasores de terra alheia*” fortaleceram seus vínculos de sociabilidade primária (CASTEL, 2001) e reinventaram suas táticas de sobreviver nas margens das margens. Para tanto, fizeram recurso à violência em nome da defesa de “*seu canto, suas casas, suas famílias*”.

Neste período, grupos minoritários de moradores – em especial os “fundadores do lugar” – armaram-se com revólveres, facas e cassetetes, relataram meus interlocutores. Foram noites de “vigília” e “muito medo” por parte destes moradores que afirmaram não ter alternativas, a não ser enfrentar os “*invasores*” porque “*não tinham para quem apelar*”. Para estes fundadores, as “invasões” de 2003-2004 sinalizaram a presença do “mundo do crime” no Marrocos, transferida, mais uma vez, aos “de fora”, neste caso, aos da “Favela do Urubu”. Se a “confiança” foi fortalecida entre os residentes do Marrocos nesta experiência de “defesa do canto pra viver”, reforçou e sedimentou a desconfiança e “inimizade” para com os moradores do território vizinho Nova Canudos, ao qual desqualificam com a nomenclatura repetida de “Favela do Urubu”. Quando indaguei ao Sr. Pedro sobre o tempo das “invasões”, associadas à figura negativada da “vagabundagem dos de fora”, ele narrou uma das noites em que um grupo atacou moradores do Marrocos, gerando insegurança e medo neste território. Estas “invasões” à noite, forçaram moradores do Marrocos a abandonarem suas casas e

mutarem-se para outros territórios no Grande Bom Jardim e/ou demais áreas periféricas de Fortaleza, conforme lembrou Sr. Pedro:

Vagabundagem, para aqui dentro. Os de fora vinha ... A vagabundagem é cabra sem coração, que querem viver a vida sem trabalhar. Quando era de noite, eu identifiquei uma voz, que de noite ele gritava nessa região aqui, a gente começava a dormir seis horas, seis e meia... Era, não tinha televisão pra assistir nada, não tinha rádio, quando era onze horas, doze horas a gente se acordava, que era a hora que eles atacava, e ficava de vigia, ficava pastorando os meninos né? Até dez horas eles não atacava, só atacava de doze horas me diante, eles arrombava as casas, se tivesse gente... Foi nessa época que o povo se armou. Aí tinha uma voz que gritava bem alto “é hora, a hora é essa”, aí pronto, já vinha a gritadeira, quando vinha a gritadeira... era um bando, dez, doze pessoas tudo armadas ... Foi nessa época, 2004... Aí só escutava as porradas nas portas. Gente gritava. Menino chorava ... Quando foi uma noite, eu tinha um vizinho que era motorista de ônibus, era só ele, a mulher dele e um garoto de doze anos. Ele tinha uma televisão muito boa. Botava na sala de frente, né? O camarada todo dia mandava dizer: “tal dia eu venho buscar essa televisão”. Ela achava que era brincadeira. Muita gente morreu, outros tão presos, outros ninguém sabe onde é que andam ... Graças a Deus não tem mais aqui não. Agora aqui está no céu. Nós estamos no céu aqui. O meu barraco lá, não tinha energia. Era tudo gambiarra. Não pagava energia. Eu peguei, arrotei a casa todinha de luz. Botei um disjuntor, quando eu acendia clareava tudo, parecia que estava em São Luíz (risos). Eu fechei o terreno todinho, eu cerquei, bem juntinho, com arame. Sim, no dois por dois. Botei um portão na frente. Quando foi uma noite ouvi a gritadeira lá. Quando eu fui, já foi a mulher dele pulando pra gente, pedindo socorro. Era uma mulher forte, a do motorista. Ela pulou nossa cerca de arame da altura dessa janela, quase, ela pulou pra dentro pedindo socorro: seu Coelho, socorro, pelo amor de Deus, tão matando meu marido!’ Estavam matando o marido dela de peia, de pau mesmo. Eu sabia que era inútil, mas eu peguei um facão desse tamanho que eu tinha, pulei no meio da rua, saí fora, ascendi o que foi de luz tudinho. Ficou tudo claro, sabia que era inútil, aí fiquei gritando, “polícia!”, bem alto, mas aí um dos cara ouviu e disse: ‘hii, sujou!’ Correram. Só que eu conheci. Eram quatro. Dos quatro, eu conheci três, todos três eu fiquei sabendo quem era, né? Esses já foram embora, Graças a Deus. (...) Quando eu cheguei lá, o seu ..., tinha chegado estava deitado, eles cortaram o punho da rede, era o motorista, caiu no chão. Meteram a chibata nele, no menino de doze anos dele, apanhou que ficou roxo, o bichim, mas apanhou. Carregaram televisão, carregaram documentos, carregaram muita coisa dele, carregaram tudo. Depois disso eles foram embora. No outro dia, eles foram-se embora. Eu fiquei traumatizado e fui morar lá na Pedro Martins, lá em cima, morar de aluguel. (...) Depois é que eu voltei e recebi casa da Prefeitura.

Se alguns saíram e abandonaram seus terrenos e “barracos”, outros resolveram enfrentar os “invasores” e lutar em defesa do Marrocos. Este grupo de fundadores e moradores mais antigos do Marrocos assumiu, internamente, o *status* de “protetores” da “sua comunidade”. Formado por homens e mulheres locais, este grupo passava a noite vigiando as ruas e as casas, prática que envolveu diversas famílias do território. As ruas ainda sem luz elétrica eram escuras e repletas de mato. Para iluminá-las, além das gambiarras, faziam fogueiras. Os homens faziam revezamentos de duplas durante toda a noite, circulando pelas ruas principais do Marrocos. Andavam, armados, no meio das ruas, “vigiando e esperando”. As mulheres ficavam juntas em determinada casa escolhida na noite, conversando, preparando e servindo café aos seus maridos, vizinhos e amigos. As fronteiras entre o Marrocos e a “Favela do Urubu” tornaram-se mais tensas e os confrontos diretos ocorreram algumas vezes.

Depois de um dos episódios mais violentos, com intenso tiroteio e a quase morte de dois dos moradores mais antigos do Marrocos, este grupo de vigilância resolveu parar e buscar outras alternativas para garantir a sua “proteção pessoal”, conforme a narrativa de Patrício:

Nesse dia houve um tiroteio. Ladrões vieram e começaram a atirar na nossa turma. E nossos vizinhos correram. Correram porque era melhor ... se esconderam. Dessa vez levaram televisão de um rapaz. Bateram... só não mataram o rapaz porque ele se escondeu no meio do mato. Mas aí foi a gota d'água pra desarticular a vigilância e a gente achou muito perigoso. E as mulheres dizendo 'não, não vamos fazer mais isso. Isso não está certo'. Pronto, assim acabou a nossa vigília. Aí fomos contratar um vigilante pra ficar e que não deu certo. (...) Eu quero contar como a violência, ela não resolve. Você usando a violência ... Eu já te contei parte disso. Quando a gente começou a vigiar, comprando armas, era violência contra violência. Isso não deu resultado bom. Por Deus nós não morremos. Morreu ninguém, né? Independente de ser eles ou nós, por Deus não morreu ninguém.

Contrataram, então, um morador para ser o “vigia” local, alguém com “experiência” nesta atividade. Contudo, também não conseguiram a desejada “proteção” e decidiram terminar com as “vigílias” dos residentes. Com estas micro táticas de auto proteção inventadas diante do “esquecimento” do Estado e seus desdobramentos em tiroteios, espancamentos e fugas de alguns de seus moradores, o Marrocos teve sua “má fama” de “área perigosa” fortalecida na região do Grande Bom Jardim. Esse tipo de “invasões” foram diminuindo. Ganharam força novamente após a construção das unidades habitacionais construídas pela HABITAFOR/PMF em 2006-2008. Antes e após as casas serem entregues às famílias cadastradas, ocorreram novas “invasões”. Embora em menor proporção que no início do Marrocos, estas práticas continuam ocorrendo e são comandadas pelos nomeados “vagabundos-bandidos” e envolvidos com o narcotráfico locais. Não obstante a diminuição desta prática, a (des)proteção permaneceu e elevou-se nos anos subsequentes. A rivalidade entre territórios circunvizinhos “próximos-distantes” e as práticas de violência tendeu a acirrar-se com a chegada do narcotráfico a esta localidade a partir de 2004-2005 e depois com a contratação dos “vigias” oferecendo seus serviços de “segurança patrimonial” privada em meados de 2007-2008¹⁶⁴. As fronteiras de tensões materiais e simbólicas entre e intra territórios adensaram-se em todo o Grande Bom Jardim. E travessá-las tornou-se por demais ariscado aos seus moradores e aos estranhos a estes dois territórios estigmatizados. Não obstante, houve intensa mobilização de residentes do Marrocos envolvidos no desafio de construção da “sua comunidade”.

¹⁶⁴ Conferir terceiro capítulo desta tese.

3.3.4 A fabricação da “Comunidade do Marrocos”: o protagonismo dos moradores

Não obstante a agudização da (in)segurança civil instaurada nesta região, residentes do Marrocos teceram suas microhistórias de fabricação do lugar fortalecida por novos atores sociais que os auxiliaram na ressignificação deste território como “sua comunidade”. Refiro-me aos voluntários, missionários e representantes diretos (padres e freiras) da igreja católica local e do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ). E, mais recentemente em 2012-2013, alguns moradores vêm estabelecendo contatos diretos – sem a intermediação das lideranças formais – com representantes do poder público municipal e com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)¹⁶⁵. Embora identifique certa liquidez – na acepção atribuída por Bauman sobre a líquida da vida contemporânea – destas iniciativas grupais e de coletivização das táticas de “viver nas margens” da cidade, parecem-se significativas na fabricação deste lugar chamado Marrocos como território estigmatizado emblemático do Grande Bom Jardim. É sob tal perspectiva que as rememoro sinteticamente neste item.

A tática grupal dos fundadores e residentes mais antigos de defesa do lugar ascendeu a outro patamar entre os anos de 2005 a 2009: a autoconstrução coletivizada da “Comunidade do Marrocos”. Os desentendimentos e disputas em torno dos objetivos e formas de atuação da Associação de Moradores implicou em afastamento de membros fundadores que coincidiu com a chegada destes novos atores sociais que trouxeram a perspectiva de união, solidariedade e autoconstrução coletiva do lugar, demarcando um esforço coletivo de passagem da figuração pública da “Favela do Marrocos” para a de “Comunidade do Marrocos”. O apelo religioso é um dos traços característicos deste momento e trouxe implicações nos anos de 2011-2012 conforme observei durante o trabalho de campo. Uma

¹⁶⁵As aproximações de representantes do CDVHS ao Marrocos e aos seus residentes tem ocorrido a partir de finais de 2012 e 2013 com relação a dois momentos: participação esporádica em reunião da DLIS, coordenada pelo CDVHS, e, de modo mais intenso, durante os processos de remoção de famílias expulsas da recém formada “ocupação” de terreno público próximo ao Marrocos. Este terreno foi desapropriado definitivamente em finais de 2013 pela PMF, com o uso de seus aparatos policial e jurídico. As famílias foram colocadas, literalmente, no meio da Avenida Urucutuba com os seus escassos pertences e tiveram seus “barracos” destruídos em três investidas sistemáticas do Estado punitivo. Estas famílias foram abrigadas temporariamente do “Espaço” situado no Marrocos e receberam apoio jurídico do CDVHS, bem como a doação de alimentos, roupas, lonas em parceria direta com o MSMCBJ e de pároco local. Estes atores sociais intermediaram as negociações das famílias desabrigadas junto à PMF e seus órgãos competentes, sem, no entanto, chegar a alguma solução que as favorecesse. Importa salientar a participação de fundadora e morador antigo do Marrocos em reunião promovida pelo CDVHS em 2011, oportunizando os primeiros contatos e aproximações posteriormente reiteradas por parte desta instituição no Marrocos. O CDVHS – junto com demais entidades associativas locais – pelo reconhecimento e regularização do Bom Jardim – com foco nos territórios Nova Canudos e Marrocos – como Zonas de Interesse Sociais (ZEIS) pelos governos municipal e estadual. As ZEIS estão previstas no Plano Diretor de Fortaleza se, todavia, ter sido implementadas ao longo dos dois governos municipais do governo do PT à frente da PMF.

parcela dos residentes seguiu com as iniciativas empreendidas pelas lideranças oficiais via Associação de Moradores e investidas junto ao poder público municipal e estadual. E outra parte do grupo fundador dos processos organizativos locais afastou-se desta associação e investiu em práticas coletivizadas de ajuda mútua em parceria com estes novos atores sociais. É Joaquim, um dos membros fundadores e responsável pela “escolinha de futebol” existente até 2012, quem fala sobre este momento que decidiu sair da associação e optar por contribuir com os atores recém chegados com relação às investidas sociais na “comunidade”:

(...) Está com onze anos, a gente tenta que ela (D. Catarina) seja líder comunitária daqui. Mas esse tempo todinho ela não registrou a associação. Não conseguiu formar o grupo. O grupo que nós tinha se desmontou, porque muita gente boa que que trabalhava teve desentendimento. A gente não conseguiu formar novo grupo, que uns queria de um jeito, ela (D. Catarina) queria de outro. Então, a gente não formou o grupo. Então, não deu certo aquele grupo que a gente trabalhava na comunidade, um grupo bom, um grupo trabalhador. Quando a gente conheceu a D. Catarina e foi que eu comecei a entrar dentro, pra gente formar uma associação, pra gente trabalhar dentro da comunidade. Mas não deu certo! Aí eu me afastei mais a Rita, que é minha mulher, porque quando a gente viu que a coisa estava errada, eu disse: ‘Rita, vamos se afastar, deixa os outros aí. Porque se tiver que dar certo, dá. A gente não se queima. Então, é bom estar desse lado’. Foi uma boa pra nós porque apareceu o padre Rino¹⁶⁶, a Eunice, a Irmã Gabriele. Elas começaram a fazer visita dentro da comunidade do Marrocos. Nós também não conhecia elas. A Irmã Gabriele, a Eunice e o padre Rino vieram do Movimento. Aí, o que aconteceu? Quando nós se afastamos da associação, essas novas pessoas estavam chegando. A gente começou a fazer trabalho dentro da comunidade. Visitar um, visitar outro, ajudar um, ajudar outro. (...) Daí pra cá foi formado o ‘Espaço’, com a luta da gente, dos moradores, a gente conseguiu fazer, murar, conseguiu recurso junto com o movimento pra gente fazer o ‘Espaço’ dentro da comunidade, pra fazer nossas atividades. (...)

A chegada das primeiras voluntárias que fortaleceram ações “comunitárias” no Marrocos ocorreu ainda em 2005-2006. Estes voluntários vieram sob a chancela do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, ONG local, nacional e internacionalmente reconhecida. Trouxeram as possibilidades de investidas sociais deste Movimento no Marrocos que, com seu capital – econômico, cultural e simbólico (BOURDIEU, 2008) – poderiam contribuir para tirá-los da invisibilidade e ressignificar a imagem negativada projetadas sobre este território e seus moradores. Quando Joaquim adverte à mulher que seria melhor sair da associação e “estar desse lado” – do lado dos recém chegados voluntários do MSMCBJ – para assim “não se queimar”, estava preocupado não só em distinguir-se socialmente do grupo vinculado à associação, mas ainda fortalecer seu prestígio na “sua comunidade” porque compreendia que outras “melhorias” poderiam advir com estes novos atores sociais. Afinal, quando chegaram estavam vinculados a esta ONG, com trabalho social reconhecido e com legitimidade junto ao poder público, à igreja católica e outras organizações da sociedade civil em âmbitos local, nacional e internacional. Assim, também a igreja católica, por meio de seus representantes locais, tornou-se mais atuante no

¹⁶⁶ Padre Rino Bonvini, fundador e presidente do MSMCBJ.

Marrocos nesta época e se manteve nos anos de 2011-2012 quando estava em campo, não obstante o avanço da religião evangélica neste território e na região.

As primeiras voluntárias a chegar foram Eunice e irmã Gabriele, ambas vinculadas à época ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ) e à igreja católica de Santa Cecília localizados no bairro Bom Jardim. Entraram no Marrocos pelo lado fronteiro com a “Favela do Urubu”, no Parque São Vicente. Foram assaltadas no meio do caminho. Quando conseguiram chegar à parte do Marrocos com entrada pela Avenida Urucutuba, conheceram alguns dos seus fundadores e moradores mais antigos ainda engajados na associação. As voluntárias foram bem acolhidas e decidiram retornar para conversar com o grupo interessado em desenvolver ações sócio-educativas na localidade, priorizando o público infanto-juvenil. É Rita quem relata emocionada este momento que abriu novas perspectivas de pensar e viver neste território:

Eunice e irmã Gabriele, elas chegaram aqui a primeira vez, elas entraram por lá e foram assaltadas, pelo Marrocos dois. Como elas não conhecia a área. Elas não procuraram ninguém. Eu, que já morava aqui, fazia parte da associação nessa época, e já encaminhava as pessoas aqui dentro, pra onde era que ia procurar, aonde era mais fácil achar uma pessoa que pudesse lhe acompanhar aqui dentro. Porque, como mais conhecida daqui de dentro ...porque agora assim, lá dentro, lá atrás, que a gente diz que é o Marrocos dois ... A Eunice mais a irmã Gabriele vieram por trás, não tinha como procurar ninguém, não sabia como, não conheciam nada, né, aí foi quando elas foram assaltadas. Quando elas passaram por aqui, a gente procurou elas, conversamos com elas. Elas ficaram de voltar. Disseram: “nós vamos voltar”. Nesse dia do assalto, que elas vieram, vieram preparadas mesmo, era máquina filmadora, era tudo de bom (risos). Levaram tudo ... Nessa época, Eunice fazia parte do Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim. Agora não, ela se afastou, ela tem um colégio, está tomando conta do colégio, se afastou. (Fez comentário sobre as fotos das irmãs italianas da ordem das Salvatorianas). Aí pronto, quando foi na outra semana, elas voltaram. Já procuraram a gente. Aí começaram, já veio por aqui, foi começando, as nossas oficinas que eram num galpão aqui que era meu. Foram seis anos e meio, mais ou menos, trabalhando no galpão aí... ó (apontando para o terreno próximo à sua casa onde hoje é o “Espaço”. Antes, era um bar lá, era meu estabelecimento. Foi logo quando eu comprei essa casa aqui. Tinha um terreno ao lado que era só um barzinho, que era mesmo só um galpão grande. A gente fazia as oficinas lá. Isso a gente trabalhava a semana quase toda com eles, com as crianças, os jovens. Isso aqui é trabalho com argila, com reciclagem, bijuterias ... (sorria, mostrando com orgulho as fotos das realizações da “comunidade” neste período).

Neste início, houve uma maior aproximação entre a igreja católica local, o MSMCBJ e o grupo de moradores dispostos a engajar-se na construção da “comunidade do Marrocos”. O pequeno “galpão” de Rita e Joaquim, terreno ao lado de onde funcionava seu “bar”, foi o espaço inicialmente usado para as atividades sociais que envolviam, sobretudo, as mulheres, crianças e jovens locais. Além do apoio garantido pelo fundador do MSMCBJ, o padre Comboniano italiano Rino Bonvini e de sua equipe de profissionais, outros (as) missionários (as) e voluntários (as) brasileiros (as) e italianos (as), religiosos (as) e leigos (as) engajaram-se no trabalho social no Marrocos. Religiosos da igreja católica local também envolveram-se diretamente nos trabalhos sociais neste território. Além de Eunice, Irmã

Gabriele e Massimo, os outros (as) voluntários católicos lembrados por meus interlocutores (as) de pesquisa são o casal italiano Stéfano e Catariana, as freiras Salvatorianas Maura e Isabel e Padre Watson, pároco da Igreja de Santa Cecília, situada no bairro Bom Jardim e à qual o Marrocos vincula-se com relação as ações pastorais.

Para narrar este momento, chamo à cena um dos voluntários italianos reconhecido no Marrocos por seu intenso protagonismo e envolvimento nas “ações comunitárias” desenvolvidas nestes anos de 2005 a 2009, bem como pelos vínculos de afetividade tecidos com este grupo de residentes engajados na construção da “sua comunidade”. É preciso apresentá-lo brevemente para demarcar sua importância nesta caminhada de ressignificação do Marrocos “favela” em “comunidade”. O jovem italiano Massimo é formado em matemática e especialista em informática. Abandonou emprego estável em multinacional e deixou a Itália para dedicar-se ao trabalho missionário no início dos anos 2000. Com suas economias e apoiado pela família – vinculada à igreja e às missões católicas – decidiu vir para o Brasil, especificamente para Fortaleza-Ce, realizar trabalho voluntário. Hospedou-se em casa de padres Combonianos, a exemplo de Padre Rino fundador do MSMCBJ, em casas de famílias residentes no Bom Jardim e em casa própria no mesmo bairro, após casar-se com moradora local. Conheceu o Marrocos em 2005, a convite da amiga Eunice. No bairro, desenvolveu ações voluntárias no MSMCBJ e na Pastoral do Menor¹⁶⁷. Nestas instituições e no Marrocos foi professor de matemática e física, de piano, dança, arte com materiais recicláveis, construção de forno solar. Atualmente, trabalha em outra ONG e afirma estar afastando-se do Marrocos por questões familiares e de trabalho. Casado com moradora do Bom Jardim, decidiu permanecer morando neste bairro. Seus pais já o visitaram algumas vezes e, durante estas visitas, Massimo os levou para conhecer o Marrocos e “seus amigos de lá”. Participaram dos festejos da padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, em dezembro de 2011, e do momento de celebração da missa campal. A aproximação e identificação deste italiano com algumas pessoas do Marrocos é motivo de mútua satisfação e demonstrações de afetos. E seu nome termina por ser alvo de trocadilho dos moradores quando querer falar de seu afeto e afirmam que “ele é máximo mesmo, você precisa conhecer!” E a oportunidade surgiu já no final da pesquisa de campo, em um evento

¹⁶⁷A Pastoral do Menor é um serviço da igreja católica no Brasil, vinculada à CNBB na linha 06 – Pastorais Sociais e teve início em 1977. Iniciou em Fortaleza em 1987. Desde sua fundação, vem desenvolvendo trabalhos com meninos e meninas em situação de risco (exploração sexual, drogas, violências domésticas) e em situação de rua, na faixa etária de 07 a 18 anos. Atualmente, a Pastoral está presente em 25 comunidades espalhadas nas periferias de Fortaleza, atendendo cerca de 1500 crianças e adolescentes que participam de cursos de artesanato, esporte, arte e cultura, corte e costura, informática, cabeleireiro, culinária e datilografia, acompanhamento escolar e familiar para a cidadania. Realiza também o trabalho de rua nas principais praças do centro comercial desta metrópole e em abrigos. Ver site <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/>.

promovido por representantes da igreja católica e grupo de moradores católicos, em 27 de maio de 2012. Foi um dia inteiro de caminhada pelo Marrocos para “evangelização católica”, com almoço coletivo e a confraternização dos participantes. Logo após o almoço compartilhado pelos participantes, conversamos sobre sua trajetória no trabalho voluntário e este encontro com os residentes do Marrocos. Massimo falou do início deste trabalho com entusiasmo e saudade, agora que se considera mais afastado da “comunidade”:

Eu vim por minha conta. Os cambonianos só me hospedaram, no começo, enquanto eu conhecia famílias. Depois eu morei por anos em casas de famílias aqui, pertinho do Marrocos, por isso que depois eu, **a partir de 2006, o meu trabalho foi constante aqui no Marrocos**. No mínimo duas, a quatro vezes por semana eu estava aqui. Sempre com a Eunice, que já há anos estava aqui. E morando nessas famílias eu aprendi a conhecer melhor também outros costumes, outra tradições brasileiras. Que pra mim era complicado a questão do idioma. Era complicado a questão da alimentação, as gírias, a forma de falar das pessoas. Então, foi graças a essas famílias, e isso foi o que eu consegui interagir, **ser aceito aqui na comunidade**, e era muito trabalho braçal no começo... Muita assim, passeio, no sentido de conhecer as famílias. **A gente o dia todo nas famílias, pra se apresentar, dizer que a gente queria fazer um trabalho com as crianças, trabalho de arte, e...** Enfim. Com essa desculpa... Com essa desculpa aqui a gente conseguiu é... Ter assim ... **Traçar laços com as famílias**. Que através das crianças, o desejo de fazer desenhos, arte, reciclagem, material simples, coisa simples, mas, as famílias aos poucos, os pais, os alunos, essas crianças, foram assim gostando da gente. **Chamando a gente nas casas**. E eles começavam a participar de pequenas atividades que a gente promovia, nos dias, assim, para o dia da páscoa, pro dia das crianças, São João, Natal, para os dias dos pais ... Aos pouquinhos começou a ter umas atividades sistemáticas. (...) Foi mais fácil me inserir aqui. Depois de três anos que eu estava no Brasil, eu casei. Casando, foi mais profunda essa ligação com o Brasil. Eu casei com uma mulher brasileira. Eu tinha outras atividades (...0 mas ligado ao Marrocos foi arte, arte e reciclagem, um pouquinho de dança, de atividade com música e, depois, chegamos num ponto mais interessante que ligou adultos e jovens, que é o forno solar que a gente começou a construir. (...) Então, envolvendo as pessoas daqui, em outras comunidades pra dizer: ‘Vocês não são mais só os coitadinhos não! Vocês já estão, assim, num caminho bem legal. Vamos em outras comunidades mostrar o que vocês sabem fazer’. As comunidades vieram aqui. Vieram outros italianos, a gente se juntou, o Movimento de Saúde Mental. Comecei esse trabalho em 2006. Em 2005 foi o primeiro contato. 2006 começou a caminhada constante, 2007, 2008. Forno solar e comunidades presentes aqui. Inclusive associações, o CAPS. Então, o público filantrópico, pessoas particulares, 2007. 2008 chegamos a construir junto com a comunidade, em mutirão, o espaço que hoje chama de ‘Espaço do Movimento’. Em mutirão. Foi uma caminhada complicada. Foi um ano pra construir aquela área (apontando para o ‘galpão’, a primeira parte construída em mutirão e que constitui uma parte do ‘Espaço’). E foi muito legal, porque tinha outros italianos que colaboraram, que deram assim, uma grande força, em fazer reuniões, chamar a atenção do povo, ir nas casas. E dizer assim: ‘esse espaço é pra vocês. Vocês querem como? Qual é a atividade que vocês vão querer fazer depois? Quem vai capinar? Quem vai pegar o tijolo? Quem vai trabalhar na madeira? Quem é o carpinteiro? Todo final de semana a gente trabalhava, quase todo final de semana, aqui, com eles. Porque eu não sou pedreiro, os outros italianos e estrangeiros não eram trabalhadores nessa área, então, a gente foi aprendendo com eles a construir. Sempre é mais fácil construir fisicamente. Mas depois utilizar e construir um plano de trabalho é mais complicado. Ou seja, fazer um espaço, a gente consegue rápido, com muita boa vontade. Agora, utilizá-lo de forma coerente, pragmática e socialmente útil, isso é mais complicado! (...) O problema é agora gerenciar o que a gente tem, o que a comunidade tem. E nisso tem uma associação, tem um movimento [referindo-se ao MSMCBJ] que está tentando. Eu acho que ainda não conseguiu, mas está tentando gerenciar esse espaço. Porque o terreno foi comprado por essa associação [MSMCBJ] para garantir a base, mas ainda, eu acho que ainda não encontrou a forma, assim, sustentável, para manter esse espaço.

As primeiras ações realizadas ao longo de 2006-2007 foram visitas às famílias para levantamento do perfil socioeconômico. Na verdade, a única pesquisa com dados específicos sobre este território à qual tive acesso, apesar das visitas que realizei à SER V e das tentativas insatisfatórias de obtenção de informações junto a HABITAFOR em 2011-2012. Segundo salientou Massimo, os (as) voluntários (as) elaboraram um abreviado diagnóstico do Marrocos e a proposta de trabalho social com vistas a conhecer as famílias e captar recursos externos para fortalecer e ampliar suas ações solidárias junto aos moradores.

Contudo, buscaram construir cada etapa de trabalho com a participação direta deste grupo de moradores engajados na construção da “sua comunidade”. A elaboração dos questionários utilizados na pesquisa contou com a participação dos moradores, indagando o que gostariam de saber sobre seu território. As ações eram realizadas em parceria voluntários-grupo de moradores, saber: oficinas de arte, desenhos, bijuterias, arte com materiais recicláveis, oficinas de auto-estima para mulheres, escolinha de futebol para crianças e jovens, reuniões organizativas, festas comemorativas, almoços coletivos, confraternização de Natal, dentre outras. Estas ações começaram de maneira improvisada, contando com recursos próprios de voluntários e moradores.

No começo, relatou Massimo, o apoio do MSMCBJ restringia-se a direcionar outros voluntários e missionários vindos da Itália e educadores sociais desta ONG para auxiliarem nas atividades sócio-educativas e organizativas. Garantia ainda material para a realização destas ações. A “escolinha de futebol” começou como atividade voluntária de morador local incentivada por uma voluntária e depois obteve o apoio financeiro e de material esportivo do movimento até meados de 2012, quando este morador decidiu parar com esta atividade porque não obteve aumento de sua “ajuda de custo” de R\$ 90,00 (noventa reais). Outras doações materiais – em especial material de construção – foram garantidas pelos moradores e com a colaboração de outros membros da igreja e leigos católicos. Importantes colaborações advieram de profissionais do Centro de Apoio Psicossocial (CAPs) Bom Jardim¹⁶⁸, com destaque para as oficinas de auto-estima realizadas com mulheres-moradoras até 2009. As antigas participantes exaltam esta ação no processo de fortalecimento dos vínculos entre elas e de seu protagonismo coletivo para transformar o Marrocos em “sua comunidade”.

¹⁶⁸ Administrado em parceria entre MSMCBJ e a PMF/Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 24 - Construção do “Espaço” – Voluntário/missionário italiano e morador local – Foto cedida por fundadora - 2007-2008



Fonte: Foto cedida por fundadora - 2007-2008

Ainda segundo a narrativa de Massimo, em 2007-2008, o Movimento disponibilizou dinheiro para a compra de terreno e construção do “Espaço”, local proposto para a realização das atividades sociais. Teriam, finalmente, um local específico da “comunidade” para suas diversas atividades sócio-culturais. As irmãs Salvatorianas também doaram a quantia de cinco mil reais (R\$ 5.000,00) usados na construção deste prédio e na realização das atividades sócio-educativas e esportivas junto a crianças e jovens locais.

Figura 25 - Construção do “Espaço” – Voluntária católica



Fonte: Foto cedida por fundadora - 2007-2008

As atividades realizadas por moradores e voluntários ocorriam, preferencialmente, nos finais de semana e feriados, momentos também de encontros, descontração, celebrações e muito “*trabalho pesado, braçal mesmo*”. A construção do “Espaço” em regime de mutirão tornou-se uma das mais densas experiências de colaboração entre moradores e voluntários desenvolvidas no Marrocos. Envolveu famílias inteiras do território e capitalizou suas esperanças de construção de “sua comunidade” e de possível mudança da imagem negativada de “favela” projetada sobre o Marrocos no Grande Bom Jardim. Toda a elaboração da proposta e logística necessária à sua execução era discutida com os moradores, ao menos com uma parte deles que se envolveu diretamente como um grupo, por meio das “reuniões comunitárias”. O prédio, construído em regime de mutirão (moradores, voluntários, mão de obra enviada pelo MSMCBJ), levou dois anos para ficar pronto.

A construção do “espaço” traduziu-se em momento de aproximação e estreitamento de vínculos entre estes moradores e com os voluntários leigos e religiosos, contando com o componente de mística católica presente durante os encontros, festejos e almoços coletivos realizados ao longo de 2006-2009. Rita, participante ativa da construção do “Espaço” e das atividades sociais, relembra este momento ao observar as fotos, destacou a importância do grupo de voluntários participantes deste momento de construção junto com a “comunidade”:

(...) o espaço completo era, assim, só uma cerca. Depois vieram e passaram o muro. A gente ficou com este espaço amplo, que antes era só muito mato. Aqui [mostrando as fotos feitas por eles à época, foi o começo da construção. A gente fazia regime de mutirão. Aqui eram os almoços que a gente promovia. O Movimento cedia os alimentos e a gente fazia o dito mutirão e fazia o almoço. Todos participavam. Isso aqui tudo é trabalho da gente. Olha aqui eram os almoços que a gente promovia tudo lá. A Irmã Gabriele, a Eunice, o Mássimo, Stéfano, Catarina, Irmã Maura (...) eles é que fizeram tudo de bom aqui, mais ainda porque foram eles que ajudaram a gente a fazer esse galpão ...

Figuras 26 e 27 - “Espaço” concluído em 2008 – Foto cedida por fundadora – 2008



Segundo Massimo, uma das grandes dificuldades identificada no Marrocos no início das ações voluntárias era a segmentação interna entre os moradores. Aos poucos, parecia que a fragmentação interna entre parcela destes residentes era substituída por um sentimento de pertencimento local e de “comunidade”, fazendo do Marrocos o seu território comum. Reconhece que parte desta “divisão da comunidade” é suscitada tanto pelas disputas em época de eleições, como pelas distintas religiões. Acredita, contudo, que o grupo de moradores engajados no funcionamento do “Espaço” conseguirá construir a “autonomia” e “auto sustentabilidade” de suas ações comunitárias. E o afastamento dos voluntários e diminuição das “ajudas financeiras” até então garantidas por eles a algumas famílias locais e para a realização das atividades sociais contribuiria com esta perspectiva.

Figuras 28 e 29 - Preparação de almoço coletivo durante a construção do “Espaço”



Fonte: Fotos cedidas por fundadora – 2008

Em relação às pessoas, assim, no plano mesmo pessoal, assim, quando a gente chegou aqui era muito segmentada. Muito assim reduzida em pequenos grupinhos, pequenas famílias. Cada família fazia uma atividade. Tinha ideias mas achava que os outros não eram de acordo, não iam colaborar. E aos pouquinhos a gente conseguiu unir os grupos e ver que, na verdade, todo mundo queria as mesmas coisas. Todo mundo gostava das crianças estarem tendo atividades, de ter momento de comemoração, durante a semana, quer seja religiosa ou não. Aí foi juntando. Mas ainda hoje, falta assim uma visão ampla dessas pessoas. Mas isso não é uma crítica não. (...) eu acho que são pequenas tensões, que se você for juntar, as pessoas ficam amigonas. E continua. Mas é contínuo. Não tem um ponto final. Tem que continuar alimentando boas emoções, boas vibrações. E se a religião é importante, também outros eventos não religiosos também são importantes... Basicamente, assim, a dificuldade é de se unir, se unir como Marrocos! Até agora foram feitos os espaços, agora, o Marrocos todo ainda não tem uma grande união. Talvez nunca vai ter essa grande união dessa comunidade. Mas, pelo menos, que possa se ampliar, que possa ser mais autônoma e não esperar sempre algo de fora. Porque se tiver união, a coisa caminha com as próprias pernas. Se não tiver, aí cada grupo espera que alguém vai lá pra ajudar. Acontece muito nas épocas de eleição, numa época aqui. E acontece também nos grandes eventos religiosos. Que tem uma igreja que faz uma coisa, aí a outra não tem nada a ver, não quer ajudar. Aí divide um pouco a comunidade. Por minha conta e de outros voluntários.

De fato, as fragmentações, conflitos e disputas internas permaneceram no Marrocos e tornaram-se mais proeminentes neste grupo de interlocutores (as) após a construção do prédio, o afastamento sistemático dos voluntários, a saída de moradores mais antigos e as tentativas de continuidade das ações sociais por parte dos moradores no desafio de “gerenciar” o “Espaço” em parceria com o MSMCBJ. A frágil participação de moradores – sobretudo os novatos – nas atividades grupais/coletivizadas voluntárias tem se tornado a grande dificuldade encontrada pelos fundadores engajados, com exceção dos jovens, considerado o seu público alvo. E tem também interferido na continuidade das ações sociais promovidas no “Espaço” e na continuidade do processo organizativo local, afinal o trabalho é voluntário e depende do engajamento dos moradores. É Rita quem fala da dificuldade em mobilizar os moradores, identificando certa diferença entre o período em que iniciaram o “trabalho voluntário” (2005-2009) e o tempo presente do Marrocos em termos da participação:

Essa é a diferença: é mobilizar todo mundo aqui! Porque muitos do começo já foram embora. E os que ficaram, não participa. Pra dizer assim ‘nós vamos participar hoje!’. Não, a não ser os meninos, quando vai ter alguma coisa aqui, os meninos participam demais. Enchem isso aí (o ‘Espaço’). Ainda ficam toda ora querendo entrar. Mas os adultos mesmo, pouquíssimos. Porque vários foram embora. E muitos que estão chegando não têm aquele vínculo de ser chegar na gente, entendeu? A não ser que a gente vá chamar. Vá convidar na própria casa e tudo. Mas que é difícil é! Gente é a coisa mais difícil da gente trabalhar. Eu venho sentindo isso de muitos, muitos tempos. É muito difícil deles participarem. Não sei porque. Não sei se é má vontade ou porque não participam de alguma coisa porque eles acham que a gente vai arrecadar dinheiro. Que a gente nunca passou isso, a não ser quando a gente faz um bingo pra alguma coisa da igreja. Mas nunca deixamos passar isso não. Mas sempre trabalhando voluntário. A gente trabalha voluntário. A gente nunca ganha nada com isso, só voluntário.

Além desta dificuldade de mobilizar e garantir a participação de quem não vivenciou a construção coletivizada da “comunidade” nestes anos 2005-2009, a própria condução deste processo traz as marcas dos conflitos, desconfianças e rupturas dentro do próprio grupo envolvido nesta experiência local. O prédio do “Espaço” levou dois anos para ser parcialmente concluído e foi construído duas vezes. A primeira construção – feita em poucos meses pela equipe de pedreiros encaminhada pelo movimento – caiu e quase provocou uma tragédia no local, acidentando seriamente dois moradores envolvidos na tarefa. O Movimento assumiu integralmente os custos financeiros com a segunda construção, garantindo além do galpão construído em mutirão, a telha, os banheiros, uma dispensa, a cozinha e o elevado muro que envolve todo o terreno. A inclusão do muro no “Espaço” provocou conflitos entre o grupo de moradores à frente da organização local e o MSMCBJ. Durante estas construções, emergiram e perduraram conflitos entre a coordenação do MSMCBJ e seus antigos colaboradores voluntários sobre o processo organizativo e a participação efetiva dos moradores no processo de construção e “gerenciamento” da obra e de suas atividades sócio-culturais e esportivas. Os dissensos em torno das finalidades e formas de atuação junto aos moradores do Marrocos também provocou desentendimentos entre os voluntários e o MSMCBJ. Após alguns embates, estes voluntários afastaram-se do MSMCBJ. Permaneceram, no entanto, vinculados ao Marrocos e dando continuidade às suas atividades e doações voluntárias de maneira ativa e sistemática até 2009 junto ao grupo de moradores-fundadores. Em 2011-2012 continuavam contribuindo esporadicamente com doações em dinheiro e ações voluntárias mais diretamente vinculadas às atividades religiosas e de construção da igreja do Marrocos. Atividades mobilizadoras de uma parcela considerável dos moradores até então engajados na construção e funcionamento do “Espaço”.

Na versão do grupo de fundadores-moradores, os voluntários são enaltecidos como aqueles que “fizeram tudo de bom aqui, mais ainda porque foram eles que ajudaram a fazer este galpão”, conforme salientou Rita, uma das fundadoras e participante ativa das ações sociais vinculadas ao Movimento até 2012.

Leila: Com relação aos moradores e voluntários, eles continuam participando?

Rita: Não. Porque vários moradores desse tempo foram embora. E o pessoal que também veio nos dar essa ajuda também foram embora, como a Irmã Maura, Catarina, o Stéfano. Só tem mesmo o Máximo que vem pouco ainda aqui pela comunidade. Porque ele não está mais pelo Movimento. Eunice é que é uma mãezona aqui pra todos. E Irmã Gabriele que ainda passa dando umas voltinhas por aqui. Mas que não faz parte do Movimento. (...) Vixe! Aqui nós era esquecido por todos. Hoje nós somos lembrados. Antes era horrível! [Refere-se ao início da “ocupação” quando ocorreu a “invasão” de suas casas por parte de moradores de outra localidade vizinha].

Rita falou da saída de moradores e voluntários participantes da construção do “Espaço da comunidade” com bastante pesar. Evidenciou a importância destes voluntários para o Marrocos ganhar visibilidade no Grande Bom Jardim, tornando seus residentes “mais lembrados” e reconhecidos em suas “realidade”, “precisão” e “conhecimento”. Ao mesmo tempo, considera esta experiência importante na reconstrução da imagem de seu território vivido. A partir desta experiência e contando com a participação ativa destes voluntários, tornaram-se “mais lembrados” resultou também desta presença dos voluntários que os ajudaram na construção da “sua comunidade” e levaram para “fora” a realidade vivida no Marrocos, declarou Rita:

Ser mais lembrados vem do conhecimento, da Eunice, do nosso movimento. Porque era assim, como a gente não tinha ninguém que trabalhasse fora, que visse a realidade daqui, que viesse aqui ver a realidade que a gente tem, que a gente precisa. Então, a gente não era conhecido. Agora não, agora qualquer coisa que acontece a gente recorre ao movimento ou à Eunice, ao Massimo. A gente conversa e acaba saindo pra fora e alguém fica sabendo. Mas senão, a gente não tinha. Veio acontecer alguma coisa assim ... o Marrocos é conhecido em todo canto através do Movimento e da Eunice. Mas antes não. Antes deles chegarem aqui, o Marrocos era morto. Era só nós mesmo! (...) Via o Marrocos como perigoso, como uma favela que não merecia nem ser olhada (...) engano deles, porque no Marrocos tem muitas pessoas com conhecimento, com conhecimento. Depois que a gente formou o grupo, a gente vê que tem muita gente com um conhecimento que não sabia que tinha, se descobrindo ...

De lugar “perigoso, como uma favela que não merece nem ser olhada”, disse Rita, parcela de seus moradores-fundadores foram construindo a “Comunidade do Marrocos”, lugar de “pessoas com conhecimento”. Saberes – “conhecimento” – descoberto na caminhada de formação do grupo de moradores participantes da construção do lugar. A fala desta moradora deixa entrever, contudo, certa dependência com relação aos voluntários externos para dar visibilidade social às suas demandas e necessidades junto ao Estado e à sociedade civil. Com a saída da maioria destes voluntários, parece prevalecer a tendência de fragilização do grupo de fundadores em termos de sua organização social e participação ativa junto às atividades propostas no “Espaço” e de reivindicações de “sua comunidade”.

De fato, estas rupturas e afastamentos dos voluntários com relação ao MSMCBJ parecem ter repercutido nos conflitos e distanciamento estabelecidos posteriormente entre moradores-fundadores e membros desta ONG, sobretudo, em termos da perspectiva da sua proposta de atuação no Marrocos. Em 2011-2012, observei um afastamento destes fundadores com relação ao Movimento e ao “Espaço” que passou a ser chamado entre eles de “Espaço do Movimento” e não mais de “Espaço da Comunidade”. O Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim já apresentava baixa legitimidade local neste período. A construção do elevado muro em torno do “Espaço”, a instauração da vigilância privada, a restrição do seu uso pelos moradores e a descontinuidade das atividades sócio-educativas, de

arte e esportivas propostas pela ONG, exatamente quando o prédio estava pronto para funcionar, provocou desconfianças e afastamentos por parte do grupo de moradores-fundadores à frente das atividades.

Desde quando cheguei ao território, tenho observado as tentativas desta ONG para implementar ações sociais junto a crianças e jovens locais. Todavia, o “Espaço” estava subutilizado por falta de profissionais, voluntários externos e/ou moradores para levarem adiante as atividades sociais até então desenvolvidas junto ao público infanto-juvenil. Atuando de maneira bastante incipiente e assistemática, eram notórias as desconfianças por parte de moradores nas ações coletivizadas no “Espaço” sinalizado pelo parco engajamento em suas atividades. Em 2011, o MSMCBJ sinalizou com a possibilidade de implementar o Projeto Sim à Vida neste território. As atividades de arte e educação duraram aproximadamente uns dois meses. Depois disto, os educadores contratados deixaram de ir, alegando não participação efetiva dos moradores na mobilização das crianças e jovens locais. E, portanto, a ausência de público interessado em participar das atividades. Permaneceu apenas um educador social que desenvolvia atividades de desenho com cerca de doze crianças e jovens locais no turno da tarde. Assumiu também a função de coordenador social local até ser deslocado para outra área de atuação do MSMCBJ.

Em 2012, outra educadora social contratada pelo MSMCBJ assumiu as atividades e coordenação do “Espaço” em substituição ao anterior. Os moradores responsáveis pelas oficinas de balé e articulação com o Movimento Hip Hop (MH2O), bem como a escolinha de futebol haviam paralisado suas atividades em 2013, sem perspectiva de retorno. Uma parcela até então engajada nestas iniciativas coletivizadas no Marrocos – o próprio grupo de fundadores e demais responsáveis pela construção do Espaço – direcionou-se para as ações vinculadas à igreja católica local e os enfoques na expressão “cuidar da própria vida” tornaram-se recorrentes nas narrativas, mesmo em si tratando dos fundadores (as) participantes desta trajetória de construção do “Espaço”.

3.3.5 Sob o Estado de “desconfiança”: faces da (des)proteção no Marrocos

Durante a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da PMF, o Marrocos ganhou certa visibilidade para a face social do Estado em âmbito municipal. Algumas iniciativas foram marcantes na região do Grande Bom Jardim e incluíram, parcial e seletivamente, moradores do Marrocos: a instalação de três Centros de Referência da

Assistência Social (CRAS) nos bairros Bom Jardim, Granja Portugal e Canindezinho¹⁶⁹, como resultante da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) em Fortaleza; as inúmeras “carradas de entulho” enviadas pela EMLURB para aterrar os “buracos” existentes na localidade e viabilizar suas construções precárias; e os projetos de urbanização e construção de unidades habitacionais neste território. Estas ações na área habitacional fazem parte do projeto nacional Minha Casa, Minha Vida empreendido nos governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e da atual presidenta Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT) nestes anos 2000. Em relação ao atendimento de saúde, constitui-se a condição mais dramática e precária para estes residentes, posto que não são oficialmente incluídos na territorialização dos Centros de Saúde da Família (CSF) existentes no Grande Bom Jardim. Então, ser atendido no CSF mais próximo é compreendido como quase “um favor” por parte da equipe de profissionais que o faz dentro de limitações de dias, horários e número de senhas distribuídas. Deixa sem atendimento um percentual considerável dos habitantes deste território que recorrem aos CSF do Bom Jardim e ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, no bairro Conjunto Ceará. Destaco, assim, a figura desgastada e deslegitimada do poder público municipal neste território, corroborando com o baixo nível de confiabilidade dos moradores em relação aos órgãos da PMF e aos políticos profissionais.

De fato, o Estado em sua face social é bastante frágil na dinâmica cotidiana do Marrocos desde sua fundação. Estado e política são percebidos pelos moradores com desconfianças e decepções com relação aos “políticos” profissionais e às suas “promessas” em tempos de eleições. Único momento em que afirmam serem “lembrados” pelos políticos locais porque “querem seus votos”. Depois, “esquecem do prometido” e só retornam na próxima eleição quando querem se reeleger. O comício realizado na localidade com a presença e as “promessas” da então candidata à reeleição pelo PT, Luiziane Lins, à prefeitura de Fortaleza, foram lembrados durante várias conversas informais com fundadores (as) e moradores mais antigos do Marrocos. Lembrança marcada por entusiasmo e orgulho entremeada de decepção, frustração e desconfiança com os resultados pós-eleições municipais e a parca intervenção estatal neste território. Dentre as “promessas” descumpridas, encontra-se o projeto de urbanização e de construção de cento e cinquenta e sete (157) unidades habitacionais cujas obras iniciadas pela Fundação de Desenvolvimento Habitacional do

¹⁶⁹ Moradores do Marrocos são atendidos tanto pelo CRAS Bom Jardim, como pelo CRAS Canindezinho, sem critérios explícitos da territorialização estabelecida para a abrangência territorial destes dois equipamentos sociais municipais por parte da PMF.

Município de Fortaleza (HABITAFOR) em 2006 encontram-se paralisadas desde 2008. Este projeto foi conquistado pela localidade em resposta à sua demanda feita ao Orçamento Participativo (OP), no seu Ciclo de 2005.

A empresa Palmas, responsável pela construção da obra, abandonou a obra de urbanização no Marrocos, alegando falta de pagamento por parte da PMF. A prefeitura declarou, por sua vez, ter havido irregularidades por parte da empreiteira. Resultado, foram construídas e “entregues” à população apenas sessenta e duas (62) unidades habitacionais e o projeto de urbanização não foi efetivado. Processo bastante polêmico entre os residentes, a “escolha” de quem foi contemplado com as unidades habitacionais é questionado e contestado. Alegam que os critérios de prioridade de escolhas das famílias para recebimento das unidades habitacionais foram desrespeitados por parte de profissionais responsáveis pelo cadastramento das famílias e operacionalização do projeto social da HABITAFOR. Segundo afirmativas de interlocutores (as), pessoas que residiam às margens do canal e de taipa – e, portanto, em áreas de risco e prioritárias para receberem as casas – não foram “beneficiadas” com o projeto. E outras que não estavam nesta condição chegaram a receber mais de uma unidade habitacional, potencializando o descrédito e desconfiança destes moradores com a licitude e legitimidade da atuação do Estado. Acusações graves de corrupção envolvendo trabalhadores sociais da HABITAFOR foram verbalizadas por diversos moradores sem, contudo, terem sido formalizado junto aos órgãos competentes para serem apurados porque afirmaram não confiar nesta “justiça dos homens, nem nos políticos ou no Estado. Resta-lhes a sensação de impotência e de invisibilidade para fazer valer seus direitos negados cotidianamente.

Sobre as “promessas” não cumpridas na versão local sobre a atuação da PMF, o relato do Sr. Coelho enuncia o que compreende como um descaso por parte do poder público municipal para com o Marrocos e seus residentes. Falou de micro iniciativas dos próprios moradores na construção de suas *saídas possíveis* para continuar vivendo neste território, não obstante a vacilante presença-ausência do Estado em sua face protetiva e garantidora de direitos nas margens urbanas do Grande Bom Jardim:

A prefeitura aqui, eu diria que é um zero à esquerda. Os agentes de saúde não andam aqui. Nem passam aqui. A meu ver, o que a prefeitura deveria fazer era a limpeza do canal. Limpeza destes terrenos baldios. Aqui nunca foi feito não. Qualquer pessoa que disser que nesses canais foram feitos limpeza, lhe digo que é mentira. Porque limpeza pra cá, nunca foi feito. Pode ter feito lá pra baixo, da pista pra lá. Mas aqui dentro não! Essas ruas aqui, quando a HAVITAFOR entrou aqui pra fazer essas casas, eram 147 casa, foram feitas 60 e alguma coisa, era pra fazer saneamento. Eles começaram e não terminaram. Essa rua aqui foi feita, mas não terminaram. E pra alargar, pra gente não está dentro dos detritos, nós tivemos que arrombar lá perto do canal, quebrar o cano pra sair os detritos. E aqui vem tudo dacolá pra cá, de detritos. Aquelas ruas lá de cima que não tem

pra onde cair, o pessoal fica tudo nadando nos detritos. Aqui não, vai tudo pra dentro do canal. Não era pra descer detritos por aqui não. Mas a gente vai ficar nadando em detrito? Não vai não! Foi o único meio da gente encontrou, porque a prefeitura não faz! Eu estou lhe dizendo, a prefeitura aqui é um zero à esquerda. Não faz nada, não fez nada e não está fazendo nada. (...) sim, a Luizinane Veio aqui dizer que ia fazer alguma coisa. Nunca fizeram. Ia pra associação conversar coma D. Catarina e por lá mesmo conversava e não saía pra falar com ninguém. (...)

Em 2012, durante novo processo eleitoral municipal, a PMF emitiu e divulgou, massivamente, cartilhas informativas de suas supostas “realizações” relativas ao período de 2009 a 2012 (segunda gestão do governo petista), registrando como “obras concluídas e entregues” à população fortalezense, incluindo, dentre estas, as obras inconclusas no Marrocos. Este fato fortaleceu a desconfiança com relação ao Estado, suas instituições e seus representantes. E provocou indignação por parte de muitos (as) moradores (as), chegando a formarem uma comissão que foi à SER V para “cobrar explicações” aos representantes do Orçamento Participativo (OP). As obras permaneciam paradas e sem explicações ou definição de novos prazos para sua conclusão ainda em setembro de 2013 quando revisitei o campo. Segundo a presidente da associação do Marrocos, também tem buscado respostas dos representantes da HABITAFOR sobre a retomada das obras, contudo, sem nenhum sucesso. Nem a gestão anterior de Luiziane Lins e nem a atual gestão do prefeito Roberto Cláudio deram explicações precisas sobre quando as obras serão reiniciadas ou concluídas. A HABITAFOR tentou realizar reunião na localidade neste início de 2014, enviando uma equipe de profissionais ao local para conversar com os moradores. Por não disporem das informações solicitadas e nem detinham poder de decisão para firmar os acordos solicitados pelas lideranças informais do Marrocos – leia-se os fundadores e moradores mais antigos, com forte representatividade e protagonismo neste território – as pessoas se recusaram a “conversar” com eles e os “mandaram embora”. E que só retornassem quando pudessem dar respostas conclusivas sobre o retorno das obras. Tal postura foi reiterada por estes moradores quando dialogam com representantes estatais e/ou candidatos a cargos públicos. E parece provocar certo temor e/ou recusa de trabalhar neste espaço por parte de profissionais da PMF seja com a afirmação de que são “violentos”, seja de afirmar que “a comunidade não quer conversar”. Alguns destes moradores com os quais conversei se colocam em postura ativa diante destes representantes estatais, não gostam e se põem na condição de “vítimas e/ou coitados”. Vão construindo suas micro táticas de lidar com a precariedade da vida cotidiana e com as ausências-presenças deste Estado, conforme tenho tentado demonstrar ao longo deste texto.

Nesta eleição de 2012, o grupo de fundadores e residentes mais antigos decidiu não apoiar nenhum candidato a vereador em suas investidas no Marrocos, apesar de terem recebido as visitas de dois que haviam apoiado em eleições anteriores. Somente um destes moradores mais antigos assumiu publicamente seu apoio a determinado candidato, sendo bastante criticado por seus vizinhos. O descrédito na política – partidária ou pessoalizada promovida por lideranças e políticos locais – com os políticos profissionais e com os “trabalhadores estatais” e, por conseguinte, uma desconfiança generalizada com relação ao Estado e suas instituições parece-me marcante neste território. Elementos que podem estar contribuindo para a prevalência das saídas individualizadas em detrimento de suas iniciativas coletivas em defesa do Marrocos, desenvolvidas de maneira sistemática e efetiva nos anos de 2006 a 2009. Iniciativas coletivas notoriamente fragilizadas e esporádicas neste período de 2011-2012. Pude observar, durante o trabalho de campo, uma tensão entre saídas coletivizadas *versus* saídas individualizadas desenvolvidas por residentes neste território.

Uma das práticas indicativas desta tendência de individualização das táticas de viver nas margens, por parte de seus moradores, é a busca por “proteção” diante do agravamento da *insegurança civil* – ora restrita à integridade física e à defesa da propriedade privada – cotidianamente vivenciada nas periferias nestes anos 2000 em meio à recorrência de homicídios, roubos e assaltos no Grande Bom Jardim e, de maneira mais específica, em seus territórios estigmatizados, a exemplo do Marrocos. Em paralelo às fragilizadas ações coletivizadas e à presença/ausência do Estado social neste território, cresce o apelo dos moradores por “proteção” em meio ao contexto de pobreza, inseguranças, incertezas e desconfianças mutuamente vividas nas margens urbanas. Os sentimentos de incertezas (aleatoriedade), abandono e desconfiança com relação ao Estado e às suas instituições de regulação de conflitos interpessoais e sociais parecem fortalecer a procura por “segurança privada” e sua oferta por parte de grupos envolvidos com o “mundo do crime”, a exemplo dos chamados “vigias” que chegaram ao Marrocos em 2008 oferecendo seus “serviços de segurança patrimonial”.

3.3.6 Na falta da “proteção”, chegaram os “vigias” no Marrocos: pagando pela (in)segurança privada

Viver nas margens das margens – na linearidade de precarização da vida – carrega a marca da ambiguidade. No período de intensa organização dos moradores – fundadores na realização de ações voluntárias locais e na construção do “Espaço” – também

as práticas violentas no Marrocos intensificaram-se. Os anos de 2007-2009 demarcam um “tempo de matança” experienciada por moradores da região do Grande Bom Jardim, sobretudo, a execução sumária de jovens entre 15 e 29 anos, noticiado em programas policiais e principais jornais escritos do Ceará. De acordo com o Diário do Nordeste (21/07/2008), “um ciclo de mortes tem assustado os moradores do Bom Jardim e adjacências”, desencadeado na região a partir de abril de 2008. Nesta tentativa de resgate dos fragmentos de memória do lugar, a narrativa de interlocutores (as) permitiu identificar este “tempo de matança” com a chegada de “seguranças patrimoniais” a territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim. Estes “seguranças patrimoniais” – ou os nomeados localmente de “vigias” – foram investigados pela polícia local em 2007-2009, sob a acusação de integrarem um “grupo de extermínio”, com atuação em toda a região, principalmente no Marrocos e na Nova Canudos (“Favela do Urubu), segundo noticiado pelo jornal Diário do Nordeste em 21/07/2008 na manchete ***“Acusado de homicídio foi posto em liberdade”***:

Um dos principais acusados de liderar um grupo de extermínio formado por vigilantes, que atua desde o ano passado (2007) na área do Bom Jardim, principalmente nas comunidades do Marrocos e Urubu já está em liberdade. José Wesley Negrão Rocha, conhecido como ‘Bibi’, foi liberado por meio de um ‘habeas corpus’ concedido pela Justiça do Ceará. Já o segundo acusado de chefiar o grupo, José Arimatéia Inácio Diniz, dono da empresa WFB Segurança, continua recolhido à carceragem do 12º. SP (Conjunto Ceará). Os dois haviam sido presos no dia 24 de junho passado, sob a acusação de porte ilegal de arma. Segundo o delegado José Jesuíta Barbosa Filho, titular do 32º. Distrito policial (Bom Jardim), Arimatéia teria continuado preso devido a prisão preventiva contra o mesmo em inquérito que apura crimes de homicídio naquela área, em que eles são os principais suspeitos de participação. De acordo com Josenildo Moura de Menezes, escrivão e chefe do setor de investigação do 32º. DP, ‘a dupla é proprietária da empresa WFB Segurança’. Segundo o policial, eles fazem a segurança de comerciantes da área e tinham envolvimento com assaltos e furtos no bairro. Antes, eles eram donos da empresa ‘Mix’, que foi fechada após a prisão de um deles (José Arimatéia). Quando ele saiu da prisão, se juntou a ‘Bibi’, dono da WFB’ e recomeçaram o negócio, com o mesmo tipo de ação, explicou. Conforme Moura, testemunhas de alguns destes crimes já estiveram na delegacia e prestaram depoimento, nos quais afirmam que os dois acusados participaram das mortes. Além disso, a dupla presa já responde a vários procedimentos que estão atualmente na justiça. Arimatéia é acusado de dois homicídios e porte ilegal de armas e José Wesley também responde por homicídio, assalto e porte ilegal de arma de fogo. (...) O caso foi denunciado pelo Diário do Nordeste em reportagem publicada no ano passado. Desde então, o jornal vem acompanhando o desenrolar das investigações e as novas mortes que se seguiram na cadeia criminosa chefiada por um grupo organizado. A Polícia Civil tem feito importante trabalho, ouvindo o máximo de testemunhas que consegue, identificando acusados. A comunidade, por sua vez, teme falar sobre o assunto com medo de represália. O delegado José Jesuíta Barbosa Filho, titular do 32º. Distrito Policial (Bom Jardim) e sua equipe, atuam contra a atuação deste grupo desde o ano passado. Antes da prisão de José Wesley e José Arimatéia, outro homem, identificado como Antônio Erinaldo da Silva, também acusado de fazer parte do grupo de extermínio foi preso e está recolhido na carceragem do 12º. Distrito Policial (Conjunto Ceará). Uma dificuldade enfrentada pela Polícia na apuração dos homicídios praticados pelo grupo é a ausência de testemunhas. (...) Josenildo Moura de Menezes, escrivão e chefe da investigação do 32º. DP, afirma que nessas comunidades prevalece a lei do silêncio. ‘As pessoas temem represálias desses grupos e ficam caladas, muitas vezes, nem mesmo a família comparece à Delegacia para prestar depoimentos’, disse.

Ao ler esta reportagem de jornal, talvez a existência de “grupos de extermínio” travestidos de “seguranças patrimoniais” na cidade de Fortaleza possa parecer, para quem não reside nas periferias desta cidade, algo distante. Para quem mora nas periferias do Grande Bom Jardim, esta tem sido uma experiência violenta e ambígua na busca cotidiana por “proteção”. Habitar nestas margens urbanas sob os símbolos das incertezas e da precariedade da existência (re)produz o sentimento de medo, de estar vulnerável a ameaças/perigos e violências difusas. Nas versões de interlocutores, o Estado parece-lhes incapaz de protegê-los dos medos difusos, dos perigos traduzidos em ameaças postas à sua segurança social e, de maneira contundente, à sua segurança pessoal (civil) nestas margens das margens. Sobre a perspectiva do medo difuso ou líquido que parece estruturante nas cidades contemporâneas, assumindo dimensões adensadas nas periferias de Fortaleza, cabe retomar a lúcida consideração de Bauman sobre o medo como tradução da “incerteza” diante das ameaças e das possíveis formas de seu enfrentamento:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar nenhum se pode vê-la. ‘Medo’ é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que se pode e do que não se pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.

Se os medos contemporâneos são difusos, a fabricação social das periferias no Brasil do século XXI – e principalmente das suas “favelas” – desqualificada em habitat naturalizado de perigos e incertezas, portanto, espaços de espessamento de medo contribuem para que os alvos a combater e controlar sejam determinados: eles são moradores destes espaços urbanos das cidades traduzidos na expressão das novas-velhas “classes perigosas” transformadas em questão de “lei e de ordem”. As estatísticas estatais¹⁷⁰ auxiliam a apreender este perfil dos públicos-alvo preferenciais da violência urbana em nossa cidade, com foco nas vítimas de homicídios: pobres, jovens, afrodescendentes e residentes das margens, com foco nos espaços urbanos nomeados de “favelas”, “áreas de risco”, “territórios de vulnerabilidade social”, “áreas críticas”. E meus interlocutores têm clareza desta condição de “ser vulnerável” às práticas violentas desencadeadas em seus locais de moradia, seja por parte do Estado punitivo – e seu aparato repressivo principal, a polícia – seja por parte dos integrantes do “mundo do crime”, apesar de ambos se apresentarem como possibilidades de garantir “proteção” nas periferias. A sensação de insegurança – assumindo a perspectiva de que se

¹⁷⁰ Sobre os dados da violência urbana em Fortaleza e na especificidade da região do Grande Bom Jardim, consultar o primeiro capítulo desta tese.

encontram expostos às ameaças/perigos difusos – e de vulnerabilidade – se os perigos concretizarem-se haverá poucas chances de fugir ou defender-se delas – traduz-se em medo tantas vezes verbalizado por meus entrevistados (as). Para enfrentá-lo em suas dinâmicas cotidianas e “continuar a viver, caminhar pra frente, porque parado é pior”, na versão nativa, é preciso construir suas micro táticas de sobrevivência nas margens. Um aspecto que considero problemático nestas micro táticas é sua tendência cada vez mais individualizada e privatizante de busca de segurança pessoal (ou civil), potencializando fragmentações e distanciamentos sociais estabelecidos entre pessoas e lugares dentro de uma mesma região estigmatizada na cidade de Fortaleza.

A experiência coletivizada de “defesa do lugar” fazendo recurso da violência física diante dos “invasores de fora” que assaltaram, espancaram, balearam e expulsaram residentes do Marrocos nos primeiros anos da ocupação (2003-2004) parece já não atender às demandas por “proteção” nestes anos 2008-2009. Esta experiência deixou sequelas de dimensões reais e simbólicas nestes moradores. A primeira, diz respeito ao fato deles mesmos terem sido alvos de práticas violentas e de terem perdidos alguns de seus vizinhos/amigos/parentes que vitimados de violência física, ameaçados e/ou “baleados” durante estes confrontos armados, decidiram deixar o Marrocos. A segunda dimensão é simbólica: após esta experiência, adensaram-se o medo, a sensação de insegurança e de “ser vulnerável” a novas práticas violentas, sem identificar os recursos ou as possibilidades de evita-los e/ou enfrentá-los. Desconfiava-se da própria capacidade de defender-se de incertezas e ameaças enfrentadas diuturnamente. E parece difundir-se entre estes residentes – os fundadores, os mais antigos e os novatos – uma desconfiança mútua intra território adensada também entre territórios circunvizinhos, entre pessoas e lugares “próximos-distantes”.

Recorrer ao Estado e às suas instituições de “segurança” que os tomam como alvos preferenciais de suas ações de vigilância, controle e punição cotidiana não lhes parece também uma opção viável. Afinal, se nas periferias do Grande Bom Jardim ocorrem tantos assassinatos/execuções sumárias, sem falar nos assaltos, latrocínios, roubos, furtos e, obviamente, do narcotráfico em expansão, apesar da presença da polícia e de suas “operações de saturação nas áreas críticas”, como poderiam sentir-se seguros e confiantes em sua atuação? Ao contrário, os relatos sinalizam que a desconfiança entre indivíduos parece espalhar-se tanto sobre suas formas de organização social local¹⁷¹ – as associações de

¹⁷¹ Identifiquei esta desconfiança e descrédito imputados às associações de moradores no Marrocos e no Mela Mela, reiteradas também em relação ao MSMCBJ e à Rede DLIS e o CDVHS.

moradores é um exemplo contundente – como sobre a ambígua presença-ausência do Estado e suas instituições de regulação de conflitos interpessoais e sociais nestas margens urbanas.

A reprodução de insegurança e desconfiança entre indivíduos e destes com relação ao Estado e suas instituições parece alimentar o mercado da (in)segurança privada nas margens das margens, tornando-a uma demanda com clientela específica. No Grande Bom Jardim, conhecida e reconhecida no senso comum como “área perigosa” da cidade, seus moradores vivenciam situações de incertezas, vulnerabilidades e inseguranças que, de fato, extrapolam as práticas de violência urbana registradas nesta região e se adensam com a própria precariedade da existência (ALVES, 2013; BUTLER, 2009) vigente nas margens de Fortaleza. Contudo, nas figurações públicas negativadas do Grande Bom Jardim, a insegurança civil sobrepõe-se à crescente insegurança social vivenciada por seus residentes. Mesmo com a experiência coletivizada de fabricação da “sua comunidade” pela via do engajamento na construção do “Espaço” e na realização de atividades sociais em parceria com os novos atores (MSMCBJ, voluntários, missionários e representantes diretos da igreja católica), alguns destes moradores recorreram a esta saída individualizada para tentar garantir sua “proteção” e de sua família nestes anos 2008-2009. Esta região tornou-se um verdadeiro nicho de mercado da segurança privada¹⁷² onde os “seguranças patrimoniais” oferecerem seus serviços de “(des)proteção”. No início, mais um negócio supostamente legal/lícito foi aberto no Grande Bom Jardim, que não encontrou resistências por parte da maioria dos moradores e nem interferências por parte do Estado.

A desconfiança entre indivíduos e a desconfiança no Estado e nas suas instituições – consideradas incapazes de regular conflitos e garantir a ordem pela lei – parecem, mesmo, afetar-se mutuamente na dinâmica deste território estigmatizado do Grande Bom Jardim. Constituiu-se um espaço aberto a recorrer aos serviços de “(in)segurança privada” sobressai-se como uma alternativa individualizada de “proteção” possível nestas margens das margens. Refiro-me, em especial, aos comerciantes que desejavam defender seus pequenos patrimônios e garantir suas integridades físicas. Foram estes os principais contratantes dos serviços de

¹⁷² Esta tendência de expansão do mercado da segurança privada expressa uma demanda crescente por segurança civil nas cidades contemporâneas em detrimento das reivindicações por segurança social traduzida na garantia de direitos sociais, dentre os quais se inclui a segurança pública. Os serviços de segurança privada representam uma das saídas individualizadas oferecidas diante desta demanda por segurança civil registrada na vida brasileira. Importa salientar ainda que esta centralidade na segurança civil vem tornando-se central nas campanhas eleitorais, nas reivindicações direcionadas ao Estado e na prevalência orçamentária direcionada à segurança pública, incrementando seu aparato punitivo, apesar dos poucos resultados em termos da contenção da violência urbana na maioria dos estados brasileiros. A violência tornou-se mercadoria rentável com clientelas e serviços específicos ofertados e consumidos diferenciadamente por todas as classes sociais. Para aprofundamento, conferir VASCONCELOS, R. B. A violência como mercadoria, 2011 (tese de doutorado).

segurança patrimonial quando os “vigias” chegaram oferecendo seus “serviços de (des)proteção” aos residentes do Marrocos em meados de 2007-2008. Mas a compra desta mercadoria (real e simbólica) diz respeito ainda a muitos outros moradores não comerciantes que, residindo no mesmo território tomado sob a (des)proteção destes grupos de “vigilantes patrimoniais”, sentiram-se impelidos a pagar por seus serviços.

Em verdade, vulnerabilidades e incertezas intrínsecas à condição social – potencializadas nesta fase do capitalismo contemporâneo e assumindo sua configuração limite nas margens urbanas – são projetados como assunto privado, lançando para os indivíduos a responsabilidade de buscar suas saídas utilizando-se recursos de sua propriedade. A insegurança vem reduzida à sua perspectiva pessoal (ou civil) e assim remetida à busca privada por saídas possíveis para dramatizar e tentar driblar a sensação de perigo, risco e insegurança traduzidos no medo difuso. Mas se todos estão às margens do Estado, no caso destes residentes de territórios estigmatizado do Grande Bom Jardim – o “vixe do vixe” – identificar as supostas origens deste medo difuso e fabricar os “alvos preferenciais” de suas saídas individualizadas possíveis traduz-se em tarefa por demais complexa e ariscada¹⁷³. Quando o recurso à segurança privada torna-se uma via possível, esta tarefa é transferida para os “donos do negócio”, sem, no entanto, esquivar-se totalmente o consumidor de “segurança” totalmente dos riscos de contratação destes serviços inscritos nas fronteiras borradas da legalidade-ilegalidade experienciadas nas margens urbanas. Foi o que descobriram os residentes do Marrocos contratantes dos serviços da “WFB Segurança”, a mesma empresa citada pelo Jornal Diário do Nordeste, de propriedade de “Bibi” e “Arimatéia”, ambos acusados de comandar um “grupo de extermínio” atuante na região.

A mercadoria vendida – “segurança” – transformou-se em seu contrário: insegurança traduzida em extorsões, ameaças, práticas veladas e explícitas de violência (física e/ou fatal) perpetrada contra os seus “alvos preferenciais” – jovens suspeitos ou com envolvimento com o “mundo do crime” – contra os próprios contratantes; e contra alguns moradores que se negaram a “pagar pelo serviço”, todos transformados em alvos dos “empresários” da WFB Segurança. As fronteiras entre ilegalidade e legalidade/licitude e ilicitude tornam-se cada vez mais fluidas e deslocantes quando se trata de garantir um mínimo de “proteção pessoal e patrimonial”. E uma face do “mundo do crime” revelou-se sob o disfarce desta segurança privada que encontra demanda crescente nas periferias. Gesta-se um

¹⁷³ Apreender as classificações construídas pelos interlocutores para significar seus territórios vividos e quem neles reside é central nesta interpretação crítica do viver nas margens urbanas de Fortaleza. Ver os capítulos quarto e quinto desta tese.

mercado lucrativo e violento da “(in)segurança” alimentada por medos, desconfianças mútuas e incertezas vivenciadas por parcela considerável dos residentes em territórios estigmatizados desta região da cidade, na especificidade do Marrocos.

A oferta de “segurança patrimonial” chegou ao Marrocos em 2008 e tornou-se uma das saídas individualizadas adotadas por alguns moradores nesta busca por “proteção”. Foi Patrício, um comerciante local e um dos contratantes da segurança dos “vigias”, quem falou desta experiência de (des)proteção privada que fazia uso da intimidação e uso da violência armada para garantir o controle, ordem e o medo no Marrocos. Chegaram apresentando seus serviços e cadastrando os interessados em adquirir a mercadoria “segurança”. Somente com as práticas violentas destes “vigias”, alguns dos moradores contratantes de seus serviços foram percebendo tratarem-se de práticas ilegais/ilícitas:

Os “vigias”, eles chegaram acho que está com uns quatro anos. Foi uma época que a gente estava sem vigilância nenhuma. Aí começou a vir o grupo de vigias pra cá. Até onde eu sei ninguém chamou eles não. Eles vieram com as fichinhas de cadastro, oferecendo o serviço deles, a segurança deles. Hoje eu entendo isso como milícia. É. Hoje eu entendo que eu fui vítima dessa milícia. Que era uma vigilância falsa. Era uma vigilância formada por bandidos que não atuavam, assim, na linha de frente. Mais matavam. Eles eram tudo parceiros, eles com os bandidos esses nossos vigias. Acontecia muito desses ladrões roubarem as coisas da gente e esse dito vigia ... esses rapazes que ofereceram serviço de vigilância recuperava algumas coisas e ... enfim, era um tipo de parceria com os bandidos. Então, a gente foi percebendo isso também. E ... sim, hoje eu vejo isso como milícia. Uma coisa que acontecia muito no Rio de Janeiro e eu vi e foi a mesma coisa que aconteceu aqui. (...) Aí vem a milícia, aqueles vigilantes, oferecendo serviço, e foi uma violência também. Eles trabalhavam armados. E a gente tinha uma ilusão de que a gente estava seguro. Eu vou falar de mim porque, eu falo a gente, mas eu estou pegando o meu exemplo. Então, eu achava que eu estava seguro. (...) (Patrício, ex-residente do Marrocos).

Contratar “serviços de segurança privada” para enfrentar a situação de insegurança e incertezas vividas nestas margens pareceu aos moradores a resposta possível diante tanto da desconfiança com relação ao aparato policial-estatal, como do crescimento de práticas de violência física usadas nas resoluções de conflitos interpessoais entre moradores intra e inter territórios. “Proteção” convertida em ameaças, mútuas vinganças violentas e execuções sumárias daqueles considerados “perigosos” na área privadamente “protegida”; e em extorsões e ameaças contra os contratantes dos “serviços” e demais moradores que se recusaram a pagar pela mercadoria oferecida.

Os “vigias” julgavam e puniam os que consideravam os “*suspeitos e perigosos*” do lugar, tomavam suas casas, roubavam e exterminavam sumariamente pessoas em nome da “segurança” de seus clientes. Reproduziam em suas práticas violentas a oposição simbólica entre as categorias supostamente excludentes de “*bandidos, vagabundos, marginais*” – a quem perseguiam, expulsavam e/ou assassinavam – *versus* “*trabalhadores e proprietários*”,

especialmente os comerciantes locais – a quem ora “*protegiam*”, ora extorquiam, assaltavam e/ou forjavam falsos assaltos e roubos. Alguns de seus contratantes mostravam-se até satisfeitos com a mercadoria comprada, porque julgavam-se, de fato, mais “protegidos” mediante a presença constante e atuação intimidatória e violenta destes “vigias” na área. Alegavam ter havido, à época, diminuição dos roubos e assaltos a seus estabelecimentos comerciais. E quando ocorriam, por vezes forjados pelos próprios “vigias” combinados com outros jovens “bandidos” de território vizinho, iam buscar as mercadorias supostamente roubadas e as devolviam parcialmente a seus proprietários. Planos de vingança e cobrança de dívidas encomendados pelos contratantes eram, por vezes, partilhados com os próprios “cobrados” – os ditos “bandidos” responsáveis por assaltos, roubos, furtos na localidade. A insegurança era produzida e adensada pelos próprios vigias para garantir a continuidade da demanda local por seus serviços. É ainda Patrício quem fala sobre esta experiência de “acerto de contas” convertido em ciclo de violências em curso, mesmo após a saída dos “vigias” do Marrocos:

Então, quando me assaltaram e eu falei com esse pessoal, que esse pessoal foi buscar as minhas coisas. Enfim, pegaram parte das coisas, e as outras coisas ficaram com o bandido. E foi com violência também desses rapazes. Esse vigia chegou pra mim e disse: ‘e aí, o que é que a gente fa? Agora vamos tomar uma atitude’. Na época do assalto bateram na minha filha. Os bandidos bateram nela quando assaltaram minha casa, meu comércio. Daí os vigias perguntaram pra mim: ‘e aí Patrício, o que tu vai fazer? O que tu quer que a gente faça?’ Eu não vou entrar em detalhes, mas eu vou dizer ... A gente fez um plano, um plano de violência também. A gente usou a violência, a gente tentou isso aqui no Marrocos, não deu certo. Graças a Deus ninguém morreu e depois desse assalto a gente usou a violência de novo. E fizemos o plano. Só que, como era milícia, como era bandido, e eles eram amigos dos bandidos que me assaltaram, esse plano foi dito pra eles, para o cara que me assaltou. Não foi dito da maneira exata como foi combinado entre eu e ele. Mas foi dito da maneira que era conveniente para ele e o bandido. Esse plano não deu certo. Foi desarticulado. Eu disse pra ele ‘não, pensando melhor, deixa isso pra lá ... Esquece isso’. O tempo foi passando. ‘Não, esquece isso’. Pensamos assim e concordamos. Mas deixa que esse plano ele já tinha falado para o cara que me assaltou. Mas esse plano ele já tinha dito para o rapaz que me assaltou. Passou um tempo e essa violência voltou. Esse plano que a gente planejou junto ... esse plano que o outro rapaz [o alvo] ficou sabendo, passou um tempo e ele veio fazer a cobrança. Ele falou: ‘lembra daquela época, daquele plano ... de fulano que morreu [o chefe do grupo de ‘vigias’], que vocês planejaram e não deu certo. Eu vim cobrar!’ esse rapaz ainda me acertou com um facão, naquele dia do aniversário da Rita, lembra que eu te contei?

Patrício referia-se à tentativa de assassinato sofrida por parte deste rapaz que, por vingança, acertou-lhe com um facão durante a festa de aniversário de uma vizinha. Escapou da morte “prometida” com a ajuda de vizinhos que seguraram o rapaz enquanto ele fugia para se esconder. Foi “jurado de morte” em cobrança do plano de vingança não realizado. Passou um período “entocado”, resguardado em sua residência. Esta situação havia sido narrada por minha interlocutora-chave e depois pelo próprio Patrício em uma segunda-feira de 2011, dia em que havíamos agendado nossa primeira entrevista, desde então adiada até sua realização

em abril de 2012. Para ele, o grupo de “vigias” constituíam-se em milícia que impelia ainda mais medo e insegurança entre os moradores do Marrocos e da Nova Canudos. Se ocorriam violências no Marrocos, atribuíam aos moradores da Nova Canudos e vice-versa. Atiçavam, assim, fragmentações, distanciamentos sociais, “inimizades e rixas” entre moradores entre e intra os dois territórios. O recurso a práticas violentas usadas para tentar garantir “proteção” convertia-se em propulsão de mais violência em ciclos de vinganças e cobranças recíprocas. Patrício concluiu a entrevista afirmando que esta tática de combater violência com violência não considera um caminho profícuo:

Eu vivi isso na prática. As duas vezes mais fortes que eu lembro, foi isso, de que a gente usar violência pra combater violência não dá certo, não funciona. Eu vivi isso duas vezes. Essa última vez foi mais marcante ainda porque por pouco, por pouco mesmo. Só Deus, eu não perdi a vida. Devido a um plano violento do passado, pra combater uma violência com uma outra violência, está entendendo? Essa é uma coisa que não funciona. Não funciona nem na favela, nem na comunidade, nem na sociedade. Hoje eu acredito que não funciona em lugar nenhum (...).

Em 2009, um dos líderes destes “vigias” e outros de seus membros foram assassinados. Outros estão proibidos de entrar no Marrocos, sob risco de assassinato. Estão “jurados de morte”, como dizem meus interlocutores sem, contudo, revelarem os responsáveis. Talvez os novos “donos da bocada” e jovens envolvidos no “mundo do crime”, antes ameaçados pelos “vigias”, tenham contribuído para esta “saída forçada” de cena. Durante este período de trabalho de campo, outros dois destes ex-vigias foram assassinados no lugar. Não sei exatamente como nomeá-los porque, a depender da ótica e da posição social do morador, podem ser considerados “justiceiros”, “matadores” ou “protetores”. Existem ex-clientes, donos de comércios locais, que ainda relembram o tempo dos vigias como “tempos de tranquilidade”. E falam com emoção sobre o assassinado do chefe do grupo, questionando o que seria deles agora sem a “proteção” que lhes garantia. Para estes, os “vigias” eram “protetores” e justiceiros” porque lhes garantiam sensação de segurança fazendo “justiça com as próprias mãos”. Aos que se sentiam coagidos a pagar pela (des)proteção e chegaram a receber ameaças para comprar os serviços privados, a saída deste grupo foi um alívio. Em sua versão, os “vigias” eram “bandidos” e sua atuação era repudiada como expressão de violência. Nenhum dos interlocutores referiu-se a estes “vigias” como “grupo de extermínio”. Todavia, atestam que jovens da região considerados suspeitos ou envolvidos com o “mundo do crime” caso invadissem e/ou atuassem na sua “área de proteção” foram assassinados durante este período de atuação dos “vigias” na localidade.

Para quem nunca pagou pelos serviços de “proteção privada”, os “vigias” aproveitaram-se do medo e insegurança vividos por muitos moradores para estruturar seu

negócio. E forjaram suas estratégias para manter a demanda por “proteção” constantemente elevada. A família de um dos chefes estava envolvida na “empresa”, sobretudo, para recolhimento do dinheiro. Para o trabalho de “vigilância”, intensificada no turno da noite, contratava outros jovens da área e garantia-lhes os “instrumentos de trabalho” (armas e motos). As residências a serem “protegidas” recebiam uma insígnia distintiva: o adesivo de uma águia. As demais estavam sob risco redobrado, afinal, o negócio da segurança torna-se próspero quanto maior for a sensação de insegurança e desconfianças entre indivíduos, sentindo-se mais vulneráveis aos perigos/ameaças aos quais julgam-se expostos e sem condições de enfrentá-las. Eram alvo de intimidações e ameaças por parte dos “vigias” e das suas táticas de adensamento da insegurança, vulnerabilidade e medo difuso na localidade. Luzia – uma das poucas moradoras a recusar-se a pagar pela (in)segurança dos “vigias” – relata a chegada deste grupo, suas formas de atuação no Marrocos, mediante práticas violentas:

Chegaram porque vieram morar aqui dentro. Eles tem casa aqui dentro. A família deles era do interior. Vários já foram mortos. Teve uma morte aqui séria que um deles matou. O outro irmão do Bibi morreu um tempo desse, uns quatro anos atrás. Levou uns quatro tiros na cabeça e puxava a bala com a mão dizendo que não ia morrer. Mataram ele também pra aí. Era uma família de gente muito ruim essa dos vigias. E eles botavam gente, iam chegando e eles botavam para vigiar. Porque eles ficavam com o nome de vigia, mas só colocava pivete aqui dentro. Eles davam motos e eles passavam a noite aqui fazendo zuada com as motos. Nos finais de semana, Bibi colhia dinheiro com os irmãos. Chegaram, assim, porque quando o Pelado saiu daqui de dentro, começaram a arrombar as casas. Ladrão chegava e arrombava as casas do povo. Vinham de outros locais e arrombavam as casas do povo. E tomava as coisas. Levavam tudo. Pelo menos era o que eu escutava: hoje tem arrastão. Entravam nas casas do povo e levava as coisas do povo. Aí apareceram esses vigias que pegavam uma quantidade de dinheiro do povo por semana, por mês. Pagavam. De todo mundo não porque eu nunca paguei e nem vou pagar. Mas a Darlene pagava, Patrício pagava. O meu marido quis pagar e eu não deixei. Todo mundo tinha lá uma águia desenhada, um adesivo com uma águia lá na porta. Acabaram os vigias se matando. Se matando entre eles mesmos. O Bibi morreu já tem uns três anos. E quando ele morreu a Darlene dizia: ‘mulher e agora como é que vai ficar. Porque com o Bibi vivo a gente tinha mais segurança’. Ave Maria, como é que se fala de uma desgraça dessa. Uma pessoa que vivia matando, esfolando todo mundo. Dizia que era vigia e mandava o povo roubar. Não sei como é que existe gente ingênua desse jeito não! Ele mandava o povo roubar. Roubava. Depois dizia ‘oh! D. Fulana, quando ligavam, eu vou buscar. Se tinha sido ele que tinha mandado roubar, mulher! Pegava a parte que ele queria e a outra parte dizia que não tinha conseguido não. E se achava bichão! Claro que era pra continuar recebendo o dinheiro dele. E o povo ainda acreditava. Ela, a Darlene, foi uma que foi uma das tais que sentiu muito quando mataram o Bibi. Igual agora que ela sentiu muito quando o X. [chefe de bocada no território] foi preso. Sentiu foi muito. Porque diz que ninguém roubava quando eles estavam aqui. Existe gente pra tudo! Não estou dizendo que a pessoa dança conforme a música. Ela se acostuma. Inventa umas histórias de proteção. Acho que é. Eu não vejo essa proteção não mulher! (...) (Luzia).

No momento (2012), não há mais os “vigias” e as narrativas das pessoas enfatizam tanto as “*rivalidades*” entre gangues/facções criminosas, como entre localidades e seus moradores. Parece delinear-se nestes fragmentos da “*periferia*” fortalezense, um outro fenômeno já recorrente em “periferias” paulistas desde os anos 1990, conforme analisa

Feltram (2011): em substituição aos “*justiceiros*” e “*matadores*”, a gestão da segurança tem sido empreendida, em muitos territórios, pelo próprio narcotráfico que passa a tensionar as outras instituições e atores atuantes nas margens desta região: entidades associativas, ONG’s e igrejas (principalmente, católica e protestantes) no campo da sociedade civil e o poder público em suas distintas representações locais. No Marrocos, destaco as seguintes instituições atuantes nesta localidade: Associação de Moradores do Marrocos, o MSMCBJ, o poder público municipal, voluntários e missionários católicos, a igreja católica e seus representantes diretos. Dentre estas instituições, a igreja católica tem conseguido mobilizar e engajar em suas atividades religiosas uma parcela dos residentes do Marrocos até então envolvidos em ações de “defesa do lugar”, associativas e de mobilização para reivindicar “melhorias” sociais. São os resquícios das “saídas coletivizadas ou grupais” canalizadas, agora, para o campo religioso.

3.3.7 Resquícios das “saídas grupais” no Marrocos: as iniciativas do grupo católico na construção da “Comunidade de Nossa Senhora da Imaculada Conceição”

No Marrocos, observei uma considerável influência religiosa, uma tendência identificada em outros territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim, com a preponderância de duas principais religiões: a evangélica e a católica¹⁷⁴. A primeira, apresenta tendência de crescimento com a adesão de novos adeptos, atualmente com cerca de sete igrejas distintas somente no Marrocos. As igrejas evangélicas ficam espalhadas em vários trechos do “Marrocos 1, 2 e 3”, sendo possível encontrar mais de uma em uma única rua. Mas, com exceção de uma igreja evangélica situada no “Marrocos 3”, que desenvolve ações sócio-educativas esporádicas junto a crianças e adolescentes da área, as demais limitam-se aos cultos religiosos realizados a noite e nos finais de semana ou eventuais “ajudas” financeiras a seus “fiéis”. A ênfase é na conversão e salvação individualizadas preconizadas na máxima de “dar seu testemunho” como condição primeira para tentar “mudar de vida” ou “renascer em Jesus”, tornando-se um evangélico. É também comum a presença de evangélicos nas ruas principais do Marrocos durante a noite, deslocando-se para os cultos e/ou fazendo suas “pregações” em busca de conquistar novos adeptos entre os moradores, em especial, os novatos.

A presença da igreja católica é mais antiga na região, com destaque para a Igreja de Santa Cecília, do Santo Amaro e São Francisco com suas ações pastorais. Seu protagonismo social e inserção em territórios constitutivos do Grande Bom Jardim remonta às

¹⁷⁴ Existem ainda grupos espíritas, de umbandistas e de candomblé na região.

ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) desde os anos 1980 e manteve sua atuação reconfigurada nestes anos 2000, seguindo as orientações da tendência hegemônica da renovação carismática¹⁷⁵. A igreja católica do Bom Jardim – no caso, a Igreja de Santa Cecília e seus representantes diretos – têm tentado fortalecer suas bases no Marrocos. Segundo alguns membros deste grupo, o território do Marrocos encontra-se vinculado a esta paróquia, conforme as divisões das “comunidades religiosas” estabelecidas por esta instituição no Grande Bom Jardim.

Parcela do grupo de fundadores e moradores mais antigos somaram-se a alguns novatos centraram-se na realização de ações católicas no Marrocos. Os fundadores abdicaram da associação e afastaram-se do “Espaço” nos idos de 2011-2012. A igreja católica local tem resguardado relativa legitimidade no “*Marrocos 1*”, contando com a atuação deste grupo formado por mulheres e homens (os “Homens do Terço”) católicos. Pode acompanhar algumas das investidas deste grupo porque uma de minhas interlocutoras principais e fundadora local é uma destas mulheres católicas atuantes no Marrocos como suas “*lideranças informais*”. As principais ações assumidas por este grupo são: organização, preparação e promoção de ações pastorais e ações religiosas, festividades, mobilização social e evangelização, arrecadação de doações (materiais e financeiras), acompanhamento da construção do prédio da igreja no lugar. A “igreja católica” existente no local é, na verdade, um galpão construído recentemente, 2011-2012, em terreno comprado pela Paróquia de Santa Cecília em 2010 e localizado em frente ao “Espaço”.

De fato, participar das ações católicas tem se colocado para estes moradores engajados como outra alternativa de participação na construção de “sua comunidade”. E funciona como símbolo de prestígio e distinção social em relação aos demais residentes. Resguardaram o acesso e proximidade com alguns dos voluntários católicos (leigos e/ou representantes diretos da igreja católica) anteriormente envolvidos na atividades e construção do “Espaço”, mantendo-se algumas doações financeiras e materiais administradas pelo grupo católico local. Iniciativas agora direcionadas para a construção da igreja e atividades prioritariamente religiosas. Tem se colocado também como uma alternativa de participação social tanto para alguns destes voluntários, como residentes que se afastaram do MSMCBJ e/ou da associação de moradores. Desde a escolha da padroeira pelo grupo católico e a compra do terreno para a construção da igreja local, este grupo local em parceria com voluntários e representantes da paróquia de Santa Cecília estão engajados na construção da igreja e realização de ações religiosas e sociais locais.

¹⁷⁵ Sobre este assunto, retomar o item dois do primeiro capítulo desta tese.

Importa salientar que a escolha do nome “Comunidade de Nossa Senhora Imaculada da Conceição” parece uma outra tática de encobrimento do estigma associado ao seu espaço vivido na região do Grande Bom Jardim. Há prevalência em adotar o nome “Comunidade Nossa Senhora da Imaculada Conceição” em substituição a “Marrocos” – sejam nas designações de “favela” ou de “comunidade” – quando vão participar das ações da paróquia de Santa Cecília e apresentar-se diante de outras “*comunidades religiosas*”. Assim, renomear “sua comunidade” somadas à participação e promoção direta de atividades religiosas – contando com a presença e participação de pessoas “de fora” com representatividade local e na região – pode contribuir na mudança de percepção em termos do lugar e de seus moradores. Talvez como uma tentativa de ressignificação do seu lugar, reafirmando a imagem de união, solidariedade e colaboração entre seus moradores associada à ideia de “comunidade” e, de certa maneira, desvincular-se e/ou afastar-se da estigmatização associada à sua denominação originária – “Marrocos” – como “área perigosa” presente no imaginário urbano local. Mesmo com o processo de fragilização das “saídas coletivizadas” existentes no Marrocos, as ações do grupo católico parecia sinalizar ainda a vontade de alguns residentes em fortalecer os vínculos sociais nesta localidade e mudar a imagem negativada prevalecente na região do Grande Bom Jardim.

A primeira iniciativa após a aquisição do terreno e a escolha do nome da padroeira da “sua comunidade” foi cuidar da limpeza deste espaço, cercá-lo e construir uma gruta para abrigar a imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição fruto de doação do pároco da Igreja de Santa Cecília e responsável pelas celebrações religiosas no Marrocos. O terreno da “sua igreja” mantinha-se cercado e limpo, com a parte da frente murada e com portão de entrada, galpão concluído, a gruta de Nossa Senhora cuidada e ornamentada com flores. A vigilância ficava também por conta de membros do grupo que, por vezes, a repassavam a algum dos jovens envolvidos com o “mundo do crime”. As melhorias no terreno foram feitas lentamente devido aos poucos recursos financeiros conseguidos mediante atividades locais promovidas pelo grupo de católico.

Em relação ao protagonismo social deste grupo em 2011 e 2012, destacam-se as festividades realizadas em datas comemorativas anuais – com destaque para a Páscoa, dia das crianças e Natal¹⁷⁶ – os bazares para arrecadar doações, os bingos beneficentes, barraquinhas de venda de comidas, além das missas realizadas no local todos os sábados a noite, as novenas e a festa da padroeira (08 de dezembro), festas religiosas, o terço dos homens e evento de

¹⁷⁶ No período de pesquisa, 2011-2012, pude participar destas três festividades e de encontros deste grupo para discutir e preparar estes eventos locais.

evangelização¹⁷⁷. As festividades ocorriam tanto no “Espaço”, como no terreno em frente, no qual está sendo construída a “igreja do Marrocos”. O dinheiro é arrecadado por moradores em atividades beneficentes e fruto de doações de voluntários “*de fora*” que atuam no local desde o início da “ocupação”, mesmo após afastarem-se do MSMCBJ. Este grupo católico participa das atividades desenvolvidas pela Igreja de Santa Cecília que organiza as “ações pastorais” de várias localidades da região. No caso específico do Marrocos, devido às condições econômico-sociais de seus moradores, até julho de 2011 não pagavam o dízimo¹⁷⁸ e todo o dinheiro arrecadado com suas ações beneficentes era destinado à construção de “sua igreja”. Em junho de 2012, haviam murado parcialmente o terreno da “igreja” e construído um galpão no qual se realizavam as missas, celebrações e comemorações religiosas, deixando de ocupar o “Espaço” para realização de suas atividades. Quando saí de campo, alguns destes atores estavam envolvidos na arrecadação de mais recursos para a consecução de sua meta prioritária do momento: a construção da “sua igreja”, a igreja da “Comunidade de Nossa Senhora da Imaculada Conceição”. Não desejavam mais apenas o galpão.

Orientados pela perspectiva da “renovação carismática” predominante na igreja católica em tempos contemporâneos e em sua versão local, a ênfase nas orações e nas celebrações religiosas impulsionavam uma parcela considerável destes moradores a participarem das ações grupais neste território. A construção da igreja católica tornou-se, portanto, a meta prioritária de parcela do grupo de fundadores e de moradores antigos antes envolvidos nas ações coletivizadas em torno da “defesa do lugar”, da associação de moradores e do “Espaço”, agora chamado por este grupo de “Espaço do Movimento” e não mais “Espaço da comunidade”. O “espaço da comunidade”, para eles, passou a ser a “sua igreja” em construção. As possibilidades de atuação local centram-se nas orações, celebrações e ações restritas ao campo religioso católico.

As narrativas sobre fragmentos de memória do lugar Marrocos remeteram à apreensão de tensões, conflitos e lutas simbólicas vivenciadas por seus residentes nas “periferias” da região do Grande Bom Jardim. Reconstruí-la foi fundamental neste percurso

¹⁷⁷ Este evento de evangelização ocorreu durante todo o dia 25 de maio de 2012. Vários moradores, jovens seminaristas percorreram as ruas do Marrocos e visitaram as casas conversando com os moradores sobre a religião católica e as atividades desenvolvidas pelo grupo no Marrocos, convidando para seu engajamento e participação, sobretudo, nas missas ocorridas no galpão. O evento foi marcado pelo almoço coletivo preparado e servido por membros do grupo católico local na casa de uma das moradoras. Contou com a participação de moradores engajados nas ações e voluntários “de fora” e “amigos da comunidade”. Acompanhei este “dia de evangelização” junto com grupo de voluntários. Foi também uma oportunidade de conversar com os voluntários “de fora” e realizar entrevista com um dos envolvidos na construção do “Espaço”: o voluntário/missionário italiano.

¹⁷⁸ A partir de agosto de 2011 passaram a pagar o dízimo à Igreja de Santa Cecília.

de interpretação crítica das experiências da pobreza nas margens urbanas nas versões de seus moradores, reconhecendo a importância da espacialidade na fabricação das classificações sociais constituídas de modo relacional intra e entre territórios estigmatizados desta região. Nesta perspectiva, pude observar e registrar mudanças no Marrocos do tempo presente – como um micro cosmo social – significativas na compreensão dos sentidos de lugar(es) e pobreza gestados *pelos e nas* margens de Fortaleza. Os aspectos centrais da dinâmica relacional de fabricação de fronteiras-pontes entre (des)iguais, as significações de pobreza/ “ser pobre” e de lugar(es), bem como as micro táticas distintivas de viver nestas margens das margens do Grande Bom Jardim, nas versões de seus moradores (as), serão abordados nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO IV - CONFIGURAÇÕES DA POBREZA URBANA E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS ENTRE (DES)IGUAIS EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

É ...
A gente quer valer o nosso amor,
A gente quer valer nosso suor,
A gente quer valer o nosso humor,
A gente quer do bom e do melhor (...)
A gente quer é ter muita saúde,
A gente quer viver a liberdade,
A gente quer viver felicidade (...)
É...
A gente quer viver pleno direito,
A gente quer viver todo respeito,
A gente quer viver uma nação,
A gente quer é ser um cidadão,
A gente quer viver uma nação!
(Gonzaguinha)

4.1 Sobre *pobreza urbana e suas interpretações contemporâneas*

As construções sócio-históricas e político-culturais sobre a *pobreza* na vida contemporânea e, em particular, na sociedade brasileira, exigem uma problematização que permita estranhar e desnaturalizar imagens, discursos e práticas sociais instituídas neste campo. Afinal, os múltiplos sentidos e interpretações sobre a *pobreza*, bem como a própria constituição de um *lugar social dos pobres* imbricam-se às intervenções a estes oferecidos pela sociedade civil e pelo Estado, passíveis de redefinições múltiplas no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, delineio algumas configurações da pobreza urbana contemporânea presentes nos discursos acadêmicos e políticos, à guiza de balizas analíticas no adentrar aos interstícios de meu objeto de estudo.

Cabe sublinhar, primeiramente, uma configuração da pobreza relevante à compreensão de sua gênese, ou seja, como uma expressão-limite da questão social, em sua vinculação originária com o modo de vida capitalista, produtor e reproduzidor de múltiplas desigualdades e discriminações. Na análise marxiana, a gênese do pauperismo e dos pobres vincula-se à contradição fundamental do capitalismo, alicerçada na exploração e opressão do trabalho pelo capital: a produção social das riquezas torna-se cada vez mais coletiva – pelo trabalho social – e sua apropriação permanece privada por parte da classe dos capitalistas. Desta forma, o fenômeno da pobreza localiza-se no cerne da *lei geral da acumulação capitalista* e constitui-se em condição de existência deste modo de vida, ou seja: o empobrecimento relativo dos trabalhadores é inerente ao sistema como um todo e o empobrecimento absoluto de parcela destes trabalhadores depende das condições de regulação do trabalho assalariado.

Segundo Marx, esta lei expressa o crescimento de parcela dos trabalhadores em proporções maiores que a necessidade de seu uso para fins de valorização do capital, gerando uma acumulação de miséria relativa à acumulação do capital. Gesta-se, assim, a *superpopulação relativa*, chamada no século XIX de *exército industrial de reserva* que funciona como fator regulador dos salários (para baixo), dos níveis de dependência e de extração da mais-valia dos trabalhadores pelo capital. Constitui-se de *superpopulação latente*, sobretudo, advinda da agricultura; *flutuante*, relativa aos movimentos de atração e expulsão de trabalhadores devido ao avanço técnico-industrial; *estagnada* ou de trabalhadores precarizados (irregulares, eventuais e informais); e, por último, os segmentos na condição de indigência e pauperismo. Nessa perspectiva teórica, o pauperismo encarna os contingentes populacionais ditos miseráveis aptos ao trabalho, entretanto desempregados; crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores. Há ainda uma terceira categoria citada por Marx pertencente ao pauperismo: os ditos *degredados, desmoralizados, incapazes de trabalhar*.

Parece haver, na análise marxiana, uma percepção negativada e, mesmo, estigmatizada em relação ao pauperismo (aos segmentos desintegrados da norma do trabalho), considerado *o asilo dos inválidos dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e o peso morto do exército industrial de reserva* (MARX, 1975: p. 803 apud IVO, 2008); também nomeado de *lupemproletariado*, em sentido oposto à positividade e valorização atribuída à classe trabalhadora, como sujeito revolucionário por excelência. Para fins de lutas sócio-políticas propostas na análise marxiana, não havia lugar para os pobres, figuras associados, via de regra, às de vagabundo e de trabalhador livre e temporário (precarizado), vistos como a escória, a ralé, a plebe desorganizada e força reacionária. No entanto, vale salientar, tais distinções significativas nesta análise merece ponderações, pois a constituição da própria classe trabalhadora em dada formação sócio-econômica e cultural pode torná-las menos nítidas ou mesmo hibridizadas, conforme identificado no caso brasileiro (ZALUAR, 1994).

Se as distinções rígidas não parecem viáveis sem referências às experiências de constituição das classes trabalhadoras em determinada formação social, sobretudo a brasileira, parece ainda lúcida a análise relativa à complexificação da produção e reprodução da pobreza, associada diretamente à lei geral da acumulação capitalista, sobretudo, mediante os processos de reconfiguração do capitalismo mundializado, desencadeadas a partir dos anos 1970. Refiro-me às tendências crescentes de recomposição técnica e de valor do capital – suas

formas atuais de reestruturação produtiva¹⁷⁹ - potencializadas com a inserção da ciência e da técnica como forças produtivas, por excelência, capazes de substituir o *trabalho-vivo* pelo *trabalho-morto* e lançar ao desemprego estrutural grandes contingentes populacionais em todo o mundo. Nestes moldes, o capitalismo gerou, simultaneamente, a ampliação da produtividade do trabalho social – intensificação da extração da mais-valia absoluta e mais-valia relativa – e o crescimento da *superpopulação relativa* ou *população excedente supranumerária* tornada, cada vez mais, desnecessárias à lógica da acumulação capitalista contemporânea.

Nos anos 1990 e 2000, a pobreza ganha significativa visibilidade pública, em meio ao seu adensamento no cerne do capitalismo contemporâneo em seus processos de mundialização, acumulação flexível, reestruturação produtiva, desemprego estrutural, associados às reformas do Estado, desmonte dos sistemas de proteção social, destituição real e simbólica dos direitos sociais¹⁸⁰. Processos emblemáticos de uma crescente situação de *insegurança social* (CASTEL 2005) que se apresenta nas figuras ambíguas da instabilidade, precarização das condições de vida e de trabalho, incertezas e riscos (ameaças) contemporâneos. Tais mudanças implicaram em mutações das expressões da questão social, com centralidade nas agudizações, complexificações e *globalização da pobreza* (CHOSSUDOUSKY, 1999), que assumiu múltiplas configurações presentes nos discursos midiáticos, políticos¹⁸¹ e acadêmicos.

No contexto contemporâneo de pobreza vinculada a processos de precarização do mundo do trabalho, desemprego estrutural e despojamento dos direitos sociais e trabalhistas, emerge a perspectiva de uma “*nova pobreza*”. A noção francesa de *exclusão social* abriu uma via analítica sobre as *novas* dimensões da pobreza contemporânea. Diante da tendência da descartabilidade de segmentos e grupos sociais à nova ordem mundializada do capital, circunscrevem-se as imagens sociais de *excluído*, *desenraizado*, *desnecessário economicamente*, traduzido também como *refúgio humano* (BAUMAN, 2006), “*sem lugar no mundo*” (CASTEL, 2001), num contexto de desigualdades permanentes e crescentes. Esta

¹⁷⁹ A reestruturação produtiva consiste no movimento de posição e reposição dos métodos de produção de mais-valia relativa, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à auto-valorização do valor.

¹⁸⁰ Essas transformações do capitalismo contemporâneo remetem a uma ampla bibliografia, trabalhando eixos analíticos do debate atual: as metamorfoses do processo de acumulação do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho; a crise do Welfare State, as correlatas reformas do Estado e o desmonte dos sistemas de proteção social, assim como a destituição dos direitos sociais (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1994; SENNETT, 2000 e 2004; OLIVEIRA, 1995; TELLES, 1999a; ANTUNES e ALVES, 2004; CARVALHO, 1999 e 2008).

¹⁸¹ Destaco aqui as orientações das instituições multilaterais internacionais centradas no “combate à pobreza” e a reconversão do social levada a curso pelos Estados latino-americanos, com destaque para o Brasil, em sua proposta de gestão territorial da pobreza urbana.

noção polissêmica, imprecisa e que abrange uma heterogeneidade de situações aparece, por vezes, como destino, estigma, privação, destituição material e simbólica, resultante quase *naturalizada* dos atuais processos de modernização capitalista, o que provocou críticas sobre sua abrangência analítica na atualidade (NASCIMENTO, 2000).

Neste debate sobre a “*nova pobreza*”, o enfoque da *fragilização e ruptura dos vínculos sociais* ganha relevância sob outra interpretação no debate francês. Nessa perspectiva, a análise de Robert Castel (2001) tornou-se emblemática ao discutir a “*nova questão social*”¹⁸², materializada na desestabilização dos estáveis, na instalação da precarização do trabalho e na fragilização dos suportes de proximidade no cerne da sociabilidade primária e das redes de proteção social constitutivas da sociabilidade secundária. Tais processos expressam o fenômeno da vulnerabilidade social de massa, caracterizado pela insegurança, a incerteza, o infortúnio. Por um lado, amplia-se a zona da *vulnerabilidade social* em oposição à restrição da *zona de integração social* (expressiva do trabalho estável na sociedade salarial¹⁸³). Por outro, há a redescoberta dos “*supranumerários*”, “*inúteis para o mundo*”, os “*não integrados e não integráveis*”, inscritos na *zona de desfiliação* em relação à sociedade salarial e caracterizados pela “*(...) ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento social (...)*” (CASTEL, 2001a: 24). Ao adotar a *desfiliação* para designar o desfecho dos processos sócio-históricos geradores da fragilização e ruptura dos vínculos sociais, Castel faz um contraponto crítico com a noção de exclusão, ora reduzida a estados de privação.

Serge Paugam (2008) também abre uma trilha analítica sobre a pobreza e o *lugar social dos pobres*, ao construir a noção de *desqualificação social*¹⁸⁴ que assinala o movimento

¹⁸² Definição de questão social em Castel: “é uma aporia fundamental a qual a sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (coesão X conflito). A “nova questão social” parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade expressiva de um verdadeiro desmonte desse sistema de proteções e garantias fortes, os direitos que foram vinculados ao emprego e uma desestabilização da ordem do trabalho com repercussões em outros setores”. A precarização do trabalho e a fragilização das redes de proteção tocam o conjunto da sociedade salarial e a desestabilizam. Ver CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário, 2001.

¹⁸³ Segundo Castel, a sociedade salarial “é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm uma inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente a renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade” Nesses moldes, o trabalho aparece como referência central para apreender a questão social, reconhecido como um “suporte de inscrição na estrutura social”: inserção na divisão do trabalho/renda e nas redes de sociabilidade, bem como nos sistemas de proteção que cobrem os indivíduos diante dos infortúnios/acasos da existência (2001: 24).

¹⁸⁴ Conforme salienta este autor, a gênese da noção de desqualificação social encontra-se nas análises teóricas de Georg Simmel sobre a relação entre os ditos “*pobres*” e a assistência social advinda da sociedade e do Estado no século XIX. Ao tomar a obra original de Simmel (1986) por referência analítica, pude apreender a ideia da construção social dos “pobres”, de seu lugar e de sua função na sociedade. Como categoria sociológica, diz este

de expulsão gradativa de segmentos sociais heterogêneos – para fora do mercado de trabalho – e as suas experiências vividas na relação que estabelecem com a assistência social quando “*assumem*” o status socialmente construído de “*pobres*”, inseridos no campo sócio-assistencial estatal ou que se encontram numa situação que lhes permitiria inserir-se. Segundo este autor, ao adentrarem o campo sócio-assistencial, tais segmentos passam a ser reconhecidos socialmente – na relação de interdependência entre centro e periferia da sociedade – na condição homogeneizadora da categoria social dos “*pobres*”, embora pertencentes a heterogêneos segmentos sociais e posições de classe, com percursos, temporalidades e experiências distintas. Os “*pobres*” permanecem “*unidos*” então, pela atitude coletiva adotada pela sociedade diante destes. E tal classificação produz efeitos sociais, interferindo na construção das imagens e das auto-imagens destes indivíduos quando considerados *usuários/beneficiários reais ou potenciais* de ações sócio-assistenciais público-estatais e privadas, com nítida centralidade na regulação social contemporânea.

Ressalto aqui o *status* social da pobreza e dos “*pobres*” na sua relação histórica com a assistência estatal, remetendo às marcas do estigma, da inferioridade, da tutela, da dependência, da desconfiança e da desvalorização emblemáticas neste processo de *desqualificação social*. Segundo Paugam (2008), a fase limite da *desqualificação social*¹⁸⁵ – a ruptura dos vínculos sociais ou *dissociação social* – delinea-se mediante o acúmulo de “*fracassos sociais*” e a construção da imagem/auto-imagem dos “*inúteis para a coletividade*”, ou seja, os *novos pobres contemporâneos*.

Outra noção usual na discussão da *nova pobreza* diz respeito à *underclass* – *subclasse ou desclassificado* – categoria presente no imaginário social e científico dos EUA, com pretensões de explicar o *gueto negro* como espaço de desorganização social (violência, desvio e vazio) e marcado pelo comportamento supostamente “*antisocial*” dos seus membros (WACQUANT, 2005; 2007; 2008). Os debates tecidos em torno desta categoria assumiram um tom político-ideológico sobre a culpabilização ou não daqueles identificados, neste discurso, em “*situação de marginalização e anomia*”, incorrendo, mesmo, numa responsabilização dos programas de bem-estar no fortalecimento da ociosidade dos seus usuários. Nessa ótica, as formas de atuação estatal diante da pobreza implicaram na instauração de um *Estado liberal-paternalista*, voltado à “*contenção punitiva das camadas*

autor, o *pobre* é o que recebe a assistência social – privada ou público-estatal – ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais. Nesta perspectiva, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais produzidas diante de determinada situação.

¹⁸⁵ Paugam (2008) aponta três fases deste processo: a fragilidade, a dependência e a ruptura dos vínculos sociais.

desempregadas e precarizadas do novo proletariado urbano” (WACQUANT, 2005; 2007; 2008).

Em verdade, sobre os *excluídos* parece abater-se ainda o estigma de “*sobrantes*”, “*passíveis de eliminação*” e de “*perigosos*” que, pode fazer recair sobre eles *um sentimento de desconfiança e medo* (NASCIMENTO, 2000) por parte de outros segmentos da sociedade, aqueles que se consideram os *incluídos sociais*. E pode, mesmo, fortalecer uma verdadeira “*cultura do medo e da insegurança*” que, no dizer de Costa (1993), encarna a lógica do isolamento no espaço doméstico e a busca da proteção privada, evitando certos *lugares e pessoas ditossuspeitos e potencialmente perigosos* associados, via de regra, à figura dos moradores de periferias de grandes centros urbanos e, de forma mais contundente, à dos ditos *excluídos* (BAUMAN, 2005). Adensa-se, assim, o clima de *insegurança e medo*, com requisições, cada vez mais frequentes, pela demarcação das áreas urbanas consideradas *perigosas* – também nomeadas de *áreas de vulnerabilidade e riscos sociais* – e por serviços de (in)segurança e repressão capazes de fortalecer processos de segregação sócio-espacial dos *pobres nas periferias*. Ao mesmo tempo, produz “*espaços vedados*” (BAUMAN, 2005) para os segmentos supostamente *incluídos real e/ou simbolicamente na sociedade capitalista e exclui os novos-velhos pobres* potencialmente identificados como *perigosos e violentos*.

Para Wacquant (2007; 2005; 2008), esta figuração da *pobreza* e dos *pobres* como *novos párias urbanos* do século XXI conecta-se à instauração de um *Estado liberal-paternalista*, cuja regulação do “*preariado urbano*”¹⁸⁶ e dos seus *territórios de moradia* traduz um “*novo governo da insegurança social*”. Este modelo de “*gestão territorial da pobreza urbana*” contemporânea alia adesregulamentação econômica, as frágeis e focalizadas políticas sócio-assistenciais, a disciplina do *workfare* e o constrangimento do aparato policial e penal hiperativo do Estado em meio à *marginalidade avançada*. Segundo o autor, a marginalidade avançada – este *novo regime de pobreza urbana*, presente nas sociedades avançadas capitalistas – é resultado da fragmentação do salariedade, da desconexão funcional entre os bairros de relegação (periféricos e desprezados) e a economia nacional e mundial, da estigmatização territorial e da retração das proteções anteriormente garantidas pelo Estado social (WACQUANT, 2007).

Underclass (na Inglaterra e nos EUA) ou *excluídos sociais* (na França) encarnam, na análise de Martins (1997), a imagem dos “*cidadãos de segunda classe*”, em situação de privação, responsabilizados por sua condição, precarizados ou *excluídos* do mundo do

¹⁸⁶Loïc Wacquant (2005; 2008) assim denomina as camadas precarizadas do novo proletariado urbano residentes em bairros periféricos estigmatizados.

trabalho, suscetíveis a uma residual, focalizada e fragilizada proteção social do Estado, quando não se encontram alijados desta. E cabe ainda acrescentar que estas noções podem não comportar a apreensão indispensável das dinâmicas, sociabilidades, temporalidades particulares dos *territórios de pobreza* e das *vidas contadas* de seus moradores, marcados pela hibridação de processos de *inclusão precária, instável e marginal*, presentes no conjunto das dificuldades e dos lugares residuais na sociedade capitalista contemporânea (MARTINS, 1997), em especial, no Brasil.

No caso brasileiro, estas configurações da pobreza contemporânea precisam ser relativizadas, posto que, aqui, coexistem diferentes significações e temporalidades deste fenômeno complexificado nos anos 1990 e 2000, mediante os processos de inserção do Brasil no capitalismo mundializado, assumindo um *modelo rentista-extrativista* articulado ao *neointervencionismo estatal*¹⁸⁷. Dentre os analistas brasileiros contemporâneos, tomo a perspectiva interpretativa de Vera Telles sobre a pobreza como paradoxo de sua persistência na vida brasileira. Historicamente naturalizada e trivializada, a pobreza, antes identificada como *símbolo do atraso* ou *resíduo da nossa modernização*, transformou-se em signo de contemporaneidade (TELLES, 1999a; 1999b). Sob a forma das cifras e estatísticas de nossa modernização, em consonância com as tendências mundialização do capitalismo flexível, a *nova-velha pobreza* à brasileira transborda dos lugares onde figurava desde sempre, afirma a autora.

Nas suas análises dos anos 1990, Telles destaca uma persistente pobreza histórica, somada ao empobrecimento e desemprego de trabalhadores urbanos, anteriormente integrados nos centros dinâmicos da economia brasileira, da classe média e dos setores anteriormente protegidos em termos de precarização das relações de trabalho, deteriorização salarial, destituição de direitos trabalhistas, desmonte da frágil proteção social estatal com sucateamento dos serviços públicos. Cresce a informalidade dos trabalhos, cada vez mais

¹⁸⁷ Segundo Alba Carvalho (2012), o Brasil vivencia nos anos 1990 e 2000 processos de inserção nos circuitos do capitalismo contemporâneo em dois permanentes deslocamentos: inserção ativa e subordinada na acumulação rentista, constituindo-se o país uma “plataforma emergente de valorização financeira” atraente para o capital especulativo, em função dos altíssimos juros diante de um contexto de crise; e inserção internacional periférica e subordinada nos processos de “acumulação por espoliação”, expropriando recursos naturais, emblemática de uma “reprimarização da pauta de importações” para atender à demanda internacional. Na convergência destas duas vias vinculadas à cadeia global de acumulação capitalista, a autora afirma que o país assume um modelo rentista-extrativista de desenvolvimento, contando com a efetiva intervenção estatal constitutiva de um neointervencionismo do Estado brasileiro ainda na perspectiva do “Estado Ajustador” - aquele que /ajusta e ajusta-se às exigências de expansão do capital” - em convivência ambígua e conflitante com a institucionalidade democrática, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita e subordinada à lógica expansionista do capitalismo contemporâneo. Para aprofundamento, conferir CARVALHO, A. M. P. de. *Posição do Brasil no contexto latino-americano: parceria ou subimperialismo?*. 2012; PAULANI, L. *A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história*. 2012.

descontínuos e precarizados em simbiose com suas formas marginalizadas, arcaicas e mesmo ilegais. E acrescenta: tais fenômenos emergem na vida brasileira na forma de uma realidade inescapável diante dos imperativos do mercado em tempos de acumulação flexível, reestruturação produtiva e financeirização do capital articulada à contra-reforma do Estado brasileiro para atender às exigências dos organismos multilaterais, sobretudo, as “recomendações” do Banco Mundial com sua fixação no “combate à pobreza”.

A pobreza parece retornar ao lugar historicamente a esta destinado na vida brasileira: o de espetáculo, paisagem, natureza notada, registrada, documentada, no entanto, externa ao mundo social. Para Telles, a pobreza tem sido historicamente concebida nos discursos público-estatais brasileiros como:

(...) algo que não diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais e às regras da reciprocidade através das quais a sociabilidade se efetiva (...) e que ***não coloca por isso mesmo o problema das injustiças e iniquidades inscritas na vida social***. As figurações de uma pobreza despojada de dimensão ética transformada em natureza e o debate dissociado da questão da igualdade e da justiça fornecem, talvez, uma chave para elucidar a persistência de uma pobreza no Brasil moderno (...) essa ***figuração pública da pobreza diz algo de uma sociedade em que vigoram as regras culturais de uma tradição hierárquica, plasmadas em um padrão de sociabilidade que obsta a construção de um princípio de reciprocidade que confira ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e direitos legítimos*** (1999: p. 86-87; grifos meus).

Enquanto a pobreza urbana brasileira parece retornar ao *status* do não-político na contemporaneidade, restrita à sua mensuração e gestão técnico-administrativa, Telles a reivindica para o centro do debate público e político. Analisa, assim, dois elementos centrais no desvendamento do enigma da pobreza brasileira. O primeiro, consiste nos traços históricos de nossa formação social, com foco na matriz político-cultural hierárquico-conservadora e autoritária, presente nas práticas sociais contemporâneas, em sintonia com a produção das desigualdades. O segundo elemento diz respeito ao modo de constituição dos direitos sociais e da cidadania por dentro da institucionalidade democrática, estruturado sob as figurações ambíguas da cidadania regulada (SANTOS apud TELLES, 1999) dos trabalhadores formais *versus* a “cidadania invertida” dos “pobres incivis”. Estes últimos encontram-se submetidos ao *mérito da necessidade* para garantir o acesso aos direitos, ou seja, sua inclusão se faz mediante a prova pública de sua “exclusão” ou não-cidadania.

Neste mosaico político-cultural chamado Brasil, a pobreza parece fixada no imaginário social como marca da inferioridade, estigma e desqualificação social, modo de ser que descredencia os indivíduos classificados socialmente de “*pobres*” para o exercício dos

direitos. E constrói, na relação estabelecida com o Estado, a figura do *pobre incivil*, um pré-cidadão ou não-cidadão, submetido à repressão/punição e/ou à assistência social estatal ou privada. Assim, diz Telles, a definição de um *lugar social dos pobres*:

faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que *transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade*, já que *o acesso depende do indivíduo provar que os filhos estão subnutridos, que ele próprio é incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal* (1999: p.95).

Ao mesmo tempo, torna tais segmentos pauperizados *vulneráveis* aos arbítrios e/ou violências do Estado, das elites, das práticas criminosas, sobretudo, no espaço das periferias brasileiras. Nos ditos *territórios de pobreza* do Brasil contemporâneo é possível apreender uma *dialética perversa entre os processos de inclusão e de exclusão*, capaz de produzir não só uma *“exclusão integrativa ou modo marginal de inserção”*, traduzida tanto na reinclusão em relações materiais precárias e marginais – com destaque ao tráfico de drogas ilícitas e às redes de exploração sexual – como também as tentativas e estratégias dos ditos “pobres” para alcançara sua **inclusão ídeo-cultural no imaginário do consumo e das fantasias do mercado**, segundo analisa Martins (1997).

Jessé Souza (2006) traz também relevantes pistas teóricas sobre os mecanismos de (re)produção sócio-cultural e política da pobreza e de um correlacionado *“desvalor do pobre”* na vida brasileira. Para o autor, este fenômeno do “desvalor do pobre” vincula-se à produção de uma “concepção do valor diferencial entre os seres humanos” e uma estrutura de hierarquia valorativa e normativa transformadas em fundamentos de práticas sociais e institucionais concretas. Afirma que, no Brasil, inexistente o princípio da “dignidade” ora traduzido em componente transclassista indispensável à configuração das sociedades modernas avançadas e suposta possibilidade da igualdade e do reconhecimento social materializarem-se para indivíduos e grupos como base da “cidadania”. Em seu lugar, predominam outros “operadores simbólicos” – não esclarecidos por Souza para além do enfoque no “desvalor” atribuído a segmentos de trabalhadores e de pobres que vivem do seguro social – que autorizam uma hierarquização e classificação de pessoas como merecedoras ou não de reconhecimento e de respeito.

Neste ponto de vista, Souza (2006) destaca a criação de um *“habitus precário”* em nosso país, ou seja, esquemas avaliativos compartilhados objetivamente expressivos de um tipo de personalidade e de disposições de comportamento incapazes de atender às exigências para um indivíduo ou grupo social ser considerado *produtível e útil* em uma

sociedade dita moderna. O que, supostamente, lhe garantiria o reconhecimento social independente da dimensão jurídico-política. Considera este *habitus precário* um fenômeno de massa específico de sociedades periféricas como a brasileira, passível de produzir

(...) este tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo, e naturalizado, que pode permitir, para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito que sugere que algumas pessoas e classes estão acima da lei e outras abaixo. (...) redes invisíveis que desqualificam indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutos e subcidadão, e isso, sob a forma isofismável, tanto para os privilegiados como para as vítimas da precariedade (SOUZA, 2006: 46; 48).

Para o supracitado autor, a produção social do “desvalor do pobre” e, em sentido correlato, da naturalização da desigualdade social e a (re)produção dos “subcidadãos” em nossa sociedade constituem-se em fenômenos modernos. Vinculam-se ao tipo de modernização seletiva e periférica implementada neste país, em especial, concernente à eficácia de valores e instituições modernas importadas “de fora para dentro”, com destaque para o Estado e o Mercado. Considero tais pistas interessantes para pensar as pré-condições sócio-culturais e políticas da re-produção da pobreza ou, na linguagem do autor, da *marginalidade*, para além da dimensão econômica.

No lastro destas discussões sobre a pobreza brasileira, em sua dimensão político-cultural expressiva de uma negação ou ausência de direitos de cidadania, destaco a interpretação de Lúcio Kowarick (2009). Este autor parte do descompasso entre a consolidação democrática e a vulnerabilidade em relação aos direitos básicos, sociais e civis, vivenciados por segmentos pauperizados no Brasil atual. Traz para o debate contemporâneo sobre a pobreza urbana a sua noção de subcidadania, característica de extensos segmentos populacionais residentes nas periferias brasileiras, situados nos limites da pobreza. Problematiza os discursos sobre a pobreza urbana contemporânea emergentes nos contextos europeu e estadunidense dos anos 1990 e 2000, de forma a relativizá-las e torna-las viáveis à análise das particularidades brasileiras. E propõe, então, a noção de *vulnerabilidade socioeconômica e civil* para pensar os processos e condições urbanas de vida das populações na periferia de São Paulo, sobretudo, nas *favelas*.

Para Kowarick (2009: p. 19), a *vulnerabilidade socioeconômica* consiste na “(...) situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania”. E a *vulnerabilidade civil* “(...) refere-se à integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia. Sua expressão máxima é o

homicídio, mas também está presente nos assaltos ou roubos, espancamentos, extorsões e humilhações que fazem parte do cotidiano das famílias de baixos rendimentos” (KOWARICK, 2009: p. 19-20). Aponta, assim, os processos históricos de fragilização tanto dos sistemas de proteção social brasileiros e, por conseguinte, da cidadania social, como da garantia do monopólio legítimo da violência por parte do Estado, agudizados nas décadas de 1990 e 2000, apontando para um processo de insegurança civil adensado nas margens urbanas.

Ao tomar a pesquisa etnográfica por referência teórico-metodológica, Kowarick dirige seu olhar às condições de vida de residentes de favelas de São Paulo. Para tanto, o autor relativiza a noção de desfiliação e assume o desenraizamento social e econômico que considera mais pertinente ao Brasil contemporâneo em dois sentidos: primeiro, o enfraquecimento dos liames da sociabilidade primária (família, bairro, vida associativa, mundo do trabalho); segundo, o desenraizamento da condição de assalariado formal, ou melhor, das experiências de regularidade de rendimentos de trabalhos contínuos, assalariado ou autônomo que, por conseguinte, garantiam o acesso aos direitos vinculados ao trabalho (KOWARICK, 2009). Em termos da defiliação, vincula tal categoria à condição de segmentos sociais em condição de *desposseção dos direitos*. Já a noção de exclusão, Kowarick a utiliza em relação aos direitos civis para pensar a condição de camadas ou grupos desligados social e economicamente, considerados em condição de discriminação e segregação socioespacial. Encontram-se postos, assim, em condição de inferioridade e desvantagem, emblemática de uma subcidadania em relação aos demais segmentos da sociedade brasileira.

O autor auxilia a pensar o *local de moradia* como componente vital na determinação do padrão de vida urbano, com base em suas *microcenas* do cotidiano de moradores das periferias, auxiliando-me a pensar e identificar, em minha pesquisa com moradores de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, a seguinte tendência de movimentos correlacionados: de um lado, os de autodefesa e construção de estratégias sociofóbicas de evitação social (WACQUANT, 2005; BAUMAN, 2006), com retraimento ou reclusão na esfera privada; de outro, a desqualificação ou a destituição do *outro* tido, simultaneamente, como inferior e potencialmente ameaçador, perigoso nas margens urbanas. Para Kowarick, a *noção de exclusão* relaciona-se, de fato, com o processo de estigmatização e discriminação, repulsa, rejeição, punição e, no limite extremo, o extermínio de certos tipos sociais. Em sentido amplo, significa a negação ao outro o *direito a ter direitos* e, mesmo, o *direito à vida digna de ser vivida*, uma prática social recorrente na vida brasileira em relação aos segmentos peuperizados e moradores de “periferias” urbanas.

Este *outro* da cidade contemporânea parece encarnado pelas camadas em situação de pobreza que ganham visibilidade pública sob a representação do ameaçador, perigoso e violento, passível de provocar não só insegurança/ medo e práticas de evitação social, mas ainda acentuar discursos e práticas sociais de natureza exterminatória daqueles submetidos a processos de acusação social, *a priori*, imputados a certos “*tipos sociais*” de agentes (MISSE, 2010). Esta tem sido outra configuração da pobreza contemporânea, recorrente no imaginário social brasileiro: a que associa pobreza-violência-criminalidade e diaboliza o espaço das periferias e, por conseguinte, seus moradores de forma, muitas vezes, homogeneizada. Retornaremos a esta configuração em outro momento deste texto, dada a sua importância nas significações da pobreza urbana identificadas nas versões de meus interlocutores de pesquisa, residentes em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim.

Há ainda as interpretações da pobreza urbana contemporânea pautadas no enfoque monetário (a renda), nas necessidades básicas insatisfeitas (produtos efetivamente consumidos) e na privação de capacidades básicas para a vida social (CARNEIRO, 2005; UGÁ, 2004), com significativos efeitos nas conformações de uma pobreza à brasileira. Tais configurações estão presentes nas recomendações de organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial, feitas aos países latino-americanos para empreenderem o “combate à pobreza” a partir dos anos 1990, mediante as demandas de contra-reforma do Estado. E, desta maneira, tais enfoques da pobreza encontram-se presentes nas formas de regulação social estatal brasileira, em especial, materializadas na política nacional de assistência social (PNAS), nos anos 2000. Na análise de Sprandel (2004), o discurso e as práticas dos grandes organismos internacionais – além do Banco Mundial, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional e o Programa das Nações Unidas (Pnud) – estão alicerçados em uma concepção naturalizada e naturalizadora da “pobreza” e dos “pobres”, a exigir, no entanto, o seu controle social e gestão técnico-administrativa.

Nos relatórios sobre o desenvolvimento mundial de 1990 e 2000-2001, o Banco Mundial considera pobreza a “*incapacidade de atingir um padrão mínimo*” a ser avaliado por referência ao consumo garantidor de um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas, além de uma quantia capaz de garantir ao indivíduo participar da vida social. Então, cada país define o *valor mínimo* necessário à sobrevivência e compara com a renda da sua população para avaliar, identificar e localizar aqueles em situação de pobreza. Predomina, neste ângulo, o enfoque monetário para cálculo da pobreza, centrado na renda e/ou no acesso ao consumo. Assim, podem ser considerados pobres quem não alcançar um nível de renda

e/ou os gastos de consumo agregados forem inferiores aos necessários para garantir, supostamente, os *mínimos sociais de sobrevivência*. Consiste na definição de pobreza limitada à renda e atribuída a classificação de pobres a quem se encontra abaixo deste nível; ou incapaz de garantir o consumo de produtos considerados indispensáveis à satisfação das necessidades básicas de vida.

Segundo Ugá (2004), a partir dos relatórios do Banco Mundial de 2000-2001, a pobreza configura-se em fenômeno multidimensional, traduzida na ausência de capacidades básicas para alcançar objetivos de vida – inspirada nas teses de Amartya Sen – somada à vulnerabilidade e exposição ao risco. Assim, para o Banco Mundial, faz-se indispensável transformar o potencial combativo e de resistência dos *pobres* em *ativos sociais* para resolver sua condição de *vulnerabilidade*. Assumem prevalência os padrões de regulação de caráter focalizado e seletivo de ações estatais direcionadas aos ditos pobres, a fim de transformar estes indivíduos considerados *incapazes em capazes e competitivos* para fins de inserção social.

Com base nestes enfoques, a proposta de regulação social da pobreza urbana contemporânea tem sido, sobretudo, via inserção em programas de transferência de uma *renda mínima*, necessária ao acesso ao consumo dos pobres, segundo o critério monetário. Segundo Ivo (2003), tais estratégias voltam-se para os “pobres viáveis” ou os “*pobres-bons*”, citados por Castel (2001), público preferencial do campo sócio-assistencial e passíveis de tornarem-se *cidadãos consumidores* integrados ao mercado de trabalho e ao consumo. Nestas abordagens – unidimensional e multidimensional – a pobreza configura-se sob a forma de privações materiais ou de capacidades. Desvinculada, portanto, dos processos sócio-econômicos e político-culturais de sua produção e reprodução no modo de vida capitalista, em sua versão contemporânea.

No Brasil, destaca Sônia Rocha (2003), foram estabelecidas as linhas de pobreza e de indigência, pautadas no enfoque monetário ou unidimensional. Neste enfoque, outra classificação de pobreza é a baseada no teto de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, diferenciada da extrema pobreza avaliada pela renda per capita de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo ou menor que este valor. É esta a referência primeira usada na classificação dos pobres a serem incluídos ou excluídos do “*direito aos mínimos sócio-assistenciais*” garantidos pelo Estado brasileiro, conforme operacionalizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Esta política pública consiste na forma de regulação social da pobreza urbana contemporânea no Brasil via inserção no campo sócio-assistencial, com foque nos programas de transferência de renda.

A PNAS realiza uma classificação social de seus usuários pautadas nas noções de *vulnerabilidade e riscos sociais* nas quais os indicadores de pobreza e violência/violência urbana encontram-se articulados e dimensionados em termos territoriais. Em verdade, a vulnerabilidade social vem definida em função da prevenção de riscos (pessoal e social), associados diretamente à violação de direitos e à fragilização e/ou ruptura de vínculos familiares e comunitários atribuídas a múltiplas expressões da violência. Estas noções – de *vulnerabilidade e riscos sociais* – aparecem vinculadas e inter-dependentes nos discursos advindos do campo sócio-assistencial estatal. E parecem assumir dimensão polissêmica nas experiências de operacionalização desta política pública nos ditos *territórios de pobreza*.

As noções pré-fabricadas sobre os territórios de pobreza e seus moradores, inscritas nos discursos e práticas estatais desta gestão territorial da pobreza urbana contemporânea à brasileira podem (re)produzir a carga simbólica da estigmatização e desqualificação social (PAUGAN, 2008) dos “*pobres da e na periferia*”. Reproduz, por conseguinte, o que Boaventura de Sousa Santos (2000; 2008) designa de modos de *não-existência*, silêncios ou *ausências* sociais, ao analisar os efeitos da dominação de uma “razão indolente”¹⁸⁸, resultante da convergência da racionalidade moderna com o capitalismo moderno. Estas categorias pré-fabricadas – formas de classificação social emblemática da lógica monocultura dominante – não se reportam só às imagens do *pobre-necessitado* ou do *pobre assistido*. Parecem reforçar outras imagens presentes no imaginário social brasileiro: a dos pobres urbanos como *personagens politicamente incômodos, socialmente ameaçadores, economicamente desnecessários* no contexto atual (WANDERLEY, 2008), cujos níveis de pobreza precisam ser geridos e tecnicamente controlados.

Em verdade, sob a classificação social dos *pobres* segundo a proposta da PNAS, parece sinalizar para a identificação da *pobreza, dos pobres e de seus espaços de moradia* com três imagens a considerar: primeiro, das situações de precariedade sócio-econômicas e civis vinculadas às áreas de risco geográfico e aos “assentamentos humanos precários”, conforme são oficialmente definidas as favelas; segundo, da violência urbana e da violência

¹⁸⁸ A razão indolente caracteriza o tipo de racionalidade dominante e assume quatro configurações postas em xeque por Santos, a saber: razão impotente; razão arrogante; razão metonímica – auto definida como única forma de racionalidade possível, desqualificando quaisquer possibilidades alternativas, ou seja, fora de seus cânones de saber-poder; razão proléptica – adota a monocultura do tempo linear e, por isto, não pensa o futuro porque já o julga conhecido numa perspectiva de progresso inevitável, linear e automático (SANTOS, 2008). Esta *razão indolente* em convergência com o capitalismo moderno ocidental assumiu sua face mais violenta, destruidora e excludente em relação a outros saberes/cultura fora dos cânones dominantes na experiência do colonialismo ocidental. Contudo, a perversa lógica monocultural, ressalta o autor, encontra-se presente em experiências cotidianas nas metrópoles ocidentais configurada na *colonialidade de saber e de poder* produtora de “inexistências”. Conferir SANTOS, B. de S. (2008).

juvenil; terceiro, dos *riscos* traduzidos em *ameaças* incontrolláveis e imprevisíveis produtora da sensação de *perigo iminente* (GIDDENS, 1999; 2010; CASTEL, 2005; BAUMAN, 2001; 2006)

Tais imagens entrecruzadas são conferidas, via de regra, às experiências dos moradores socialmente classificados de *pobres* em seus territórios vividos, sob a alcunha de *territórios de vulnerabilidade e risco sociais*, na designação oficial da PNAS. E aqui reside um dos pontos de tensão e contradição no discurso desta política pública, pois, conforme lembra Wacquant (2007: 15), inspirado em Pierre Bourdieu (1998), é preciso estar atento “(...) à capacidade que o Estado detém de traçar as demarcações sociais salientes e de produzir a realidade social por meio de seu trabalho de inculcação de categorias e de classificações eficientes”. O Estado comunica normas e molda representações coletivas e subjetivas, neste caso, relativa à pobreza, os pobres e seus territórios vividos situados, via de regra, nas periferias urbanas. Esta configuração da pobreza e a correlata classificação social dos pobres e de seus espaços vividos emanadas do campo sócio-assistencial estatal parece reiterar a lógica *dopensamento abissal*¹⁸⁹, criticado por Santos (2009): aquele capaz de produzir linhas cartográficas imaginárias – materializadas via estigmatizações e segregações nos espaços urbanos – que distinguem, hierarquizam e segregam os socialmente construídos como “*inúteis, perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de cá da linha)*” (2009: p. 13).

Parece emergir no discurso sócio-assistencial estatal categorias pré-fabricadas, carregadas de conteúdo semântico passível de *(re)criminalização social da pobreza* por dentro deste dispositivo¹⁹⁰ de regulação – a política nacional de assistência social – em

¹⁸⁹ Na interpretação de Boaventura de Sousa Santos, a epistemologia ocidental moderna estruturou-se segundo as exigências de dominação colonial e, nesse sentido, fundamenta-se em um “pensamento abissal”, ou seja: aquele “(...) que opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e *os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha)*” (SANTOS, 2009: 13). A tese fundamental deste autor consiste em afirmar que, embora finito o colonialismo político, o pensamento abissal encontra-se presentes na vida das metrópoles contemporâneas sob a forma da *colonialidade de saber e de poder*. Este tipo de pensamento estruturou-se, principalmente, por dentro da epistemologia moderna dominante e do direito moderno, dimensões complementares na produção de ausências e silêncios.

¹⁹⁰ No presente texto tomo a noção de dispositivo na acepção explicitada por Agamben (2009) com base nas reflexões de Foucault: “(...) um conjunto heterogêneo, lingüístico, que inclui (...) discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. (...) é a rede que se estabelece entre eles; (...) tem sempre função estratégica concreta e se inscreve numa relação de poder; (...) resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber”. Conferir AGAMBEN, O que é um dispositivo? . In: O que é o contemporâneo? E outros ensaios, 2009. Considero que a PNAS encontra-se em disputas político-culturais em termos dos projetos de democratização *vesus* o projeto do ajuste estrutural de cariz neoliberal-conservador. Em sua operacionalização, esta política pode transformar-s em dispositivo de regulação da pobreza urbana em âmbito territorial, dentro da perspectiva de uma biopolítica contemporânea. Trata-se de uma política cujos sentidos

possível sintonia com certo retorno da associação estigmatizante entre “*camadas pobres e classes perigosas*” (ZALUAR, 2000, 2004; GUIMARÃES, 2008; SANTOS, 2003), atualizada ainda na diabolização e estigmatização das periferias das metrópoles, que parecem ganhar força no imaginário social no Brasil contemporâneo e nos micro contextos das margens fortalezenses.

É válido problematizar os referentes simbólicos que tais noções podem mobilizar no nosso imaginário social dos anos 2000, mergulhada nas experiências cotidianas de incertezas e inseguranças civil e social, sobretudo, quando vivenciadas pelos próprios residentes nas estigmatizadas “periferias” urbanas. Refiro-me, aqui, ao peso sócio-cultural de uma tríplice “*desqualificação social*” inscrita nestas nomeações contemporâneas para designar moradores de “periferias” brasileiras: ser identificado como pobre vulnerável e/ou em risco social, comumente considerado como “*esse povo pobre que só anda atrás das coisas do governo*”, *dependente e incômodo*; residir em território de pobreza considerado *violento-perigoso*, que imprime uma insígnia simbólica negativa e estigmatizante aos seus residentes; tornar-se público preferencial de uma ambígua gestão territorial da pobreza urbana¹⁹¹, esboçada entre a garantia precária de assistência social e a reiterada vigilância-punição destes segmentos socialmente classificados “pobres da periferia”.

O paradoxo delinea-se de forma inusitada: pelo mesmo discurso de *inclusão social* e afirmação de direitos de cidadania, propugnados pela PNAS (2004) – reconhecida publicamente como conquista sem precedentes no campo dos direitos sociais brasileiros – parece reiterar-se a figura do *pobre incivil* (TELLES, 1999). Indivíduo socialmente (des)classificado, submetido ao controle, vigilância e crivo institucional-estatal operacionalizado por distintos trabalhadores do social em instituições públicas situadas nos ditos “territórios de vulnerabilidade e riscos sociais”. E nessa lógica da classificação social pode potencializar imagens estigmatizantes e segregacionistas sobre a pobreza e os *seus lugares* nas cidades, reiteradas no imaginário urbano brasileiro contemporâneo. Nesta perspectiva, parece convergir com outra configuração da pobreza urbana à brasileira: a que vincula *pobreza-violência-criminalidade* e *diaboliza seus territórios vividos (nas periferias)* das metrópoles como lugares de cristalização de tudo o que a nossa sociedade traz de

encontram-se em disputa político-cultural, a depender das correlações de força dentro e fora do campo institucional, tecendo alianças e construindo contra hegemonias no contexto mais amplo da grande política, na perspectiva gramsciana.

¹⁹¹ Sobre a gestão territorial da pobreza urbana em tempos contemporâneos, conferir a abordagem crítica de WACQUANT, L. *As duas faces do gueto*. 2008; _____. *Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. 2007; _____. *O lugar da prisão na nova administração da pobreza*. 2008.

ameaças, medo e inseguranças (civil e social) (CASTEL, 2005). Parece ganhar força a imagem do *pobre suspeito-perigoso-violento* – potencialmente *criminalizável* e submetido a um *processo de acusação social a priori* (MISSE, 2010) – potencializada em função do *local de moradia*, via de regra, áreas ditas periféricas das cidades e, de maneira mais contundente, as *favelas*. Na análise de Leite:

(...) o termo ‘favela’ abrange diversos outros territórios marcados pela pobreza (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos etc.), *aludindo* não mais à precariedade de equipamentos urbanos e a estatutos da terra/moradia específicos, mas *sobretudo ao estigma da marginalidade, desordem e violência que o encobre, transformando os favelados no arquétipo das ‘classes perigosas’*. (...) O medo, ligado aos riscos à integridade física e patrimonial e sem dúvida bem fundamentado, decorre do *novo sentido de perigo representado pela pobreza e marginalidade (doravante associada ao crime violento) que a favela tipifica no imaginário social*. (...) *Insegurança e medo marcam, assim, a percepção social sobre os moradores de favelas, levando à criminalização dos mesmos, a uma crescente segmentação social da cidade* (Ribeiro *et alii*, 2003; Mello, 2001; Leite, 2008a) e à redefinição das políticas públicas e dos projetos sociais destinados a estas populações e a estes territórios (2008: 117; grifo nosso).

Esta configuração da pobreza urbana, organicamente vinculada aos seus territórios vividos – alvos principais de intervenções estatais – encontram-se marcados por uma ambiguidade constitutiva: são socialmente reconhecidos como espaços habitados por segmentos pauperizados da população, a exigir as ações sócio-assistenciais do Estado; e, ao mesmo tempo, são identificados como “lugares preches de uma violência descontrolada” (MACHADO DA SILVA, 2008), requisitando o encrudecimento das ações repressivo-punitivas estatais. Parece ser, em especial, esta imagem de espaços de insegurança, medo e periculosidade que ganha visibilidade pública, sobretudo, nos discursos midiáticos ao assumir tom espetacularizado e estetizado capaz de fortalecer a dupla imagem dos residentes de áreas periféricas: a do *pobre perigoso, violento e potencialmente suspeito* em relação ambígua com o *pobre vulnerável, necessitado e de vida precária* ainda recorrente. Ambos são postos na condição de *em risco* no sentido de tornarem-se “*vítima*” ou “*protagonista*” de violências/violência urbana e da criminalidade.

No cotidiano de moradores de territórios estigmatizados (WACQUANT, 2005), delimitando-me àqueles nos quais realizei meu trabalho de campo no Grande Bom Jardim, não parece haver dicotomias, pois, socialmente, “*todos*” nestes locais de moradia – exatamente por habitarem nestes espaços e compartilharem condições de pobreza que atravessam seu existir cotidiano – são postos na condição social homogeneizante de *suspeitos potenciais e criminalizáveis a priori*. Condição social adensada, nestes anos 2000, por estes residentes das margens urbanas, na especificidade das “favelas”, conviverem com uma “*sociabilidade*

violenta”¹⁹² a que são impelidos. Residir nestes espaços exige de seus residentes “(...) lidar com a *contigüidade territorial* inescapável com os bandos armados ligados ao comércio de drogas ilegais, com o assédio violento da polícia e das milícias e com a profunda desconfiança que essa proximidade provoca, principalmente entre as populações que não moram nessas localidades. Sem esquecer que entre os próprios moradores a confiança mútua fica abalada” (MACHADO DA SILVA, 2008, 14; grifo meu). E, desta feita, os processos de estigmatização e segregações sócio-espaciais delineiam-se ainda nas interações sociais entre os próprios residentes de “periferias”, erigindo-se fronteiras simbólicas entre os (des)iguais em seus territórios vividos, conforme pretendo esboçar nesta interpretação crítica.

A tentativa de problematizar e desnaturalizar discursos/imagens dominantes no imaginário urbano brasileiro e reproduzidos no senso comum local sobre os residentes das “periferias” urbanas e que tendem a projetá-los como “pobres”, *representantes das novas-velhas classes perigosas* e símbolos da periculosidade/insegurança contemporâneas, conduziu-me a enfrentar o presente desafio de pesquisa: compreender e interpretar o ponto de vista dos “nativos” – meus narradores (as) residentes em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim – quando classificam e significam seus espaços vividos, quem os habita (percepções de si e dos outros) e as condições de pobreza presentes em seus contextos de experiência cotidiana.

Aprender as configurações e sentidos da pobreza urbana contemporânea nas tramas da vida social destes moradores “das” e “nas” margens urbanas de Fortaleza – em seus lugares habitados na região do Grande Bom Jardim – exigiu, assim, a discussão sobre **as noções de lugar**, efeitos de lugar (BOURDIEU, 1997) e território estigmatizado (WACQUANT, 2005) a ser abordada, especificamente, no quinto e último capítulo desta tese. No item seguinte, exponho os esquemas classificatórios construídos pelos (as) interlocutores (as) de pesquisa quando falam sobre *quem vive em territórios urbanos estigmatizados*, com enfoque nas significações da pobreza e do “ser pobre” nas margens das margens do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce¹⁹³.

¹⁹² Na análise de Machado da Silva, esta “sociabilidade violenta” caracteriza-se por transformar a força (física) de meio de obtenção de interesses em princípio de coordenação das ações. Constitui-se em um padrão de sociabilidade no qual as práticas desenvolvidas de tentativas constantes de controle das possíveis reações dos agentes. Constrói formas de interação traduzidas em técnicas de submissão capazes de eliminar as vontades e as orientações subjetivas dos demais participantes. Sustenta-se em relações hierárquicas, violentas, orientadas pelo uso da força física contra quaisquer manifestações de insubmissão. Condição que afeta as sociabilidades tecidas nestes espaços e fragiliza os processos organizativos e de reivindicação de direitos por partes destes segmentos sociais.

¹⁹³ Para evitar quaisquer dúvidas, reitero que os dados e informações produzidos e interpretados nesta pesquisa são circunstanciados, delimitados aos territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim nos quais realizei meu trabalho de campo, especificamente Mela Mela e Marrocos. Neste item sobre os sentidos da

4.2 Problematizando a produção sócio-cultural da *pobreza e do “ser pobre”*: inexistências sociais e fronteiras entre (des)iguais nas margens das margens urbanas

Compreender as configurações da pobreza contemporânea nas margens urbanas de Fortaleza, tomando por referência empírica territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, requer o enfoque nos *saberes e experiências de seus moradores*. Busco apreender, assim, seus esquemas classificatórios e significações produzidos sobre pobreza e lugar com base em seus territórios vividos. Esquemas classificatórios que traduzem uma lógica de divisão e construção simbólica – lógica valorativa/moral – dos espaços urbanos (BOURDIEU, 1989) e de quem os utiliza, sobretudo, quando os seus espaços de moradia encontram-se situados nas “periferias” da cidade e seus habitantes são socialmente nomeados de “pobres”. Conforme assinala Sarti (2007: 130):

O espaço físico da cidade materializa as hierarquias do mundo social e a sua utilização corresponde à condição social dos seus habitantes: na ‘periferia’ estão não apenas os bairros pobres, mas os bairros dos pobres. Os moradores da cidade criam uma identidade que só faz sentido por contraste, compartilhando esse espaço geográfico e social como seu local de moradia, em oposição ao *centro*. Morar num bairro da periferia cria um recorte que delimita uma identidade social, revelando uma lógica de segmentação que ultrapassa os limites da localidade e desenha os contornos do espaço físico da cidade de acordo com a localização social de seus habitantes. Desta forma, mesmo que os pobres estejam em toda parte nas cidades, é na periferia que se observa e se identifica mais claramente sua maneira de viver. Aí é que se identifica seu *pedaço*, como percebeu Magnani (1998). (...) Compartilhar esse espaço na cidade, entretanto, não é o que os faz pobres, mas é por serem pobres que o compartilham.

Centro e periferia¹⁹⁴ não são, de certo, categorias dicotômicas. Ao contrário, resguardam entre si relações complexas, plurais, interdependentes e deslocantes. No próprio Grande Bom Jardim, há bairros e localidades relacionalmente construídas e identificadas por seus moradores como “centrais” ou “periferias”, conforme venho buscando explicitar. Contudo, é inegável considerar que os territórios onde residem meus interlocutores

pobreza e do “ser pobre” em territórios estigmatizados, considere ainda as narrativas de moradores de localidades circunvizinhas ao Marrocos, como estratégia de apreensão de *olhares cruzados* sobre “quem reside” – a fim de apreender as produções relacionais das imagens do “nós” e dos “outros” nas versões nativas – e, por conseguinte, as fronteiras simbólicas entre os (des)iguais nestas margens das margens urbanas da região. Nesta abordagem sociológica, com fronteiras com a antropologia cultural, tentarei, portanto, relativizar minha interpretação do fenômeno investigado, traduzida numa “leitura” ou “versão” de segunda-mão sobre os esquemas classificatórios e sentidos de pobreza e de lugar para quem os vivencia. Conforme realça Geertz, as experiências e interpretações originais - de “primeira-mão” - somente os próprios informantes podem sentir e viver. E, portanto, qualquer generalização aqui suscitada só adquire significado dentro das experiências estudadas. Importa salientar ainda que a abordagem destes dados e informações circunstanciados é tecida em articulação aos processos e contextos socioeconômicos e político-culturais da vida brasileira dos anos 2000 que considero diretamente relacionados e imprescindíveis à interpretação crítica de meu objeto de estudo.

¹⁹⁴ Sobre a relação entre centro e periferia, conferir SHILS, E. “Centro e Periferia”. In: *Memória e Sociedade*. Difel Editora: Lisboa, 1996.

encontram-se em um lugar geográfico e social de Fortaleza, conhecido e reconhecido publicamente como “periferia” desta cidade. Um dos ângulos de visibilização pública desta região é de *locus* por excelência de concentração da pobreza e dos pobres urbanos, conforme classificação social hegemônica ratificada nas estatísticas de Estado e nas modelizações negativadas reproduzidas nas mídias impressa e televisiva locais. Meus interlocutores se inscrevem e se reconhecem nas “beiras” de Fortaleza e do Grande Bom Jardim. E ambos – territórios e moradores desta região – são alvo da lógica hegemônica de classificação social, um dos modos de produção de não-existência social, e sua respectiva forma de inexistir¹⁹⁵, na condição de socialmente inferior, para lembrar a fecunda elaboração de Boaventura de Sousa Santos (2008) em sua crítica à “razão indolente”¹⁹⁶. A produção da não-existência social ocorre quando algo ou alguém é desqualificado e tornado invisível, ininteligível ou descartável em relação aos padrões sócio-culturais, econômicos e políticos dominantes, ou seja, desclassificados socialmente com relação a um “centro”, constituído na perspectiva de uma lógica monocultural.

A cada uma das cinco lógicas monoculturais de produção da não-existência social analisadas por Santos (2008), ele opõe *ecologias*¹⁹⁷, estruturantes de sua *sociologia das ausências*, voltada a trazer a público os silêncios, as ausências e as experiências sociais plurais do presente. Na acepção deste autor, uma *sociologia das ausências* visa identificar o âmbito de subtração do mundo e de contração do presente, portanto, do desperdício da experiência:

¹⁹⁵ Os *modos de produção de não-existência social e suas respectivas formas de inexistência* são: monocultura do saber e do rigor do saber (o ignorante); monocultura do tempo linear (o residual); lógica da escala dominante (o local); lógica produtivista (o improdutivo); e lógica da classificação social (o inferior). Conferir SANTOS, B. de S. (2008)

¹⁹⁶ Boaventura de Sousa Santos propôs a crítica à razão moderna ocidental em sua confluência perversa com o capitalismo ocidental produtora de uma “razão indolente”. E, por conseguinte, a criação de uma “*racionalidade cosmopolita*” emblemática de um pensamento pós-abissal de cariz emancipatório em termos epistemológico e societal. Esta outra racionalidade objetiva, conforme propõe o autor, “expandir o presente” – para apreender experiências, saberes e agentes sociais silenciados pela racionalidade dominante – e “contrair o futuro” – com vistas a assumir a construção de outras possibilidades (plurais e concretas) de existência na qual os indivíduos assumem uma atitude ético-política de *cuidado no presente* (construir emancipações agora). Na elaboração crítica de Santos, esta nova racionalidade alicerça-se em três procedimentos meta-sociológicos: além da sociologia das ausências (responsável pela expansão do presente), a sociologia das emergências (responsável pela contração do futuro) e o trabalho de tradução intelectual. Por meio do *trabalho de tradução*, Santos busca possibilitar a inteligibilidade mútua e o diálogo democrático entre diferenciados agentes, seus saberes e suas experiências (existentes ou possíveis). Com a tradução, expandem-se as possibilidades de construir pontes dialógicas entre lutas diferentes e construir alternativas emancipatórias (SANTOS, 2000; 2008; 2009)

¹⁹⁷ A sociologia das ausências opera substituindo monoculturas por ecologias, quais sejam: a ecologia de saberes, assentada na utopia do interconhecimento e do reconhecimento de múltiplos saberes, dialógicos e com outros critérios válidos; a ecologia das temporalidades plurais; a ecologia das trans-escalas – que opera desglobalizando o local em relação à globalização hegemônica e explora a possibilidade de o re-globalizar numa globalização contra-hegemônica; a ecologia das produtividades alternativas ao capitalismo; e, por último, a ecologia dos reconhecimentos, pautada na articulação entre as lutas pelo reconhecimento cultural e político e a redistribuição econômica e social (SANTOS, 2008).

(...) de modo que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presente significa serem consideradas como alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política” (SANTOS, 2008: 104-105).

Nesse esforço interpretativo deste ângulo específico de meu objeto de estudo – as significações da pobreza e do “ser pobre” em tempos contemporâneos – busco trilhar o caminho teórico-metodológico delineado por Santos em sua *sociologia das ausências*: ampliar o campo de saberes e experiências creditáveis, trazendo para o debate público as versões dos socialmente classificados de “pobres”. Interessa-me focar a lógica da classificação social sob o ponto de vista de quem tem sido historicamente enredado nas teias de produção de inexistências sociais: os moradores das “periferias” da metrópole Fortaleza, especificamente situados em territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim, e classificados, de maneira homogênea, de “pobres da periferia”, na singularidade do Grande Bom Jardim, o “vixe!” de Fortaleza. A dinâmica vivencial destes moradores das margens das margens da região parece atravessada por esta lógica de classificação social hegemônica assentada na monocultura da naturalização das diferenças e das desigualdades sociais. Na perspectiva crítica de Santos, a lógica da classificação social consiste assim:

(...) na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias (...) assenta em atributos que negam a intencionalidade da hierarquia social (...) a não-existência é produzida sob a forma da inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuportavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior (2008: 103).

Lógica produtora de imagens de segmentos sócio-históricos e culturalmente concebidos como *inferiores e desqualificados socialmente* na vida brasileira e fortalezense em particular. Assenta-se na naturalização das diferenças, desigualdades e hierarquizações sociais, que parecem inscrever-se nas pré-fabricações sobre “pobreza”, “pobres” e seus *espaços vividos* presentes no imaginário urbano contemporâneo e, por vezes, incorporada e reproduzida no senso comum dos próprios residentes nas “periferias” desta cidade quando (re)classificam a si e aos “outros” de seus territórios. Para Santos (2009), a luta contra a injustiça social exige a luta contra os *epistemicídios* – negação, destruição e produção do esquecimento de saberes e experiências sociais locais invisibilizadas – e, por conseguinte, *contra o desperdício de experiências* consideradas estranhas e estranhadas à “razão

indolente”¹⁹⁸. Estes são, portanto, desafios indispensáveis a enfrentar para fazer avançar pensamento e experiências crítico-emancipatórias na perspectiva de Santos (2009).

Nesse sentido, *aprender com o Sul*¹⁹⁹ e no esforço de assumir uma *epistemologia do Sul*²⁰⁰, seguindo as pistas teórico-metodológicas de Santos, reitera o desafio assumido nesta tese de construir uma interpretação crítica da pobreza no tempo presente sob o “ponto de vista dos nativos”, situada em seu micro contexto cultural – *seu pensar, imaginar, sentir e perceber o mundo*, enfim, seu *modus vivendi* (GEERTZ, 2000) – em tessitura com processos e contextos socioeconômicos e político-culturais da vida brasileira dos anos 2000, dentro dos quais e por meio dos quais as classificações sociais são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 1995). E, de maneira relacional, classificações sociais não só (re)produzidas e transferidas sobre pessoas e lugares “outros”, como (re)significadas, negadas e (re)inventadas nas experiências cotidianas de quem vive em nossas margens urbanas.

Na especificidade desta interpretação crítica, enfoco a produção sócio-cultural e histórica da figura estigmatizada do “pobre” e de seus territórios vividos situados nas “periferias” urbanas, sobretudo, nas “favelas”. A desqualificação e inferiorização sociais recaem sobre os atores, seus saberes e experiências, reafirmando hierarquias e desigualdades sociais entre indivíduos, grupos e/ou classes sociais, (re)produzidas, cotidianamente, no modo

¹⁹⁸ A razão indolente caracteriza o tipo de racionalidade dominante e assume quatro configurações postas em xeque por Santos, a saber: razão impotente; razão arrogante; razão metonímica – auto definida como única forma de racionalidade possível, desqualificando quaisquer possibilidades alternativas, ou seja, fora de seus cânones de saber-poder; razão proléptica – adota a monocultura do tempo linear e, por isto, não pensa o futuro porque já o julga conhecido numa perspectiva de progresso inevitável, linear e automático (SANTOS, 2008). Esta razão indolente assumiu sua face mais violenta, destruidora e excludente em relação a outros saberes/cultura fora dos cânones dominantes na experiência do colonialismo ocidental. Contudo, a perversa lógica monocultural, ressalta o autor, encontra-se presente em experiências cotidianas nas metrópoles ocidentais configurada na *colonialidade de saber e de poder*, produtora de “inexistências”.

¹⁹⁹ O Sul encarna a *metáfora do sofrimento humano gestado pelo capitalismo* articulado à razão indolente que impuseram as dinâmicas da violência e da apropriação aos saberes e modos de vida submetidos à colonialidade do saber e do poder. As lógicas ordenadoras da apropriação/violência típicas do pensamento moderno ocidental expressam-se na *colonialidade de saber de poder presente nas sociedades contemporâneas* – na ciência e no direito modernos – para além do colonialismo político. A apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação; a violência significa destruição física, material, cultural e humana. Essas lógicas atravessam as sociedades contemporâneas e encarnam-se também em uma cartografia moderna dual – epistemológica e jurídica – produtoras de ausência radical: a ausência de humanidade, a subhumanidade moderna que gera uma exclusão radical e inexistente, pois os seres construídos como subhumanos não são passíveis, sequer, de existência e legitimidade de reivindicar sua inclusão social (SANTOS, 2009: 29-31). Construir epistemologias do Sul exige desfamiliarizar-se da razão indolente (do Norte) e das versões do Sul produzidas por esta racionalidade abissal. E convida a “*aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul*” (SANTOS, 2009: 8). Não é, pois, uma *referência específica* ao espaço geográfico, mas à *condição de silenciamentos e inexistências* produzidos pela comunhão entre razão indolente e modernização capitalistas na sua relação colonial e de colonialidade de poder e de saber estabelecidas em distintas partes do mundo.

²⁰⁰ As *epistemologias do Sul*, conforme elucida Santos compreende “(...) o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão [de formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados], valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos de ecologia de saberes (SANTOS, 2006; 2009).

de vida capitalista. Sob esta lógica de classificação social sustenta-se uma atitude de violência político-cultural produtora, definidora e fixadora de lugares sociais e subjetividades conformistas. E parece expressar uma colonialidade do poder-saber capitalista moderno e ocidental (SANTOS, 2000), presente em nossas metrópoles contemporâneas, reiterada em suas margens. Institui-se uma produção da não-existência e do descredenciamento dos saberes e experiências de segmentos considerados em situação de desvantagem social, na particularidade desta tese, os socialmente (des)classificados de “pobres da periferia”.

No campo das desigualdades sociais, denota uma versão naturalizadora da pobreza contemporânea, ora traduzida em *efeito inevitável* da modernização do capitalismo mundializado²⁰¹ e, por vezes, remetida ao campo da responsabilidade individualizada sobre o “sucesso” ou “fracasso” social. Os ditos “pobres” parecem cada vez mais não só culpabilizados por sua condição social de pobreza, senão também suscetíveis à criminalização, posto que tornados problemas de “lei e de ordem” como a encarnação das novas-velhas “classes perigosas” na contemporaneidade. A “culpabilização” dos “pobres” por sua condição social – emblemática figura negativada dos “fracassados” da sociedade de consumo – e a reclassificação da pobreza como problema criminal coloca-se como tendências sobrepostas aos processos sócio-econômicas e político-culturais de sua produção e reprodução no capitalismo contemporâneo. A análise crítica destes processos parece embotada e varrida de nosso horizonte de sentido enquanto a figura dos “pobres” permanecer estigmatizada – alvos de uma classificação social negativada e de descrédito – sob a versão de naturalmente inferior, invisível e desimportante em seus saberes e experiências. Trazer aqueles socialmente classificados “pobres” para o debate público e crítico pode auxiliar nas possibilidades de desconstrução desta lógica hegemônica da (des)classificação social e das correlatas segregações sócio-territoriais a estes impelidas, ampliando as alternativas de resignificação e

²⁰¹ Dentre os resultados mais perversos desta fase do capitalismo, destaco o desemprego estrutural e a precarização no mundo do trabalho em correspondência com a fragilização dos sistemas de proteção social relacional à configuração do Estado de baixa responsabilidade social. A estes processos agrega-se a produção de um número crescente de indivíduos considerados “inempregáveis” e “supranumerários” (CASTEL, 2000), descartáveis na lógica do capital que, somados aos ditos “inaptos para o trabalho”, adensam e complexificam o público da assistência social. Ressalto, assim, que compreendo a configuração da pobreza como uma expressão-limite da questão social, em sua vinculação originária com o modo de vida capitalista, produtor e reproduzidor de múltiplas desigualdades e discriminações. Nos anos 1990 e 2000, a pobreza ganha significativa visibilidade pública, em meio ao seu adensamento no cerne do capitalismo contemporâneo em seus processos de mundialização, acumulação flexível, reestruturação produtiva, reformas do Estado, desmonte dos sistemas de proteção social, destituição real e simbólica dos direitos sociais. São transformações na civilização do capital que implicaram em complexificações e *globalização da pobreza*, para retomar aqui consideração de CHOSSUDOUSKY (1999). Ratifica, assim, a vinculação orgânica entre a lei geral da acumulação capitalista e a produção e reprodução da pobreza originalmente desvelada por Karl Marx e que se reatualiza nas configurações assumidas pela pobreza em tempos de capitalismo mundializado, flexível e financeirizado.

criação de outras formas de existir na cidade e nas “periferias” nas versões elaboradas por seus moradores.

Compreendo que os residentes em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim não são somente alvos desta lógica de (des)classificação produtora de inexistências sociais. Ao sentir e viver a condição periférica de estar “às margens das margens” da cidade, estes atores sociais pensam e elaboram os seus conceitos nativos sobre a condição de pobreza e a classificação de “pobres” a que se encontram submetidos. Além de classificados socialmente, também (re)classificam, em seus próprios termos e sentidos, a si e aos outros residentes em seus espaços vividos e circunvizinhança considerados “periferias” de Fortaleza. Seus esquemas classificatórios sinalizam micro táticas de distinção social com relação às modelizações negativadas hegemônicas, projetadas sobre as margens urbanas e seus moradores. Modelizações consideradas centrais porque pertencentes à ordem de símbolos, valores e crenças que governam a vida brasileira contemporânea e que parecem legitimadas nas zonas citadinas ditas “centrais” e “periféricas”.

Nestes espaços urbanos considerados “periferias” urbanas, identifiquei tensões e dissensos em termos das significações da pobreza e de “ser pobre” *das e nas margens* em face das modelizações hegemônicas. E, mesmo, negações da pobreza e dos “ser pobre”, como auto referência por parte de seus moradores assim classificados socialmente. Nesta perspectiva, destaco as (re)classificações nativas de “trabalhador-batalhador”²⁰², “classe média baixa” e “humilde”. Associadas à *(re)classificação social* de si e de residentes “outros” de seus territórios vividos e seu “entorno”, identifico outras duas micro táticas de distinção social

²⁰² A categoria nativa de “batalhador” traduz-se, na versão de meus interlocutores, na figura do indivíduo que tenta superar, por seus próprios méritos e pela via do trabalho, a situação de pobreza material e obteção do acesso ao universo do consumo de mercadorias, esta expressão da promessa de felicidade e ascensão social no Brasil contemporâneo. Em seus discursos e práticas reiteram a ética do trabalho, o esforço individual e a visão prospectiva (a esperança no futuro), contando com a família como um suporte afetivo e financeiro nesta busca de ascensão pretendida. Na “batalha” da vida, estes interlocutores buscam tornarem-se “vencedores” sintonizado com o atual contexto político e cultural dos tempos de capitalismo flexível. Importa salientar que, guardadas as possíveis proximidades com as discussões de Jessé Souza acerca de uma nova classe trabalhadora brasileira à qual nomeia de “batalhadores”, a categoria “trabalhador/batalhador” adotada nesta tese consiste em conceito de *experiência próxima* (GEERTZ, 2000) de meus interlocutores no micro contexto do trabalho de campo. Sobre a categoria “batalhadores” nos estudos sociológicos atuais, destaco a abordagem crítica de Jessé Souza em seu livro intitulado “Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? (2010), no qual empreende uma crítica à propagação de constituição de uma nova classe média no Brasil contemporâneo. Para este autor, o país registra um fenômeno social e político novo: não o da constituição de uma “nova classe média”, mas sim *de uma “nova classe trabalhadora” do capitalismo pós-fordista e financeiro ainda convivendo com traços do antigo proletariado fordista brasileiro*. Segundo Souza, os “batalhadores” situa-se no “setor logo acima da ‘ralé’, que abrange também setores importantes de uma ‘elite da ralé’ capaz de ascensão social – desde que existam oportunidades de qualificação e de inserção produtiva no mercado competitivo – é que encontramos a nova classe trabalhadora. Essa é uma classe quase tão esquecida quanto a ‘ralé’. Mas, ao mesmo tempo, conseguiu, por intermédio de uma conjunção de fatores (...) internalizar e incorporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva do novo capitalismo financeiro” (SOUZA, 2010: 47-48).

construídas entre os moradores das margens urbanas: a *transferência de estigmas* (classificações sociais negativadas e de descrédito) projetados sobre pessoas e lugares considerados geograficamente próximos e socialmente distantes; e o *evitamento social*. Esta última micro tática distintiva torna-se possível mediante a classificação de certos tipos considerados desacreditados socialmente em seus territórios vividos e dos quais afirmam evitar “se misturar”. Para tanto, engendram discursos e práticas sócio fóbicos reiteradas em sua dinâmica vivencial cotidiana, conforme venho esboçando nesta tese.

Em suas (re)classificações distintivas, parecem questionar a máxima das “periferias” como *lugar de pobres*. E delineiam seus conceitos nativos de pobreza urbana e “ser pobre” em tempos contemporâneos. Em suposta contraposição ao estigma da pobreza urbana, meus interlocutores reeditam e resignificam o clássico par relacional e aparentemente dicotômico “trabalhador” *versus* “bandido” para (re)classificar a si e aos demais moradores destes territórios estigmatizados. Em verdade, seria mais apropriado falar de categorias relacionais na configuração local de “trabalhador-cidadão” e “vagabundo-bandido”, conforme são usadas por meus interlocutores em seus territórios vividos. Nomeações ambíguas que ora negam a auto referência à pobreza, ora as consideram subclasses opostas dentro de uma classificação hierárquica dos “*pobres das e nas periferias*” da cidade. Veem-se novamente enredados em classificações sociais produtoras de formas de não-existência projetadas de maneira homogênea sobre “todos” os residentes das “periferias” da cidade. Estes atores classificados socialmente de “pobres” erigem fronteiras simbólicas entre si e protagonizam uma luta simbólica instituída cotidianamente em seus territórios vividos inscritos nas margens urbanas de Fortaleza. Em suas (re)classificações internas, a hierarquização entre os “pobres” locais torna-se uma micro tática distintiva com relação a figura historicamente estigmatizada do “pobre das periferias”. Ambigualmente e pela mesma tentativa de escapar às modelizações negativadas por meio de suas produções discursivas, as reproduzem e as transferem sobre os “outros” do lugar. De maneira correlata, reiteram a hierarquia social e o lugar inferiorizado dos “pobres” no viver nas margens urbanas do século XXI.

Para melhor compreender esta dinâmica de (re)classificações e delineamento de hierarquias sociais entre os “pobres” urbanos, demarcatórias de fronteiras simbólicas entre estes (des)iguais arquitetadas a partir de seus territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, proponho-me a trazer para este debate crítico os conceitos nativos de “pobreza” e “ser pobre”.

4.3 Significações da pobreza e classificações hierárquicas dos “pobres” em territórios estigmatizados: versões de moradores²⁰³

Cabe um esclarecimento preliminar acerca desta abordagem da pobreza e de “ser pobre” nas versões nativas de residentes de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. Com exceção de alguns dos entrevistados idosos de ambos os sexos, estas categorias não emergiram espontaneamente nos diálogos estabelecidos com a maioria do (as) interlocutores (as). Ao contrário, as proposições desta temática durante as entrevistas provocaram espantos, silêncios, constrangimentos e/ou tentativas nítidas de não identificação com determinadas significações da pobreza e do “ser pobre”, inscritas no imaginário brasileiro deste século XXI, apreendidas nas falas de narradores (as). Destaco aqui uma intrigante e aparentemente comum frase escutada algumas vezes no Mela Mela e no Marrocos que me chamou a atenção para a necessidade de melhor compreender seu significado nas versões nativas: “Pobre pra mim é o cão!” Em uma de minhas primeiras entrevistas, realizada ainda em 2010, uma de minhas interlocutoras-chave no Mela Mela iniciou sua resposta ao meu questionamento sobre sua percepção sobre pobreza e os “pobres” com esta frase, em nítida tentativa de distinguir-se destas duas designações como auto referência de sua condição social, a saber:

Mulher, pobre pra mim é o cão! Mas para o povo chique, né? Sim, pra mim pobre é o cão. Mas para o povo chique, que trabalha no posto mesmo, pode ser pobre como a gente, mas porque trabalha no posto diz: ‘esse povo pobre só anda atrás das coisas do governo!’ É desse jeito! Eu acho que pobre é as pessoas que não tem condição de pagar as coisas, assim de não ter dinheiro toda hora e todo momento que precisar. Sempre precisar de outras pessoas porque sempre precisa mesmo. Eu sou é rica das graças de Deus! (...)(...) Eu não me acho uma pessoa pobre não! Os outros que diz! Eu sou é rica! Tenho uma casinha, não pago aluguel. Tenho meu serviço, que eu não ganho muito, mas vivo dele. Pra mim está ótimo. Tenho saúde. Tenho minha família. O resto vale. (...) se eu conheço alguém que considero pobre? Eu não diria pobre, mas mais necessitado do que eu. Eu diria assim. Necessitado de moradia, de ter o que comer todo dia, arroz e feijão é óbvio. Tem gente assim aqui no Bom Jardim. Muita gente eu não sei. Mas na minha família tem gente desse jeito. Principalmente da parte do meu marido. São mais necessitados porque são pessoas que não têm o que se alimentar todo dia. Não tem uma moradia digna(...) Não tem um canto ideal pra dormir, uma comida todo dia, um banheiro quando necessitar ter. Não tem nada disso. (Teresa, moradora do Mela Mela).

Estes indícios do campo foram instigantes para mim desde o início da pesquisa.

As narrativas da maioria de meus interlocutores pareciam contrariar as figurações dominantes

²⁰³ Além das narrativas de moradores dos territórios Mela Mela e Marrocos, considere neste item as produções discursivas de meus interlocutores residentes em localidades circunvizinhas ao Marrocos. Foram incluídos, assim, seus ex-moradores que embora residindo em outras localidades do Grande Bom Jardim, continuam frequentando a localidade; e aqueles que se mudam e retornam várias vezes para o Marrocos. A estes, designei de moradores em deslocamentos. Neste grupo há aqueles que têm casa própria (de taipa, mista ou de alvenaria) neste território, mas passam tempos morando de aluguel em outras localidades consideradas por eles como “melhores” e depois retornam, alimentando ainda a vontade de sair definitivamente do Marrocos. E há ainda quem tem amigos e/ou familiares no Marrocos e passam temporadas em suas casas, embora tenham residência fixa em outras localidades da região. E, por último, os que têm familiares e/ou “amigos” no Marrocos e têm por hábito visitá-los.

sobre as periferias e seus residentes nas quais as condições de pobreza e extrema pobreza são recorrentemente enfatizadas. Afinal, o discurso hegemônico mundializado de “combate à pobreza e à extrema pobreza” tem sido adotado no Brasil deste século XXI, em especial nos governos do ex-presidente de Luís Inácio Lula da Silva e da atual presidenta Dilma Rousseff. As políticas públicas sociais passaram por reconfigurações para atender esta meta central – que atende a recomendações do Banco Mundial e organizações multilaterais – e focalizam-se nos públicos com perfil de “pobreza e extrema pobreza”, selecionados segundo critérios instituídos na atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004; SUAS, 2005) e, sobretudo, a ênfase nos programas de transferência de renda (PTR). Aqueles em condição de “pobreza e extrema pobreza”/ “vulneráveis e/ou em riscos sociais”²⁰⁴, inscritos nas “periferias” urbanas – conforme a linguagem estatal – adquiriram intensa visibilidade pública nestes anos 2000 e alçaram à posição de prioridade do Estado brasileiro), tendo como um de seus sustentáculos fundantes, o Programa Bolsa Família (PBF), operacionalizado nas três esferas federais: federal, estadual e municipal. E mais: esta pretensa tentativa de “combater a pobreza e a extrema pobreza” passa a ser realizada nos territórios de moradia nos quais se materializam tais fenômenos, de acordo com a polêmica proposta encampada por nosso Estado de “gestão territorial da pobreza urbana”²⁰⁵.

Então, quando me aproximei destes espaços considerados “periferias” e lugares por excelência dos “pobres e extremamente pobres” de nossa cidade, nas versões de seus residentes esta figura homogeneizada parecia, simplesmente, “não existir”! Ao menos, nos termos das modelizações hegemônicas e homogeneizadoras da “pobreza” e de uma figuração específica de “pobre” não vinha utilizada, por parcela significativa de meus interlocutores, como categorias de auto referência. E quando reconheciam a “existência” de “pobreza” e de “pobres” em seus territórios vividos ou até admitiam sua inscrição nestas categorias de nomeação, terminavam por elaborar formas de (re)classificações sociais locais. Era preciso “olhar e ouvir” mais profundamente a heterogeneidade e polissemia dos conceitos nativos fabricados por estes narradores, nos quais se inscrevem suas versões singulares de experienciar e significar “pobreza”/“ser pobre” nas margens das margens do Grande Bom Jardim.

²⁰⁴ Consultar item anterior sobre as interpretações da pobreza contemporânea.

²⁰⁵ Tendência em curso nos EUA e França, considerando as particularidades de suas formações sócio-históricas e político-culturais. Ver pesquisa de Loïc Wacquant sobre estas duas tendências de gestão territorial da pobreza urbana com foco de intervenções estatais nestes anos 2000: o Estado penal-punitivo nos EUA e o neopanoptismo social na França.

Senti-me provocada desde o início desta pesquisa, em especial a partir do relato de Tereza, em melhor apreender esta negatividade associada ao uso das classificações “pobreza” e “pobre”, recorrentes nas falas nativas, com nítida preferência da maioria dos (as) interlocutoras em usar outras nomeações para substituí-las, ao passo que buscavam não tomá-las como auto referência, transferindo-as a terceiros e/ou a outros territórios a serem mantidos distantes social e/ou geograficamente. A classificação social de “pobreza” emerge como produção sócio-cultural e teórica de “não pobres” sobre os “pobres”, o seu lugar e a sua função na sociedade moderna, segundo já advertiu Simmel²⁰⁶ (1986). Institui a figura homogeneizada do “pobre” e a legítima para as intervenções do Estado e da sociedade civil, sem tomar por referência os saberes e experiências plurais daqueles assim socialmente classificados. Trata-se de classificação social hegemônica de “pobreza/pobre” com distintas configurações e respostas sociais – formas de regulação social – no Brasil deste século XXI, cujos significados em disputa político-cultural redefinem-se e adquirem conotações específicas nas narrativas destes residentes de nossas “periferias”. Delineia uma luta simbólica, em torno das significações destas duas categorias, instaurada nas margens das margens da região do Grande Bom Jardim.

Construí, então, algumas indagações no decurso desta pesquisa, que considero relevantes para compreendê-las sob o ponto de vista nativo, a saber: quais sentidos assumem a pobreza urbana e o “pobre” nestas versões nativas, a partir de seus esquemas classificatórios locais? Que configurações da pobreza e do “ser pobre” são assumidas e/ou negadas sob o ponto de vista destes residentes de territórios estigmatizados desta região? Para tentar responder a tais questionamentos centrais nesta interpretação crítica “*das e nas margens*” urbanas, inicio pela exposição das multivocais e polissêmicas versões construídas pelos (as) interlocutores (as) com relação à “pobreza e ao “pobre” em seus territórios vividos. Reafirmo

²⁰⁶ Recupero a ideia de George Simmel (1986) acerca da construção sócio-cultural dos *pobres*, de seu lugar e de sua função na sociedade moderna. Como categoria sociológica, salienta este autor, o *pobre* é o que recebe a assistência social – privada ou público-estatal – ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais identificadas pelas coletividades. Nesta perspectiva, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais - formas de regulação social – produzidas diante desta expressão-limite da questão social. As distintas “respostas sociais” (público-estatais e privadas) recebidas por alguém publicamente constrói a sua condição sócio-cultural de “*ser pobre*” em determinada sociedade, a partir das relações dos direitos e obrigações das prestações, de dádivas no plano que vai da dimensão interativa interpessoal às formas associativas e relações mais amplas no Estado moderno. Segundo afirma Simmel: O pobre, como categoria sociológica, não é o que sofre determinadas deficiências e privações, senão *é o que recebe socorros ou deveria recebê-los, segundo as normas sociais. (...) somente quando a sociedade – a totalidade dos indivíduos particulares – responde frente a eles com socorros, somente então representa um papel social específico.* (...) O fato de que alguém seja pobre não quer dizer que pertença à categoria social determinada dos ‘pobres’. (...) somente no momento em que são socorridos – com frequência e desde que sua situação o pede normalmente e porém não aconteça de fato – entram em um círculo caracterizado pela pobreza. Este círculo (...) se mantém unido (...) pela atitude coletiva que a sociedade em conjunto adota frente a ele. (1986; 517-518; grifo nosso).

a necessidade de “levar à sério” os conceitos nativos fabricados nestes territórios urbanos estigmatizados do Grande Bom Jardim.

Nesta interpretação de suas narrativas, identifiquei duas principais perspectivas de percepção da pobreza: a primeira, a *versão individualizada da pobreza* com tendência à culpabilização do “pobre” por esta condição social, remetida à imagem de “fracasso individual” e à esfera do privado; a segunda, associa *pobreza ao local de moradia*, fazendo referência à falta e/ou à precariedade de acesso aos serviços sociais públicos e de infraestrutura urbana, responsabilizando parcialmente o Estado pela condição vivenciada em seus territórios estigmatizados.

Nesta segunda versão, os (as) interlocutores (as) destacam suas experiências de incertezas, abandono e insegurança sócio-econômica e civil, condições nas quais se reconhecem imersos em seus locais de moradia nas margens urbanas. Abordarei esta versão no quinto capítulo desta tese inscrita sutilmente nos sentidos de lugar fabricados por seus residentes. Priorizo, nos itens subsequentes deste capítulo, a primeira versão de pobreza urbana e as (re)classificações distintivas prevalentes nas narrativas de meus interlocutores, entrecruzando observações de campo, diálogos informais e entrevistas gravadas com interlocutores (as).

4.3.1 *Versão da pobreza individualizada e suas configurações locais*

A versão da pobreza individualizada, ou seja, concebida como atributo individual e remetida à esfera privada – tendência de viés liberal bastante difundida nestes tempos contemporâneos – foi predominante e a mais recorrente nas falas nativas. Para melhor compreendê-la, trago relatos de alguns destes residentes das margens urbanas que consideram dois tipos distintos de pobreza: a “precisão/necessidade” e a “de espírito” que, por conseguinte, delineiam duas imagens distintas de “pobres”. Este primeiro enfoque da pobreza – “precisão” ou “necessidade” material – diz respeito à falta absoluta ou precariedade no acesso ou satisfação de condições de existência que consideram mínimas. Além de citarem a expressão máxima desta pobreza material, a fome por ausência de garantia de alimentação diária regular, também referiram-se à falta de moradia, vestuário/calçados e trabalho somada à escassez de dinheiro.

Sr. Pedro, 69 anos, aposentado por invalidez e residente do Marrocos desde 2003, chegou a Fortaleza ao final da década de 1960, migrando do interior do Ceará para trabalhar na capital. Nunca frequentou a escola, apesar de “saber ler e escrever”. Para ele, a pobreza

vincula-se ao “pobre de espírito baixo” e distingue-se do que designa por “necessidade”, produtora da figura do “necessitado” e do “mais necessitado” ou “pobre dos pobres”. Versão próxima à de Teresa, acima explicitada. Para ele, “o que existe é a necessidade”, compreendida em sua dimensão de falta absoluta – até o limite da sobrevivência biológica – reiterando a figura do “necessitado” e dependente da “ajuda” de terceiros para sobreviver: “quem tem necessidade é a pessoa que precisa de ajuda (...) pra ter alguma coisa na vida” (Sr. Pedro); “Sempre precisar de outras pessoas porque sempre precisa mesmo” (Tereza). A “ajuda” na “precisão/necessidade”, ora compreendida sob a forma de ações sócio-assistenciais estatais e/ou da sociedade civil, diz respeito, sobretudo, à “ajuda” individualizada por parte de familiares, vizinhos ou de desconhecidos. Na percepção de Sr. Pedro:

A necessidade é quando a pessoa não tem nada! Não tem nada pra comer. Não tem nada pra vestir. Não tem nada pra calçar. Não tem trabalho pra trabalhar. Então, é a necessidade. Esse que *tem a necessidade é a pessoa que precisa de ajuda*. Para mim, é isso aí. Essa ajuda pode vir de autoridade competente e pode vir de outras pessoas que podem ajudar aquela pessoa que precisa da ajuda, pra ter alguma coisa na vida, pode vir até de onde a pessoa vive, né? (Sr. Pedro).

Embora admita a existência da “necessidade” como registro da ausência/nulidade absoluta, inclusive de “trabalho para trabalhar”, salienta que esta perspectiva de “pobreza” só “existe mesmo” para quem não tem trabalho capaz de garantir o sustento individual e da família com “muita precisão”. Mesmo referindo-se à “ajuda das autoridades competentes” para quem “necessita”, é o trabalho o caminho desejado para minimizar ou superar a pobreza material extrema. A reafirmação de uma “ética do trabalho” e do valor moral do trabalho – apreendida por Zaluar (2000) em seu estudo antropológico sobre o modo de vida das classes populares no Rio de Janeiro e reiterada por Sarti (2007) – é recorrente em vários relatos de meus interlocutores adultos e idosos, de ambos os sexos.

No caso do Sr. Pedro, a renda familiar resulta de sua aposentadoria, do trabalho de sua esposa (34 anos), uma “operária da construção civil”, e do Programa Bolsa Família (PBF) do qual seus dois filhos adolescentes são beneficiários. Ela trabalha durante o dia e estuda à noite em escola pública, sendo ele o responsável pelo cuidado com os dois filhos (09 e 14 anos) e a casa durante sua ausência. A referência feita ao trabalho, como valor moral importante de amenização e/ou superação desta pobreza-necessidade extrema, veio reiterada em suas experiências do passado em que falou de seus múltiplos trabalhos formais e informais até início dos anos 1970: na agricultura, na infância e adolescência enquanto residiu no interior; e, após migrar para a capital, foi feirante, padeiro, operário, vigilante, até aposentar-se como chefe de segurança do Instituto de Previdência do Município (IPM). Segundo Sr. Pedro, naquela época era mais fácil conseguir trabalho: “(...) porque não tinha tanta

exigência de estudo. Era dependendo da pessoa pra desenvolver. Eu não tinha estudo, mas gostava de desenvolver meu trabalho, que eu gostava de ganhar bem”.

Em meio a adoecimentos relacionados ao trabalho e acidente grave que o tornou “incapaz para o trabalho”, aposentou-se em 1979, pelo Instituto de Previdência do Município (IPM), seu último trabalho formal. Todavia, entre os recorrentes adoecimentos e pós-aposentadoria manteve-se ativo, desenvolvendo trabalhos precarizados e informais quando passou a trabalhar “por conta própria”, como marceneiro, até meados dos anos 2000. Relatou maiores dificuldades para conseguir emprego formal nas décadas de 1990 e 2000, atribuindo ao fato de “não ter diploma” e haver muitos candidatos para poucas vagas, situação expressiva dos processos de redução de postos de trabalho e acirramento da concorrência intra-trabalhadores, mediante novas exigências profissionais em que ser jovem, flexível/adaptável a mudanças e novas tecnologias somadas à maior qualificação profissional tornaram-se critérios importantes, embora não garantidores, para conseguir uma vaga no mercado formal de trabalho²⁰⁷. Relatou uma de suas tentativas frustradas de conseguir trabalho formal, após a aposentadoria, já nos idos de 1990:

Depois que eu me aposentei, eu aprendi a trabalhar de marceneiro. Sou marceneiro profissional. Só não posso mais trabalhar. Fui trabalhar de marceneiro. Eu aprendi tudo de marcenaria, mas não tenho diploma. Eu aprendi na prática. Só que minha saúde não me deixava trabalhar permanente. Eu trabalhava um mês, dois meses. Sentia alguma coisa e parava. Quando eu ficava bom, continuava de novo. Era desse jeito. Eu sei que foi um dia, no tempo da construção do Fórum Clóvis Benviláqua, saiu uma notícia que estavam precisando de uns cem marceneiros. Aí, abarquei lá. Quando eu cheguei lá, era gente pra caramba. Era gente novo. Era gente velho. Cada um com um papel na mão e eu não tinha nada de papel. Era certificado profissional. (...) Eu não levei quarenta minutos pra fazer as peças e montar pra deixar no ponto. O chefe falou “muito bem”, bateu palmas, e mandou ir lá pra sala tal. Cheguei lá na sala, o cara ‘cadê o diploma?’ ‘Que diploma? Tenho diploma não’. ‘O senhor aprendeu como?’ Eu aprendi na prática. Rendi trabalhando. Sei fazer tudo. Mas não tenho diploma não. Ele disse: ‘sinto muito, você não vai poder ficar porque não tem diploma’. E a garotada que tinha diploma, entrava e saía, que não sabia fazer nada (risos). Nesse dia tinha uma média de mil pessoas. Sinceramente, era gente demais. Só que não ficou vinte pessoas não! Isso já foi agora, em 90.

Continuou trabalhando informal e esporadicamente como marceneiro. Suas parcas condições financeiras agravaram-se quando perdeu a casa onde morava com a família atual, em território próximo ao Marrocos, incendiada por um “elemento” da região. Os casos de incêndios criminosos nestes territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim foram narrados por alguns de meus interlocutores. No Marrocos, houve maior incidência destes incêndios criminosos” no período das “invasões”, promovidas por grupos residentes na “Favela do Urubu”, embora ainda pontualmente registrados nestes anos 2000, em situações de

²⁰⁷ Sobre os processos mundializados de reestruturação produtiva e reprodutiva, com desdobramentos na fragmentação, dessocialização e precarização no mundo do trabalho em tempos de acumulação flexível, conferir ALVES, G. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho. 2013.

“vinganças” entre grupos criminosos rivais e/ou quando desejam expulsar algum morador para ficar com seu terreno ou casa. Sr. Pedro não falou sobre o motivo de ter a sua casa incendiada, restringindo-se a dizer que escaparam somente com a “roupa do corpo”. E ele ainda estava doente e impossibilitado de trabalhar. Daí conseguiram de D. Catarina – a líder comunitária local – um terreno para construir seu “barraco” no Marrocos. Terminou obtendo, de um casal vizinho, uma “casinha” cedida para morar com sua família. De acordo com sua fala:

(...) a casinha não era coberta. Era só as paredes. A gente foi pra lá. A casa era um quartinho do tamanho desse guarda-roupa pra cá (levantou-se para me mostrar a medida da casa). Cheguei aqui puxando uma cachorra magra mesmo. Morrendo de fome. A gente não tinha o que comer. Não tinha nada. E eu doente. A D. Catarina mandava todo dia comida pra nós. Era da associação, do Centro comunitário que ela tinha. (...) Todo dia dona Maria – que se mudou – trazia a comida pra nós que a D. Catarina mandava.

Depois de anos de deslocamentos constantes em territórios das “periferias” de Fortaleza, recomeçou a vida no Marrocos em situação de grande “necessidade”, apesar de não assumir-se sob tal referência ao logo de seu relato. A condição de “necessitado” foi narrada como situacional e mantida no passado, enfatizando seus esforços para superá-la pelo trabalho, mesmo quando adoentado, e a “ajuda financeira pontual” de parente próximo ao ficar desabrigado. Neste período, não procurou nenhum órgão da PMF para “ajudá-lo” e, após mudar de endereço, não conseguiu sequer acesso a tratamento médico em centro de saúde da família próximo porque não fazia parte da “área de cobertura territorializada”. Ele e sua família têm plano de saúde do IPM, evitando recorrer aos centros de saúde pública locais.

Trabalhando, Sr. Pedro constituiu e ajudou suas “famílias”: sete ex-esposas e a atual, perfazendo um total de seis filhos. Hoje, com sua aposentadoria, auxilia nas despesas de sua casa própria construída pela Habitafor. Foi um dos sessenta e três (63) beneficiados com o projeto inconcluso de construção de unidades habitacionais implementado pela PMF no Marrocos. Contudo, alimenta o sonho de “mudar-se” do Marrocos, por não gostar de certos vizinhos – aqueles envolvidos com o “mundo do crime” – e a casa ser “meia parede”. Por isso, acha o local muito barulhento para quem já está idoso, afirmou em tom de voz baixíssima a fim de evitar que estes “outros” escutem. Não poder continuar trabalhando por motivos de saúde, é um pesar para este senhor. Assim, o desejo de continuar trabalhando acompanhou toda a sua narrativa. E buscou ratificar sua identificação como “trabalhador aposentado”, em distanciamento à de “necessitado” e, de maneira contundente, à de “pobre de espírito baixo”.

De fato, o caminho considerado moralmente superior para escapar à dimensão desta pobreza-necessidade é ter um “meio de vida” – trabalho – cada vez mais precarizado e creditado às mulheres nestes territórios estigmatizados. O papel de “provedor do lar” vem assumido crescentemente pelas mulheres-mães e/ou avós, tornando-se a figura masculina bastante frágil, intermitente ou ausente nas famílias com as quais conversei durante a pesquisa de campo. É a situação vivida pela artesã Magali, 33 anos, residente no Marrocos e usuária-titular do Programa Bolsa Família (PBF), mulher-mãe chefe de família, dois filhos adolescentes e o marido usuário de droga ilícita. Em seu percurso de caseira e cozinheira – únicos trabalhos formais, “de carteira assinada” – a de faxineira/diarista e, hoje, a de “artesã” e vendedora ambulante nas praças do centro de Fortaleza, mantém-se inscrita nas malhas da informalidade e precarizações do trabalho que lhe garante sustentar a família e não sucumbir à pobreza material absoluta, segundo focado em sua narrativa abaixo:

Eu fiquei trabalhando lá, na Casa de Retiro em M., e a mulher assinou minha carteira de novo. Deu baixa como caseira e assinou como cozinheira. Eu trabalhava só sexta, sábado e domingo. Eu ía na sexta-feira e só voltava domingo de noite. Eu dormia lá. Me pagava um salário. Eu ganhava um salário de carteira assinada. Trabalhava vinte dias. Daí que eu construí aqui, eu ficava segunda, terça e quarta, aí eu costurava, fazia tapete, as minhas irmãs, ia, vendia. As minhas irmãs já trabalhavam lá na feira, depois é que eu fui. Aí eu fiquei lá trabalhando ainda um bom tempo e toda vida eu fui assim, de não gostar de “discriminidade” sabe, e eu não estava ganhando tanto. Eu achava que a pessoa tinha que ganhar também por merecer e eu achava que o homem lá explorava, eu num gostava. Por isso que eu perdi meu emprego, aí passei seis meses de carteira assinada, que ele assinou, foi que eu recebi meu seguro desemprego, que era por contrato, ele não me pagava as contas, era só pra mim receber meu FGTS, as parcelas, e os quarenta por cento dá pra ele; assim eu fiz, palavra por palavra. (...) Dormia lá. Quando eu vinha, que saía, que voltava, trazia o dinheiro da semana. Às vezes ele nem dava folga, e de uma semana pra outra, eu num ia nem em casa. Meu marido que ia lá me visitar ou então pegar dinheiro ou alguma coisa pro menino. Aí o meu filho, então estava crescendo e estava solto no meio da rua, num estava indo pra escola, abandonado, as minhas coisas tudo jogada, aí eu decide sair de lá.(...) Aí eu parei e fiquei só nos tapetes. Fiquei fazendo tapete de profissão. E também comecei a fazer faxina. Passei um ano fazendo faxina. Foi logo depois de uns dois anos que eu cheguei aqui. Após dois anos eu fiquei fazendo faxina. Continuei fazendo tapete e faxina. Eu fazia faxina todos os dias. Fazia faxina na José Bastos, na aldeota, no Parque do Cocó, na Rui Barbosa ... Várias casas! Aí é que o negócio era pior mesmo. Porque aí é que os meninos ficavam jogados mesmo. Quando eu chegava, minha casa estava cheia de gente. Cheia de homem fumando maconha aí no quintal. Eu ficava doida! Eu ia me deitar e o homem ainda fazia festa na porta de casa com cachaça. Meu marido mesmo! Ele começou quando ele veio pra cá. Não usava antes. Só o que ele usava era maconha, mas não tinha tanto estrago. A maconha eu considerava como se fosse um cigarro, cigarro normal. O que estragou, que atrapalhou a nossa vida foi o crack, quando ele conheceu o crack aqui. Ele usa o mesclado (mistura de maconha com crack). Foi aqui. Desde quando ele chegou, pronto, depois que nós chagamos aqui que esse homem não foi mais homem pra nada. Aí eu decidi ficar só fazendo tapete.

Se o trabalho é esta alternativa à “pobreza-precisão” absoluta, as experiências prevalentes de informalidade e precarizações não lhe permitem ultrapassar a tantas outras situações de incertezas e dificuldades enfrentadas cotidianamente por esta mulher-mãe-provedora do lar. Usuário de mesclado (droga ilícita que combina crack e maconha), o marido de Magali não se mantém em trabalhos fixos desde quando chegaram ao Marrocos, fazendo

alguns ‘bicos’ que não lhe permitem garantir renda para sustentar a família, gastando dinheiro com “dívidas de drogas”, por vezes, creditadas à esposa. Situação recorrente no cotidiano das famílias de alguns de meus interlocutores no Marrocos e no Mela Mela, em especial, adultos e jovens do sexo masculino, envolvidos com o narcotráfico, na condição de consumidores e/ou nos circuitos de mercantilização de drogas ilícitas, com amplo crescimento do crack nas “periferias” de Fortaleza. Também identifiquei, de maneira mais sutil, o uso de crack e álcool entre mulheres idosas, adultas e jovens nestes territórios. Importa salientar, preliminarmente, que estes elementos interferem nas dinâmicas vivenciais destas famílias em condição de pobreza material e pode implicar em outra configuração dos “pobres”, na percepção de seus moradores²⁰⁸. No caso específico de Magali, a condição de “usuário de drogas” de seu marido, atinge toda sua dinâmica vivencial, com enfoque no seu trabalho, para ela estruturante por render-lhe o suficiente para suprir as necessidades familiares e fazer dela uma “trabalhadora” distinta de quem considera os “pobres” locais.

Os frequentes conflitos familiares – entre Magali e o marido, entre os filhos adolescentes, entre estes e o pai – em meio a violências físicas perpetradas e separações do casal, têm comprometido a sua dinâmica de trabalho e foi significativa em sua “decisão” de “trabalhar por conta própria”. Suas tentativas de manter seu marido na posição de “pai de família” e “cidadão”²⁰⁹ – leia-se aqui, não envolvimento ativo com o “mundo do crime” – remetem, até o momento, aos frustrados esforços pessoais em ajudá-lo, exigindo-lhe tempo e dinheiro para dispor para os assuntos domésticos. Paga suas “dívidas de droga” e sustenta-o em casa, na esperança de poupá-lo das cobranças de traficantes que, via de regra, resultam em execuções sumárias. Busca auxiliá-lo a sair das drogas, levando-o para tratamento no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) do Bom Jardim e aciona sua rede familiar, de amigos e conhecidos para conseguir trabalhos ou tratamentos. E, por último, tentou afastá-lo da família ao expulsá-lo de casa – “despachado de volta para a casa da mãe” – e/ou denunciando-o por violência física contra ela e os filhos, fazendo recurso à via da punição e prisão temporária. Os repetidos retornos do marido são feitos mediante “promessas” descumpridas de abandonar as drogas, reconciliar-se com a família e reiniciar a “batalha da vida” pelo trabalho. Magali é, assim, a “provedora do lar”, responsável pelos cuidados com a família, pela compra e reforma de sua casa própria conquistada no Marrocos. O trabalho precarizado vem assumido como

²⁰⁸ Refiro-me à figura do “pior pobre” – uma subclassificação dos “pobres dos pobres” – inscritos na classificação hierarquizada dos pobres locais. Neste caso, a pobreza material emerge, nesta versão nativa, entrecruzada à pobreza espiritual, dela decorrente e por ela alimentada. Configura-se outra percepção nativa da *pobreza*, a ser discutida em item seguinte.

²⁰⁹ A discussão acerca dos sentidos de “cidadão” sob o ponto de vista dos interlocutores será abordada no item seguinte deste capítulo.

valor moral e único caminho no enfrentamento cotidiano da pobreza material, nomeada de “miséria”. Estruturante de sua auto-imagem de “trabalhadora”! Para esta interlocutora, o trabalho:

É tudo! Porque o trabalho, além de eu gostar, é do meu trabalho que eu tiro o sustento dos meus filhos, pago as minhas contas ... Trabalho todo dia. Só não me sento na máquina dia de domingo e na segunda. No domingo eu faço feira. Na segunda eu compro material, corto meus panos tudinho, na terça eu começo a fazer. É todo dia. Só não me sento na máquina de costura esses dois dias. Eu vendo e compro porque para mim começar a fazer, é um processo grande, que você nem sabe. O processo pra iniciar é mais cansativo do que passar o dia sentada na máquina. No dia em que eu não trabalho, no dia em que estou com muita dor nas pernas, num trabalho, quando dá seis horas da noite, eu fico imaginando: ‘meu Deus, que dia perdido!’ Aí às vezes eu me sento até as dez. É difícil eu num trabalhar. Difícilmente. Só se eu estiver muito doente!

Embora tenha vivenciado a experiência de trabalho formal, e por esta via conseguido realizar uma parte de seu sonho da “casa própria de tijolo” em seu território vivido, decidiu deixar o “emprego” por sentir-se explorada e discriminada pelo patrão. E também impedida de cuidar da casa e da família, com a árdua tarefa assumida de tentar “ajudar” o “pai de seus filhos” a deixar as drogas e evitar que os filhos adolescentes também se envolvam com o narcotráfico local. Preferiu ficar “fazendo tapete de profissão”! Assumiu o sustento e cuidado com a família, dando continuidade à construção-reforma de sua casa. Em algumas de minhas visitas à residência de Magali, fez questão de mostrar-me cada cômodo construído e/ou reformado, falando de seus sonhos futuros com relação à casa e ampliação da “fabricação de tapetes”. Para esta mulher-mãe, trabalhadora e provedora de seu lar, *família, trabalho e casa* são valores importantes que vem tentando conciliar com a versão precarizada de seu “trabalho por conta própria”. É pelo trabalho que vislumbra superar e/ou minimizar a única forma de pobreza admitida por ela: a pobreza material passível de enfrentamento cotidiano. Como alternativa a esta pobreza, só parece haver um caminho moralmente superior: o trabalho. Conforme afirmou, de maneira intensa e elevando a voz: “pobreza é não ter de onde tirar!” E continuou expondo sua versão da pobreza:

Pobreza é aquele povo da África que morre tudo de fome. Mas aí é porque não tem de onde tirar mesmo. Aqui você tem trabalho. Tem trabalho. Aqui você pode sair com um baldinho desse pra juntar merda de vaca. E você vende como estrume. E lá eles não tem essa facilidade, não tem. E aqui a gente tem. Eu acho que aqui o meio de vida é bom. Na minha época, que eu era criança, a minha mãe, a gente ia pra granja pegar tripa de galinha pra comer, por era muita dificuldade. Nós tudo pequeno. Só a mãe e o pai pra trabalhando. Minha mãe teve onze filhos. Nós vivia na miséria, porque não dava, o ganho era pouco e num sobrava pra comer. Pra quem tem onze filhos, num instante se acaba. (...) então, *pobreza é não ter da onde se tirar...* Como tem dia aqui, que eu me levanto e num tem dez centavos no bolso. Mas eu tenho meu tapete feito, se eu sair pra vender já trago o dinheiro. Então, *você tem que correr atrás*. Meu marido diz logo: ‘não, num vou trabalhar que num tem trabalho...’. Não tem de carteira assinada, mas se sair fora, pegue um carrinho, vá fazer reciclagem. Pegue uma enxada, vá bater na porta e pergunte: ‘eu posso capinar aqui pra mim ganhar um trocado?’ **Tudo dá dinheiro. Dentro de casa é que não ganha nada.**

Em sua fala, a pobreza da “precisão ou necessidade” extrema – a miséria de “passar fome”, de “morrer de fome”, de “não ter nada” – emerge reportada a pessoas e lugares “outros”, seja a do “povo da África”, em referência às imagens televisivas da população africana, ou a experiência vivenciada por ela e sua família extensa, reportada ao tempo passado, quando migrou de Parnaíba-PI para Fortaleza-CE, nos anos 1980, vindo morar no Bom Jardim, onde permanece. De maneira similar à visão do Sr. Pedro, a alternativa moralmente superior identificada por Magali para escapar à pobreza material absoluta, vivenciada em seu passado recente é, portanto, “ter um meio de vida” – “trabalho para trabalhar” – que garanta dinheiro suficiente para satisfação de suas necessidades mínimas e de sua família. Seu “meio de vida”, através da fabricação e venda de tapetes de retalhos é a forma pela qual tem buscado enfrentar a pobreza material não admissível como sua própria condição social. Assim, busca estabelecer distanciamento físico e social destes que carregam as marcas da pobreza-necessidade nomeados de “pobres dos pobres”, os “verdadeiros pobres”, “pobres mesmo” ou “pobres pobres”.

Quando falou de seu passado de migração, afirmou ter *melhorado de vida* – em termos desta pobreza material anterior de “miséria” – por seu esforço pessoal via trabalho. Em oposição a esta versão da pobreza e à figura negativada do “pobre-necessitado, considera-se uma “lutadora”, alguém com “força de vontade e coragem de trabalhar, para *correr atrás*”, apesar das experiências de precarização e informalidade nas condições e formas de contratação de seu trabalho atual. As lembranças de trabalho infanto-juvenil, bem como a prevalência de trabalhos precarizados e informais no presente, incluindo seu extremo chamado de “bicos” por sua intermitência e parco rendimento em dinheiro, são recorrentes nos relatos da maioria dos (as) moradores (as) destes territórios estigmatizados e participantes desta pesquisa, quando se reportam às suas vivências neste campo. Ainda assim, consideram-se em condição moralmente superior à de quem “nada tem” e vive da “ajuda dos outros”, ou seja, os “pobres” em várias de suas subcategorias.

Nesta perspectiva, a configuração da pobreza material só é tolerada – segundo alguns de meus interlocutores, quando há esforço pessoal para superá-la pelo trabalho, seja formal e seguro ou, ao contrário, informal e precarizado. E escapar à obrigação moral e necessidade de trabalhar só é tolerável quando a pessoa apresenta-se incapacitada para a atividade laboral: nos casos de doença grave e/ou invalidez permanente; envelhecimento avançado com ou sem adoecimentos e mediante a segurança de aposentadoria ou pensão. Nesta perspectiva, ser usuário do Programa Bolsa Família não os exime da obrigação do trabalho, sendo esta renda mínima garantida pelo Estado, uma “ajuda” na necessidade

material. No caso dos capacitados para o trabalho, a “pobreza-precisão” é consentida quando preservada a condição de trabalho – buscando superá-la, portanto, através de seus próprios esforços ou “méritos” – e mesmo “trabalhando”, não se consegue satisfazer necessidades mínimas de sobrevivência por esta via, passando a precisar da “ajuda de outros”. Ainda assim, consideram preferencial e menos humilhante poder contar com a “ajuda” de familiares e mesmo do Estado²¹⁰, evitando expor-se diante de vizinhos e desconhecidos acerca de suas “necessidades” materiais. Este tipo de “ajuda” é, portanto, um dos traços desta pobreza material e símbolo de inferioridade na escala valorativa destes residentes das margens urbanas. Por isto, esforçam-se, quando possível, para resguardá-la na esfera privada e negá-la perante os “próximos”, em seus territórios vividos.

Além da situação social vivida por sua família extensa, admitindo uma condição de miséria no passado, Magali assinalou situações específicas em que esta versão da pobreza material, apesar do esforço pessoal via trabalho, não pode ser superada na esfera privada e merece a “ajuda” de terceiros. Esta versão da pobreza material só é tolerada, portanto, em casos específicos, a saber: quando tratar-se de família numerosa, em especial quando a mulher é chefe de família com muitos filhos, e a renda do trabalho é insuficiente para satisfação de suas necessidades mínimas de sobrevivência (biológica)²¹¹, em destaque a alimentação e a moradia, mesmo de aluguel. E nos casos de doença grave, capaz ao tornar o indivíduo inválido para o trabalho. Viver da mendicância ou da “ajuda dos outros” é considerado uma

²¹⁰ Submeter-se e tentar mostra-se dentro das regras institucionais estatais e dos critérios exigidos para a inserção em seus programas sociais diretamente voltados ao enfrentamento da “pobreza e extrema pobreza”, não significa assumir a identificação de “pobres-necessitados-dependentes”, conforme venho tentando demonstrar. Significa assumir a necessidade desta “ajuda” estatal para enfrentar suas condições de pobreza material tolerável. O trabalho – em especial precarizado e informal – permanece no horizonte destes interlocutores e participantes de minha pesquisa de campo. Para parcela significativa destes usuários de programas sociais focado neste público, em especial o PBF e o Brasil sem Miséria, afirmar-se como “trabalhadores”, “mães responsáveis”, cumpridores das condicionalidades (im)postas são fundamentais para evitar suspensões e/ou a saída definitiva dos “benefícios”. Quem escapa às regras da malha institucional estatal – em especial as famílias em descumprimento das condicionalidades – o Estado criou o Programa de Acompanhamento Familiar (PAIF). Formatado originalmente para acompanhar todas as famílias inseridas nestes programas sociais, tem priorizado exatamente as famílias em descumprimento das condicionalidades, tecendo uma tênue separação entre o acompanhamento familiar e a vigilância-punição dos “pobres” que contrariam as regras institucionais e, supostamente, não se esforçam pessoalmente para sair da vulnerabilidade social, dando a impressão de serem os principais responsáveis e/ou culpados pela situação em que se encontram. Embora o estudo do Programa Bolsa Família (PBF) não seja objetivo desta tese, considere relevante inserir esta nota porque a maioria de meus interlocutores são usuários deste programa e obtive informações sobre os seus significados de “ajuda” estatal no enfrentamento da pobreza material que vivenciam. Fundamento ainda em minhas observações em outras duas pesquisas realizadas junto a trabalhadores sociais e usuários da Política de Assistência Social (PAS) em âmbito municipal, incluindo a região do Grande Bom Jardim, realizada por mim nos anos de 2009 a 2010. E saliento: aqui, considere, em primeira instância, os relatos de meus interlocutores de territórios estigmatizados e usuários do PBF, sem pretensões a generalizações de quaisquer tipos.

²¹¹ Elementos significativos para inserção de famílias no Programa Bolsa Família, reconhecidas na classificação estatal como em situação de vulnerabilidade social, sendo a pobreza um de seus traços definidores, conforme especificado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e detalhado na Norma operacional Básica de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS, 2005).

desonra pessoal e familiar. Todavia, quando a saída individualizada pelo trabalho não é possível ou o salário insuficiente para garantir a satisfação de necessidades materiais mínimas, poder contar com o suporte econômico e afetivo da família extensa e/ou a “ajuda” de terceiros têm sido fundamentais para muitos para não sucumbirem e/ou permanecerem no nível de “pobre, pobre, pobre”, o “pobre mesmo”, o “pobre demais”, considerado em nível inferior na classificação dos “pobre dos pobres”. Nesta condição de miséria absoluta, passar fome, não ter moradia (mesmo de aluguel) e morar na rua (nas calçadas e debaixo de pontes/viadutos) são as características mais evidenciadas por interlocutores, reportando-se às figuras de mendicantes e moradores de rua. A “ajuda” deve ser garantida e seus beneficiários são reconhecidos como dependentes da “ajuda dos outros” pela “precisão”, incluindo aqui as ações sócio-assistenciais estatais, de familiares, vizinhos e desconhecidos.

Alguns de meus interlocutores reconheceram a existência desta pobreza material persistente em seus territórios. Entretanto, não a admitiram como categoria de auto referência e nem se consideravam nesta condição social. Quando admissível, é reportada às experiências de “outros” e, via de regra, socialmente postos à distância. É vista como passageira e deve ser superada pelo esforço individual – seus próprios méritos – pela mediação do trabalho. Somente nestes termos ora descritos, a pobreza material pode ser socialmente tolerada, permitindo a desculpabilização temporária de seus membros e o merecimento de “ajuda” por parte de terceiros. É o esforço individual em “batalhar, trabalhando” para superar a condição de pobreza material que negaria a posição social negativada de “pobre”, nomeação abominável para parcela destes narradores na perspectiva até então descrita.

Quando indaguei a Magali se conhecia alguém que nomeasse de “pobre” nos termos ora relatados, relutou em responder e fez uma pausa para “pensar”. Chamar alguém de “pobre” pode ser interpretado como uma “humilhação-inferiorização” e, ao mesmo tempo, pôr-se como superior – uma “pessoa besta”, “orgulhosa”, “que quer ser melhor que os outros” – posição também evitável nestes territórios. É necessário ter, no mínimo, cautela para designar como “pobre” alguém de suas teias relacionais locais. Esta figura urbana carrega em si as marcas da classificação negativada – um estigma social individualizado – e da desqualificação social tão entranhadas no nosso imaginário que, ainda quando incluídos em programas sociais estatais destinados aos “pobres e extremamente pobres”, a tendência prevalecente foi negá-la tanto para si, como para designação de outrem de suas teias relacionais próximas. Pobreza e a identificação de “pobre” tornaram-se rótulos temerários para estes moradores das margens urbanas, indicativos do reiterado “desvalor do pobre” (SOUZA, 2006) em nosso imaginário urbano. As micro experiências em estudo apontam para

a busca de distinção social, ora pela via da construção de imagens aparentemente dicotômicas – de “trabalhador” *versus* a de “pobre” – ora pela ambiguidade entre ambas, conforme assinalado por Zaluar (1994), em sua pesquisa etnográfica sobre as formas de organização das classes populares na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro dos anos 1980. Neste século XXI, a proximidade (re)estabelecida no senso comum entre pobreza-violência-criminalidade e entre “pobre” e “vagabundo-bandido”, conforme identifiquei nas modelizações negativadas divulgadas na mídia local e também (re)produzida em discursos nativos, o cuidado é redobrado ao identificar algum dos moradores de seus territórios vividos com esta insígnia de desqualificação social.

Depois do constrangimento perceptível em responder à pergunta – conhece alguém a quem chamaria de “pobre” em seu território – Magali terminou citando uma família de seu território que considera “pobre”, na versão da pobreza tolerável, considerada “merecedora de ajuda”, do sentimento de “pena” e sem “vagabundos”. Citou a situação de minha primeira guia quando adentrei os labirintos do Marrocos em 2011, a quem denominarei de Ana. Para Magali:

A família da Ana é pobre! Mas uma família pobre por serem muitos meninos. Só a mãe dela pra trabalhar. Não tem condição de dar sustento. E eu vejo que lá não tem vagabundo. É só a Ana e a mãe dela pra sustentar. Eu acho que eles são pobres. Já chegaram a passar fome. (...) ela mora na bocada. Ela mora na casa de um traficante. Ele dá pra ela morar de graça pra ela morar com a família. Porque é uma família pobre. A mãe e o pai é separado. O pai dela cuida de gado aí pra dentro. Aí tem a Ana, a V., sei lá ... tem uns cinco meninos. Então lá, tem muita pena, sabe? Aí ele dá a casa pra ela morar.

Ana recebe “ajuda” em dinheiro e doação de cestas básicas de moradores mais próximos e de voluntários “de fora” ainda atuantes no Marrocos. Situação de “necessidade” agravada pela ausência de casa própria ou de recursos para aluguel, submetendo-se a habitar em casa cedida por terceiros. Ana reside em casa cedida por traficante²¹² local, situação comum nestes territórios, embora não desejada e nem confortável para quem se vê impelida, pela “necessidade”, a aceitar este tipo de “ajuda”. A família de Ana inscreve-se no limiar da pobreza tolerável e, portanto, merecedora de “ajuda”. Neste caso, a “ajuda” é aceita, independente de quem a garante. E até justificada pela sua “precisão”. Afinal, a defesa de uma “ética do trabalho” – ainda que idealizada em tempos de precarização, informalidade e

²¹² Não é incomum traficantes destes territórios garantirem “ajudas” a moradores do entorno de sua “bocada”, de forma, a tentar resguardar-se de possíveis denúncias e manter um equilíbrio instável nas áreas de comercialização das drogas ilícitas. Para alguns destes moradores entrevistados, estes traficantes lhes garantem certa “proteção” local, apesar de ser cotidianamente cobrada e estruturada sob instável equilíbrio e frágeis relações de confiança estabelecidas entre o “mundo do crime” e residentes destes territórios. Aspectos a serem abordados no quinto capítulo desta tese em termos da configuração de um “viver acuado” nas margens do Grande Bom Jardim. Situações similares foram registradas por Machado da Silva (2010) e Feltran (20012) em suas pesquisas realizadas, respectivamente, nas periferias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

desemprego estrutural – ou o esforço concreto de permanecer trabalhando para sustentar a si e sua família, apesar do salário insuficiente não permitir alcançar esta meta somados à atitude declarada de evitar envolvimento direto com as atividades ilícitas do “mundo do crime” são importantes nesta sua identificação local como “pobre” em termos da pobreza material admissível e “merecedora de ajuda de terceiros”. Denotam alguns elementos distintivos de outro tipo abominado nesta primeira versão da pobreza individualizada entre os interlocutores-residentes destas margens urbanas: a “pobreza de espírito” e a correlata imagem do “pobre de espírito” ou “pessoa de espírito baixo”.

Mas, em que consiste a pobreza de espírito associada ao “pobre de espírito” ou “pessoa de espírito baixo”? Embora as referências à “pobreza de espírito” e seu correlato reclamem a falta de “fé em Deus” e/ou de religião dos assim designados, como uma de seus elementos enfatizados por interlocutores que a reconhecem em seus territórios, em quase nada a vinculam à ideia da pobreza material suportada, associada à figura do “pobre” resignado à espera de “salvação divina” ou dependente da “boa vontade” dos ricos, em atitudes que podem ir da comiseração ao desprezo, suscitadas pela condição social de “pobre” em nossa sociedade brasileira contemporânea. E nem tampouco diria respeito à pobreza valorizada por referência a Cristo e aos modelos de *vida apostólica* dos santos, eremitas, religiosos que se despojaram de seus bens terrenos em busca de uma ascese para Deus, com motivações espirituais²¹³. Somente uma de minhas interlocutoras, evangélica, fez referência à figura do “pobre” como um protegido e ajudado preferencial por Cristo, sem eximir-se da responsabilidade em buscar “melhorar de vida” aqui na terra. Para os demais incluídos nesta versão da pobreza individualizada, ser nomeado “pobre de espírito” ou uma pessoa de “espírito baixo” significa estar inscrito em níveis inferiores na hierarquização social destes residentes locais.

A classificação de “pobreza de espírito” emergiu como um tipo desta pobreza individualizada negada, desqualificada e combatida com veemência por parcela significativa dos entrevistados nos dois territórios, Marrocos e Mela Mela, da qual buscam distinguir-se socialmente, transferindo-a para pessoas e lugares “outros”. Mesmo para quem recebe a alcunha de “pobre dos pobres” ou afirma-se “pobre” – sinônimo de “necessidade” ou “precisão” – a “pobreza de espírito” parece-lhes um “mal” do ponto de vista de atribuir aos assim designados um lugar de inferioridade e vergonha sociais porque associada à imagem do “fracasso” individual. A versão negada e transferida de pobreza e do ser pobre é esta

²¹³ Sobre a Economia da Salvação e as significações da pobreza para a caridade cristã e a racionalização das ações sócio-assistenciais, conferir Castel, R. *As metamorfoses da questão social*. 2001.

vinculada à “pobreza espiritual” que repõe para o indivíduo a culpa por sua condição material de necessidade insuperável e o lança à desqualificação social em suas teias relacionais locais. A pobreza material absoluta torna-se intolerável e renegada quando passa a ser vista como resultado de “pobreza de espírito”, um atributo encarnado do “pobre de espírito baixo”. Instaure-se uma hiperindividualização do “fracasso”, traduzido na persistência desta pobreza material, como atributo individual e o “pobre” como principal responsável pela situação em que se encontra. Nesta perspectiva, ser nomeado “pobre” corresponde à proclamação pública deste “fracassado” individual, expresso socialmente na condição de pobreza material, sobretudo, a absoluta.

Para alguns destes interlocutores, a “pobreza mesmo” e seu correlato “pobre, pobre, pobre”, o “pobre mesmo” ou o “verdadeiro pobre” – inscritos na versão dos “pobres dos pobres” em termos de uma persistente e/ou absoluta pobreza material – “muita precisão” ou “necessidade” – só existem para quem tem “espírito baixo”, a saber:

Pobreza pra mim significa espírito baixo. É, espírito que fica vagando no meio do mundo sem ter espaço, sem poder ir além”. Não existe o pobre. O que existe é a necessidade. É a necessidade. Necessidade pra mim é uma coisa, a pobreza é outra. Pobreza é gente que tem espírito baixo. Tudo que a gente faz, quando a pessoa é boa, ele chega por trás e desfaz, dizendo que é isso, é aquilo, isso que eu acho que é a pobreza. Pobreza é de espírito. (Sr. Pedro)

Eu acho que num tem gente pobre, aí não tem pobre. Eu acho que pobre, é assim, aquele que tem muita precisão e não sabe procurar. É pobre de espírito mesmo. Num é de dizer assim: ‘estou passando fome’. Não! ***É pobre de espírito, não tem uma religião, num tem um espírito mesmo pra correr atrás, pra batalhar. Não existe o pobre, pobre, pobre não.*** Porque de qualquer maneira hoje me dia, você trabalha. Tem a reciclagem. Você pode ser uma diarista, fazer uma diária. Se você procurar, você tem um bordado. Hoje em dia você tem tudo pra trabalhar, eu acho assim (...) É, como eu estou te dizendo, ***é pobre de espírito, que não tem nada, é aí onde tá a pobreza.*** (Rita)

Conforme amplamente enunciado, a pobreza material tolerada e admitida tem como contraponto o esforço individual para seu enfrentamento e/ou superação pelo trabalho, mesmo quando, momentaneamente, “sem trabalho pra trabalhar”. Caso contrário, passaria a constituir-se em resultado desta “pobreza de espírito” específica da pessoa de “espírito baixo” ou “pobre de espírito”. Não haveria tolerância ou admissão da persistência da pobreza material e tampouco merecimento da “ajuda” de terceiros para quem permanece conformado com sua situação, ***“esperando ajuda dos outros”, “não se sacrificam”, “não correm atrás” para “melhorar de vida”.***

O contraponto ao “pobre de espírito baixo” seria o “espírito batalhador”. No olhar de um autodesignado “batalhador”, a pobreza e seu correlato “pobre” são reportadas à figura negativada do “pobre de espírito” como expressão limite de um “fracassado” individual expresso socialmente na condição de pobreza material naturalizada e individualizada para quem a vivencia e para quem assim o classifica. Nesta perspectiva, a designação de “pobre de

espírito” associa-se a acusação e/ou julgamento moral do indivíduo assim culpabilizado por sua condição de pobreza material como atributo pessoal e irrevogável daqueles que não se esforçaram para superá-la, configurada como “pobreza infernal de quem não quer nada!”, conforme designou Luzia:

Acho que é a pessoa que não tem nada, não tem força de correr atrás, não tem vontade de lutar, de ir atrás de nada, fica esperando as coisas acontecer. Não tem um espírito batalhador. É a pobreza infernal de quem não quer nada. Se acorda e se deita no meio de nada. Fica com a ‘boca escancarada cheia de dente, esperando a morte chegar’. Então, pobreza é isso, eu acho. No que eu tenho uma resposta pra te dá agora é isso. A pessoa que fica esperando ‘quem vai me dá, quem vai trazer’. Eu tenho uma irmã que diz assim: ‘um dia o povo dá’ (risos). E a minha mãe criou nós tudo do mesmo jeito. E ainda hoje a minha mãe está lá, ajudando ela. Ela é costureira, trabalhou em firma de costura, mas inventou de comprar uma máquina pra fazer umas calcinhas (...) É como eu te digo mesmo, tem muita gente daqui que fica *esperando as coisas acontecerem*. Porque pra mim, ser pobre é não lutar pelos objetivos, *não correr atrás* (...).

Pobreza associada a certo julgamento – acusação moral – no caso de famílias onde não identificam este esforço individual pelo trabalho – atribuindo-lhes um lugar de inferioridade da qual busca distinguir-se. É posto em lugar de inferioridade do qual o trabalhador de “espírito batalhador” tenta distancia-se socialmente. O chamado “pobre de espírito” encarna a figura contemporânea do “fracassado” da sociedade de consumo contemporânea e, supostamente, carregaria uma pobreza subjetiva entrecruzada à material: é alguém sem alimentação regular e/ou “passa fome” frequentemente; sem moradia, nem alugada; sem trabalho; sem religião e/ou sem Deus; sem vontade e coragem para vencer; sem espaço, sem poder ir além (limitado e sem lugar no mundo, chagando a viver nas ruas); aquele que acha que não pode ter nada, que se acha pobre; não pode comprar ou desejar alguma coisa; quem abandona a família; usuário de drogas ilícitas; alcoólatras. Estes elementos identificados aos “pobres de espírito” traduzem-se em verdadeiros símbolos de estigmatização local. Pessoa desacreditada e alvo de acusações sociais no território.

Na versão dos “batalhadores” ou de “pobres materiais”, o “pobre de espírito” é figura inscrita pela falta/ausência/negação e considerado um acomodado, a “pessoa desleixada” e que só vive à espera de “ajuda” dos outros, seja do “governo”, da família, de vizinhos ou de desconhecidos. Para alguns poucos entrevistados, a figura do “pobre de espírito” também emergiu associada aos envolvidos com drogas ilícitas – na condição de seus usuários – e com o “mundo do crime”, em especial, alguns jovens chamados de “mente fraca”, “quem não tem nada na vida” e “não dá valor à própria vida”, para utilizar algumas expressões nativas. Eis as significações atribuídas à “pobreza de espírito” declarada em narrativas destes residentes de nossas margens urbanas.

Na perspectiva do “batalhador”, a pobreza material ou a ‘falta de dinheiro’ poderia ser compensada, então, pela “riqueza espiritual”. É novamente Luzia quem assinala esta distinção entre as duas nomeações acima:

Pobreza é falta de vontade de correr atrás. Falta de vontade de lutar. Eu acho que dinheiro, em lugar nenhum, representaria riqueza. Riqueza pra mim é uma coisa bem maior! Porque dinheiro, você precisa, né? Não tem como viver sem dinheiro. Mas, para isso, você precisa trabalhar. E pra isso, precisa entregar currículo, sabe? Ser batalhador. Quando você vai, com seus próprios meios, correr atrás. Buscar isso. Eu acho. Isso que é riqueza pra mim. Você ter vontade de vencer com seu trabalho.

A “riqueza espiritual” consistiria em atributo individual de quem não se acomoda e nem é desleixado com a vida”, tem “fé em Deus” e batalha para ser um “vencedor”. Atributo demonstrável nas conquistas ditas materiais – alimentação diária, moradia própria, sustento da família, pagamento de contas, superação de dificuldades econômicas – e imateriais – manter ou melhorar de trabalho, perspectiva de futuro e esperança de “melhorar de vida”, cuidar da família, ter força de vontade, ajudar os outros, ter religião, obter respeito dos vizinhos, participar em ações grupais locais – que, necessariamente, não precisam vir associadas. São referências a partir das quais os “batalhadores” orientam-se como seus símbolos de prestígio local em comparação aos símbolos de estigmatização atribuídas aos “pobres de espírito”.

Luzia, uma das fundadoras do Marrocos, é emblemática desta figura dos “batalhadores” no território. Da situação de “pobre dos pobres” da época dos primeiros anos da “invasão”, ela afirmou ter superado a pobreza material absoluta com “seus próprios esforços”, acrescentando: “(...) eu não gosto de me sentir coitada, de ter ajuda não! Eu gosto de ter, porque eu tenho, porque corri atrás. Eu tenho o que é meu, eu fui atrás, eu consegui pelo meu mérito. Eu não pedi nada a ninguém!” Nesta perspectiva, construiu a “sua casa” própria, uma das maiores e melhor estruturadas da rua, e tenta terminá-la, de acordo com o projeto inicial idealizado no início da “invasão”. Os recursos, informou, vêm de seu trabalho precarizado de diarista, do trabalho formal do marido e da “ajuda” esporádica dos (as) filhos (as). Importa ressaltar que Luzia tentava melhorar a renda familiar com suas iniciativas autônomas de trabalho, contando com o engajamento direto de seus filhos (as) a cada “novo empreendimento” ou, mesmo, por eles proposto. Aventurou-se como dona de bar, no início da “invasão”; artesã; cabeleireira, montando salão próprio em sua residência; venda de diversos tipos de alimentação na vizinhança. Em 2013, quando retornei para uma visita pós trabalho de campo, a família de Luzia estava envolvida em uma nova aventura do “próprio negócio”: a venda de pastéis. Sua “batalha” diária extrapola a sobrevivência e a prospecção em melhorar de vida”. Inclui manter a família unida em meio a conflitos e precariedades, nas suas

tentativas de transmissão dos valores do trabalho e família aos filhos, reiterando a “ética do trabalho” através de seu exemplo individual e destas experiências familiares de trabalho nem sempre prósperas.

A “trabalhadora/batalhadora” Luzia também teve sua fase de engajamento na construção e “melhorias” do lugar. Participou das experiências organizativas de construção e implantação do “Espaço”. “Ajuda” materialmente alguns dos “pobres dos pobres” locais. Colaborou para outros saírem da situação de drogadição e recomeçarem suas vidas. Mobilizou-se pontualmente para participar da associação de moradores. É figura respeitada por muitos moradores, mesmo pelos jovens envolvidos com o “mundo do crime”, especificamente os que cresceram neste território e foram por ela “ajudados” na fase da infância marcada por pobreza material absoluta e abandono dos pais. Por isto, durante o período do trabalho de campo, sua hospitalidade, representatividade e respeito locais me permitiram acesso à heterogênea teia relacional do Marrocos.

Quando saí de campo, Luzia havia deixado de participar das iniciativas associativas e do “Espaço”. Estava mais recolhida à sua esfera privada, voltada aos cuidados com a família, a casa e o trabalho. E engajada em fazer prosperar seu “novo negócio” de venda de pastéis. Esta reclusão intensificou-se após o envolvimento de um de seus filhos com drogas ilícitas e apenado por tráfico de drogas. O momento da “descoberta” foi marcado por conflitos familiares e intenso sofrimento pessoal, autojulgamento moral e auto-culpabilização pela situação do filho, colocando em xeque sua auto imagem de mãe responsável e de “batalhadora”. Não admitia ter “ajudado” outras pessoas a saírem das drogas e não ter “salvado” o próprio filho. Negou-se a visitá-lo na prisão durante os seis meses nos quais esteve preso. Mantinham ligações telefônicas e colaborou financeiramente para suprir suas “necessidades” no presídio. Acionou seus contatos na Pastoral Carcerária, para obtenção de notícias e na tentativa de “protegê-lo” neste período. Declarou sua “vergonha” diante dos vizinhos, ao passo que falou-me de certa solidariedade de outras moradoras com filhos e/ou parentes apenados que passaram a aproximar-se mais, dialogando com ela acerca de suas experiências comuns e oferecendo-se para levar mantimentos no presídio. Tentou ocultar esta situação de mim por alguns meses, após saber da prisão do filho. Talvez por receio de ter sua imagem descreditada. Conversamos posteriormente. E, após a “revelação”, fui uma das convidadas para receber seu filho quando saiu do presídio e retornou para casa, compartilhando da alegria de seus parentes, amigos e vizinhos outrossim presentes na ocasião. Neste período, Luzia já havia restringido sua atuação local às ações católicas de orações, celebrações, comemorações e de arrecadação de recursos financeiros para construção da

igreja do Marrocos. Manteve-se uma “batalhadora/trabalhadora”, cujas preocupações direcionavam-se, cada vez mais, para os assuntos domésticos e as saídas individualizadas para “melhorar de vida” e cuidar da família, restringindo-se a participar das atividades específicas de seu grupo religioso católico.

Importa ressaltar que, além dos “batalhadores/trabalhadores” – a exemplo de Luzia, Magali, Rita, Sr. Pedro, Sr. Manuel – quem consegue superar o “vício das drogas” ou deixar o “mundo do crime” também são considerados “vencedores” e gozam de relativo prestígio local, embora menor, se comparado a quem nunca usou drogas ou envolveu-se em atos ilícitos/criminosos. Atribui-se ao indivíduo a responsabilidade principal tanto por repor e/ou provocar a situação vivida de “pobreza material” associada à “pobreza de espírito”, como por enfrentá-las e/ou superá-las por seus próprios esforços e méritos, creditada a uma supervalorizada “riqueza de espírito” do “espírito batalhador”. Contraposta à “pobreza espiritual” propuseram a “riqueza espiritual” do “espírito batalhador” centrado na realização de si e de seus familiares: alguém que corre atrás, muda sua situação, melhora de vida pelos esforços do trabalho árduo! Os “batalhadores” reiteram, em primeira instância, a “ética do trabalho” e a “esperança no futuro” em seus esforços individuais permanentes para serem “vencedores”, afinal, se dizem dotados de um “espírito batalhador”!

Nas versões relacionais do “espírito batalhador” *versus* o “pobre de espírito”, assumidas nas narrativas ora interpretadas, celebra-se a figura do indivíduo desligado de suas pertencas sociais (atomizado) e elevado ao patamar de único responsável por governar suas relações com as incertezas e inseguranças inscritas neste viver precário nestas margens urbanas. Parecem comungar, assim, de um individualismo²¹⁴ extremo – um hiperindividualismo, na expressão cunhada por Lipovetsky & Serroy (2011) – vigente na

²¹⁴ Segundo Lipovetsky & Serroy (2011), o individualismo traduz-se em um sistema de valores que põe o indivíduo livre e igual como valor central da cultura ocidental, fundamento da ordem social e política, referencial último da vida democrática. Afirmou-se a partir do século XVIII e ascendeu a princípio primeiro da ordem pluralista e liberal na Modernidade, consagrando os princípios da liberdade individual e da igualdade de todos perante a lei. Para os autores: “enquanto o poder deve emanar da livre escolha de cada um e de todos, ninguém deve ser mais coagido a adotar esta ou aquela doutrina e submeter-se a regras de vida ditadas pela tradição. Direito de eleger seus governantes, direito de se opor ao poder estabelecido, direito de buscar por si mesmo a verdade, direito de conduzir a vida segundo a sua própria vontade: o individualismo aparece como código genético das sociedades democráticas modernas” (LIPOVETSKY & SERROY, 2011: 47). Concebem que vivenciamos, nas últimas décadas de desregulamentação econômico-política no capitalismo flexível, uma segunda revolução individualista demarcatória de um *hiperindividualismo*. Traduz um neoindividualismo de tipo opcional, desregulado, descompartmentado centrado na primazia da realização de si. Vivemos, nesta perspectiva, a época da “vida à la carte” de fabricação do *homo individualis* desenquadrado, liberto das imposições coletivas e comunitárias. Ser interpelado enquanto ser ativo de cuja ações poderão resultar o “seu sucesso” (um “vencedor”) ou o “seu fracasso” (“fracassado”) na contemporaneidade. Para aprofundamento, ver LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio*: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. 1989; LIPOVETSKY & SERROY. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. 2011.

tendencial cultura narcísica²¹⁵ contemporânea, na qual prosperam a autonomização da existência individual centrada em si mesma, a busca do prazer, do bem-estar pessoal e consumidor, a flexibilização dos liames sociais, o descomprometimento para com os assuntos públicos e o descrédito com a política. Aspectos que contribuem para a fabricação social de um indivíduo, senão incapaz, ao menos fragilizado para lidar com as “condições” de precariedade da vida que extrapolam o nível de suas escolhas e esforços hiperindividualizados para tentar enfrentá-las e/ou superá-las.

Em verdade, o hiperindividualismo – na proclamação ao “indivíduo livre e senhor de si” – tende a produzir o seu contrário, alerta Lipovetsky: um indivíduo que “mais aparece vulnerável, frágil, desarmado internamente”. Condição traduzida no drama do isolamento/solidão afetivo e social, em experiências sociais vividas como fracassos pessoalizados, na insegurança interior de um “eu mínimo” fragilizado e ensimesmado, sintonizado com a *"lógica do sobrevivencialismo"* à qual *cada um e todos* e, em especial, as camadas pauperizadas, encontram-se submetidas à busca pela sobrevivência no *aqui-e-agora*. *"Sobreviver"* torna-se o imperativo da vida humana na contemporaneidade (LASCH,1990). E, de fato, tal imperativo de “sobreviver” tem adquirido dimensões dramáticas em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, dada a densidade da precariedade da vida à qual se encontra submetida uma considerável parcela de seus moradores, presos a “condições” que escapam à sua “riqueza espiritual e ao seu “espírito batalhador”.

Contudo, inscrita nesta tendência de hiperindividualismo, a engenhosa saída individualizada e privatizante empreendida pelo “espírito batalhador” e portador de uma “riqueza espiritual” diante do peso de uma “pobreza material” cotidianamente vivida por meus narradores, escamoteia um aspecto fundamental na interpretação crítica desta versão de pobreza: o de que os homens fazem história sob *condições determinadas*, para retomar aqui uma frase repetida e ainda atual de Marx, nestes tempos de capitalismo flexível mundializado. Vivemos uma época de precariedade instaurada em múltiplas dimensões da existência humana, extrapolando o mundo do trabalho, fundando incertezas e inseguranças objetivas e subjetivas generalizadas e cotidianamente vivenciadas no tempo presente. Afinal, as

²¹⁵Para Christopher Lasch (1990), a *"cultura do narcisismo"* inaugura uma modalidade cultural na qual a subjetividade se concebe de maneira autocentrada, sem considerar a densidade da existência do Outro. O indivíduo narciso importa-se com o engrandecimento do Eu às custas do outro. Esse Outro é impelido à posição de objeto de gozo do narcísico. A concepção do desejo narcisista constitui-se fora da referência à alteridade, esvaziando a relação de responsabilidade do sujeito com o *outro falante: este ser capaz de expressar, na esfera pública, suas aspirações, desejos e cultura*. Para aprofundamento, conferir: LASCH, C. O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 1990; LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. 1989; COSTA, J. F. *A Ética e o Espelho da Cultura*, 2000. ____ *Razões Públicas, Emoções Privadas*. 1999.

“condições” sócio-históricas e político-culturalmente construídas sob uma *precariedade que está em toda parte*²¹⁶, segundo afirmou Bourdieu (1998) – sob a qual estamos expostos a processos de inseguranças e incertezas generalizadas e permanentes em múltiplos campos do viver – limitam as "escolhas" posta em âmbitos puramente individualizado e privatizado. Precariedade inscrita em um *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição desta situação generalizada e permanente de insegurança (BOURDIEU, 1998).

Segundo Bauman, esta configuração contemporânea da “precariedade” torna-se superior técnica de poder-submissão “(...) porque abandonou as pessoas aos seus próprios recursos, lamentavelmente inadequados quando se trata de ‘controlar’ sua condição atual, um controle forte o bastante para encorajar pensamentos para mudar o futuro. O descomprometimento é o mais atrativo e praticado jogo da cidade hoje em dia” (2008: 20). De maneira contundente, esta conotação da pobreza recolocada à figura idealizada do *indivíduo livre e igual capaz de fazer escolhas e assumir o comando sobre sua vida* – hiperindividualizada e quase que independente das “condições não escolhidas” produtoras da dinâmica de precariedade à qual encontra-se impelido – parece convergir com a tendência de gestão territorial da pobreza urbana pela via estatal punitiva-penal complementar à assistencialização focalizada nos “pobres e extremamente pobres”, em curso no Brasil deste século XXI. E configura traços fundantes desta versão individualizada e privatizada de pobreza vigente nas vozes nativas: naturalização, despolitização e ocultamento da gênese da produção e reprodução da pobreza e da figura do “pobre” vinculada à lógica estruturante do capitalismo²¹⁷ em suas expressões contemporâneas.

²¹⁶ Sim, *a precariedade está em toda parte*, segundo já anunciara Bourdieu em meados dos anos 1990, mediante a tendência em curso de hegemonia mundializada do capitalismo flexível e seu projeto político-cultural neoliberalizante. Para o autor, esta precariedade demarca uma situação de insegurança endêmica e incertezas que invade diversas esferas da vida humana, saber: “No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação, etc., onde ela produz efeitos sempre maiores ou menores idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem e mulher expostos a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo, coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. (...) A precariedade se inscreve num *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança (...) (BOURDIEU, 1998: 120; 124; grifo meu).

²¹⁷ Na análise marxiana, compreender a gênese da pobreza e/ou pauperismo como expressão limite da questão social requer compreender a relação de equivalência entre acumulação do capital e acumulação da miséria na civilização capitalista. Segundo Marx, a lei geral da acumulação capitalista indica que, quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta da classe trabalhadora, tanto maior será a superpopulação relativa. A acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos em termos das necessidades de integração por parte do capital, ou seja, gesta a superpopulação relativa. Com o

Somada à figura negativada do “pobre-necessitado e dependente”, a tendência a esta hiperindividualização da pobreza associada à “pobreza de espírito” e ao seu contraponto, a “riqueza de espírito”, em âmbito local, parece fortalecer a designação de “pobre” como abominável e humilhante entre aqueles que experienciam a condição de pobreza material. Nomeação-símbolo do fracasso social creditado ao *fracasso individual* do “pobre de espírito” residente nas “periferias” urbanas. Este portador de uma “pobreza material” atribuída à **“sua pobreza de espírito”**. São os **“fracassados”, principalmente, porque privados** do acesso aos bens de consumo, estes símbolos de prestígio individual também reconhecidos em nossa sociedade brasileira contemporânea. Eis a perspectiva de pobreza/pobre negada e considerada uma humilhação por parcela significativa destes interlocutores que compartilham tal versão da pobreza. Nesse plano, *história e natureza* parecem identificáveis, concebendo-se pobreza e desigualdades sociais como *situações ambigualmente naturalizadas e resultantes de escolhas individuais*.

Ainda nesta perspectiva da pobreza individualizada, outras duas classificações distintas emergiram dos discursos de alguns interlocutores: “classe média baixa” e “humildes”. Nas duas versões, nega-se a auto referência à figura negativada de “pobre” e, de maneira relacional, reitera-se o esforço individualizado em superar a “pobreza material”. Todavia, há diferenciações entre ambas a esboçar.

Para os de “classe média baixa”, “pobre” é o que vive na incerteza e passa necessidades materiais permanentes, sob a marca identificatória da falta e da negação de acesso ao consumo. O critério distintivo fundamental para ser considerado “de classe média” é, portanto, material e, deste ponto de vista, ocupar um lugar socialmente superior com relação aos “pobres”. A visão de uma sociedade cindida em duas classes opostas – os “pobres” e os “ricos” – parece reconfigurada menos pela novidade de uma “classe média” em si, e mais porque sua alusão e perspectiva de auto nomeação advém de indivíduos até então circunscritos ao nível inferior da hierarquia social brasileira, os residentes de nossas

desenvolvimento das forças produtivas, buscando reduzir custos com o capital variável (força de trabalho), o capital investe em capital fixo (incremento técnico-científico) desencadeando uma mudança constante na composição técnica do capital garantindo: aumento da produtividade do trabalho social/abstrato; aumento da extração da mais-valia; redução da força de trabalho (vivo) e a substitui por trabalho morto. Gesta, assim, uma superpopulação relativa (anteriormente o exército industrial de reserva) condenada a uma ociosidade forçada (desemprego) em virtude do sobretrabalho da parte empregada, oprimida e explorada da classe trabalhadora. Esta superpopulação relativa ou antigo exército industrial de reserva quantum populacional sobrando não absorvível pelo capital na mesma dimensão de crescimento de suas forças produtivas, assumindo três formas: líquida/fluída, estagnada/latente e o pauperismo. A pobreza envolve, portanto, a produção e a redistribuição de renda, a distribuição dos meios de produção, as relações entre as classes sociais, enfim, a totalidade da vida social capitalista (produção e a reprodução das relações sociais neste modo de vida). Para aprofundamento, consultar MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: O Capital: crítica da economia política. 1997.

“periferias” urbanas. Para a jovem Débora (23 anos), residente no Marrocos, a “necessidade” da pobreza foi experiência do passado, assim esboçando o que seria o seu lugar social no presente:

Eu não sou pobre, graças a Deus. Minha família também não. Apesar de já ter passado necessidade. Eu já sei como é. Mas hoje não! (...) Eu acho que eu estou no meio. Eu não sou nem rica e nem pobre. Porque tem a classe alta, a classe média, a classe baixa. Eu estou acima da classe baixa. Vamos dizer assim: um pouquinho acima, encostado. É daí pra cima, se Deus quiser!

Para os auto identificados de “classe média baixa”, a sociedade divide-se em três classes principais: a “baixa” na qual situa-se o “pobre” como o portador da “pobreza mesmo” materializada na incerteza e na falta, especificamente de alimentação e moradia; o de “classe média”, caracteriza-se por “ter melhores condições” em termos de alimentação, moradia própria, vestimentas e calçados, móveis, crédito no comércio; e a “classe alta”, que “realmente tem” e é identificado com a figura do “rico”. Os da “classe alta” ou “ricos” distinguem-se tanto pelo dinheiro e bens de consumo, como pela maneira de desqualificar socialmente os diferentes e desiguais, conforme enunciaram estas duas únicas narradoras que se identificam de “classe média”:

(...) de classe alta é aquele do colarinho branco, aquele que realmente tem as coisas e passa pelos outros achando que você tem bicho, tem doença. Tem muita gente assim e principalmente os políticos que entra aqui!” (Marisa, 34 anos, reside no Marrocos 2, em casa construída pela HABITAFOR/PMF).

Pessoas que têm dinheiro que vêm lá de cima, da classe alta e não tem a mínima educação, assim, não tem respeito com outras pessoas. Eu acho que é a pessoa que tem mais dinheiro. Rico! As pessoas que tem mais condição. Tem uma casa boa, tem um carro, dinheiro no banco. Essas coisas assim. (Débora, 24 anos, reside no Marrocos 1, em casa construída pela HABITAFOR/PMF).

Alguns elementos são assinalados por quem se considerou de “classe média baixa”: diversificada e regular alimentação diária, casa própria, garantir sustento da família de maneira independente da “ajuda” de terceiros, manter crédito para acessar bens de consumo. Valorizam o trabalho formal, de “carteira assinada”, por garantir maior “segurança”. E apresentam alguns outros traços bastante comuns entre si. São “donas de casa”. Haviam retornado a estudar recentemente. Seus companheiros encontram-se inseridos no mercado de trabalho formal e são os “provedores do lar”. Possuem de um a dois filhos. Possuem casa própria obtida através do programa de construção de unidades habitacionais da HABITAFOR/PMF. E fizeram questão de mostrar-me as reformas empreendidas para melhorar suas moradias porque foram entregues sem acabamento nenhum. Conseguir “emprego” – de “carteira assinada” – faz parte de seus planos de futuro próximo. Na mesma proporção, embalam o sonho de mudar-se do Marrocos para outro espaço urbano dito “menos violento” e discriminado pelos “de fora”, afirmaram. A jovem Débora – que residia ao lado de

uma “boca de fumo” mantida por parentes, no Marrocos – explicitou este ambíguo desejo de fuga em tom irônico e desdenhoso com relação aos seus vizinhos e ao lugar de moradia:

Tenho sentimento de ódio do povo! Eu tenho nojo da cara desse povo feio, como diz minha sogra. (sorrisos) E ... vontade de ir embora daqui. Tenho muita vontade. Mas é às vezes, quando está ruim, a gente tem muita vontade. Teve um bocado de dias que a gente (ela e o companheiro) falou em ir embora. Vender a casa e ir embora. Ele falou. Eu falei ... vamos vender a casa. Foram dias que a polícia estava invadindo direto lá a casa do vizinho lá!

As interlocutoras assinalaram elementos imateriais que as distingue dos “pobres” e os situa na “classe média baixa”, sem desconsiderar como fundamental “ter bens materiais/dinheiro”. Estes elementos citados consistem em: manter atitude de reserva com relação aos vizinhos, restringindo-se a cumprimentos rápidos e cortesias; evitar sentar-se nas calçadas, envolver-se em “fofocas” e/ou buscar algum “benefício” governamental ou de político local; preferir resguardar-se na esfera privada da casa e da família, a frequentar a residência de vizinhos e/ou o espaço da rua. Em seus discursos, as interlocutoras buscaram distanciarem-se dos ditos “pobres” locais, demonstrando dificuldade em nomeá-los e afirmando *não conhecê-los*, no máximo, *“de vista, (...) pessoalmente não”*, conforme enunciou Débora. (Re)classificar e manter-se socialmente à distância dos “pobres locais” consubstanciam as táticas distintivas usadas por estas narradoras para tentar escapar ao estigma da pobreza nas margens urbanas.

A pesquisa foi concluída, mas as histórias vividas de minhas interlocutoras seguiram seus incertos e adversos cursos! Marisa continuou a insistir com o marido para venderem a casa e mudarem-se para o interior do Ceará. Até 2013 ainda permanecia “no mesmo lugar”! Em direção inversa, Débora viu seu sonho de ascensão social e/ou de permanecer na “classe média baixa” evanescer rapidamente. Teve sua casa invadida e avariada outras vezes pela polícia, durante perseguições aos seus vizinhos-parentes envolvidos com o “mundo do crime”. Separou-se do companheiro e terminaram vendendo a casa própria para dividir o dinheiro e seguirem suas vidas. O companheiro retornou para a casa de sua mãe e está convivendo maritalmente com outra jovem, em menos de seis meses pós separação. Débora estava residindo com a filha em quarto alugado dividido com uma irmã também separada e com filha no Marrocos. Vive com a renda do PBF e a “ajuda” do ex-companheiro. A condição de “necessidade”, urgências e incertezas vivenciadas na infância e adolescência reincidiram em sua vida presente. O sonho declarado desta instável “ascensão social” traduziu-se em seu contrário em fins de 2012. O discurso de pertencimento à “classe média baixa” por parte destas moradoras das margens urbanas, além de micro tática de

distinção social nas margens, parece delinear uma posição instável de liminaridade estruturante, a merecer aprofundamento que escapam aos objetivos desta tese.

Retomo, então, à outra classificação social distintiva encontrada nestes territórios estigmatizados: a dos “humildes”. Para estes, a expressão “pobre” associa-se diretamente à “pobreza de espírito”, com a qual confrontam sua única “riqueza”, a “de espírito”, ou seja, qualidades pessoais designadas de “sua humildade”. Admitem a pobreza material persistente e consideram a designação de “pobre” uma desonra e uma humilhação, por isto a negam veementemente como auto referência ou para nomear outros de suas teias relacionais próximas. (Des)classificar alguém de “pobre” – em termos da pobreza material absoluta creditada à “pobreza de espírito” – é, por conseguinte, atribuir ao outro “uma desgraça”, o “fracasso”, é “está humilhando”. Atribuir ou carregar a designação de “pobre” é, em si, para estes interlocutores, uma difamação pessoal, quase como uma insígnia moral de desqualificação e humilhação sociais. E talvez por isto a negam com veemência, preferindo a alcunha de “humildes”. Esta percepção vem inscrita nas falas abaixo:

Não há ninguém que eu chame de pobre. Não! Eu digo assim: ‘esse aí está sem condições no momento. Mas eu chamar de pobre, assim, direto. Eu acho ridículo. A palavra pobre é muito forte. Ela representa a fraqueza de espírito. É uma desgraça. Dizer ‘Pobre, puxa cara, você é pobre!’. Acho muito triste. É uma palavra forte, pra mim! (Sr. Maurício)

Acho que não existe o pobre não! É humildade! Acho que não tem ninguém pobre não. Só existe gente humilde. Quando chama alguém de pobre é querendo humilhar. Eu acho assim. Ou está falando mal da pessoa: ‘aquela pessoa é pobre!’ Pra mim, acho que é humilhando. Pra mim é isso! É humilde: ‘aquela pessoa é humilde!’ (Sérgio)

Os auto-nomeados de “humildes” vivenciam a situação persistente da pobreza material, apesar do “esforço individualizado” para enfrentá-la. Apesar de possibilidade incerta, acreditam na viabilidade de melhorar a condição de pobreza material por seus esforços individuais. A admitem porque, segundo assinalaram, pobreza material não consiste em atributo negativo da pessoa ou do local de moradia, nem deve ser assumido como tal: “a pobreza não é defeito, ser pobre não é defeito!” ou a “pessoa por não ter nada se acha que é uma pessoa pobre. Não é pra ser assim”! Retomo a fala do Sr. Maurício, 48 anos, casado, quatro filhos adultos, residente no Marrocos desde 2002, cujo relato enuncia esta luta constante dos “humildes” para enfrentar as dificuldades materiais e ascender socialmente. Enuncia, aqui, sua percepção da “pobreza” como situação de inferioridade social e ambiguamente “natural” e ultrapassável, a partir dos esforços do próprio “pobre”:

Sim, pobre de dinheiro, pobre assim hoje é normal. É relativo. É natural. É muito natural existir. Não faltando a alimentaçãozinha do pobre. Existe assim, uma pessoa ser pobre não é defeito. Em minha opinião, a pessoa porque mora lá no Jangurussu, ou numa favela qualquer, pessoa que é

bem pobrezinha, mas ela pode dar a volta por cima, através daquela pobreza, na luta do dia-a-dia, trabalhando dignamente. Então, pobreza não é defeito, ser pobre não é defeito! O importante é erguer a cabeça, ir à luta e ir pra frente. Aos pouquinhos, ele chega lá e pode tentar subir ao menos um degrau. Pra não ficar na pobreza sempre parado, né? (Maurício, 48 anos, casado, residente no Marrocos)

O “humilde” admite-se “necessitado”/ “sem condições no momento” e até pode assumir-se “pobre”, mas esclarece que sua situação de pobreza material é passageira e superável pelo “esforço individual”, especialmente via trabalho, possuindo o que considera “mínimo” indispensável para sua sobrevivência: alimentação, casa, “trabalho para trabalhar” e/ou “força de vontade” para melhorar de vida e “subir um degrau” social. Em termos materiais, mais uma vez a casa própria de tijolo assume relevância central para demarcar fronteiras em relação aos chamados de “pobres”. D. Auxiliadora, esposa do Sr. Maurício e também uma “humilde” assumida, chegou a afirmar que, se alguma vez foi chamada de “pobre” ocorreu no período no qual residia em “barraquinha de taipa”. Sentia-se humilhada e evitada por alguns moradores locais, segundo relatou:

Eu vejo assim: chamar ‘pobre’ é que está humilhando (...) acho que ninguém me chamou de pobre não. Na minha frente não. Até agora não. Mas eu creio que, quando eu morava ali na barraquinha de taipa ... Ah! O pessoal pouco andava na minha casa, porque era barraquinha de taipa! Lá, eu senti isso.

Quando conversamos em 2011, faziam quatro meses que o casal havia se mudado para a primeira casa própria de tijolo que possuem. A pequena casa de três cômodos, localizada em uma das ruas mais precárias do Marrocos, era coberta com telhas de amianto, os rebocos estavam caindo, a pintura desbota, grades na janela e porta de entrada. Tinha quintal e um estrito jardim com portão de ferro que separava a casa da rua. Para eles, a casa de tijolo e própria é uma conquista celebrada, sobretudo, porque foi comprada. Nem cedida, nem doada, nem fruto de programa governamental, a “sua casa” resultou do esforço do casal, trabalhando. Constitui-se elemento distintivo com relação aos “pobres”: os sem alimentação e sem moradia, que possuem, no máximo, um ‘barraco de taipa’. Ao terminarmos a entrevista, D. Auxiliadora conduziu-me ao local onde residia a fim de mostrar-me a sua antiga “barraquinha de taipa”, que alaga na época chuvosa, com as paredes rachadas e o terreno encharcado em meio aos matos crescidos. A casa atual simbolizava mais um “degrau subido” em relação à sua condição anterior, comparativamente percebida como “pior”. Para não ficar na pobreza sempre parado” e um registro de sua “humildade”. A pobreza “é normal, é relativa, é natural” tomando por referência de comparação destes “humildes” níveis que consideram inferiores aos seus. Neste caso, a referência de comparação não são os “ricos” –

como talvez os de “classe média baixa” – senão os “pobres”, inferiorizados nas classificações hierárquicas locais.

A “riqueza” dos “humildes” traduz-se em suas qualidades pessoais. Atributos que, em tese, compensaria “sua” pobreza material persistente e os distinguiria positivamente em relação aos “ricos” e aos demais “pobres”, aqui referenciada ao “pobre de espírito”. Assumiriam uma certa “superioridade” moral por ser um ‘humilde de espírito’ que, embora com necessidades materiais, mantém-se firme na busca de melhorar pelo trabalho, sem apelar para o “pior” – em termos do “mundo do crime” – e mantém uma convivência simpática, de respeito e de solidariedade, independente de condições materiais ou local de moradia. A disposição em *ajudar*, em meio às adversidades e precariedades cotidianas instauradas em seus locais de moradia, foi ratificada como a qualidade distintiva fundamental dos “humildes”, conforme ressaltou Sr. Maurício:

“Humilde é como eu. Eu não tenho inveja de quem mora numa mansão, numa cobertura. Pra mim, eu tendo umas quatro telhas pra deitar, botar meus filhos pra dormir, pra mim está bom. Gosto de ter o pão de cada dia. E também ajudo, porque já fui ajudado quando andava por este meio de mundo. Porque você não perde em fazer o bem ao próximo”.

Para falar desta marca fundamental dos “humildes” – a disposição em “*ajudar uns aos outros*” ainda que em situações de adversidade – considero relevante a perspectiva declarada por Jana em seu esforço de fabricar sua auto-imagem distinta do que considera os “pobres mesmo”. A história vivida de Jana é marcada pela condição de pobreza material desde a infância marcada pelo trabalho infantil doméstico quando, aos sete anos, migrou pela primeira do interior do Ceará para trabalhar em “casa de família”. Retornou ao interior e permaneceu trabalhando na agricultura até o falecimento de sua mãe, momento em que toda a sua família extensa mudou-se para Fortaleza. Aos quatorze anos, passou a viver maritalmente com o pai de seus sete filhos. Foi abandonada aos vinte e três anos ao adoecer gravemente. O ex-companheiro vendeu o “barraco de taipa” na beira do Canal da Viúva, que haviam conseguido de doação de D. Catarina no Marrocos. Retornou ao interior, deixando a mulher desamparada com os seis filhos, doente e sem moradia. Jana perdeu o “barraco” na área de risco geográfico e deixou de receber à casa para a qual estava cadastrada junto a HABITAFOR/PMF, no Marrocos. Permaneceu sob os cuidados de suas irmãs, residentes no bairro Bom Jardim, que a ajudaram a sustentar seus filhos até ficar curada. De lá veio para sua residência atual no Conjunto Habitacional Urucutuba – popularmente conhecido por “Invasão Haiti” – uma obra inconclusa da HABITAFOR/PMF ocupada por locais e que se encontra sob litígio judicial. Os atuais moradores estão sob ameaça constante de expulsão e fecharam a

entrada do conjunto habitacional com um grande portão a fim de evitar a entrada de “estranhos”.

De maneira abreviada, eis a situação vivida por Jana até o momento em que nos encontramos para dialogar em sua casa. Aos 40 anos, analfabeta, evangélica, desempregada, chefe de família com oito filhos em idades entre 04 e 15 anos, tornou-se moradora desta ocupação ao receber “ajuda” de uma vizinha para comprar uma das casas “invadidas”. Sua única renda familiar regular advém do PBF somada aos seus “bicos” de lavagem de roupa e da venda de alimentação (“pratinhos de comida”) aos vizinhos. Ela se declarou “humilde” e considera-se, portanto, em melhor situação que a do “pobre mesmo”, figura da qual tenta distanciar-se socialmente.

Eu não sou pobre. Eu sou humilde. Pobre mesmo, gente pior do que eu ... pronto, assim, na minha cabeça, tem gente pior porque assim, pronto, que dorme na rua, que num tem comida pra comer, isso é que é a pobreza mesmo, mesmo, mesmo. Aquelas pessoas que não tem aonde ficar, nem aonde morar, de jeito nenhum, que vive na rua, como eu vejo, que num tem nada, nem um pratinho de arroz pra comer. Aí eu acho que isso assim já é pobre demais. Existe! Assim, aqui não! Mas aí na televisão é só o que eu vejo. Aqueles mendigozinhos de rua, que não tem aonde morar. Pobre demais aqui não. Não! Conheço não, ninguém assim. Eu vejo assim, eu tiro pela televisão, nesse meio de mundo aí, aqui na Fortaleza. O nosso bairro aqui, no Marrocos ... É aqui, não tem não ninguém assim não. Já teve, né, muita gente por aqui na Fortaleza, pobre, pobre mesmo de não ter o que comer ... mudou muito. Assim, muita gente que não tem trabalho, pronto, que nem eu. Mas tendo a renda do Bolsa Família, não é muita coisa, mas dá uma ajuda boa mesmo, viu, muito bom, uma ajuda grande. Ajuda do Lula. Sim, do Lula. Sim, mudou muito por causa dele, mulher! Aliás, ele ficou bom? Eu não assisti mais o jornal. Ficou bom? Graças a Deus! E se ele tivesse se candidatado, votava nele duas vezes. Se ele for candidato, voto de novo. Eu votava nele outra vez e não me arrependia. Foi a única pessoa nesse país que eu já votei duas vezes e não me arrependi. De jeito nenhum. E a Dilma também. Se ela for candidata, eu voto pra ela também. (...) Mas é mesmo. Com o Lula mudou muita coisa, muita coisa mesmo. E a Dilma também está no caminho do Lula.

Esta mudança de sua situação, da “necessidade absoluta” para a “humildade”, ela atribui ao Programa Bolsa Família (PBF) – em especial ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva – a quem responsabiliza pela criação deste programa social e, em correlato, sua dita posição “superior” em comparação aos “pobres mesmo”. Programa social destinado aos “necessitados”, desempregados, de “baixa renda” e/ou “sem estudo”, traços com os quais Jana se identifica, o Programa Bolsa Família permitiu-lhe escapar ao que nomina de “pobreza mesmo”, esta versão nativa da extrema pobreza. É a “ajuda” indispensável em tempos de desemprego estrutural e, ao contrário do que propala o discurso neoliberal neoconservadores, não substitui o trabalho como um valor e um desejo para esta usuária. Sua única renda familiar garantida por este programa social vem complementar os poucos recursos obtidos com o trabalho precarizado, informal e esporádico. Nas palavras desta senhora “humilde”:

O Bolsa Família é para os necessitados, os desempregados. Como é que chama? Pouca renda? Renda baixa? É, renda baixa. É, eu uso isso. É na televisão que eu escuto. É que eu escuto que o Bolsa Família é pra quem tem renda baixa. Pois é, eu assisto na televisão que o Bolsa Família é para as pessoas que têm não tem renda de jeito nenhum, pra quem tem renda baixa. Sempre, sempre eu assisto o jornal, quando eu estou de veneta! Minha vida hoje está melhor. Em todos os sentidos está melhor. Antes do Bolsa Família, sempre eu gostei de trabalhar, como eu te falei. ***Mas nem toda vida a gente tem trabalho pra trabalhar, principalmente quem não sabe ler.*** Era muito difícil. Hoje em dia não. Eu já sei que eu tenho o meu dinheiro pra quando eu receber, eu já posso comprar pra mim e mais meus filhos pra comer até a metade do mês. Se for possível, até o mês todo. Agora da última vez que eu recebi estava recebendo R\$ 230,00. Aí, é uma boa ajuda. E esses meus pratinhos de comida e alguma lavagem de roupa que aqui acolá eu ainda lavo. Quando aparece eu estou lavando. Aparecendo assim o que eu fazer eu faço. Se aparecer o que eu fazer, eu não vou deixar. Eu lavo roupa ainda pra fora. Eu faço meus pratinhos. Até porque só é eu mesmo. Só a minha renda. Não tem outra. (...) Pode trabalhar recebendo o Bolsa Família. Pode, minha filha, porque eu estou doida pra arrumar um empreguinho fixo pra mim. Pois é, minha filha, ai ai ... é essa aí a minha situação, minha vida!

A experiência de Jana, comum a muitos de meus interlocutores ditos “humildes”, não carrega somente a marca da necessidade, de uma sobrevivência quase exclusivamente garantida pela renda do Programa Bolsa Família em complementariedade ou não de trabalhos precarizados, informais e esporádicos. Agrega um outro traço específico: a disposição em ajudar e ser ajudada neste grupo de pessoas em situação social reconhecidas como próximas. “Ajudar uns aos outros”, neste caso, extrapola a necessidade/precisão, sendo demarcada e mobilizada como qualidade pessoal e distintiva dos que se autoneameiam de “humildes”. Para Jana, ser humilde:

É uma pessoa que não tem orgulho com nada. Ajuda a quem estiver precisando. Se tem alguém precisando da minha ajuda, eu ajudar. Ajudar uns aos outros, quem precisa. Pronto, tem uma pessoa precisando da minha ajuda, se eu puder ajudar, eu ajudo. Se eu tiver precisando de ajuda, como eu já achei muito quem me ajudasse, ainda hoje eu acho. Porque aqui acolá eu ganho uma cestinha (cesta básica). Quem me conhece e vê esta ruma de menino, né, aqui acolá me ajuda. Essa daí me ajuda [falou apontando para uma vizinha e líder comunitária local]. A D. Catarina me ajuda. Eu é que não ando mais atrás delas como eu andava. Deixei mais de mão. Mas é assim, ser humilde é a pessoa ter amor pelos outros. Não ter orgulho com nada. Como eu vejo muitas pessoas com orgulho. Eu acho que é errado. Eu acho que ter humildade é assim: se eu tenho um vizinho que hoje não tem comida, que estiver faltando, assim, um prato de comida, vamos supor, se eu tiver, que eu dê a mão a ele. Eu acho que isso aí tudo é humildade porque hoje em dia, nesse mundo, é que a gente vê, tem que ser humilde. Tem humildade aqui. Não é de todos, mas tem. Tem muita gente boa aqui dentro, que gosta de ajudar. Gosta de ajudar o próximo.

Mais que uma idealização da imagem da “gente humilde”, cantada em verso por Chico Buarque nos idos de 1970 em canção popular de igual nome, Jana fala de sua luta cotidiana para superar a pobreza absoluta e demarcar sua posição de “humilde”. A mudança de sua situação anterior de “pobreza mesmo” – ou extrema pobreza nos termos oficiais – para a de “humilde” vem atribuída tanto à “ajuda” do PBF, como pela “ajuda mútua” de seus iguais e próximos em seu território vivido. Para os “humildes”, a “ajuda de terceiros” não é sinônimo de descrédito social, desde que recíproca e estabelecidas entre aqueles em homólogas situações. Iguais na “necessidade e na ajuda”, sendo esta uma marca distintiva de

superioridade em relação aos “pobres mesmo” / “pobre dos pobres” e aos “ricos”. Superiores aos primeiros porque estes se encontram em situação de necessidade absoluta – impossibilitados de “ajudar” – e, portanto, em posição desigual e inferior do “pobre-necessitado-dependente” da “ajuda de terceiros”. E, aos segundos, os “ricos” porque seriam incapazes de “ajudar” ou, se o fizerem, estariam em posição de superioridade com relação aos seus possíveis “beneficiários”. O que reitera processos de desqualificação social sobre quem for “ajudado” sob tais condições de desigualdade e hierarquização sociais. Nestes dois extremos (pobres ou ricos), “ajudar uns aos outros” não se incluem entre suas qualidades morais. Esta, só os “humildes” encarnariam em suas expressões cotidianas de solidariedade entre os que se reconhecem como iguais e próximos! As perspectivas negadas de pobreza são, aqui, a “de espírito” e a material absoluta, ao que nomeiam de “pobreza mesmo” ou “verdadeira pobreza”. Situações creditadas, em primeira instância, aos indivíduos e, desta forma, em consonância com a versão individualizada e privatizada da pobreza ora explicitada.

Estes interlocutores parecem reiterar em seus microcontextos de experiência uma versão peculiar do *desvalor e inexistência dos pobres da e na periferia*, denotativos da naturalização e silenciamento das desigualdades sócio-econômicas e político-culturais, bem como da correspondente hierarquia valorativa que classifica os *inferiores* na vida brasileira. As experiências em campo e as narrativas de moradores locais suscitaram-me a problematizar este “*desvalor e inexistência*” de certos segmentos sociais considerados *inferiores* nesta hierarquia valorativa à brasileira – no caso, aqueles em condição de pobreza residentes nas “periferias” da cidade – “*banalizados*”, destituídos de direitos, fabricados como suspeitos em potencial, enredando a todos numa teia invisível que parece não permitir o agir coletivo em sua defesa.

Em suas micro táticas de desprender-se do “*desvalor do pobre*” (SOUZA, 2006) e das estigmatizações sócio territoriais que sobre estes recaem em tempos contemporâneos, residentes destes territórios às margens das margens do Grande Bom Jardim travam, assim, lutas de classificação entre seus (des)iguais. Além da (re)classificação estabelecida entre quem nega a figura do “pobre” – nas significações até então explicitadas na versão da pobreza individualizada – outra micro tática distintiva ganha relevância no universo simbólico de meus narradores: uma (des)classificação hierárquica dos “pobres” em seus territórios vividos. Quando a nomeação de “pobre” e a situação de “pobreza” vem admitida como auto referência por uma parcela de seus residentes, o recurso às subclassificações – e à comparação a “*um pior que eu*” – aparece nos discursos com bastante recorrência. E desdobram-se em práticas de transferência de estigmas e evitamento sócio-territoriais. As (re)classificações locais

assumem a forma da hierarquização social dos “pobres”, demarcando fronteiras simbólicas entre os (des)iguais próximos-distantes em seus territórios vividos e no entorno. É o que me proponho a abordar no item seguinte.

4.3.2 *Classificação hierarquizada dos (des)iguais em territórios estigmatizados*

Em suas lutas simbólicas nestas margens urbanas, os (as) interlocutores (as) auto referenciados (as) “pobres” fabricaram classificações hierárquicas para nomear a si e aos outros residentes locais. Destaco três categorias nativas recorrentes em seus discursos que enunciam diferenciados tipos de “pobres” em suas experiências da pobreza nos territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, a saber: **“pobres”**; **“pobres dos pobres”** e **“pobres que apelam para o pior”**²¹⁸. São significadas de forma relacional e hierárquica entre os residentes destes espaços urbanos, demarcando posições morais desiguais, quais sejam: a de superioridade conferida aos “pobres”; a intermediária/liminar relacionada aos “pobre dos pobres”; e a posição mais desqualificada e inferior imputada aos “pobres que apelam para o pior”. A atribuição de uma destas designações-posições a moradores tangencia a símbolos materiais e imateriais de distinção e/ou de estigmatização sociais tomados no plano individualizado. A presença e/ou ausência de tais símbolos são usados para fins de classificação, comparação, aproximação e/ou distanciamento social entre os (des)iguais nos micro contextos de seus territórios vividos e/ou circunvizinhos.

As três categorias nativas supracitadas – e suas subclassificações – constituídas pelos narradores em seus territórios estigmatizados, circunscreve uma dupla tarefa: primeiro, permitir os processos correlacionados de identificação e distinção sociais entre residentes nestas margens urbanas; e, segundo, simultaneamente garante a quem classifica distanciar-se das figurações públicas negativadas dos ditos “pobres das periferias”, neste Brasil dos anos 2000, e em suas conformações em nível local, e transferi-las para outras pessoas e lugares considerados geograficamente próximos e socialmente distantes. Em ambas, (re)produzem fronteiras simbólicas com efeitos sociais reais nestas margens urbanas, dentre os quais destaco a agudização de processos de estigmatizações e segregações sócio-territoriais fabricados entre estes (des)iguais. No intuito de interpretar criticamente a dinâmica relacional hierarquizada entre os “pobres” locais, retomo algumas *vidas contadas* de interlocutores (as) inscritas nestes esquemas classificatórios nativos.

²¹⁸ Os ditos “pobres que apelam para o pior”, por referência ao envolvimento direto com o “mundo do crime” nestes territórios estigmatizados, recebem outras nomeações específicas, dentre as quais destaco “vagabundo” e “bandido”, a serem abordadas no último item deste quarto capítulo.

4.3.2.1 Sobre os “pobres” e os “mais pobres”: fragmentos das vidas contadas de Dona Consolação e Dona Nina

As narrativas de minhas interlocutoras, D. Consolação e D. Nina, auxiliaram-me, a pensar sobre o conceito nativo de “pobre” nestes territórios urbanos estigmatizados. Nestas perspectivas locais de hierarquização da pobreza, a categoria **“pobre”** é considerada moralmente superior em relação às demais – “pobre dos pobres” e “pobres que apelam para o pior” – e desdobra-se em **duas subcategorias**: a dos **“pobres”** com segurança de moradia (casa própria de alvenaria) e de renda obtida pelo trabalho, preferencialmente o formal, ou por meio de aposentadoria ou pensão, carregando a marca da precariedade material; e a dos **“mais pobres”**, que vivem sob as marcas da insegurança e aleatoriedade de renda, moradia e trabalho, inserindo aqui a condição precarizada, informal e descontínua de trabalho, bem como a possibilidade de recorrer, com frequência, à “ajuda de terceiros” para sobreviver, sobretudo, à família extensa e/ou a programas sociais estatais. Esta segunda versão de “pobre” é retratada em sua posição relacional de liminaridade e inferioridade estruturante, delineada na expressão **“é mais pobre do que eu”** sem, todavia, encontrar-se em condição absoluta de destituição material e imaterial como a dos “pobres dos pobres”, conforme explicitarei adiante. Trata-se de uma situação de pobreza material, segundo as interlocutoras, passível de ser enfrentada e, talvez, superada pelas “graças de Deus”, a “ajuda” da família e os esforços individuais. Importa salientar que o recurso à provisão social estatal, especificamente focada na renda do Programa Bolsa Família, é vista como “ajuda” circunstancial, sem, portanto, considerá-la determinante para “melhorar de vida”.

Nesta perspectiva, não houve qualquer referência à “pobreza de espírito” e/ou ao “pobre de espírito baixo” esboçada no item anterior. A celebração do esforço individual é ainda um dos traços fundantes na ascensão pretendida por estes narradores. Os símbolos que os unem sob a categoria comum de “pobres” são, destarte, materiais e imateriais, por vezes outrossim apreendidas como pertencentes à “pessoa”, quais sejam: necessidade material persistente, admitida e tolerada por quem a vivencia; o “trabalho honesto” permanece a via moralmente superior para enfrentamento e/ou superação da pobreza material, resguardando a “ética do trabalho”; acesso à alimentação; moradia; e os aspectos imateriais individualizados são “a força de vontade”, “a fé em Deus”, a disposição em “ajudar a quem precisa”, a “confiança de um dia melhorar de vida”, “a esperança de uma vida melhor no futuro”. Existe uma expectativa de ascensão horizontal, ou seja, acreditam em possibilidades reais e/ou

imaginárias de “melhorar de vida” dentro da mesma categoria de “pobres”, alcançando uma posição superior em suas subclassificações internas.

A narrativa de D. Consolação, do alto de seus sessenta e nove anos, cor parda, analfabeta, viúva, seis filhos, católica praticante, aposentada e residente no bairro Bom Jardim desde 1962, foi a que melhor me permitiu inscrever a “ascensão horizontal” pretendida e a hierarquização fabricada entre os (des)iguais destas margens urbanas e suas significações singulares. Para apreender seus sentidos circunstanciados, retomo, de maneira sumariada, sua história vivida de migrante do interior, mulher-mãe-avó chefe de família e provedora do lar, aposentada, que considera ter construído uma “vida melhor” a partir de seu trabalho, a “ajuda” de terceiros e sua “fé em Deus”. Eu a conheci em julho de 2011, na casa de uma de suas filhas, a “trabalhadora-batalhadora” Luzia, no Marrocos. Até 2012, residia em conjunto habitacional situado no bairro Bom Jardim com dois filhos adultos: um alcóolatra e o outro esquizofrênico. Ela é a responsável pelos dois e cuida da casa sozinha. Sua renda familiar constitui-se de dois salários mínimos resultantes de pensão deixada pelo marido falecido e de sua aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Sua aparência frágil e serena escondem uma vontade e força de viver revelada em sua experiência singular, embora com traços aproximados identificáveis em narrativas de outros (as) moradores (as) mais antigos (as) nestes territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim nos quais realizei meu trabalho de campo.

Alguns dias na semana, D. Consolação atravessava vários territórios vizinhos até a casa da filha Luzia a fim de visitá-la, fazer as compras em mercantil próximo ou ir à feira-livre semanal no Marrocos. “Fazer a feira” às terças de manhã nesta localidade era um momento de alegres encontros e diálogos com várias de minhas interlocutoras. E foi exatamente em um destes dias “de feira” que conheci D. Consolação e conversamos pela primeira vez. Compreendi a importância de sua experiência, que me ajudou a refletir sobre a dinâmica da pobreza nestes territórios estigmatizados, em especial, concernente à classificação hierárquica estabelecida entre os “pobres” locais. Para entrevistá-la, fiz um árduo esforço de convencimento mediado por Luzia somado à longa caminhada atravessando territórios do bairro Bom Jardim, sob o ardente sol das quatorze horas. Depois de uma hora em média de caminhada, eu, Luzia e seu neto chegamos à casa de D. Consolação, que nos recebeu com uma expressão de surpresa, reserva e vergonha, apesar de termos combinado antecipadamente esta visita. Compreendi os seus motivos em seguida. Um de seus filhos estava bebendo faziam três dias e tendia a envolver-se em conflitos com vizinhos. A situação a deixava mais temerosa por ele já ter se envolvido em conflitos com vizinho vinculado ao

“mundo do crime” nos últimos meses. Os riscos de resolução de conflitos pessoais por meios violentos é situação recorrente em seu território.

Outra preocupação desta senhora é com seu neto (21 anos), usuário de drogas e ameaçado de morte no bairro. Ele fugiu da clínica de reabilitação onde estava internado e havia retornado para casa desta sua mãe-avó na madrugada anterior. Quando entramos na residência, este rapaz dormia, tranquilamente, na rede armada no primeiro quarto. Nesta tarde, D. Consolação falou sumariamente da situação do neto, enfocando que o criou até os quatorze anos e, por isto, se sente responsável por ele. E este, por conseguinte, quando se vê em dificuldades, retorna à residência de D. Consolação que o acolhe, cuida e protege como pode! Situação de insegurança e sobressaltos para ela, porque os retornos do rapaz ao bairro Bom Jardim significam maiores riscos de morte para ele e sua família. Depois do cafezinho na cozinha, em meio aos questionamentos e interrupções de seu filho alcoolizado, seguimos para o quintal da casa onde realizamos a entrevista gravada. Esta também, de vez em quando, interrompida por algum de seus dois filhos, que queriam saber do que se tratava a conversa reservada. D. Consolação mostrava-se um tanto envergonhada e um tanto receosa no início da entrevista. Todavia, quando pedi para contar-me sua vida, a conversa correu solta e lá foram duas horas neste primeiro encontro. Sim, sua entrevista foi realizada em dois momentos: o primeiro em sua residência e o segundo na casa de Luzia. O sigilo foi resguardado nas duas situações de entrevista, na medida do possível, e sem comprometimento do conteúdo das três horas de entrevista gravada enriquecido com os diálogos informais anotados em meu diário de campo.

Descrever D. Consolação, não é tarefa fácil, pois resguarda em si uma aparência frágil em sua estatura baixa e corpo magro, a resignação no olhar complacente e no sorriso tranquilo, em complementariedade com uma fortaleza incomum de quem tem enfrentado a vida sem recuar diante do presente de atribulações cotidianas, ou de um futuro incerto e inseguro. Aos poucos foi se mostrando em suas palavras e práticas de viver ao longo de seus sessenta e nove anos, à época de nossos diálogos. D. Consolação simplesmente me disse que só há uma opção possível para quem vive nas margens das margens do Grande Bom Jardim, iniciando o seu relato com um tom de voz sereno, paciente e firme:

Foi uma tarefa muito longa, eu criar meus filhos aqui. Eu nem sei como eu ainda estou contando a história ... Tem que continuar, né, minha filha. A gente tem que continuar a viver, porque não pode parar. A gente tem que seguir em frente. Pedir força a Deus e vai em frente. Não pode parar. Se parar, aí pronto, é pior. Aí cai. A gente tem que continuar (...).

Não há traços de auto comiseração em seu discurso. Aproximado do discurso de sua filha Luzia em diálogo anterior, talvez seguindo os passos de sua mãe, ela também não se diz “coitada” e sua “vida melhor” do presente atribui a si, à sua “fé em Deus” e à “ajuda” de terceiros! Sua *vida contada* é de ascensão horizontal, com relação às condições materiais de pobreza absoluta experienciadas no passado. Ao contrário de Luzia, contudo, esta experiência de pobreza é narrada na condição de alguém que se reconhece “pobre”, sem culpas ou desonras por assim autoneamar-se e/ou ser socialmente reconhecida, segundo assinalou: “É, tem gente que não assume. Eu assumo. Eu sei que eu sou pobre. (...) mas eu digo, tem gente mais pobre do que eu (...)”. E, conforme depois me esclareceu, há um outro “mais pobre” com o qual comparar-se e distinguir-se entre seus (des)iguais: a figura deste **“mais pobre do que eu”**. Suas referências para comparação e construção de sua identificação de “pobre” são tanto aqueles considerados em posição inferior à sua no presente, como a própria situação anterior de “mais pobre”, supostamente, superada. Neste diálogo sobre a experiência da pobreza, D. Consolação abriu as sendas de sua memória e dos tempos de “mais pobre”. Nascida no interior do Ceará, nos idos de 1942, esta senhorinha gentil trabalha desde os sete anos e as condições de estudo à época eram quase inexistentes nos distritos dos municípios. Ressalto a baixa qualificação dos professores e a centralidade das escassas escolas públicas nas sedes municipais, tornando difícil o acesso de moradores da zona rural à educação formal. A distância para chegar à escola e a prevalência do trabalho infantil restringiam as possibilidades de estudo, sobretudo para as mulheres. Segundo relatou:

Praticamente quem nasce no interior já nasce trabalhando. Foi dos sete anos pra cá, por aí. Eu nunca tive tempo de estudar, além de não ter, que era interior mesmo que a gente morava. O pai botou a gente pra estudar numa escola que tinha lá. A professora era tão ignorante! (...) A gente ia mais meu irmão mais velho. Ele batia muito na gente no caminho. Era longe. A gente saía meio dia de casa. Eu tinha uns sete pra oito anos. Ele batia muito na gente. Eu chegava na escolinha morrendo de dor de cabeça porque além do sol, ele batendo na gente. Ele era ruim e chato, meu irmão. E vivia maltratando a gente. (...) Minha filha, eu não estudei nem isso aí não. Porque não deu certo. O papai tirou. E o meu irmão, era homem, ele botou na escola a noite. Nós não podia ir. Era muito longe. Era muito mato pra gente andar só. Depois a gente veio pra cá. As minhas irmãs ainda estudaram. Mas foram trabalhar em casa de família. Eu não estudei mais não.

Dificuldade de acesso à educação formal adensada para o gênero feminino que, sob a cultura patriarcal/machista do período, estabelecia para as mulheres o “destino” do casamento, da maternidade e a restrição ao espaço doméstico. O trabalho infantil para complementação do sustento da família sobrepôs-se ao estudo tanto no interior, na agricultura, como na capital, nas “casas de família”, foi experienciado pelas crianças e adolescentes da família de D. Consolação, em especial, para as do sexo feminino. O trabalho

doméstico iniciado na infância tornou-se sua alternativa de sobrevivência e ocupação central, mesmo depois de aposentada.

A mudança de sua família para Fortaleza ocorreu no período de estiagem de 1958, momento em que a capital começava a receber um contingente crescente de migrantes do interior cearense e teve um aumento populacional de quase 100% na década seguinte. A capital vivenciava uma urbanização acelerada e desordenada. A pobreza, expressão-limite da questão social no período, agudizava-se devido ao êxodo rural com o número ascendente de migrantes do interior – os ditos “retirantes da seca” – que chegavam à capital em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Ocupavam os “espaços vazios” da cidade situados no entorno do centro industrial, comercial e administrativo de Fortaleza, espaços urbanos onde se produziram amplas “periferias” desprovidas de infra-estrutura urbana e serviços sociais. A família de D. Consolação vivenciou estes processos ao chegar a Fortaleza, indo morar primeiro no Jockey Clube, em casa alugada por intermédio de parentes e conterrâneos residentes neste bairro. Eram quatorze pessoas no total: além de D. Consolação e seus pais, sete irmãs e quatro irmãos.

O trabalho precarizado e informal tornou-se parte de suas existências nesta capital: o pai, agricultor, dono de sua terra e provedor do lar transformou-se em “vendedor de água nas casas”. Da ampla casa própria do sertão passou a residir em pequena casa alugada. E o sustento da família era complementado pela “ajuda” das filhas, advinda do trabalho doméstico em “casa de família. É importante resgatar um trecho da narrativa de minha interlocutora sobre a experiência da seca e seus desdobramentos na vida de sua família, a vinda para a capital cearense e as oportunidades-dificuldades de vida e trabalho aqui encontradas:

Eu tinha dezessete anos quando nós viemos para Fortaleza. Viemos todo mundo. Foi uma seca muito grande que teve no interior. Papai era agricultor. Tinha botado um roçado enorme e perdeu tudo. No mês de dezembro a gente plantava logo, pra quando a chuva chegasse. Ele regou o roçado todo de algodão, feijão e milho. Ainda nasceu tudinho. Ficou desse tamanho assim (mostrando a altura de meio metro com as mãos). Torrou tudo! Você olhava assim, as carreirinhas torradinhas, tudo seco. O sol amanhecia desse tamanho acolá, vermelhão. Não teve inverno de jeito nenhum. Ele perdeu um absurdo de colheita, trabalhador, material, tudo. A terra era da minha mãe, de herança. Ele vendeu tudo e viemos pra cá. (...) Minha filha, esse negócio de seca no interior, que bota muita gente pra cidade grande. Como nós chegamos aqui nessa situação. Chegamos aqui em 58, uma seca medonha no nosso interior. E até no comecinho eu já falei. Foi uma seca muito grande e então a gente veio procurar uma vida melhor na cidade grande. (...) quando chegamos, fomos morar no Jockey Clube. Ele conhecia uma mulher lá (conterrânea), que era casada com um parente do papai e eles arranjaram uma casa pra nós, de aluguel. E a gente foi morar lá. O papai trouxe um jumento de carga. Chegou aqui e foi se virar com esse jumento vendendo água nas casas. E eu e minhas irmãs fomos tudo trabalhar em casa de família. É, em casa de família. E quando era final do mês pegava o dinheiro pra ajudar em casa, pra pagar o aluguel. Eu só vinha em casa de quinze em quinze dias.

A construção do Bom Jardim, segundo explicitarei no primeiro capítulo, iniciou nestes anos 1950-60 e tornou-se “destino” idealizado por muitos migrantes do interior. A saída da família de D. Consolação do bairro Jockey Clube e sua instalação permanente no Bom Jardim foi motivada pelo desejo de seu pai de voltar a trabalhar com o cultivo da terra e a lida com animais. Surgiu a oportunidade de cuidar de um terreno privado neste bairro. O “pai” tornou-se, então, uma espécie de caseiro e levou toda a família para residir no Bom Jardim, nas proximidades do que hoje chama-se Marrocos, na antiga estrada carroçável da Urucutuba, hoje uma avenida asfaltada e iluminada. D. consolação relembrou com entusiasmo e saudade este momento de chegada ao Bom Jardim:

Meu pai veio do Jockey tomar conta de um terreno grande que tinha aqui. Na região ali que mora a Luzia. Ali descendo, era um terreno só. E o papai era agricultor. Era louco por negócio de planta, animal. Ele descobriu esse terreno e veio a família toda. Quando chegamos em Fortaleza, morava todo mundo junto. Aí foram se casando, se espalhando. O meu irmão mais velho casou-se com uma prima minha e voltou para o interior. Aí pronto, a gente foi se casando e foi se separando. Quando a gente veio pra cá (para o Bom Jardim), ainda tinha o D., a F, a K., a maior parte casou tudo aqui no Bom Jardim. Faz muitos anos que a gente mora no Bom Jardim. (...) eu morava aqui nessa rua aqui. Eu já tinha chegado ao Bom Jardim. Foi na época que eu me casei. Porque ele era daqui.

O casamento ocorreu três anos depois de chegar ao Bom Jardim, aos vinte e dois anos. Casou-se com um vizinho e continuou morado neste bairro. Em termos deste período de casada e pós-separação, D. Consolação considerava-se “mais pobre” do que atualmente. Quando casada, morava em um quarto alugado nas imediações da estrada da Urucutuba, em frente ao que em 2000 tornou-se Marrocos. Teve nove filhos. Três faleceram ainda recém-nascidos. Não fazia pré-natal porque o acesso à saúde pública era ainda mais difícil naquele período. Quando o marido perdeu o emprego formal, tornou-se alcóolatra e passou a trabalhar esporadicamente e/ou fazendo “bicos”, a família passou fome. Junto com o desemprego e o alcoolismo de seu marido, D. Consolação registrou o que considera a principal insígnia da pobreza material dos “mais pobres”: a fome. Contou com a “ajuda” de seus pais e de familiares de seu marido, sobretudo, para garantir a alimentação irregular para os filhos e o pagamento do aluguel do quarto. Não obstante a “ajuda” familiar, o seu relato lembra um tempo de “muitas necessidades”, um tempo de “muita fome”:

Cheguei a passar dificuldades com minhas crianças. Os bichinhos eram pequenos. Passamos necessidades, logo eram muito pequenos. Com os mais velhos ainda foi pior, com os mais velhos. Porque logo quando eu casei, meu marido trabalhava. Era um cabra trabalhador. Quando eu casei com ele, ele trabalhava de fazer azulejo. Era empregado e depois desempregou-se. Aí foi o tempo em que tudo deu errado, que ele começou a beber demais, sempre saía, pegava e deixava o emprego. Começamos a passar um tempo, depois que ele começou a beber mesmo direto, aí nós passávamos muita fome. Passava muita fome. Não passava mais fome porque minha cunhada morava vizinho e ela era muito boa pra mim e o marido dela também. Tinha uma outra cunhada

que também morava perto. Várias vezes ela levava o almoço e a janta dos meninos. Os outros maiorzinhos se seguravam até com uma colher de farinha, mas o pequeno, ela sempre dava o almoço e a janta dele, todo dia. Eu banhava ele na hora do almoço e da janta. E ela mandava buscar ele pra comer lá, o menor. Passamos muita necessidade.

Nestes tempos de necessidades persistentes, D. Consolação decidiu recomeçar a trabalhar, para ajudar no sustento da família. A condição de analfabeta e a necessidade diante das urgências materiais, a aproximaram de trabalhos que não exigiam qualificação profissional, reconhecidos como “trabalhos de mulher”: lavadeira, doméstica, diarista. O salário era insuficiente e a fome mantivera-se presente em seu cotidiano. Os conflitos com o marido aumentaram quando (re)começou a trabalhar em “casa de família”, resultando na separação do casal e em novo ciclo de pobreza material.

Me casei. Não deu certo. Arranjei só um bocado de filho. Não deu certo ... Meu marido morava vizinho ao terreno que a gente morava. Ele era daqui. Morava aí nessa Estrada da Urucutuba, que era estrada carroçal. Aí eu descobri ele, se juntamos e se casamos. Quando eu me casei, eu já tinha uns três anos que eu morava aqui no Bom Jardim. (...) eu tinha vinte e poucos anos. Não deu certo porque ele era alcóolatra. Bebia demais. Ele começou a não fazer coisa com coisa, muito ciumento. Foi nessa época que eu voltei a trabalhar, com esse menino ainda pequeno. Acostumada a ficar só dentro de casa, que nem para a igreja eu não saía. Ele começou com ciúme. Era um ciúme horrível. Teve uma hora que não deu pra aguentar. Eu saí de casa. Trouxe meus filhos tudinho e vim para a casa de uma irmã minha, que morava no Santo Amaro. (...) Ele era uma pessoa boa. Mas depois que ele perdeu a mãe dele, não sei o que aconteceu. Quando a gente namorava, nunca falou comigo fedendo a bebida. E quando acabar, não sei, acho que ele gostava demais da mãe dele também. Praticamente a mãe dele criou ele sozinha também. Ela perdeu o marido cedo. Quando ela morreu, ele desandou de um jeito. Enquanto era só a bebida, tudo bem. Mas quando pendeu para o ciúme... Na época, cada dia eu trabalhava em uma casa. Um dia chegava mais cedo, noutro dia mais tarde. Os ônibus eram muito difíceis. Eu ainda passava para deixar esses dois na minha mãe, que eram pequenos. A minha menina mais velha com os outros ficava tudo em casa. Trazia quando era de noite. Eu descia do ônibus e vinha com esses meninos para casa. Quando eu chegava em casa, o homem ainda ficava reclamando. Dizia que não era hora de eu estar trabalhando não, que eu andava era ... no meio do mundo. (...) Eu deixei ele. Pra mim, eu achei que estava melhor de que com ele. Porque só eu vivia sossegada. Eu deixei onde nós morávamos. Era só um quartinho velho, só quatro telhas, um compartimento só, com um bocado de menino dentro. Ele só vivia reclamando e o ciúme dele era tão grande. (...) Ele foi embora. Com três dias ele voltou. Mas nesse tempo que ele foi embora, eu peguei meus filhos e vim pra casa da minha irmã aqui no Santo Amaro.

Após a separação, permaneceu um período na casa de uma irmã, morando “de favor”. Depois alugou casa para morar com os filhos, mantendo-se próxima da família extensa, no bairro Bom Jardim. O ex-marido alcóolatra²¹⁹ permaneceu fazendo “bicos” pra sobreviver e seus recursos não lhe permitiam pagar a pensão alimentícia para os filhos. D. consolação teve de assumir a responsabilidade com o sustento dos filhos, tonando-se a chefe da família. Contou com a manutenção da “ajuda” financeira de seus pais e de uma irmã para garantir o pagamento do aluguel de sua moradia, mesmo trabalhando. Aos sessenta e nove

²¹⁹ O ex-marido tentou reconciliar-se com D. Consolação que não o aceitou de volta. Ele faleceu alguns anos depois de câncer e deixou-lhe uma pensão de um salário mínimo, resultado de trabalhos formais.

anos, aposentada e com renda familiar de dois salários mínimos, ela ainda trabalha como diarista, de maneira esporádica, na casa das filhas de antigas patroas. Considera o trabalho fundamental em sua vida, símbolo de sua honestidade de “pobre” e que lhe garantiu “viver mais sossegada” após a aposentadoria. Importa salientar que foi a única de meus interlocutores que se reportou ao valor da honestidade associada ao trabalho e à condição de “pobre” de forma explícita. A imagem do “pobre, honesto e trabalhador” parece, no mínimo, embotada nestes tempos contemporâneos de prevalência das figurações negativadas da pobreza e dos pobres nas “periferias” urbanas.

Reconhece uma maior dificuldade de conseguir trabalho atualmente, posto que as exigências de qualificação profissional e escolaridade elevada restringem as oportunidades para quem nunca estudou, a exemplo de muitos que ela conhece em seu território vivido e mesmo de sua família. Refere-se ao emprego formal e com segurança em termos dos direitos trabalhistas e sociais, cada vez mais escasso em meio aos processos de desemprego estrutural, diminuição de postos de trabalho, sobretudo na indústria, somados à flexibilização e precarização das relações de trabalho e formas de contratação em curso nas últimas quatro décadas. D. Consolação, em sua linguagem simples, sente e percebe a prevalência do que nomeou de “trabalho vagabundo” – desqualificado, precarizado, informal, mal remunerado – nos tempos atuais em contraponto à escassez do emprego “de carteira assinada”, não somente para os ditos “pobres da periferia”, sem qualificação profissional e baixa escolaridade. Não obstante a imagem positivada do “pobre honesto e trabalhador” associada às suas experiências anteriores de pobreza e trabalho, D. Consolação considerou seu próprio trabalho como “baixo”, por referência às parcas exigências de qualificação profissional, nenhuma escolaridade, sem direitos garantidos e salário insuficiente para o sustento de sua família quando se considerava uma “mais pobre”. Este tipo de trabalho que se refere como mais fácil de conseguir no passado e no presente é o que nomeou de “trabalho vagabundo”. Importa ouvir seu ponto de vista:

O trabalho é tudo! Ai da gente se não trabalhar. Porque eu tenho esses dois doentes dentro de casa. Eu não sei não! Se eu faltar e eles ficarem, eu não sei como vai ser. Porque eu trabalhava no meu serviço, humilde como era. Eu acho que a gente tem que enfrentar a vida como ela é. Pra mim, trabalho é tudo. Ai de mim se eu não tivesse trabalhado. Hoje eu estou mais sossegada. Por acaso, se eu não tivesse trabalhado, se eu nunca tivesse pago o INPS [leia-se INSS] nem nada, se ele [o ex-marido] não tivesse deixado nada para mim, o que seria de mim com esses dois homens doentes dentro de casa? Agora, hoje, eu acho que está mais difícil da pessoa arranjar trabalho hoje. Porque, na minha época, era fácil, trabalho vagabundo assim era fácil. Porque a pessoa que tem estudo, não trabalha o trabalho que eu trabalhei. Eu digo, assim, porque todo trabalho, qualquer trabalho é um só, sendo honesto, está ganhando dinheiro honesto, é trabalho! Mas eu digo trabalho vagabundo nesse tipo assim, de ser trabalho baixo. A pessoa que estuda não vai trabalhar em um trabalho que eu trabalhei. Eu acho que esse tipo de trabalho é fácil ainda. Mas outro tipo de trabalho, de carteira

assinada, com salário bom. É difícil. Às vezes a pessoa tem estudo, tem curso, vai procurar lá fora e aqui não encontra.

Em relação à moradia, D. Consolação viveu “de aluguel” algum tempo após a separação, deslocando-se constantemente em territórios do Bom Jardim. Quando o salário de doméstica não dava nem para suprir as necessidades mínimas de sobrevivência, apesar da “ajuda” da família, seus pais construíram dois compartimentos no quintal da casa, onde passou a residir com os (as) filhos (as). Mudou-se após os filhos crescidos e também trabalhando para “ajudar em casa”. Foi morar com a filha mais velha em área oficialmente considerada de risco geográfico e favela reconhecida do Bom Jardim, em terreno de “invasão”, nos termos nativos. Ajudada pelos (as) filhos trabalhadores (as), conseguiu comprar um terreno “de invasão” e construiu seu primeiro esboço de casa própria: dois cômodos situados na favela. Mas a primeira casa própria de alvenaria reconhecida por D. Consolação obteve no conjunto habitacional onde residiu por doze anos, até final de 2012, considerada uma “dádiva de Deus”. Trocou sua casa na “favela” pela casa no conjunto habitacional. Para conseguir sua casa própria fez uma troca com uma vizinha que havia sido contemplada com projeto de unidades habitacionais da PMF. A sua antiga residência na “favela” foi trocada pela atual em conjunto habitacional do Bom Jardim.

Os (re)arranjos do viver nas margens urbanas, sobretudo em termos das trocas e/ou vendas de casa obtidas em programas habitacionais estatais, são bem mais complexos e relacionam-se aos fios que vinculam os moradores destes territórios às malhas do “mundo do crime”, mesmo se não estiverem nela enredados diretamente. Embora a experiência de pobreza de Dona Consolação registre sua necessidade material justificável para incluí-la em projetos de construção de unidades habitacionais estatais, nunca foi sequer cadastrada pelo órgão responsável para receber unidades habitacionais. Estaria supostamente fora dos critérios exigidos para inclusão nos programas habitacionais da prefeitura. Só obteve sua casa no conjunto habitacional porque o marido da vizinha, aquela com a qual fez a troca das casas, era um traficante conhecido na área e não poderia ir residir em outro território no qual tinha “inimigos” de facção criminosa rival. Sem ter para quem recorrer, fizeram seus próprios rearranjos locais: o casal ficou com a casa própria na “favela” na qual mantiveram sua “bocada” e D. consolação foi contemplada com a sonhada casa própria de alvenaria no conjunto habitacional no Bom Jardim. Os laços familiares e sociais tecidos entre os residentes em seus territórios vividos e os conflitos inscritos entre territórios circunvizinhos de uma mesma região são também outros aspectos fundamentais que o Estado parece desconsiderar na tendência à brasileira de gestão territorial da pobreza nestas margens urbanas.

A “esperança de ter uma vida melhor” começou a esboçar-se para D. Consolação ao aposentar-se aos sessenta anos, com a “ajuda” de algumas patroas que pagaram seu INSS, em um período em que não havia esta obrigatoriedade legal. À renda da aposentadoria soma-se a pensão deixada pelo ex-marido, falecido há alguns anos de câncer. O tempo da “muita necessidade” parece um tanto mais distante e brando no ponto de vista de D. Consolação. Continua trabalhando, mais por “consideração” às antigas patroas, do que por “necessidade” urgente, segundo declarou. Assumiu-se “pobre”, mas não uma “mais pobre”, situação experienciada em seu passado recente.

Auto nomear-se “pobre” foi atitude recorrente entre os idosos (as) e uns poucos adultos²²⁰ entrevistados (as). Ao fazê-lo, D. Consolação buscou distinguir-se tanto dos “pobres dos pobres”, como da situação liminar de um “mais pobre” do que ela se considera ou se considerava na sua experiência do passado ora sumariada. De acordo com seu relato, o “pobre” ocupa posição superior à dos “pobres dos pobres” e desta forma tece seu conceito nativo:

O pobre é antes dos ‘pobres dos pobres’. É esse que ainda tem fé em Deus, ainda vai em frente. (...) O pobre, esse ainda acredita em Deus. Ainda acha que pode seguir em frente, que ainda vai aparecer uma chance. Ainda tem aquela confiança de um dia melhorar. (...) Porque eu não vou dormir pensando no que eu vou comer amanhã. Porque eu sei que eu tenho meu salariozinho (...) eu acredito que sobre isto eu estou despreocupada, com o que eu vou comer amanhã. O que eu quero dizer é que, o que eu acredito que seja pobre é quem só tem aquilo ali, o suficientezinho. Porque é o suficientezinho, não passando mais nada. Ter aquilo ali, o suficiente. Aí é o tipo de coisa que eu digo: o pobre é isso. É o suficiente.

Nesta versão, nenhum traço da pobreza espiritual é admissível. E a pobreza material há de ser cotidianamente enfrentada por este indivíduo reportado à sua condição solitária, desprotegida e abandonada face às instituições estatais e aos seus (des)iguais. A família extensa parece ainda o sustentáculo material admissível e possível associada à “fé em Deus”, a “ajuda” de terceiros e ao sentimento de esperança – denotativa de uma perspectiva de futuro ainda vigente em seu horizonte de sentido – de uma “vida melhor”. Ao afirmar que o “pobre tem o suficientezinho” refere-se, de um lado, a esta “pobreza material tolerável ou admissível”, circunstancial e superável – dentro dos “mínimos sociais” da sobrevivência e, portanto, a alimentação diária regular é sua expressão máxima – oposta à pobreza material absoluta capaz de garantir-lhe o sustento da família. De outro, o “suficiente” inclui o acesso à moradia própria e à renda segura e sistemática, seja pelo “trabalho honesto”, seja pela aposentadoria ou pensão. Carrega seus símbolos de ascensão horizontal e distinção social em relação ao seu passado de “mais pobre” e/ou da outra posição inferior dos “pobres dos

²²⁰ Somente na perspectiva da versão de pobreza material/sócio-econômica e relacionada ao espaço de moradia.

pobres”, amenizando a situação de incertezas e urgências permanentes recorrentes a quem situa nestas duas posições inferiores à do “pobre”.

Para explicitar as singularidades desta posição dos “mais pobres” nesta hierarquia dos “pobres” locais, D. Consolação narrou a situação de pobreza material densa e persistente experienciada por sua filha mais velha desde a infância. E que, apesar dos esforços individuais frustrados para tentar superá-la pela via do trabalho, permanece uma “mais pobre”. Esta interlocutora vai tecendo uma comparação entre sua condição atual de “pobre” e a de sua filha, uma “mais pobre”, reproduzindo em seu relato traços que vivenciou no passado de “muitas necessidades” e sofrimentos. Segundo enunciou:

E tem o ‘mais pobre’ que ainda luta pra subir. Luta para fazer alguma coisa. Não é o pobre dos pobres, mas passa por situação difícil, muito difícil. Eu tenho um, inclusive, eu tenho uma na minha família mesmo: a minha filha mais velha ainda vive numa situação assim. Ela não vive morando no meio da rua. Tem um quartinho velho dela lá pra viver mais os filhos dela. Mas ela tem muita fé em Deus. Vai à igreja. Mas *ela passa uma situação difícil, muito difícil. Mais difícil do que a vida dela é a que eu já passei. Porque hoje, graças a Deus, eu estou no céu.* Eu *tenho onde eu morar*, apesar de eu não gostar. Mas eu *tenho o meu cantinho. E é meu e eu só saí de lá se eu quiser. À vista do que eu passei, eu estou no céu.* Mas ela lá, *ainda sofre muito.* Eu ainda ajudo ela. Dou uma ajuda a ela. Aqui e acolá, eu dou uma ajuda a ela. E ela tem muitos filhos. A família é grande. Apesar de já ter saído quase todos. Tem uns quatro pequenos ainda. A vida dela é muito difícil. O marido dela (pausa). Ela gosta de ajudar. Ela sempre trabalhou. Ela é uma pessoa que ela gosta de trabalhar. Ela tem uma máquina de costura. Faz calcinha pra revender. Compra aqueles calçõezinhos, cueca, calcinha. Aí ela revende. Ela compra os retalhos, faz e vende. E *o marido dela é catador, reciclagem.* Por isso aí que eu lhe digo: vive numa situação muito difícil, minha filha. *Ela é pobre mais do que eu.* Mais pobre do que eu, porque eu, o meu salariozinho que eu tenho, eu ainda ajudo ela. Quer dizer, que se eu ajudo, é porque ela precisa. Ela é uma dessas pessoas que eu digo que *é mais pobre*, não é pobre dos pobres porque ela ainda tem fé em Deus. E assim como eu consegui, tenho em fé em Deus que a minha filha ainda vai conseguir ter uma vida melhor. Às vezes eu penso assim: é capaz dela morrer antes do que eu. Porque ela é muito sofrida. *Foi uma vida de sofrimento. Se quando criança era sofrida. Passou fome e tudo. Ainda hoje ela continua quase na mesma vida.* (...) eu sei que eu sou pobre. Mas eu digo que ela é mais pobre do que eu porque eu não vou dormir pensando no que eu vou comer amanhã. Porque eu sei que eu tenho. E ela vai dormir pensando ‘o que será de mim amanhã?’ Eu acredito assim que, sobre isso, eu estou despreocupada com o que eu vou comer amanhã. E ela vai dormir pensando ‘que será de mim e dos meus filhos amanhã?’ Aí eu acho que ela é *mais pobre do que eu* por causa disso.

Os traços característicos desta “*mais pobres*” são a insegurança, aleatoriedade e precariedade de renda, moradia e trabalho. A filha mais velha de D. Consolação vivencia cotidianamente a pobreza material persistente expressiva na alimentação irregular em sua dimensão máxima do “passar fome”, na moradia de aluguel, na renda insuficiente para o sustento da família obtida pelo trabalho informal de costureira e vendedora de roupas adicionada à do marido, que desenvolve a ocupação de catador de materiais recicláveis, considerada a forma de trabalho mais degradante entre meus interlocutores residentes nestes territórios estigmatizados. Segundo alguns de meus interlocutores, trabalhar e viver “de reciclagem” significa pertencer à franja mais degradada entre seus (des)iguais em seus

territórios vividos, um “verdadeiro pobre”, um “pobre demais”, quase um “pobre dos pobres”. A outra insígnia de (des)qualificação dos “mais pobres” é a necessidade constante da “ajuda” de terceiros para sobreviver, neste caso, a “ajuda” material esporádica garantida por D. Consolação à filha e o recurso à renda do Programa Bolsa Família (PBF). Trata-se de uma situação de liminaridade estruturante, passível de declinar à condição de “pobres dos pobres”. A alternativa para sair desta posição e/ou não sucumbir à outra considerada mais inferior, é o esforço individualizado agregado à “fé em Deus” e a “esperança” de conquistar uma “vida melhor”.

Em verdade, a “fé em Deus” e a “esperança” seriam, conforme D. Consolação e D. Nina, aspectos indispensáveis ao “pobre” e ao “mais pobre” para o viver nas margens das margens do Grande Bom Jardim, em seus territórios estigmatizados nos quais a confiança entre os (des)iguais e para com o Estado e suas instituições encontra-se fragilizada. O viver nestes territórios assume, para estas interlocutoras, as marcas de um viver acossado e/ou acuado nas margens das margens de Fortaleza, com níveis elevados de desconfiança entre seus residentes e em termos das instituições estatais. Em vários relatos, considerando aqui católicos e evangélicos declarados, a referência à “fé em Deus” e/ou às “graças de Deus” parece indicar a recorrência ao sagrado como um último recurso e refúgio que, somada ao sustentáculo familiar e aos esforços individuais, poderia garantir-lhes continuar suas vidas no presente de necessidades e sofrimentos, com a perspectiva de construir uma “vida melhor” no futuro. Neste sentido, D. Consolação declarou sem hesitar:

(...) a gente se segura com fé em Deus, porque a única pessoa que pode ajudar a gente é Deus. No lugar que a gente mora hoje, a perseguição na vida de hoje, só quem pode ajudar a gente hoje é Deus. É confiar nele e ir em frente. Tem que continuar, né, minha filha! (...) Porque a única coisa que mantém a gente de pé é a esperança. Você tendo aquela esperança de que um dia você vai chegar lá. Quem sabe um dia você chega. (...) Depois de perder a esperança é o pior de tudo, que eu acho. Ao meu ver, depois que a pessoa perde a esperança é o fracasso!” (D. Consolação).

Ao retornar ao campo ao final de 2013, reencontrei D. Consolação residindo no Marrocos. Devido a conflitos entre um de seus filhos e um “bandido” residente em seu antigo local de moradia, viu-se forçada a vender sua casa no conjunto habitacional. Por influência da filha Luzia, comprou uma nova residência vizinha à dela, no Marrocos. A casa foi reformada para abrigá-la com seus dois filhos. Havia se mudado no final do ano anterior. Retornou ao espaço onde sua “batalha” de sobreviver nas margens do Bom Jardim começou em 1962, exatamente cinquenta anos atrás. Em nossa última conversa, D. Consolação parecia abatida, triste, temerosa. Convidou-me para entrar e sentar ao seu lado na área de entrada da casa. Ela sentou-se próxima ao portão de ferro, olhando para a rua como se a atravessasse, com um ar distante. Começou a falar de imediato:

A morada não está nada boa não! É muita morte pra banda do Pantanal e aqui também. Envolve o povo daqui. É tiroteio de noite e zuada de dia. E o B. [o meu neto] deve estar pra espirrar por aqui de novo. Ele está muito agressivo. E o problema dele não é esse: as drogas! Ele passa a noite é virando bicho pelo meio do mundo. Estava ameaçado pelo povo dali do pantanal. (...) Ele está muito agressivo com todos, porque ninguém apoia as coisas que ele faz ou se mete, que não eram certas. Eu queria que ele não viesse porque é só preocupação (...)

Luzia havia comentado sobre a “matança” de pessoas no Pantanal, em especial de jovens, e que atingia quem reside no Marrocos, incluindo seu sobrinho, ameaçado de morte nesta região. D. Consolação parecia sentir-se também ameaçada, com medo de matarem seu neto ou algum outro membro de sua família. Fazia dois dias que este rapaz havia escapado de uma tentativa de homicídio em frente a seu portão. Ocorreu na noite em que retornava da casa da namorada, na outra rua. D. Consolação estava na cozinha de sua residência quando ouviu um forte barulho do portão batendo. Por um descuido, falou, deixara-o sem o ferrolho. Seu neto entrou correndo em casa para se esconder. Havia escapado de três jovens armados de revólver que o perseguiram para matá-lo. Depois do ocorrido, o rapaz pediu ajuda a um “bichão daqui” – um traficante local – que lhe arrumou arma de fogo para “se defender” e disse que iria “protegê-lo” de seus “inimigos”. O jovem saiu da casa da avó no mesmo dia e até a data deste nosso diálogo não havia retornado e nem dado notícias. Dois de seus perseguidores haviam sido assassinados na semana anterior. E D. Consolação, agradecia a Deus porque os “bandidos”, no Marrocos, não invadem as casas como ocorre em outros “cantos” do Grande Bom Jardim, a exemplo do Mela Mela. Segundo enunciou:

(...) ainda bem que eles não invadem casa aqui ... ainda respeitam. Pelo menos esses não entraram. Passaram direto, olhando. Bastou eles saberem que meu neto estava aqui, que tinha um que ficava direto aqui em frente, olhando pra ver se pegava ele. Foi assim que aconteceu nessa noite que te contei. (...) dizem que quem escapa da morte, vive mais cem anos! É, mas é preciso saber viver! (D. Consolação)

Finalizou nossa conversa, mantendo-se sentada junto ao portão, cabeça levemente virada para a rua, lançando um olhar vazio que a atravessava e escapava, como a sua própria vida que passou. Nos despedimos e eu fui embora me perguntando pela esperança presente em sua narrativa em 2011 e que tanto a inspirara em seus esforços por uma “vida melhor”. Aquela imagem não me saiu do pensamento por alguns dias e retornou agora quando tento finalizar esta tese. Ao reler tantas vezes o diário de campo e sua entrevista gravada, encontrei um trecho de seu relato que parece responder à questão que já havia lhe feito nesta ocasião, após ela finalizar dizendo que não tinha mais nenhum sonho na vida. Perguntei-lhe de imediato: e a esperança, D. Consolação? Sua resposta, iniciada e concluída entre sorrisos de desalento, me parece a mais expressiva para traduzir esta imagem da senhora cansada de uma

vida inteira de luta para sobreviver em meio a inseguranças, incertezas, precariedade nas margens das margens do Grande Bom Jardim, com a qual me deparei neste último encontro:

(Risos) Quando a gente chega numa idade, e um dia a gente chega nela, e um dia a mais que a gente tem, a gente já acha que é alguma coisa. Porque a gente não espera mais nada. Acho que é assim. O que a gente teve de fazer, a gente já fez. E se não fez, não faz mais não. Pra mim, eu não sei não, eu não tenho mais, pra mim eu não tenho não, (pausa) esperança de nada. Eu acho que o que eu fiz, está feito. E o que eu não fiz, não tenho mais capacidade de fazer. (...) minha vida já está muito desgastada. (...) Eu vou levando a vida até o dia que Deus quiser. Mas a esperança de alguma coisa mais na vida, eu não tenho mais pra nada não. Acho que a minha vida já passou. (Risos).

Para falar sobre os ditos “mais pobres” nas versões dos (as) interlocutores (as) desta pesquisa, chamo ao diálogo D. Nina. A vida narrada de D. Nina, 43 anos, residente no território do Mela Mela, a aproxima da subcategoria dos “mais pobres”, com traços comuns à condição da filha mais velha de D. Consolação. Ela encarna a figura do “pobre” auto declarado, com esperanças de “ter uma vida melhor” e que projeta sobre o consumo os seus desejos de satisfação no presente. A narrativa de D. Nina ajudou-me a refletir sobre outros sentidos do “ser pobre”, na peculiaridade dos ditos “mais pobres”, fabricados nestas margens urbanas do Grande Bom Jardim.

Em seu ponto de vista, a condição de pobreza material assume perspectiva naturalizada e de *destino inevitável*, inserindo-se em um lugar de inferioridade na hierarquia social local. Nosso diálogo foi acompanhado por seu filho André, que impôs sua presença vigilante durante toda a entrevista gravada que realizei com D. Nina na casa da família, em 2009. Sua versão singular da pobreza e do “ser pobre” foi contraponto significativo neste diálogo. Sob óticas distintas, mãe e filho deixaram entrever um sentido comum à figura do “pobre”: aquele sem acesso aos bens de consumo e símbolo de “fracasso” social do qual se busca distância. Ainda que somente no nível discursivo. Histórias vividas de “precisão” e vidas narradas de esperança de “ter vida boa” enlaçadas neste presente incerto e inseguro inerente às condições de precariedade experienciadas nas “periferias” de Fortaleza.

D. Nina, 44 anos, também uma migrante do interior do Ceará, como tantas outras residentes do Grande Bom Jardim, casada, oito filhos (seis sob sua responsabilidade), ensino fundamental incompleto, desempregada, só possui uma única fonte de renda regular: o Programa Bolsa Família, do qual é usuária desde 2007. Na estreita casa de três cômodos, residem o casal e quatro filhos, em idades entre oito e dezesseis anos. As outras duas filhas (crianças) estão em colégio interno. Encontram-se longe da família, entretanto, segundo acredita esta mãe esperançosa, mais próximas de um futuro melhor porque terão estudo e profissão. O companheiro de D. Nina encontra-se em situação de desemprego e “faz biscate”

como “reciclador” ou outros “bicos” para “ajudar” no sustento da família. A renda familiar – inferior a um salário mínimo – resulta da soma do dinheiro do PBF com os poucos e incertos recursos financeiros conseguidos pelo companheiro em seus trabalhos precarizados.

Em 2009, esta senhora participava do curso de corte e costura do Projeto de Inclusão Produtiva para mulheres do Programa Bolsa Família²²¹, operacionalizado pela PMF nos Centros de Assistência Social (CRAS). Não chegou a concluí-lo e nem realizou seu sonho de “ter a profissão de costureira” a partir da qual, idealizava, conseguir suprir suas necessidades mínimas de sobrevivência, a alimentação regular é o principal, e poder comprar e pagar pelo que deseja possuir. Enfatizou sua vontade de “ter uma profissão” e realizar seu “maior sonho” de “ser costureira” para sustentar a família. Ao falar da participação neste curso de qualificação profissional e a possível inclusão no mercado de trabalho, deixou entrever seu medo de término do PBF, já que dele depende a sobrevivência de sua família:

(...) como eu sou do PBF, aí eu faço parte já do curso. Quem sabe um dia esse BF se acabar, num sei, né? Eu vou ter minha profissão, de ser costureira. Aí vou viver da minha profissão. Porque esse BF não vai ser (pausa e aparentemente temerosa em continuar). Eu num sei se vai ser toda vida. Um dia vai se acabar. Faz que nem esse programa do leite. Eu cheguei a receber nessa época e num se acabou! Por isso que a pessoa nem se influi de ficar recebendo ... porque esse daí num vai ser toda vida. Ninguém sabe se vai acabar. Eu ouvi dizer que esse BF ia se acabar. Ia se acabar e ia botar esse pessoal que é do BF, que fez esse curso, vão botar não sei o que pra gente participar, pra ganhar dinheiro quando o BF se acabar. Quando o BF se acabar a gente já está naquele trabalho. Assim eu ouvi dizer! Não sei não! Sim, pra trabalhar. A mulher disse que deu na televisão. Deu na televisão que ia se acabar, que o BF ia se acabar. Ai vão botar as mães pra trabalhar. Pra quando se acabar o BF, já ter o dinheirinho certo! O meu maior sonho é ser costureira. Esse BF ele me influi muito porque eu preciso, né? Porque eu preciso muito desse BF, não vou mentir. Porque é uma grande ajuda esse BF.

Em várias passagens de seu relato, reafirmou a centralidade do PBF na sua vida, por causa da “precisão”. Daí, não negar traços, segundo D. Nina, definidores de sua inserção e permanência neste programa social governamental: ser “pobre”, “desempregada”, “sem profissão e sem estudo”, com muitos filhos, “muita precisão”, renda inferior a um salário mínimo (“baixa renda”). Assim, o PBF seria uma “grande ajuda”, que ela agradece “a Deus e ao Lula”, em referência ao ex-presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, a quem

²²¹ A inclusão produtiva urbana e rural é estratégia do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria para oferecer às pessoas em situações de pobreza e extrema pobreza oportunidade de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho, formalização e crédito. O projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Programa Bolsa Família foi implementado pela antiga Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) na primeira gestão do governo petista da então prefeita Luiziane Lins. Este projeto passou por descontinuidades até sua interrupção na região do Grande Bom Jardim durante a segunda gestão petista à frente da PMF. Enquanto estratégia nacional, a inclusão produtiva vincula-se à Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP) voltada a desenvolver e a executar estratégias para a inclusão produtiva das famílias beneficiadas pelas ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), integrando-as ao mundo do trabalho produtivo. Para tanto, estabelece convênios e parcerias com órgãos públicos e privados. A SAIP implementa projetos de formação de mão-de-obra e qualificação profissional para diversos setores de produção.

atribui a criação e sua inserção neste programa social. Esta sua única renda regular lhe possibilita comprar alimentação, gás, “coisas para as crianças” e, quando possível, “pagar a água”. A energia elétrica é “de gambiara”! Nesta ótica singular, este programa social vem personalizado e restrito a uma “grande ajuda” recebida não do Estado, mas do Lula, o único presidente a andar pelas ruas do Grande Bom Jardim. O voto declarado neste ex-presidente e/ou em seus candidatos seria sua maneira de retribuir a “ajuda” recebida.

Em seu relato, embora minha interlocutora declare-se reiteradamente “pobre” pela “precisão”, enfatizou sua imagem de mãe-responsável pela família e casa, mostrando-se uma cumpridora das condicionalidades exigidas por este programa social e disposta a trabalhar. Repunha o discurso da “grande precisão”, auto afirmando-se uma “pobre mesmo”, merecedora da “ajuda” do Estado para sobreviver e cumpridora das regras institucionais exigidas para sua permanência neste programa social. E, em paralelo, tentava afastar qualquer traço de uma abominada “pobreza de espírito” e da imagem estigmatizada de “parasita social” criticada em tempos neoliberais associada à figura do “pobre” que vive às custas de dinheiro público, “sem necessidade” e sem esforço pessoal para superar a “sua pobreza material”.

Havia sido apresentada à D. Nina por Ariadne – minha interlocutora-chave no Mela Mela – em uma de minhas primeiras visitas a este território. Mas foi esta a primeira ocasião em que visitei sua casa, com o objetivo de realizar a entrevista gravada. D. Nina reside com a família na fronteira dos bairros Bom Jardim e Granja Portugal faz trinta anos, atualmente, em casa própria construída em terreno “invadido”. Sua residência localiza-se em área com parca infra-estrutura urbana, em uma rua considerada das mais “perigosas” do Grande Bom Jardim – a Luminosa – especificamente, no trecho popularmente chamado de “Cotovelo da Morte”. Esta família encontra-se enredada no ciclo de homicídios, registrados no período de 2008 a 2012, nesta região. O filho André, à época, com dezesseis anos, era usuário de drogas e com algumas entradas-saídas na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), cumprindo medidas sócio-educativas por roubos, assaltos e assassinato. Tornou-se um dos “bandidos” conhecidos na área, nos anos subsequentes à minha chegada a este território. A hospitalidade e postura envergonhada e resignada com que me recebeu D. Nina contrapunham-se à altivez e ao olhar inquisidor, desconfiado e vigilante deste jovem, que se pôs sentado ao nosso lado, logo que me acomodei em uma desgastada cadeira de madeira na mínima saleta de entrada da casa e “saquei” meu Mp3, após lhe(s) falar de meus objetivos desta pesquisa. Situação de entrevista posta e imposta que terminou sendo interessante neste desafio de interpretação das experiências da pobreza nestes territórios urbanos estigmatizados da região.

Ao contrário de interlocutores (as) anteriores, os (as) “batalhadores” (as), os que negaram a existência de certa versão de “pobreza/pobre” ou admitiram uma pobreza tolerável em seus territórios, os sentidos do “ser pobre” aparecem para esta senhora como algo colado à sua própria existência. Uma marca identificatória da qual parece não conseguir escapar e tampouco considera abominável, segundo anunciou de ímpeto em determinado momento de seu relato: *Quem é pobre, tem que ser pobre, né? Eu não queria ser pobre, queria ser bem de vida. Mas a gente é pobre. Porque a gente não pode dizer que é rica ou é rica. Tendo a riqueza de Deus, é o que me importa. Eu me considero pobre. É bom ser pobre. Não é ruim não! Eu já nasci pobre! Agora ...*

As expressões “*eu sou pobre, é bom ser pobre, eu já nasci pobre*” parecem denotar certa conformação, inserção e fixação em um *lugar social* naturalizado em seu discurso. Identificação íntima com a figura do “pobre”, que parece inscrita e manifesta em seu corpo extremamente magro e franzino, cabelos desgrenhados, na pele branca queimada de sol, ressecada e envelhecida, na boca desdentada, nas vestimentas (blusa e saia) surradas e puídas, nos chinelos desgastados. Durante a entrevista, manteve uma atitude envergonhada, encarnada no olhar e na cabeça baixos, no copo curvado para frente quando sentada diante de mim, com as esqueléticas e trêmulas mãos postas sobre os joelhos encolhidos, uma expressão facial cansada e desanimada a manifestar, raramente, um meio-sorriso sem dentes. Seu rosto revelava um envelhecimento acelerado, incompatível com seus 43 anos, que ela assume e tenta justificar ao declarar: “eu estou numa certa idade ainda, mas não é por causa da idade não. Pra mim, eu já estou velha. Eu sou assim por causa da gente passar muita preocupação, de filho. Eu sou assim, é meu corpinho mesmo. (...) Eu já estou me achando velha!”

Falou da “precisão” com dificuldade, pausas, silêncios e gaguejos, por mais que repetisse “eu sou pobre” e não se lamentasse por esta condição. A fisionomia e postura de D. Nina me faziam lembrar a imagem emblemática de uma retirante da seca, recém chegada do interior do Ceará, nos idos de 1950 a 1980. Mas ela já está em Fortaleza, especificamente neste território do Grande Bom Jardim, faz trinta anos. Imagem identificatória e persistente em sua vida narrada: o “pobre” em sua versão do “necessitado-carente”, em sua “sina” diária para “sobreviver na miséria” (TELLES, 1999). A “precisão” parece material e imaterial, posto que a antecede e a atravessa como pessoa, fixando-se em sua auto-imagem do “ser pobre”.

Se ter a “riqueza de Deus” é o que importa, segundo afirmou, a própria *precisão*, apesar de reconhecida, é sinônimo de vergonha pessoal se posta em público. Por isto, a mantém na esfera privada ou *provadae exhibida*, quando exigida pelo Estado para ter acesso aos serviços sócio-assistenciais, com foco no PBF. Expor-se ao Estado e suas instituições

sociais é considerada a via menos desonrosa que expor sua “pobreza material” diante dos vizinhos. Nos momentos de necessidade, afirmou, “só conta com Deus mesmo”. E continuou a falar porque não recorre a vizinhos nas “horas de necessidade”:

Não! Porque eu não gosto! Porque eu moro aqui, mas eu não gosto de viver aperreando vizinho. Não gosto não! Eu posso passar o que eu passar, mas vizinho não sabe o que é que eu passo. E nem dou notícia dizendo, assim, o que é que eu passo, o que eu não passo. Dizer pra vizinho eu não digo não, que eu não gosto. Vizinho não sabe o que eu passo, nem eu sei o que vizinho passa. A gente não gosta de aperrear uns aos outros. Cada um nas suas casas. Essa mulherzinha aí tem um bocado de filho, de neto. Mas essa mulher não gosta de ficar aperreando ninguém. Quer dizer que, chegando na minha casa e precisando, né. Dizer ‘Nina, me arranje um copo d’água, me arranja um café’. Estou às suas ordens. Eu entrego. Eu dou. Eu dou porque, Deus me livre... eu posso chegar, eu sei lá, eu não gosto. Eu tenho vergonha. Eu não gosto de chegar assim na casa de vizinho e dizer que está faltando isso. Eu não tenho jeito pra isso. Eu tenho vergonha. Elas também não vivem me perturbando

A narrativa de D. Nina denota a sua *vergonha da precisão* entrelaçada à *vergonha da dependência* associada à figura negativada de “pobre-necessitado-dependente”. Se “ajudar os outros” é vista como uma expressão da “riqueza do pobre”, ser “ajudado” por alguém em situação dita superior ou mesmo por um “igual” pode significar, para quem a recebe, uma humilhação pública que deve ser evitada. A condição social da pobreza material vem metamorfoseada em condição individualizada de quem a vivencia, creditada à incapacidade e culpa do indivíduo por não conseguir superá-la por seus próprios méritos. Precisar de “ajuda” de terceiros para sobreviver denuncia sua condição de fracasso individual e social por não conseguir satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência e desperta suspeita.

Sua narrativa parece compartilhar da tendência de hiperindividualização ora identificada nestas experiências da pobreza nas margens urbana. E, de forma contundente, parece anunciar o predomínio da construção simbólica do *"Eu onipotente e auto-suficiente"* – imperativos do "indivíduo moderno" exacerbado – hiperindividualista – no cerne de uma tendencialmente cultura narcísica – que celebra, junto com a exacerbação da autonomia/da independência/da responsabilidade e culpabilização individual, uma *"vergonha da dependência"* com relação aos "outros" e uma irresponsabilidade com relação aos seus “destinos” comuns que se individualizam. Afinal, quem hoje se assumiria numa condição de fragilidade, de dependência, de necessidade com relação aos outros plurais, em meio a uma vida cimentada por ideologias de busca desenfreada do sucesso e da fama; e fundada em um sentimento coletivo de "inveja social" que alimenta o desejo, a concorrência, a competitividade a fim de ocupar a posição de quem estiver no topo da hierarquia social e do acesso ao hiperconsumo como sua medida? Quem poderia hoje construir uma narrativa partilhada de seus fracassos em meio a relações sociais alicerçadas na ideia de que o

“vencedor” leva tudo e ao “perdedor” resta a "vergonha de seu fracasso" e a culpa por uma suposta incompetência frente às oportunidades do mercado?

Nesse sentido, concordo com Sennett, a “vergonha da dependência” pode contribuir com o esgarçamento dos vínculos sociais, com a corrosão da confiança mútua e, por conseguinte, das possibilidades de construir saídas coletivizadas, no caso dos ditos “pobres”, diante da situação comum de pobreza material. Segundo alerta Sennett:

Um acentuado fracasso é a experiência pessoal que leva a maioria das pessoas a reconhecer que a longo prazo elas não se bastam (...) Uma visão positiva dos próprios limites e da dependência mútua parece ser mais da área da ética religiosa que da economia política. Mas a vergonha da dependência tem uma consequência prática. Corrói a confiança e o compromisso mútuo, e a ausência desses laços ameaça o funcionamento de qualquer empreendimento coletivo. (...) Restaurar a confiança nos outros é um ato reflexo; exige menos medo de vulnerabilidade em nós mesmos. Mas esse ato reflexo tem um contexto social. As organizações que celebram a independência e a autonomia, longe de inspirarem seus empregados, podem despertar esse senso de vulnerabilidade. E as estruturas sociais que não promovem positivamente a dependência dos outros numa crise instilam a mais neutra e vazia falta de confiança" (2000, 168; 169; 170).

Nas experiências deste viver em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, meus interlocutores deixam entrever em suas narrativas uma tendência à fragmentação social e reclusão aos seus espaços domésticos – esboçada na máxima do “cada um nas suas casas” – como espaço privilegiado para lidar com necessidades comuns que passam a ser percebidas como individuais e, em meio ao esgarçamento do micro tecido social, apostam em saídas cada vez mais individualizadas e privatistas. Dentre estas, a perspectiva da satisfação das necessidades materiais pela via do consumo se põe no horizonte de sentido dos ditos “pobres” urbanos na contemporaneidade que desejam “ser bem de vida”, expressão traduzível no “comprar e ter como pagar o que a gente tem vontade”.

No meio do relato de D. Nina, momento em que afirmou “não, não é muito ruim não ser pobre. É bom ser pobre. Eu já nasci pobre. Agora ... (pausa)”, seu filho adolescente interferiu, antecipando-se à fala de sua mãe: “**Ser pobre é que você não pode comprar, não pode desejar ...**”. E retornou ao silêncio anterior, mantendo-se na sala a observar e escutar nossa conversa. Após desta interrupção, D.Nina continuou sua narrativa, em suposto contraponto à fala do filho, quase uma forma encontrada, naquele momento, para lhe falar de sua experiência vivida de pobreza, de seu sonho de “ser bem de vida” e “poder comprar o que deseja”, enfatizando os caminhos que qualifica moralmente superiores: a “ajuda” de Deus (milagre divino) e o trabalho honesto, tendo uma *profissão*. Mais uma vez, a necessidade material, admitida e tolerada, exige o esforço e o sacrifício individualizado para enfrentá-la e, talvez, superá-la, reforçando a versão individualizada e privada de significar própria condição

de pobreza material. Em contraponto à persistente pobreza e condição de “pobre” admitida, valorizou a riqueza advinda de Deus e a “riqueza dos pobres” – a disposição em ajudarem-se mutuamente – as únicas consideradas possíveis e desejáveis para ela.

*A gente pode desejar, assim, uma coisa muito importante que a gente quer ter e a gente não pode porque só quem pode é a pessoa rica. A gente é pobre. Mas ser pobre não é muito ruim não. Que adianta a pessoa ser rica, ter sua riqueza e dever mais que os cabelos da cabeça. É muito melhor ser um pobre. Porque um pobre ainda ... ajuda as pessoas e os ricos não ajuda. Já os pobres ajuda uns aos outros. Ajuda. Se por acaso for uma precisão e eu for num vizinho meu, ajuda. É porque a gente não vai é contar assim a vida da gente às pessoas né! Mas o pobre, o pobre com pobre ajuda. Mas o rico, não ajuda não. Que eu saiba não. Eu nunca recebi nada de um rico. Nunca recebi nada (risos) de rico não. (...) Eu queria ser rica ... eu sou pobre, mas eu queria ser assim **bem de vida**. Assim, ter assim, nunca faltar alimento na casa da gente. A gente comprar uma coisa e ter como pagar. A gente ter vontade de comprar uma coisa. (...) Eu sou pobre, mas um dia pode ser que Deus mude a minha vida, né ... quem sabe um dia, né ... porque Deus pode realizar o meu sonho. Eu não tenho o sonho de ser Rica (tom elevado). Meu sonho é só ser uma costureira, **ter minha profissão e ganhar o meu dinheiro pra comprar as coisas que eu quero**. Quero ser costureira. Mas, rica, rica, nãaam. **Eu nem tenho esse sonho que eu não vou ser mesmo. Rica, só se for de Deus, a gente é** (D. Nina, 43 anos, casada, mãe de seis filhos, residente no Bom Jardim)*

De fato, a perspectiva de vida para o consumo – o poder comprar, poder pagar, ter crédito e ser assim reconhecido socialmente – permeia o imaginário destes dois atores: o filho a expressa em sua revolta; a mãe demonstra este desejo de maneira dissimulada na sua esperança de “ter vida boa” e na sua vergonha da pobreza. A narrativa de D. Nina deixa entrever uma tensão permanente entre a aceitação/resignação da pobreza material e o desejo de “ter uma vida boa”, mediante o acesso a bens de consumo. Afirmou a pobreza numa dimensão naturalizada e *destino inevitável*, associada à impossibilidade ou dificuldade de ter acesso ao consumo de bens desejados (comprar/consumir bens e poder pagar). Neste ponto de vista, ser pobre é não poder comprar as mercadorias desejadas. É, sobretudo, estar na posição de quem não pode obtê-las e consumi-las no momento desejado ou de não conseguir pagá-las, tornando-se um endividado e assim também socialmente desacreditado (sem crédito).

A intervenção do filho adolescente nesta entrevista abriu a possibilidade de refletir sobre a associação tensa entre pobreza e não acesso ao consumo, que parece recorrente no imaginário da juventude contemporânea nas periferias de nossas cidades. Para este jovem, a pobreza os coloca numa impossibilidade não só de comprar, mas mesmo de *desejar* (centrado nos bens de consumo), já que não podem consumir os símbolos de distinção social ofertados e estimulados pela sociedade de consumo. Por terem restrições de capital – econômico, cultural e simbólico – permanecem presos a um lugar (BOURDIEU, – físico e social – e portam símbolos de estigma visíveis e invisíveis. Dentre estes símbolos de estigma, a pobreza

material persistente e o local de moradia nas “periferias”, especificamente em “favelas” ditas “perigosas” do Grande Bom Jardim, parecem estruturantes na produção de sua identificação com esta figuração singular do “pobre da periferia” ou da atitude de dela tentar afastar-se.

A narrativa de vida deste jovem, que associa ser pobre e desejar sem poder consumir, encarna a construção de saídas (táticas) pelas vias ilegais/ilícitas para satisfação de seus desejos de consumo: aos dezesseis anos havia praticado furtos, roubos, assaltos e assassinato. Posteriormente afirmou-se na “carreira de bandido”, em meio a riscos permanentes e com a possibilidade real de uma vida curta, mas empoderada pelo acesso ao mundo do consumo e suas insígnias de distinção social. Ao refletir sobre os percursos de outros “jovens pobres destas periferias” com quem me deparei no trabalho de campo parece delinear-se uma busca de identificação e mimetismo em termos dos padrões de vida das camadas mais elevadas da população, na perspectiva de sair da *invisibilidade social* e do lugar social de “pobre” e/ou sentir-se supostamente *incluído*. Uma inclusão imaginária pela via do consumo pode emergir para estes ditos “jovens pobres da periferia” como a possibilidade ambígua de incluir-se de forma precária numa sociedade marcada pelo acesso ao consumo como registro de seu suposto *lugar no mundo*.

Nesse sentido, destaco as formas de inclusão marginal, circunscritas por José de Souza Martins (1997), ao referir-se ao tráfico de drogas e às redes de exploração sexual que arregimentam, sobretudo, jovens das camadas pobres residentes nas periferias das cidades brasileiras. As formas de inclusão precárias e marginal colocam-se no contraponto da imagem negativada da pobreza nesta sociedade de consumo e de estímulo ao acesso ao mundo do consumo como algo supostamente ampliado para todas as classes sociais. Para além do trabalho, as perspectivas de sentir-se parte da sociedade brasileira dos anos 2000 tem apontado o consumo como via de inserção social (CASTEL, 2000; 2005). As possibilidades de acesso ao consumo inscrevem-se nas fronteiras líquidas e borradas do legal/ilegal e/ou do lícito/ilícito, presentes nas periferias das cidades brasileiras, conforme as análises de Telles (2009), encontrando ressonância nestes territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim.

Ao conversar e entrevistar outros jovens residentes nos territórios em estudo – “envolvidos” e “não envolvidos” diretamente com o “crime” – suas narrativas aproximam-se da perspectiva de André e parecem delinear a busca por conquistar um “outro lugar” social que os distanciem das imagens estigmatizadas projetadas sobre os “pobres da periferia”. Se o projeto de integração social pela via dos direitos de cidadania social no campo da política – que se sustentava na possibilidade do direito ao trabalho protegido e ao protagonismo no espaço público – parece ter falhado para a maioria da população residente nas periferias, o

recurso às práticas ilegais/ilícitas se impõe com força e o uso da violência física manifesta-se como modo recorrente de resolução de conflitos pessoais, sociais e políticos nestes espaços periféricos de Fortaleza.

D. Nina, que vivenciou outras experiências da condição de “*ser pobre na periferia*” e tem vivenciado transformações no Bom Jardim desde os anos 1970, considera, de um lado, “*ser bom ser pobre*” e destaca a solidariedade (a ajuda prestada a quem precisa) estabelecida por aqueles em uma mesma condição de “*precisão*”. De outro, todavia, falou de sua vergonha da precisão e da dependência, retomando para si a responsabilidade individualizada por seu sucesso ou fracasso social de superar a pobreza material. Em sua vontade declarada de “*ser bem de vida*”, esboça as suas saídas individuais: por meio da realização do seu sonho de tornar-se costureira, mais uma vez reiterando a ética do trabalho, e satisfazer as suas necessidades valorizando a via do consumo; seja por meio da “*graça de Deus*”, atribuindo a possibilidade de sair da condição de “pobre” ou “*mudar de vida*” só mesmo por meio de um “*milagre da ajuda de Deus*”, caso seja uma “pobre merecedora”.

Em síntese, os pontos de vista de D. Nina e de seu filho André delineiam experiências geracionais diferenciadas de (sobre)viver na ou à pobreza entrecruzada e tensionada pelo desejo fabricado e declarado de consumo em tempos contemporâneos. Apontam para distintas significações dos sentidos do “*ser pobre*” e das micro táticas construídas do viver nestas margens urbanas e encontrar um *lugar social* em meio ao embaralhamento das fronteiras reais e simbólicas entre legal-ilegal/lícito-ilícito. A presença destes “mais pobres” em nossas periferias talvez encarne a *assombração viva* a lembrar-nos de que as “condições” de *precariedade estão em toda parte* e ultrapassá-las pode depender bem mais do que de escolhas hiperindividualizados e desejos, por vezes, frustrados de hiperconsumo (LIPOVETSKY & SERROY, 2011).

4.3.2.2 “Pobres dos pobres”: expressão máxima do “fracasso” e da nulidade?

Nesta perspectiva da classificação hierárquica dos “pobres” identificada nas narrativas de alguns de meus interlocutores, sempre há um ainda “mais pobre do que eu” com quem se comparar, demonstrar sua suposta “superioridade moral e material” e tentar aliviar simbolicamente os dramas cotidianos de sobreviver na pobreza em suas dimensões atuais de inseguranças, incertezas e riscos generalizados e permanentes. Produzem outros (des)iguais sobre os quais gestam suas possibilidades de limpeza moral e transferência dos estigmas

atribuídos aos “pobres”. Assim tecendo suas fronteiras simbólicas, fortalecem e reproduzem hierarquias sociais e isolamentos das margens sobre as margens.

Abaixo do “pobre” estaria o “pobre dos pobres”, esta figura inscrita em negativo e símbolo do “fracasso” e da nulidade absoluta ora atribuídos à responsabilidade individual por excelência, da “pobreza de espírito”, dos “desgraçados da sorte”, os “sem esperança” e “sem as graças de Deus”; ora reportados à dimensão social dos “excluídos de tudo” e dos “sem lugar” no mundo, dos “doentes” a precisar de tratamento especializado. Expressão das duas dimensões abominadas da pobreza: a material absoluta e a “de espírito”. Versões negadas tanto pelos auto referenciados “pobres”, como pelos que não admitem esta autoimagem, os “trabalhadores-batalhadores”, os “humildes e os “de classe média baixa”. E nesta categoria nativa encontrei variações internas que delineiam tentativas de distinções social e moral estabelecidas por parcela dos (as) narradores (as).

Primeiro, o “pobre dos pobres” encarna a nulidade extrema sendo designado ainda de “pobre demais”, “verdadeiro pobre”, “pobre, pobre, pobre” e o “pobre mesmo” são usadas como sinônimas e se reporta à figura dos mendigos, moradores de rua e/ou ainda os catadores de materiais recicláveis (“recicladores”). Encarnam a imagem da pobreza material absoluta e/ou da exclusão dos mínimos sociais de existência tomada como estado de privação naturalizada. Sob tal perspectiva, destaco as percepções de dois interlocutores acerca desta figura escrita em negativo:

(...) o pobre demais é aquele que é excluído de tudo. É um zero à esquerda. Quer dizer que você não é nada na vida. Você não tem uma oportunidade de trabalho, uma casa para morar, comida, nada. Nada! A gente chama de zero à esquerda. Ele não é nada. Não tem nada. É nada. (...) O pobre demais não tem nada. (Joaquim)

*(...) os pobrezinhos que vive morrendo de fome, esperando que alguém dê ... sei lá, que vive na sarjeta, nas ruas, como a gente vê nos terminais, assim nas calçadas. Quando eu ia trabalhar, todo dia tinha aqueles pobres coitados naquelas calçadas, deitados. Dormindo em cima de umas caixas de papelão, sem ter com o que se enrolar, às vezes no inverno, no frio aí. Agora mesmo, eu trabalhando uma vezinha por mês, mas eu passo ali em frente a assistência e tem um bocado ali. Eles aproveitam aquelas coisinhas para proteger da chuva e ficam ali deitados. Às vezes tem um saquinho derramado, farinha, sei lá. **Esse pessoal também é os pobres dos pobres. A gente só sente a dor no coração, sem poder fazer nada. (...) a gente fica só com a vontade de ajudar e com a dor no coração porque é um sofrimento muito grande.** Isso daí também é os pobres dos pobres, porque anoitece e amanhece no meio da rua, sem ter pra onde ir!*

Nesta configuração, os “pobres dos pobres” caracterizam-se pela pobreza material absoluta traduzida na *falta/privação* de elementos qualificados de indispensáveis à sobrevivência mínima satisfatória: a alimentação, a moradia, o trabalho. No ponto de vista de quem assim os classifica, estes “pobres dos pobres” estariam sujeitados a situações limites e degradantes de existência, quais sejam: a fome sistemática; a moradia de rua; a mendicância

e/ou a “reciclagem” para sobreviver. São alvo de seus sentimentos de comiseração e merecedores de “ajuda” de terceiros: os “pobrezinhos” ou “pobres coitados” na linguagem nativa. Encarnam a figura moralmente inferiorizada do “pobre-necessitado-dependente” da “ajuda” de outrem para sobreviver na miséria e a rua é o espaço que lhe resta.

A segunda variação da classificação de “pobre dos pobres” agrega os ditos “pobre demais” ou “pior pobre” que usam drogas ilícitas ou lícitas (bebida alcóolica). Segundo Joaquim, estes tipos compõem uma franja menor da população residente em seu território vivido. Importa resgatar seu ponto de vista:

20% aqui é pobre demais. Os pobres demais é também aquela rapaziada que trabalha de reciclagem, que mora nas casas dos outros, que o povo dá pra eles morar porque eles não têm casa, nem de aluguel. Eles moram por aqui. Conheço muitos. Aqui perto de mim uns cem metros, tem uma pessoa assim. Ela tem três filhos. Trabalha de reciclagem. Ela e o marido. Mora numa casinha de taipa porque uma vizinha deu pra ela morar. É uma casinha de taipa com dois compartimentos. Estou falando dessa pessoa. Trabalha na reciclagem. Não tem o prazer de fazer uma compra. Não tem colchão pra dormir. Não tem uma cama. Dorme em cima de uns panos no chão. Não tem um fogão. Cozinha no fogareiro. Quase não tem nem panela para fazer uma comida. É aquela pessoa desequilibrada total. Quando recebe aquele dinheiro da reciclagem, dez por cento inventa uma merenda, uma coisa qualquer pra comer, e noventa por cento é para a droga. É uma pessoa que não tem mais noção mais da vida. Não tem esperança mais de nada. Tem muita gente aqui assim. Com certeza, se eu for lhe mostrar tem muitos. É aqueles que tem uma coisinhas, tão caindo na droga, vendendo o que tem. Pelo menos tem uma menina ali que ganhou uma casa da prefeitura, do outro lado do canal. Ela vendeu agora por cinco mil reais. E já está gastando o dinheiro com a droga, com bebida. É aquelas pessoas que tem alguma coisa e está botando fora por causa da droga. E daqui há alguns dias está sem casa, sem dinheiro, sem nada. *Vai se tornando pobre mais do que o que era.* Isso que vai acontecendo. E a tendência é essa. É piorar. Daqui uns dias vai estar sem nada na vida.

Diz respeito àqueles que se desfazem de seus bens materiais, pela venda ou troca por mais drogas, com vistas a pagar suas dívidas com os “donos das bocas de fumo” e garantir a manutenção de seu vício. É fato conhecido que deixar de pagar dívidas de drogas, sobretudo nestas margens urbanas, pode resultar em cobranças violentas para o devedor, dentre as quais destaco: espancamentos; expulsões do local de moradia; se tiver casa própria, pode ser apropriada pelo traficante como pagamento da dívida ou vê-la criminosamente incendiada; ou mesmo o extermínio sumário do devedor e/ou de algum familiar em seu lugar, caso não seja encontrado. Sucumbem à situação não só de necessidade material, mas de dependência em relação aos outros para sobreviver, incluindo-se aqui tanto o recurso à atividade da mendicância, como a necessária obediência às regras do tráfico, dentre as quais o pagamento de suas dívidas pela droga consumida. Nesta mesma categoria, os interlocutores inserem os alcoólatras que também desfizeram-se de seus bens materiais e/ou perderam oportunidades de trabalho em função do alcoolismo. Trata-se de uma situação limite atribuída ao próprio indivíduo que se tornou ou se acha em vias de tornar-se um “pior pobre” ou “pobre demais”

por sucumbir ao uso de drogas lícitas e/ou ilícitas, ao que nomeiam como “cair nas drogas” indicativa de um declínio em sua posição social local. Não obstante as situações em que interlocutores admitem a drogadição e o alcoolismo como “doenças” e os usuários de drogas lícitas ou ilícitas como “doentes” a merecer tratamento especializado, as marcas da desqualificação social sobre estes projetadas não desaparecem.

A mais recursiva marca de descrédito social e moral projetada sobre o “pior pobre”/ “pobre demais” diz respeito à pobreza material absoluta emergir entrelaçada e creditada à “sua pobreza de espírito”. Assim, ora são culpabilizados por sua situação vivencial, ora considerados necessitados de “comiseração” e “ajuda” de terceiros. Os traços que caracterizam tal posição liminar de declínio e inferioridade relacional destes “pobres dos pobres” locais são, desta forma, materiais e imateriais, a saber: além de passar privação material, falta-lhe a “fé em Deus”, a “esperança”, a expectativa de uma “vida melhor” no futuro, a “força de vontade para lutar”, “sentido de vida”, “perda do domínio sobre si”. Vale retomar a narrativa de D. Consolação sobre os “pobres dos pobres” na variação em tela:

O pobre dos pobres é esse que só tem a vida mesmo porque Deus deu de graça. Eu acredito que é isso. O pobre dos pobres é esse tipo de pessoa que só tem a vida mesmo porque Deus deu de graça e nada mais. Isso é o pobre dos pobres. (...) *o pobre dos pobres não acredita mais em nada. Ele não acredita mais em nada. Ele está ali ao Deus dará. Não está mais nem aí para nada. (...) o pobre dos pobres, ele não tem mais nada na vida. Nem esperança ele tem mais.* E depois de perder a esperança é o pior de tudo. Que eu acho é, ao meu ver que *depois que a pessoa perder a esperança é o fracasso.* Porque a única coisa que mantém a gente de pé é a esperança. Você tendo aquela esperança que um dia você vai chegar lá, quem sabe um dia você chega. *Mas o pobre dos pobres, eu acredito que não tem mais nem isso, nem esperança.* (risos) Minha filha, eu acho que pobre dos pobres é esse pessoal ... (pausa) *pessoal que vive num desespero medonho, que às vezes anoitece e num amanhece mais por que não tem mais sentido à vida, depois de se meter nas drogas, aí acabou-se a vida pra eles, estão empurrando a vida pra frente, mas não tão mais vivendo.* Eu acredito que é esse tipo de coisa. É eu acredito que *pra eles não existe mais vida, tão se acabando ali aos poucos.* Quem está acompanhando está vendo, como meu neto. Mas nem eles mesmos tão vendo ou ela mesma está vendo. E dá uma tristeza. dói no coração da gente. Se a gente pudesse dar um jeito. Se a gente pudesse ajudar. Ter um meio da gente ajudar, bem que a gente gostaria de ajudar. Mas é o tipo de coisa que a gente fica só com a vontade. Eu tenho muita pena da pessoa que vive assim desse jeito. (D. Consolação)

Na versão dos interlocutores, o fato destes “pobres dos pobres” não recorrerem a “atividades criminosas” (ilegais e ilícitas) diante de suas condições de necessidade material e de vício parece ser um dos elementos centrais para não serem incluídos na categoria “vagabundo/perigoso” por parte dos moradores do Marrocos não envolvidos diretamente com o “mundo do crime”. Vale salientar que os usuários de drogas não envolvidos diretamente com o “crime” também emergiram em algumas falas como uma categoria à parte, concebidos mais próximos do tipo “cidadão” quando agrega os elementos anteriormente apontados – trabalho, família, casa própria e não envolvimento direto com o “mundo do crime” – sendo

considerado um “doente”, “pessoas que têm seus vícios” ou “pobre de outro tipo”, a merecer um tratamento especializado. E pelos mesmos motivos são percebidos em posição moralmente superior na hierarquia local em comparação a quem recorre a práticas criminosas relacionado ou não ao vício das drogas lícitas e/ou ilícitas.

Todavia, não os resguarda integralmente de tornarem-se alvo de desconfianças, acusações, fofocas, descrédito social e moral por parte daqueles que tentam estabelecer fronteiras simbólicas em seus territórios vividos. Refiro-me aos auto nomeados de “espírito batalhador”, um trabalhador-batalhador, ou de “classe média baixa”, bem como os que se consideram “pobres” e ainda afirmam a “ética do trabalho” e a “esperança” de uma “vida melhor” no futuro. Sem desconsiderar que tal nomeação “pobres dos pobres” vem creditada, via de regra, à pobreza material entrecruzada à “pobreza de espírito”. Mais uma vez tentam distanciar-se com relação aos nomeados “pobres de espíritos” símbolo de “fracasso” social e individualmente culpabilizados por sua pobreza material.

De fato, nenhum de meus quarenta e dois (42) interlocutores residentes no Mela Mela, Marrocos e/ou territórios circunvizinhos auto nomearam-se “pobres dos pobres” em quaisquer de suas variações ora enunciadas. Em seus lugares vividos, apenas duas moradoras foram classificadas de “pobre dos pobres” por mais de um interlocutor desta pesquisa. Todavia, estas duas moradoras, quando entrevistadas, auto nomearam-se distintamente: uma classificou-se “humilde”; a outra negou mesmo a alcunha de “pobre”, declarando sua “fé em Deus”, seu “barraquinho” de taipa e o “não passar fome” como suas marcas distintivas fundantes. Suas referências de comparação e de distinção social são tanto os “pobres dos pobres” – nas variações de privação absoluta e uso de drogas ilícitas – e os “pobres que apelam para o pior”. A distinção, aqui, parece reiteradamente menos material do que moral, em consonância com a declaração defensiva de D. Rosalba:

Eu, pelo menos, você tá vendo aí minha casa, agora, eu não me acho pobre não, que eu tenho fé em Deus. Pobre é aquela pessoa que tem dificuldade de fazer um barraco, que nem eu, que nem essas pessoas que mora aí no meio da rua, aí jogada. Não tem condição de ter nada na vida, é, não tem uma panelinha pra botar no fogo. Eu não me considero pobre não. Sou, mas assim, na medida do que, graças a Deus, boto minha panelinha no fogo. Não estou no relento, assim mesmo com goteira ou sem goteira, estou aqui embaixo de um barraquinho, né. Pior tem por aí, pior de que eu ... Ah, tem tanta gente pobre por aí, que vive como Deus quer, né? Como Deus quer, como a pessoa quer, procura Eu, não me considero uma pobre. Tive sorte na vida ... tanta gente que tem sorte, né, e não bota pra frente. Destrói tudo. Está aí, minha situação aí, às vezes, querendo me maldizer, mas aí eu, não ... tenho que passar mesmo o que eu estou passando. Tem uns aqui em casa que dorme numa redinha. Tem uns que dorme no chão, no colchão rei... *Mas o importante é eles não passar fome, Não ser o que não presta, não bulir no que é alheio, não roubar... num usar droga. Importante é isso.*

Importa salientar que a busca pela distinção e a discriminação locais parece mais densa no caso das mulheres identificadas como “pior pobre”. Além do trabalho, a casa e a família são valores recorrentemente reafirmados pelas interlocutoras e símbolos de sua distinção social. Envolve a dimensão de gênero em termos do lugar atribuído às mulheres-mães-avós nestes territórios, responsabilizadas pelo cuidado com a casa e os (as) filhos (as), sobretudo os jovens do sexo masculino, a fim de “impedir” que incorram na drogadição e/ou na criminalidade. Vigia-los, mantê-los “trancados em casa”, conhecer e conversar com quem eles mantém relações de amizade e proximidade – para identificar quem são e até que ponto seriam “más ou boas companhias” para seus filhos – são táticas adotadas por estas mulheres nas margens urbanas na tentativa, por vezes frustradas, de evitar seus envolvimento diretos com o “mundo do crime”. Fracassar nesta tarefa, contribui para processos de discriminação local projetados sobre a “mulher-mãe-avó” e sobre sua família. Sobre a família pode recair a imagem considerada mais desqualificante nesta classificação hierárquica dos “pobres” locais do que a de “pobre dos pobres”: a dos “pobres que apelam para o pior”. Em posição estigmatizada similar encontram-se as “mulheres-mães-avós” que, supostamente devido à drogadição, negam casa e família como valores, seja por negligenciá-los, em especial aos filhos nas fases da infância e/ou adolescência, seja por abandoná-los integralmente ao deixar a residência familiar e passar a habitar em outro local fixo ou nas ruas, (sobre)vivendo da mendicância e/ou da “reciclagem”.

Nesta perspectiva nativa, os “pobres dos pobres” locais toleráveis – aqueles que ratificam a “ética do trabalho” e tornam-se merecedores de “ajuda” de terceiros – mantém fronteiras simbólicas tênues e flexíveis com relação aos “pobres que apelam para o pior”, havendo o risco anunciado de recorrerem a práticas ilícitas/ilegais para garantir sua sobrevivência e/ou o acesso às drogas. Em posição de liminaridade estruturante, estes “pobres dos pobres” teriam que evitar “misturar-se” com os “pobres que apelam para o pior”, evitando tornar-se um “igual” identificada pela intimidade de convivência, com ênfase nas práticas de frequentar mutuamente suas residências e/ou saírem juntos; cumplicidade na execução de suas práticas criminosas ou adotá-las como estratégia de sobrevivência e/ou acesso às drogas; declinar no uso de drogas a ponto de abandonar integralmente a via do trabalho, suas famílias e/ou suas casas, adotando também as práticas criminosas de furtos, roubos, assaltos e/ou a comercialização das drogas ilícitas. Tais práticas podem ser identificadas como expressão da “pobreza de espírito” destes indivíduos também considerados “pobres de espírito baixo”, condições negadas por meus interlocutores que buscam assumir as imagens positivadas do “trabalhador-batalhador”, do “humilde”, da “classe média baixa” e/ou do “pobre honesto,

trabalhador, com fé em Deus e esperança no futuro”. No olhar destes narradores, os inscritos nesta variação categorial de “pior pobre” encontram-se em ambígua proximidade relacional com os “pobres que apelam para o pior” em virtude do abandono e/ou flexibilização de seus vínculos com o trabalho como via fundante para escapar/sobreviver à pobreza material e sua vulnerabilidade de envolvimento possível com o “mundo do crime” devido à drogadição.

Para sobreviver, garantindo seu sustento individual, de sua família e/ou o acesso às drogas, o “pobre dos pobres” pode recorrer a alternativas consideradas, moralmente inferiores e socialmente desonrosas, segundo esta hierarquia decrescente local: além de “trabalhar de catador ou reciclador” (de materiais recicláveis) e/ou “pedir esmolas”, inserir-se no “mundo do crime”. Ao incorrer nesta última situação – adentrar para o “mundo do crime” – o indivíduo resvala para a categoria nativa dos “pobres que apelam para o pior”, situada em posição considerada a mais inferior nesta classificação hierarquizada dos “pobres” locais.

4.3.2.3 “Pobres que apelam para o pior”

A categoria de “pobres que apelam para o pior” é usada por parcela dos narradores para classificar os indivíduos que fazem recurso a atividades ilegais/ilícitas como prioritárias e/ou exclusivas para satisfação de necessidades e desejos materiais e simbólicos produzidos e estimulados sócio-cultural e economicamente em nossa sociedade de mercado. Encontrar-se-iam, assim, “diretamente envolvidos no “mundo do crime” (FELTRAN, 2011), protagonizando práticas de violência urbana (MACHADO DA SILVA, 2008) nestes territórios, embora também estejam entre as suas vítimas preferenciais²²². Tal designação é atribuída para os considerados enredados nos negócios do narcotráfico; nos furtos, roubos e assaltos; ameaças e/ou tentativas de assassinatos; nos homicídios; na promoção de tiroteios na localidade ou fora dela. Nesta classificação poder ser incluídos os usuários de drogas ilícitas quando também recorrem às práticas criminosas para garantir a própria sobrevivência, de sua família e/ou acesso às drogas. Protagonizam práticas criminosas violentas que ameaçam, segundo enunciara Machado da Silva (2008), duas condições básicas do sentimento de segurança existencial: a integridade física e a garantia patrimonial em xeque nas cidades contemporâneas, com foco nestas margens urbanas. Classificação que pode não excluir integralmente a situação de trabalho informal, irregular e precarizado (os “bicos” / “biscates”) em certa alternância e/ou sincronismo com o expediente às supracitadas práticas criminosas.

²²² Retomar as estatísticas sobre a violência urbana no primeiro capítulo.

Um indivíduo em condição de pobreza ou “precisão” material, ou seja, um “pobre com necessidade”, nos termos então descritos, pode “apelar para o pior” como expediente tanto para garantir a satisfação de necessidades de sobrevivência (biológica) individual e/ou da família, como possibilidade diretamente estimulada de entrada imediata no universo do consumo. Em específico, pela promessa de inclusão imaginária pela via do consumo e, por conseguinte, de poder ostentar signos de distinção social que identificam o lugar dos “vencedores” neste modo de vida capitalista.

A figura do “pobre que apela para o pior” resguarda certa ambiguidade e sua transição para a categoria de “vagabundo/bandido/perigoso” parece indicar um processo de rupturas com os valores morais considerados superiores nestas teias relacionais locais: trabalho, família, casa e a “fé em Deus”. Se é possível fazer a transição de “pobre/trabalhador” a “pobre que apela para o pior” e desta em direção à categoria de “vagabundo/bandido, atravessando fronteiras simbólicas, refazer o caminho de volta, também o é. Quem se tornou um “vagabundo/bandido” pode reassumir a posição de “trabalhador/cidadão”. Mais uma vez, a posição social e as fronteiras simbólicas fabricadas nestas margens urbanas mostram-se líquidas e deslocantes nesta classificação nativa do “outro” e na definição da própria identificação e situação no espaço social.

Importa salientar, de início, a primeira figura ambígua e deslocante que reaparece nesta classificação hierárquica dos “pobres” locais: a do “favelado”, inscrito na liminaridade entre “pobre dos pobres” e “pobres que procuram o pior”. Para D. Consolação, os “pobres” podem apelar para “o pior” – as práticas violentas e/ou criminosas – diante da “precisão” material e das dificuldades de conseguir trabalho, mais complexas em termos da inserção no mercado formal e para os migrantes do interior, que chegam às cidades e passam a residir em suas “periferias”. E, nas “periferias”, registra tanto a singularidade das “favelas” e dos seus residentes, os “afavelados”, como de uma outra situação, para ela, a “pior”, qual seja: a de conjuntos habitacionais estatais, por aglutinar moradores de distintas “favelas” de Fortaleza, removidos de “áreas de risco geográfico” e reassentados nestes espaços urbanos, conforme vem ocorrendo ao longo das últimas quatro décadas no Grande Bom Jardim.

É aqui que a condição de “favelado” assume significação ambígua e deslocante nesta versão nativa: ora associada aos “*pobres dos pobres*” na conotação da “*classe mais pobre que tem*”, ora na liminaridade extrema de tornar-se um “pobre que apela para o pior”. Encarnam os despossuídos e sem lugar no mundo – sem moradia, trabalho, alimentação regular e/ou “ajuda” de terceiros – que recorrem à prática ilegal das “invasões de terra alheia” e ali constroem a sua vida, erguem seus “barracos” e/ou suas casas, criam seus filhos e lutam

por uma “vida melhor”. D. Consolação fala do aumento populacional e da diversificação dos moradores na região do Grande Bom Jardim, até os anos 1980 formada por uma maioria de migrantes do interior do Ceará e alguns deslocantes voluntários de outras áreas periféricas de Fortaleza advindas para estes espaços urbanos em busca de terrenos a baixo custo e melhores oportunidades de vida. Acrescenta que a chegada de “gente de fora” implicou na formação de numerosas favelas na região e, sobretudo, a aglutinação de “muita gente de fora (...) gente de todas as favelas” reunidas em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado nas últimas quatro décadas. No seu ponto de vista:

O Bom Jardim, hoje, cresceu muito. A população aumentou muito. Cresceu muito mesmo. Muito! Tem muita gente de fora. Mesmo neste conjunto que eu moro, mora muita gente. Ali mora gente de todo canto, de todo canto, das favelas ali, sabe? De todo canto. Não sei de onde. Não sei de onde não. Vem de todo canto ali. Aquilo é pior do que favela, porque tem gente de todas as favelas. Está tudo junto ali, sabe? Nas favelas mora assim um pessoal que é pobre dos pobres, sabe? Que não tem aonde viver. Quando aparece assim um negócio, um terreno para invadir, aí eles se juntam tudo, se juntam aquele pessoal tudo e invade. Aí cada um fica com aquele pedaço. Ali vão viver a vida deles. Quando é um lugar perigoso, é enchente, qualquer coisa assim, que seja um lugar perigoso por causa de enchente, que sempre dá errado quando começa a chover e fica todo mundo dentro d’água e dentro da lama, aquela confusão toda. Aí o pessoal do governo vai e tira de lá e coloca assim nesses lugares como o que eu moro. Que favela eu acho que é a classe mais pobre que tem. Porque só o nome já está dizendo, já estão afavelados, vive ali porque não tem onde viver. E esse lugar feio que eu moro (risos), eu creio assim, no meu pensar, que é pior porque ali tem gente de toda favela. Não sei da onde, não sei da onde, não sei da onde. Que é exatamente o conjunto do governo. Ele tirou o pessoal das áreas de risco e colocou tudo ali, sabe? Área de risco que chama é, assim, da pessoa na época do inverno, chega aquela chuva, carrega tudo. A pessoa já não tem nada e anoitece naquele local, quando amanhece o dia, está tudo dentro d’água. Água no meio das paredes, um lugar que eu acho ... (pausa e silêncio). Foi o pessoal tirado desses locais assim. Sempre foi assim, pelo menos do lugar de lá de onde eu vim. Eu já vivi num cantinho como eu lhe falei, que já foi invadido, né? Foi invadido ... lá na ... [nome do território considerado oficialmente favela e, uma parte, área de risco geográfico suscetível a inundações]. Sim, foi invadido. (...) eu fiquei lá porque uma mulher queria vender a casa dela e ir pra o interior por causa de confusão com o marido dela. Resolveu vender. Os meus meninos já trabalhavam, na época, ganhavam um dinheirinho, *compraram*. Aí, a gente foi viver lá. Quer dizer, isso já vem de longe. Vem de muito tempo.

D. Consolação remete à sua experiência de retirante da seca e migrante para a capital nos anos 1950 para falar, sob seu ponto de vista, deste deslocamento possível dos “afavelados” da condição de “pobre dos pobres” para a de “pobres que apelam para o pior”, em meio ao crescimento das “favelas” nesta região, a saber:

Minha filha, é desde esse negócio de seca no interior, que bota muito o pessoal pra cidade grande. Aí o pessoal, como nós chegamos aqui nessa situação. Chegamos aqui em Fortaleza em 1958, uma seca medonha no nosso interior. E até no comecinho eu já falei. Foi uma seca muito grande e então a gente veio procurar uma vida melhor na cidade grande. E aí quando chega, quem ainda arranja um trabalho, o que não é fácil para quem mora aqui no Bom Jardim, quem ainda arranja um trabalho, tudo bem. Mas quem não arranja ... que se mete com tudo o que não presta e quer saber é se ganha de qualquer jeito, nem que seja pisando nos outros, maltratando, matando e fazendo toda desordem que a gente possa imaginar. **Porque muitas vezes não justifica não! A gente sabe que não justifica. Nem todo mundo tem esse mal.** Mas eu vejo uma família muito grande, vem de cá e vem de lá pra cá. Aí chega, procura um trabalho, uma coisa, e não dá certo. Procura outra e não dá

certo. Aí, apela pro pior. O pior que eu chamo é se meter no mundo das drogas. Tomar o que é dos outros. Aí, quando entra nesse mundo, acabou-se. Depois de se meter, só pensa em fazer o mal.

Nesta versão, as buscas frustradas por trabalho, para quem tem necessidades materiais urgentes, pode contribuir para o recurso às práticas ilícitas e/ou violentas, com vistas a garantir a (sobre)vivência nas margens que, apesar de não justificáveis sob seu olhar de “pobre” declarada, salienta, pode apresentar-se como saída individualizada possível para alguns em seus territórios vividos. Neste caso, o “*afavelado*” e mesmo o “*pobre dos pobres*” – na variação do “*pior pobre*” – pode declinar à posição de “*pobres que apelam para o pior*”. Saída, no entanto, não plenamente justificável para D. Consolação e outros de meus narradores que não admitem a saída pelo “crime” como alternativa diante da pobreza material. Ao salientar “*porque muitas vezes não justifica não! A gente sabe que não justifica. Nem todo mundo tem esse mal*” parece sugerir certo atributo “inato” a quem recorre às práticas criminosas. Simultaneamente, deixa entrever a dimensão social da “precisão” como um forte componente neste “apelo para o pior” quando o indivíduo se vê sem alternativas dentro da “ética do trabalho” e deseja ter acesso ao consumo de signos de prestígio social. Consumo ora pensado, na acepção analisada por Costa (2006), na sua equivalência ao “poder comprar” mercadorias produzidas e vendidas em larga escala que, obviamente, não se faz de modo igualitário, contrariando a crença disseminada, nesta sociedade de mercado, de que somos todos iguais diante da possibilidade de comprá-las. Afinal, ainda de acordo com o supracitado autor:

Comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato econômico com implicações sociais. Diante deste ato somos todos diferentes e desiguais. Adquirir mercadorias por meio de compra já define ‘quem é quem’ no universo social. A maior parte da população tem um poder de compra extremamente reduzido e alguns, para possuir o que desejam, roubam ou furtam. Os chamados objetos de consumo, dessa forma, nem são *consumíveis* nem estão *igualmente disponíveis* para todos os indivíduos. A produção de objetos é *seletivamente organizada* de maneira a ser *seletivamente* distribuída pelos que têm muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro (COSTA, 2006: 77)

A vida contada da jovem Gabriela – 23 anos, analfabeta, mãe de três crianças – permite aproximá-la destes percursos ditos “declinantes dos favelados” de inserção no “mundo do crime”, que associam a necessidade de “escapar” à pobreza material extrema (miséria) e o desejo de “ter as coisas” sem possuir o exigido “poder de compra” a dinheiro ou a crédito. Segundo afirmou, em seu local de moradia existe “muita miséria” e, em correspondência, “muita gente” com desejo de “ter as coisas” sem dinheiro para fazê-lo pode conduzi-los a apelar para o “crime”. Constitui-se uma ambígua combinação nas margens das

margens urbanas, em consonância com o lúcido enunciado de Costa sobre a condição peculiar dos “pobres” em nossa sociedade de mercado que, com pouco ou nenhum poder de compra:

(...) *diretamente* estimulados a possuir o que não podem comprar e *indiretamente* incitado a se apropriar de forma criminosa do que é levado a desejar. (...) Os objetos de consumo ‘agregam’ valor social aos seus portadores. Eles são o crachá que identifica ‘o vencedor’ em qualquer lugar ou momento da vida (...) O aparato de objetos caros e elegantes é o signo, por excelência, da distinção social de seus possuidores. (...) Afinal, ninguém se contenta em sobreviver fisicamente, pelo consumo de nutrientes. Somos seres de cultura que não têm apenas fome de pão, mas também de prestígio social. A satisfação em se sentir aprovado e admirado é um item indispensável para o equilíbrio emocional de todos nós (COSTA, 2006: 77; 80).

Esta combinação pode levar os residentes em “favelas” e os “pobres” de maneira ampla a “optar pelo crime” como “meio de vida”, sob o ponto de vista de Gabriela. Parece compreender esta via como “escolha individual”, ao passo que simultaneamente culpabilizou seus pais e o local de moradia pelo seu “destino” e de seus irmãos e irmãs envolvidos em práticas criminosas e/ou com o uso de drogas ilícitas. Em seu relato parece não encontrar saídas possíveis diante das experiências de imersão no “mundo do crime”, de abandono e perdas familiares, segundo enunciou:

Acho que aqui tem muita miséria. Tem muita gente que quer ter as coisas e procura o crime, né? Assim, ter uma casa melhor. Ter uma comida melhor. Porque tem dias aqui, que a gente não nem o que comer. Tem muita gente nessa situação aqui. Muita gente. Aí eu acho que eles procuram o crime, né? Que foi o caso da minha família, que optou pelo crime.

[Leila: E teria outra “opção”?]

Eu acho que teria. Se a minha mãe não tivesse (pausa) é porque a mãe sempre foi, ela sempre bebeu. E meu pai sempre usou drogas. Até hoje ele usa. Ele é separado da minha mãe. Minha mãe deixou ele pra viver com outra mulher. Deixou eu, minha irmã mais velha e meus irmãos pequenos. Tenho dois irmãos e meus dois filhos no abrigo. (...) Sei que se tivesse botado a gente em um colégio. Ter ensinado a gente outro *meio de vida*. Porque nós só aprendíamos isso. Nós morávamos em uma favela. A gente via droga. Via o pessoal roubando. Só via isso. Era lá no beco ... próximo da favela ali no Santa Cecília. Nós crescemos lá, vendo isso todo dia. Nós via isso todo dia. *Onde nós morávamos era ponto de droga. E meus irmãos homens foram crescendo. E vendo as pessoas que roubavam tendo dinheiro, celular, roupa boa ... que hoje em dia só quer roupa de marca. Aí meus irmãos cresceram vendo isso. O X. [irmão envolvido no crime], o mais velho, foi o que primeiro começou. Ele optou pelo mundo do crime. Ele gostava de andar arrumado. Aí ele optou pelo crime.* Esse outro que mataram [usuário de drogas] também roubava. Mas não era que nem o X. Ele roubava muito dinheiro. Não era pouca coisa não. Aí o K. Mataram ele por causa do X. Era bom dar emprego para as pessoas. Ter alguma coisa aqui dentro, pra comunidade toda trabalhar. Acho que seria bom. (pausa) Acho que não iria funcionar não, porque os outros não iam deixar. Os vagabundos, se souber, vem roubar. Acho que não ia dar certo não!

Desde a infância, conviveu com seus pais usando drogas lícitas e ilícitas (álcool e crack). A mãe abandonou marido e oito filhos (as) em barraco alugado em antiga favela do Bom Jardim. Passou a morar com companheira também usuária de drogas em outro barraco alugado em área de risco – às margens do canal – no Marrocos em 2003. O pai também os abandonou sozinhos em casa, aos cuidados das filhas mais velhas, uma de dezesseis anos e Gabriela, com quinze. À época, ela convivia maritalmente com um jovem e estava grávida de seu segundo filho. Talvez reproduzindo o feito de sua mãe, abandonou o primeiro

companheiro, alegando sofrer violência física doméstica. A família não tinha renda e as práticas criminosas tornaram-se o “meio de vida” desde este período, atravessando sua infância e juventude. Após terem a antiga casa invadida por “vagabundos-bandidos” da área, mudaram-se para o Marrocos, passando a residir com a mãe e sua companheira. Começou a usar crack por intermédio da irmã mais nova – usuária desde os oito anos – no período de conflitos com um segundo companheiro e pai de seu terceiro filho.

Além dos pais usuários de drogas ilícitas, tornaram-se também drogadiços nesta família: Gabriela, suas duas irmãs (a mais velha e a mais nova) e outros dois irmãos. As exceções eram ainda o irmão envolvido com o crime e os dois caçulas. Nesta fase, a jovem recorreu à prática do roubo para garantir seu acesso às drogas: *“Fui usando assim aos pouquinhos porque estava com raiva do cara. Pra mim, eu não ia me viciar porque eu nunca fui de beber, de fumar. Nunca gostei não. Mas me viciêi. E quase que eu não saía. Quase que eu também morria na droga, porque eu roubava. Roubava muito. E apanhava muito dos antigos vigias daqui. Já mataram tudim. Eles eram perigosos também. Eles tinham armas. Mas já mataram. Quem matou? Ninguém sabe! Acho que foram os meninos que eles não deixavam roubar. Porque quem roubasse aqui dentro e eles soubessem, eles batiam, batiam muito! Ai, mataram eles”*. Ariscou-se à violência física e fatal dos “vigias”, em verdade os acusados de formarem grupo de extermínio local. Abandonou seu segundo companheiro e negligenciou os três filhos. Neste período de drogadição, sua família contou com a “ajuda” de vizinhos para garantir a alimentação aos irmãos mais novos e aos seus filhos quando ela e suas irmãs passavam dias e/ou noites fora de casa, usando drogas.

A renda da família era proveniente da mendicância praticada pela mãe e sua companheira – quando se dispunha a dividir com os filhos, conforme eu a ouvi falando várias vezes que não tinha obrigação de dar-lhes o que elas conseguiam nas ruas – e, sobretudo, do “crime”, o principal “meio de vida” de parcela de seus membros. O jovem irmão envolvido no “crime”, ao contrário de seus pais, não abandonou a família que reconhecia, seus irmãos e irmãs, até ser assassinado em 2013, aos vinte e dois anos. Enquanto estavam residindo juntos, a principal renda e/ou “ajuda” para sustento da família era advinha de suas práticas criminosas aceita pela maioria de seus membros sem representar uma desonra²²³.

Em síntese, na posição liminar de “afavelado” podem ocorrer deslocamentos ascendentes ou declinantes na expressão local. Nesta versão nativa de classificação

²²³ A única exceção diz respeito à sua irmã mais velha que, após deixar o uso de drogas ilícitas, passou a residir com seus filhos e companheiro em outro território fora da região, evitando contato com a família ampliada e reafirmando os valores do trabalho, da família e da casa. Mesmo as visitas ao Marrocos são raras, feitas com cautela e sob a resistência de seu companheiro.

hierarquizada dos moradores, os percursos de Gabriela e seus irmãos seriam indicativas deste deslocamento “declinante”, as de D. Consolação e de sua filha Luzia sinalizaria, ao contrário, uma ascensão horizontal nas margens. Não obstante, sua família agrega alguns membros – filhos e/ou netos – inscritos em categorias ditas de rebaixamento social, a saber: “pobre demais”, “pobre dos pobres” na variação de “pior pobre” e/ou na de “pobres que apelam para o pior”. A ascensão, neste ponto de vista, diz respeito a assumir as posições de “pobre”, na sua variante de “vida menos incerta”; “batalhador-trabalhador”; “classe média baixa” ou até permanecer no nível da “pobreza material tolerável” e/ou um de “pobre demais”, um “humilde”, desde que mantenham-se adeptos à “ética do trabalho” e trabalhando formal, informal, precarizado e/ou esporadicamente.

A prevalência dos valores da família²²⁴ e da casa rígidos para os não envolvidos diretamente em práticas criminosas, parecem um tanto mais flexibilizados para os envolvidos, mas não ausentes. Gabriela relata suas algumas tentativas de “saída/fuga” entremeadas a reincidências em práticas criminosas, por vezes justificadas em nome da “família” e de suas tentativas frustradas de mantê-la *unida*. Em nome da “família”, em meio à iminência de perder a guarda dos filhos, até hoje residindo em abrigo, superou a drogadição e foi residir em outra localidade, a fim de refazer sua vida longe dos irmãos envolvidos no “mundo do crime” e uso de drogas, segundo relatou:

(...) deixei de usar por amor aos meus filhos. Ele me pediu pra ir para o abrigo, porque tinha vergonha de mim. Porque meu filho ficava chorando pedindo para eu não usar. Eu deixava eles só e saía. Por isso que eles estão no abrigo. Porque eu abandonei eles. É, na época que eu estava usando. Eu abandonei eles. Abandonei todos três. Uma vizinha arranhou esse abrigo pra eles. Tem dois no abrigo e o outro mora com a avó, a mãe do pai dele, do mais novo. Eu parei de usar para

²²⁴ Independe de sua configuração, perfis e/ou dos conflitos existentes, a referência à família - ora apreendida como construção social e histórica - e ao seu correlato “sentimento de família” - formado a partir de um emaranhado de emoções e ações familiares, pessoais e culturais que compõe o universo familiar - foram recorrentes em parcela significativa dos relatos dos interlocutores. A família aparece em suas narrativas como valor estruturante, sustentáculo afetivo e material quando a “ajuda” se faz imprescindível, e possível símbolo de distinção social local, desde que não haja o envolvimento direto de seus membros com o “mundo do crime”. Isto não descarta a “consideração” local obtida por certas famílias com membros envolvidos no narcotráfico local, especificamente, na condição de traficante e/ou “dono da bocada” “bem sucedido”, uma versão ilegal do “vencedor” nestas margens urbanas. Todavia, o “prestígio possível” relaciona-se, neste caso, à conquista de bens de consumo distintivos – a exemplo das motos, dos carros, as roupas e os tênis de marca, dos eletrodomésticos e reformas da moradia – e ao uso da violência física – potencializada pelos dispositivos de armas de fogo. Para os residentes “próximos”, envolvidos ou não envolvidos diretamente com suas práticas criminosas, pode significar uma ambígua condição de “proteção” e/ou “risco”. As situações de risco incluem: a intimidação; os incêndios criminosos; os espancamentos (“peia”); a expulsão do local e proibição de retorno, mesmo para visitar familiares; ser confundido com um “igual” seja pelos representantes do Estado (pela polícia e/ou nas instituições sócio-assistenciais) – suscetíveis às suas formas de tratamento de vigilância, controle e/ou punição; seja por “inimigos” dos “donos das bocadas” nestes territórios; as tentativas de assassinatos ou execuções sumárias. Sob a “proteção” dos “vagabundos-bandidos” as relações são bastante líquidas e instáveis, que redefinem as rotinas locais e exigem um “saber viver” nas margens urbanas em tempos contemporâneos. Estas figuras da ilegalidade/ilicitude vinculadas ao narcotráfico parecem carregar símbolos-amálgamas de prestígio social e estigmas fundados na promessa de “proteção” e na condição cotidiana de insegurança e medo/perigo/risco.

não perder meus filhos. disseram lá que se eu não deixasse de usar, eles iam pra adoção. Aí eu parei. D. Luzia me ajudou. Ela ajudava meus filhos, dava comida a eles. Quando eles foram para o abrigo, nós viemos conversar com ela, eu e minha irmã. Nós dissemos que queríamos deixar a droga. Ela disse que ia ajudar. E ajudou. E ajuda até hoje. Eu vou sempre visitar eles”.

Em 2011, quando conversamos pela primeira vez, havia retornado a morar no Marrocos mais uma vez em “nome da família”, segundo assinalou, atendendo ao chamado de seu irmão recém saído da prisão que desejava reunir a família. Levava consigo suas esperanças frustradas de ajudá-lo a não mais envolver-se em crimes e de reaver a guarda de seus filhos em abrigo provisório. Segundo sua narrativa:

Eu voltei não está com um mês. Porque meu irmão que estava preso, se soltou. Aí eu tenho medo dele voltar. Eu vim pra tentar ajudar ele. Porque eu não queria mais que ele se envolvesse no crime. Só que foi mesmo que nada. Ontem [leia-se, antes de ontem], tocaram fogo na minha casa. Eram muitos homens. Eu até caí, tentando pular o muro pra escapar. Sim, nessa casa. Foram tocar fogo na minha casa. Foram umas pessoas lá de dentro, um que é ex-namorado da mulher dele agora. Estão perseguindo ele. Nem eu conheço quem são, que eu não tenho envolvimento com eles ali. Acho que ele ficou com raiva e foi tocar fogo na minha casa. E meu irmão também (pausa) entende? Ele não é de abaixar a cabeça. Ontem a minha mãe, a parceira dela e minha irmã caçula estavam roubando as coisas da gente. Esse meu irmão não é usuário de drogas. Ele nunca usou droga. Ele ficou logo com raiva, né? Porque elas ontem tiraram as coisas da gente, que eram pra levar para os meus filhos [no abrigo]. Eu tinha separado as coisas pra poder levar para o abrigo e elas levaram tudo. Roubaram tudo pra vender para usar drogas. Eu acordei chateada. Ele ficou chateado porque era para os meus filhos e elas tinham roubado. Por isso também ele se chateou. Por isso ele atirou na mulher da minha mãe. (Silêncio) Aí gerou uma violência. Sei lá! É difícil! É muito difícil! (Silêncio seguido de choro reprimido). Foi ontem [balbuciou chorando] (Pausa).

Cerca de quatro meses depois de nossa entrevista e rápidos diálogos posteriores, Gabriela tornou-se “avião” do tráfico. Ela estava vendendo drogas ilícitas para o “dono da bocada” neste trecho do território, seu irmão. Foi presa por tráfico, culpabilizada pelo porte da droga apreendida e que não lhe pertencia. Assumiu a culpa do irmão traficante e passou seis meses detida no presídio feminino Auri Moura Costa. Seu sonho de recuperar a guarda dos filhos e reconstruir sua família tornou-se mais distante. Ao sair da prisão, decidiu mais uma vez manter-se afastada dos irmãos, da mãe e do Marrocos. Meses depois, seu irmão traficante também foi novamente preso. E um outro irmão, mais novo e usuário de crack, assumiu o seu lugar no narcotráfico local aos dezesseis anos, com a responsabilidade de sustentar a casa e a família – a irmã de quinze anos grávida e usuária de crack e seu irmão de onze anos, já iniciando em práticas criminosas de pequenos furtos e roubos, além das demandas do irmão apenado: despesas com advogado para tentar libertá-lo, necessidades materiais e pagamento das dívidas da droga adquirida “em confiança” e a ser revendida. E ele assumiu “em nome da família” e da urgência de cumprir os compromissos com fornecedores das drogas ilícitas, cujo preço de dívida não paga é a execução sumária do devedor, não estando imunes nem quem estiver no presídio, nem seus familiares “acuados” nestas margens urbanas.

Este irmão mais novo estava ganhando “fama” na carreira de traficante, principalmente, após ser acusado do assassinato de um jovem classificado de “pirangueiro”, em fins de 2011, que lhe furtou e consumiu o crack a ser revendido. Sob tal acusação, o “menino” conhecido pelos moradores desde criança e que a alguns dias havia declarado “não sei se aguento esta vida!” – passou a ser visto, ainda com relutância de alguns residentes mais antigos, como um “vagabundo-bandido”. Entre seus “iguais” ganhou “moral”, afirmara uma vizinha. A acusação de homicídio rendeu-lhe também a denúncia supostamente feita à polícia pela mãe do jovem assassinado, tornando-se alvo de várias perseguições e batidas policiais em sua casa. Em uma destas perseguições policiais foi baleado – o episódio narrado do *tiroteio no Marrocos* – e teve sua casa transformada em alvo privilegiado de constantes operações policiais, dificultando sua permanência e continuidade de suas atividades ilícitas neste território. E, por conseguinte, tornou mais improvável honrar seus compromissos com os fornecedores das drogas e adensou sua condição de vulnerabilidade civil e sócio-econômica (KOWARICK, 2009), extensiva a outros membros de sua família.

Assim, após o assassinato do irmão mais velho logo ao sair novamente do presídio em 2013, esta família viu-se forçada a vender a casa e mudar-se da região. E, óbvio, nenhum morador do Marrocos arisca-se a falar qual o destino desta família. E entre meus narradores, praticamente deixou-se de pronunciar seus nomes. De fato, a imagem de família como refúgio e suporte material e afetivo, com referência específica às ligações horizontais entre irmãos/irmãs (as fratrias/fraternidades²²⁵) parecem ainda consideráveis no universo simbólico destes narradores, seja para os não envolvidos diretamente com práticas criminosas, seja para os ditos envolvidos, requerendo aprofundamentos em estudos específicos que transcendem os objetivos desta tese²²⁶.

No tocante ao valor da casa para os narradores não envolvidos em práticas criminosas, saliento a perspectiva de distinguir a figura do “comprador” de terreno ou casa na “favela” do “favelado” “invasor de terra alheia”. No Marrocos, por exemplo, moradores mais antigos ou mesmo alguns “fundadores” disseram-se “compradores” de terreno e/ou recebedores de terrenos doados pelas lideranças locais. D. Consolação, mesmo quando residia em outra “favela” da região até deslocar-se para a casa própria em conjunto habitacional, fez

²²⁵ Sobre as fraternidades horizontais e a importância das fratrias na formação dos sujeitos, conferir: Kehl, M. R.(Org.) *Função fraterna*. 2000; COSTA, Jurandir Freire. *Playdoier pelos irmãos*. In: Kehl, M. R.(Org.) *Função fraterna*. 2000.

²²⁶ Sobre esta temática, conferir, dentre autores mais contemporâneos, SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, 2007; _____. *Famílias enredadas*. IN: ACOSTA E VITALE (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*, 2008; _____. *O jovem na família: o outro necessário*. IN: NOVAES & VANNUCHI. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, 2004.

questão de dizer que, nestes dois espaços, o terreno “de invasão” e a sua residência foram comprados por ela e/ou com a “ajuda” dos filhos (as), trabalhando. O terreno comprado, sem regularização fundiária e/ou documentação legítima da compra do terreno, local onde construiu sua primeira casa, e anos depois a aquisição de nova residência em conjunto habitacional parecem delimitar para si um outro lugar para viver materializado na sua principal propriedade: a casa própria. Símbolo de sua ascensão e fixação em um espaço físico capaz de alterar sua inscrição no mundo social em posição de superioridade ao comparar à sua situação anterior. Esta senhora buscou distanciar-se das figuras do “favelado” participante de “invasão” e/ou do “pobre” que recebe “ajuda” do governo para (sobre)viver nas margens, ambas em condições sociais inferiorizadas em relação a quem “venceu por seus próprios méritos”. Adquiriu, assim, a propriedade privada da “sua casa” nas margens urbanas, um símbolo de prestígio social para quem chegou do interior do Ceará trazendo na bagagem “coragem e força de vontade”, suas esperanças e expectativas de construir uma “vida melhor” e nada mais.

D. Consolação não se envergonha de sua condição social no passado, assume-se “pobre”, mas enfatiza sua posição presente de ascensão horizontal em relação a um outro, nos seus termos, um “*mais pobre do que eu*”. De forma mais contundente, as fronteiras simbólicas forjadas com relação aos “pobres que apelam para o pior” e ao seu lugar social ocupado nesta hierarquização local tornam-se mais entrincheiradas e complexas, ainda que líquidas, a despeito do que possam parecer os discursos destes interlocutores que negam envolvimento direto com o “mundo do crime”.

Se nem todo morador das “periferias”, e em sua dimensão radicalizada do “favelado” residente em “favelas”, torna-se um “pobre que apela para o pior”, certas modelizações negativadas fabricadas sobre estes atores parecem encontrar ressonância em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. Refiro-me à tendência reeditada no imaginário urbano brasileiro contemporâneo e reproduzida nos discursos locais, qual seja: a de vincular periferias-pobreza-violência urbana, sobretudo, remetidas à imagem negativada da favela e de seus moradores e, de maneira correspondente, equiparam *camadas pobres e classes perigosas*, destituídas de dimensão política e social. É esta uma outra versão da pobreza urbana contemporânea negada nos discursos da maioria de meus narradores como sua auto referência, da qual buscam distanciar-se socialmente, posto que se afirmam não envolvidos em práticas criminosas, e transferir os estigmas sócio-territoriais a esta associados. Na verdade, reproduzindo-os sobre outras pessoas e lugares que, apesar de geograficamente próximos, situados em seus territórios vividos e/ou circunvizinhos, são fabricados

discursivamente como socialmente distantes. Transferência direcionada para aqueles identificados em posição local hierarquicamente inferior, conforme fabricada em seus esquemas classificatórios locais como a *minoria dos piores*, sob a alcunha de “pobres que apelam para o pior”, a exemplo dos membros da família de Gabriela.

Na linguagem nativa de quem se diz “não envolvido com o mundo do crime”, estes outros “pobres que apelam para o pior” são reconhecidos sob várias designações usadas, por vezes, como sinônimas em âmbito local, a saber: “*gente ruim*”; “*gente ruim demais*”; “*pessoas ruins*”; “*quem não presta*”; “*em quem não se pode confiar*”; “*perigoso e/ou gente perigosa*”; “*quem faz o mal*”; “*quem tem inimigo, não pode andar, entrar e sair em todo canto*”; “*quem tem rabo preso, deve à polícia e à justiça*”; “*quem anda armado*”; “*quem participa de tiroteio*”; “*quem rouba*”; “*quem toma e invade o que é dos outros*”; “*quem não vive do seu trabalho, mas de tirar do alheio*”; “*quem mata*”; “*quem rouba*”; “*quem usa e vende droga*”; “*quem se mistura, se junta com a vagabundagem*”. Delimitam alguns atributos negativados que narradores associam a esta categoria: o descrédito e a suspeição social que sobre estes recaem; o uso de armas que potencializa a periculosidade e a suspeição sobre si; a negação do trabalho; limites de liberdade pelo cerceamento do direito de ir e vir dentro da região, dentre outros. Meus interlocutores associam tais nomeações ao estigma de “perigoso e violento” e à própria encarnação de “*tudo o que num presta*” em seus territórios de residência e à região do Grande Bom Jardim de forma mais ampla. Transferem para estes indivíduos envolvidos em práticas criminosas as classificações estigmatizantes projetadas nas modelizações negativadas sobre “todos” os residentes das margens urbanas e das favelas em particular. E, de maneira ambígua, chegam a considerar tal inserção no “mundo do crime” como atributo ora congênito, da “natureza da pessoa” – inscrito nas classificações de “*gente ruim*”; “*gente ruim demais*”; “*pessoas ruins*”; “*quem não presta*”; “*em quem não se pode confiar*”; “*perigoso e/ou gente perigosa*”; “*quem faz o mal*” – ora relacionado às condições de pobreza material e de desemprego nas quais se encontram que contribuíram para “apelar para o pior”. Aqui também, não raras as vezes, a “pobreza de espírito” veio retomada como característica destes que “apelam para o pior”, reportando para o indivíduo a culpa por envolver-se com o “mundo do crime” e pelas implicações daí decorrentes.

As categorias de nomeação usadas em posição homóloga à de “pobres que apelam para o pior” e cristalizadoras desta posição moral inferiorizada dos que completaram a transição e aderiram ao “mundo do crime” nestes espaços urbanos são: “vagabundo/bandido”. Designações (re)produzidas em âmbito local pelos narradores em suas micro táticas de distinção destes tipos sociais sintonizados com as modelizações negativas e propaladas na

mídia local sobre os residentes das margens urbanas e do Grande Bom Jardim em particular. Em suas narrativas, parcela de meus interlocutores tentou aproximar-se da imagem de “trabalhador/cidadão” em oposição relacional à “minoridade dos piores” designada de “vagabundos/bandidos”, projetando quem constitui o “nós” e os “outros” em seus lugares praticados. De fato, também nesta classificação, um “pior pobre” e/ou um “favelado” que se tornam “pobres que apelam para o pior” e/ou afirmam-se como “vagabundos/bandido”, em suas diferenciadas versões tenderão a serem culpabilizados e, por conseguinte, socialmente desqualificados pelos seus (des)iguais. Estes narradores buscaram deles simbolicamente afastarem-se, já que, na maioria das vezes, torna-se improvável tanto expulsá-los destes territórios, como escapar de seu local de moradia e mudarem-se para outros espaços urbanos devido às suas parcas condições sócio-econômicas.

Sob tal ponto de vista, corroboram e reproduzem classificações sociais hegemônicas capazes de fortalecer formas de estigmatizações e segregações sócio-territoriais inscritas no imaginário urbano destas margens das margens. Encarnam em seu viver cotidiano estigmatizações e segregações interpessoais e infra territoriais que alicerçam e reproduzem uma estrutura de desigualdades e hierarquias sócio-econômicas e político-culturais hegemônicas. Em suas micro táticas individualizadas de distinção social em seus territórios vividos, esta parcela de meus interlocutores usam contra seus (des)iguais – a quem consideram “a minoria dos piores” – similar repertório hegemônico de depreciações/estigmas usados socialmente contra si mesmo no contexto da cidade. Deixam entrever na fabricação de seus esquemas classificatórios e fronteiras simbólicas entre pessoas e lugares em seus territórios, uma dimensão dramática similar à delineada por Caldeira em seus estudos sobre a fala do crime e o *novo padrão de segregação urbana* em São Paulo nos anos 1990:

A dimensão dramática deste esforço, que acaba criminalizando e discriminando pessoas do mesmo grupo social, é que *os dominados* não têm um repertório alternativo para pensar a si mesmos e *são obrigados a dar sentido ao mundo e à sua experiência usando a linguagem que os discrimina. (...) mais uma vez a hegemonia do repertório de depreciações: usa-se contra os outros o mesmo repertório usado contra si mesmo* (2000: 85-86).

Nestes esforços de identificação e distinção sócio-territorial narrados por meus interlocutores, reconfiguram-se as categorias relacionais e aparentemente dicotômicas “trabalhador-cidadão” e “vagabundo-bandido” que esboçam uma via fecunda para melhor compreender estas teias vivenciais presentes nas margens urbanas do Grande Bom Jardim. Eis o traçado das significações inscritas nestas duas categorias nas versões nativas em territórios urbanos estigmatizados.

4.4 Sobre “*nós*” e os “*outros*” nos territórios vividos: “*trabalhadores-cidadãos*” e “*vagabundos-bandidos*”

Além da classificação focada na condição de pobreza e da figura do “pobre” presente nas narrativas dos residentes em territórios urbanos estigmatizados do Grande Bom Jardim, cabe destacar o uso das categorias relacionais “trabalhador/cidadão” e “vagabundo/bandido” presentes em nosso imaginário urbano fortalezense e reproduzidos em discursos locais. Categorias postas em aparente oposição quando os narradores buscaram classificar e distinguir o seu ideal de “*nós*” e os “*outros*” dentro de seus lugares praticados ou nos micro espaços circunvizinhos. A divisão moral dos moradores entre “pessoas/gente boa” *versus* as “pessoas/gente má/ruim” simboliza, respectivamente, a demarcação da figura de “*cidadão/trabalhador*” – considerados “não envolvido” diretamente em práticas criminosas – em oposição relacional à de “*vagabundo/bandido*” – dito “envolvido, junto, misturado” com o “mundo do crime”.

Nesta perspectiva de produção de fronteiras simbólicas por parte dos narradores, ganham força estes pares de categorias relacionais e suas variantes cotidianas fecundos à compreensão do viver em espaços urbanos “periféricos”. Sua importância fundamental, conforme já anunciara Feltran (2011a, 2011b) no contexto de suas pesquisas nas periferias de São Paulo, diz respeito às formas plásticas de sua utilização social – no caso específico do autor, o par de oposição “bandido” e “trabalhador” – indicam distintos modos de administração de um conflito político diante do qual a violência tem se apresentado como o modo fundamental para sua contenção nestes espaços urbanos. Segundo ressalta este autor, a depender da perspectiva e da situação em que foram formuladas e usadas, estas categorias assumem múltiplos significados. Na especificidade do estudo em tela, identifico esta dimensão de plasticidade e polissemia no uso de categorias homólogas às encontradas por Feltran (2011a, 2011b). As categorias relacionais “*trabalhador/cidadão*” e “*vagabundo/bandido*” adotadas por meus interlocutores assumem, portanto, sentidos distintos em função das interações estabelecidas em seus contatos mistos na cidade e/ou na região, bem como entre *os residentes* – *os “de dentro”* – e *os não residentes* – *os “de fora”* – de seus territórios vividos, respectivamente reconhecidos como parte do seu ideal de “*nós*” *versus* os “*outros*”, os estranhos e socialmente distantes.

Com relação às interações estabelecidas com os “*de fora*”, há uma busca por usar tais categorias com vistas a dar visibilidade à distinção “*nós*” *versus* os “*outros*”. No ideal de “*nós*” incluem-se a imagem de “trabalhadores/cidadãos” com os quais declaram sua

identificação. Na categoria oposta de “outros” situam os “vagabundos/bandidos”, dos quais se esforçam por diferenciar-se. Esta oposição relacional parece importante para os interlocutores se auto representarem diante dos ditos “*de fora*”: os moradores de outras localidades e/ou bairros dentro ou fora da região do Grande Bom Jardim, os policiais e demais representantes do Estado e/ou, talvez também, para esta pesquisadora. Em suas estratégias de apresentação e representação de si e dos outros, buscam projetar imagens de seus territórios e de seus moradores em suposta oposição às modelizações negativadas que consideram depreciativas. Ao tentar fazê-lo, adotam categorias de valorização do “*nós*” em oposição a categorias acusatórias e estereótipos depreciativos dos “*outros*” dentro e fora da localidade.

As nomeações “*trabalhador/cidadão*” aparecem nas narrativas em oposição à de “*vagabundo/bandido*” e denotam esta preocupação de valorizar seu ideal de “*nós*” diante das modelizações negativadas “*de fora*” sobre seus territórios vividos e seus moradores. Condensado na categoria “*trabalhador/cidadão*”, o ideal do “*nós*” para estes meus interlocutores relaciona-se aos que consideram seus “*próximos*” e “*conhecidos*”, símbolos de segurança e proteção em seus lugares praticados. Suas variações na linguagem nativa são: “*pai/mãe de família*”, “*chefe de família, responsável pela casa*”, “*gente boa*”, “*peças boas, alegres, divertidas*”, “*amigo*”, “*quem ajuda independente do lugar*”, “*quem não discrimina*”, “*cidadão de bem*”, “*de confiança, honesta*”, “*quem vive de seu trabalho*”, “*quem não se mistura, não se envolve com a vagabundagem ou com as coisas ruins*”. Configura-se um tipo social conhecido e reconhecido por estes interlocutores por agregar símbolos de prestígio social ou valores morais prioritários nestas margens urbanas: possuir casa própria, construída segundo seus próprios esforços ou beneficiada por programas de habitação estatal (propriedade distintiva); família constituída; e trabalho, formal e/ou informal, protegido e/ou precarizado.

O elemento mais forte para demarcar as fronteiras entre “*trabalhador/cidadão*” e “*vagabundo/bandido*” – além do não envolvimento com o “*crime*” – é o recurso ao dito “*trabalho honesto*”, com o qual obtém o sustento de si e de sua família fora das práticas consideradas “*criminosas*”. Em um espaço marcado pela condição de pobreza material, desemprego e precariedade de serviços públicos e infra-estrutura urbana, com uma parcela considerável da população sobrevivendo de programas de transferência de renda (Bolsa Família), ter um trabalho, sobretudo formal, parece constituir-se ainda em símbolo de prestígio social para estes interlocutores que negam o expediente às práticas criminosas, em especial os “*trabalhadores/batalhadores*”, os “*humildes*” e os “*pobres*”. E com um elemento a mais a considerar: além de garantir o sustento da família, o recurso ao trabalho possibilitaria o

acesso ao consumo, em especial, de roupas (e de marca), eletroeletrônicos, motos, bastante valorizados no local, e melhorias na casa própria. Estes “trabalhadores/cidadãos” são apresentados pelos interlocutores como a maioria dos moradores na localidade Marrocos.

Assim, a categoria de “trabalhador” estaria na oposição direta à de “vagabundo”, relacionada ao valor e/ou ao desvalor atribuído ao “trabalho honesto”; enquanto a classificação “cidadão” contrapõe-se à de “bandido” tangenciadas, respectivamente, ao não envolvimento e/ou ao envolvimento com práticas criminosas e inscritos diretamente no “mundo do crime”. Adotam a nomeação “cidadão”, portanto, para nomear a si e aos demais moradores não diretamente envolvidos com o “crime”, no sentido de não desenvolverem as seguintes “atividades criminosas” (ilegais e ilícitas) consideradas “perigosas” e fator de medo/insegurança para estes seus residentes “*não envolvidos*”: narcotráfico, furtos/roubos/assaltos, ameaças/tentativas de assassinato, homicídios e/ou promoção de tiroteios praticados na localidade ou fora. O “ser cidadão” também exige domínio dos “saberes” necessários ao viver cotidiano nestes territórios, um *cerô* “saber conviver sem se misturar, sem se juntar” com estes a quem nomeiam de “vagabundos/bandidos”. Condição que, conforme pude observar nas interações e situações cotidianas vivenciadas nestas margens urbanas, flexibiliza os usos e sentidos destas categorias relacionais em termos de suposta oposição e exclusão entre si.

Outro aspecto destacável no uso desta categoria de nomeação “cidadão/trabalhador” é que, na perspectiva ora esboçada, parece perder sua versão originária articulada com a noção de direitos e a busca de integração social pelas vias correlatas do trabalho protegido e da cidadania social. Perspectiva recorrente no Brasil das décadas de 1970 e 1980, em especial, nas lutas sócio-políticas empreendidas por moradores das periferias em busca do direito à cidade, através dos movimentos sociais urbanos. A questão parece ser outra para meus interlocutores nestes anos 2000: o uso da nomeação “cidadão/trabalhador”, ou ser reconhecido como tal, significa uma tentativa de distanciamento e não identificação com o “crime” e com os “criminosos”, a fim de não se submeter aos estigmas sócio territoriais e riscos associados ao suposto pertencimento e/ou ao envolvimento direto com o “mundo do crime”. É a própria imagem negativada da disseminada articulação entre “*pobreza-criminalidade-violência*” remetida aos “pobres” e aos seus espaços vividos nas “periferias”, sobretudo, as “favelas” - emblemática de um *retorno do mito das classes perigosas* nos termos contemporâneos - que parecem negar em seus discursos locais. O que não significa dizer que o nomeado “cidadão/trabalhador” esteja imune aos estigmas e segregações sócio-espaciais, às situações de precarização e/ou à violência urbana que atravessam seus cotidianos

e redefinem suas rotinas e interações *dentro e fora* de sua localidade situada nas margens urbanas de Fortaleza. Trata-se, no entanto, de um tipo de limpeza moral pela transferência dos estigmas para a figura do “vagabundo/bandidos”, tida como a “minoridade dos piores” em tempos contemporâneos.

Ainda neste ângulo de observação, parece-me que o próprio sentido da cidadania e de seu correspondente “cidadão” apresenta deslocamento semântico nestes anos 2000, a saber: de sua dimensão ativa e política de lutas e conquistas de direitos sociais, em sua vinculação originária com o trabalho protegido – no plano da garantia da segurança social e do Estado social – para uma versão despolitizada e individualizada de tentativas de limpeza moral traduzida em difamação lateral de seus (des)iguais e na busca pela segurança civil em seus territórios vividos. Em consonância com o encrudescimento do Estado penal/punitivo nas margens urbanas delinea-se a fragilização do Estado de Bem-Estar Social em processo de desregulamentação dos direitos sociais articulado à dessocialização do trabalho na civilização do capital em tempos contemporâneos. Nos esforços individualizados de distinção social destes interlocutores, que se desdobram em lutas de classificação cotidianas, parece não haver espaço para as identificações coletivas, de mútuos reconhecimentos e de lugar social, necessárias aos processos possíveis de organização e lutas político-culturais em torno de demandas comuns. Neste campo do sobrevivencialismo e do hiperindividualismo tendenciais inscritos no horizonte de sentido destes moradores, as saídas individualizadas predominantemente assumidas diante das inseguranças e incertezas generalizadas parecem enrijecer as fronteiras simbólicas entre seus (des)iguais e sitiá-los cada vez mais em seus territórios vividos e em seus espaços privados.

Reduzir o “cidadão” a simplesmente não recorrer a práticas criminosas, a não ser um “bandido”, mantendo-se dentro das normas e das leis instituídas, submetido às formas disponíveis de trabalho, de acesso à renda e ao mundo do consumo torna-se um empreendimento ariscado. Parece-me ser o próprio sentido da cidadania ativa e política – de re-inventar a vida, os sentidos de justiça, tomar para si os destinos da cidade e redefinir as leis pela experiência da política – que está sendo silenciosamente minado nestas margens urbanas. Em suas saídas individualizadas por distinção social e segurança civil, dentre estas a (re)classificação dos residentes de seus territórios entre “trabalhadores/cidadãos” *versus* “vagabundos/bandidos”, elegendo a si próprios como a “maioria dos melhores” em seus locais de moradia, não os imuniza do estado de exceção instaurado nestes espaços urbanos, dos estigmas e segregações sócio territoriais que recaem sobre os moradores das “periferias” projetados como a nova-velha face das “classes perigosas”. Da mesma forma, também não os

imuniza da desproteção socioeconômica e civil, da fragilização de seus vínculos vicinais/sociais e da vulnerabilidade às múltiplas expressões da violência, seja perpetrada pelo Estado punitivo, seja advinda do narcotráfico.

As categorias relacionais e de suposta oposição às anteriores são “vagabundo-bandido”, conforme assinaladas nos discursos nativos. Seriam as figuras portadoras dos medos e inseguranças da localidade e identificados como sua mancha moral, uma “minoridade dos piores”. Estas figuras cristalizam, nas versões nativas, os medos, rejeições acusações morais e estigmas sócio territoriais reportados, pelos “de fora” e reproduzidos pelos “de dentro”, a “todos” os residentes nestes territórios. Os interlocutores – que se afirmaram “não envolvidos” com o “mundo do crime” – adotaram as categorias “vagabundo/bandidos” para nomear os “envolvidos/ os misturados”, ou seja, quem desenvolve as “práticas criminosas” (ilegais e ilícitas) dentro e/ou fora de seus locais de moradia. Neste sentido, são identificados como *símbolos da periculosidade* na vida urbana contemporânea e (re)produtores dos sentimentos de medo e insegurança. Dizem respeito a uma minoria dos supostamente envolvidos no “crime”, sejam moradores de seus territórios, conhecidos e/ou agregados dos ditos “vagabundos/bandidos” da área ou “os vagabundo ou ladrão de fora” que, segundo os interlocutores, fazem do local seu “esconderijo”. Os interlocutores associam a estes agentes o estigma do “perigoso e violento” projetados nas modelizações negativas sobre os moradores das “periferias”.

É possível pontuar algumas singularidades que permitem identificar a plasticidade e polissemia dos usos cotidianos das categorias “vagabundo/bandido” e suas possíveis variações. O primeiro elemento diz respeito à tentativa de afirmar que o “perigo” – equivalente a ameaça/risco – representado pela figura dos “vagabundos-bandidos” provém de “outro lugar” que não é o “nosso” em duas perspectivas: de um lado, são identificados como de “fora” do local de moradia dos interlocutores, vistos como “desconhecidos, distantes e diferentes” com relação ao “ideal do nós”, segundo quem as utiliza; de outro, quando residentes na localidade, são também vistos como geográfica e simbolicamente “distantes e diferentes” das teias relacionais desta “maioria dos melhores”. Então, a figura do “vagabundo” atrelado ao sentido de “perigo” que representa para estes narradores é deslocada para os espaços de condensação de medo e insegurança dentro da localidade, sendo considerados, via de regra, “distantes” do local de moradia do interlocutor. No caso do Marrocos, refere-se aos espaços fronteirços entre os “Marrocos 1, 2 e 3” e com predomínio de vegetação nativa abundante. Esta “distância” é explicitada, portanto, com relação tanto à casa, à rua ou aos fragmentos destes territórios, como às teias de relações/interações

familiares e de vizinhança de quem formula e utiliza tal categoria em situações cotidianas específicas.

Nesta percepção dos narradores, apesar de nomearem os espaços de concentração dos classificados “vagabundos” dentro e fora da localidade, enfatizam que estes agentes circulam por todos os interstícios da cidade e seu espaço, por excelência, é a *rua*. É neste espaço público onde tais figuras podem ser encontradas em seus furtivos deslocamentos e/ou permanências para execução de atividades ilegais e ilícitas, com destaque para os furtos/roubos/assaltos praticados, via de regra, fora da localidade (no entorno) e as atividades do narcotráfico. Desta forma, a compra e venda das drogas ocorre também em pontos fixos denominados de “bocas de fumo” – que em geral são as residências dos praticantes do tráfico – ou em pontos móveis no espaço das ruas. Segundo os interlocutores, estes lugares e pessoas são evitados, ainda que sejam seus vizinhos e/ou parentes. Não são tidos como “inimigos”, mas nem tão pouco são concebidos como seus “amigos”. Situam-se numa relação de “proximidade-distante” caracterizada por cumprimentos formais no espaço da rua, vigília permanente, medo e desconfiança difusos. A categoria de “inimizade” e “rivalidade” são, segundo os relatos, do universo dos “vagabundos/bandidos”. Quando se tratam dos “vagabundos-bandidos” “de fora” ou dos “de dentro e novatos” na localidade, a vigilância precisa ser redobrada porque, segundo os interlocutores, estes “não respeitam e nem consideram ninguém”, nem o lugar e nem os seus residentes. Ambos são considerados “desconhecidos e distantes” de suas teias de relações na localidade, designados, assim, de “mais perigosos” porque distantes de suas teias relacionais ditas “próximas”.

Dentre os ditos “vagabundos-bandidos” moradores do Marrocos – conhecidos pelos interlocutores – também identificam distinções. Tem os “veteranos”, os “mais antigos”, “os primeiros” ou os que “conhecem desde criança” (os “meninos”), que mantêm uma relação de “respeito e consideração” com seus vizinhos, ou seja, não cometem furtos/roubos/assaltos contra residentes. E nível local inferior, a figura dos abominados “pirangueiros”. Estes, embora habitem na localidade e sejam ajudados por seus moradores, cometem uma falta moral grave contra seus vizinhos, incluindo-se aqui outros “vagabundos/bandidos”: furtam e assaltam em seu local de moradia. Por isto, encontram-se em nível inferior em relação a outros “vagabundos/bandidos”. São alvo preferencial de acusações locais. Culpabilizados por furtos e assaltos às residências. Denunciados frequentemente à polícia ou aos outros “vagabundos/bandidos” ditos “considerados” na área, para que façam “justiça com as próprias mãos”. Estas figuras tornam-se, portanto, alvo preferencial da violência física por parte de moradores “não envolvidos” com o “crime” e por parte de outros “vagabundos-bandidos”

locais, sobretudo, os “traficantes” do território que “proíbem” este tipo de ação em seus locais de moradia e contra seus habitantes.

Os incluídos nestas categorias de “vagabundo/bandido” e suas variações, desautorizar esta “norma” e/ou ultrapassar fronteiras (físicas e simbólicas) estabelecidas entre os territórios pelos chefes de grupos/gangues/facções rivais, as punições têm sido desde as ameaças verbais ou mediante o uso da violência física, expulsões do território até o extermínio, conforme pude identificar nas experiências de pesquisa no Marrocos e no Mela Mela. Lembro o caso de um jovem identificado como “pirangueiro” local que furtou droga de traficante e foi assassinado. E tantos outros jovens assassinados durante meu trabalho de campo que foram assassinados nas disputas entre grupos criminosos rivais. A permanência e o respeito a estas “normas” nos territórios são circunstanciais e incertos. São diretamente vinculados às disputas e conflitos armados estabelecidos entre grupos criminosos rivais e aos seus resultados violentos para os “envolvidos” e os “não envolvidos” diretamente com o mundo do crime; às prisões, expulsões ou mortes dos seus chefes; à presença mais ou menos intensa de policiamento no local, dentre outros elementos que interferem nas rotinas destes moradores e tornam viver nas margens mais ou menos instável. Talvez por isto, alguns interlocutores falem de “tempos” específicos de “perigo” e de “tranquilidade” em suas localidades, conforme relatos abaixo, para tentar traduzir a liquidez das regras locais de convivência nestes territórios e a vulnerabilidade civil a que se encontram submetidos:

“(…) tem os dias que estão legais. E tem os tempos ou os dias de perigo, de assaltar, de matar, de tudo (...) como todo lugar tem. Depois fica calmo, tranquilo por uns tempos, até começar de novo” (Luzia)

“(…) Aqui é por tempo: tem tempo que é mais, tem tempo que é menos. Inclusive, com uns dois anos, quando mataram meu filho, foi sete mortes, praticamente dentro de um mês. Em dezembro de 2008, foi sete morte. Isso acontece a qualquer hora. Ontem o cara baleou uma mulher..., foi de manhãzinha. (...) Não, ninguém sabe como é que ele está, só sabe que ele está muito mal. Aqui é assim, minha filha, nós estamos aqui, qualquer hora a bala come (D. Rosalba).

“(…) Tem tempo que está bom. Tem tempo que está ruim. Tudo muda!. O tempo bom é quando tem menos violência, menos roubo. Eu já fui muito roubada aqui, no começo que a gente chegou aqui, a gente foi roubado. Várias vezes a nossa casa já foi roubada, já arrombaram, entraram lá em casa. O tempo quando está bom é quando está assim, como está ficando agora, que as *coisas ruins* estão indo embora (relativo a pessoas ruins), apaziguando tudo, está ficando na paz, agora está muito bom aqui, agora (Débora)

Se a figura do “vagabundo-bandido” e suas variantes “perigosas/ruins” são consideradas indesejáveis, a serem evitadas e mantidas à certa distância social, a sua ausência na localidade – focando aqui nos líderes de grupos criminosos e/ou os “donos de bocada” – também não parece ser sinônimo de segurança, sobretudo, porque as “normas” deixam de ser

cumpridas mais facilmente e os moradores sentem-se expostos à atuação de “grupos rivais” em seus territórios. Para alguns moradores entrevistados, a figura do “envolvido” na criminalidade – com destaque para o traficante e/ou chefe do grupo “de dentro e conhecidos” – é ambígua. Nas palavras de uma interlocutora ao focar a sua percepção sobre estes agentes: “(...) é uma espécie de medo e de proteção. (...) eles não mexem com a gente e nem deixam os de fora mexer” (Marisa). Dentre os interlocutores que buscam distinguir-se dos “vagabundos/bandidos” mas os consideram um tipo de “proteção”, esta referência é enfatizada pelos moradores mais antigos ou aqueles “fundadores” da localidade. Nesta perspectiva, os “envolvidos” com o “crime” parecem atuar nestes espaços também como “agentes de segurança” para seus “amigos e/ou parceiros” ao impor o uso da violência física contra os “inimigos e rivais” (internos e externos). Este suposto equilíbrio e ambígua (des)proteção estabelecidos entre certos tipos de “envolvidos” e os “não envolvidos” com o “crime” é absolutamente contingencial e pode ser rompido a qualquer momento. Os riscos para estes “moradores da periferia” Bom Jardim não são previsíveis ou evitáveis. *Viver em risco* – sob condições de vulnerabilidade socioeconômica e civil (KOWARIK, 2009) – parece tornar-se a condição definidora das existências destes residentes das margens urbanas de Fortaleza.

Estas categorias relacionais “trabalhador/cidadão” e “vagabundo/bandido” respectivamente usadas por estes narradores para demarcar sua “imagem do nós” *versus* os “outros/eles” quando falam de si e dos demais residentes de seu lugar habitado e de localidades do entorno aproximam-se, aqui, da referência feita por Caldeira (2000) em relação às *tentativas de distinção social entre moradores* de áreas mais pobres de São Paulo²²⁷. Segundo esta autora, as iniciativas de distinção social apresentam-se recorrentes entre moradores próximos de espaços de crime ou dentro de favelas e cortiços. Chama a atenção para estes *esforços de deslocamento de estereótipos e estigmas* que vinculam o crime e os criminosos aos espaços que supostamente lhes originam: a periferia, em especial, as favelas e os cortiços e, por conseguinte, produzem projeções discriminatórias, difamatórias, criminalizantes sobre os habitantes destes espaços. Nesta ótica, quanto mais próximos dos estereótipos de discriminação e estigmas estão nossos interlocutores, mais desejam afirmar suas diferenças em relação aos “outros próximos-distantes” e enrijecem suas fronteiras simbólicas, com efeitos reais em suas interações sociais cotidianas.

²²⁷ A pesquisa abordou a forma pela qual o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos de cidadania combinaram-se às transformações urbanas produtoras de um novo padrão de segregação espacial em São Paulo. Conferir CALDEIRA, T. P. Cidade de muros. 2000.

De fato, em consonância com a demarcação destas categorias “trabalhador/cidadão” e “vagabundo/bandido” e suas variantes, usadas como supostamente opostas e excludentes, os narradores empreendem outras táticas cotidianas de distinção e distanciamentos sociais em relação aos estereótipos e estigmas projetados sobre seus lugares habitados e seus residentes. Ao fazê-lo, os automeados de “cidadão/trabalhador” terminam por fortalecer as mesmas categorias acusatórias e estereótipos depreciativos utilizados pelos “de fora” para classificar a todos moradores das “periferias” e de “favelas”. Esta nomeação de “vagabundo/bandido” e suas variantes vinculadas ao “violento e perigoso”, projetadas sobre outros moradores, inclui-se nestas micro táticas nativas (não conscientes). Expressa uma tentativa de “limpeza moral ou simbólica” (MACHADO DA SILVA, 2008) ao deslocar e transferir estigmas e estereótipos projetados sobre si e seus locais de moradia para um “outro” lugar – condensada na máxima “perigoso é o de fora, estranho e distante” – e, para outras pessoas, consideradas a “minoridade dos piores” em seus esquemas classificatórios. Delineia-se uma espécie de difamação e infâmia lateral instituídas sobre indivíduos diabolizados nos seus discursos/imagens, com tendência a reproduzir fronteiras reais e simbólicas entre espaços físicos identificáveis dentro das áreas estudadas e destas em relação à região do Grande Bom Jardim; e entre seus habitantes. Aqui se inclui estas figuras historicamente negativadas de “vagabundo/bandido” como cristalização e fonte dos medos, inseguranças e perigos do viver nas periferias em tempos contemporâneos na perspectiva (re)produzida por parcela dos narradores-residentes.

As fronteiras fluídas e móveis são construídas por dentro das localidades e podem significar os limites entre territórios, ruas/becos, casas e indivíduos quase impronunciáveis e a serem pessoal e socialmente evitados devido aos riscos, medos e inseguranças a estes associados. Fortalecem-se imagens estigmatizantes pautadas em suspeitas, denúncias e acusações mútuas; disseminadas em fofocas e intrigas pessoais; ou em suas experiências tecidas entre pessoas e lugares. Às táticas de “limpeza moral ou simbólica” (de si e de seu grupo) por meio de sua suposta (re)classificação (tentativas de diferenciação social) perante os outros e de difamação lateral/ transferência de estigmas somam-se a distância mútua (WACQUANT, 2008) e/ou a evitação social (BAUMAN, 2008). Constituem-se, nestes territórios, como práticas sociofóbicas e de gestão dos estigmas projetados nas modelizações negativadas proferidos pelos “de fora” e (re)produzidas pelos “de dentro”, seja em relação aos residentes da região do Grande Bom Jardim, seja quando utilizados nas lutas de classificações travadas entre moradores em seus locais de moradia e circunvizinhança.

A convivência cotidiana em contiguidade territorial com as sociabilidades violentas (MACHADO DA SILVA, 2008) em seus espaços vividos conduz parcela destes interlocutores-residentes, segundo suas narrativas, a desenvolverem práticas sociofóbicas de distinção e evitação social para não serem identificados como “do mundo do crime”. E para tentar, muitas vezes sem sucesso, resguardarem-se da violência difusa (dos “vagabundos” e da polícia) e dos discursos/imagens estigmatizantes projetadas sobre os moradores do Grande Bom Jardim no contexto da cidade e das suas “favelas” dentro desta região. Buscam distinção simbólica em relação a estes moradores diretamente envolvidos no “*mundo do crime*”. Contudo, estes do “mundo do crime” são partícipes da teia de sociabilidade próxima, das interações cotidianas daqueles que negam compartilhar de práticas criminosas. Apesar da preocupação constante dos interlocutores em afirmar “*não se juntar*”, “*não se envolver*” e “*nem se misturar*” com os “outros/eles” da localidade e as práticas ilícitas e/ou ilegais, as expressões “junto e misturado” parecem emblemáticas deste viver nas margens urbanas. Se não há envolvimento direto com os “vagabundos” e as “suas práticas criminosas”, segundo relatam interlocutores, é recorrente o envolvimento (direto ou indireto) de filhos, de outros familiares, de vizinhos, amigos e conhecidos “*desde que nasceram e foram criaram juntos*” com o “mundo do crime”, com práticas ilegais e/ou ilícitas. Partilham, assim, de seus códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas, inseridos em suas redes de (des)proteção local na gestão arriscada do viver nas margens urbanas nestes anos 2000. As linhas divisórias entre o “*mundo do crime*” e o mundo de quem afirma não aderir ao “crime” são muito tênues e frouxas nas experiências destes residentes em seus locais de moradia.

Estes traços sinalizam ambiguidades entre as narrativas que enfocam as distinções e distâncias instituídas entre os ditos “trabalhadores-cidadãos” *versus* os “vagabundos-bandidos” e as práticas cotidianas dos moradores marcadas pela “mistura” e embaralhamento de fronteiras, já identificadas por Vera Telles (2010) ao problematizar as relações fluidas entre o legal-ilegal/lícito-ilícito vivenciadas pelos moradores das periferias de São Paulo nas últimas duas décadas. Tendência também sinalizada nesta pesquisa. Quando os interlocutores utilizam tais categorias de nomeação em suas interações cotidianas, estas assumem as marcas da plasticidade e da polissemia. A depender da perspectiva e da situação em que são usadas, as fronteiras/distinções supostamente estabelecidas entre os moradores mediante o uso destas classificações e os sentidos de oposição e exclusão nelas inscritas tornam-se líquidas e deslocantes. Denotam, portanto, uma comensurabilidade entre estes mundos sociais (RIFIOTIS, 2010) aparentemente cindidos e distintos segundo as categorias de nomeação suscitadas nas narrativas dos interlocutores das margens das margens urbanas. Aspectos

importantes sobre o viver nas margens urbanas nestes anos 2000 que pretendo aprofundar em estudos posteriores.

Importa salientar que as lutas simbólicas travadas cotidianamente por estes residentes nas margens urbanas têm na identificação do local de moradia – o lugar ao qual se pertence ou se reconhece como dos “outros” – um importante parâmetro na produção de seus esquemas classificatórios, bem como dos processos de estigmatizações e segregações sócio territoriais experienciados nestes espaços urbanos. Busco, neste último capítulo, abordar os sentidos de lugar(es) sob o ponto de vista destes moradores de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim em sua multivocalidade e polissemia. E, assim, demonstrar como estes lugares vêm sendo produzidos, praticados e significados por estes agentes, na tessitura do *viver nas margens urbanas* em condição de pobreza nos tempos contemporâneos.

CAPÍTULO V - SENTIDOS DE LUGAR(E)S E O “VIVER ACUADO” NAS MARGENS DAS MARGENS

“Quanto vale uma vida humana, me diz? É só um pensamento, bote no orçamento nosso sofrimento, mortes e lamentos, forte esquecimento de gente em nosso tempo. Visto como lixo, soterrado no desabamento em favela, disse Marighella. Elo contra porcos em castelo. O povo tem que cobrar com os parabelo. Porque a justiça deles, só vai em cima de quem usa chinelo. E a vítima, agressão de farda é legítima. Barracos no chão enquanto chove. Meus heróis também morreram de overdose, de violência, sob coturnos de quem dita decência”.
(EMICIDA)

5.1 “Mora aonde? Vixe!”: Local de moradia sob o olhar “de fora”

As lutas simbólicas em curso nos territórios do Mela Mela e do Marrocos têm como um de seus parâmetros a identificação do local de moradia dos agentes. De fato, no contexto de Fortaleza, residir no Bom Jardim, por referência à região e/ou ao bairro, implica a possibilidade de tornar-se alvo de processos de estigmatização e segregações sócio-territoriais que, projetados sobre estes locais de moradia, convertem-se também em desqualificação social (PAUGAN, 2008) de seus residentes na qual pobreza e violência urbanas entrecruzam-se. Dimensões identificadas nos discursos de alguns dos meus interlocutores que relatam seus constrangimentos ao serem interpelados por não residentes desta região e/ou de seus territórios vividos com uma pergunta peculiar: “*mora aonde?*” Ao responderem residir no Bom Jardim – relativo ao bairro e/ou à região – e, sobretudo, aos seus territórios vividos, a resposta de seus inquiridores é análoga: um sonoro “*vixe!*” seguido das impressões negativadas (re)produzidas na mídia fortalezense e no senso comum sobre estes espaços urbanos extensivas a seus moradores. Sob este *olhar de fora*, relataram em contraponto:

Pra justiça e pra muita gente de fora, o Bom Jardim é um lugar de “vixe!” Pergunta: ‘tu mora aonde?’ No Bom Jardim. Responde logo: Nããão, vixe!’ (Expressão arrastada de surpresa e medo). Isso significa que, pra eles, *ninguém aqui presta!* E não é bem assim. Porque *tem muita gente aqui que presta! Ninguém tem culpa dos filhos ou de alguém da família não prestar.* É claro que uma mãe não vai querer que *o filho seja errado*, seja isso, seja aquilo. Claro que não! (Teresa, residente no Mela Mela).

Tem muitas pessoas que quando a gente fala que mora no Grande Bom Jardim, julga logo. De dizer que *as pessoas daqui não prestam, que aqui só tem violência.* Tem muita gente que fala, que pensa assim. Tem pessoas que perguntam: ‘você mora aonde?’ digo, moro no Bom Jardim. Lá vem o ‘vixe Maria!’ *O povo julga logo. O ‘vixe!’ quer dizer que é um canto que só tem violência. Pensam que a maioria são pessoas que vendem droga, que usa, que mata, que rouba.* (...) Eu não vejo assim não, *como se todo mundo que morasse aqui fosse gente que não presta.* Aqui tem muita gente que não é assim. *Tem pessoas boas, que ajuda umas às outras. Tem muito cidadão, que mora aqui,* que trabalha, estuda, vive uma vida normal, faz cursos. Adolescentes tem uns que gostam de estudar, de fazer curso e tem uma vida normal. Tem um lazer. Vai para a pracinha. *Ser cidadão é uma pessoa que vive normal: quem trabalha, quem estuda, que tem uma família. Quem não é cidadão, que o povo chama de vagabundo.* Não tem ninguém lá próximo de mim

que é vagabundo não. *Vagabundos são pessoas que já cometeram crime, que usa drogas, que vende ... quem vende drogas. Também quem rouba, quem não trabalha, quem mata. É tudo a mesma coisa: vagabundo.* (Luziana, moradora da fronteira dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim).

Ao falarem sobre o que consideram o *olhar de fora* sobre seus espaços de moradia, estes interlocutores enfocam a desqualificação social e moral arrogada aos seus residentes como “pessoas que não prestam”/ “gente errada” associadas à adoção de práticas criminosas de furtos, roubos, assaltos, narcotráfico, homicídios. Nesta categoria, chegaram a incluir o uso de drogas, julgando seus usuários como também envolvidos com o “mundo do crime”. As designações que reconhecem como as mais comuns para classificá-los sob esta ótica estigmatizante “*de fora*” são “vagabundo/bandido” vinculadas à representação da violência urbana (MACHADO DA SILVA, 2008) creditada aos seus locais de moradia. E, em seus esforços de distinguir-se destas imagens negativadas, afirmam-se pelas categorias “trabalhadores/cidadãos” construídas em oposição relacional à anterior. O local de moradia torna-se parâmetro fundante destas classificações negativadas projetadas sobre seus moradores convertem-se em estigmas sócio territoriais restritivos de seus acessos a outros espaços urbanos da cidade, sobretudo, ao mercado de trabalho. E os coloca em posições de inferioridade social e suspeição criminal²²⁸, submetidos, assim, à vigilância redobrada por parte dos “*de fora*”, a observá-los com cautela, a julgá-los *a priori* e acusá-los socialmente a partir de seus parâmetros morais.

Desde esta primeira versão do “vixe!” associado ao Bom Jardim, bairro e/ou região, a aproximação entre as imagens de “favela”, pobreza material e práticas criminosas emergiram entrelaçadas nos discursos proferidos por parcela de seus residentes. Nesse caso, são “*os de fora*” – que se auto-percebem e são reconhecidos como uma “*boa e superior sociedade*” – em oposição aos “*de dentro*” do lugar estigmatizado – os considerados não membros da “*boa sociedade*” e representados sob as marcas de depreciação, desonra, inferiorização e destituição deste *outro* da cidade (ELIAS, 2000). Sinaliza parte das *imagens presentes no senso comum* sobre o espaço físico denotativo da posição social ocupada por

²²⁸ Indicativa de uma condição social de tornar-se um “suspeito potencial” para cometimento de práticas criminosas por parte daqueles que se autoneciam da “boa e superior sociedade”. São, portanto, suscetíveis à acusação e julgamento social a priori, independente de do “suspeito” ter uma trajetória criminável, com antecedentes, provas específicas de cometimento de quaisquer atos considerados “crimes” ou sua inserção direta com o “mundo do crime”. Neste caso específico, a suspeição criminal vem associada ao local de moradia dada à figuração pública do Grande Bom Jardim e seus territórios constitutivos evidenciarem a violência urbana. Assim, um local de moradia amplamente divulgado na mídia local por suas elevadas cifras e cenas de violência urbana tem funcionado como parâmetro de julgamento moral de seus moradores. Nestas visões dos que se julgam moralmente superiores – sejam não residentes ou moradores destes espaços, a proximidade geográfica com os nomeados de “vagabundos/bandidos” tornariam seus residentes suscetíveis a envolver-se com o “mundo do crime” e/ou tornar-se também um “igual” em suas práticas criminosas.

parcela considerável de seus moradores em termos do espaço social (BOURDIEU, 1997), quais sejam: são reconhecidos como “*pobres*” na versão dos “*favelados*”, residentes nas “*periferias*” de Fortaleza, com foco na imagem negativada da *favela*, projetados como *lugares de cristalização da violência e da insegurança difusas e multiformes, associadas à degradação física e moral* (WACQUANT, 2005; CASTEL, 2005) em *contiguidade territorial* com as práticas criminosas que os tornam suspeitos privilegiados e *criminalizáveis a priori* (MISSE, 2010). Um *estigma territorial* com efeitos de descrédito, desvantagem e desqualificação social e moral que incidem, de maneira homogeneizada, sobre seus habitantes em condição de pobreza. Processos complexificados quando este olhar direciona-se aos territórios vividos de meus interlocutores.

Então, se o Bom Jardim – região e/ou bairro – é o “vixe!”, que imagens gestam-se sobre seus territórios constitutivos identificados oficialmente pelo Estado como “favelas”, tomando por referência empírica o Mela Mela e o Marrocos? Neste “jogo de espelhos” entre e intra territórios da região, o local de moradia também reafirma-se importante operador classificatório que hierarquiza, classifica e estabelece fronteiras simbólicas entre pessoas e lugares. E pertencer ao Mela Mela ou ao Marrocos, reconhecidos no Grande Bom Jardim como “favelas”, expõe seus residentes a processos adensados de estigmatização nos quais pobreza material e violência urbana são seus eixos definidores. Alguns de meus interlocutores residentes no Marrocos afirmaram que, sob o olhar de quem não reside em seus lugares praticados, a expressão “vixe do vixe” parece condensar as imagens negativadas de *favela pobre e perigosa*, *locus* de violência urbana e de pobreza material em sua dimensão de precariedade sócio-econômica, infra-estrutura urbana e acesso a serviços sociais estatais. Imagens que tentam negar e/ou delas esquivar-se. Retomo, aqui, as falas de moradores destes territórios:

Se o Bom Jardim é o vixe, o Marrocos é o vixe do vixe. Que é o pior lugar dentro do Bom Jardim. É, pelo menos é o considerado. Porque se você vier morar aqui, você vai ver que não é o pior lugar do mundo. Você vai conviver. Você vai passar mais tempo aqui. Você vai ver que não é o pior lugar do mundo. (Luzia, fundadora e residente no Marrocos, auto nomeou-se “batalhadora/trabalhadora”).

Como as pessoas que não moram no Marrocos veem quem mora aqui? Aquela coisa de preconceito, né? Favelado! Pelo fato da condição de vida das pessoas. Pessoas muito pobres. Tem pessoas mais ou menos pobres, que não chegam a passar fome. Mas também pessoas muitos pobres. Casas humildes, vamos dizer. E tem aquela visão de que todas as pessoas que moram na favela são ladrões, vagabundo. O que todo mundo pensa é isso. Todas as pessoas pensam isso. Mas se você parar pra pensar, ladrão tem em todo lugar: aqui, na Aldeota, no bairro nobre, médio, classe alta. Em todo lugar tem ladrão. Mas pra eles lá, eles veem todo mundo aqui com muito preconceito. A gente se sente excluído, porque a gente sabe que não é verdade, que nem todas as pessoas que moram na favela rouba, mata, usa drogas, né? Excluído (pausa), como é que se diz,

das oportunidades, das oportunidades de trabalho, de lazer, da sociedade. (Débora, 23 anos, residente no Marrocos, declarou-se de classe média baixa).

Estas narradoras reconhecem sob a expressão do “vixe do vixe!” uma imagem estigmatizada de seus locais de moradia extensivas a seus residentes, com efeitos reais e simbólicos nos contextos da cidade, da região, entre e intra seus territórios. Sob tal *mirada dos outros*, ao serem equiparados às categorias das quais esforçam-se por negar e/ou esquivar-se – “vagabundos/bandidos” considerados uma “minoridade dos piores” em seus locais de moradia – manifestaram seus sentimentos ambíguos de constrangimento e vergonha; rejeição/abandono; revolta; justificação e/ou conformação; desvalorização e aviltamento de si. Afinal, nestas modelizações negativadas, pertencer a espaços urbanos considerados “favelas” já colocaria a “todos” os seus moradores sob suspeição criminal, vistos como incômodos e indesejáveis socialmente, indignos de confiança, um *desacreditado e/ou desacreditável* por parte da reconhecida “boa e superior sociedade”. Vale retomar a lúcida consideração de Goffman (2008) em sua explicitação de como um portador de um estigma é representado pelos que se classificam “normais e superiores”: além de uma espécie indesejável, vista como uma *pessoa má, perigosa ou fraca, estragada e diminuída perante os outros*, precisa ser socialmente evitada e mantida à distância, dada a sua possível “contaminação social” por seu uma “pessoa poluída”. Belinda, residente nas fronteiras dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim, narrou dois episódios nos quais o estigma sócio-territorial produz este efeito de descrédito e desvantagem (individual e social) no estigmatizado, no caso, dos moradores destes espaços urbanos. Segundo relatou, seu pertencimento local dificulta tanto seu acesso e deslocamentos em outros espaços da cidade, como tornou-se parâmetro de julgamento social e moral na condição de residente. Corroborando com os processos de evitação social a que se encontra submetida em seus contatos mistos nos espaços urbanos fora de seus locais de moradia. Sob seu ponto de vista, enunciou:

Vou lhe dizer como é que o pessoal de fora vê quem mora no Bom jardim, principalmente aqui na Luminosa. Eu tive de ir ao hospital pra levar meus meninos. A mãe me deu dinheiro e eu fui. O doutor liberou eram doze horas da noite. Aí eu fiquei ‘meu Deus, não tem mais ônibus. E agora?’ Um homem lá disse ‘tem mais um ônibus’. Eu corri pra parada de ônibus mais meus meninos. Ficamos sozinha. Tive sorte. Cheguei lá no terminal. O moto taxista cobrou cinco reais pra vir me deixar aqui. Ele perguntou logo: ‘mas você mora aonde?’ eu moro lá na Luminosa. Ele disse: “Minha filha, eu vou ser muito sincero com você”. Isso, eu com duas crianças pequenas. “Eu vou lhe deixar só até a rua X. E de lá você vai sozinha”. Está bom! Peguei o moto taxi. Quando chegou aqui na rua X. já tinha dois rapazes sentados aqui. De lá da rua X. dava pra ver. O moto taxista disse ‘desça minha filha. Desça ligeiro’. O homem quase me derruba da moto mais meus dois filhos pequenos. Aí desci. Só que aqui eu conheço muita gente. Mas é aquele conhecimento de ‘oi, tudo bem?’ Ele lá e eu no meu canto.

E prosseguiu com o segundo episódio vivenciado ao candidatar-se à vaga de diarista em bairro dito “nobre” de Fortaleza, recusada ao revelar seu endereço, e/ou submetida a recorrente suspeição criminal atribuída à má fama de seu local de moradia no contexto da cidade que transborda em direção a seus residentes. A imagem de descrédito e desvantagem (individual e social) de seus residentes vem traduzida, na fala de Belinda, por sua equiparação à figura do “vagabundo”. No ponto de vista desta interlocutora, a má fama do Bom Jardim contribui com este cerceamento de seus residentes sob fronteiras simbólicas com efeitos pessoais e sociais reais vivenciados em suas interações em outros espaços da cidade e no desafio de sobreviver nas margens, a saber:

(...) E fora que o bairro está mal falado em todo canto. Eu fui trabalhar na casa de uma mulher. Cheguei lá e ela ‘minha filha, você é ótima. Está tudo certo. Mas um detalhe: você mora aonde?’ Disse eu moro no Bom Jardim. E ela pediu: mas me dê o seu endereço’. Quando eu disse o endereço, a mulher mudou. Disse: ‘perai [espera aí] que eu vou lá dentro’. Foi lá dentro. Quando voltou, a mulher veio com mil e um discursos: ‘não, minha filha, não vai dar ...’ Foi mil e uma dificuldades, sabe? Eu só fiz baixar minha cabeça e vim pra casa. É difícil a gente arrumar emprego. (...) é assim, vou lhe dizer. Quando a gente vai à procura de um emprego, a pessoa quer o que? Uma pessoa de confiança pra botar na sua casa. Quer uma pessoa honesta. Quer uma pessoa que ela saia de casa, deixe a pessoas e não se preocupar com nada. E como o bairro é mal falado, principalmente o lado de mulher. O que os homens fazem, as mulheres tão fazendo. Como a gente mora aqui e mesmo que a gente não participe desse outro lado dessa vida que existe aqui, eles *acham que porque a gente mora aqui, a gente é a mesma coisa, como qualquer um vagabundo. Eles não fazem diferença entre ser uma pessoa cidadã e uma pessoa que faz coisa errada*, no caso, *vagabundo*. Para eles, de fora, quando a gente vai procurar um trabalho, pra eles é tudo a mesma coisa. *Existe esse preconceito*. E quando muito a gente consegue o trabalho, *eles ficam tudo desconfiado*. Eu fui trabalhar em uma casa, a mulher ficava: ‘minha filha, cadê isso aqui?’ Até que um dia eu me zanguiei. Eu disse: ‘olhe, minha senhora, eu moro no Bom Jardim, mas eu não ando roubando não. Se eu roubasse, eu não estava aqui limpando chão, nem limpando seus pés. Eu estava era lá’. *A gente se sente rejeitado*, mulher. Porque é desse jeito que acontece. Eu mesma já senti isso na pele! (...) *Nesses outros bairros, não faz diferença da gente com vagabundo não. Para eles, é tudo uma farofa só! (...) Aqui é favela, favela, favela mesmo!* (Belinda, 29 anos, dois filhos, separada, desempregada, residente na fronteira dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim).

Residir nestes territórios estigmatizados torna as possibilidades de existência destes moradores, no mínimo, comprometidas em termos do acesso ao trabalho, ao lazer, aos serviços sociais públicos e de infra-estrutura urbana, à ascensão social, à expressão e vivência de suas diferenças de saberes e experiências em seus deslocamentos e contatos mistos em Fortaleza. Vetada em determinados espaços urbanos, sobretudo naqueles considerados “nobres” onde as possibilidades de conseguir trabalho de doméstica e/ou diarista seriam mais viáveis, Belinda falou de seus sentimentos de abandono e isolamento nas “favelas”. Atravessar as fronteiras simbólicas que a separam da “Fortaleza civilizada” significa arriscar-se a reiteradas acusações, julgamentos e recusas sociais *a priori* às quais se sente impelida por residir em bairro “mal falado em todo canto”.

Nas “periferias” do Grande Bom Jardim, estes territórios nomeados de “*favela, favela, favela mesmo*” aproximam-se da noção de “enclaves sociais” pautada por Boaventura de Sousa Santos (2009) em sua análise crítica dos processos de distanciamentos e segregações de espaços urbanos e populações nas cidades contemporâneas. Para este autor, a existência de “enclaves sociais” supõe uma cartografia urbana constitutiva de “zonas de incivilidade e/ou selvagens” circunscritas por “muros simbólicos” – fronteiras erguidas como vedações externas e internas capazes de distanciar e segregar espaços urbanos e populações, grupos e indivíduos intra e entre territórios. Nestes “*enclaves sociais*” presentes nas cidades contemporâneas – espaços de enclausuramento e/ou segregações socioterritoriais dos segmentos pauperizados e estigmatizados das populações urbanas – institui-se umas das formas de *fascismo social*, conforme enuncia Boaventura de Sousa Santos (2009): o *fascismo do apartheid social*. Segundo este autor, o *fascismo social* delineia um “(...) regime social de relações de poder extremamente desiguais que ***concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida da parte mais fraca***” (SANTOS, 2009: p.37; grifo nosso). O *fascismo do apartheid social* expressa-se no fenômeno da segregação de segmentos pauperizados sustentado nesta cartografia urbana divisória de zonas consideradas “*selvagens*” em oposição às zonas ditas “*civilizadas*”. Na lógica desta expressão do pensamento abissal criticado por Santos (2009), as “zonas civilizadas” são consideradas áreas de contrato social, supostamente sob a ameaça e perigo representado pelas “*zonas selvagens*”. Nesta perspectiva, as populações das “zonas selvagens” encontram-se imersas em situações de violência urbana, pauperização e negação/expropriação de direitos, expostos à vulnerabilidade sócio-econômica e civil para usar os termos de KOWARICK (2009).

Segundo Santos, o ponto fundante deste tipo de fascismo social consiste em transformar a separação entre *zonas selvagens* e *zonas civilizadas* em “(...) *critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e que, por isso, é comum à ação estatal e à ação não-estatal*” (SANTOS, 2009: p. 37; grifo nosso). Este fascismo social traduz-se em regime social que convive tanto com a *política (neo)liberal*, como com a *democracia*, trivializando-a. Gestam-se, na contemporaneidade, sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas que, sob este *critério geral de sociabilidade*, (re)produzem segregações socioespaciais entre pessoas e lugares.

O Marrocos e o Mela Mela aproximam-se desta perspectiva de “*enclaves sociais*” urbanos ou “zonas selvagens”, conforme delineado nas modelizações negativadas projetados sobre o Grande Bom Jardim e alguns de seus territórios constitutivos considerados “favelas”.

E são, por vezes, reconhecidos na própria região, sob as alcunhas de “lugar/área perigoso (a)” e/ou mesmo “zonas proibidas”, por referência direta seja às representações da violência urbana associadas a estes espaços de Fortaleza, seja à precariedade da infra-estrutura urbana que compromete a acessibilidade de moradores e não moradores. Nestes territórios, por exemplo, ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), moto taxistas e taxistas, agentes de saúde municipal, indivíduos ditos “de fora” evitam entrar e, quando o fazem, é com desconfiança e medo direcionada aos seus moradores, de forma generalizada. Encarnam territórios supostamente constituídos *às margens das margens do Estado* ou *uma periferia da periferia* desta metrópole e dentro da região do Grande Bom Jardim que, na versão nativa, delinea-se no “vixe do vixe”.

As figurações públicas divulgadas na mídia local sobre as “periferias” evidenciam a franja mais pauperizada, residente em “favelas” e supostamente envolvidas em práticas criminosas, imprimindo-lhes um sentido de desqualificação e aviltamento sobre seus “lugares” na cidade. Delineiam, assim, tanto suas distâncias sociais com relação às áreas nobres e/ou “zonas civilizadas” de Fortaleza, como assinalam para seus residentes processos vividos de inclusões sociais precárias e/ou marginais. Trata-se de um relativo “estar fora” – “excluídos-incluídos” nestas ditas “zonas proibidas” – da Fortaleza socialmente reconhecida em suas “zonas civilizadas”, seguindo os moldes de uma cartografia urbana desigual e hierárquica reiterada nestes micro espaços urbanos. Condição experienciada por muitos de meus narradores que habitam estas margens urbanas em situações precarizadas de existência para o usufruto do direito à cidade (LEFREBVRE, 2001).

Sob o ponto de vista de uma parcela dos residentes da região, tais espaços urbanos são reconhecidos como “beiras” ou “periferias” de Fortaleza e da região, em consonância com as modelizações negativadas projetadas sobre seus micro espaços e seus (des)iguais. Na micro escala dos territórios constitutivos do Grande Bom Jardim, focando no Mela Mela e no Marrocos, os mesmos residentes da região que, no contexto da cidade, sofrem estigmatizações sócio-territoriais, tendem a reproduzi-las sobre outras pessoas e lugares, nas interações com seus (des)iguais e geograficamente próximos residentes em “favelas” locais, as modelizações negativadas das quais foram alvo. Não obstante a possibilidade de entrar nas lutas simbólicas de recusa ativa destas estigmatizações projetadas sobre seus locais de moradia e sobre seu grupo social, estes agentes tornam-se suscetíveis, em algum momento, a concordar, incorporar e reproduzir sobre si e/ou sobre os “outros”, lugares e/ou pessoas, o que os ditos “normais e superiores” veem como seu defeito e destino.

Nas modelizações negativadas presentes tanto no “olhar dos de fora”, como nas falas “de dentro” que as reproduzem, morar em territórios reconhecidos como “favela” nesta região, e inscrever-se sob a designação liminar de “favelado (a)”, denota seu lugar de descrédito e inferioridade no espaço social. É nestes territórios reconhecidos como “favelas” onde a imagem da convergência entre pobreza material e violência urbana ganham maior densidade nesta região. E parece revitaliza-se o mito contemporâneo (BARTHES, 2006) de “*retorno das classes perigosas*” identificadas com as camadas pobres residentes nestes espaços urbanos nos anos 2000. Em direção análoga, observei, entre meus interlocutores, uma tendência de fragilização de suas investidas nas lutas de classificações (lutas simbólicas) em torno das categorias de percepção/apreciação de si e da posição no espaço físico/lugar no espaço social, que se mostrem capazes de extrapolar suas interações locais e de favorecer a construção de estratégias coletivizadas de legitimação de suas demandas e denúncias no espaço público. As figurações públicas dominantes destes territórios como espacialidades do medo e da insegurança e de seus residentes como “agentes de ameaça, do perigo, do risco” – acionadas e reproduzidas nos discursos dos narradores como parte de suas micro táticas de distinção social – podem fortalecer tal tendência nestas margens urbanas do Grande Bom Jardim.

Todavia, apesar da reprodução destas modelizações negativadas sobre pessoas e lugares desta região e das micro táticas de identificação/distinção com base nos seus locais de moradia, tais processos acionados por estes agentes encontram-se atravessados por tensionamentos, conflitos, resistências e tentativas de ressignificação e reinvenção de seus lugares praticados. Se é verdade que as margens encarnam a *vida nua* e são o habitat do *homo sacer* contemporâneo, submetidas à tendência prevalecente de gestão estatal da pobreza urbana nos próprios territórios “*periféricos*”, mediante o recurso às práticas violentas, nelas também encontram-se as possibilidades desta *gente de carne e sangue* re-significar seus territórios vividos e seu lugar social na cidade. As margens encarnam, simultaneamente, espaços de exceção e produção de formas de vida qualificada (*biós*) como possibilidades e potências de existência (AGAMBEN, 2004; TELLES, 2010; CORDEIRO, 2009; SÁ, 2010). São espaços urbanos minados por lutas simbólicas travadas e narradas por seus agentes nestas margens urbanas.

Dentre estas lutas simbólicas, as (re)classificações e hierarquizações dos (des)iguais em condição de pobreza urbana encarnam uma de suas expressões importantes. Uma outra, diz respeito aos sentidos de lugar(es). Adentrar a *simbólica destes espaços* só é possível a partir da *simbólica das relações sociais* neles localizados, ou seja, aproximando-me

das narrativas e experiências dos cidadãos no apropriar-se dos espaços urbanos e no significá-los a partir “*das*” e “*nas*” *margens da cidade*. Em processos homólogos e entrelaçados às (re)classificações e hierarquizações dos (des)iguais em condição de pobreza, estes residentes-narradores enunciam distintos e ambíguos sentidos de lugar (es) atribuídos a seus territórios vividos. Travam lutas simbólicas que me parecem orientar-se em duas principais direções: a primeira, de negação, ressignificação de seus lugares praticados e transferência das estigmatizações sócio territoriais a estes atribuídas pelos que nomeiam “de fora”; a segunda, de reconhecimento e reprodução das modelizações negativadas projetada sobre lugares nestes espaços urbanos, reconhecendo-os como espacialidades de medo e insegurança. As ambiguidades e tensões atravessam as narrativas destes interlocutores em relação aos seus territórios vividos e os deslocamentos de sentidos/significados são uma constante, de acordo com a tessitura discursiva sobre os sentidos de lugar nas versões de seus residentes em tela no item subsequente.

5.2 Sentidos de lugar: *entre negações, esquivas e (re)produções*

Nestas margens (e para além delas, atravessando fronteiras fluídas na região e na cidade), estes narradores ensejam lutas reais e simbólicas acerca de seus territórios vividos: entre as imagens/discursos de espaços precários e permanência na vida nua (*zoe*) “*da periferia*” versus deslocamentos de sentidos e a produção de formas de vida qualificada (*biós*) como possibilidades e potências de existência (AGAMBEN, 2004; TELLES, 2010; CORDEIRO, 2009; SÁ, 2010). Os habitantes destas margens *apropriam-se dos espaços urbanos*, “(...) no sentido da personalização e da familiarização do espaço comum, próximo e de sua transformação num espaço próprio” (AGIER, 2011: p. 110). Fazem o experimento cotidiano de *fundação de um lugar de sua construção social como espaço vivido*. Em termos dos **sentidos de lugar** em fabricação e disputa nestas margens, atribuídos pelos agentes aos seus territórios vividos, destaco uma primeira versão carregada de ambiguidades: assinalam uma valorização do território vivido, projetando a imagem de “*um lugar bom*”, de interações, memórias, reconhecimentos e pertença sócio territorial; negam e/ou relativizam o estigma territorial e medos difusos projetados sobre estes locais de moradia; e, embora valorizem seus lugares praticados, também os reconhecem como “*espaços esquecidos, abandonados*” pelo poder público.

Segundo relatos de uma parcela dos interlocutores, em especial os fundadores e residentes mais antigos, a valorização de seus locais de moradia deve-se aos laços vicinais, de

“amizade”, acolhimento e disposição para a “ajuda” com a qual podem contar ou oferecer em suas teias relacionais próximas. Dona Rosalba, 53 anos, alcóolatra, casada, três filhos, catadora de materiais recicláveis e moradora em casa cedida por vizinha no Marrocos, manifestou seu desejo de permanecer neste território em virtude de seus vínculos de afetividade e proximidade com seus vizinhos. A rede de sociabilidade primária seria ainda, neste espaço urbano, um considerável suporte de proteção social diante de situações de “precisão” material reconhecida por alguns vizinhos. De acordo com a classificação hierarquizada destes residentes, D. Rosalba é identificada como uma representante dos “pobres dos pobres” ou “pobre demais”, a necessitar da “ajuda” de terceiros. Tal “ajuda” material voluntária e esporádica por parte de seus “vizinhos-amigos” associada ao seu reconhecimento social nas teias relacionais locais são significativos contrapontos aos medos declarados com relação ao seu local de moradia. Motivos para fazê-la permanecer e/ou adiar uma possível saída do Marrocos, conforme registrado em sua fala abaixo:

Tenho medo dos meninos quando forem passar em certos lugares aqui. Lá pra banda da Favela do Urubu, os meninos foram passar e mandaram os meninos voltar. Sem ter nada a ver com o peixe. Aí, a gente fica com medo, porque *a gente tem um filho que não se mistura, aí tu vai passando Tem uma rixa danada esse povo de lá e o povo daqui...* A gente tem medo né? (...) *Mas tem muita coisa boa aqui. Tem as amizades que a gente tem, né? Muita gente que gosta da gente, que me ajuda. Aí eu sei, que se não fosse falta de segurança e de posto de saúde, era maravilha. Eu gosto daqui! Eu gosto daqui! Mas tem coisas que a gente tem que fazer, né? Se for preciso eu sair pra dar segurança pros meus filhos e pra mim, né?* Até agora ninguém judiou de mim não. Mas a gente tem medo de bala perdida, né? Aí é assim. *Mas se não fosse isso, de problemas assim ... se melhorar, eu não saíu daqui não. Aí vou ver como é que eu faço.* (D. Rosalba,).

Sobre as expressões da violência urbana que afirmou vivenciar em seu território vivido enfocou as disputas (“rixas”) entre grupos rivais que se enfrentam no Marrocos e desdobram-se em tiroteios, delimitações territoriais e privação do direito de ir e vir dos moradores e/ou não moradores. Seu maior receio é ter os filhos enredados em práticas violentas na condição de suas vítimas ou protagonistas. “Misturar-se” significa, nesta versão nativa, envolver-se diretamente com o “mundo do crime”, em práticas criminosas correspondentes e/ou com os ditos “vagabundos/bandidos”, sobretudo, na condição de um igual. De fato, ao falar de seus medos, o foco é deslocado para um outro território circunzinho ao Marrocos – a “Favela do Urubu” (Nova Canudos) – e para as disputas entre grupos criminosos rivais expressas na versão amenizada de uma “rixada danada” entre os “de lá” e os “daqui”, que compreenderia uma “minoridade dos piores” em seu local de moradia e dos quais vislumbra manter distância social.

As “coisas muito boas” de seu lugar praticado (CERTEAU, 1994) são, por conseguinte, as próprias pessoas de suas relações de proximidade geográfica e social, com as

quais pode efetivamente recorrer nos tempos de “precisão”. A categoria de “amigo (a)” – relativa às pessoas com as quais é possível urdir vínculos sociais fortes e próximos – aparece vinculada, portanto, à de “ajuda” material e imaterial. Esta “ajuda”, “apoio” e/ou solidariedade dos(as) “vizinhos-amigos (as)” encontrados nesta localidade vão desde o fornecimento de alimentação, empréstimos de dinheiro, conversas e *bom acolhimento* em suas residências, doações materiais, promoção de bazares e festas beneficentes, festividades em datas comemorativas específicas (Páscoa, Natal e Dia das Crianças) realizadas na localidade. Refiro-me tanto às ações promovidas pelo grupo de moradores engajados no grupo católico vinculado à igreja de Santa Cecília, como às “ajudas” prestadas individualmente entre vizinhos/amigos e familiares. Estas práticas são mais comuns entre os fundadores e residentes mais antigos que vivenciaram seja a “invasão”, seja as lutas subsequentes pela defesa e melhorias do lugar.

No caso específico de D. Rosalba, a “ajuda” de terceiros também incluiu a obtenção de casa cedida por uma “*amiga de sua filha*” para abrigá-la no momento em que seu “barraco de taipa” desmoronou com as chuvas de início de 2012. Sem lugar para morar com seus três filhos adolescentes e o esposo doente e desempregado, contou mais uma vez com a “ajuda” local. Ela mesma desenvolve ações de “apoio”, auxiliando na organização e ornamentação do galpão da igreja em dias de missa ou em festividades em retribuição às “*ajudas*” ou “*dádivas*” recebidas.

Estas redes de sociabilidade primária contribuem, ainda, para a permanência nestes territórios estigmatizados, considerando a importância dos vínculos afetivos e da “ajuda” entre iguais e (des)iguais, conforme pude registrar durante o trabalho de campo especificamente no Marrocos. De fato, estas iniciativas individuais /ou grupais de solidariedade – em suas trocas de favores/ ajuda mútua e/ou doações – ainda encontradas nesta localidade com bastante frequência e configuradas em fator de proteção social são, por vezes, indispensáveis para amenizar situações recorrentes de necessidades materiais de alguns de seus residentes. É importante, parece-me, no abrandar dos processos em curso de esgarçamento do tecido social local em meio ao recurso à violência na resolução de conflitos pessoais e sociais e à correlata propensão ao recolhimento à esfera privada e prevalência de saídas individualizadas diante das situações de vulnerabilidade sócio-econômica e civil registrados por seus moradores. Não ocorrem, no entanto, sem muitas vezes reafirmar a classificação hierarquizada fabricada entre os residentes, tomando por referência a “*condição de pobreza*” nos termos nativos anteriormente interpretados.

Outra perspectiva de valorização do território vivido identificada em narrativas de residentes do Marrocos refere-se à imagem de ascensão social remetida à superação da pobreza material absoluta, posta como experiência do passado, e à conquista da casa própria neste espaço urbano, seu símbolo principal. Esta versão foi comum entre os fundadores e residentes mais antigos do Marrocos que se autodeclararam pertencentes ao grupo social dos ‘trabalhadores-batalhadores’. Incluídas neste grupo, Rita e Magali falaram de suas visões sobre seu território como o lugar de conquista de seu maior bem: a casa própria de alvenaria:

Me sinto bem ... muito bem, graças a Deus, porque, assim, foi aqui que eu vim possuir a minha casa própria, que eu posso dizer que é minha casa própria... não é das melhores, sabe, mas é minha casa! É uma boa casa, e eu não tinha. Eu morava com a minha mãe. As casinhas, quando eu cheguei, comecei a fazer a minha era casa de taipa. Todas aqui era casa de taipa, a minha, a da Luzia, todas aqui. A gente não começava aqui logo na alvenaria de tijolo não. Começava na casinha de taipa... Minha casinha de taipa (silêncio) ... Passei uns quatro anos nela... Depois de cinco anos, vim terminar a de alvenaria, que eu vim começar aqui... em 2004, 2005 mesmo. Não foi nem aqui [referindo-se à sua residência atual], eu fiz lá mesmo, lá na casa lá [apontando o espaço vizinho à sua casa atual, próximo do canal neste território]. Aqui eu já comprei e vendi a minha lá. Hoje é a minha mãe que mora. Eu fiz uma troca e deixei ela lá. Ela ficou lá, que era minha casa e eu vim pra cá, comprei aqui e ela ficou lá. Ela morava na área de risco. Ela morava na beira do canal aqui. Eu vendi a casa lá da beira do canal e trouxe ela pra minha casa. Foi quando eu comprei aqui. (Rita, fundadora e residente do Marrocos. Pertence ao grupo social dos “trabalhadores-batalhadores”).

Eu, aqui no Marrocos, que eu moro no Marrocos, pra certas pessoas, eu me sinto oprimida. Eu fico com **vergonha**. Não é com todas as pessoas. **Às vezes eu fico com vergonha, porque é o pessoal que não conhecem as pessoas que moram aqui dentro, acha que aqui só tem ladrão. Mas aqui não tem só ladrão.** Tem ladrão, mas 80% das pessoas que tem aqui são cidadãos, que eu conheço praticamente todo mundo que mora aqui, desde que eu estou aqui, faz sete anos. E com essas atividades que eu te disse que eu já fiz aqui dentro, bati porta em porta, conversei com todo mundo de dentro do Marrocos, que era pesquisa (da pesquisa sócio-habitacional realizada por voluntários), aí eu conheço muita gente. Eu sei que tinha muitas, mas já chegaram outras novas pessoas. **É, mas para outras eu me orgulho. Eu me orgulho porque foi aqui que eu consegui minha casa.** Eu vejo as pessoas que passam não sei quantos anos pra comprar uma casa. **Minha casa não é uma das melhores, mas também não é das piores. E foi construída com meu suor. Eu sei o custo de cada tijolo que tem aqui dentro.** Não está do jeito ainda que eu quero. Não está, mas já está um bocado andado. (...) Eu gosto do Marrocos. Eu não vejo problema nenhum em criar meus filhos aqui. Porque eu tenho na minha cabeça que se não quiser, se não der pra prestar, não dá aqui, não dá nos Estados Unidos. Não dá em canto nenhum. **E quem faz a morada da casa é a pessoa que mora. É isso que eu sei na minha cabeça. Não aceito de dizer: ‘ah! Acolá é mais canto do que aqui’. Não! Todo canto é canto!** (Magali, moradora do Marrocos. Inserida no grupo social dos “trabalhadores-batalhadores”).

Em versão similar à da pobreza individualizada, Rita e Magali – pertencentes ao grupo dos “trabalhadores/batalhadores” no Marrocos – repõem para o indivíduo a responsabilidade pela produção de discursos/imagens sobre o território vivido como “fasto” ou “nefasto” da região e sua difusão no contexto da cidade. Apesar do estigma territorial projetado sobre esta localidade, as interlocutoras reconheceram na “invasão” algumas oportunidades expressivas de sua “melhora de vida”, a saber: materialização do sonho da “casa própria e, assim, sair do aluguel – considerado um peso diante das suas situações de

precariedade sócio-econômica; deixar de “*viver de favor*” em casa de amigos e/ou de familiares, situação vista como humilhante; ajudar parentes a também possuírem suas casas e/ou de possibilitar a reunião da família em um só espaço de proximidade; de fixar-se em um lugar e, então, evitar os constantes deslocamentos na região e nas demais periferias de Fortaleza quando viviam em casas alugadas.

Magali fala deste sentimento híbrido entre “vergonha” e “orgulho” de morar no Marrocos. Sente-se oprimida e envergonhada por referência à imagem estigmatizada da localidade como lugar de “ladrão” – umas das variantes das categorias de “vagabundo/bandido” – extensiva a “todos” os seus residentes. A estas, opõe a figura do “trabalhador/cidadão”, com quem se identifica. O “orgulho” advém da conquista da casa própria a partir do seu trabalho, reforçando sua identidade de ‘trabalhadora-batalhadora’ diante dos seus iguais. Sentimento compartilhado por Rita, cujo relato enfoca sua “batalha”, junto com seu companheiro Joaquim, para conquistarem *um lugar* para viver, no sentido da fixação e pertencimento construído em determinado espaço transformado em território vivido. A conquista de um terreno e a construção da “casa própria” são demarcatórios na produção da auto-imagem de “trabalhadores/batalhadores” para estes residentes do Marrocos. Eis um dos motivos assinalados para permanecerem neste território e de seus sentimentos entrecruzados de valorização do lugar e de si como “vencedoras” diante de outros que permanecem em deslocamentos constantes nos espaços urbanos da região e/ou da cidade: os “sem lugar” físico e social.

Sob tal ponto de vista, a “*casa própria*” encarna uma insígnia, por excelência, de distinção e ascensão sociais entre estes moradores. Ao mesmo tempo, a casa tende a tornar-se o seu lugar reconhecido de “*paz, segurança e proteção*”. Assim, ter casa própria de alvenaria, mesmo que situada em território estigmatizado, somada a família e trabalho significam ainda, para estes interlocutores, uma maneira de demarcar as fronteiras simbólicas dos tipos socialmente desqualificados em suas classificações hierarquizadas locais. A imagem de “lugar bom, tranquilo” parece remeter-se à comunidade imaginada do Marrocos, cuja tendência observada entre alguns de seus moradores tem sido, contraditoriamente, a evitação do espaço da rua e sua circunscrição ao espaço privado da própria casa, a referência prevalecente para falar desta imagem de um “lugar bom, tranquilo”.

Por fim, retomo a narrativa do jovem Antonio (24 anos), um representante dos fundadores do Marrocos que se deslocou da posição de “pobres que apelaram para o pior” e converteu-se em “trabalhador-batalhador” em seu percurso de “entradas-saídas” do “mundo do crime” ao longo destes doze anos de residência no território. Sua narrativa sobre os

sentidos do lugar reconfigura-se, acompanhando seu percurso pessoal. Pessoa e lugar, identificação e sentimentos relativos ao Marrocos misturam-se nas distintas fases de sua vida narrada. Seus sentimentos de alegria/felicidade em relação ao seu local de moradia expressam, em parte, o momento atual de “trabalhador-batalhador” que superou a drogadição e o alcoolismo, deixou o “mundo do crime” e conquistou os três principais valores-símbolos de superioridade moral e ascensão na classificação hierárquica entre os residentes: trabalho formal, família e casa própria de alvenaria. Em seu ponto de vista:

A vida aqui, **a gente morar aqui, por incrível que pareça, a gente morando aqui tem a alegria. Sente a alegria de ver algumas pessoas aqui, felizes.** *A gente sente a alegria porque até mesmo sonhos estão sendo realizados aqui nesse lugar.* (Leila: quais sonhos?) **Sonhos de possuir a sua casa própria. Porque é muito melhor do que em outros cantos.** Muitas pessoas falam, “rapaz, aqui é ótimo”. Aqui é melhor do que morar em bairros, que eu não vou citar o nome. É melhor! E assim eu fico alegre. Às vezes eu olho, eu passo nessas ruas olhando assim ... Eu olho pra cada casa que foi modificada, dentro da casa, **e vejo ainda o início de tudo!** É ótimo, é legal, é uma coisa que é boa mesmo, morar aqui é bom demais. (O que percebe de bom aqui?). O que tem de bom aqui? É por que... o que é que tem de bom... (silêncio) É porque ... (silêncio) **O costume é uma das coisas boas. De estar num canto que você já esta acostumado. O que tem de bom é que doze anos dentro de um lugar né, aí aquele lugar ali você vai adquirir algumas coisas boas na sua vida. Então, as ruínas ficam para trás. É passado! Mas as boas, assim, por exemplo porque... a felicidade aqui, tem uma felicidade muito grande aqui dentro. Muitas pessoas aqui tem uma união que muitos aqui têm. Um ajuda o outro ainda. Isso está voltando, aquele negócio de um ajudar o outro. É por isso que é o bom de morar aqui. Isso, de um ajudar o outro. Porque estava meio escasso esse negócio aqui ...tem. Existem pessoas, tem algumas pessoas que tem condição de morar em outro canto, só que querem está aqui, por que aqui tem aquele aconchego, tem aquele carinho da vizinhança.** Entendeu? *E é gostoso sentir isso: que as pessoas gostam de você! Por que, você vê que eu era uma pessoa que a sociedade num dava nada. Mas as pessoas daqui de dentro, não é que me apoiavam no que eu fazia, os que sabiam né, não me apoiavam no que eu fazia ... os que sabiam, né, mas... (silêncio) muitos me abraçavam, davam conselhos.* Entendeu? Isso é gostoso de você morar aqui. Se uma pessoa chegar hoje, atrás de comprar uma casa aqui, se ela conversar com três, quatro, cinco pessoas aqui, ela vai querer comprar casa aqui na hora. Agora, porque? Por causa do bom atendimento que as pessoas têm, da atenção, do carinho.

(Antonio, 24 anos, ex-usuário de drogas ilícitas e ex-líder de grupo criminoso do Marrocos durante quatro anos. Faz três anos que se converteu à religião evangélica, deixou o “mundo do crime” e trabalha de carteira assinada. É um dos fundadores do Marrocos).

Neste lugar, no tempo presente, o jovem Antônio adquiriu o que considera “algumas coisas boas na vida” e encontrou “carinho, atenção, acolhimento” por parte de moradores que o apoiaram e auxiliaram a fazer as mudanças pessoais e “melhorar de vida”. Enfatiza a realização de sonhos compartilhados com outros residentes, por referência aos mais antigos da época da “invasão”. Com estes, mantém vínculos fortes por terem participado da fundação deste lugar chamado Marrocos. Enfoca, além da obtenção e/ou conquistas individualizadas de trabalho, família e casa própria, as “melhorias” trazidas para a localidade.

Os sentimentos de valorização do lugar dizem respeito, assim, às amizades construídas e preservadas desta a época da “invasão”. Neste sentido, justifica “porque é bom morar aqui!” ao falar da “união”, a aproximação entre moradores e a manutenção das práticas de solidariedade entre vizinhos, embora reconhecendo sua fragilização no tempo presente, ao

compará-las com o início da construção do lugar. Conhecer o território e seus moradores ou o “estar acostumado” com a dinâmica territorial (as regras de um “saber viver” local e as intrincadas teias de relações) e, ao mesmo tempo, ser reconhecido e valorizado pelos vizinhos é enfatizado por Antônio como elemento importante para sua permanência no Marrocos e dos seus sentimentos de valorização a este atribuídos. Sua trajetória pessoal é narrada por outros interlocutores-fundadores como um “feito pessoal”. Sua conversão a “trabalhador-batalhador” e conquista dos três símbolos de distinção social o coloca em posição moral superior valorizada na classificação hierarquizada local.

Em outro momento da entrevista, este interlocutor assume posição ambígua acerca do lugar: ora reconhece o peso da estigmatização territorial nas experiências cotidianas dos moradores do Marrocos, lembrando sua trajetória pessoal à época de envolvimento direto com o “mundo do crime”, e opta por reforçar as imagens de valorização do lugar; ora nega esta importância do lugar de moradia e recoloca para as “pessoas” residentes a responsabilidade de manter ou reconfigurar os discursos/imagens projetados sobre sua localidade e quem nela reside, em termos das modelizações negativadas reproduzidas nos discursos locais. Nas suas palavras:

Eu acho que morar num lugar não interfere na vida das pessoas não. Porque é como aquele ditado: *quem faz o lugar é você mesmo! Se aqui, se as pessoas realmente olhar o contrário, fizer o contrário do que muitos falam, do que muitos dizem, aí o lugar fica diferenciado.* (...) O Marrocos mudou bastante, assim, pra melhor. (...) eu mesmo tenho alguns planos para melhorar o lugar. Uma pessoa que usava esse lugar só mesmo para se esconder, para correr (da polícia e de outros envolvidos no “mundo do crime” e de facções rivais), eu também quero fazer a diferença nesse lugar, porque eu creio que aqui, eu creio que aqui vai melhorar mais ainda, bastante. (Antônio, morador do Marrocos).

Sua narrativa explicita uma tentativa de projeção positivada do lugar e, por conseguinte, das “pessoas” residentes. Busca produzir uma “limpeza moral ou simbólica” sobre si, considerando sua trajetória pessoal anterior de engajamento no “mundo do crime”, morador de “invasão”, usuário de drogas, em condição de pobreza material, que parece reforçar a imagem pública dominante do “morador das periferias” urbanas, em sua dimensão radicalizada de “favela”, segundo a figuração pública dominante. Antônio percebe-se como um dos responsáveis pela classificação do Marrocos como área “perigosa e violenta” associada à imagem negativada de “favela e dos favelados”, segundo as figurações públicas “de fora” reproduzidas pelos “de dentro” da região e de seus territórios constitutivos. Imagens projetadas sobre o Marrocos e seus residentes, segundo explicitou: *“porque as pessoas falam, assim, que aqui é perigoso, por causa da imagem do povo, por causa das pessoas que moravam aqui dentro. E eu era uma pessoa também assim, que fazia esse lugar ser chamado*

de favela” (Antônio). Em suas tentativas de reescrever sua história vivida como vida contada no seu local de moradia, faz o contraponto com seu passado mediante a valorização do que reconhece como sua posição atual de “trabalhador/batalhador”, inserido no mercado formal de trabalho, “pai de família”, “religioso” convertido à religião protestante, proprietário de sua casa, com planos de “fazer a diferença” para contribuir com as “melhorias” do lugar.

Em seus relatos, é possível perceber a força simbólica dos discursos negativados sobre a região e adensados no caso do Marrocos, emblemático da noção de território estigmatizado desenvolvida por Wacquant (2005). Discursos que ultrapassam o aviltamento do espaço geográfico e aderem em seus moradores como insígnias de desqualificação social (SANTOS, 2008). Condição experienciada cotidianamente nas “periferias” de Fortaleza-Ce, na singularidade destes espaços urbanos reconhecidos como “favelas”, tornadas alvos preferenciais de estigmas sócioterritoriais por referência à imagem de “lugar perigoso, violento, de favelados”. Desta feita, os interlocutores fabricam suas tentativas individualizadas de descolar-se destas imagens/discursos negativados e escapar ao reiterado “desvalor dos pobres” (SOUZA, 2006) ainda vigente no imaginário urbano de Fortaleza.

Nas experiências estudadas, estes moradores adentram a luta de classificações cotidiana com reduzido poder simbólico e marcados por processos de estigmatização sócio territorial, construindo táticas individualizadas de contraposição convertidas, por vezes, em reprodução. Buscam a valorização de seu local de moradia pelas táticas de negação e/ou relativização da imagem de “favela” associada ao Marrocos como espacialidade do medo e da insegurança ora condensada na designação recorrente de “perigoso”, bem como a imagem de seus habitantes – os “afavelados” – como agentes de “desordem, desconforto e risco social”, segundo projetadas pelos “de fora” e reproduzida por parcela significativa de seus residentes. Relativizam o estigma territorial e os sentimentos de medo e insegurança difusos projetados sobre o Marrocos como atribuíveis a “todos os cantos da cidade”, não existindo, portanto, um único local de sua manifestação. Em consonância, deslocam tais sentimentos para tipos sociais considerados cristalizadores de “ameaças e perigos” nestes espaços urbanos: os nomeados de “vagabundo/bandido” e suas variações na classificação nativa. Por estas vias, ao buscar uma valorização do seu lugar habitado e de si, uma parcela destes narradores terminou por reproduzir processos similares de estigmatização sócio territorial vivenciados nos contextos da região e da cidade.

É possível reconhecer a presença destes discursos “discriminatórios e estigmatizantes”, por parte de moradores locais, reportados para a figura de um “outro” (lugar ou pessoa): o “perigoso” “de fora” e “desconhecido/estranho/suspeito”, responsabilizado pela

imagem de perigo/ameaça, insegurança e discriminação atribuídos ao Marrocos. Para localizar e/ou nomear os seus medos difusos, os narradores estabelecem distinções simbólicas espacializadas demarcadas nas expressões “*nós*” X “*eles*”, “*lá/”ali fora*” e “*cá/”aqui dentro*”, “*o pessoal de fora*” X “*o pessoal daqui*”, a “*comunidade*” X “*favela*”, segundo delineado no diálogo abaixo:

Rita: O pessoal não sai de lá pra cá, porque o pessoal (de fora) diz que aqui é perigoso (...). Perigoso é assim: é porque muitos dos jovens, ***eles fazem assalto lá fora***, às vezes até na avenida mesmo, ou então ***por fora e correm pra cá***, pra dentro, porque como aqui o acesso é grande, eles vão pra vários locais, então tem várias saídas, aí eles correm de lá pra cá ou daqui pra lá, ou do Canindezinho pra Urucutuba ou da Urucutuba pro Canindezinho. ***Eles não moram aqui não. Os que fazem são lá de fora***. É ali do próprio Mutirão, Mutirão aqui. Mutirão aqui atrás, que não faz parte do Marrocos... a gente chama Mutirão. (...) o pessoal de fora vê aqui ***como perigoso, como uma favela, que não merece nem ser olhada, porque o pessoal acha assim: “na favela só tem pobre, porque é afavelado”***. Está entendendo? Pensa que aqui ninguém sabe de nada. Engano deles, porque aqui tem várias pessoas com conhecimento, com conhecimento. Depois que a gente formou o grupo, a gente vê que tem muita gente com um conhecimento que não sabia que tinha. Que foi se descobrindo. É, se descobrindo, porque às vezes tem gente que entoca o conhecimento dentro de si mesmo, né? Assim, ***a favela é discriminada, a gente vê como favela discriminada***.

Leila: Quem chama aqui de favela?

Rita: Muitas vezes são ***os de lá de fora*** quando perguntam “tu anda em favela tal?” ***Eu digo: “não, eu moro na comunidade tal”. E os próprios moradores daqui diz: “ah, eu moro lá na favela do Marrocos”. Favela é invasão. A invasão que a gente chama é a apropriação deterra. Muitos diz: “moro na favela do Marrocos”. Eu digo: “que favela? Tu mora na comunidade do Marrocos”***. E tem muita gente que não fala no Marrocos, diz “eu moro lá no Santo Amaro”. Aonde? Tá entendendo? Tem muita gente que nem como favela nem como comunidade quer falar no nome daqui. Eles falam como Santo Amaro, que vem no papel da luz. Eles mesmo tem aquela ***discriminação*** (...) muita gente que vai atrás de emprego não diz que mora na “favela do Marrocos”, nem na comunidade do Marrocos. Prefere dizer que mora “lá no Santo Amaro”, “próximo aonde?” “Da Urucutuba”. É a discriminação (...)(Rita – moradora do Marrocos desde 2000)

Negar a identificação entre seus territórios vividos e a imagem da “*favela, favela*”/ “*favela mesmo*” pode traduzir uma tática peculiar aos moradores fundadores e aos mais antigos, de distanciamento em termos dos componentes simbólicos constitutivos da representação dominante da “favela” evidenciados no imaginário urbano contemporâneo. Refiro-me à imagem da “favela” como “invasões de terra alheia” (pública ou privada); lugar por excelência de desqualificação social, da desordem, das carências/urgências e dos “perigos” a serem administrados pelo Estado, adotando cada vez mais o uso da força/da violência autorizada; e representada no senso comum como *covil de bandidos, local aberto ao crime e habitat naturalizado das “classes perigosas”* (ZALUAR; ALVITO, 2006). A associação entre seu território vivido e o significante “favela” é reconhecida, pela narradora, como expressiva de imagens discriminatórias dos “de fora” sobre o lugar, embora identifique sua reprodução por parte dos “*próprios moradores daqui*”.

Em suposta oposição ao imaginário associado à “favela” e à cidade dos “outros” (dos diferentes) e dos *desconhecidos* – incluindo as imagens “de fora” produzidas sobre seus

espaços de moradia nas margens – parte dos relatos de pesquisa parecem reiterar as tentativas dos moradores de tornar a cidade familiar. Tais tentativas referenciam a cidade vivida pelos interlocutores, ao tentar afirmar e refundar o lugar Marrocos como sua “*comunidade*”²²⁹, denotativos dos sentidos de proximidade, de pertencimento a uma coletividade e aos seus semelhantes, de identificação com lugares e pessoas consideradas conhecidas e próximas. Sentidos que parecem fortalecer um *sentimento de segurança em relação ao lugar habitado*. Enfim, expressam os processos de apropriação, produção e (re)significação dos espaços da cidade (AGIER, 2011) e sua transformação em lugares praticados.

Nesta perspectiva, há recorrência em alguns relatos de expressões que enfatizam a responsabilidade individual pela construção do lugar praticado por seus moradores, a saber: “*quem faz a morada é a pessoa que mora ... todo canto é canto*” (Magali); “*quem faz o lugar é você mesmo*” (Antônio); “*Eu adoro a minha comunidade porque quem faz o lugar é a gente. Não existe lugar ruim não. Quem faz o lugar é nós. Eu adoro meu Marrocos*” (Joaquim). Este tem sido um elemento identificado primordialmente entre os residentes mais antigos e os fundadores que participaram ativamente da “*invasão*”, defesa e melhorias na especificidade do Marrocos ao longo destes quatorze anos de sua existência, considerando as práticas coletivizadas de construção do lugar. Neste eixo de demarcação positivada do “*ideal do nós*”, situo ainda as nomeações adotadas por parcela destes moradores, sobretudo os que se afirmam católicos, para referir-se ao “*seu lugar*” como “*Comunidade do Marrocos*” e/ou “*Comunidade nossa Senhora Imaculada Conceição*”. Buscam uma apresentação e representação do lugar em oposição às classificações estigmatizantes de “*Favela do Marrocos*” e “*Ocupação da Urucutuba*” – leia-se “*invasão*” – recorrentes na região, bem como “*dentro*” e “*fora*” da localidade.

As imagens “*discriminatórias*” são projetadas e/ou transferidas, por parcela dos interlocutores, sobre outros microespaços próximos de seus locais de residência: *o perigo e/ou ameaças vêm “de fora” e dos outros estranhos ao lugar*. Neste caso, os sentidos inscritos nas imagens de lugar “*perigoso*”, “*violento*”, “*invasão*”, a “*favela favela*” e que, segundo anunciado em relatos, “*com a favela vêm os afavelados e a discriminação*”, são deslocados para um “*outro*” como expressão de uma diferença reconhecida, recusada e transformada em estereótipos e estigmatizações de lugares e de seus moradores (BHABHA, 1998). Em verdade, a negação da classificação social do território vivido como um “*lugar perigoso, violento e de carências*” se faz – conforme identificado nos relatos – por um jogo de espelhos

²²⁹ É preciso ter presente a vinculação de “comunidade” com a vivência no movimento católico de CEB’s que consiste à vinculação com a perspectiva de coletivo encarnado em movimentos da igreja católica progressista.

entre espaços físicos próximos e, ao mesmo tempo, espaços sociais distantes, delineadas na importante consideração de Lindón (2007) ao afirmar que: “(...) para o habitante sempre um lugar evoca outro lugar. Entre um lugar e outro (e entre uns e outros) se dá uma relação de co-presença. O sentido de um lugar evoca ao sentido de outro lugar”. Neste jogo simbólico produzido na relação de co-presença entre as localidades e seus habitantes em interações sociais, os esforços de “limpeza moral ou simbólica” (MACHADO DA SILVA, 2008) de seus territórios vividos (próximos, familiares e personalizados) ocorre mediante as transferências da estigmatização/estereótipos para outros espaços urbanos – considerados distantes e desconhecidos para eles – que, apesar da proximidade física, elucidam distinções, distanciamentos sociais e lutas entre classificações importantes à compreensão das sociodinâmicas culturais locais.

Estes esforços explicitaram-se também nas categorias de nomeação, usadas pelos moradores para mostrarem as distinções e distâncias entre o seu *“ideal de nós”* – *“pessoas boas”, “gente/pessoa de bem”, confiáveis, honestas, “trabalhadores”, “cidadãos” não “envolvidos” diretamente com o “crime”* – e os *“outros/eles”* – as *“pessoas ruins”, não confiáveis, “ladrões”, “bandidos”, “vagabundos” e “envolvidos”* de maneira ativa em práticas criminosas. Desta forma, reafirmo, ao tentar enfrentar estigmas e estereótipos projetados sobre si e seus espaços vividos, estes interlocutores podem terminar por reforçá-los e reproduzi-los em suas interações sociais com os *“outros”*: seja pela (re)classificação e hierarquização de si e dos outros residentes – entre o *“nós” versus os “outros”* do lugar; seja pela transferência de estigmas para outros indivíduos e espaços urbanos.

Não obstante estas variações da valorização do local de moradia nas versões de meus interlocutores, à imagem de *“um lugar bom, tranquilo”* vincula-se o seu reconhecimento como lugar da falta e/ou da precariedade de acesso a serviços sociais públicos e de infraestrutura urbana, segundo é possível apreender nos relatos abaixo:

Aqui pra mim, *é um bom lugar, tranquilo*. Agora, em termos de melhorias, pra mim, ia melhorar demais, aqui, se tivesse um esgoto, um saneamento, um posto de saúde, *de melhora pra população. Ia melhorar muito, muito mesmo a nossa comunidade aqui*. Tem muita gente aqui, um posto de saúde ia ser muito melhor. Aqui também, no inverno, fica cheio de água, alaga, aí pra entrar uma ambulância, um carro, uma viatura, aí já fica mais dificultoso. (D.Auxiliadora, moradora do Marrocos. Autoneia-se “humilde”).

O que eu vejo aqui, aqui é um lugar bom, mas só que *eu vejo o bairro aqui (Bom Jardim) comobairro esquecido* ... Pelo governo, pelo... por tudo, que não tem um posto aqui perto. O único posto que tem é lá no outro bairro. Se precisar, aqui não tem. Tem na Granja Lisboa. O policiamento, nem uma cabine de polícia não tem ... Esse bairro é esquecido! (Sérgio. Morou no Marrocos até março de 2012. Mora atualmente em outra localidade dentro do bairro Bom Jardim, embora possua casa própria e família residindo no Marrocos. Auto declarado “humilde”).

Traduzido em espaço “*isolado, abandonado e esquecido*” pelo poder público, seus interlocutores sentem-se às margens do Estado em termos da fragilizada segurança civil e social em seus territórios vividos. Reconhecem-se, nesta perspectiva, “*jogados ao bando, às incertezas e aos infortúnios*”. Esta imagem de lugar *abandonado e esquecido pelo poder público* e seus representantes, os *políticos profissionais*, delinea a segunda versão de pobreza na ótica dos moradores. Nesta perspectiva, as falas de Maria e Belinda são significativas desta condição do viver no “vixe do vixe”:

Pobreza é essa vida aqui. Pobreza, quer saber o que é pobreza, pra mim? Mulher, pobreza, pra mim, é viver assim, por exemplo, num lugar desse aqui, que não tem saneamento básico, não tem um lazer pra ninguém. Se você prestar atenção, em outros bairros aí onde mora gente mais ... onde tem gente mais ou menos, né? Que tem o que comer todo dia. Pode comprar roupa, calçado bom pro seu filho. Dar colégio bom pro seu filho. Porque toda vez o colégio do estado está de greve, só Deus sabe ... Isso é a vida que um cristão leve? Não é. Mas por quê? Porque eu não posso pagar um colégio pro meu filho. Os professores estão em greve porque o governador é sem futuro, a prefeitura é sem futuro. (...) Você vive num lugar desse aqui, você paga imposto, você contribui com isso e com aquilo outro... aí você mora num lugar desse. A prefeitura não faz nada aqui dentro (...). Porque ser pobre não é defeito, mas você morar num lugar desse aqui, você não é assistida por ninguém. Não passam um calçamento. Não passam um saneamento básico ... A saúde, minha filha, coitada! Faz é tempo que eu pejo. Eu tenho um problema sério na minha perna. Faz é tempo que eu ando querendo marcar uma consulta naquele posto ali e eu não consigo..., mas eu vou fazer agora pago, tratamento pago. (...) Aqui é favela mulher! Pra mim é isso aqui. (...) A gente vive jogado com as baratas. (Maria, residente no Marrocos).

Pobreza é isso: é o que a gente passa aqui. É pobreza de segurança que a gente não tem aqui. É uma tristeza muito grande você vê esses meninos tudo sem poder brincar. Isso que a gente vê aqui. Eles abandonam a gente. Usa e abandona a gente. Os políticos. A gente é usada por eles. Eles usam a gente pra ficar lá, os políticos, aí eles estão lá. E a gente está aqui no meio da água, no meio do lixo, no meio da imundice, no meio da insegurança. Aí ó, tudo abandonado [mostrando seus filhos dentro de casa e apontando para a rua com jovens sentados nas calçadas, quase ao meio dia]. Estamos totalmente abandonados, principalmente por estas pessoas que nos usam pra fazer o que quer e ficar lá. (Belinda, residente da fronteira dos bairros Bom Jardim e Granja Portugal).

De fato, viver em situação de *abandono e esquecimento* por parte do Estado parece ser o traço nivelador desta posição de “*comum excomunhão*” destes residentes das margens urbanas. Encontram-se fixados nestes espaços por sua condição socioeconômica, mas alimentam a vontade reiterada de “*ir embora*” para outras localidades, ainda que dentro da mesma região. Situados entre uma aparente conformação e a revolta individualizada e silenciada. Os frequentes deslocamentos dos moradores de áreas periféricas – no caso de meus interlocutores, na própria região do Grande Bom Jardim – não têm significado, no entanto, uma mudança da posição de dominado e de descrédito no espaço social na cidade e mesmo dentro de seus territórios. A imagem negativada da “favela” e dos “favelados” prevalece como encarnação máxima deste *abandono e esquecimento* do lugar e de seus moradores por parte do poder público.

Ao mesmo tempo, os significantes “periferias” e “favela” remetem, em tempos contemporâneos, aos imaginários de medo e insegurança na cidade. Uma segunda versão dos *sentidos de lugar* na ótica de residentes destes espaços urbanos significa o local de moradia como espacialidade do medo e da insegurança. Tais imaginários encontram-se articulados à estigmatização territorial projetada sobre os espaços de moradia destes interlocutores de pesquisa em condição de pobreza material e residentes nas margens urbanas, com ênfase nestes espaços nomeados de “favelas”. A estigmatização territorial, conforme enfoca Wacquant (2005), consiste em uma modalidade específica de descrédito coletivo projetada sobre os locais de residência do novo precariado urbano²³⁰ na fase atual da marginalidade avançada²³¹ do capitalismo contemporâneo. Para este autor, nos países avançados – e aqui incluo também os países latino-americanos em desenvolvimento, como o Brasil deste século XXI – ampliam-se os bairros ou localidades publicamente reconhecidas como “*poços de perdição social e moral que inspiram medo e desprezo*” nos quais se concentram a marginalidade avançada. Nas palavras de Wacquant:

A marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios bem identificados, bem demarcados e cada vez mais isolados, vistos por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde apenas o refugio da sociedade aceita habitar. *Um estigma referente ao lugar sobrepõe-se assim ao já universal estigma da pobreza* e (onde aplicável) da raça ou da origem colonial-imigrante. Ao mesmo tempo, *esses “espaços condenados” são, ou ameaçam tornar-se, instalações permanentes da cidade, e os discursos de difamação sobre os mesmos proliferam* (2005: p. 172; grifo nosso).

A região do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce e, em seu interior o Marrocos e o Mela Mela, constituem-se em espaços da cidade submetidos a este processo de

²³⁰ Loïc Wacquant (2005; 2008) assim denomina as camadas precarizadas do novo proletariado urbano residentes em bairros periféricos estigmatizados. Segundo o autor, este precariado urbano resulta dos processos de fragmentação, desproletarização e precarização do salariado urbano – traços de uma dessocialização do trabalho; da desconexão funcional dos bairros de relegação (periféricos e desprezados) e a economia nacional e mundial; da estigmatização territorial e da retração das proteções anteriormente garantidas pelo Estado de Bem-Estar Social nas sociedades capitalistas avançadas pós-fordistas.

²³¹ A categoria de marginalidade avançada foi desenvolvida por Wacquant para traduzir um novo regime de pobreza urbana presentes nas sociedades capitalistas avançadas do período pós-fordista. Diz respeito às “novas formas de encerramento social excludente e de marginalização surgidos ou adensados na cidade pós-fordista como resultado das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais, à medida que repercutem nos extratos mais baixos da classe trabalhadora e nas categorias etnoraciais dominadas, bem como nos territórios que estas ocupam na sociedade dividida” (WACQUANT, 2005: 169). Um de seus traços característicos da marginalidade avançada é a estigmatização territorial, conforme ressalta este autor. Wacquant delinea seis propriedades distintivas desta marginalidade avançada, a saber: além da fixação e estigmatização territorial; o trabalho assalariado como problema por sua tendência de fragmentação e precariedade; a desconexão funcional advinda com as tendências macroeconômicas; a alienação territorial ou a dissolução do lugar; a perda do interior viável como rede de solidariedade primária vinculada aos locais de moradia; fragmentação simbólica e social em tempos de decomposição de classe ou desproletarização e a falta de uma linguagem comum capaz de unifica-los simbolicamente em torno de lutas coletivas comuns provocando o adensamento dos processos em curso de dispersão e fragmentação dos ditos novos pobre urbanos. Para aprofundamento, conferir WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. 2005.

estigmatização territorial reiterado, via de regra, também por seus habitantes. Os discursos/imagens “*de fora*” destes espaços que se reportam à figura homogeneizada da “periferia” como encarnação de tudo que uma sociedade traz de insegurança, medo/ameaças, degradação física e moral (CASTEL, 2000; WACQUANT, 2005) são, não raramente, incorporadas e reproduzidas pelos “*de dentro*”. Parte dos meus interlocutores reconhece seus territórios vividos como “*periferia*” / “*favela*” traduzidos em lugares “*perigosos*”, *de pobreza e de abandono por parte do poder público*. Demarca-os como espacialidades *de “medo, incertezas e insegurança”* associadas ora às situações de precariedade sócio-econômica, ora à violência urbana presentes em seus cotidianos. Nesta direção, destaco os relatos seguintes:

Viver aqui com tanto **medo**, é só com a minha fé que eu tenho em Deus, e as minhas orações todo dia, antes de eu me deitar, eu peço a Deus pra proteger minha casa, minha rua, meus vizinhos, minha família, a proteção de Deus. (...) *Eu vejo um lugar, assim, isolado, abandonado. Abandonado!* Por quem? Pela prefeitura, pela prefeita, esquecido, pois é. **Moro aqui por que eu não tenho opção de ir pra outro canto.** Entendeu? Eu não tenho como sair! Eu sou louca pra vender, pra voltar pra Bahia, e não acho. O dinheiro que eu já gastei, eu não acho nem a metade. Meu marido que ir embora também. Antigamente não, falava de ficar aqui, só que agora ele quer ir embora. (...) **Aqui vejo como favela. É discriminado como favela. Não adianta dizer que não é, por que lá fora é. Pra mim também é Favela. Favela é o que vocês chamam de periferia. E pra mim toda periferia é favela. Favela é um lugar que nem esse aqui, sem calçamento, entendeu, sem calçamento... Esquecido pelas autoridades!** Eu acho, sei lá, favela pra mim é isso. (...) (Juliana, atualmente moradora do bairro Bom Jardim. Mudou-se do Marrocos em fevereiro de 2012, onde residiu por seis anos).

Cansei do Bom Jardim já. Eu nasci no Bom Jardim e não quero mais morar aqui. Porque eu não gosto daqui não. É muito violento. Aqui tem tudo, é marginal, eu não gosto desse tipo de coisa não. Eu tenho medo. Não é que eles mexam. Mas já me roubaram aqui dentro. Hãhã, na minha casa, já arrombaram. Levaram tudo que estava dentro, que eu estava montando um salão... não me consideram, e é porque eu moro aqui desde pequeno. Não sei, acho que é da forma que eu ajo, que eu não gosto desse tipo de coisa, droga, marginal, não apoio essas coisas... são novos aqui e tem os que conheço também (Leila: e do Marrocos?) eu não gosto do Marrocos, não sei porque, eu moro aqui porque... . Quando você é pequeno tudo bem né, você brinca ... mas quando você cresce vê a realidade, dá vontade de ir embora. A realidade é ... lama, por exemplo, no tempo de inverno, a água dá nas paredes de casa. Muita lama, lá em casa é horrível, não pode nem entrar dentro de casa, você pega micose no povo lá, é horrível. Minha casa é aquela grandona, que é no meio da rua. Aí tem a história de você trazer o amigo de fora, querem roubar a família, é horrível isso! (Sérgio, ex-residente no Marrocos. Mudou-se em 2012).

Segundo suas narrativas, *seus lugares de moradia converteram-se em espaços de perigo, medo e insegurança nos quais se sentem impelidos a sobreviver*. De local praticado de identificação e mútua segurança/proteção metamorfoseia-se em seu contrário: em *espaço indiferenciado* no qual tentam sobreviver e permanecem “presos”, pela condição de pobreza material, aproximando-se da tendência de “dissolução do lugar” na perspectiva crítica enunciada por Wacquant (2005). Nos relatos acima, encontram-se inscritas as marcas simbólicas de desqualificação social e de reforço das figuras negativadas do “*pobre da*

periferia” e do *“favelado da favela”* como encarnação preferencial do refugio humano e da periculosidade no capitalismo contemporâneo residentes em nossas margens urbanas.

Em verdade, ratificando as pistas teóricas de Wacquant (2005), foi possível apreender que a estigmatização territorial produz o sentimento de indignidade pessoal – um de seus efeitos sociais – encarnado por seus moradores. Assim, em suas micro táticas de distinção social, procedem tanto à transferência do estigma a um “outro”, como à busca de distanciamento e evitação sociais em relação a lugares e pessoas consideradas socialmente ultrajadas, aviltantes, de espécie indesejável, ou seja, os “perigosos” locais. Evitar estes “outros” e os riscos de *“contaminação social”* com relação aos reconhecidos como *“estranhos/ desconhecidos do lugar/ marginais/perigosos”* tornam-se uma preocupação destes interlocutores, de acordo com as suas falas recorrentes de *“não se misturar com quem não presta”*. Implica uma (des)classificação social dos moradores com base em seus locais de moradia e suas redes de interações sociais que encarna, reproduz e desloca os discursos/imagens estigmatizantes para atribuí-los aos “outros”.

Na versão de Maria, seu (des)classificação de seu local de moradia como “favela” – considerando-o o “pior lugar em que já morou” – em função do entrecruzamento das dimensões de precariedade – sócio-econômica e de infra-estrutura urbana adicionada ao parco acesso a serviços públicos – e de representação da violência urbana condensada na máxima do “perigoso” e nas figuras dos nomeados de “vagabundo/bandidos”. Em seu discurso de reprodução de estigmas projetados socialmente sobre as “periferias” e as “favelas” em particular, busca estabelecer uma fronteira simbólica com relação aos residentes em seu local de moradia, demarcando, desta forma, o “ideal do nós”, representado por sua família chefiada por “trabalhadores”, *versus* os “outros”, (des)classificados de “ladrões”, “gente que não presta” e demais variações locais das categorias de “vagabundo/bandido”. Enfatiza suas tentativas de manter os filhos distantes do espaço da rua e do contato com estas categorias ditas moralmente inferiores nas classificações hierarquizadas locais. Sob a versão de *“não pode se misturar com quem não presta”* alicerça as fronteiras simbólicas com vistas a distinguir-se de seus (des)iguais. Segundo esta interlocutora:

Toda periferia é favela. O povo de fora trata como favela aqui e eu também chamo de favela. Viver num lugar desse aqui já uma favelagem mesmo. A favela, mulher, pra mim é isso aqui, viver (...) Pra mim, *viver aqui é viver desumanamente*. Aqui não tem... Aqui ninguém pode dizer que vive bem não, **não tem estilo de vida nenhum aqui não**. A gente vive jogado com as baratas. (risos) Mulher, estilo de vida que eu digo é assim, estilo de vida melhor que eu digo assim, por exemplo, quem mora num lugar desse aqui, mas se fosse uma rua ao menos asfaltada, entendeu, um lugarzinho mesmo..., porque ó quando você entra logo, você já vê o drama né, “que lugar é esse?”. Isso aqui quando chove, aí tudo é piscina. (risinho) Pelo menos, na minha casa (riso), na minha casa a água dá no meio da canela. Não sei se eu tenho mais força não, minha filha, só Papai

do céu mesmo, não sei nem se de amanhã eu estou aqui né. O **lugar onde eu moro? Quer saber mesmo como vejo este lugar?** É um lugar... (pausa, reticente em responder) **É o pior lugar que eu já morei!** (...) **Aqui é o lugar mais ruim do mundo! aqui não tem nada de bom.** Pra mim, nada! Não vou mentir. Tem dia que me dá um desgosto tão grande... você viver num lugar deste, morar com **medo** ... **Medo** das balas, dos ladrões. Você não pode sair da casa e deixar sozinha não. Não é todo o mundo que é assim não (...) **Meu medo é esse, se misturar com quem não presta** (...) **A vontade, a vontade de ir embora daqui é grande.** Se eu arranjasse quem comprasse, já tinha vendido (Maria, moradora do Grande Bom Jardim; grifo nosso).

Desta feita, produz-se um verdadeiro círculo de estigmatizações naturalizadas, capaz de aviltar e segregar lugares e moradores considerados portadores de atributos e símbolos socialmente depreciativos, indesejáveis e evitáveis. O lugar é considerado “desclassificado e sem valor” supostamente devido ao tipo de residentes identificados como “desclassificados, sem valor, não confiáveis”; e os seus moradores são reconhecidos socialmente sob tal imagem por habitarem neste local. A fala de Maria expressa esta dupla *estigmatização lugar-morador* vigente em seu território e da qual busca escapar pelo distanciamento social e/ou pela “*fuga*”, em suas temporadas residindo fora do Marrocos. Nestes períodos fora deste espaço, reside em casa alugada em outros territórios da região do Grande Bom Jardim e cede sua casa de taipa no Marrocos para vizinhos habitarem, retornando quando as condições sócio-econômicas declinam. Maria não reconhece o Marrocos como o seu lugar de pertencimento, fixação e memória. Ao contrário, considera-o um espaço urbano degradante e degradado simbolicamente, do qual busca distanciar-se e escapar. Vale retomar a lúcida reflexão de Bourdieu (1997) sobre os *efeitos de lugar*, que auxiliam a compreender esta dinâmica de mútua degradação lugar-morador assimilada e reproduzida por Maria:

(...) *o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam*, e que, em troca, *o degradam simbolicamente*, porquanto, estando *privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão*, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: as pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das existências constitutivas da existência ‘normal’ *produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de nivelamento*, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares (1997: p. 166).

Em outro relato local, estas fronteiras simbólicas erigidas no Marrocos remetem também a duas temporalidades distintas: as origens de um “Bom Jardim” e da referência a “lugar calmo, tranquilo” atribuída a este local de moradia em contraponto ao presente de violência urbana, conforme enunciou a jovem Débora:

Acho que não tem diferença entre o Bom Jardim e o Marrocos não. Acho que tudo faz parte, tudo é uma coisa só, o Bom Jardim e o Marrocos. A diferença é só o nome, na minha cabeça né, no meu entender, é isso. Eu acho que é tudo uma coisa só. Não tem diferença nenhuma. (...) E está bem

diferente de como era. No começo não tinha tanto roubo. Não tinha tanto crime aqui dentro. Não era tão violento. Não era tão **perigoso! Agora está muito perigoso aqui!** Não tanto, digamos, por que já chegou ao ponto de aqui, numa semana, acontecer assalto durante o dia duas, três vezes, matar pessoas assim. Está diferente. **Está muito mudado, muito violento.** Agora com essas coisas de droga aqui que está direto. Negócio de bocada. Então, está muito mudado. Antes, no começo, não tinha. Eu acho que foi no decorrer das pessoas mais antigas saindo e outras chegando, outras diferentes, não as mesmas, as pessoas que tem hoje aqui são poucas né, do início. **Acho que foi em decorrência da mudança de pessoas, moradores, novos moradores. Tem muita gente aqui** que veio do... de umas favelas aí não sei o nome, de outras favelas, tem gente aqui do Pirambu, tem gente aqui do coisa, Castelo Encantado, tem gente do ... como é o nome daquela favela que tem lá perto? (...) do Urubu, Favela do Urubu. **Tem gente aqui de todo canto, muita gente desconhecida que a gente nem sabe nem quem** é! Vê todo dia passando, que a gente nunca viu aqui antes, que cada dia que vai chegando mais um mais diferente. (Débora, residente no Marrocos até julho de 2012. Ao separa-se do marido, deslocou-se para o bairro Bom Jardim).

Na fala de Débora, tais processos de mudança em seu território vivido é creditada a afluência de “estranhos e distantes” que encarnam as práticas criminosas condensadas na expressão de “muito perigoso” sinônimo de “muito violento”. Mais uma vez, a responsabilidade e/ou a “culpa” pela transformação do bairro e do lugar são atribuídas aos “de fora, estranhos, desconhecidos, diferentes”, estes sim, identificados pela interlocutora como os verdadeiros “perigosos”. Pessoas advindas de “outras favelas” e que se encontram circunscritas em um mesmo espaço urbano sem, no entanto, estabelecerem teias relacionais próximas. Aqui, as origens anteriores dos locais de moradia – “gente que veio de umas favelas aí (...) gente aqui de todo canto” – são acionadas para demarcar as distâncias social entre os diferentes e desiguais nestas margens urbanas. Em síntese, nesta *segunda versão dos interlocutores*, os espaços às margens de Fortaleza assumem, assim, a tendência contemporânea de uma visibilidade pública da *espacialidade do medo e da insegurança* tanto nas imagens “de fora”, como nas imagens “de dentro” (re)produzidas por parcela meus interlocutores, em permanente articulação.

Segundo enfatizam Cechetto e Farias (2009: p. 228): “(...) o local de moradia se torna um poderoso operador classificatório, que hierarquiza, classifica e separa os corpos, que antes mantinham uma proximidade físico-territorial, apesar das profundas distâncias sociais”. Na especificidade do Grande Bom Jardim, com base no local de moradia, constitui-se uma hierarquia classificatória interna entre e intra seus territórios constitutivos, demarcando identificações e, por conseguinte, distinções e fronteiras simbólicas entre seus residentes. No Marrocos, onde eu pensava encontrar apenas *um lugar*, encontrei tanto múltiplos lugares expressivos nas distintas classificações carregadas de sentido – ora identificado como “comunidade”, ora como “favela”/ “favela favela” e “invasão” – como fragmentos de lugares, com suas divisões e distinções físico-simbólicas internas – a exemplo das nomeações de “Marrocos 1, 2 ou 3”. Em seus interstícios e/ou fronteiras-pontes, no dizer de Certeau (1994),

travam-se cotidianamente lutas simbólicas (BOURDIEU, 1996) que acionam o local de moradia como um destes operadores classificatórios.

De fato, a identificação do local de moradia funciona como parâmetro de outras classificações sociais, com destaque para a classe social e, atualmente, para a demarcação dos espaços urbanos ditos seguros/inseguros, perigosos/protegidos das cidades. Nestes sistemas de classificação no qual um dos operadores fundantes é o território, potencializam-se os riscos de confinamentos e segregações socioespaciais dos residentes nas margens da cidade e, em seu interior, nas “*favelas*”, em particular. Constituem-se complexos processos de fragmentações, isolamentos e dificuldades para estes moradores movimentarem-se livremente (*direito de ir e vir*) em seus próprios territórios. Há espaços evitáveis e até proibidos dentro de suas localidades, no entorno e na região de maneira ampla, conforme explicitarei no terceiro capítulo.

A segunda versão dos sentidos de lugar, sob o ponto de vista de seus residentes, abriu uma via importante para esta interpretação crítica do viver nas margens urbanas em condição de pobreza nos tempos contemporâneos, qual seja: apreender os possíveis efeitos destes sentidos de lugar vinculados aos sentimentos de medo e insegurança destes agentes em suas interações sociais locais. Trata-se, assim, de tentar apreender emoções e os sentimentos de meus interlocutores seguindo as pistas teóricas de Rezende e Coelho (2010): simultaneamente, como *construtos sócio-culturais e produções discursivas*, só existindo *em contexto* e emergindo da relação entre os interlocutores e a ela sempre referida. Nesta perspectiva de *inspiração foucaultiana de discurso* – como *uma fala que mantém com a realidade uma relação de formação, o real formado por aquilo que se diz sobre ele* – produz-se uma “*micropolítica da emoção*” em termos:

(...) da sua capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre grupos sociais (...) (REZENDE & COELHO, 2010: p. 78).

No item seguinte, proponho-me a abordar os discursos sobre medo e insegurança proferidos pelos (as) narradores (as) em relação aos seus *lugares habitados* nas margens de Fortaleza, deslocando-me teoricamente entre o contexto sócio-cultural contemporâneo de referência e os microcontextos de experiência e significação no Marrocos e no Mela Mela.

5.3 Medo e insegurança nas margens urbanas: traços de um “viver acuado” e do “saber viver” no Mela Mela e no Marrocos

Para melhor compreensão das produções discursivas de interlocutores sobre seus territórios como espacialidade do medo e insegurança declarados pelos moradores – condensado na máxima de “*lugar perigoso*” – considero relevante extrapolar os microespaços desta pesquisa. Arisco-me a uma breve “*digressão*” para pontuar alguns dos principais processos sócio-culturais contemporâneos que têm potencializado as preocupações com a *insegurança e o medo urbanos*. E, por conseguinte, contribuído para a projeção pública de uma verdadeira *diabolização da “periferia”* – traduzida em espacialidade privilegiada de *incertezas, medo e insegurança* – e uma possível correspondente estigmatização de seus moradores. Elementos identificáveis nas modelizações negativadas sobre o Grande Bom Jardim e nos discursos de alguns de seus residentes em âmbito territorial. As “periferias” e seus moradores fabricados socialmente como encarnação das *ameaças/perigos* nas cidades contemporâneas tornam-se *locus* por excelência dos sentimentos de *inseguranças e medos sociais* (CASTEL, 2005; GIDDENS, 1991; 2010). Corroboro, aqui, com o lúcido argumento de Rosa Guerrero Valdebenito (2006) ao afirmar que:

(...) *todo processo de construção social do medo o é ao mesmo tempo de sujeitos e espaços nos quais se cristalizam os temores sociais*. Quer dizer, *se desenvolve um processo de criação de figuras e lugares ameaçadores que desagregam a experiência da cidade ao submetê-la ao princípio da ameaça e do incerto*. (...) As certezas vitais (educação, emprego, saúde, enfim, o que se denomina atualmente como desenvolvimento humano) se vêm em situação de fragilidade ante as mudanças estruturais onde o Estado-nação cede funções ao mercado. (...) A elaboração de *um nós e de um outro* não somente remete às identidades grupais, *senão à maneira de assinalar proximidades e distâncias sociais em contextos de incertezas* (VALDEBENITO, 2006: p. 19; grifo meu).

No Brasil do século XXI, incertezas e inseguranças (sociais e civis) marcam as vidas cotidianas dos cidadãos. Constituem-se situações experienciadas com dramaticidade pelos moradores de espaços ditos “*periféricos*” da cidade, em especial porque sobre estes tem recaído a responsabilidade e as preocupações com o processo crescente de *insegurança* e, por conseguinte, a construção social do medo. Tal processo de profusão da insegurança e do medo social circunscreve-se a um contexto sócio-cultural denso em transformações societárias em curso, dentre as quais destaco: a instabilidade e crise mundializada do capitalismo contemporâneo, a precarização no mundo do trabalho, o crescimento do desemprego estrutural articuladas à configuração do Estado de baixa responsabilidade na garantia da segurança social via políticas públicas, conforme evidenciado na desregulamentação social

traduzida em perdas de direitos socioeconômicos e trabalhistas, bem como na complexificação da pobreza urbana em perspectiva global. Em substituição ao Estado de Bem Estar Social (Welfare State) e sua correlata rede de proteção social (segurança social) encontram-se duas tendências complementares na reconfiguração do Estado na contemporaneidade que assumem traços singulares na vida brasileira nos anos 2000. A primeira, é de restrição da responsabilidade estatal no campo social – *focalizada na “administração das urgências” (TELLES, 2010) e materializada, em especial, nas ações de “combate à pobreza e à extrema pobreza”* – assumindo a gestão territorial da pobreza urbana sob a face de um Estado sócio-assistencial em suas ações compensatórias, focalizadas e seletivas destinadas aos segmentos classificados “pobres” e “extremamente pobres”. A segunda tendência, aponta para o encrudescimento da face penal do Estado e o recurso ao controle, vigilância e punição direcionados à gestão das inseguranças (civil e social) e manutenção da ordem.

Tais tendências adotadas nos EUA, na França e seguidas também por países latino-americanos como o Brasil neste século XXI (WACQUANT, 2008; IVO, 2000; TELLES, 2010) alicerçam o que Wacquant (2007; 2005; 2008) designou de modelo de “*gestão territorial da pobreza urbana*” contemporânea: aquela que alia adesregulamentação econômica, as frágeis e focalizadas políticas sócio-assistenciais, a disciplina do *workfare* e o constrangimento do aparato policial e penal hiperativo do Estado em meio à *marginalidade avançada*. Segundo o supracitado autor, a marginalidade avançada - este *novo regime de pobreza urbana* presente nas sociedades avançadas capitalistas – é resultado da fragmentação doariado urbano, da desconexão funcional entre os bairros de rejeição (periféricos e desprezados) e a economia nacional e mundial, da estigmatização territorial e da retração das proteções anteriormente garantidas pelo Estado social (WACQUANT, 2007). Para Wacquant, esta figuração da *pobreza* e dos *pobres* como *novos párias urbanos* do século XXI conecta-se à instauração de um *Estado liberal-paternalista* cuja regulação deste novo “*precariado urbano*” e dos seus *territórios de moradia* traduz um “*novo governo da insegurança social*”. Embora o autor destaque as experiências específicas destas tendências na França – o neopanoptismo social²³² – e nos EUA – Estado penal²³³ – salienta sua adoção em outros

²³² Configuração do modelo francês de gestão da pobreza urbana segundo a análise crítica de Loïc Wacquant caracterizada pela conjunção redobrada da regulação social e da regulação penal da insegurança social. Dada à forte tradição do Estado social nos países europeus, o neopanoptismo francês tem intensificado suas investidas conjuntas nos tratamentos social e penal da pobreza e na ativação das funções de polícia nos serviços de assistência social, na perspectiva de vigiar, controlar e punir as consideradas “populações problemáticas e/ou delinquentes” em seus “bairros sensíveis”. Outro aspecto distintivo deste modelo francês no trato da pobreza urbana seria que a sua penalização se faz, sobretudo, por meios policiais e tribunais, do que por meios prisionais

países, assumindo configurações consonantes a cada formação sócio-econômica e político-cultural.

Em proximidade com a interpretação crítica de Wacquant (2007; 2005; 2008), Castel (2005) afirma que, em meio ao complexo e adensado *processo de insegurança* (ou “insecurização”) *contemporânea*, o foco das preocupações e condenações morais têm se voltado para as “periferias” das cidades e seus residentes, com destaque para os chamados “bairros sensíveis” – na especificidade francesa – que acumulam uma série de fatores publicizados como principais desta insecurização social e civil, sem, no entanto, adentrar nos elementos fundantes à compreensão dos *sentimentos “coletivizados” de insegurança e medo* em dimensão mundializada. Em sua análise crítica deste fenômeno, argumenta:

Deste modo podemos compreender o caráter paradigmático do ‘problema das periferias’ em relação à temática da insegurança. Os “bairros sensíveis” acumulam os principais fatores de insecurização: altas taxas de desemprego, empregos precários e atividades marginais, habitat degradado, urbanismo sem alma, promiscuidade entre grupos de origem étnica diferente, presença permanente de jovens ociosos que parecem exibir sua inutilidade social, visibilidade de práticas delinquentes ligadas ao tráfico de drogas e às receptações, frequência das “incivildades”, dos momentos de tensão e de agitação e dos conflitos com as “forças da ordem”, etc. a insegurança social e a insegurança civil coincidem aqui e se entretêm uma à outra. Mas com base nessas constatações que não têm nada de idílico, a diabolização da questão das periferias (...) que se assiste hoje, depende de um processo de deslocamento da conflitualidade social que poderia efetivamente

como predomina nos EUA. Segundo Wacquant, as principais medidas adotadas pelo governo francês nestes anos 2000 caminham nestas direções complementares, assim sintetizadas: “(...) multiplicou os empregos para os jovens e os contratos de trabalho, por ele patrocinados, para os desempregados, o que inclui programa de qualificação (...); elevou o nível de vários pacotes de auxílio público (embora pequenos) e estendeu, de forma significativa, o alcance do plano de renda mínima (RMI, Revenu Minimum d’Insertion sociale); e instituiu uma cobertura de saúde verdadeiramente universal. Mas, por outro lado, o Estado francês também instalou esquadrões policiais antiterrorismo nos chamados ‘bairros sensíveis’, estabelecendo unidades especiais de vigilância para detectar e reprimir a possível delinquência nessas áreas; está substituindo juizes por assistentes sociais ou educadores quando jovens ‘em situação de risco’ necessitam ser avisados para que não ajam fora da lei; acidades têm empreendido e reforçado posturas ilegais contra pedintes, as quais servem para retirar das ruas os sem-teto e os abandonados; o governo recusou-se a alinhar as normas para a detenção provisória por *comparution immédiate* (prisões em flagrante e processos sumários) com normas para *affaires à instruction* (casos de investigação seguindo uma queixa policial//0, sob o argumento de que é preciso enfrentar a violência urbana’ (com isso garantindo aos jovens das áreas decadentes de habitação popular uma forma de *ação afirmativa* carcerária); a punição à reincidência tornou-se mais dura; a liberdade condicional foi praticamente extinta etc.” (WACQUANT, 2008: 99).

²³³ Configuração do Estado norte-americano e de sua gestão territorial da pobreza urbana pautadas no uso do sistema penal como instrumento de administração da insegurança social e de contenção dos deslocamentos da estrutura de classe que institui um novo governo da insegurança social. Constitui-se em estratégia para impor o trabalho assalariado dessocializado (fragmentado, desprotegido e precarizado) e a instabilidade social, além de neutralizar de conflitos sócio-políticos e os segmentos ditos “supérfluos” na lógica do capitalismo flexível e neoliberal; e reafirmar a autoridade estatal nos territórios marginalizados. Segundo Wacquant, delinea-se nos EUA um *novo governo da insegurança social* sustentado no Estado de tipo liberal-paternalista alicerçado no recurso à polícia e instituições penais – do encarceramento/prisão – com fins de controle da ordem social e garantia da “segurança”. Volta-se para a criminalização controle e contenção tanto dos movimentos políticos/sociais, como dos novos “suspeitos e perigosos” sociais – imigrantes, terroristas, negros, pobres – submetidas a suas técnicas de “para e revistar”, “intolerância seletiva” e “tolerância zero” intensificadas, em especial, nos territórios de moradia destes grupos assim identificados. Confeir Wacquant, L. Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 2007; _____. As duas faces do gueto. 2008.

representar um dado permanente da problemática de insegurança. A encenação da situação das periferias como abcesso de fixação da insegurança para a qual corroboram o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião pública, é de alguma forma o *retorno das classes perigosas* (...) **Considerar as periferias como “perigosas”, como o núcleo da questão social que se tornou questão da insegurança que ameaçaria os fundamentos da ordem republicana, é fazer uma condensação extraordinária da problemática global da insegurança.** (...) *Tais estratégias têm o mérito de mostrar que se faz alguma coisa, sem ter que levar em consideração questões aliás delicadas, tais como, por exemplo, o desemprego, as desigualdades sociais, o racismo, que também estão na origem do sentimento de insegurança.* (CASTEL, 2005: p. 55; 57; grifo nosso).

Estes discursos/imagens construídos sobre as “periferias” e seus habitantes vinculam-se ao fortalecimento do “Estado-polícia” (ou “Estado securitário”) centrado no “enfrentamento” da insegurança civil – resguardo da integridade física e de propriedade privada – em detrimento da segurança social. Esta configuração de Estado direciona-se para a gestão territorial da insegurança social e dos conflitos pessoais/sociais pelo recurso à violência sob a sua face atual de “estado de exceção” direcionado, em especial, aos espaços com concentração de pobreza e violência urbanas. Conforme atenta Castel (2005), a demanda contemporânea por “segurança” traduzida em demanda por mais “autoridade, lei e ordem” pode ameaçar a própria democracia e os direitos a esta correlatos. Tais ameaças tornam-se mais preocupantes quando direcionadas aos espaços urbanos aviltados de nossas cidades.

Nas práticas do “estado de exceção”, prevalece a figuração dos habitantes das margens urbanas como potencialmente suspeitos, criminalizáveis, sujeitos à vigilância, controle e punição. Passíveis, portanto, de submissão às violências e ao descredenciamento social para afirmarem a legitimidade de suas auto-imagens, demandas/reivindicações e cultura no espaço público e na esfera da política. Tal focalização em **“sujeitos e espaços nos quais se cristalizam os temores sociais”** contemporâneos encobre, dentre outros aspectos, as dinâmicas potencializadoras dos sentimentos de insegurança e medos sociais acentuados na vida urbana, a saber: hiperindividualização-descoletivização, fragilização e dissolução dos vínculos sociais, deteriorização do espaço público e perdas significativas de referenciais sociais e pessoais de segurança relativas, aqui, à frágil presença do Estado na garantia da segurança social e às condições de instabilidade e precarização das relações de trabalho.

Sentimentos coletivizados de medo, incertezas e insegurança emergentes nas cidades contemporâneas marcam as experiências dos cidadãos e, de forma contundente, atravessam o viver cotidiano dos moradores das margens urbanas de Fortaleza assumindo configurações e desdobramentos particulares. Os dados da pesquisa do Ministério da Justiça (2009-2010) realizada em 27 capitais brasileiras são dramáticos e delineiam mudanças nos hábitos da população em função do medo de sofrer algum tipo de violência urbana. No caso

específico desta metrópole, a pesquisa destaca que 74% dos entrevistados evita sair de casa à noite ou chegar muito tarde por causa da criminalidade. É a segunda capital com o maior percentual de pessoas (71,9%) que deixam de ir a alguns locais por causa da criminalidade e também em proporção de entrevistados que possuem residência com vigias armados, perfazendo 10,04% (VEJA, julho 2012). Em pesquisa mais recente, realizada pela Universidade de São Paulo (USP, 2012), os resultados se confirmam. Fortaleza ocupa atualmente o quarto lugar no *ranking* nacional do medo: 46% de seus habitantes declararam sentir-se inseguros para circular na cidade durante o dia. Em relação ao sentimento de medo e insegurança dos fortalezenses para circular pela cidade à noite, esta metrópole passa para o segundo lugar neste *ranking*, com um percentual de 36,2% (O POVO, 2012).

Estes dados referem-se, sobretudo, aos sentimentos de insegurança e medo manifestados pela população em termos da violência urbana nesta capital, passando a sensação de que se expressa na mesma intensidade e em quaisquer espaços ou lugares desta metrópole. No entanto, conforme lembra Valdebenito (2006: p. 108): “a insegurança cidadã como representação de diversos medos coletivos, tende a buscar formas de nomear e de localizar os medos. Para tanto, constrói *muros físicos e simbólicos* que separam uns dos outros”. As significações e experiências de insegurança e medos sociais assumem, assim, uma dimensão espacializada na cidade e, portanto, relacionada com a própria maneira desigual, hierarquizada e segregacional de distribuição da população nos espaços urbanos (VALDEBENITO, 2006). Dentre os espaços de Fortaleza, as suas “*periferias*” e, em especial, a região do Grande Bom Jardim são consideradas ***espacialidades preferenciais do medo e da insegurança*** nesta cidade e, via de regra, evitados pelos “*de fora*” do lugar. Para os residentes, a estigmatização territorial projetada sobre seus espaços de moradia traduz-se em elemento relevante na elaboração dos seus sentimentos de medo e insegurança reportados a lugares e pessoas dentro da região.

A referência ao medo e à insegurança emergiu nas versões dos interlocutores, de maneira mais contundente, quando indaguei sobre seus sentimentos em relação ao seu lugar praticado. Predominaram nas narrativas o sentimento de “*medo*” associado às múltiplas expressões da violência urbana presentes em seus cotidianos, dentre as quais destacaram: furtos; roubos; assaltos; tiroteios e “balas perdidas”; rivalidades e vinganças pessoais e familiares; enfrentamentos entre gangues/quadrilhas/facções criminosas rivais associadas ao narcotráfico e disputa de territórios de comercialização das drogas ilícitas; assassinatos e execuções sumárias; incêndios criminosos por vinganças; “morrer por engano” e o “morrer de graça, sem dever nada”; a presença do narcotráfico como ameaça ao lugar e às famílias,

dentre outras. A expressão “*perigoso*” atribuída à região, ao bairro Bom Jardim, a alguns de seus territórios constitutivos e residentes de suas localidades vinculada, recorrentemente, aos sentimentos de medo e insegurança, parece condensar estas múltiplas expressões da violência urbana que afirmaram presentes em seu viver cotidiano.

É interessante destacar que a presença da polícia nestas áreas não aplaca o medo e a insegurança local. Segundo observei durante o trabalho de campo, a presença da polícia pode, ao contrário, traduzir-se em outro *fator de risco* da iminência de violências perpetrada seja contra “vagabundos-bandidos”, seja contra “trabalhadores-cidadãos”, por vezes, de forma indiferenciada, a exemplo do “tiroteio no Marrocos” em 2012. Em consonância, parece tornar-se elemento potencializador destes sentimentos de medo e insegurança relatados e vividos por parcela dos narradores também porque nos enfrentamentos “polícia versus vagabundos-bandidos”, a condição de vulnerabilidade civil adensa-se para os demais moradores que se declaram não envolvidos com o “mundo do crime”.

O sentimento de medo (e de insegurança) emerge nas narrativas de meus interlocutores vinculado às noções de *perigo e risco* que, supostamente, ameaçam o indivíduo e/ou seu grupo social em termos de sua integridade física, propriedade privada/patrimônio, autoimagem ou posição social, dentre outras situações emergentes. Se a experiência do medo pode ser tomada em sua dimensão de (quase) universalidade, por certo merece ser apreendida em suas configurações sócio-históricas e culturais distintas, conforme já anunciado nos estudos de Elias (1995; 1994) e Delumeau (1993), e reconhecidas nas singularidades das experiências dos moradores de áreas ditas periféricas desta cidade. O medo tem sido historicamente uma resposta dos agentes diante das situações cotidianas consideradas ameaçadoras e/ou perigosas na vida contemporânea, ganhando maior dramaticidade nos espaços urbanos periféricos do Brasil do século XXI. Assim, pensar sobre os *sentimentos de medo e de insegurança* nas cidades brasileiras contemporâneas parece um desafio inadiável diante de sua recorrência nos discursos e práticas dos cidadãos, sobretudo, dos residentes das margens urbanas que parecem significá-las também como *espacialidades do medo e da insegurança*. As configurações contemporâneas assumidas pelos sentimentos de medo e de insegurança lançam desafios ao viver nas cidades como *lócus* da convivência com a diferença, exercício da cidadania e uso dos espaços públicos, conforme problematiza Barreira ao refletir sobre o medo em nossa cidade:

Fortaleza, como muitas outras cidades contemporâneas, vivencia também uma história contemporânea do medo. Trata-se de um medo que se expressa de várias maneiras. Manifesta-se na recusa a praticar certas atividades e na busca de refúgio e isolamento. A cidade permeada pelo medo tem seus espaços públicos esvaziados e a frequência indesejada daqueles que são vistos como estando fora das experiências significativas de cidadania. O medo na cidade pode ser visto

como a incapacidade de dominar os códigos de convivência. (...) **uma lista imensa de interdições, já naturalizada pelos moradores urbanos, parece hoje fazer parte de um código não escrito, mas já sabido por todos. O medo hoje de habitar a cidade gera e fortifica princípios negativos de classificação.** O preconceito contra estrangeiros, negros, pobres e tantos outros suspeitos faz retroceder o sentido de diversidade do qual a cidade era o maior exemplo. Nesse momento é possível falar de uma outra violência nem sempre clara para o senso comum. **É a violência simbólica que opera de forma silenciosa e menos evidente. Ela é incorporada na forma de olhar o ‘desconhecido’, de evitar lugares tidos como ‘suspeitos’** (...). Na medida em que o medo gera o silêncio induz ao retraimento e ao conformismo. (...) Essa Lição finaliza com a ideia de que o medo, tal como hoje é experimentado no espaço urbano, é o próprio avesso da ideia de cidade e cidadania. (2011: p. 99; 102-103).

É indispensável, portanto, lançar um olhar crítico-interpretativo para o cotidiano destes moradores das margens de Fortaleza, sobretudo, quando significam seus espaços vividos como *espacialidades do medo e da insegurança*. Estes agentes encontram-se submetidos, via de regra, a processos adensados de mixofobia – o medo da mistura com os diferentes (alteridade exterior) no dizer de Bauman (2005) – alimentados por práticas de segregações socioespaciais inscritos na condição de *vida vulnerável*. Ultrapassar esta imagem homogeneizadora e desqualificadora de “*indesejáveis da cidade*” atribuída aos “*moradores das periferias*” e aproximar-me das dinâmicas sócio-culturais de seus espaços vividos se impôs como tarefa para compreender a produção dos sentidos e sentimentos que estes agentes atribuem a seus lugares habitados e a quem neles vive.

Nesta direção, os diálogos com moradores destes territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim permitiram apreender a categoria de experiência próxima de “*viver acuado*” que utilizam para traduzir parcela significativa de suas vivências nestes espaços urbanos. Na especificidade do Marrocos e do Mela Mela, quanto mais próximos de espaços atravessados pelas precariedades sócio-econômicas em contiguidade territorial com as práticas de violência urbana, os sentimentos de medo e insegurança expressos pelos interlocutores-moradores assumem dimensões complexas. Afloram, em suas falas, **os sentimentos de medo e de insegurança demarcatórios de um viver em risco**(KOWARIK, 2009). As práticas de violência urbana parecem confundir-se com as próprias existências destes moradores do Grande Bom Jardim, simultaneamente nas posições de suas *vítimas e/ou protagonistas*.

No Mela Mela, segundo declararam minhas interlocutoras, não existem espaços seguros e nem quem se sinta protegido. Mesmo quando não se encontram diretamente envolvidos com a criminalidade e/ou com o narcotráfico, qualquer um pode tornar-se um alvo em potencial de práticas violentas. Os jovens do sexo masculino são considerados alvos preferenciais da violência urbana em seus territórios, mas isto não exclui as tentativas de assassinato e/ou as execuções também dos adultos e idosos, bem como das mulheres, mães,

jovens, crianças, idosas no local. Durante minhas visitas a este território, jamais consegui entrevistar moradores do sexo masculino, independente da faixa etária. Somente algumas mulheres contatadas previamente por minha interlocutora-chave (Ariadne), receberam-me em suas casas, de maneira cautelosa, e aceitaram conversar comigo. A tática de limpeza moral foi recorrentemente utilizada para distinguir suas famílias dos ditos “perigosos” locais. Suas narrativas assumiram tons de desabafos e denúncias de seu viver cotidiano e, principalmente, de defesa e cuidado em relação a seus filhos crianças, adolescentes e/ou jovens.

Neste território, nem mesmo a casa é um lugar inviolável e protegido ao considerar as narrativas das interlocutoras sobre suas experiências e/ou de seus vizinhos que tiveram suas casas invadidas por policiais e/ou por membros de facções rivais. Ainda assim, o espaço doméstico (a casa) aparece como seu refúgio idealizado diante das condições de abandono do poder público, fragilidade e impotência relatadas pelas interlocutoras. A casa – e, por conseguinte, as esferas privada e da intimidade – transformam-se, cada vez mais, em *locus* de socialização e tessitura dos frágeis vínculos familiares e de vizinhança. A jovem Luziana (23 anos) reconhece diferentes experiências no uso da rua como espaço de sociabilidade durante sua infância e no presente neste território. Sua fala denota certo saudosismo com relação ao passado recente em oposição à vivência atual marcada por práticas de violência urbana e narcotráfico, que tornam seu viver cotidiano mais arriscado neste local de moradia. Segundo enunciou:

As relações com os vizinhos são boas. Tem contato uns com os outros às vezes quando vão um na casa do outro, passa um pedacinho, conversa ... É difícil sentar na calçada agora. É mais é dentro da casa da pessoa. Porque na calçada (dentro do beco mesmo) já tem pessoas que vende droga, que fica perto de lá, é pequeno né, aí a gente tem medo de vir alguém e aí acontecer alguma coisa... Ali dentro do beco não dá pra ficar na calçada. Tudo é dentro da casa. (...) Na minha infância não era assim não. Era bem diferente ... Não tinha tanta violência, tanta pessoa, assim, que usa droga, que vende. Não tinha tanta morte como tem hoje. *Tinha bem mais condições de ficar fora de casa, na rua. Agora, a partir de umas dez horas a gente costuma não sair mais de casa não. E mesmo mais cedo não costuma sentar fora não. É dentro de casa.* (...) O medo de alguém chegar, da pessoa dá um tiro, que nem já aconteceu muitas vezes, pega numa criança, pega numa pessoa que não tem nada a ver ... (Luziana, moradora do beco X/ Mela Mela, nas fronteiras entre os bairros Bom Jardim e Granja Portugal).

A esfera privada da casa opõe-se, desta maneira, ao *espaço público da rua* identificado como lugar por excelência de manifestação de uma violência difusa configurada em “*ameaça, risco e/ou perigo*”. A rua parece restringir-se à circulação rápida e cuidadosa, mesmo para os moradores que se afirmam sem envolvimento direto com o “mundo do crime”. As práticas de “*sentar nas calçadas para conversar*” ou de “*brincar na rua*” remetidas às imagens das “periferias” não desapareceram totalmente nestes espaços urbanos onde realizei minha pesquisa. Todavia, tornaram-se menos comuns, limitados a certos horários e realizadas

sob tensão, vigilância constante, cuidados redobrados, considerando-se por onde se anda e com quem se anda, o que se fala, com quem e quando.

A contiguidade territorial com as sociabilidades violentas e os riscos de tornar-se alvo de violências nestes espaços indicam, para estes residentes, a necessidade indispensável de aprender a (com)viver com o medo do sobressalto da violência que altera suas rotinas. E exige um certo *saber* silenciar, onde e/ou a quem evitar aproximações e/ou diálogos. O relato de Belinda enfatizou estes elementos do viver nestas margens urbanas:

*A gente vive aqui, não tem pra onde ir, não tem apoio, a gente tem que conviver aqui com tudo. Com tudo por cima de tudo, porque é assim. Aí a gente tem que viver com aquele medo. Você fica na sua, dentro de casa, sempre se escondendo, com medo, atenta a qualquer coisa. Fazer que nem a história: “é um olho no peixe, outro no gato”. Porque aqui, tudo pode se esperar, tudo, tudo na vida. Nada surpreende mais aqui, nem pra criança nem pra recém-nascido não surpreende mais. Aqui já teve muita coisa boa. Hoje não presta mais não. E nesse tempo que aconteceu isso, de arrombarem a minha porta e balearem um dentro da minha casa ... a minha casa só tem entrada, não tem saída ... Minha filha, eu fiquei desbundada. Fiquei **com medo**, com trauma de entrar dentro de casa. Dormia na casa dos outros, na casa da minha amiga, lá embaixo. Toda noite eu levava esses meninos pra dormir na casa dos outros, com medo de ficar dentro de casa. Aí ficava aquelas conversas “ah que eles vão voltar, que eles vão invadir, ah que agora eles vão matar”. Aí ficava com aquele medo, e é tanta pressão. (...) Aqui tem a aquele porém: **a gente não tem aquela liberdade, aquela autonomia de você falar muita coisa também, porque também já corre o risco de acontecer com você. Que a gente também não pode falar demais... O medo a gente vai fazendo como um gole d’água, vai engolindo aos poucos.** (Belinda, moradora do bairro Bom Jardim).*

Em síntese, os sentimentos de medo e insegurança relatados pelas interlocutoras sinalizam processos crescentes de isolamento, fragilização da comunicação, esgarçamento dos vínculos familiares e sociais, a reclusão ao espaço doméstico. Delineia-se uma tendência ao ensimesmamento do eu – com a prevalência de um *eu minimalista* e construção de uma *subjetividade autocentrada* (LASCH, 1999) – articulada ao enclausuramento no espaço da casa. E se os direitos civis – de livre expressão e de ir e vir – encontram-se comprometidos nestes espaços urbanos, é a própria liberdade individual que parece afetada.

Segundo Teresa, nos últimos dez anos, viver na região do Grande Bom Jardim – na especificidade de seu território – traduz-se em: “*viver em tensão. É a vida em constante tensão! É vigília! É tragédia! (...) É viver acuado! Acuado é viver sem liberdade, com medo. Aqui a gente vive com medo*”. Sua declaração antes de iniciarmos a entrevista gravada delineia sua versão sobre o viver nestes espaços urbanos, configurando um tipo de “acuamento” no território e, de forma contundente, no espaço doméstico da casa perante os sobressaltos da violência urbana, que os fazem sentir-se impotentes e paralisados pelo medo difuso. A narrativa desta senhora fala da vivência de insegurança, medo e reclusão à

residência ante o avançar do narcotráfico e a adoção de práticas violentas na resolução de conflitos pessoais e/ou sociais nestes espaços periféricos:

Antigamente, a gente sentava na calçada ... eu nunca gostei muito de calçada ... Toda vida eu trabalhei. Chegava, fazia minhas coisas dentro de casa. Quando botava a cabeça fora era só pra olhar e botar a cabeça pra dentro de novo e dormir. Mas tinha o lazer. Você tinha gosto de sentar, de conversar. Os meninos podiam brincar na rua, jogar bola... **Hoje em dia não pode mais! Qualquer hora acontece! Qualquer hora acontece!** De primeiro eu não sabia o que era um revólver. Eu, que estou com 44 anos, não sabia o que era um revólver. Não sabia o que era uma droga. Eu nunca tinha ouvido tiro pá, pá, pá ... E tudo isso hoje eu vejo, mulher! Eu vejo e eu fico morrendo! Eu fico morrendo, entendeu? **Porque a gente vê a pessoa se acabando ali e não poder fazer nada! Em frente à minha casa.** (...) Leila, quando foi ... Mulher, Ave Maria, eu não gosto nem de lembrar ... (visivelmente abalada!). Assim, eram umas onze e meia para as doze horas da noite, a minha filha tinha saído. Aí, ali na rua! Não tem aquela casa alta na rua que vai pra mamãe em cima e embaixo? Pronto! Ali naquela calçada. Quem vai subindo. (...) Isso já está com uns dois meses. Aí o que aconteceu, nós entramos em casa. Eu estava tirando a menina da rede pra colocar ela na cama. Leila, quando eu ouvi o pá, pá, pá Aí a minha outra filha mais nova ficou louca, gritando “mãe, estão matando o X. mais o H. (um primo e um amigo da entrevistada) porque só eles estavam na calçada”. Aí **a gente ficou acuada, nem podia abrir a porta, nem podia socorrer porque ninguém sabia quem era. Tinha que esperar pra ver o que ia acontecer.** Mulher, foi praticamente uns 20 tiros seguidos ... pei, pei, pei, pei ... Aí quando parou, nós abrimos a porta e ficamos brechando. Eles tinham corrido. Um dos caras, a pistola não tinha conseguido disparar. Deus foi bom e maravilhoso porque não era dia deles morrerem. Um a pistola não disparou. Só disparou a que estava na mão do outro. E ele não conseguiu matar nenhum. Atirou em todos dois, pegou em todos dois, só que não matou nenhum porque tinha que revidar um para o outro. Eu digo revidar assim: ou matava um, ou matava o outro. Pra não deixar nenhum sem ter nenhuma sequela, baleou os dois, mas não matou. Aí, quando passou tudo, fomos atrás de ver onde é que eles estavam, o que tinha acontecido. Um, encontramos lá no curral de vaca, o braço todo esfacelado do tiro da pistola e um tiro na barriga. Aí veio o SAMU, com a demora toda que tem. E a polícia ainda mangando. Porque só o que o Ronda do Quarteirão faz é mangar. (...) Aí, é assim as dificuldades de viver no Bom Jardim, né? (Teresa, moradora do Mela Mela, nas fronteiras dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim).

A contiguidade territorial com práticas violentas nestes territórios parece encarnar uma “*banalização do mal*” na perspectiva de Arendt: as entrevistadas sinalizaram uma incapacidade de julgamento e ação, por vezes, silenciadas e paralizadas diante do medo difuso que não encontra resolutividade ao recorrer à figura do Estado e à sua instituição policial supostamente garantidora de “*segurança*”. Continuo com o relato de Teresa sobre seus sentimentos com relação ao seu local de moradia articulados à dinâmica do “viver acuado” nestas margens urbanas, a saber:

Eu me sinto acuada. Acuada é com medo, porque se eles vendem drogas lá e não paga e querem uma parte, **a gente também está sujeito a tudo. Como mataram a menina** (assassinato de criança de dois anos no Alto Alegre, moradora do Bom Jardim e conhecida da entrevistada) **sem merecer, sem dever, sem nada, entendeu? Quer dizer, que eles vêm atrás de uma pessoa, não encontra ou não consegue, mata quem está com ele ou conhece ele. O medo que eu tenho é esse! O medo que eu tenho é esse!** Eu saio para trabalhar, mas é com o pensamento em casa. Quando o telefone na D. Francisca (a patroa) toca, eu já fico ... (olhar parado e silêncio) de orelha em pé, não vou mentir! Eu penso de meu filho morrer, de uma bala perdida pegar na gente. Me lembro de terem matado minha amiga (mãe da criança supracitada, também assassinada em agosto de 2010 na parada de ônibus do Bom Jardim). (...) Eu nunca recebi ameaça de morte não! Graças a Deus e O Senhor Jesus nunca é de permitir. **Ameaça é só dessas coisas que acontece, a gente tem medo de bala perdida, de tiro, de morrer de graça mesmo.** Mas de chegar e dizer: “você é isso, aquilo, Eu vou lhe matar!” Não! **A gente vive na insegurança. Viver na insegurança é você não ter com quem contar né.** (Teresa).

Os relatos de Tereza assinalam os traços de um “*viver acuado*” que parece condensar as situações cotidianas de vulnerabilidade civil (KOWARICK, 2010) destes residentes do Grande Bom Jardim, em sua dinâmica radicalizada nas suas “favelas” consideradas os espaços “mais perigosos” dentro desta região publicamente visualizada, até então, como uma das mais “perigosas” de Fortaleza-Ce e, portanto, a serem socialmente evitados. A expressão nativa “*viver acuada*” assinala as sensações de quem se considera *sem saídas* e em situação de isolamento e abandono diante da violência difusa e indiscriminada advinda do aparato estatal, seja pelas precárias políticas públicas sociais, seja pela atuação discriminatória e violenta da polícia; e/ou de grupos rivais envolvidos em práticas criminosas (com destaque ao narcotráfico), a quem os narradores denominam “*facções do lado de cá e facções do lado de lá*”. Tais imagens e sentimentos de medo e insegurança – condensados neste “*viver acuado*” e vinculados às noções de perigo/ameaça – constroem-se e se retroalimentam numa relação direta com a insegurança socioeconômica e civil cotidianamente vivenciadas pelos moradores do Grande Bom Jardim. De um lado, a negação e/ou a precariedade do acesso a seus direitos civis e sociais encarna uma situação de vulnerabilidade socioeconômica e civil (KOWARIK, 2009), reportada à frágil presença do Estado de direito nestas localidades, em processo avançado de metamorfose em administrador/gestor de conflitos e urgências do social (FELTRAN, 2011; TELLES, 2010), na versão à brasileira do Estado assistencial-punitivo. De outro, a presença do “*mundo do crime*” passa a fazer também a “*gestão da segurança*”, tensionando e disputando legitimidade com atores e instâncias considerados legítimos na periferia da cidade (FELTRAN, 2011), inclusive com a própria polícia, em franco descrédito nestes espaços urbanos na ótica de meus interlocutores. A gestão ariscada e instável da vida nestas margens urbanas parece cada vez mais remetida aos próprios indivíduos na versão de *vida nua* – vida desqualificada, insacrificável e matável – desta metáfora contemporânea do *homo sacer* traduzida na figura aviltada do “morador das periferias” em condição de pobreza.

O “*viver acuado*” nestes territórios parece delinear a face da *cidade nua*, segundo a concepção de Agamben (2004), encarnada nas “periferias” de nossa metrópole e na qual se projeta este *homo sacer* contemporâneo. Na *cidade nua* encontra-se *o seu habitat*: as periferias e/ou espaços de “favelas”. Estes agentes vivenciam uma *vida nua (zoe)* em sua dimensão de *vida desqualificada, precarizada e abandonada (entregue ao bando)*, conforme delineado por Agamben (2004) e Butler (2009). É a *vida nua* ou *zoé deste homo sacer do século XXI* reduzida à pura sobrevivência biológica posta sob a “*(des)proteção*” do Estado

que, simultaneamente, a converte em vida precária, vulnerável e exposta ao direito do soberano de “*fazer viver e deixar morrer*”.

Abre-se a possibilidade de considerar este *homo sacer* em sua dimensão de *vida desqualificada e abandonada* em relação ao qual qualquer homem pode comportar-se na condição de soberano capaz de exercer o direito de “*fazer morrer*”, sem cometer um delito. Nestas condições, sob a simbolização contemporânea do *homo sacer e/ou de uma imagem do “inumano”* (BUTLER & CAVARERO, 2007), a figura do “*morador da periferia/ de favelas*” encontra-se absolutamente exposta não só às ações dos “outros” em seus territórios vividos, aqui representado pelos grupos criminosos atuantes nestas margens. Estão submetidos ainda à violência de um “outro” encarnado, contraditoriamente, no Estado, que deveria garantir-lhes as seguranças civil e social como direitos de cidadania.

Este poder soberano estatal de “*fazer viver e deixar morrer*” resguarda a possibilidade de provocar a morte simbólica ou real destes considerados e homogeneizados como os de “*raça ruim*”, fora da norma e da ordem, “*inimigos*”, “*degenerados*” e “*perigosos à população e à ordem instituída*”, ou seja: autoriza tacitamente tanto o extermínio direto de suas vidas (resguardando o exercício do poder de “*fazer morrer*”), como as formas de extermínio indireto capazes de expor ou potencializar os riscos de morte biológica, política e/ou social. Em verdade, dentre os meus interlocutores residentes em espaços ditos “*periféricos*” e “*hiperperiféricos*” de Fortaleza-Ce – em evidência *a favela como exemplo radical do universo da periferia* (FELTRAN, 2011) – há os que se sentem “*deixados ali jogados para morrer, para se matarem*”²³⁴, para retomar aqui a fala de uma interlocutora residente no Mela Mela. Eis a figura do *homo sacer* contemporâneo, cuja vida encontra-se *abandonada* em certos territórios de nossa metrópole: refiro-me aos habitantes das margens em seu sentido exacerbado na experiência do “*viver acuado*” nas ditas “*favelas*” do Mela Mela e do Marrocos, imersos em situações de *vulnerabilidade sócio-econômica e civil* (KOWARICK, 2009).

Nestes espaços urbanos, mesmo quando os indivíduos encontram-se *incluídos* formalmente no âmbito jurídico-político da cidadania, permanecem, de fato, *excluídos*, involuntária (por motivos sócio-econômicos) ou voluntariamente, conforme já anunciado na instigante reflexão de Agamben (2004). Espaços passíveis de converteram-se em um lugar

²³⁴ Fragmento de entrevista concedida por moradora da região do Grande Bom Jardim em novembro de 2010 ao referir-se aos episódios em que a polícia é chamada a “sair de cana” nestes territórios para que os grupos criminosos possam agir quando se propõe a “fazer a limpeza na área” e/ou promover a “matança” com relação aos seus inimigos. Segundo esta interlocutora, em alguns casos, os “vagabundos-bandidos” de sua área avisam aos policiais responsáveis pela área que irão “agir” - cobrar dívidas de tráfico, invadir outras áreas rivais e/ou cometer vinganças - e constroem acordos tácitos para que, nestes momentos, a polícia mantenha-se afastada.

onde “*tudo torna-se possível*”, até mesmo escolher quais vidas “*merecem viver*” e quais “*merecem ser deixadas para morrer*”. Explícita, assim, uma ambígua relação na qual a biopolítica²³⁵ (política sobre a vida biológica) pode transformar-se em tanatopolítica²³⁶ (política sobre a morte) sempre que o Estado identificar, supostamente, uma situação real ou potencial de *perigo* ou de *riscos produzidos* na contemporaneidade e se propuser a agir violenta e indiscriminadamente em nome da “*segurança da população*”. (FOUCAULT, 2006, 2008; AGAMBEN, 2004; GIDDENS, 2010). Esta tem sido uma condição identificada, muitas vezes, nas experiências dos narradores em condição de pobreza e residentes em bairros periféricos em Fortaleza, na especificidade destes territórios do Grande Bom Jardim, parece-me, reafirmo, paradigmática.

²³⁵ Segundo Foucault, a biopolítica consiste em tecnologia/forma de exercício do biopoder. Este autor delinea o momento de produção do biopoder, na segunda metade dos séculos XVIII e XIX, no qual a vida passou a sujeito-objeto do Estado de governo e da sua técnica de *polícia*, apontando a transformação da política em biopolítica. Trata-se de um exercício do poder (o biopoder) voltado à *gestão da vida ou poder sobre a vida* em duas formas: a “*anátomo-política do corpo*” ou Iorgano-disciplina da instituição (mecânica do poder sobre o homem-corpo/ poder disciplinar) **entrecruzada à “biopolítica da espécie humana” bio-regulamentação estatal** (mecânica do poder sobre o homem-espécie ou população/ regularização das populações), para usar aqui os termos foucaultianos. Foucault anuncia, assim, o nascimento da biopolítica ao ressaltar que: (...) **os processos de vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los** (...) deveríamos falar de *biopolítica* para designar o que faz com que *a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, efaz do poder-saber um agente de transformação da vida humana*. Não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominam e a gerem; ela lhes escapa continuamente. (...) Mas, o que se poderia chamar de ‘limiar de modernidade biológica’ de uma sociedade se situa no momento em que *a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas*. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; **o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão** (2010: p. 156; grifo nosso). Nesses moldes, o biopoder passa a ser exercido, sobretudo, pelo Estado moderno e pela tecnologia da biopolítica centrada na vida e no homem enquanto ser vivo (espécie vivente). É a vida humana – em seu sentido biológico – a *pedra de toque* da política moderna, capaz de processar um tipo de *politização, estatização ou regulamentação da vida da população*. Para Foucault (1999; 2010), o efeito histórico desta *tecnologia de poder centrada na vida da população* (biopolítica) foi a constituição de uma *sociedade normalizadora* (ou de normalização) na qual a *lei* tornada *norma* (o “discurso verdadeiro” e seus efeitos de poder) estrutura-se em instituições e mecanismo de caráter regulador da vida social. Nesta sociedade, entrecruzam-se a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Estes dois pólos do biopoder foram responsáveis pelos processos de regulação social indispensáveis ao desenvolvimento e maximização do capitalismo. E a prevalência da biopolítica parece abrir espaço para a **regulamentação e/ou gestão técnica da vida social** na qual as possibilidades de política como criação de novas possibilidades de viver parecem minimizar-se.

²³⁶ Na perspectiva do biopoder, a biopolítica pode converter-se em tanatopolítica sempre que o Estado identificar uma situação real ou potencial de *perigo* ou de *riscos produzidos*. É a própria noção de *Estado de direito moderno* convertido em *Estado de governo* que se encontra posto em xeque nesta discussão. Em primeira instância, este Estado parece traduzir-se em técnicas políticas de controle e administração da multiplicidade da vida, ou melhor, uma forma de *governar condutas* expressa na configuração da biopolítica como tecnologia de biopoder. Afinal, no momento em que a *vida* passou a objeto de *valor e de desvalor* fundante da (bio)política, o poder incide sobre os *seres vivos* – ou sobre as vidas nuas e/ou zoé, no dizer de Agamben (2004) – tomados em sua dimensão biológica, e não sobre os sujeitos de direitos e sua *biós* (vida qualificada) na esfera da política. Neste percurso, a biopolítica pode encontrar-se ambigualmente com a tanatopolítica, de maneira a pôr em questão (ou em risco) vidas humanas em nome de uma suposta defesa da sociedade ou da vida da população. As distinções entre *polícia* e *política* tendem a desaparecer. A política declina em biopolítica. E a *polícia* torna-se a encarnação desta (bio)política. Na interpretação de Agamben (2004), esta conversão significou que a tutela da vida coincidiu com a luta contra o inimigo (interno ou externo) realizada contra os *perigosos para a vida da população e em defesa da sociedade*, materializando-se no biopoder estatal.

Vidas liminares submetidas ao *estado de exceção* no qual todo o ordenamento jurídico-político pode ser suspenso e a máxima do “*tudo se torna possível*” parece, de fato, em vias de materialização nestes territórios. Segundo enfatiza Agier (2011: 40), esta configuração da *vida nua* (zoé) remetida aos *espaços urbanos às margens do Estado* encontra-se, na imagem pública das “favelas”, “*(...) fora de qualquer reconhecimento de uma biografia social, local, política que se realiza num espaço específico, ou em espaços múltiplos que a põe à parte*”. Nestes espaços urbanos, o dito estado de exceção restringe e nega direitos democráticos, sob o pretexto de salvaguardá-los ou mesmo expandi-los (SANTOS, 2009). Se, por um ângulo, uma dimensão da ordem democrática pluralista parece trivializada, a política desacreditada e a vida passível de eliminação em nome de sua preservação (tanatopolítica); por outro, a democracia liberal, a cultura hiperindividualista e o recurso à violência física como forma de resolução de conflitos parece fortalecer-se por dentro destes territórios em tempos contemporâneos.

Em meio a este “*viver acuado*”, “*sujeito a tudo*” e “*não ter com quem contar*” declarado nestes fragmentos das margens de Fortaleza, adensam-se as desconfianças e mútuas acusações entre os moradores. Esta condição de medo e insegurança tende a fragilizar seus vínculos de vizinhança e ampliar a sensação de solidão, isolamento e abandono, mesmo entre os seus supostos (des)iguais “*semelhantes*”. Segundo relatos de moradores, qualquer um pode tornar-se a próxima vítima a ser exterminada (a figura do *homo sacer*). Na mesma proporção que *qualquer um* – inclusive aqueles jovens no “*mundo do crime*”, embora *conhecidos desde criança*, que falam com seus filhos e dizem “*com você é limpeza*” – podem tentar matá-los, aos seus familiares, “amigos” e/ou vizinhos, segundo afirmou a interlocutora Teresa em relação à primeira tentativa de assassinato sofrida por seu filho: “*Aí, de repente, o cara vem e papoca fogo, sem você saber qual é o motivo. (...)*”. Conforme alertou Feltran (2011), o “*crime*” expande-se para além de “*práticas criminosas*” nestas periferias contemporâneas. Portanto, não é preciso estar “*envolvido*” diretamente com as disputas por territórios de drogas ou demais práticas criminosas, pois as redes de relações próximas estabelecidas no lugar podem transformar-se em motivo para ser exterminado.

Assim, é comum registrar a privação do direito à liberdade de ir e vir dentro e entre os microespaços circunvizinhos dos moradores com parentes em “*territórios rivais e/ou com inimizades*” entre si. Eles evitam visitar seus familiares e amigos pelos *riscos/perigos* de estar no espaço público da *rua* e, principalmente, atravessar as fronteiras físicas e simbólicas demarcadas nestes locais pelos grupos criminosos rivais. Se existe o envolvimento de familiares e/ou amigos com a criminalidade local, os riscos de atravessar fronteiras tornam-se

mais intensos, constituindo-se em verdadeiras *zonas proibidas* para estes interlocutores. É esta a situação vivida por Luziana, residente das fronteiras dos bairros Bom Jardim e Granja Portugal: sua irmã mais nova convive maritalmente com rapaz envolvido com o narcotráfico da região e os dois se encontram “*jurados de morte*” caso retornem ao local. O rapaz já sofreu duas tentativas de assassinado, ficou paraplégico e reside com a companheira em outro bairro de Fortaleza. Estas pessoas encontram-se privadas não só do direito civil de ir e vir, senão também da manutenção dos seus frágeis vínculos familiares e de vizinhança que foram forçados a abandonar. Os encontros familiares tornaram-se rarefeitos por significarem, nestas circunstâncias, “*risco constante de assassinato*”. Luiziana e os seus familiares que permaneceram no Bom Jardim também se sentem tacitamente “*proibidos*” de atravessar para o “*lado de baixo*” do território, no qual residem os ditos “*inimigos*” de seu cunhado e, em decorrência, de sua família. Ela, em particular, deixou de encontrar-se com amigos (as) moradores (as) destas áreas porque tem medo de “*morrer por engano, morrer de graça*”, pois a consideram fisicamente parecida com sua irmã.

São fragmentos de vida e de situações que auxiliam a tentar interpretar este “*viver acuado, viver com medo, viver na insegurança, sem ter com quem contar*” nestes territórios situados na região do Grande Bom Jardim. Ignorar fronteiras físico-simbólicas e as regras do lugar pode redundar em maior exposição aos “*perigos da rua*” e, no caso dos envolvidos diretos com a criminalidade local, resultar em assassinatos sumários tão recorrentes nestes espaços urbanos. Destaco aqui o caso da jovem amiga de Teresa (assassinada em agosto de 2011) companheira de um líder do tráfico de drogas local (também assassinado em maio de 2012) que, embora proibidos de retornar ao Mela Mela, não respeitaram estas “*regras*” e foram punidos com tentativas de assassinatos e posterior execução sumária do casal em períodos distintos.

As narrativas e experiências de parcela dos interlocutores reiteram os sentidos atribuídos aos seus territórios como *espacialidade do medo e da insegurança*, com efeitos pessoais e sociais consideráveis ao seu viver cotidiano. Nestas circunstâncias de permanente tensão, insegurança e risco a que se encontram submetidos, aprofundam-se algumas tendências identificadas no trabalho de campo: ao isolamento e à hiperindividualização destes residentes dentro de seus territórios; a um tipo de cerceamento e/ou enclausuramento dos moradores no espaço privado da casa e ao evitamento do espaço público da rua; à fragilização dos vínculos de vizinhança e, mesmo, familiares; às relações marcadas por desconfianças em relação aos “*outros*” do lugar, considerados “*suspeitos e inimigos em potencial*”. Os relatos abaixo parecem emblemáticas de tais tendências:

Aqui é assim, é cada um no seu canto! É como aquela música: cada um no seu quadrado... a gente vê assim essas famílias aqui, a gente não se envolve. Se envolve mais quando é família, com a família da gente. É assim! A gente vive aqui na minha mãe, quando a gente não está aqui, está cada um na sua casa, a gente vive assim. (Belinda, moradora da rua Luminosa, bairro Bom Jardim)

Tem tudo que não presta tem aqui. Às vezes vem um arrumadinho, a gente pensa que é uma pessoa mais assim ... (risos). É sério, ***a gente tem que desconfiar de tudo!*** Eu não abro esse meu portão e recomendo aos meus filhos, que não abram o portão. É cadeado no portão e pergunte o que quer. Não abra se não sabe quem é, não abra! (...) Por isso que eu vivo dizendo pro meu adolescente sempre saber aonde entra, aonde sai, saber com quem fala, porque ***não dá pra você achar que tem um amigo não, você diz que tem um amigo, mas ao mesmo tempo você tem que saber que aquele ali pode ser inimigo.*** É assim que a gente vive numa sociedade dessa, tanto faz ser aqui como na Aldeota, qualquer um. (Ana, moradora no Mela Mela, nas fronteiras entre os bairros Granja Portugal e Bom Jardim).

Os direitos à fala e à autonomia individual ficam comprometidos em função da dinâmica da violência urbana e de uma correlata “*lei do silêncio*” imposta nestes espaços urbanos. Se a violência difusa impõe esta “lei”, também os seus efeitos criam as possibilidades de sua ruptura. Rupturas, no entanto, individualizadas e abruptamente protagonizadas, via de regra, por *mulheres-mães* em suas explosões de *dor transformada em sofrimento* (BIRMAN, 2006) diante dos corpos assassinados de seus filhos quando denunciam, no espaço público (da rua) e diante da mídia televisiva, os possíveis assassinos e pedem que a “*justiça seja feita*”. Experiências de perdas cotidianas transformadas em denúncias-entretenimento e tantas vezes repetidas que, fazendo desaparecer os seus sentidos, eternizam as imagens em espetáculos midiáticos tão comuns em Fortaleza conforme reproduzidas em nossos programas televisivos “*policialescos*”.

Para outras, todavia, como no caso de minha interlocutora-chave – cujo filho foi assassinado no último dia 28/07/2012 – mantém-se o silêncio, a dor e a descrença nas instituições estatais, em especial, de “*segurança pública*” e na “*justiça*”. Apesar de deter informações sobre quem matou seu filho, preferiu o silêncio e reafirmou o que havia me dito em entrevista realizada em 2010: “*polícia não faz nada. Só Deus pra resolver. Polícia não faz nada. Eu entrego a Deus. Não vou procurar vingança não (...) Justiça para pobre não existe ... aliás, existe, põe na cadeia e esquece. E pra mim, justiça não é nada! Eu não gosto de nada de justiça! É muita confusão.*” (Teresa, 29/07/2012). O descrédito em relação à ordem e às instituições estatais, com destaque para a chamada “*polícia comunitária*” (Ronda do Quarteirão) e a “*justiça*”, parece fortalecer as recorrências à prática de vinganças e/ou de “*fazer justiça com as próprias mãos*” presente nestes territórios, não limitadas às ações do narcotráfico, segundo ressaltou uma de minhas interlocutoras:

Apelar pra quem? A gente liga, o pessoal liga para os distritos e não resolvem nada! A gente denuncia e nada acontece. Justiça, só a de Deus! Por isso que o povo se arma e faz justiça com

as próprias mãos ... No dia da chacina aqui, nós estávamos na porta de casa. Chegaram dois homens numa moto e saíram atirando. Mataram gente que a gente conhecia desde quando nasceu. Tinha dois que estava metido no trampo. Eram nossos amigos ... A menina que morreu, a F. vivia lá em casa. Mataram gente inocente ... Mataram outro em frente a minha rua. A coisa está só piorando! ***Ninguém se mete, com medo de levar também. Porque somos todo dia ameaçados.*** (...) Se alguém estiver apanhando, quem for se meter e falar contra, pode ser preso por desacato [à autoridade]. Os policiais que fazem ronda ficam marcando quem não baixa a cabeça e prometem pegar a gente. Eles chegam na rua e se nós tiver na calçada manda tudo pro paredão pra fazer a busca [de armas e drogas]. Eu disse que num ia. Estava sentada na porta da minha casa. Ele (um policial do Ronda conhecido na área) ficou me ameaçando. Passa no carro do Ronda e fica olhando ... (Ariadne, jovem de 24 anos. Reside no Bom Jardim desde que nasceu).

Em síntese, dentre os efeitos sociais dos supracitados processos em curso nestes microespaços em estudo, destaco que a alternativa à organização e lutas político-sociais por parte de seus moradores parece cada vez mais impotente segundo as versões de parte de meus interlocutores. Embora haja referência a uma associação de moradores reconhecida por órgãos do poder público (SER V, 2011), no Mela Mela, os seus residentes com os quais conversei não a legitimam e nem à sua presidente. Suas reivindicações e/ou denúncias quando levadas ao espaço público são feitas individualmente e dirigidas à mídia, com destaque para os programas policiais. E o recurso à violência física predomina como a possibilidade de resolução dos conflitos pessoais, sociais e políticos postos no cotidiano destes residentes nas margens urbanas de Fortaleza.

No caso específico do Marrocos há tendências semelhantes às então pontuadas no Mela Mela. Contudo, apresenta singularidades e ambiguidades encontradas dignas de explicitação acerca dos sentimentos em relação ao lugar na ótica de seus moradores. Destaco, em primeira instância, as semelhanças em relação ao território anteriormente focado: os sentimentos enunciados pelos interlocutores sobre seu lugar habitado denotam uma visibilidade negatizada e de desvalorização deste microespaço construída a partir das suas experiências com as práticas de violência urbana e com a precariedade sócio-econômica. Parte de meus interlocutores reproduz a má fama do Marrocos dentro da região do Grande Bom Jardim e do bairro Bom Jardim, considerado o “***viche do viche!***”, ou seja, um lugar “***perigoso dentro do perigoso!***”, para usar a linguagem nativa. Neste microespaço, o estigma do local de moradia parece fortalecido no imaginário de parte de seus residentes, de acordo com os relatos abaixo:

Medo, assim, aqui é uma área perigosa e o pessoal aqui mata gente por nada... Às vezes acontece da pessoa tá dentro de casa, a pessoa chega atirando, o que acontece, né? De matarem aqui não, aqui não, eu nunca ouvi falar. Depois que eu estou aqui, não. Mas é **perigoso**... Às vezes mata. Não está com quinze dias que mataram um ali, balearam ele..., é, sempre matam, sempre matam.... ***E a polícia aqui não é constante, você vê dificilmente..., a viatura do Ronda passa, mas passa, vai direto, vem, é difícil reprimir um pouco, né?*** (...) ***Eu não tenho sentimento nenhum***

por aqui, sabe por quê? Por causa dessas coisas, o Bom Jardim, aqui chama Marrocos, isso é o Grande Bom Jardim, acontece umas coisas que *a gente fica até desanimado*. O que acontece que me deixa *desanimadosão os roubos, é um atirando no outro, aquela confusão...* (Sr. Manuel, 64 anos, morador do Marrocos)

Eu não moro aqui por opção, moro porque não tenho pra onde ir, se tivesse, eu arrumava as coisas, ia me embora. Eu não gosto daqui não, aqui é muito ruim. Sei lá, eu não durmo aqui não, de noite, ninguém dorme, passo a noite todinha agoniada, *com medo do povo tocar fogo na casa*, porque como eu estou aqui, meu irmão estava em casa, aí também acusaram ele, aí foram embora, mas se eles voltarem, tiver só nós mulher, eles tocam fogo. **Eu tenho medo**. Eu dormia aí, dormia só, porque a minha mãe estava com a mulher dela, a minha irmã caçula nunca perturbaram, porque era direto só usando droga... Ela tem quinze anos. Mas ela usa droga desde os oito anos. ... **Vivo em casa, não tenho condição de sair, trancada direto, é tudo no cadeado, tudo na grade...** Ave Maria, eu (silêncio breve) Eu fecho os olhos eu vejo dentro de casa, quando tocaram fogo em casa, eu pensei que era minha irmã que estava pegando fogo, aí pulei pra acudir minha irmã, eu dormindo na cozinha lá de casa, aí fiquei **com medo**, e eu sou doente, qualquer coisinha, eu tenho epilepsia... Eu não tomo remédio. De repente, dá e ... (Gabriela, 24 anos, família envolvida com tráfico e uso de drogas no Marrocos. Atualmente reside em outra localidade da região do GBJ).

O sentimento de medo recorrente nas falas traduz-se em sinônimo de perigo e/ou ameaças consideradas imprevisíveis e incontroláveis associadas às manifestações da violência urbana, sobretudo, tiroteios, assassinatos, assaltos e/ou roubos ocorridos na localidade e no entorno. Vinculados ao sentimento de medo, os narradores falam da *tristeza, desânimo e de desgosto* por conviverem com estas situações de violência urbana que redefinem suas rotinas, fragilizam seus vínculos familiares/sociais e impõem-se como um risco constante a si, a suas famílias e à dissolução de seus lugares praticados.

No caso das mulheres-mães há considerável preocupação com a possibilidade de seus filhos envolverem-se com a criminalidade local, sobretudo, o narcotráfico e/ou o uso de drogas ilícitas. O sentimento de medo vem, assim, articulado aos riscos e/ou perigos com relação aos seus filhos em termos da violência urbana local e das relações de “amizade” com certos tipos sociais considerados “*perigosos*” no território. Maria relatou encontrar-se em constante situação de tensão e em alerta diante dos riscos dos filhos “*se misturarem com quem não presta*”, sendo estes um dos motivos alegados para mudar-se deste espaço urbano. Nas suas expressões, afirmou em nossa entrevista:

*Mulher, eu vivo por que enfim..., mas eu não gosto não, não vou mentir. Meu sentimento aqui é de **medo**. Eu sinto muito desgosto, não vou mentir. Porque eu não gosto*. Não sei se é porque eu não estou acostumada. Eu estou acostumada a morar em bairro... (Considera o lugar uma favela). Claro que ali é um bairro que faz parte do Bom Jardim, mas são as ruas asfaltadas, né? Nunca morei em casa de taipa, sempre morei em casa de tijolo, sempre tive minha casinha bem arrumadinha... E aqui é de taipa. (...) *Tem dia que me dá um desgosto tão grande... você viver num lugar deste, morar com medo ...O quê? Medo das balas, dos ladrões. Você não pode sair da casa e deixar sozinha não*. Não é todo o mundo que é assim não (...) Olha, eu não gosto mais daqui por causa dos meus filhos, que eles não gostam. E aí eu fico pensando assim, eu crio meus filhos num lugar que eles não gostam, não tem lazer nenhum, não tem amizade com ninguém, **não pode se misturar com qualquer um, não pode jogar uma bola acolá em paz, não tem nada pra fazer aqui, num lugar desse aqui. (...) Parei de trabalhar por causa que eu não (pausa) não confiava de deixar eles só, aqui. Meu marido passa o dia trabalhando e eu, não estando eu casa, *fico imaginando eles se misturando, está entendendo? Meu medo é esse: se misturar com quem não presta* (...) Tem muitos meninos aí, menor que esse daí (apontando para o filho de 10 anos),**

que faz coisas que até o cão duvida. Tem meninos desse tamanho aqui que faz coisas que você fica besta. *A vontade, a vontade de ir embora daqui é grande. Se eu arranjasse quem comprasse, já tinha vendido* (Maria, moradora do Grande Bom Jardim; grifo nosso).

A exposição constante à violência urbana em espaços urbanos considerados “perigosos” tem apontado para o comportamento de vigília constante destas mulheres/mães/avós em relação a seus filhos, produzindo mudanças em sua rotina que pode chegar ao extremo do abandono de seus trabalhos para estar em casa e poder “cuidar” deles. Na primeira localidade visitada (Mela Mela), foi recorrente, nas falas de interlocutoras, esta atenção redobrada à rotina dos filhos no intuito de evitar que sejam “adotados” pelo tráfico, segundo explicitado na enunciação de Ana:

E aqui, os filhos da gente a gente tem que está atrás. Tem que ter quatro olhos, porque eles usam aquela tática, que dá para experimentar até viciar, sabe? Esse meu aqui eu estou em tempo de ficar doida. Eu sufoco ele. Ele sai, eu vou atrás... Eu tenho só dois. Ele sai, eu vou atrás. Se ele entra nesse beco aí, quando ele chega, eu já chego atrás. Eu estou em tempo de pirar o cabeça e pirar o menino também, mas é porque é assim. *Em relação a filho, aqui é assim: se você não cuidar do seu filho, se você que é mãe de ir atrás do seu filho, eles vão atrás e adotam seu filho, tá entendendo. A violência, tudo que acontece, eles adotam seu filho, se tornam a mãe no lugar da própria mãe* (Ana, mãe, desempregada, moradora da rua Luminosa no bairro Bom Jardim).

Em última instância, estas interlocutoras alimentam a vontade constante de “*ir embora*” e algumas terminam por realizar seus deslocamentos em busca de melhores condições de vida em áreas mais urbanizadas e consideradas “*menos perigosas*” dentro da região do Grande Bom Jardim. No caso do Marrocos, encontrei moradores que haviam retornado para a localidade fazia poucos meses e já falavam em sair novamente. É a situação vivenciada pela jovem Gabriela que, como Maria, também passa tempos fora da localidade. No entanto, seus motivos relacionam-se ao seu envolvimento e de membros de sua família com a criminalidade e narcotráfico locais. Os riscos iminentes dos conflitos violentos entre facções rivais invadem o cotidiano desta família e torna seus membros alvos de tentativas de assassinatos constantes somadas às frequentes perseguições e operações policiais. Esta interlocutora parece dividida entre a responsabilidade em “*cuidar*” dos irmãos (mais novos) envolvidos no narcotráfico e suas tentativas pessoais de não reincidir no vício do crack e em atividades no narcotráfico. Alimentava o desejo de reaver a guarda de dois de seus filhos, atualmente em abrigo público. E vivia em deslocamentos entre sua moradia no Marrocos e outras localidades da região, incluindo sua passagem de seis meses pelo presídio feminino.

No caso destes residentes com experiências de violência urbana e/ou o narcotráfico local – de uso ou tráfico de drogas ilícitas, familiares envolvidos com a criminalidade local ou com vítimas de tentativas de assassinato ou homicídios – os

sentimentos de medo parecem adensados e o desejo de fugir do local é reiterado em suas narrativas e nas práticas de saídas e retornos frequentes na região. A experiência de Juliana, que vive maritalmente com um “trabalhador” e usuário de drogas, auxilia a pensar sobre as ambiguidades discursivas destes moradores do Marrocos ao falarem de seus sentimentos em relação ao seu local de moradia. Ao referir-se ao Marrocos, esta interlocutora enfocou os sentimentos de medo difuso e da esperança de melhorias da infraestrutura urbana. Sob seu ponto de vista:

*Viver aqui é com muito **medo**, né m.? (riso) Ora, é dormir com um olho fechado e outro aberto. De dia não, mas quando da de noite, quando dá cinco horas aqui eu entro em desespero...**Medo** de quê? Sei lá, tem alguma coisa aqui que me dá **medo**. Aqui até durante o dia, a gente que ficar alerta, por que quando começa tiroteio aí... Tenho **medo de alguma coisa, tem minha filha, que eu não sei o que é** ... Os tiroteios pararam mais esses dias, né M? Tem dias que pára, aí quando começa... Mas não é por aqui não, é lá pra dentro... Lá pra dentro, já chegando na Favela do Urubu. Viver aqui com tanto **medo** é só com a minha fé que eu tenho em Deus, e as minhas orações todo dia, antes de eu me deitar, eu peço a Deus para proteger minha casa, minha rua, meus vizinhos, minha família, a proteção de Deus. (...) **Meu sentimento, eu tenho esperança de um dia aqui ser calçado, vir mais gente morar aqui**. Porque meu marido fala pra mim que ali no Canindezinho era pior que aqui, que ele acompanhou né a invasão de lá. Ele disse que era pior que aqui. Hoje lá é um lugar assim, lá no Canindezinho, calçado né, muita casa. No Canindezinho, aonde meu cunhado mora, eu considero melhor do que aqui. Mas a Favela do Urubu, acho a mesma coisa. (Juliana. Mudou-se do Marrocos no início de 2012 e reside atualmente em outra localidade do bairro Bom Jardim).*

Mesmo em nossas conversas mais reservadas (em 2011), Juliana manifestava muito cuidado e relutância no falar sobre si e/ou sobre vizinhos. Tentava distinguir-se moralmente superior ao comparar-se com os demais moradores do Marrocos, denominado por ela de “*favela*”. Escondia informações sobre situações de violência ocorridas na área, embora já fossem de domínio público no campo das “*fofocas*” locais às quais eu tinha acesso. Demonstrava medo de deslocar-se por determinados fragmentos deste território e evitava, ao máximo, sair sozinha comigo em público, principalmente, se houvesse jovens do tráfico por perto. Além de medo, manifestou sua esperança de ver melhorias de infraestrutura urbana no Marrocos, comparando-o a outros espaços da região que iniciaram “*favelas*” e encontram-se urbanizados. Citou áreas no Canindezinho, também resultado de “*invasão*” e hoje consideradas bairro e não mais “*favela*”. E igualou negativamente o Marrocos à “*Favela do Urubu*”.

Talvez esta esperança de melhorar a imagem do seu território vivido tenha conduzido Juliana a participar, durante um tempo mínimo, de atividades do grupo de mulheres católicas e das ações sócio-assistenciais da Associação de Moradores do Marrocos. Contribuía com doação de alimentos e fabricação do sopão distribuído, esporadicamente, pela associação para as crianças da localidade. Manteve, no entanto, sua busca por saídas

individuais para “ir embora”. E conseguiu! Mudou-se do Marrocos com a família (em fevereiro de 2012) e reside em outra área considerada “nobre” do bairro Bom Jardim em oposição à figura negativada, “perigosa” e precária da “favela”, ou seja, o Marrocos. Cedeu sua casa própria para uma vizinha morar e cuidar durante alguns meses. Em 2013, quando retornei ao campo, havia vendido sua casa. Apesar de ter se mudado, preserva os laços de “amizade”, sobretudo, com as mulheres do grupo da igreja católica. Retorna com frequência ao local para organizar e participar das ações da igreja. Entretanto, declarou não desejar retornar para morar, só para visitar as “*amigas*”.

O sentimento de medo vincula-se ainda ao processo de estigmatização territorial projetado sobre o Marrocos e seus efeitos de desqualificação social e aviltamento que recaem sobre seus moradores. Desta feita, quando as interlocutoras Maria e Juliana falam do desejo de “*ir embora*” – posições reiteradas por outros moradores quando explicitaram os sentidos atribuídos à localidade – reproduzem estas imagens negativadas da “favela” /de “lugar perigoso” das quais buscam distinguir-se e distanciar-se socialmente. Sim, o espaço de residência ocupado na cidade importa muito para estas interlocutoras porque expressa a posição (social ou de classe) e/ou o seu lugar social na cidade. É válido, então, retomar a lúcida reflexão de Bourdieu ao afirmar que: “(...) a posição de um agente no espaço social (campos) se exprime no lugar do espaço físico em que está situado” (1997: p. 160), denotando as hierarquias e distâncias sociais tão peculiares à vida brasileira. Segundo este autor, o *espaço social* – definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem – se retraduz no espaço físico. Este espaço social inscreve-se, assim, nas *estruturas espaciais e nas estruturas mentais* que são o produto da incorporação destas estruturas (no *habitus*).

O espaço é, portanto, um dos lugares onde o poder se afirmar e se exerce sob a forma de uma violência simbólica capaz de instituir imagens, discursos e práticas sociais definidoras de um *lugar social* atribuído aos agentes ou da sua posição (ou de classe), com efeitos de poder (BOURDIEU, 1997) também sobre a produção das suas auto-imagens, dos sentidos e dos sentimentos produzidos e atribuídos pelos moradores em relação a seus lugares praticados. Ou seja, a espacialidade tem importância fundante no sistema de classificação social elaborado pelos “de fora” e pelos próprios moradores do Marrocos e dos microespaços circunvizinhos por referência à região do Grande Bom Jardim e à cidade de Fortaleza-Ce.

No caso do *espaço físico* do Grande Bom Jardim, e de forma mais dramática nas singularidades do Marrocos e do Mela, há produções de *efeitos de lugar* expressivos da posição (ou de classe) social e moralmente ditas inferiores de seus moradores no *espaço social* em Fortaleza e dentro da região. Nestes moldes, mais que conviver “sem *se misturar*”

dentro de um espaço socialmente aviltado, afirmam ser necessário manter-se à distância (simbólica e física) daqueles considerados “*inferiores*”, “*perigosos*” e “*indesejáveis*” nos territórios, na região e na cidade. Sair do Mela e do Marrocos – configurações do “*viche do viche*” – em direção a outras localidades com melhor infra-estrutura urbana e consideradas “*menos perigosas*” dentro do Grande Bom Jardim – seus espaços “*nobres*” – significa, para estas mulheres, garantir status superior, além de uma pretendida “*ascensão horizontal*” dentro desta região. Contudo, os residentes de territórios estigmatizados encontram-se, via de regra, desprovidos ou com pouco capital – econômico, cultural ou simbólico – necessários para romper as distâncias físicas e/ou simbólicas que os mantêm presos a *um lugar* e os impedem de ocupar outros espaços sociais e físicos de nossa metrópole (BOURDIEU, 1997). Esta tem sido a condição vivencial da grande maioria de meus interlocutores residentes nestes dois territórios: a de permanecerem *presos ao lugar* geográfico e, em sentido correlato, identificados com um lugar social destinado aos “*indesejáveis*” moradores destas margens urbanas. Nesta perspectiva, retomo a precisa enunciação de Bourdieu que me parece elucidar a condição destes agentes:

(...) os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado de pessoas e bens indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar (1997: 164).

Nas versões dos interlocutores que permanecem “*presos a um lugar*”, identifiquei ambiguidades ao expressarem seus sentimentos sobre seu espaço vivido. Embora alguns moradores enfoquem os sentimentos de medo e insegurança, tentam relativizar o estigma territorial de “*perigoso*” projetando-os em, ao menos, *três direções* que podem vir enunciadas juntas ou separadamente: dirigidos aos “*outros*” territórios e às pessoas ditas “*de fora*”; homogeneizados na visão de que “*todos os cantos*” da cidade são também “*perigosos*”; e/ou vinculando-os a determinados tipos sociais cristalizadores da insegurança/medo/perigo.

As ambiguidades também manifestaram-se nas práticas de alguns dos moradores dirigidas a estes supostos *agentes do medo e da insegurança*: se os “*outros, desconhecidos e de fora*” são os “*perigosos*” em relação aos habitantes do Marrocos, na condição de residentes desta localidade, mesmo quando identificados como “*perigosos*”, há tendência a serem reconhecidos e tratados como parte do “*nós*”. E os “*nossos*” reconhecidos “*perigosos*” ou não na versão dos moradores mais antigos e/ou fundadores, os “*nossos meninos*”, precisam de “*ajuda*”, de alguém que os acolha ou de “*alguém que fale por nós*”. As práticas de solidariedade e mútua proteção entre moradores ainda são recorrentes no Marrocos, mesmo quando direcionadas aos identificados como “*figuras ameaçadoras*,

perigosas” nas imagens dominantes sobre os habitantes das margens. No caso, os mais emblemáticos representantes desta figuração pública “*ameaçadora da periferia*” são os jovens inseridos no narcotráfico ou uso de drogas, assaltos, roubos e/ou assassinatos.

Há residentes – não diretamente envolvidos com o “*mundo do crime*” – que protegem e “*cuidam*” destes seus reconhecidos “*meninos(as) envolvidos com o narcotráfico*” e/ou usuários (as) de drogas locais: contribuem com dinheiro para levá-los ao hospital se foram feridos ou estiverem doentes; ajudam a escondê-los, até em suas próprias casas, diante de perseguições (da polícia ou de facções rivais); contribuem com a alimentação; compram deles (as) produtos obtidos ilicitamente ou por meio da mendicância; tentam ajudá-los (as) individualmente a deixar as drogas e/ou a criminalidade, dentre outras práticas observadas em campo. Para quem “*ajuda*” e/ou “*apoia*”, os motivos indicados, em especial, pelos residentes mais antigos e/ou fundadores, são variados: os “perigosos” não são os “*desconhecidos*” e/ou os “*de fora*”, ao contrário, são os “*nossos jovens*”, “*nossos meninos*”, pessoas conhecidas, com as quais convivem desde a infância; porque preferem “*evitar inimizades*” ou ser confundidos como “*cabuetas*”; porque preferem “*se envolver*”, “*ajudar*” sem, no entanto, “*se misturar ou se juntar com eles*”, segundo afirmaram. Haveria a possibilidade de ficar indiferente ou de denunciar os agentes de insegurança e medo, conforme fazem alguns dos moradores. No entanto, segundo foi possível observar no cotidiano do Marrocos, as práticas de “ajuda” para com estes jovens parecem mais recorrentes entre os interlocutores, principalmente entre os “fundadores” da localidade.

Uma outra interlocutora do Marrocos – Marisa – destacou um aspecto significativo nestes processos de relativização dos sentimentos atribuídos pelos moradores a estas figuras ditas “perigosas” na localidade, especificamente “as mais antigas e conhecidas”, as que “são de lá”: despertam medo associado a proteção/segurança civil – garantia da integridade física e defesa da propriedade privada – dos residentes. As categorias de “ajuda” e de “*proteção*” são usadas aqui para falar de práticas de certos agentes “*perigosos*” para com os moradores do Marrocos: no caso específico dos “considerados” e respeitosos com seu local de moradia, estes não realizam ações criminosas contra seus vizinhos e nem permitem a entrada e/ou a realização destas por parte de “*novatos*”, os “*de fora*”, os “*desconhecidos*”, estes sim, os reconhecidos “*perigosos*”. Nesta ambígua relação entre “medo” e “proteção” (civil) citada pela interlocutora, a desconfiança parece indispensável no cotidiano de suas relações e encontros entre moradores não envolvidos diretamente com o “crime” e agentes outros.

Para moradores em situações de necessidades materiais urgentes – fome, casas desmoronando, desemprego prolongado e/ou doenças graves na família, sem renda ou trabalho (regular ou esporádico) – os relatos sobre medo e insegurança remetidos aos seus territórios são outrossim ambíguos. Prevalece o desejo de permanecer no território em virtude das relações de solidariedade tecidas na localidade. Deslocar-se, portanto, para um outro espaço dito “desconhecido” e com “pessoas desconhecidas” poderia implicar em adensamento da insegurança social e civil. Estes moradores significam o Marrocos como espacialidade do medo e da insegurança, focando em duas dimensões básicas vivenciadas em seus cotidianos: a insegurança social, dada a precariedade sócio-econômica e as frágeis e/ou inexistentes garantias de polícias públicas sociais na localidade; e a insegurança civil relativa aos conflitos e práticas violentas entre grupos/facções rivais em territórios próximos, reproduzindo o estigma territorial que sobre eles recaem. Em correspondência, buscam relativizar o “perigo” local ao atribuí-lo ao que está “fora” e ao demarcar os fragmentos de lugar “mais perigosos e evitáveis” dentro da localidade, indicativo de fronteiras simbólicas e físicas fabricadas neste microespaço urbano e em seu entorno.

As relações de vizinhança são consideradas, portanto, “boas” por parte significativa dos interlocutores, todavia atravessada por conflitos, equilíbrios instáveis e exigências de “saberes práticos” para evitar rupturas sociais, “inimizades” e/ou “rivalidades” passíveis de resultarem em violências multiformes. De fato, há reservas em falar sobre os vizinhos, sendo mais recorrente entre os residentes dos fragmentos ditos “mais perigosos” na localidade e/ou para quem está ou tem familiares envolvidos com a criminalidade local. Os ditos “não envolvidos com o mundo do crime” receiam ser confundidos com “cabuetas”, “traidores”, “fofoqueiros”, “gente preocupada com a vida alheia”, ou seja, indivíduos que comentam e/ou delatam práticas criminosas e seus agentes locais. “Cabuetas” são figuras abominadas e em risco permanente dentro destas localidades nas quais a “lei do silêncio” se impõe por violência física e controle social estabelecido através de denúncias anônimas e vigilâncias mútuas entre eles.

Em alguns relatos, os interlocutores enfocam um determinado tipo de “**saber viver**” nestes territórios estigmatizados, com traços comuns ao Marrocos e ao Mela Mela. Traduz-se em práticas e/ou “regras” de convivência cotidianas consideradas necessárias às condições postas de um “viver acuado”: referem-se a um “*saber viver*”; “*saber andar direito, que ninguém vai mexer com você*”; “*saber ter amizade*”; “*saber aonde entra, aonde sai, com quem fala (...) saber que aquele ali pode ser um inimigo*”; “*saber ver, ouvir e calar. Nem chegar dizendo demais. Viver, compartilhar, não se juntar. É ver, ouvir, calar*”. Nesta

perspectiva, destaco o relato de um dos moradores mais antigos do Marrocos ao enfatizar alguns “saberes necessários” ao viver na região, convertidos em práticas cotidianas acionadas pelos residentes destas margens urbanas, a saber:

Porque é aquela história, eu nem sou besta nem sou sabido de mais, eu tenho quarenta anos dentro do bom jardim, você nem precisa ser besta, nem sabido demais. Precisa ser igual. Se você for sabido demais... chama a atenção... E se for besta demais, a galera se monta em você. Então, tem que ser igual, respeitar a comunidade pra ser respeitado. Essa é a maior realidade da comunidade. Ver, ouvir e calar. Nem chegar dizendo demais. Viver, compartilhar, não se juntar. É ver, ouvir, calar. Se você vê o ladrão roubar na esquina, você viu, mas não viu. É problema dele. Se ele se der de bem, é dele. Se ele se der de mal, é dele. E outra, toda vida eu fui desse jeito mais minha mulher: se eu puder ajudar eu ajudo, se eu não puder, eu saio do meio. Se for pra atrapalhar eu nem estou perto. Eu saio do meio. Esta é a realidade” (Sr. Joaquim).

Nestes “saberes” necessários ao viver cotidiano no Marrocos, chamo a atenção para as expressões “ser igual” e “respeitar a comunidade para ser respeitado” enunciadas pelo narrador. Trata-se da preocupação constante, reiterada principalmente pelos moradores mais antigos e/ou fundadores, em manter níveis mínimos de convivência local, a exemplo de cumprimentar a todas as pessoas na rua e não discriminá-las, sobretudo, se envolvidas com “práticas criminosas”. Aqui se inclui as práticas de “ajuda” e/ou “proteção” a moradores/vizinhos envolvidos com o “mundo do crime”. Significa também não fazer comentários sobre a vida “dos outros”, não se envolvendo seja em “fofocas” ou em denúncias de quaisquer espécies (anônimas ou públicas) sobre residentes locais, com atenção redobrada nos casos dos envolvidos em práticas criminosas. O “ser conhecido e conhecer”, em termos da inserção nas teias relacionais locais, pode ter efeitos contrários. A depender de quem se conhece e quem os conhece, haverá maior ou menor vulnerabilidade e/ou proteção face as práticas de violência local, sob riscos de verem-se enredados em conflitos, vinganças, disputas entre facções rivais. Assim, evitar contatos próximos com policiais é importante, com vistas a não serem confundidos com “cabuetas”. A aproximação com a polícia é, portanto, um fator de risco para os moradores destes territórios às margens.

Ao mesmo tempo, para os interlocutores que declararam não ter envolvimento direto com a o “mundo do crime”, adotar tais “saberes práticos” demanda o cuidado de “não se misturar”, “não se juntar”, não se envolver diretamente com “práticas criminosas” ou com seus praticantes – os ditos “perigosos” locais – e nem ser percebido, pelos “de fora”, como “um deles”. As fronteiras simbólicas ambíguas e fluidas de diferenciação e distância sociais entre eles permanecem, apesar da necessária proximidade-distante estabelecida entre os moradores que convivem em um mesmo espaço urbano. Respeitar as fronteiras geográficas e

simbólicas estabelecidas dentro da localidade (fragmentos) e entre os espaços circunvizinhos também é valorizado neste “saber viver”.

Apreender tais “saberes” parece tornar-se, para meus interlocutores, indispensável, a fim de preservar o equilíbrio social mínimo e instável, em suas tentativas de evitar o adensamento dos riscos e tornarem-se alvo de violências na localidade e, de maneira relacional, nos microespaços circunvizinhos. Contudo, a adoção destes “saberes práticos” não garante integralmente esta suposta “segurança” dos residentes nestes espaços. Embora Teresa e membros de sua família vivenciem estes “saberes práticos” em seu território, não evitou de ter seu filho sofrer ameaças de morte e em seguida assassinado por pessoa de seu círculo de convivência local. Em seu relato acerca das relações de “proximidades” com os “meninos do tráfico” local e o uso de certas práticas do “saber viver”, enunciou:

A gente conhece os meninos. Vê eles crescer, entrar no mundo do crime, da droga. O outro [que ameaçou seu filho de morte em 2011] que estudaram justos também, que até poucos meses atrás dizia para meu filho: “diz e aí chapa, tudo beleza? Não, tem nada haver não, contigo está tudo bem?” *Aí, de repente, esse cara vem e papoca fogo, sem você saber qual é o motivo. [Referindo-se às tentativas de homicídio sofridas por seu filho antes de ser assassinado em 2012] (...)* Mulher, pra nós lá em casa, eu nunca fiz distinção porque ele é esse, porque ele é aquele. Se disser “oi d. Teresa”. Respondo, ‘oi meu filho’. ‘Quer comer?’ E se tiver, eu dou. Dou! Quer uma aguazinha? Dou! Agora eu sou clara ... (chegam a ir lá?). Digo logo que não quero fofoca na minha calçada pela seguinte maneira. E digo: porque vocês já sabem o que está rolando. Não tenho nada contra, falo, meu menino fala, minhas meninas falam com eles. *Nunca ninguém negou fala, nem um prato de comida a ninguém. Pode ser quem for.* Mas eles sabem qual é o babado que rola [em termos do tráfico e/ou do uso de drogas]. E eles dizem: “não se preocupe não, que ninguém vai ficar na sua calçada não”. E se ficar na calçada, eu boto para correr. Brigo mesmo. Eles já estão tão acostumados, que nem diz nada. Mas eu reclamo. *É assim, a gente vive eu com eles. Eu confio. Claro que a gente tem um pouco de medo, que ninguém confia mais em ninguém não é? coração dos outros é terra que ninguém anda. Mas a gente ... fulano, por favor, vai lá na bodegá pra mim? Eles diz: vou, agora mesmo. Não tem esse negócio de dizer não vou falar com fulano porque ele é um marginal, porque ele matou ... pra mim e para os meus filhos são iguais a qualquer outra pessoa. Ninguém tem distinção de quem é, porque que ele é.* Agora ninguém anda nas casas deles não! Da minha casa eu não saí para canto nenhum. As meninas também não. A Ariadne vai para o trabalho e na casa da avó e das tias dessa menina que nós estamos criando. Mas nas casa desses meninos? Andam não. A gente conhece a família, sabe quem é. Mas andar lá mesmo. Eles é que andam no meio da rua, nas calçadas. Conversa com a gente. Chega e pede um copo com água. Assim, agora não ficam mais sentados nas calçadas.

As relações de confiança, intimidade e a aproximação entre os residentes, embora presentes em suas relações cotidianas no Marrocos, parecem bem menos intensas do que já foram no início da “ocupação”. As práticas de idas e permanências ditas desnecessárias na casa de vizinhos ou no espaço público da rua, sentar-se nas calçadas para conversar a qualquer hora ou deixar os filhos brincarem na rua passaram a ser práticas evitadas pelos moradores. Se o fazem, é mediante uma tensão e vigilância redobrada! Aqui, assim como relatado na experiência do Mela Mela, estas práticas de “sentar na calçada” para conversar com vizinhos, esta proximidade entre os moradores anteriormente reportada aos bairros populares situados nas periferias, parece cada vez mais controlada e restrita a horários,

espaços e agentes considerados “menos perigosos”. E, mesmo, constituem-se em práticas evitadas em função da insegurança e medo associados à violência urbana e/ou ao narcotráfico. Tais aspectos de ambiguidade parecem sinalizados por meus interlocutores no Marrocos quando afirmam:

“Conviver aqui, sinceramente, não acho diferente dos outros cantos não. Todos eles têm perigo, todos eles têm morte, todos eles têm droga. (...) **Eu vivo dentro de casa.** Eu só saí se alguém bater na minha porta. (...) Pra mim, vivo em paz, porque eu não vivo na rua: ou estou trabalhando ou estou dentro de casa.” (Luzia)

“A minha relação com meus vizinhos, graças a Deus é bem! São ótimas pessoas. É **cada um na sua casa...** Pois é, cada um na sua casa. **Não sei por que, eu não gosto.** Porque se deixar, fica: “Fulano, o que é que tu vai comer hoje?” Tem gente que é assim, eu tinha uma vizinha que era assim.(...) E conviver com as pessoas ruins daqui é, se passarem pela gente e dizer “bom dia”, é “oi, bom dia”, “boa tarde”, pronto. Ou então, se passar pela pessoa, por nós, com a cara fechada, abaixa a cabeça e pronto, se falar, falou, só isso.” (Juliana)

“Não tenho convívio não com vizinhos. Não gosto! Tem vizinhos de lado e de frente, mas meu negócio é só ‘bom dia’. Se disser”. Se disser “bom dia” pra mim, eu dou ‘bom dia’. Se não disser ‘bom dia’ dou aquele sorrisinho de ‘oi’. Só isso, não passa disso não. De estar conversando, de estar lá na porta, de vizinho estar na minha casa, não. **Passo a maior parte do tempo em casa.** Sentada na calçada, quando eu termino todos os afazeres. Aí eu tenho um tempinho e sento um pouquinho aqui (na casa da sogra), depois volto pra casa. Às vezes à tardinha quando eu vou pegar a minha filha na creche aí passo antes aqui sempre e sento na calçada (na casa da sogra e senta-se na calçada para conversar com irmãs, conhecidos ou parentes, inclusive aqueles envolvidos com a criminalidade e conhecidos desde a infância). (Débora)

Eu, graças a Deus, **não tenho inimizado aqui** não. Todo mundo, eu acho que gosta de mim, porque falam comigo, me tratam bem, né? **Eu não tenho um inimigo aqui dentro do Marrocos.** (...) **Mas eu não vou nas casas de vizinhos. Que eu não vou andar em casa dos outros. Vou quando é um negócio,** né? As pessoas também não vêm aqui, só quando tem uma novena aqui, eu vou pra uma missa lá, participar de alguma coisa, mandam me dizer..., aí pronto. Mas aqui pouca gente gosta de andar nas casas dos vizinhos ... Não, porque é assim mesmo, todo mundo tem seu jeito de ser, tem gente que trabalha, que faz curso, vai deixar filho no colégio (...) É assim.(...) (Dona Rosalba, residente do trecho considerado o “mais perigoso” do Marrocos).

Aproximados das experiências de residentes do Mela Mela, o espaço da *rua* emerge, nestes relatos dos moradores do Marrocos, associado a “*medos, inseguranças, perigos*”/“*ameaças/riscos*” imprevisíveis e incontroláveis. Sinônimo de exposição a uma violência difusa e *lócus* onde rondam os tipos sociais considerados “*perigosos/ameaçadores/indesejáveis*” dentro da localidade. A rua opõe-se, assim, aos espaços da casa e do trabalho (quando existe) como seus lugares por excelência de principal tessitura de vínculos sociais, na ótica de alguns interlocutores. Os contatos pessoais entre os moradores parecem restritos ao mínimo indispensável à manutenção deste equilíbrio social instável vivido nestes espaços, tanto em relação aos não diretamente envolvidos com a criminalidade local, como aos envolvidos. E a busca por maior privacidade/intimidade, individualização e distanciamento parece ser uma marca crescente nestes territórios

estigmatizados, expressando certo incômodo em termos do controle social entre os moradores relacionado ao fato da maioria se conhecer.

Em síntese, a tendência às práticas sociofóbicas locais de evitação, distanciamentos mútuos e distinções sociais internas são recorrentes no Marrocos, talvez de maneira ambígua e menos intensa que as versões encontradas no Mela Mela, delineando configurações singulares de um “viver acuado” nestes territórios. Parece prevalecer um permanente estado de alerta/vigília, reserva, distanciamentos e desconfianças mútuas entre os residentes em suas teias relacionais locais. Neste sentido, seus discursos e práticas delimitadoras de um “viver acuado” e suas táticas individualizadas de um “saber viver” parecem apontar para tendências de fragilização dos vínculos sociais e hiperindividualização em meio às práticas cotidianas de evitação do espaço público da rua, reclusão dos residentes na esfera privada – mediante o recuo ao refúgio idealizado da família e da casa – e demarcação de espaços proibidos dentro da localidade e em seu entorno, reproduzindo estigmatizações e segregações sócioterritoriais nestes territórios. Estes elementos exigem aprofundamento posterior nos estudos sobre as margens urbanas, posto que não foi viável empreendê-los para esta tese.

NOTAS FINAIS: sobre a (re)produção dos (des)iguais nas *margens das margens urbanas*

Compreender e interpretar significações de pobreza e lugar(es), sob o(s) ponto(s) de vista de moradores de territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce traduziu-se em experiência de aproximações, encontros-desencontros e aprendizados de modos de viver nas margens urbanas, em tempos contemporâneos. Ampliou possibilidades de reflexão crítica sobre a pluridimensionalidade da condição de pobreza(s) nestes anos 2000, a partir dos esquemas classificatórios – de percepção e apreciação de si e do mundo social – fabricados, recusados, transferidos e/ou incorporados pelos (as) narradores (as), em seus micro contextos de experiências. Nestas considerações finais, sintetizo os principais achados desta pesquisa e delineio esboços reflexivos preliminares a configurarem-se em pistas analíticas para a continuidade de estudos sobre a temática em tela.

Diante de processos de estigmatizações e segregações sócio territoriais, identificáveis nas modelizações negativadas, (re)produzidas nas mídias fortalezenses e enraizados em dinâmicas relacionais cotidianas, residentes destas margens urbanas travam lutas simbólicas no contexto da cidade e intra territórios. Nesta segunda instância, configuram-se lutas protagonizadas entre seus (des)iguais, geograficamente próximos, tornados socialmente distantes. Ensejam micro táticas individualizadas e/ou grupais de distinção social/moral para negar, esquivar-se e/ou (re)produzir estigmas associados às imagens da pobreza e aos seus locais de moradia, inscritos nas “periferias” do Grande Bom Jardim. As andanças de pesquisa em territórios estigmatizados desta região – com foco no Mela Mela e no Marrocos – oportunizaram apreender tensões e conflitos que demarcam lutas simbólicas, vivenciadas por seus residentes nos níveis cotidiano e coletivo. Nesta tese, privilegiei as lutas simbólicas individualizadas e/ou grupais, urdidas no nível cotidiano intra territorial e remetidas ao espaço privado, experienciadas pelos (as) narradores (as). Destaco, assim, traços de um processo complexo e ambíguo de fabricação de fronteiras-pontes (CERTEAU, 1994) – tensas, líquidas, deslocantes e com ambíguos efeitos reais – entre moradores, seus lugares praticados e outros espaços circunvizinhos da região do Grande Bom Jardim.

Os interlocutores expressam sentimentos partilhados de mútuas desconfianças, medos e (des)proteção/insegurança, abandono por parte do poder público e vulnerabilidade sócio-econômica e civil (KOWARICK, 2009). Tais sentimentos adensam-se, sobretudo, frente às práticas de violência urbana às quais se consideram expostos, nas margens das margens desta metrópole, advindas de duas principais direções: dos ditos

“vagabundos/bandidos” e/ou grupos/facções criminosos rivais em conflitos abertos nesta região; e da encrudescida mão direita do Estado – a dimensão coercitiva e punitiva que mobiliza seus dispositivos de violência “legitimada” (BOURDIEU, 1998; WACQUANT, 2005), com referência às experiências de violências policiais e negação de direitos sócio-civis silenciadas e/ou denunciadas pelos interlocutores. Nesta perspectiva, tentar “escapar” às estigmatizações, associadas ao local de moradia e à condição de pobreza, bem como ensejar uma gestão possível de suas vidas nestas “*margens das margens*” do Grande Bom Jardim, têm redundado na prevalência de “saídas individualizadas”, centradas na (sobre)vivência e na segurança civil, em detrimento às “saídas coletivizadas” de defesa de seus lugares – social e geográfico – e da garantia de segurança sócio-civil na região e na cidade.

Segundo os relatos, estes enfoques recorrentes no “cuidar da própria vida” e/ou no “cada um nas suas casas”, evitando a “*rua*” e outros indivíduos também discriminados e espaços reconhecidos como espacialidades de medo e insegurança, mesmo em seus próprios territórios vividos, apontam em uma direção eminentemente contemporânea: encolhimento do espaço público; centralidade na esfera privada e prevalência da responsabilidade individual de (sobre)viver nestas “periferias”, em condições de pobreza urbana. Parecem corroborar com uma tendência de reprivatização e (hiper)individualização das necessidades sociais e das táticas adotadas de viver nas margens urbanas.

Estas tendências delineiam-se em territórios estigmatizados, nas particularidades do Marrocos e do Mela Mela, na região do Grande Bom Jardim, ora traduzida em “região moral” (PARK, 1978), socialmente desqualificada em Fortaleza. Exasperam-se os relatos de desconfiças e incertezas por parte destes narradores com relação aos seus “próximos-distantes” e às “saídas coletivizadas”, até então construídas nesta trajetória de doze anos de Marrocos. Tais processos são reforçados pelo descrédito e desqualificação em termos da perspectiva associativa local (seja na associação de moradores ou no “Espaço”) e da atuação estatal neste território. Fica cada vez mais prevalecente a tendência de individualização e privatização de suas tentativas de (sobre)viver nas margens. Parcela dos narradores, anteriormente engajados em alguma atividade coletivizada, relatou estar afastada de quaisquer ações desta natureza em seu território ou em outros espaços da região, participando, no máximo, de ações vinculadas a suas religiões professadas. Nesta segunda década dos anos 2000, as falas de residentes destas margens delineiam um descrédito e desconfiça, tanto em relação às suas formas vigentes de organização local, como no tocante às ações estatais e aos políticos profissionais, que se propõem a atuar em seus territórios.

O enfoque nas “saídas individualizadas” de gestão arriscada da vida nestes enclaves urbanos inclui, aqui, as buscas de distinção social, face às imagens homogeneamente projetadas sobre a região, seus territórios constitutivos e seus moradores. Notadamente, as fragmentações e/ou divisões-fronteiras simbólicas internas parecem ganhar força nestes territórios estigmatizados, expressivas em suas formas de (re)classificações e (des)classificações hierarquizadas de pessoas e lugares dentro da região. Constituem-se tentativas de distinções/distanciamentos sociais entre o “ideal de nós” – os “próximos” e reconhecidos por seu prestígio social local – e os “outros” – estranhos, descreditados, difamados e “distantes” – erguendo fronteiras simbólicas, fluidas e deslocantes intra e entre residentes destes territórios na região. Novas-velhas fronteiras que parecem fragilizar suas identificações e esgarçar seus vínculos sociais/vicinais, seu pertencimento ao lugar, bem como restringem suas possibilidades de reconhecimento como território comum, com demandas compartilhadas.

Traços de uma possível dissolução do lugar e sua conjuração em espacialidade de medo e inseguranças parecem aqui assinaladas. Em correlação, as possibilidades de mútuo reconhecimento ou identificação destes interlocutores como “semelhantes” – pressuposto da construção de formas de organização social e política, direcionadas à conquista e/ou garantia de seus violados direitos sociais e civis – parecem abaladas, em meio às lutas de classificações, travadas em seu cotidiano. Predominam as micro táticas privatistas individualizadas e/ou grupais de gestão da vida nestas margens urbanas por “proteção pessoal” ou segurança civil, sobrepostas às lutas coletivizadas por proteção/segurança social. Em síntese, as possibilidades de mútua identificação, organização e luta compartilhada por direitos de cidadania parecem fragilizadas nestes espaços, ambigualmente mantidos às margens da face do Estado social protetivo. Todavia, submetidos à vigilância e ao controle social constantes produzidos pela versão hibridizada de um Estado penal-punitivo e sócio-assistencial, de cariz compensatório, seletivo e focado no “combate à pobreza” urbana. Nos territórios nos quais realizei o trabalho de campo, a gestão territorial da pobreza urbana assume predominância na regulação estatal desta expressão-limite da questão social no tempo presente. Eis uma pista analítica fecunda, a exigir estudos posteriores acerca da atuação do Estado e suas agências nestes territórios, como instâncias fundantes e “falas autorizadas” inscritas nas lutas simbólicas, presentes nestes territórios em âmbito coletivo e político.

Reconheço as inegáveis lutas simbólicas coletivas e embates político-sociais que perpassam as dinâmicas vivenciais no Grande Bom Jardim e envolvem múltiplos agentes do Estado e da sociedade civil local, demarcatórias de práticas – discursivas e não discursivas –

de resistência e enfrentamento das estigmatizações e segregações sócio territoriais, (re)produzidas sobre esta região e seus moradores no contexto de Fortaleza-Ce. Uma questão relevante para posteriores estudos é, no entanto, a sua capilaridade nestes micro espaços onde residem meus narradores, bem como sua legitimidade e capacidade de envolvê-los em suas práticas organizativas. A experiência de campo e as narrativas produzidas nos múltiplos encontros com os residentes destes territórios estigmatizados indicaram que as “saídas coletivizadas” não se colocam como a alternativa privilegiada em seus desafios cotidiano de (sobre)viver nestas “margens das margens” da região. Os (as) narradores (as) enunciaram certo desconhecimento, aproximações pontuais e/ou tendência ao afastamento com relação às alternativas coletivas historicamente produzidas nesta região. O engajamento de residentes em iniciativas grupais religiosas – católicas, evangélicas ou afrodescendentes – reconfiguradas nestes anos 2000, seria uma exceção relevante porque, no caso do Marrocos e Mela Mela, ainda conseguem reunir moradores em torno de objetivos supostamente comuns.

Centrei esta interpretação crítica, consubstanciada nesta tese, nas significações de pobreza e lugar(es) inscritos nas versões nativas, enunciando suas micro táticas de (sobre)viver nestas margens urbanas, tentando “escapar” aos processos de estigmatização sócio territoriais que, projetados sobre a região do Grande Bom Jardim, assumem configurações singulares no Mela Mela e no Marrocos, na ótica de seus moradores. Dentre tais táticas, destaco: recusas, transferência e/ou (re)produção de estigmas; evitações sociais de indivíduos e espaços “outros” em sua região e de re-significação de seus territórios vividos; formas topofóbicas de habitar seus locais de moradia (reprivatização ao espaço da “casa” em oposição à “rua”); e suas tentativas de distinções e distanciamentos sociais, expressivas em (re)classificações de si – demarcatórias de um “ideal de nós” *versus* os “outros” – e suas classificações hierárquicas dos “pobres” locais, distinguindo-se versões nativas da pobreza e do “ser pobre” nestes espaços urbanos.

Em termos das significações da pobreza urbana e a correlata figura negativada do “ser pobre” nestes territórios do Grande Bom Jardim, as micro táticas distintivas, empreendidas pelos (as) narradores (as), ao adentraram nas lutas simbólicas em nível cotidiano, centram-se na negação de três perspectivas de pobreza predominantes na vida brasileira contemporânea e singularmente experienciadas nestas margens. A primeira consiste na imagem da pobreza material absoluta, focada na fome e na ausência de moradia, portanto, associada à figura do “pobre-necessitado”, cuja expressão máxima são os mendicantes e a população de rua como símbolos de vergonha/destituição, invalidação social e dos sem lugar no mundo. A segunda reporta-se a uma pobreza subjetiva, atribuída aos indivíduos por sua

situação de suposto “fracasso social”, sobretudo, vinculado ao acesso a bens de consumo e à capacidade de autosuperação da pobreza-precisão, sobretudo, remetida às “favelas” e aos “favelados”. E, por último, negam a tríade naturalizada “*pobreza-criminalidade-violência*”, emblemática do mito de *retorno das classes perigosas* como sinônimo de camadas pobres e de seus espaços de moradia como *locus* de cristalização do crime, da desordem, da insegurança.

Em suas micro táticas individualizadas e/ou grupais para escapar a estas imagens/discursos estigmatizantes da pobreza na contemporaneidade, os (as) narradores (as) fabricam suas versões nativas de pobreza e (re)classificações, delineadoras de seu “ideal do nós”, a saber: uma perspectiva individualizada e privatista; e uma outra que associa pobreza e local de moradia. Na primeira versão, interlocutores reconhecem e toleram a pobreza material - também designada de “pobreza-precisão/necessidade” - e negam e desqualificam a pobreza subjetiva - denominada de “pobreza de espírito”, que credita aos indivíduos a responsabilidade/culpabilização pelas condições de pobreza material persistente, denotativa de seu suposto “fracasso social”. O enfrentamento possível desta “pobreza material” implica a superação de quaisquer traços de “pobreza de espírito”, supradeterminando a “ética do trabalho” e as disposições individualizadas de força de vontade, perspectiva de futuro/esperança e esforço/sacrifício de aceitação de quaisquer formas de trabalho precarizado, informal/formal e/ou esporádico. Parcela destes interlocutores que negam o “ser pobre” e a pobreza como auto referências, (re)classificam-se distintivamente como “trabalhadores/batalhadores”, “humildes” e/ou “classe média baixa”. Estes interlocutores reproduzem e transferem as estigmatizações relacionadas à pobreza/ser pobre àqueles considerados os “outros” destas margens, a saber: quem permanece em situação de pobreza material e tornam-se dependentes da “ajuda de terceiros” para sobreviver. Esta insuperada situação de pobreza material é identificada tanto entre os que persistem na “ética do trabalho” sem êxitos materiais de ascensão social, como entre quem carrega uma “pobreza de espírito”. Ou seja, são os “pobres de espírito baixo” ou “pobres de espírito”, considerados destituídos de disposições morais indispensáveis ao enfrentamento e à “superação” da pobreza material absoluta e/ou persistente.

Os “trabalhadores/batalhadores”, os “humildes” e os de “classe média baixa” auto consideram-se em posições social/moral superiores à dos “pobres, dependentes de ajuda de terceiros”. Parte dos narradores admitiu, no entanto, a condição de pobreza material como experiência recorrente em suas trajetórias nestes territórios vividos. Suas micro táticas distintas estruturam-se sobre classificações hierarquizadas dos “pobres” locais, enunciando

três categorias, elencadas segundo sua ordem decrescente na hierarquia social/moral nestas margens urbanas: os “pobres” e os “pobres demais”; os “pobres dos pobres”; e os “pobres que apelam para o pior”. Nestas classificações, a pobreza material vem admitida e tolerada, desde que se mantenha o esforço individual para seu enfrentamento e possível superação pela “ética do trabalho”, reforçando o valor do trabalho presente no imaginário destes narradores em articulação com os valores de família e casa própria como distintivos social e moralmente superiores em relação a quem não os possui. As imagens estigmatizadas do “pobre-necessitado-dependente” de “ajuda” e a dos “*pobres perigosos*” – símbolos das “classes perigosas” do presente - vem transferida, respectivamente, para os “pobres dos pobres” e os “pobres que apelam para o pior”. Tais categorizações hierarquizadas produzem uma limpeza moral e difamação lateral, reproduzindo sobre os ‘outros’ do lugar – considerados uma “minoridade dos piores” – as estigmatizações reproduzidas no senso comum como concernentes a “todos” os residentes nas margens da cidade.

Em síntese, estas lutas simbólicas intra territoriais cotidianas e individualizadas/grupais parecem fortalecer processos de fragmentações nestes espaços da cidade e fragilizam suas possibilidades de identificação e reivindicações de pautas comuns a serem conduzidas ao espaço público e ao campo da política. Ao contrário, parecem mantê-los presos à reprodução de estigmatizações e segregações sócio territoriais, significativos em suas acusações públicas, atadas às “saídas” individualizadas e privatistas de gestão do viver nestas margens urbanas, em detrimento às “saídas coletivas e publicizadas” nos níveis das lutas políticas.

Nestes moldes, as situações comuns e especializadas de “pobrezas”, experienciadas pelos narradores nestes territórios estigmatizados da região, no tempo presente, não têm gestado formas de articulação e organização coletivas duradouras. Ao contrário, a condição de pobreza tem sido considerada, por vezes, símbolo de “fracasso, vergonha e humilhação” individuais tornados sociais e públicos. Se esta pobreza exprime um dito “fracasso social”, ela é sentida e vivida como um “desvalor e culpa individuais”, por parte dos considerados “fracassados/pobres” desta sociedade, pautada na ideia de acesso ampliado ao consumo e às oportunidades de mercado, desigualmente ofertadas no modo de vida capitalista contemporâneo. Nestes micro contextos, a referência à imagem da “pobreza/ser pobre” divide, fragmenta e desqualifica socialmente quem carrega seus símbolos materiais e imateriais. Ser identificado por seus (des)iguais como um “pobre” traduz-se em experiência humilhante, vergonhosa e evitada para muitos de meus interlocutores socialmente categorizados “pobres”, em suas teias relacionais próximas.

A imagem estigmatizada e estigmatizante do “pobre-criminoso-violento” também vem negada nos esquemas classificatórios nativos, emergindo seja como os “pobres que apelam para o pior”, seja na categoria síntese da posição de desqualificação social e moralmente evitada pela maioria dos interlocutores sem envolvimento direto com o “mundo do crime”: a categoria de acusação e criminalização *a priori* de “vagabundo-bandido”. Apesar de reconhecer a liquidez das fronteiras entre legal/ilegal – lícito/ilícito, nestas margens urbanas, em proximidade às pesquisas de Telles (2010) e Feltran (2011) sobre as periferias de São Paulo, nos esquemas classificatórios de meus narradores, a distinção discursiva entre as categorias relacionais “trabalhador-cidadão” *versus* “vagabundo-bandido” ainda é deveras significativa, mesmo que ambíguas e líquidas sejam as fronteiras simbólicas nas práticas cotidianas destes agentes.

Nesta aparente dicotomia, a identificação como “trabalhador-cidadão” traceja uma pretensa imagem da assimilação à ordem do capitalismo contemporâneo, na busca individualizada por inclusões precárias por vias transversais: pela via do consumo; pelas suas disposições de flexibilidade e adaptação às formas de trabalho precarizadas e desregulamentadas; pela hiperindividualização e competitividade; pela capacidade de gestão da própria vida, em “suas” necessidades reprivatizadas face às (des)proteções/medo e inseguranças em curso nas margens das margens da cidade contemporânea. Se este é ponto de consenso no debate sobre esta temática, destaco outro foco desta re-significação da categoria nativa de “cidadão”, nestes micro contextos, a merecer um olhar investigativo, qual seja: a preocupação dos narradores com a distinção moral em relação à figura estigmatizada e “em risco” do “vagabundo-bandido” e com a segurança civil – integridade física e defesa da propriedade privada – cada vez mais atribuídas à responsabilidade individual e ao espaço privado, configurada na busca pela gestão individualizada da vida nestas margens urbanas. Nestes moldes, menos que a referência aos direitos sociais e às lutas coletivas por segurança social, prevalentes no Brasil dos anos 1970 e 1980, “ser cidadão”, no tempo presente destes narradores parece remeter-se mais ao cumprimento das regras morais e sociais da ordem instituída, bem como ao conclave individualizado pela segurança civil. O uso da classificação de “cidadão” contraposta à de “bandido” seria uma tentativa de limpeza moral e distanciamento em termos da adoção de práticas criminosas, vinculadas ao envolvimento arriscado com o “mundo do crime”, tais como: narcotráfico; furtos, roubos e/ou assaltos; tiroteios em disputas entre grupos criminosos rivais; ameaças/tentativas de assassinatos; homicídios. Significa uma tentativa de distanciamento com o “crime” e os “criminosos”, a fim de distanciar-se das estigmatizações e segregações que sobre estes recaem que encontra sua

síntese na articulação perversa entre “pobreza-criminalidade-violência”, associada à figura negativada do “pobre” e aos seus espaços de moradia nas “periferias” do Grande Bom Jardim.

Esta perspectiva talvez indique uma resemantização da cidadania e da figura do “cidadão”, denotativas de uma versão despolitizada e individualizada postas nestas tentativas de limpeza moral e difamação lateral de seus (des)iguais e na centralidade do clamor por segurança civil. Clamor que pode converter-se em autorização tácita de encrudescimento do Estado penal-punitivo nas “periferias” da cidade, com a ressalva reiterada pelos residentes das margens de que se faça a “distinção” entre quem são os ditos “vagabundos-bandidos” *versus* os “trabalhadores-cidadãos”. As fronteiras simbólicas enrijecem-se entre os (des)iguais que, sitiados em seus territórios e em seus espaços privados, fragilizam liames sociais/vicinais e possibilidades de construção de “saídas coletivas” para enfrentar as múltiplas situações de precarizações e vulnerabilidades sócio-econômicas e civis a que se encontram impelidos.

Nesta tese, a segunda versão da pobreza apreendida nos esquemas classificatórios dos narradores vem associada às imagens dos residentes sobre seus locais de moradia. Dois sentidos de lugar assumiram prevalências nas narrativas: primeiro, uma frágil versão de valorização do espaço como lugar praticado, de memória, identificação e pertencimento sócio territorial, prevalecente entre os fundadores e moradores antigos permeado pela percepção de local abandonado pelo poder público; de outro, uma perspectiva em aberto de dissolução do lugar projetado como espacialidade do medo e da insegurança. Circunscrevi esta segunda versão nativa da pobreza a partir dos sentidos de lugar inscritos nas narrativas dos agentes. Comporta a imagem de território “abandonado pelo poder público” em termos do parco acesso de seus moradores aos direitos sócio-civis e débil infra estrutura urbana em consonância com a insegurança e o medo referenciados aos seus locais de moradia. Reproduz, assim, estigmatizações sócio territoriais que enfocam as margens urbanas como *locus* de cristalização da pobreza sócio-econômica, entrecruzada às imagens da criminalidade-violência urbanas, ora negadas em suas (re)classificações de si - em seu *ideal do nós* - ora (re)produzida e transferidas aos “outros”, a quem consideram uma “minoridade dos piores” em seus lugares praticados e/ou espaços circunvizinhos.

As significações da pobreza nestes territórios extrapolam, portanto, a versão da precariedade sócio-econômica e incorporam a precariedade civil que podem ser traduzidas em precarização do viver nas margens urbanas na contemporaneidade. Indicam esboços de um “viver *acuado*”, experienciado pelos (as) interlocutores (as) em seus lugares praticados nestas “periferias” do Grande Bom Jardim. Este “viver *acuado*” – esta outra via de estudos, cujo material de campo não foi plenamente explorado – articula-se às práticas de um “saber”

viver” nestes territórios. Apontam para reconfigurações, em curso, das experiências da pobreza e do viver nas margens urbanas, se os conceitos nativos enunciados nas narrativas forem, aqui, “levados à sério”. “Viver acuado” e seu correlato “saber viver” indicam processos de fragilização crescente dos vínculos vicinais, escolhimento do espaço público e privatização das relações sociais. A família, no entanto, permanece um valor e importante suporte econômico-afetivo para a (sobre)vivência nestes territórios. Tais processos são cruciais na compreensão das reconfigurações da(s) experiências de pobreza(s) urbana(s), sobretudo, nos termos de sua individualização e privatização, que credita ao indivíduo a responsabilidade e/ou culpa pelo “sucesso” ou “fracasso” social, identificado, entre seus (des)iguais, como um “batalhador/vencedor” ou um “pobre de espírito baixo”, um “fracassado-perdedor”. Perspectiva nativa que me parece sintonizada com um hiperindividualismo (LIPOVETSKY & SERROY, 2011) disseminado no modo de vida capitalista contemporâneo, de cariz neoliberal, hibridizado com resquícios reiterados em práticas cotidianas de nossa tradição conservadora hierárquico-autoritária (TELLES, 1999; BEZERRA, 2005). Esta matriz político-cultural brasileira— a partir da qual gestou-se um padrão de sociabilidade brasileira que dificulta a construção de um princípio de reciprocidade capaz de conferir ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e direitos legítimos—fixou suas raízes por dentro de nossa recente institucionalidade democrática (TELLES, 1999) e lança desafios à compreensão das reconfigurações do Estado e à (re)significação da cidadania nestes anos 2000.

Ao seguir as trilhas dos discursos nativos, a pobreza também se expressa nas precarizações das relações de trabalho e do acesso a direitos sociais e civis, emblemática de insegurança e/ou vulnerabilidade sócio-econômica associada à sua dimensão de insegurança/vulnerabilidade civil generalizadas nestas margens das margens. Imagens (re)produzidas por narradores tacitamente sujeitados e que, por vezes, requisitam o imperativo de um Estado de faces híbridas e racista nas “periferias”, sob a alcunha de uma gestão territorial da pobreza urbana: para os “pobres” cumpridores das normas sócio-institucionais e legitimadores da ordem, a regulação sócio-assistencial estatal de ações seletivas e focalizadas, postos sob vigilância e controle social no campo institucional; para os “pobres que procuram o pior” e/ou integram o grupo social dos “vagabundos-bandidos”, a face do Estado penal/punitivo e, mais densamente, sua conformação em estado de exceção que parece virar regra nestas margens urbanas.

Importa salientar, em última instância, a urgência em ampliar o debate público acadêmico sobre estas faces híbridas de um Estado assistencial-punitivo em atuação nestas

margens do Grande Bom Jardim, em especial em suas “favelas”, emblemáticas de um biopoder (FOUCAULT, 2005, 2008, 2010; AGAMBEN, 2004; LAZZARATO, 2008) neste século XXI, que parece operar uma dramática transmutação: a da biopolítica em tanatopolítica (AGAMBEN, 2004), de maneira a pôr em questão (ou “em risco”) vidas humanas em nome de uma pretendida “*defesa da sociedade*” ou da vida da população. Biopoder sustentado em reconfigurado racismo de Estado à brasileira, com base no qual se estabelece um limite entre *o que deve viver e o que deve morrer; quais vidas merecem viver e quais merecem ser deixadas a morrer*. Retoma a máxima de que para viver e/ou defender a população era preciso exterminar os *inimigos*, neste caso, os considerados de *raça ruim, inferior, degenerado ou anormal, perigoso*. Uma questão a aprofundar em pesquisas posteriores, que diz respeito à configuração do estado de exceção e re-significações da cidadania nestas margens urbanas, ao tomar como alvo preferencial do racismo de Estado à brasileira, os moradores das “periferias” em condição de pobreza e tradução limite do *homo sacer* contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F., SOUZA, M. L. de, SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004a.
- _____. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004b.
- AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011 (Coleção Antropologia Hoje/ Núcleo de Antropologia da USP).
- ALBUQUERQUE Junior, D. M. de. Experiência: uma fissura no silêncio. In: **História: A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALVITO, M. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.
- ARÃO, Márcia Regina Mariano de Sousa. **Orçamento Participativo em Fortaleza: Práticas e Percepções**. UECE, Fortaleza, 2012 (Dissertação de Mestrado).
- ARAGÃO, E. F. & FREITAS, G. J. et. al. (orgs.). **Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade**. Fortaleza: EdUECE, 2008.
- ARAÚJO, M. N. de O. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994 (Coleção Travessia do Século).
- BARREIRA, C. **Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa**. Fortaleza-Ce: Universidade Federal do Ceará/FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- BARREIRA, C. (Orgs.). **Violência e conflitos sociais: trajetórias de pesquisa**. Campinas, SP: pontes Editores, 2010.
- BARREIRA, I. A. F. A expressão dos sentimentos na política. In: TEIXEIRA, C. C. & CHAVES, C. de A. **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- _____. Lição 5 A cidade e o medo. In: BARREIRA, C. BATISTA, E. (Orgs.). **(in)Segurança e Sociedade: treze lições**. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza, Ce: Fundação Demócrito Rocha, 2011.
- BARCELLONA, P. **Diário político: il vento di destra e le rezioni della sinistra**. 2. ed. Roma: DATANEWS Editrice, 1994. BARREIRA, C. BATISTA, E. (Orgs.). **(in)Segurança e Sociedade: treze lições**. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza, Ce: Fundação Demócrito Rocha, 2011.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Vidas desperdiçadas.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Trad. Miguel Serras Pereira. Rio de Janeiro: Relógio D'Água, 2006.

_____. **Vida líquida.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Vida para o consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Medo líquido.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A sociedade individualizada:** vidas contadas e histórias vividas. Trad. José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Danos colaterais:** desigualdades numa era global. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BEAUD, S. & WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo.** Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEZERRA, Leila M. P. de S. (coord.). **Diagnóstico social de Fortaleza:** expressões da questão social nos espaços urbanos. Fortaleza, 2009 (relatório de pesquisa/ mimeo).

_____. Configurações da pobreza urbana e seus territórios estigmatizados no Brasil contemporâneo. In: **XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia**, 28, 2011, Pernambuco. Anais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

BEZERRA, Leila M. P. de S. & CARVALHO, Alba P. . Pobreza e Territórios Estigmatizados no Brasil Contemporâneo. In: BARREIRA, César, AQUINO, J. P. de, SÁ, L. D. de. (Orgs.). **Violência, Ilegalismos e Lugares Morais.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. (Coleção: Conflitos Sociais & Práticas Políticas).

BEZERRA, Leila M. P. de S. & COSTA, L. F. A. da. Memória, reconhecimento e reconstrução: passado recente do Serviço Social no Ceará. In: COSTA, L. F. A. da, BEZERRA, L. M. P. de S., PIO, M. da C. (Orgs.). **Fragments do presente e do passado: 60 anos de Serviço Social no Ceará.** Fortaleza: EDUECE, 2010.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O Narrador.** São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. Ética e Estética do Globalismo: Uma perspectiva Pós-Colonial. In: **A urgência da teoria.** Lisboa: Tinta da China, 2007.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O senso prático.** Trad. Maria Ferreira; revisão e trad. Odaci Luiz Coradini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Efeitos de lugar. In: **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. "Condição de classe e posição de classe". In: **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. A linguagem Autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Clássicos; 4).

_____. Os Ritos de Instituição. In: **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Clássicos; 4).

_____. A Força da Representação. In: **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Clássicos; 4).

_____. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Pontos de referência. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A codificação. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Maria Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Lições de aula**. Aula inaugural proferida no Coççège de France em 23 de abril de 1982. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Marginalia**. Algumas notas adicionais sobre o dom. MANA, vol. 2, n. 2, 1996.

BRANDÃO, A. A. **Miséria da periferia**: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro: Pallas Ed.; Niterói: PENESB, 2004.

BRESCIANI, M. S. **A cidade**. Objeto de estudo e experiência vivenciada. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 6, no. 2, nov. 2004.

BUTLER, J. **Vida precária**: El poder Del duelo y La violência. 1. ed. 1ª. Reimp. Buenos Aires: Paidós, 2009.

BUTLER, J. & CAVARERO, A. **Condição humana contra "natureza"**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(3), setembro-dezembro, 2007.

CASTEL, R. . **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **A insegurança social**: o que é ser protegido?. Trad. Lúcia M. Endlich. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de murros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CARVALHO, A. M. P. de. **Justiça e profecia na cidade**. Seminário Nacional das CEB's: justiça e profecia a serviço da vida. Juazeiro do Norte, Ce, jan. 2012 (mimeo).

_____. **Estado que temos/Estado para quem ...** . Fortaleza, set. 2012 (mimeo).

_____. Civilização do capital em crise: interpelações do tempo presente. In: HOLANDA, F. U. X. de (Org.). **Nuestra América no século XXI**. As disputas de hegemonia nos circuitos da crise. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

_____. **Democracia na América Latina no século XXI: lições da História.** Mesa Redonda “Política, Cidadania e Democracia na América Latina”. III CEPIAL. Curitiba: 2012b.

_____. **Posição do Brasil no contexto latino-americano: parceria ou subimperialismo?** Fortaleza, 2014 (mimeo).

CARVALHO, J. J. de. **O olhar antropológico e a voz subalterna.** Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 7, n. 5, p. 107-147, jul. 2001.

CARNEIRO, C. B. L. Concepções sobre pobreza e desafios para a intervenção social. **Revista Serviço Social e Sociedade (quadrimestral)**. Ano XXVI – n. 84, São Paulo: Cortez, novembro/ 2005.

CARNEIRO, S. de S. . Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas. In: CARNEIRO, S. de. & SANTÁNNA, M. j. G. (Orgs.). **Cidades, olhares, trajetórias.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CECCHETTO, F. & FARIAS, P. “Tu mora onde?” Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: CARNEIRO, S. de. & SANTÁNNA, M. j. G. (Orgs.). **Cidades, olhares, trajetórias.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópoli, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, M., GIARD, L e MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CORDEIRO, D. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedade.** Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

COSTA, M. C. L. da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: DANTAS, E., SILVA, J. B. & CAVALCANTE, T. **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, s/d.

CUNHA, N. V. da & FELTRAN, G. de S. Novos conflitos nas margens da cidade. In: CUNHA, N. V. da & FELTRAN, G. de S. (Orgs.). **Novos conflitos no Brasil contemporâneo.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

DEBOR, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais(RBCS).** Volume 14, no. 40, junho/1999.

DAS, V. & POOLE, D. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social.**n. 27, pp. 19-52, 2008.

DELEUZE, G. Controle e devir. In: **Conversações, 1972-1990.** Rio de Janeiro: ed. 32, 1992.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações, 1972-1990.** Rio de Janeiro: ed. 32, 1992.

_____. **Um novo cartógrafo (vigiar e punir).** Foucault. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Um novo arquivista (“A Arqueologia do Saber”).** Foucault. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DUARTE, A. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica** (mimeo).

ELIAS, N. & SCOTSON, John L. **Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAULHABER, P. **As fronteiras na Antropologia Social**: as diferentes faces de um problema. BIB, São Paulo, n. 51, 1º. Semestre de 2001, pp. 105-125.

FELTRAN, G. de F. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

_____. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: KOWARICK, L & MARQUES, E. (Orgs.). **São Paulo**: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo: ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”. Cadernos de Campo (**Revista dos alunos de pós-graduação da Antropologia Social da USP**). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. No. 13, Ano 14, 2005. São Paulo: USP, FFLCS.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. O nascimento do hospital. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. A casa dos loucos. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. **Os Anormais**: curso do Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Tópicos).

_____. O sujeito e o poder. In: Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. A governamentalidade. In: **Estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Ditos e escritos IV).

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In: **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos V).

_____. Os corpos dóceis. In: **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Os recursos para o bom adestramento. In: **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. O panoptismo. In: **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. ed., São Paulo: Loyola, 2010.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

_____. **Saber Local**, Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. Risco. In: **Mundo em descontrole**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDMAN, L. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. Cadernos de Campo (**Revista dos alunos de pós-graduação da Antropologia Social da USP**). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. No. 13, Ano 14, 2005. São Paulo: USP, FFLCS.

_____. **Alteridade e experiência**: antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, vol. X, no. 1, 2006, pp. 161-173.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004 (mimeo).

_____. Territórios e Multiterritorialidade: um debate. In: VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. de P.; COSTA, O. J. L.; SILVA, J. F. da; HAIASHIDA, K. A.; OLIVEIRA, A. B. (Orgs.). **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais**. Fortaleza: RDS, 2012.

HAESBAERT, R. & LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc., espaço, tempo e crítica. **Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. No. 2(4), vol. 1, ago. 2007. (<http://www.uff.br/etc>.)

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&S, 2006.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura”. In: **O processo civilizador**. Uma História dos Costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HITTA, M. G. & GLEDHILL, J. E. **Antropologia na análise de situações periféricas urbanas**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 12, n. 23, jan/jun 2010.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**, set. out. nov. /1989.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.

_____. **As novas políticas sociais de combate à pobreza na América Latina**: dilemas e paradoxos. Salvador, 2003 (mimeo).

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D. & RAMOS, F. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 106, São Paulo: Vozes, abr./jun. 2011.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LAZZARATO, M. Os conceitos de vida e do vivido nas sociedades de controle. In: **As revoluções do capitalismo**. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

LAROSSA, J. & LARA, N. P. de (Orgs.). **Imagens do outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LE BRETON, D. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Cnetauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LEWIS, O. **Antropologia de La pobreza**: cinco famílias. Trad. Emma Sánchez Ramírez. México: FCE, 1961 (2009).

LINDÓN, A. , HIERNAUX, D. & AGUILAR, M. A. De La espacialidad, El lugar y los imaginarios urbanos: a modo de introducción. In: LINDÓN, A., HIERNAUX, D. & AGUILAR, M. A. (coords.). **Lugares e imaginários em La metrópolis**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UAM – Iztapalapa. Div. Ciências Sociais y Humanidades, 2006.

LINDÓN, A. & HIERNAUX, D. **La periferia**: voz y sentido em los estudios urbanos. Universidad Autónoma Del Estado de México. México: Papeles de POBLACIÓN. n. 042, octubre-diciembre, 2004.

LINDÓN, A. Del subúrbio como paraíso a La espacialidad periférica del miedo. In: LINDÓN, A., HIERNAUX, D. & AGUILAR, M. A. (coords.). **Lugares e imaginários em La metrópolis**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UAM – Iztapalapa. Div. Ciências Sociais y Humanidades, 2006.

_____. El constructivismo geográfico y las aproximaciones cualitativas. **Revista de Geografía Norte Grande**. n. 37, Santiago de Chile, jun. 2007a.

_____. Los imaginarios urbanos y El constructivismo geográfico: los hologramas espaciales. **Revista EURE**, v. 33, n. 99. Santiago de Chile, agosto de 2007b.

_____. La ciudad y La ida urbana através de los imaginarios urbanos. **Revista EURO**, v. 33, n. 99. Santiago de Chile, agosto de 2007c.

_____. El imaginario suburbano: los sueños diurnos y La reproducción socioespacial de La ciudad. **Revista IZTAPALAPA** 64-65, año 29, deze. 2008.

_____. **La construcción socioespacial de La ciudad**: El cuerpo y El sujeto sentimiento. Cuerpos, emociones y sociedad. Córdoba, n. 1, año 1, dic. 2009.

LINDÓN, A. (coord.). **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: El Colegio Mexiquense/ Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (UNAM), 2000.

LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Trad. Miguel Serras Pereira & Ana Luísa Faria. S.l.: Relógio d'Água, 1989.

_____. **O Crepúsculo do Dever**: A Ética Indolor dos novos tempos democráticos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

LEITE, M. P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEITE, M. P. & MACHADO DA SILVA, L. A. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de “pacificação”. In: CUNHA, N. V. da & FELTRAN, G. de S. (Orgs.). **Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: _____. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, S. de. & SANTÁNNIA, M. j. G. (Orgs.). **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MAGNANI, J. G. C. . De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C. ; TORRES, L. de L. (orgs.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. 3.ed. São Paulo: Fapesp, 2008.

_____. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32, Porto Alegre, jul./dez. 2009.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed., 1ª. Imprensa, São Paulo: Contexto: 2012.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Temas da Atualidade).

_____. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: **A Sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000, p.11-54.

MARTINS, J. de S., ECKERT, C., NOVAES, S. C. (Orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MAYOL, P. O bairro. In: CERTEAU, M., GIARD, L e MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. A conveniência. In: CERTEAU, M., GIARD, L e MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATTA, R. da. ESPAÇO - Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: **A casa e a rua**. 5. ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. CIDADANIA - a questão da cidadania num universo relacional. In: **A casa e a rua**. 5. ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. O ofício de Etnólogo, ou como ter um “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. de O. (org.). **A aventura soiológica**. Objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEZES, M. & RAMOS, T. B. Da periferia a partir da invenção de uma certa ideia de insegurança: o caso do bairro de Chelas em Lisboa. In: CUNHA, N. V. da & FELTRAN, G. de S. (Orgs.). **Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

MENEZES & MEDEIROS (Orgs.). **Perfil socioeconômico de Fortaleza**. IPECE, 2012.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 79. São Paulo, 2010.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil. Esboços de uma interpretação. In: MISSE, M. **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MISSE, M. WERNECK, A.; BIRMAN, P.; PEREREIRA, P. P.; FELTRAN, G. e MALVASI, P. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com as margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. Trad. Carolina Christoph Gillo. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 5. n. 2. abri/mai/jun. 2012.

MORAES, R. & GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva**: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência e Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista de Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MULLER, R. G. & DUARTE, A. L. (Orgs.). E. P. **Thompson**: política e paixão. Chapecó: Argos, 2012.

OLIVEIRA, F. de. O Ornitorrinco. In: **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, R. CARDOSO de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PAIS, J. M. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, L. F.S.. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. UFC, Fortaleza, 2007 (dissertação de mestrado).

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PAUGAN, S. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Trad. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço; pref. e ver. Maura Pardini Bicudo Vêras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História. **Boletim de economia e política internacional**. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. n. 1 (jan./mar. 2010). Brasília: IPEA. Dinte, 2010.

_____. **A dependência redobrada**. Le Monde Diplomatic. Edição Brasileira. Agosto de 2012.

PELBERT, P. Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RABINOW, Paul. Política da Verdade. Paul Rabinow entrevista Michel Foucault. In: **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1999.

_____. Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault. In: **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, J. O dano: política e polícia. In: O desentendimento; política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RATTON, J. L. & ALENCAR, E. de. Desconfiança, mercados de proteção privada e organizações criminosas: em busca de uma interpretação sociológica dos grupos de extermínio no Brasil. In: BARREIRA, C. (Orgs.). **Violências e Conflitos Sociais**: trajetórias de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

REZENDE, C. & COELHO, M. C. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, L. C. de Q. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre *o efeito do lugar* partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, S. de. & SANTÁNNA, M. j. G. (Orgs.). **Cidades, olhares e, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

RUI, T. Fronteiras, espaços e usos do crack. In: CUNHA, N. V. da & FELTRAN, G. de S. (Orgs.). **Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

SÁ, L. D. de. **Guerra, mundo e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese de doutorado/ Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fortaleza, PPGS/UFC, 2009.

_____. A condição de “bichão de favela” e a busca por “consideração”: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira mar. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 4 – no. 2, abr/mai/jun 2011, PP. 339-355.

_____. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In: MENDONÇA FILHO, M. And NOBRE, MT. (orgs.). **política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa [on line]. Salvador: EDUFBA; São Cristovão: EDUFES, 2009. 368p. (<http://books.scielo.org>).

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Introdução geral. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica. In: **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Para um novo senso comum, v. 1).

_____. Da ciência moderna ao novo senso comum. In: **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Introdução – Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Para um novo senso comum, v. 4).

_____. Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Para um novo senso comum, v. 4).

_____. A Ecologia dos Saberes. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Para um novo senso comum, v. 4).

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009.

SENNET, R.A **corrosão do caráter**: consequências pessoais do novo capitalismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F., SOUZA, M. L. de, SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, H. R. S. **A situação etnográfica**: andar e ver. Horizontes Antropológicos, vol. 15, no. 32. Porto Alegre.

SILVA, J. B. A região metropolitana de Fortaleza. In: DANTAS, E., SILVA, J. B. & CAVALCANTE, T. **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, s/d.

SHILS, E. Centro e periferia. In: **Centro e periferia**. Memória e Sociedade. Lisboa: Difel ed., 1996.

SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SILVA, V. G. da . **O Antropólogo e sua Magia**: Trabalho de Campo e texto etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, M. E. B. . A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F., SOUZA, M. L. de, SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SPRANDEL, M. A. **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de antropologia Política/ UFRJ, 2004.

SIMMEL, G. El Pobre. In: **Sociologia**, 2. Estudios sobre las formas de socialización. Madri: Alianza Universidade, 1996.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora FMG, 2006.

_____. **A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe**: contra as evidências do conhecimento imediato. In: SOUZA, Jessé (Org.). Belo Horizonte: Editora FMG, 2006.

SOUZA, Jessé ; ARENARI, Brand [et. Al.]. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TELLES, V. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Cadernos CRH**. n. 1, Salvador, jan. – dez. 1999a.

_____. **Direitos Sociais. Afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

_____. **A cidade nas fronteiras do ilegal e legal**. Belo horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

TUAN, Yi-fu. Medo na cidade. In: TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **Espaço, tempo, lugar**: um arcabouço humanista. Geograticidade, v. 01, n. 01, 2011.

TURNER, Victor. Dramas sociais e metáforas rituais. In: **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2008.

_____. Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da communitas. In: **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2008.

VALLADARES, L. do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **La favela dún siècle à láutre**: mythes d’origine. Discours scientifiques et représentations virtuelles. Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, Paris, 2006.

_____. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), v. 15, n. 44, outubro/2000.

VALDEBENITO, R. m. G. “Nosotros y los otros”: segregación urbana y significados de La inseguridad em Santiago de Chile. In: LINDÓN, A., HIERNAX, D. & AGUILAR, M. A. (coords.). **Lugares e imaginários em La metrópolis**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UAM – Iztapalapa. Div. Ciências Sociais y Humanidades, 2006.

VELHO, G. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (org.). **A aventura sociológica. Objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: ALVITO, M. **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

VELHO, G. & KUSCHNIR, K. (Orgs.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **O nativo relativo** MANA, v. 8, n. 1, pp. 113-148, 2002a.

_____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002b.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Punir os pobres**: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Trad. Paula Miraglia e Hélio de Mello Filho. Dossiê Segurança pública. Novos Estudos 80, março 2008.

_____. **Os excluídos da sociedade de consumo**: toxicodependentes, psicopatas e sem-abrigo nas prisões americanas. *Análise Social*, vol. XLII, 2007.

_____. **O corpo, o gueto e o Estado penal**. Entrevista com Loïc Wacquant. *Etnográfica*. Vol. 12, nov. 2008.

_____. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina = Street corner society**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Trad. Maria Lúcia de Oliverira. Rio de Janeiro: Horge Zahar Ed., 2005.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VÉRAS, M. Exclusão Social. – um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

YASBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 110. São Paulo: Vozes, abr./jun. 2012.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NOTÍCIAS

ALMEIDA, R. & CAVALCANTE, R. Pobreza além dos números. *O povo*. 15 de maio de 2011.

A VIDA sub-humana debaixo do viaduto. *O povo*. Fortaleza, 15 de maio de 2011.

ACERTO de contas ou descaso? *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 28 de agosto de 2011. ASSASSINATOS sem fim: Bom Jardim vive um pesadelo. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 04 de abril de 2010.

ASSASSINATOS deixam Fortaleza aterrotizada. *O Estado*. Fortaleza, 27 de julho de 2011.

BOM JARDIM, 42 anos. O povo nos bairros. O povo. Fortaleza, 3 de dezembro de 1994.

BOM JARDIM será beneficiado com construção e conjuntos habitacionais. O povo. Fortaleza, 20 de abril de 2007.

BOM JARDIM: Crimes aumentam no bairro. O povo. Fortaleza, 03 de maio de 2010.

BALA perdida causa morte de mulher no Bom Jardim. Diário do Nordeste. Fortaleza, 31 de março de 2010.

BANDIDOS matam vigilante. Diário do Nordeste. Fortaleza, 21 de julho de 2012.

FIM de semana com 18 assassinatos na RMF. Diário do Nordeste. Fortaleza, 25 de outubro de 2010.

DESFILE cívico marca o 7 de setembro. Diário do Nordeste. Fortaleza, 06 de setembro de 2012.

FREITAS, I. MAIS um homicídio esta noite no Bom Jardim. Diário do Nordeste. Fortaleza, 19 de janeiro de 2009.

GONÇALVES, L. Favelas de concreto e sonhos. Diário do Nordeste. Fortaleza, 31 de outubro de 2011.

GOVERNO quer mudar “lei da pobreza”. O povo. Fortaleza, 26 de janeiro de 2012.

HOMEM é assassinado no bairro Bom Jardim. Diário do Nordeste. Fortaleza, 01 de junho de 2009.

IRMÃOS fuzilados dentro de oficina no Bom Jardim. O povo. Fortaleza, 27 de maio de 2011.

LADRÃO mata soldado PM para roubar seu revólver. Diário do Nordeste. Fortaleza, 10 de agosto de 2011.

MENDES, T. O cearense e o medo. Pesquisa nacional mostra que a sensação de insegurança no Ceará é a 3ª. Maior do país. No CE, sensação de insegurança é a 3ª. Maior do país. O povo. Fortaleza, 16 de dezembro de 2010.

MULHER assassinada a bala no Bom Jardim. Diário do Nordeste. Fortaleza, 10 de fevereiro de 2010.

NOBRE, F. Garçon é assassinado no Bom Jardim. Diário do Nordeste. Fortaleza, 16 de setembro de 2011.

PESQUISA. NE tem 9,6 milhões em situação de pobreza extrema. O povo. Fortaleza, 11 de maio de 2011.

PONTE, A & RODRIGUES, A. Famílias que moram perto de aterro temem soterramento. Diário do Nordeste. Fortaleza, 26 de janeiro de 2011.

PRADO, C. Em Marrocos no bairro Bom Jardim em Fortaleza-Ce: dois irmãos são fuzilados, diz jornal. Diário do Nordeste. Fortaleza, 27 de maio de 2011.

PRESOS os acusados da morte do taxista. Diário do Nordeste. Fortaleza, 26 de março de 2010.

PM prende o ‘terror’ do Bom Jardim. Diário do Nordeste. Fortaleza, 28 de outubro de 2010.

RODRIGUES, E. Acusado de homicídios foi posto em liberdade. Diário do Nordeste. Fortaleza, 21 de julho de 2008.

_____. Taxista é morto durante assalto. Diário do Nordeste. Fortaleza, 24 de março de 2010.

_____. Grande Fortaleza: 11 homicídios em 48h. Diário do Nordeste. Fortaleza, 30 de agosto de 2010.

TRIO invade residência e executa duas pessoas por conta de dívidas com o tráfico. O povo Online. Fortaleza, 23 de setembro de 2010.